Se “Toad Lane” é um ponto de partida, a experiência da Usina Catende em Pernambuco é o ponto de chegada, ou melhor, é um ponto de integração do percurso histórico das lutas autogestionárias, abrindo-se o horizonte para as manifestações diversas do fenômeno da autogestão e das lutas autônomas na fase atual de crise estrutural do capital.

Nessa antologia, Claudio caminha por inúmeros becos e vielas onde a organização dos trabalhadores e trabalhadoras resultou em experiências mais avançadas de luta, que procuraram romper com a exploração e a opressão de classe através de formas igualitárias e horizontais de auto-organização social. Nessa medida, Claudio recupera essas experiências particulares, por vezes localizadas, para sugerir um sentido geral para a vertente autogestionária da história do trabalho e dos aprendizados que a classe trabalhadora tem de um período histórico para o outro.

Claudio Nascimento nos brinda neste livro com sua narrativa sobre os ciclos das lutas autônomas, com um olhar ao mesmo tempo microscópico e telescópico sobre as lutas autogestionárias em quatro continentes, demonstrando a abrangência e a persistência do fenômeno.

A história da autogestão vista como um processo cíclico, revivida em momentos díspares, tanto em contextos defensivos da luta dos trabalhadores como em processos revolucionários, é o que Cláudio Nascimento chama de “lutas pela autogestão”. Muito antes de se tornar livro, esta publicação já era a principal referência para quem buscava uma perspectiva não eurocêntrica dessas lutas. Sem deixar de pontuar os importantes debates teóricos e pioneirismo das experiências do velho mundo, o autor amplia o leque de opções do que entendemos por autogestão a partir de casos na África, Ásia e América Latina. Ao conectar os tecelões de Rochdale aos cortadores de cana de Catende, experiências com mais de um século de distância entre si, Cláudio busca analisar os diferentes ciclos que nos ajudam a compreender os elementos conjunturais e estruturais que favorecem o surgimento dessas práticas pelo mundo. Trata-se de uma publicação fundamental não apenas para estudiosos do tema, mas para todos aqueles que querem fazer parte dessa página da história da luta dos trabalhadores.

FLÁVIO CHEDID HENRIQUES | SOLTEC/NIDES/UFRJ

Biblioteca Básica do Mundo do Trabalho Associado

Claudio Nascimento

Do Beco dos Sapos aos Canaviais de Catende

LUTAS ANTICAPITAL

Do Beco dos Sapos aos Canaviais de Catende

os ciclos de lutas pelo socialismo autogestinário

Claudio Nascimento

A Editora Lutas Anticapital tem o prazer de apresentar ao público esta obra do querido mestre Claudio Nascimento, que representa sem dúvida a maior antologia sobre autogestão e o socialismo já publicada no Brasil.

Trata-se de um trabalho de fôlego, que expõe os resultados de anos (ou décadas) de estudos e pesquisas sobre esses “eternos velhos problemas”, como sintetizou alhures Maurício Tragtenberg as questões da autogestão e do socialismo.

O “Beco dos Sapos” já é uma obra conhecida e citada em trabalhos acadêmicos antes da publicação que agora se efetiva. É que ela foi sendo construída e ampliada juntamente com os cursos e atividades formativas realizadas junto aos trabalhadores e trabalhadoras pelo Brasil e além. Aqui não se impõem distinções: sejam trabalhadores desempregados, sindicalistas, operários, camponeses, batalhadores associados e cooperados, mulheres da agricultura familiar etc., Claudio tem atuado com todos os que vivem do seu próprio trabalho e lutam por transformar a realidade.

Como o autor irá explicar na Parte III da obra, a expressão “Beco dos Sapos” faz referência ao local onde os pioneiros de Rochdale vão inaugurar, em Manchester da metade do século XIX, uma nova fase da luta pela emancipação do trabalho, com a fundação de um armazém cooperativo cujos princípios instituídos pelo grupo servem ainda hoje como parâmetro para um projeto de superação do capital e da sociedade contemporânea.

Do Beco dos Sapos aos canaviais de Catende: os ciclos de lutas pelo socialismo autogestionário

Claudio Nascimento

1ª edição
Lutas anticapital
Marília - 2019

Claudio Nascimento

Do Beco dos Sapos aos canaviais de Catende: os ciclos de lutas pelo socialismo autogestionário

BIBLIOTECA BÁSICA DO MUNDO DO TRABALHO ASSOCIADO

Editora Lutas anticapital

Editor: Julio Okumura

Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos (UFABC), Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University – Estados Unidos), Édi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Julio Cesar Torres (UNESP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Maurício Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM).

Projeto Gráfico e Diagramação: Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes
Capa: Mariana da Rocha Corrêa Silva

Impressão: Renovagraf

Nascimento, Claudio
N244d Do Beco dos Sapos aos canaviais de Catende /Claudio Nascimento. - Marília: Lutas anticapital, 2019.
459 p. (Biblioteca básica do mundo do trabalho associado)
Inclui bibliografia

ISBN 978-85-53104-16-1

1. Participação dos empregados na administração da empresa. 2. Cooperativismo. 3. Trabalho – Aspectos sociais. 4. Movimento operário. I. Título.

CDD 335

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno CBR 8/8211
FFC – UNESP – Marília

1ª edição: março de 2019

Editora Lutas anticapital
Marília –SP
edlutasanticapital@gmail.com
www.lutasanticapital.com.br

Sumário

Nota do Conselho Editorial.....7
Maurício Sardá de Faria e Henrique Tahan Novaes

Apresentação.....11

Parte I - As experiências das comunidades autogeridas - séculos XVII e XVIII.....19
Origens da práxis autogestionária (E.P.Thompson)
Owen: New Lanark
Economia Moral da Multidão
A Classe Operária e o capitalismo:
Lutas contra a miséria
Os 'passeios' de Flora Tristan
Os novos escravos: o operário e a mulher
Os "Comuneros" na América Latina e Central
A rebelião de Tupac Amaru
Os comuneros de Nuestra América

Parte II - Os ciclos das lutas autogestionárias – teoria dos ciclos.....41
João Bernardo
Mario Tronti
Daniel Guerin
Mario Pedrosa
Berverly J. Silver

Parte III - As experiências históricas - século XIX.....93
A revolta dos Canuts, Lyon, França, 1831-1834
A revolta dos tecelões na Silésia, Alemanha, 1844
Rochdale, Manchester, Inglaterra, 1844
A Comuna de Paris, França,1871

Parte IV - O ciclo das lutas autogestionarias após a Revolução Russa de 1905.....141
A Comuna de Morelos, México, 1910
A Revolução Soviética, 1905-1917
A Comuna de Spartacus, Alemanha, 1919
A República dos Conselhos Operários da Hungria, Budapeste 1919
Os Conselhos Operários de Turim, Itália, 1919-1920
A Autogestão nas Coletividades rurais, Espanha 19936-1939

Parte V - O ciclo das lutas autogestionárias no pós 2ª guerra, na Europa.....185
Autogestão na cidade de Proudhon e Fourier, Besançon, França 1973
Ocupação de empresas e autogestão na Bélgica, anos 1970
O "Outono caldo" na Itália, os Comitês Unitários de base
As "Comissões de Trabalhadores" na "Revolução dos Cravos", Portugal, 1974
As Comissões Operárias na Espanha, anos 1970

Parte VI - O ciclo das lutas autogestionárias no pós 2ª guerra, no leste europeu.....237
Introdução: Revoltas, rebeliões e revoluções
Iugoslávia, a autogestão como sistema,1950-1970
A revolução na Hungria, 1956
A "Primavera de Praga", uma revolução de conselhos de trabalhadores, Tchecoslováquia 1968-1969
Polônia, as lutas operárias nos anos 1970, e a construção da Rede Autogestionária (1980-1981)

Parte VII- O ciclo das lutas autogestionárias na Ásia.....291
A Comuna de Shangai, China,1966
A Autogestão á japonesa (jishu-kanri), anos 1970

Parte VIII – O ciclo das lutas autogestionárias na África.....303
O Sistema Autogestionário na Argélia, anos 1960
A autogestão 'nasserista', no Egito, anos 1960

Parte IX – O ciclo das lutas autogestionárias na América Latina.....331
Bolívia: a central obreira boliviana e a Revolução de 1952
Revolução nicaraguense
Argentina: a crise de hegemonia, as lutas operárias e o "Cordobazo"
Chile: a área de propriedade social e os "cordões industriais"
A autogestão em debate na Venezuela
Brasil: a greve de Osasco-SP em 1968 e as oposições sindicais
Argentina - o movimento das "empresas recuperadas"
A Economia Solidária no Brasil
Catende/Harmonia

Referências.....451

Nota do Conselho Editorial

A Editora Lutas Anticapital tem o prazer de apresentar ao público esta obra do querido mestre Claudio Nascimento, que representa sem dúvida a maior antologia sobre autogestão e o socialismo já publicada no Brasil.

Trata-se de um trabalho de fôlego, resultados de anos (ou décadas) de estudos e pesquisas sobre esses "eternos velhos problemas", como sintetizou alhures Maurício Tragtenberg as questões da autogestão e do socialismo.

O "Beco dos Sapos" já é uma obra conhecida e citada em trabalhos acadêmicos antes da publicação que agora se efetiva. É que ela foi sendo construída e ampliada juntamente com os cursos e atividades formativas realizadas junto aos trabalhadores e trabalhadoras pelo Brasil e além. Aqui não se impõem distinções: sejam trabalhadores desempregados, sindicalistas, operários, camponeses, batalhadores associados e cooperados, mulheres da agricultura familiar etc., Claudio tem atuado com todos os que vivem do seu próprio trabalho e lutam por transformar a realidade.

Como o autor irá explicar na Parte III da obra, a expressão "Beco dos Sapos" faz referência ao local onde os pioneiros de Rochdale vão inaugurar, em Manchester da metade do século XIX, uma nova fase da luta pela emancipação do trabalho, com a fundação de um armazém cooperativo cujos princípios instituídos pelo grupo servem ainda hoje como parâmetro para um projeto de superação do capital e da sociedade contemporânea.

Se “Toad Lane” é um ponto de partida, a experiência da Usina Catende em Pernambuco é o ponto de chegada, ou melhor, é um ponto de integração do percurso histórico das lutas autogestionárias, abrindo-se o horizonte para as manifestações diversas do fenômeno da autogestão e das lutas autônomas na fase atual de crise estrutural do capital.

Nessa antologia, Claudio caminha por inúmeros becos e vielas onde a organização dos trabalhadores trabalhadoras resultou em experiências mais avançadas de luta, que procuraram romper com a exploração e a opressão de classe através de formas igualitárias e horizontais de auto-organização social. Nessa medida, Claudio recupera essas experiências particulares, por vezes localizadas, para sugerir um sentido geral para a vertente autogestionária da história

do trabalho e dos aprendizados que a classe trabalhadora tem de um período histórico para o outro.

Claudio Nascimento nos brinda neste livro com sua narrativa sobre os ciclos das lutas autônomas, com um olhar ao mesmo tempo microscópico e telescópico sobre as lutas autogestionárias em quatro continentes, demonstrando a abrangência e a persistência do fenômeno.

Sobre o autor, vale a pena mencionar que Claudio Nascimento é pernambucano do Brejo da Madre Deus, e que ainda muito jovem decidiu enfrentar o terrorismo de Estado, se engaja na luta popular e democrática contra a ditadura empresarial-militar e sofre junto com milhares de lutadores do povo nas ruas e nos porões da ditadura.

Leitor apaixonado pelo conhecimento, essa sede de saber levou Claudio a construir uma das maiores bibliotecas particulares sobre o socialismo no Brasil, com obras em inúmeros idiomas e sobre experiências de luta dos trabalhadores nos mais diversos países.

Durante seu exílio na França, no início dos anos 1980, Claudio foi parar na cidade de Proudhon e da LIP, uma das maiores experiências de autogestão dos anos 1970, tomando contato com várias lideranças de movimentos autogestionários que tiveram lugar na Europa no rastro de Maio de 68, da Primavera de Praga, das lutas na Polônia, da Revolução dos Cravos em Portugal etc.

Seu retorno ao Brasil se dá no turbilhão da redemocratização, quando "novos personagens" entrem em cena, como os movimentos que vão dar origem ao Partido dos Trabalhadores, à Central Única dos Trabalhadores, ao florescimento da luta sindical e popular, da luta dos trabalhadores sem terra, das greves gerais etc. Nos anos 80, após ter atuado em instituições de apoio às Oposições Sindicais, Claudio passa a contribuir na formação de trabalhadores e dirigentes sindicais da CUT, primeiramente no Instituto Cajamar/SP e depois na Escola Sul/CUT. Participou do Governo Olívio Dutra, com programas de apoio à autogestão, assumindo em 2003 a função de Coordenador de Formação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, no primeiro Governo Lula, ao lado de Paul Singer, a quem rende uma bela homenagem nessa obra.

Intelectual orgânico da classe trabalhadora, autor de inúmeras obras de fôlego, com a tese ainda inédita sobre Mário Pedrosa, Claudio nos brida aqui com uma antologia que é ao mesmo

tempo um campo fértil para o surgimento de novas pesquisas e aprofundamentos.

Com este livro, a Editora Lutas anticapital publicou parte importante dos livros de Claudio Nascimento. Outros ainda não publicados podem ser vistos em claudioautogestao.com.br. Pretendemos ainda este ano dar prosseguimento a este desafio de publicar seus livros, ajudando a militância latino-americana e mundial a enfrentar a contrarrevolução em curso.

Maurício Sardá de Faria (UFRPE)
Membro do Conselho Editorial

Henrique Tahan Novaes (UNESP)
Coordenador da Biblioteca Básica do
Mundo do Trabalho Associado

João Pessoa e Marília,
28 de fevereiro de 2019

Apresentação

Conhecemos muitas publicações sobre história das lutas da classe operária. Todavia, há um campo específico destas lutas operárias que só a partir dos anos 1960 ganhou destaque no campo editorial: as que se caracterizam por seu caráter autogestionário.

Em geral, encontramos estudos dessas experiências sobre um país, às vezes um continente. Já uma visão de aspecto mais amplo, abordando diversos países e/ou continentes cobrindo um longo período histórico é bem mais rara.

As lutas dos trabalhadores pela autogestão em diversos continentes e épocas são fundamentais para o estudo do socialismo com base na autogestão. Cobre um longo período histórico de lutas contra a exploração e a dominação. A necessidade de periodização qualificada em ciclos é fundamental. Encontramos diversas e recentes publicações que tentam dar conta desse desafio.

Publicações que datam dos anos 1970/80 quando já se podia assinalar um acúmulo no campo teórico e prático destas experiências em nível mais amplo. O que ocorreu no ciclo de lutas que se iniciou nos anos 1960 foi definido na seguinte forma por Bernardo:

> Com o começo dessa década inaugurou-se o quarto dos ciclos longos, cuja fase de ascensão das formas autônomas de luta julgo ter em geral ocorrido até meados da década de 70, por vezes, mesmo tocando os anos iniciais da década de 80...” (BERNARDO, 2009, p. 463).

Foi dentro desse Ciclo (aproximadamente, 1965/1975) que surgiram as primeiras publicações.

Por causa das grandes lutas operárias de 1968, a França se tornou o país onde ocorrem grandes debates sobre a autogestão. Assim, não por acaso, a revista editada na França, a partir de 1966, *Autogestion et Socialisme*, pode ser tomada como a pioneira neste campo. Combinou números temáticos sobre pensadores (Proudhon, Fourier) e sobre lutas em alguns países (Itália, França/Comuna, EUA). Alguns de seus integrantes iniciaram uma teorização da autogestão: Gurvitch, Lefebvre, Bourdet.

Numa linha cronológica, podemos assinalar as seguintes publicações nesse Ciclo:

- 1970 - Yvon Bourdet lança seu "*La Délivrance de Prométhée. pour une théorie politique de l'autogestion*";
- 1970 - edição da Antologia de Ernst Mandel, *"contrôle ouvrier, conseils ouvriers, autogestion".*

Esta obra de E. Mandel é a primeira publicação que aborda as lutas de vários países:

Pós Comuna de Paris, 1871: A revolução soviética 1917; Revolução húngara 1919; Estados Unidos e Inglaterra; Alemanha; Itália; China; Espanha; França.

No pós Guerra: Iugoslávia; Alemanha Oriental; Bolívia; Hungria (1956); Polônia (1956); Indonésia; Tchecoslováquia (1968-69); França (Maio 1968).

E. Mandel trata das ideias de vários socialistas: Marx e Engels; Kautsky; Daniel de Leon, Trotsky, Lênin; Rosa Luxemburgo; Gramsci; Otto Bauer; Max Adler; Korsch; Gorter; Mao; Gorz.

- 1972 – O grupo "Noir & Rouge" lança *"Autogestion, Etat, Revolution*";
- 1973 - Yvon Bourdet lança *"Pour l"autogestion"éditions Anthropos*";
- 1973 - Rudi Supek lança *'Étatism et autogestion - bilan critique du socialisme yougoslave*";
- 1975 - Yvon Bourdet e Alain Guillerm *lançam "Clefs pour l'autogestion*". - Há edição brasileira: *"Autogestão: uma mudança radical"* publicada em 1976 – E uma edição portuguesa: "A Autogestão" de 1976;
- 1976 - Pierre Rosanvallon laça *"L'âge de l'autogestion"*.
- 1976 - Jean-Luc Dallemagne lança *"Autogestion ou dictature du prolétariat"*;
- 1978 - edição de *"Qui a peur de l'autogestion?";*
- 1979 - Alain Guillerm publica *"L'autogestion généralisée"*.

Por sua vez a Revista *"Autogestion, études, débats, documents"* (logo passaria a se chamar *'autogestion et socialisme"*), em seu numero 1, de dezembro 1966, além de alguns ensaios mais teóricos, aborda as experiências institucionais de autogestão na Iugoslávia e na Argélia.

Jean Duvignaud traz um ensaio *"Georges Gurvitch: une théorie sociologique de l'autogestion".* Análise da obra de Gurvitch que foi o inspirador da revista, falecido antes da edição da publicação da revista.

Henry Lefebvre aborda em ensaio "P*roblemes théoriques de l'autogestion".* Nos números seguintes, a Revista trata de algumas experiências de lutas, e de alguns teóricos e precursores da autogestão:

- Cahier n. 3 - *Le dossier de l'autogestion em Algérie* (1967);
- Cahier n. 5 - *L'autogestion Yougoslave* (1969);
- Cahier n. 11/12 - *Conseils Ouvriers em Thecoslovaquie* (1970);
- Cahier n. 15 - *La Commune de Paris* (1971);
- Cahier n. 18/19 - *Les anarchistes et l'autogestion* (1972);
- Cahier n. 20/21 - *Charles Fourier* (1972);
- Cahier n. 26/27 - *Mouvements ouvriers de gestion et d'action directe en italie* (1974);
- Cahier n. 30/31 - A*utogestion na Yougoslavie, Argélie/conseils en Hongrie/congestion en allenagne* (1975);
- Cahier n. 32 - *l1autogestion aux états-unis?* (1975);
- Cahier n. 33/34 - M*ouvements de gestion directe au Portugal.* (1976);
- Cahier n. 41/42 - numero dedicado as Conferências Internacionais sobre Autogestão. A 1ª ocorreu em Dubrovnik, na Yugoslavia em dezembro1972, intitulada *"La premiéré conférence internationale des sociologues sur l'autogestion et la participation".*

Esta conferência decidiu pela fundação do CICRA (Centre International de Coordination des Recherches sur l'Autogestion) em novembro1976, com sede em Paris, no CNRS.

A 2ª ocorreu de 6 a 10 setembro de 1976, em Paris, com a participação de diversas disciplinas além dos sociólogos. Nomeada "S*econde conférence internationale sur la participation, le control ouvrier et l'autogestion*". Nessa 2ª Conferência participaram dois brasileiros, possivelmente operários/intelectuais que estavam exilados/banidos na França.

- 1978 – 1ª "Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário", realizada em Portugal pela BASE-FUT, nos dias 13 e 14 de maio. Publicação do livro "Pelo Socialismo Autogestionário", edições base, dezembro 1979. Traz um capítulo sobre "A autogestão na história" (p. 29 - 38).

Dessa conferência participaram operários da Oposição Sindical brasileira, então exilados na Europa. O Documento final traz uma nota interessante:

> Destacamos a mensagem do Conselho Ecumênico das Igrejas, justificando a impossibilidade de Paulo Freire participar na Conferência por se encontrar em missão na Guiné e em Cabo Verde. (p.153)

As Conferências internacionais, por iniciativa dos iugoslavos, e também os Seminários Internacionais realizados pela Revista Iugoslava "*Praxis*", na ilha de Korcula, tiveram impactos em outros países. A publicação em Nova Iorque dos 2 volumes, "*Self-governing Socialism: A Reader*", em 1975, editado por iugoslavos teóricos da autogestão tratando de questões teóricas e de experiências de lutas autogestionárias em diversos países e momento distintos.

O grupo iugoslavo "*Praxis*", que publicou a revista "*Praxis Internacional*", desde 1965 tinha inspirado o debate entre socialista/marxistas. Por exemplo, "*na International Symposium Socialist Humanism*", em 1965. Em *"Workers Control: a Reader on Labor & Social Change",* publicado em 1973, aborda diversas experiências de vários países. "*Self-Management.Economic Liberation of man*", foi publicado em 1975. Abordando experiências na Europa, Peru, Tchecoslováquia e Estados Unidos. Em 1979, David Montgomery publica "*Workers' Control in America*".

Na Itália, nesse mesmo Ciclo, temos dos "*Quaderni Rossi*", "*lutes ouvrieres et capitalisme d'aujourd'hui*", 1968. Roberto Massari publica "*Le teorie dalla'autogestione*', em 1974".

Nos anos 1980/1990, já na etapa posterior ao Ciclo de fluxo das lutas autônomas/autogestionárias, o Conselho da Conferência Internacional "*Socialism in the World*", formado em 1975 em Catvat (Iugoslávia), desenvolveu 10 mesas redondas temáticas anuais, desde 1976. A 10ª Mesa Redonda ocorreu em Catvat de 21 a 26 de outubro de 1985. Os debates foram publicados em livro pela editora londrina

Verso, em 1985, intitulado "*Socialism in the Threshold the Twenty-first Century*". O brasileiro Theotonio dos Santos esteve presente. As mesas redondas em toda sua duração tiveram a presença de 81 países, 557 teóricos do socialismo, com 300 marxistas iugoslavos, gerando 500 relatórios.

Assef Bayat, iraniano, professor no Cairo, publicou em 1991, "*Work, Politics and Power: An internationale Perspective on Workers Control and Self-management*". Da qual analisa as lutas da Rússia (1917), Argélia (1962), Chile (1973), Portugal (1974), Irã (1979), China, Cuba, Moçambique, Nicarágua, Egito de Nasser, Tanzânia de Nyerere, Peru de Alvarado, Índia, Malta, África do Sul.

Nos anos 2000, tivemos edições mais completas sobre a temática:

- 2010 - "*Autogestion hier aujourd' hui, demain*". Com uma visão atualizada das teorias e das experiências antigas, e das recentes, como México, Venezuela e Bolívia.
- 2011 - *"Ours to Master And to Own: Workers' Control from Commune to the Present*", por Imannuel Ness and Dario Azzellini. Retoma as antigas experiências desde a Comuna de Paris e as recentes, na Índia, Argentina e Venezuela. Em termos de Brasil, o ensaio de Mauricio Sardá Faria e Henrique Tahan Novaes, sobre Empresas recuperadas no Brasil, destacando a Cooperminas e a Usina Catende.
- 2015 - Ainda, da parte francesa, a recente "*Autogestion, l"Encyclopédie Internationale*". Sem dúvidas a que reúne o maior numero de intelectuais ligados ao tema da autogestão, tanto os atuais quanto os já falecidos. Incluindo vários do Brasil. Traz uma imensa bibliografia temática de 34 páginas.

Enfim, nesse Ciclo, na América Latina e Brasil, destacamos O Seminário "*Indigenismo y Autogestion*", realizado na Universidade Central da Venezuela, em 1976. A autogestão foi vista como um primeiro passo para autodeterminação étnica. E, também vista como muito mais ampla que a gestão democrática de uma empresa por seus trabalhadores, incorporando questões ecológicas, culturais, além das econômicas e políticas.

A *2ª Conferência Internacional sobre Autogestão e Participação na América Latina e Caribe*, realizada pelo Conselho latino-americano

para a Autogestão. A primeira Conferência foi em dezembro 1977 em Lima/Peru, com a presença de 60 participantes de vários países. Nesta 2ª, na Costa Rica em 1980, participaram 250 representantes de 26 países. Chama nossa atenção o título da Conferência, igual as realizadas na Iugoslávia e Paris que assinalamos acima.

Entremos, agora, no Brasil. Paulo Nogueira Filho publica ainda em 1969, a obra "*Autogestão: participação dos trabalhadores na empresa*". O autor esteve exilado na França no período do Estado Novo. Estuda as experiências da Iugoslávia e dos Kibbutz. O livro traz uma rica bibliografia temática. Contudo, do ponto de vista teórico é muito eclético, por exemplo, temas como "*De Jesus de Nazaré a Karl Marx*", "*De Karl Marx a Lênin*", "*De Lênin a João XXIII*". Tem um capítulo muito interessante, uma primeira abordagem do tema no Brasil: "*Paradigma das Entidades Autogestionadas*".

Nessa mesma linha, mas bem posterior é o livro imenso do ex-procurador da República, Luiz Francisco de Souza, "*Socialismo uma Utopia Cristã*" (2003). A obra tem 1.150 páginas. Apresenta o mesmo ecletismo da obra de Paulo Nogueira Filho, porém, traz autores como Pannekoek, Bakunin, Enrique Dussel, Erich Fromm, o próprio Marx, João Bernardo, Leonardo Boff, Frei Beto, Alceu Amoroso, Jules Guesdes, M.Thorez, E. P. Thompson; os utópicos tipo Fourier, Owen, Flora Tristan, Moses Hess; e diversos padres e santos da Igreja católica.

Em 1986, Mauricio Tragtenberg lançou "*Reflexões sobre o Socialismo*". O livro tem uma orelha escrita por Michael Lowy. Na parte intitulada "*As Lutas Operárias pela Autogestão*", analisa as experiências históricas de vários países: as Internacionais, Bakunin, a Revolução Russa, as lutas no Leste europeu, a Polônia do Solidarnosc, a Espanha de 1936-39. No Brasil destaca a greve na Fiat-Xerém, a formação das comissões de fábrica.

De Tragtenberg, temos também "Marxismo Heterodoxo" em que analisa a obra de socialistas como Pannekoek e Korsch.

Também nos anos 1980, na rede de centros de formação espraiada em 8 Estados, através do CEDAC, fazíamos cursos de formação política sobre o socialismo autogestionário. Após estadia de 3 anos na França, na CFDT, (Central Sindical que abraço em 1968 o tema da autogestão), tinha conhecimento de uma imensa bibliografia sobre o tema.

Pelo CEDAC, para uso nas atividades de formação, publicamos a brochura "*As Lutas Operárias Autônomas e*

Autogestionárias" (1986). Abordávamos as lutas históricas desde a Comuna de Paris até a Comuna de Gdansk. Dividindo a obra em Europa e África e América Latina. Tendo como Anexo os 13 pontos do Programa da Comuna de Paris, discutido em grupos nos cursos de formação. Parte desse histórico foi publicado por José Ibrahim em seu "Comissões de Fábrica" (1986).

A Comuna de Paris

Em 1986, criamos uma Fita k-7 sobre a Comuna de Paris. Nos anos 2000, essa fita foi transformada em CDROM pela ITCP da Unicamp. De um debate/aula videoconferência na ITCP, resultou em um vídeo com cerca de 1 hora e meia sobre a "*história e evolução das lutas pela autogestão*". A Comuna de Paris é a experiência paradigmática da história da autogestão. Pela ITCP, em outra aula/debate sobre a Comuna de Paris, tivemos outro vídeo.

Nos 130 anos da Comuna de Paris, foi realizada uma oficina no Fórum Social Mundial, em Porto alegre, 2002. Um livro foi lançado na oficina: "*a Comuna de Paris de 1871: História e Atualidade*" (2002). Nesse livro contribui com o ensaio "*O Programa da Comuna de Paris*". Esse Programa foi transformado em Cordel, pelo poeta paraibano Medeiros Braga "*O Cordel da Comuna de Paris*" (2011). Quando dos 130 anos, o CENEMARX da IFCH-Unicamp, realizou um Seminário que resultou no livro "*A Comuna de Paris na História*" (2001). Em 2011, os 140 anos da Comuna, o CEMARX-UNB realizou, em Salvador, o Seminário "*A Comuna de Paris, 140 anos depois*" que resultou no livro "*140 anos da Comuna de Paris*".

O prefácio para "*As lutas operárias autônomas e autogestionarias*", solicitei a Mauricio Tragtenberg, mas devido a sua mudança de apartamento ele perdeu o texto, e devido a pressa da Editora não foi possível esperar. Essa brochura foi a base para o "Beco dos Sapos", em que ampliei em muito as experiências.

Em 1990, outra publicação sobre a história do socialismo autogestionário. Tradução do ensaio do iugoslavo Branko Horvat: "*Socialismo Autogestionário: Origens e evolução*", pelo Centro Cultura Socialista –Rio e o CECA- RS.

No final dos anos 1990, elaborei um caderno sobre "*Autogestão e Economia Solidária*" (tema recente). O texto foi disponibilizado para Revista *Temporaes* da USP. Foi publicado em

1999, como um dos ensaios para cobrir os debates do Seminário "*Autogestão e Socialismo*" (nome da Revista francesa), organizado pelo Grupo de Estudos sobre Castoriais, em que participaram Paul Singer e João Bernardo, realizado em agosto 1998. M. Tragtenberg estava previsto para uma mesa com Bernardo e Singer, adoeceu e não pode comparecer. Vindo a falecer logo em seguida. A Revista foi dedicada "*À memória de Mauricio Tragtenberg*". Nesse seminário Singer apresentou suas "*8 Hipóteses sobre socialismo e autogestão*" (1999).

Em 1986, também pelo CEDAC, publicamos uma pequena brochura, "*Da Comuna de Paris a Comuna de Gdansk*", fazia parte do mesmo projeto de formação política. E, em 1988, o livro "*Rosa Luxemburgo e Solidarnosc*".

Uma das obras mais instigantes, que retoma estes debates, é a Tese de Mauricio Sardá, "*Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do Trabalho e do Capita*l" (2011). Além de traçar um debate entre Singer e João Bernardo, a partir das "*8 teses sobre socialismo e autogestão*", apresentadas por Singer no Seminário acima referido, Mauricio faz uma análise do histórico das teorias e experiências das lutas autogestionárias. Com destaque para experiência da Revolução dos Cravos de Portugal. Finalizando com o estudo do cooperativismo e da autogestão no Brasil (2011).

Assim, encerramos esse breve apanhado das publicações que abordam as lutas autogestionarias em um longo Ciclo histórico e em diversos países.

A 1ª edição de "*Do Beco dos Sapos a Comuna de Catende*", foi publicada no site da SENAES, em 2005. A edição atual é bastante ampliada, e traz uma parte sobre as teorias dos Ciclos de Lutas Operárias (Bernardo, Tronti, Mandel, etc); alguns elementos da obra de E. P. Thompson; além de uma extensa bibliografia por país.

Claudio Nascimento
Porto Alegre, 2 de fevereiro de 2019

Parte I
A Experiência das Comunidades Autogeridas
Século XVII e XVIII

Origens da Práxis Autogestionária (E. P. Thompson)

Na Europa, as primeiras experiências de autogestão, no sentido de organização de comunidades autogeridas, vêm do século XVII, na Inglaterra. Surgiram nas camadas mais pobres da população, eram vários tipos de seitas religiosas radicais que se organizavam contra a nobreza e o clero e contra os capitalistas.

Os "Diggers" (movimento camponês sem-terra, surgido na Inglaterra em 1649-50, que defendia a propriedade comum da terra) formavam um destes grupos. Seus membros eram pessoas pobres, vítimas da crise econômica que seguiu a guerra civil. Suas reivindicações davam-se no nível econômico e social e foram expressas por um de seus líderes: Gerard Wistanley, um comerciante falido. Suas ideias partiam de uma visão "panteísta" de Deus, considerado como a "Razão imanente" presente em cada ser humano, com o objetivo de que o homem pudesse agir em harmonia com sua natureza racional para cumprir seu dever enquanto ser social. Considera-se que toda forma de autoridade, tanto política quanto econômica, corrompe o homem. Autoridade e dominação devem ser rejeitadas em prol de uma sociedade igualitária[1].

As primeiras revoltas das classes oprimidas eram de camponeses – rebeliões contra a fome - e suas motivações ideológicas eram muito vagas e de inspiração cristã, em ruptura com a Igreja oficial: luta pela igualdade entre os seres humanos, não apenas no céu, mas, sobretudo na terra.

Na Revolução Francesa, sobretudo em 1793-94, vamos encontrar a ação direta dos "sans cullotes", os "bras nus" estudados, entre outros, por Daniel Guerin. Estas ações têm uma importância fundamental, pois, delas nasceram os embriões dos "conselhos populares".

Nesta perspectiva, a obra de E. P. Thompson nos mostra que as formas embrionárias do movimento operário tinham esta mesma característica comunal cristã. Na Inglaterra, nesta época, surgiram as "Sociedades de Correspondência", como tentativas de quebrar o

---

[1] Em abril de 1649, Wistanley, e uns quarenta seguidores, começaram a cultivar a terra para concretizar esta sociedade igualitária. Todavia, em 1650, por pressão do clero e dos latifundiários tiveram que abandonar o projeto.

isolamento das pequenas cidades e dos bairros. Estas organizações 'mutualistas' e 'fraternais' tiveram vida curta devido à repressão.

Thompson define a SCL (Sociedade de Correspondência de Londres) mais como uma "sociedade radical e popular que operária", ou seja, uma "sociedade comunal". A sua primeira reunião ocorreu em 1792, numa taberna de Londres. Participaram 09 homens para discutir a possibilidade de uma Reforma Parlamentar. Em 1794, as Sociedade de Correspondência são acusadas de "práticas sediciosas". A SCL foi dissolvida e toda reunião foi proibida. A SCL exercia sua influência em duas direções opostas: de uma parte, os cafés, as tabernas e as igrejas dissidentes de Picadilly, de Fleet Street e do Strand, onde se reuniam os "companheiros" autodidatas; de outra parte, a este e a sul do rio Tamisa, ela atingia as comunidades operárias mais antigas, os operários das docas de Wapping, os tecelões de seda de Spitalfields e Southwark, velhos bastiões dissidentes (1988. p. 24).

Thompson afirma que durante 200 anos, a Londres radical foi mais heterogênea e fluida em sua composição social e profissional que os centros das Midlands e do Norte agrupados em torno de duas ou três indústrias de base. O radicalismo londrino tinha uma complexidade maior pelo fato de necessitar unir tendências divergentes em um movimento comum.

Neste sentido, a SCL serviu de ponto de convergência. Os documentos da SCL apontam para o nascimento de uma nova forma de organização, e, podem definir o que era uma organização operária nos anos 1790-1850. Portanto, em época anterior, a própria fundação da Cooperativa de Rochdale. Para Thompson, o desafio revolucionário vinha da regra principal da SCL ("nossos aderentes são em número ilimitado"), que exprimia a abertura das portas à propaganda e à atividade política de forma ilimitada, implicando uma nova concepção da democracia que, rejeitando as velhas inibições, fazia confiança aos modos de ação e de organização autônomos do povo. Desafio que tinha sido lançado no século XVII, pelos niveladores (apud. p. 25).

Advertindo que, temos tendência a só ver os elementos novos, Thompson chama nossa atenção para dois aspectos: 1) a continuidade das tradições; e 2) a modificação do contexto.

> Se partimos de 1789, o jacobinismo inglês se apresenta como um subproduto da Revolução francesa. Se, ao contrário,

> partimos de 1819 e de Peterloo, o radicalismo inglês se apresenta, então, como uma consequência direta da revolução industrial. Sem duvidas, a Revolução francesa precipita uma nova onda de agitação, e que esta agitação tem raízes entre os operários e se enriquece nas regiões manufatureiras em pleno progresso.
> Estamos, assim, confrontados às antigas tradições dos artesãos e dos comerciantes das cidades, tão próximos do "menu peuple" que George Rude mostrou como constituía o elemento revolucionário mais ativo da massa de Paris. Podemos tratar a complexidade e a continuidade destas tradições distinguindo três problemas:
> - a tradição dissidente e sua modificação devido à renovação metodista,
> - a tradição composta da ideia do "direito de nascer" do inglês,
> - e, a tradição ambígua do "populacho" do século XVIII, que assustava tanto Wyvil e que Hardy tentava organizar em comitês, seções e manifestações. (apud. p.27).

Diz Thompson que

> Se o "cristianismo racional dos unitários" seduzia alguns comerciantes de Londres e de outras grandes cidades, parecia muito frio, distante, polido, e ligado a valores confortáveis de uma classe próspera, para seduzir os pobres da cidade e das vilas. Ocorreu, então, uma separação clara entre as aspirações temporais e as espirituais no puritanismo dos pobres. (idem).

Para Thompson, é vital entender o refúgio no "reino interior" para poder entender o século XVIII e os elementos de continuidade na política ulterior da classe operária. Esta mudança se expressa através das conotações das palavras Puritanismo e Dissidência, energia positiva, de uma parte, e, de outra, recuo prudente.

É fundamental ver como a decisão das seitas de "suportar este mundo com paciência", abandonando toda esperança de "regê-lo e governá-lo", lhes permitiu combinar uma certa quietude política a uma espécie de radicalismo latente, que se expressava, entre outras, nas formas de organização democrática, possíveis de reviver em contextos mais favoráveis. Podemos encontrá-la nos batistas e nos quakers.

Se os quakers contribuíam mais para consciência social da

classe média que ao movimento popular, foi com Bunyan que encontramos o radicalismo latente, que se manifestou ao longo do século XVIII e que voltou várias outras vezes no curso do século XIX. Foi "*A viagem de um peregrino*" que, com os "*Direitos do Homem*", constitui o texto base do movimento operário inglês.

Com Cobbett e Owen, foram Bunyan e Paine que enriqueceram o substrato de ideias e de comportamentos que formam a matéria-prima do movimento entre 1790 e 1850. Com todas as suas contradições e ambivalências, o "metodismo" progrediu mais rapidamente, entre os pobres, nas regiões em que a "dissidência" estava enraizada.

Thompson realça a contribuição do metodismo – ao qual os operários do têxtil e das minas de Bistrol, estavam ligados, nos anos 1760 – para a organização das sociedades,

> o metodismo transmite as sociedades operárias as suas estruturas próprias. O metodismo contribui não apenas para as reuniões sob forma de "classes", mas na forma de cotização, frequentemente encontrada nas organizações radicais e sindicais, e também a experiência de organização centralizada eficaz, em nível de município e em nível nacional, que fazia falta a "Dissidência". O metodismo do fim do século XVIII estava, assim, atravessado por correntes democráticas. (apud. p.43).

Thompson mostra como nas fases contrarrevolucionárias o metodismo progredia entre os operários como uma força social estabilizadora e regressiva. Durante todo o período da Revolução Industrial, o metodismo não conseguiu superar a tensão entre suas tendências autoritárias e democráticas. Além disso, há outras duas características da tradição dissidente:

> Mesmo que elas não tenham jogado um grande papel, nem uma nem outra, no século XVIII, elas adquiriram ambas uma nova importância após 1790. Um mesmo fio liga ideias e experiências comunitárias associadas aos Quakers, aos Camisards e, mais especialmente, aos Moravios. Foi em Bolton e Manchester que a agitação no seio de um pequeno grupo de Quakers dissidentes levou a partida, em 1774, da "Mãe Ann" e de alguns outros que fundaram as primeiras comunidades de Shakers nos EUA. Quarenta anos mais tarde, Robert Owen iria encorajar os Shakers e populariza suas ideias sob uma forma secular". (apud. p.46).

Owen: New Lanark

Thompson dedicou toda uma parte do capítulo "*Consciência de Classe*" ao "owenismo", buscando refazer os momentos que marcam o encontro dos 'economistas socialistas' ou owenistas com a experiência do movimento operário. Dois elementos do socialismo owenista destacam-se: a filantropia das luzes, que imagina "sistemas inteiramente novos" segundo os princípios da utilidade e da benevolência; e a experiência dos grupos de trabalhadores que optaram por ideias no owenismo e as adapataram ou as desenvolveram em seus contextos particulares." (1988, p.702).

A história de Robert Owen, de New Lanark, deve partir da tradição paternalista; as grandes experiências de New Lanark foram instituídas para responder as dificuldades na instauração de uma disciplina do trabalho e na adaptação dos turbulentos trabalhadores escoceses aos novos hábitos de trabalho em fábrica. O problema era de inculcar à juventude os "hábitos de atenção, de celeridade e de ordem". Owen não escolheu nem o terrorismo psicológico do metodismo nem a ameaça do contramestre e as penas, para obter seus fins. No entanto, não se deve esquecer que, em sua fase socialista ulterior, o pensamento de Owen conservou sempre a marca de origem. Era visto como o bom papa do socialismo". (ibid. p.708).

A esse respeito, Thompson remarca que:

> ele foi uma espécie de Hanway do mundo industrial, que pensava muito nas crianças, amava vê-las felizes, e ficava realmente indignado frente a exploração impiedosa. Mas a ideia que a classe operária pudesse progredir de forma autônoma em direção a seus próprios objetivos era estranha à Owen, mesmo que, entre 1829 e 1834, ele esteve relacionado a um movimento deste tipo. É claro em todos os seus escritos. Ele desejava, dizia em 1817, 'remoralizar' as classes inferiores.
> Esta atitude erigiu uma barreira quase insuperável entre Owen e o movimento popular ou o movimento sindical. A relação entre Owen e os radicais estava pautada por dois aspectos: de um lado, Owen tinha simplesmente uma caixa vazia na cabeça lá onde a maior parte dos homens têm sentimentos políticos; de outro lado, os 'radicais' tinham uma fraqueza: não tinham nenhuma teoria social. (ibid. p.705).

Para Thompson, Owen não foi o primeiro teórico socialista moderno, mas um dos últimos racionalistas do século XVIII.

> Owen, admirável enquanto pessoa foi um pensador extravagante e um dirigente político medíocre. Em todos os seus escritos, não percebemos o menor sentido dos processos dialéticos de mudança social, da "prática revolucionária".
> Devemos buscar a resposta no salto milenarista feito por Owen: o rigor de seu materialismo de determinação mecânica pelo meio ambiente o leva seja ao desespero, seja a proclamar um milenarismo laico. Marx e Engels analisaram este aspecto do owenismo. Owen apresenta, em 1820, a ideia de "realizar a prosperidade no país". Quanto a suas comunidades, ele oferecia nada menos que o "Paraíso". (ibid. p.706).

Em 1820, uma sociedade oweniana estava em formação na metrópole, e o prospecto que anunciava o surgimento de seu órgão de imprensa, o "*Economist*", afirmava: "A abundância submergirá a terra! O conhecimento crescerá! A virtude florescerá! A felicidade será reconhecida, assegurada e provada!". Em seu ideário, o lucro cederia seu lugar à cooperação, e os vícios do individualismo cederiam espaço às virtudes do mutualismo, todas as formas de organização existentes cederiam lugar às federações de cidades, agrícolas e industriais. Nessa perspectiva, Thompson explica a razão que permitiu a rápida propagação do owenismo:

> de início, o owenismo propriamente dito, a partir do fim dos anos 1820, não se resumia mais aos escritos e as proclamações de Robert Owen. A imprecisão de suas teorias, que ofereciam a perspectiva de um outro sistema de sociedade, as tornava adaptáveis aos diversos grupos operários. Nos escritos dos owenistas, os artesãos, os tecelões e os operários qualificados escolhiam as passagens que concerniam tudo particularmente sua própria situação e as modificavam em função das discussões e da prática [...] os escritos de Owen podem ser considerados como uma matéria prima ideológica, difundida entre os operários que a transformavam em diferentes produtos. (ibid. p.710).

Analisando os discursos do "radicalismo político" dos artesãos da época, Thompson mostra como a maior parte das ideias de Owen podem ser encontradas em germe nas práticas anteriores ou independentes de seus escritos.

A Autogestão dos Artesãos

Sempre no viés de Thompson, "As Sociedades de Socorro Mútuo criavam clubes sociais ou casas de asilo; os sindicatos pré-owenistas em greve faziam trabalhar seus próprios membros e vendiam seus produtos. Em 1827, um novo bazar funcionava como centro de troca de produtos fábricados pelos desempregados das profissões londrinas – marceneiros, alfaiates, sapateiros e outros, que trabalhavam com matéria comprada com fundos dos sindicatos". (ibid. p.712).

As Bolsas de Troca Equitáveis do Trabalho foram fundadas em Londres e em Birmingham em 1832-1833, com seus bônus de trabalho e suas trocas de pequenos produtos. Nas regiões de velhas tradições sindicais e de ajuda mútua, como Lancashire e Yorkshire, a cooperação oferecia um quadro no qual os racionalistas e os cristãos, os radicais e os indivíduos políticamente neutros podiam trabalhar em conjunto. O movimento prolongou também suas tradições de aperfeiçoamento pessoal e de educação, fornecendo salas de leitura, escolas e conferências itinerantes. Em 1832, existiam talvez 500 sociedades cooperativas no conjunto do país, agregando no mínimo 20.000 membros[2]. (ibid. p.712-713).

Para os operários qualificados, o movimento dava corpo a uma velha aspiração: um sindicalismo geral em escala nacional. Desde então, a história do owenismo e a do sindicalismo geral devem ser estudadas juntas. A maior parte das sociedades e dos armazéns do início dos anos 1830 renasceram sob o modelo de Rochdale alguns anos mais tarde.

Os planos comunitários de Owen eram considerados impraticáveis e não conseguiam derrubar o ceticismo dos trabalhadores da construção naval e da grande indústria: para que lhes serviria uma cidade de cooperação? Todavia, no final dos anos

---

[2] Por exemplo, os tecelões, em algumas cidades, adaptaram as ideias de Owen aos termos que correspondia às suas experiências; em lugar do tom messiânico, encontra-se um tom de "bom senso". Criavam fundos para compra de chá, açúcar, pão, farinha, para escaparem as compras na "cantina" da fábrica e do pequeno atravessador. Esta ideia atraiu também os trabalhadores qualificados e organizados da grande indústria, onde a adoção do owenismo era mais difícil.

1820, uma certa forma da teoria da cooperação e da economia 'socialista' chegou ao movimento operário. Thompson afirma que "A imprecisão do pensamento de Owen tornou possível a coexistência de várias tendências intelectuais no seio do movimento. [...] o 'owenismo' era mais enérgico, em termos intelectuais, que o pensamento de seu mestre". (ibid. p.716).

Nos anos 1830, a classe operária inglesa não tinha inteiramente adquirido a ideologia laica. A cultura radical era a dos operários qualificados, dos artesãos e de alguns operários a domicílio. Além dessa cultura (ou coexistindo com ela), existiam os níveis mais obscuros de ideologia. A nostalgia comunitária renascia e a linguagem do racionalismo era traduzida como fraternidade. Desta forma, para os pobres, o owenismo tocava um dos elementos mais profundos; o sonho que, de um certo modo, por algum milagre, eles poderiam ter de novo a sua parte da terra. (ibid. p.722).

Com os owenistas, o reino milenar deveria ser "fábricado por seus próprios esforços", o que mostra que os trabalhadores aproximavam-se da maturidade, tornavam-se conscientes de seus próprios interesses e de suas aspirações enquanto classe. Longe de ser voltado para o passado, o owenismo foi a primeira das grandes doutrinas sociais em que o ponto de partida foi a aceitação do crescimento das forças produtivas ligadas ao vapor e à fábrica. O "socialismo cooperativo" deveria simplesmente superar o capitalismo sem dores e sem lutas, por exemplo, pela educação e pelo desenvolvimento de suas próprias cidades, ateliês, armazéns no interior do capitalismo. A esse respeito, Thompson avalia: "Eis a fraqueza que perverteu o owenismo". (ibid. p.723-725).

A Economia Moral da Multidão (Controle de Preços e Mercado)

Em outra grande obra de E. P. Thompson, vamos identificar as primeiras lutas de controle social, no caso, em relação aos preços. Em "*Costumbres en Común*" (1995), Thompson analisa o termo "motim". Nestes ensaios, Thompson estuda "um modelo de protesto social, a economia moral do bem-estar em tempos de escassez" e busca captar o "povo como agente histórico" antes da Revolução Francesa de 1789, através dos motins de subsistência na Inglaterra do século XVIII: "uma forma complexa de ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros".

O que vem a ser, segundo Thompson, a "economia moral dos pobres":

> Os motins de subsistência eram provocados por elevação vertiginosa de preços, por práticas incorretas dos comerciantes ou pela fome. Porém, estes fatos operavam dentro de um consenso popular sobre as práticas que eram legítimas ou ilegítimas na comercialização, na elaboração do pão, etc. Isto estava, por sua vez, baseado em uma visão tradicional consequente das normas e obrigações sociais, das funções econômicas próprias dos distintos setores dentro da comunidade que, em conjunto, pode dizer-se que formavam a economia moral dos pobres. Um atropelo a estes pressupostos morais, tanto como a privação em si, constituíam o momento para a ação direta. (1995, p.216-217).

Para o historiador inglês, assim como falamos de um nexo do dinheiro surgido da Revolução Industrial, existe um sentido em que podemos falar do nexo do pão no século XVIII. Ou seja:

> O conflito econômico de classes na Inglaterra do século XIX teve sua expressão característica no problema dos salários; na Inglaterra do século XVIII, os trabalhadores eram iniciados na ação mais impulsionados pela alta dos preços. [...] O mercado foi o campo de batalha da guerra de classes na mesma medida em que chegaram a sê-lo a fábrica e a mina durante a Revolução Industrial. (ibid. p.217).

Assim, podemos pautar estas lutas no plano do mercado como a busca do controle de preços, baseadas na ação direta dos pobres. Sem dúvidas, elas têm corte autogestionário. Thompson assinala uma onda de "longa duração" na Inglaterra, marcada por estes motins: "Nos anos que levaram a agricultura inglesa a um novo patamar, podemos assinalar uma cadeia de motins, ou como os contemporâneos as vezes os descrevem, de 'insurreições' ou 'levantes dos pobres': 1709, 1740, 1756-1757, 1766-1767, 1773, 1782 e, sobretudo, 1795 e 1800-1801". Como podemos ver uma onda de 'longa duração' quase paralela a que marca os anos da Revolução Francesa.

Thompson descreve a dinâmica da indústria capitalista inglesa desta época:

> As fortunas das classes capitalistas mais fortes repousavam, em último termo, na venda de cereais, carne e lã; e os dois primeiros artigos deviam ser vendidos, com pouca intervenção dos intermediários a milhões de pessoas que compunham a legião de consumidores. [...] No século XVII, a classe trabalhadora não vivia só de pão, porém, muitos deles subsistiam quase exclusivamente graças ao pão. (ibid. p.217).

"Economia Moral e o Preço Justo"

Thompson ressalta que a palavra 'motin' é um instrumento de análise fraco para dar conta dos fatos concretos e mesmo para descrever os movimentos populares.

> Se buscarmos a fórmula característica da ação direta, deveríamos tomar, não as disputas nas padarias na periferia de Londres, nem ainda as grandes refregas provocadas pelo descontentamento contra os grandes moinhos, mas os "levantes populares" (muito especialmente os de 1740, 1756, 1766, 1795 e 1800) nos quais os mineiros do carvão e do estanho, os tecelões e operários do calçado oram os que se destacaram. O extraordinário nestas 'insurreições' é, em primeiro lugar, sua disciplina e, em segundo lugar, o fato de que exibem um modelo de conduta cuja origem devemos buscar uns cem anos atrás, que ganha mais complexidade no século XVIII; que se repete ,aparentemente de modo espontâneo, em diferentes pontos do país e depois da existência de muitos anos tranquilos. A ação central neste modelo não é o saque de grãos nem o roubo de grão ou farinha, mas o ato de "fixar o preço". [...] Este 'modelo, retoma as medidas de emergência de épocas de escassez, codificadas no "*Book of Orders*", entre os anos 1580 e 1630. Se esta legislação de emergência se desmoronou durante as guerras civis, porém, a memória popular, especialmente em uma sociedade analfabeta, é extraordinariamente ampla. (ibid. p.255).

E que: "Cabe pouca dúvida de que há uma tradição direta que se estende desde o Book of Orders de 1630 aos movimentos dos trabalhadores padeiros no Leste e Oeste da Inglaterra durante o século XVIII".

Thompson, então, relata um destes movimentos. Primeiro, nos fala de uma 'copla' fixada na entrada da Igreja na paróquia de Wye (Kent), em 1630, que adverte e ameaça os comerciantes: "cento e

trinta anos depois (1768) se pregaram novamente folhas incendiarias nas portas das Igrejas de paróquias dentro do mesmo contorno de Scray, em Kent, incitando o povo a sublevar-se".

Através de relatos da época, Thompson descreve estas ações populares:

> na sexta passada, ao toque da trombeta, se pôs de pé uma multidão composta toda ela da gente mais baixa, como tecelões, menestreis, lavradores, aprendizes e crianças, etc. Se dirigiram a um moinho perto do povoado [...] abriram os sacos de farinha e os repartiram, os levaram e destruíram o armazém, etc. [...] Se comportaram com grande regularidade e decência onde não encontraram oposição, sem freios e violência onda a encontraram, mas saquearam muito pouco, para evitar o que não permitem agora as mulheres e as crianças que os acompanham. (ibid. p.258-259).

Prossegue, desta vez, o próprio Thompson:

> Após visitar os moinhos e mercados nos arredores de Gloucester, Stroud e Cirencester, se dividiram em grupos de cinquenta e de cem, e visitaram as aldeias e fazendas pedindo que se pusesse um preço justo ao grão no mercado, e entrando a força nos armazens de grãos. Um grupo grande visitou em pessoa o 'sheriff', soltaram suas armas enquanto falavam de seus delitos, escutaram com paciência, "gritaram alegremente Deus salve o Rei" e depois recolheram suas armas e voltaram ao trabalho de fixar o preço. O movimento teve, em parte, o caráter de greve geral de todo o distrito têxtil: "os amotinados entraram em nossos talheres [...] e forçaram a sair a todos os homens que queriam ou não unir-se a eles". Foi este movimento extraordinariamente disciplinado e em grande escala. (idem).

Para Thompson,

> O notável é a moderação, mais que a desordem. E não há a menor duvida de que estas ações eram aprovadas por um consenso popular imenso; se sente a profunda convicção de que os preços "devem" ser regulados em épocas de escassez, e de que os exploradores se excluem a si mesmos da sociedade. (ibid. p.260).

Thompson destaca que houve casos de aproveitadores que pegaram mercadorias sem pagar. Contudo, "existem abundantes testemunhos do contrário, e alguns são impressionantes. É o caso dos embaixadores de Honiton que, em 1766, tiraram os grãos dos agricultores, o venderam no mercado a preço popular e devolveram aos agricultores, não somente o dinheiro, mas também os sacos".

Os motins de subsistência tinham por principal característica que "homens e mulheres a ponto de morrer de inanição atacavam os moinhos e armazéns de grãos, não para roubar o alimento, mas para castigar os proprietários".

Outro elemento importante: "As iniciadoras dos motins eram, com frequência, as mulheres". Southey, em 1807, escreveu que "As mulheres estão mais dispostas a amotinar-se: têm menos temor à lei, em parte por ignorância, e em parte porque abusam do privilégio de seu sexo e, por consequência, em todo tumulto público sobressaem em violência e ferocidade". (ibid. p.266).

Em relação aos anos de crise bélica, 1800-1801, Thompson faz uma inflexão em sua pesquisa:

> Necessitariam um estudo à parte. Estamos chegando ao fim de uma tradição, e a nova apenas surgia. Nestes anos, a forma alternativa de repressão econômica – pressão sobre os salários – se torna mais vigorosa; há também algo mais que retórica sob a linguagem subversiva: organização operária clandestina, juramentos, os sombrios "Ingleses unidos". Em 1812, os motins tradicionais de subsistência coincidem com o ludismo. (ibid. p.282).

Nas novas áreas da Revolução Industrial surgem outras formas de organização.

> O Mercado era o ponto em que trabalhadores sentiam com maior frequência que estavam expostos à exploração, e era também – especialmente em distritos rurais ou em distritos fabris dispersos – onde podiam chegar a se organizarem com mais facilidade...Os confrontos no mercado, em uma sociedade 'pré-industrial', são, claro, mais universais que qualquer experiência nacional, e os preceitos morais elementares do 'preço razoável' são igualmente universais. (ibid. p.271).

E. P. Thompson conclui seu estudo: "A 'economia moral' da multidão demorou mais tempo para morrer: foi recolhida nos

primeiros moinhos de farinha cooperativos, por alguns dos socialistas seguidores de Owen, e subsistiu durante anos em algum fundo das entranhas da Sociedade Cooperativa Mayorista". (ibid. p.292-293).

Aqui, voltaremos a seu estudo sobre *The Making of the English Working Class*, que vimos acima.

Os "Passeios" de Flora Tristan (Os Novos Escravos: o Operário e a Mulher)

Flora Tristan ficou conhecida, sobretudo, pelo seu trabalho sobre a "União Operária", que antecede Marx em relação a uma visão internacionalista das lutas operárias. Mas F. Tristan fez quatro viagens ao coração do capitalismo e do industrialismo: a Inglaterra. Nestas viagens fez seus "Passeios" nos bairros operários da capital industrial da época: Londres. Flora pode, então, deixar registrada uma denuncia feroz contra a condição degradante dos trabalhadores.

Seu livro chama-se "*Passeios em Londres: ou a aristocracia e os proletários ingleses*" (1978), dividiu sua obra em sete capítulos com seus respectivos conteúdos:

- A cidade e o meio - Partindo da análise do fenômeno urbano, "*A Cidade monstra*": onde sociologia urbana e geografia se encontram para descrever a aglomeração e a divisão das funções por bairro, o clima e o meio ambiente e as consequências conjuntas sobre as mentalidades: o caráter dos londrinos e os estrangeiros em Londres;
- O poder - Os capítulos sobre os cartistas e uma '*visita ao parlamento*' mostram um par radicalmente antitético. De um lado, o "*Parlamento do povo*", honesto, digno e resoluto (onde as mulheres são admitidas); do outro, o Parlamento oficial, dos ricos e dos opressores, assembleia cínica e sexista;
- O Trabalho e a miséria dos trabalhadores - O maquinismo e industrialismo (operários das manufaturas); moradia dos trabalhadores irlandeses; bairro judeu; insuficiência das maternidades; salas de asilo; trabalho das crianças; alimentação;
- Os grandes males sociais - A prostituição e a delinquência.
- Os costumes - Corridas de cavalo; estrangeiros; clubes; viagens; conforto; cultura;
- A condição feminina - as mulheres inglesas; e
- Os remédios - o socialismo de Owen.

Os "*Passeios*" são uma acusação impiedosa contra a injustiça da sociedade inglesa. Londres é vista como o 'microcosmo do mundo industrial moderno", lugar de ajuntamento de todos os deserdados. Por exemplo,

> O proletariado inglês, de qualquer profissão que seja, tem uma vida de tal modo atroz, pior que a dos os negros que saíram das habitações-açucareiras de Guadalupe e da Martinica em busca da liberdade inglesa em Domingos e Santa Lucia, que voltam quando podem para seus mestres. Longe de mim defender qualquer tipo de escravidão! Quero simplesmente provar por este fato que a lei inglesa é mais dura para o proletário que o bom prazer do mestre francês em relação a seu negro; que o escravo da propriedade inglesa tem, para ganhar seu pão e pagar as taxas que lhe são impostas, uma tarefa infinitamente mais dura. (...) Cruelmente explorado pelo seu empregador, o operário é ainda pressionado pelo fisco e esfomeado pelos proprietários de terras; quase sempre ele morre jovem; sua vida é diminuída pelo excesso de trabalho ou pela natureza de seus trabalhos. Sua mulher e seus filhos não lhe sobrevivem por muito tempo; trabalhando na manufatura, eles sucumbem pelas mesmas causas; se eles não têm ocupação no inverno, morrem de fome!(1978, p.111).

"A divisão do trabalho impulsiona ao extremo limite, e se traz progressos imenso à fábricação, tem aniquilado a inteligência, para reduzir o homem a uma engrenagem das maquinas". (idem).

"Deve-se visitar as cidades manufatureiras, ver o operário em Birmingham, em Manchester, Glasgow, Sheffield, Staffordshire e outros para se ter uma ideia justa dos sofrimentos físicos e o abaixamento moral desta classe da população." (ibid. p.112).

> A maior parte dos operários não tem vestimentas, nem leito, nem móveis, fogo, alimentos sãos e mesmo batatas! Ficam fechados doze a quatorze horas por dia em salas sujas, onde se aspira um ar viciado, de fiadoras de algodão, de lã, de cobre, de ferro, etc. e passam frequentemente de uma alimentação insuficiente aos excessos da bebida; assim todos estes infelizes são raquíticos, fracos, sofredores; têm o corpo magro, os membros fracos, a pele pálida, os olhos mortos; todos parecem ter doenças de pulmão(...). É difícil achar seu ponto visual: todos têm constantemente os olhos abaixados e não nos olham (...). Não vemos nas manufaturas inglesas, o riso, as

> brincadeiras, as histórias, como nas nossas. O mestre quer que um minuto da existência possa distrair um minuto seus operários de suas tarefas; ele exige o silêncio, e reina um silêncio de morte. (ibid. p.112-113).

Duas ideias estiveram sempre presentes no pensamento e na ação dos últimos anos de Flora Tristan: a reabilitação da mulher e a emancipação da classe operária. Para ela, dois destinos indissoluvelmente ligados. A Inglaterra lhe abriu os olhos sobre o infortúnio dos operários, "parias da sociedade inglesa", o trabalhador está reduzido a "condição de escravo do proprietário", "escravo mais infeliz que o negro e o servo". Para Flora, a mulher é 'a proletária do proletário'.

O socialismo de Flora Tristan teve influência fundamental de três movimentos: Owenismo, Cartismo, O'Connell. A contribuição de Owen vem da necessidade de uma visão teórica ampla reunindo a análise do sistema econômico e social e o caráter messiânico que anuncia um mundo melhor. Os Cartistas trazem na sua visão a base social: a classe trabalhadora. O´Connel traz a noção da Organização associativa.

Assim, Flora faz uma crítica severa aos socialistas utópicos. Tanto a Fourier quanto a Owen, Flora acusa de que não organizam a classe operária. Mas, têm um ponto em comum; "O trabalho associado é o único que pode assegurar os homens contra a opressão e a fome".

De Cabet, Flora diz que busca uma sociedade fechada que não põe de partida a questão da união da classe operária. A ideia da "União Operária" de Flora é a de uma organização internacional constituída através de 'comitês de correspondência' em todas as cidades da Europa, mostrando, assim, a consciência clara do caráter internacional da classe operária. A União Operária com hegemonia dos trabalhadores forma uma aliança de todos os oprimidos em torno de si.

Os Comuneros de Nuestra America, 1780

Antes da grande Revolução francesa - 1789, e da revolução dos escravos na colônia francesa das Índias Ocidentais de São Domingos, conduzida por Toussaint L'Ouverture, em *Nuestra America* ocorreram sublevações e revoltas.

E, é fundamental o fato que estas lutas tinham certa correspondência na história. Assim, CLR James que escreveu *"Os jacobinos Negros",* sobre a revolução haitiana, analisa a repercussão dessa revolução:

> Uma outra pergunta permanece sem resposta: a mais realista e significativa de todas. Toussaint L'ouverture e os escravos haitianos trouxeram para o mundo muito mais que a abolição da escravidão. Quando os altinos americanos viram que o pequeno e insignificante Haiti podia conquistar e manter a independência, começaram a pensar que deveriam ser capazes de fazer o mesmo. Pétion, o governante do Haiti, ajudou na recuperação da saúde do enfermo e derrotado. Bolivar: deu-lhe dinheiro, armas e uma prensa tipográfica para auxiliá-lo na campanha que culminou com a libertação dos Cinco Estados". (JAMES, p.364).

A obra de German Arciniegas, intitulada "*Los Comuneros*", traça as lutas ocorridas no continente americano, incluso muito antes das lutas que vimos na obra de E. P. Thompson, e também, da grande Revolução francesa de 1789.

> As sublevações da plebe na segunda metade do Século XVIII indicam que muito antes de ocorrer a guerra da Independência havia no povo um fermento de rebeldia e um desejo de emancipação que conduz a uma das maiores revoluções de Nuestra America (p.5).

"Nos últimos meses de 1780 ocorreram levantes em Simágota, Moroles e Charalá, porém a cabeça do movimento foi à cidade de Socorro." (TENENBAUM, 2006, p.174). Esse movimento aglutinou mais de 60 cidades. segundo Tenebaum "Criolos, mestiços, índios, negros livres, conformaram a chamada 'Coalizão multiétnica'". Os Criolos constituíram a Junta chamada "*El Comum*", de onde veio o nome de comuneros.

Para Arciniegas, "sem esse antecedente seria impossível

explicar a imediata acolhida que se passou em 1810 aos caudilhos que fizeram o chamado para guerra. O grosso das tropas libertadoras foi formado sempre pelas classes mais humildes.”.

Para Arcinegas, “quem seguir a maior campanha de Bolivar, quando saindo de Cartagena em 1812 se dirigiu para Magdalena, remontou os Andes e veio até Venezuela, no mais atrevido e surpreendente dos movimentos militares, se admirará de como foram integrando-se a suas tropas negros, mulatos, andinos ou cobrizos, que ao final de quase 3 séculos de domínio colonial, sem vacilar, deixaram suas tradicionais tarefas para correr atrás das bandeiras da revolução” (ibid).

Deste modo, “a guerra foi a etapa final de um processo de meio século. Primeiro ocorreu a revolução dos Comuneros, em 1780...Como pano de fundo da sublevação de 1810, devemos, pois, considerar as revoluções da plebe, com todo seu colorido de montoneras iluminadas” (p.6).

German ressalta também as derrotas: “É certo que os comuneros do Paraguai foram vencidos, como ocorreu antes com Túpac Amaru no Peru, como também nos levantamentos de Latacunga no Equador, como Galán na Nueva Granada sofreu um horrível suplicio, como nas revoltas de Mérida na Venezuela não sobraram que as dores da recordação.”.

Mas, destaca os avanços: “Mas, o que não se perdeu foi a esperança. O que ficou flutuando e incitando foi o desejo. A plebe fracassou, e fracassaram os índios, porque careciam de lideres” (ibid).

A Revolução social de Tupac Amaru (1780-1781)

Fernando Mires, em sua obra sobre “*Las revoluciones sociales em America Latina*”, destaca que “o movimento de Tupac Amaru se situou no justo meio entre dois processos; um, o da resistência indígena tardia frente à colonização hispânica; o outro, o da independência política das nações hispano-americanas; ou melhor dizendo: foi ponto culminante de muitas tentativas isoladas de resistência e também o ponto inicial ou precursor da independência da America”. (MIRUS, 1988, p.15).

Mires ressalta que “O indigenismo ideológico da revolução se expressava na exaltação de alguns valores que existiram em

correspondência com as relações sociais originárias. Isto quer dizer que a nova ordem que esta revolução supõe não deve ser buscada em nenhum futuro desconhecido mas na própria tradição" (idem. p.46).

Com isso, Mires aponta para existência da 'comunidade indígena andina': "O recurso à tradição se expressa também na exaltação das formas organizativas que no passado foram próprias dos índios. Destas, a principal é o ayllu, célula primária nas comunidades agrárias do Peru incaico. Literalmente o ayllu é um conceito que designa a grupos de parentesco endógenos vinculados a um território comum(...). Sobretudo representava o ayllu para os índios da etapa colonial a ideia da propriedade coletiva da terra. Portanto, a saudade do ayllu era comum a todas as frações indígenas integradas ao movimento" (idem.p.47).

Mires recorre a Arciniegas: "São dias de indescritível emoção, em que os índios creem por um instante que vão renovar-se, a reverdecer as arvores do ayllu para que sob sua sombra protetora outra vez se congregue o povo dos incas em um cordial e humanitário comunismo" (idem). E que, "Desse modo, associada à ideia do ayllu surgiu uma ideologia indigenista de traços igualitários". (MIRES, p.48).

Mires caracteriza o movimento tupamarista como "uma revolução social": "foi primeiro uma rebelião crioula-indígena, que no curso de seu processo se transformou em uma revolução indígena-popular" (idem, p.49).

O objetivo central de Tupac Amarua era uma 'revolução dupla": "Dupla revolução em que uma, a dos índios, estava continha em outra, a dos crioulos, mas que, não cabendo nela, lutava para supera-la(...). No fundo, as duas revoluções emergentes apenas expressavam s divisão clara entre duas nações potênciais. Por um lado, a nação crioula, cujo ponto de partida se encontra só no período colonial como resultado das relações sociais originadas pelas próprias guerras de conquista; por outro lado, a nação indígena, cujas origens remontavam a séculos de historia sepultada e que mediante o ato da subversão pretendia ressurgir" (idem, p.38).

Utilizando instrumental teórico gramsciano, Mires analisa o objetivo estratégico: Tupac Amaru tinha por objetivo a construção de uma frente social anti-Europa: "Formar uma ampla frente social contra os peninsulares, partindo dos interesses dos mais humildes...Desse modo, o bloco social 'antieuropeu' concebido por Tupac Amaru começou a perfilar-se desde seu inicio como uma rebelião popular hegemonizada pelos etor indigena" (idem. p.37). Por

fim, Mires mostra que a utopia do movimento tupamarista não era nostálgica: "Tupac Amaru foi o porta voz de uma revolução não somente popular, mas também nacional, pois quem se levantou em armas foi a própria nação indígena. Todavia, não se deve pensar que Tupac Amaru buscava a ressurreição do antigo império. Ao contrario, sua própria formação ideológica o fazia ver na conquista espanhola um fato irreversível". (idem, p.48). Nesse sentido, foi mais um movimento de caráter 'romântico revolucionário'.

Parte II
Os Ciclos das lutas autogestionárias: teoria dos ciclos

Os ciclos de lutas autogestionárias

Walter Benjamin afirmava que a história dos oprimidos é marcada pela descontinuidade e a dos opressores pela continuidade. Essa descontinuidade se expressa no processo histórico através de ciclos de longa duração. Nesse sentido, fazemos nossas as palavras de Mariátegui:

> A história é duração. Não vale o grito isolado, por maior que seja seu eco; vale a predica constante, continua, persistente. Não vale a ideia perfeita, absoluta, abstrata, indiferente aos fatos, `a realidade mutável e móvel; vale a ideia germinal, concreta, dialética, operante, rica em potência e capaz de movimento".(1928, n.17, p.1.)

Essa ideia (aristotélica) de um ser 'constante, continuo, persistente", e, "germinal, concreta, dialética, operante, rica em potência e capaz de movimento" é exatamente o princípio da autogestão comunal. É a velha toupeira!

A ideia de W. Benjamin nos lembra um depoimento de Hans H. Holz, aluno e discípulo de Ernst Bloch, nos relata uma visita que fez ao filósofo em sua residência de Tubingen.
Holz define, de inicio, uma visão da história:

> A história se assemelha mais a uma acumulação de ruinas de esperanças destruídas, dispersas e quebradas, que a uma lógica do progresso organizada de acordo com os estágios da superação. O tema de Bloch não são os vencedores, mas os derrotados, os oprimidos, os humilhados e ultrajados, que, sem duvidas, engendram sinais que, em geral, já não podem ser apagados da lembrança coletiva dos homens. (HOLZ-HERRAMIENTA, 2007, p.49.)

Em seguida, narra sua visita ao velho filósofo:

> Quando visitei Bloch em Tubingen pouco antes de sua morte, a conversa, que durou algumas horas, girou uma e outra vez em torno à grande Revolução dos Camponeses, e em torno a revoluções que fracassam (grifo nosso), mas que deixam algo humano que nos é legado como algo ainda incompleto, como uma promessa (ibid. p.50).

Na ocasião Bloch menciona a canção dos camponeses após uma batalha perdida; "Voltemos para casa vencidos, nossos netos sairão melhor da luta" (ibid).

Portanto, a "dialética da derrota" é um tema inerente as lutas dos trabalhadores.

Nesta parte vamos nos basear em alguns teóricos que analisaram -alguns de modo sistemático outros nem tanto- os ciclos das lutas operárias. Pela ordem trataremos as ideias de: João Bernardo, Mario Tronti, D. Guerin, C. L. R. James, Mario Pedrosa, Beverly J. Silver e Ernst Mandel.

João Bernardo em sua obra "Economia dos Conflitos Sociais" (escrita nos anos 1987-89 e publicada em 1991), elaborou uma cronologia na qual podemos situar o 'arco temporal' que nos facilita a contextualização.

Bernardo, fazendo uso de uma conceituação própria, nos fala de "Ciclos longos da mais-valia relativa" em contraposição aos "ciclos curtos de mais-valia relativa". Estes últimos se caracterizam pela quotidiana assimilação das reivindicações e pressões dos trabalhadores, e, a degenerescência das formas de organização da luta autônoma. Já os ciclos longos se caracterizam pela ascensão de formas autônomas de luta dos trabalhadores. Bernardo caracteriza:

> a fase de ascensão de formas autônomas de luta marca o início de um ciclo longo de mais-valia relativa. Os repetidos colapsos constituem, por si mesmos, o quadro em que essas formas degeneram-se e são assimiladas pelo capitalismo, criando-se progressivamente mecanismos que permitem a assimilação cada vez mais fácil e rápida das lutas do mesmo tipo que venham a desencadear-se. Esta é a segunda fase. Quanto mais solidamente a fase de assimilação parece estar implantada, mais começam, porém, a difundir-se novos tipos de luta autônoma, cuja recuperação é inviável no interior dos mecanismos já constituídos. A generalização destes novos tipos de luta marca o início da primeira fase do ciclo seguinte. (1991, p.352).

Bernardo acrescenta:

> Em termos muito genéricos, a fase que considero de ascensão de um dado tipo de luta autônoma corresponde às fases de recessão e depressão, sobrepondo-se à fase de assimilação

> plena às fases de recuperação e prosperidade (idem).
> Na cronologia que proponho, deixo numa data incerta da abertura do primeiro ciclo, começando a fase de assimilação em torno do ano de 1848, para se esgotar nos meados da década de 1860, quando se passou ao segundo ciclo longo. Neste, a ascensão de novos tipos de luta autônoma processou-se até o princípio da década de 1870, iniciando-se a sua assimilação desde os meados dessa década até 1916 ou 1917. De 1917 até meados da década de 30, teve lugar um surto ascensional de lutas autônomas, que foi plenamente assimilado desde então até os anos iniciais da década de 60. Com o começo dessa década inaugurou-se o quarto dos ciclos longos, cuja fase de ascensão das formas autônomas de luta julgo ter em geral ocorrido até meados da década de 70, por vezes, mesmo tocando os anos iniciais da década de 80, parecendo-me que entrou já na fase de assimilação plena. (idem)

Portanto, resumidamente:

- 1ª. Abertura do primeiro ciclo: possivelmente 1830.
  Fase de assimilação: 1848 até 1864;
- 2ª. Abertura segundo ciclo: 1870.
  Fase de assimilação: 1875 até 1916-1917;
- 3ª. Abertura terceiro ciclo: 1917.
  Fase de Assimilação: 1930 até 1960;
- 4ª. Abertura quarto ciclo: 1960 até 1975 e, mesmo 1980 até 1981.
  Fase de assimilação: 1982 até ... (idem)

Bernardo caracteriza o movimento Solidarnosc dos trabalhadores na Polônia, dentro deste contexto: "desde meados de 1980 até o final de 1981 agitou a totalidade da classe trabalhadora na Polônia e que coroou esta fase de ascensão como sendo a fase de ascensão da autonomia, ao mesmo tempo que parece ter constituído por agora (1989), o seu último período". (ibid. p.363).

Bernardo específica os ciclos e caracteriza as lutas exatamente do período que cobre os anos 60 e 70. Segundo ele, "Cada segunda fase de um ciclo longo, pelas mesmas razões por que constitui a assimilação das formas autônomas ocorridas na fase anterior, inaugura um novo quadro de conflitos". Assim,

> A partir dos inícios da década de 60, generalizaram-se greves sugestivamente apelidadas de selvagens, quer dizer, exteriores

> aos sindicatos oficiais, alheias aos mecanismos instituídos de recuperação dos conflitos. Com este movimento, inaugurou-se a primeira fase do quarto ciclo longo. Já na década de 50, vinham realizando-se greves, tanto na esfera norte-americana como na soviética, em que as burocracias sindicais eram completamente ultrapassadas, mas foi apenas a partir dos primeiros anos da década seguinte (60) que assumiram dimensões tais e uma tão ampla difusão que permitem defini-las como integrando um novo ciclo. Este movimento obedeceu a um crescimento até conhecer, na FRANÇA, em princípios de 1967, uma etapa nova, com a ocupação de uma empresa por mais de dez mil trabalhadores. Pouco mais de um ano depois, cerca de dez milhões de grevistas paralisavam o capitalismo na FRANÇA, muito para além de quaisquer palavras de ordem das centrais sindicais, e cerca de cem empresas foram então ocupadas. A partir do final de 1968, porém, esboçaram-se na ITÁLIA ocupações que incluíam formas de organização da produção e a partir de 1973 este tipo de movimento atingiu um estágio superior, com célebres experiências na FRANÇA e, mais generalizadamente, em Portugal de 1974 a 1975. (ibid. p.363).

Bernardo abre um campo de novas complexidades para as lutas contra o Capital:

> Enfim, "a crise de 1974 deu novo fôlego à estratégia da mais-valia relativa, permitindo aparentemente encetar a fase de assimilação. A experiência polaca de 1980-81 parece ter sido a ultima fase ascendente da autonomia, correspondendo a presente década de 80 ao começo da segunda fase do quarto ciclo longo. Mas a assimilação destas formas de luta assume hoje uma feição nova." (ibid. p.365).

Vejamos como o principal teórico do "operarismo italiano", MARIO TRONTI, teceu considerações político-metodológicas sobre estes ciclos. Destacamos dois pontos: primeiro, o método de "Análise das lutas passadas", e, segundo, sua apreciação das "Lutas dos operários americanos" e o papel do marxismo.

Em sua obra magna, "*Operai e Capitale'* (1970), Tronti tem um ensaio intitulado "*Lênin na Inglaterra*" (1964), em que começa afirmando "Uma época nova da luta de classes está para se abrir. Os operários impuseram-na aos capitalistas com a violência objetiva da sua força de fábrica organizada". (1970-p.93).

Aqui, Tronti, em janeiro de 1964, capta a conjuntura de lutas

que viria em seguida e, localiza seu centro: "a fábrica organizada". E dá o tom da década que começa: "Também nós próprios começamos por ver primeiro o desenvolvimento capitalista e só depois as lutas operárias. É um erro". "Tem de se inverter o problema, muda-lo de sinal, recomeçar desde o principio: e o princípio é a luta de classe operária". (idem).

Ao dizer que a sociedade tem suas leis de desenvolvimento, Tronti pergunta "Mas e as leis de desenvolvimento da classe operária – quem as descobrirá? O capital tem a sua história, que é escrita pelos seus historiadores. Mas a história da classe operária – quem a escreverá?" (idem)

Quando começou essa história?

> Se assim é, todos são obrigados a saber que pelo menos depois daquele mês de Junho de 1848, mil vezes maldito para os burgueses, os operários subiram para o palco e nunca mais o abandonaram: escolheram volunta-riamente, de vez em vez, apresentar-se sob diversos papeis, como atores, como seguidores, como técnicos, como trabalhadores enquanto esperam descer à plateia para agredir os espectadores. Como se apresentam eles hoje nos palcos modernos. (ibid. p.94).

Do ponto de vista metodológico Tronti fala de que "Existem dois modos de encarar o lado histórico da mudança da classe operária depois de Marx":

O primeiro consiste num desenvolvimento cronológico que avança passo a passo na reconstrução dos grandes ciclos da luta operária após os anos sessenta do século passado, tendo atrás toda uma serie de acontecimentos que fazem precisamente história: A história da indústria no capital; A história do capital na política; Nas transformações da camada política e, ao mesmo tempo, as grandes teorizações , aquilo que uma vez se chamou a história do pensamento, a primeira sociologia, a ultima forma de sistema assumida pela economia, o nascimento de uma teoria cientifica – a teoria do fato tecnológico, como ciência do trabalho, inimiga do operário.

A periodização da história é definida por Tronti no arco temporal de 1870 a 1914. Contudo, Tronti adverte:

> Desejando ser generosos, e não querendo revolucionar constantemente os hábitos mentais do intelectual médio, poder-se-ia mesmo aceitar fechar um primeiro grande bloco de fatos nesta época da "sua" história. E daí avançar em direção a nós, na direção das lutas operárias novas, que produzem a verdadeira mudança política, ainda hoje no principio, na nossa opinião. (ibid. p.299).

E, que, "no entanto, há um outro modo, ou seja, o de um movimento através de grandes nós históricos, com paradas em conjuntos de fatos macroscópicos, mas que ainda não foram abrangidos pelo conhecimento crítico do pensamento operário e, portanto, longínquos de uma compreensão de classe que permita a utilização política das suas consequências. Estes nós, quando são importantes, isolam um aspecto fundamental da sociedade capitalista, dando dela, por assim dizer, um perfil vertical de respostas, quer político-institucionais, quer cientificas, quer organizativas". (idem).

Tronti avança sua proposta metodológica:

> Quando, como um fruto raro num mar de circunstancias favoráveis, um nó se isola, selecionando horizontalmente todas essas linhas que saem de baixo para cima, estamos então diante de um modelo de história, um período privilegiado para a pesquisa, uma terra prometida de fatos, de pensamentos, de ações, com a exploração do qual nos devemos preocupar. (ibid. ps. 299-300).

Então, Tronti define sua opção metodológica pelo segundo modo: "O fruto de experiências práticas que daí se pode extrair é incomparável com todo e qualquer relato cronológico passivo de transformações indiferentemente ocorridas". (idem)

Avançando seu raciocínio Tronti diferencia caminhos:

> A alternativa está entre a narração como interpretação incorporada – que é a velha pretensão do objetivo histórico - e o seu contrario: a interpretação como narração incorporada – que é o novo rumo da pesquisa política operária. A escolha é entre história e política, dois horizontes legítimos, porém, cada um para uma classe diferente. (idem)

Tronti, então, aplica a seu trabalho a perspectiva que escolheu como meto de pesquisa: a narração como interpretação

incorporada. Para ele,

> o ponto de vista operário não tem qualquer interesse em definir, com o conceito de revolução, as transformações do passado. O apelo a um "precedente histórico", que antecipe e prefigure os movimentos dos operários, é sempre um fato reacionário, conservador, bloqueador, temperador do próprio movimento dentro dos horizontes de quem hoje controla o curso da história, daqueles que dominam, portanto, o desenvolvimento da sociedade. Nada é mais estranho ao ponto de vista operário do que o culto oportunista da continuidade histórica, nada é para ele mais repugnante do que o conceito de "tradição" [grifos nossos]. (ibid. p.271).

Para Tronti, "Os operários reconhecem como única continuidade adas suas experiências políticas diretas; uma única tradição, a das suas lutas" (idem). Partindo dessas considerações, Tronti proclama: "É já tempo de por de pé a história operária da sociedade socialista" (ibid. p.272). Como não lembrar Walter Benjamin quando diz que "A história dos opressores é continuidade; a história dos oprimidos é descontinua"?

Tronti busca apoio em Marx, afirmando que "reconstrução teórica e destruição prática não podem a partir desse momento, deixar de andar juntas, como duas pernas de um mesmo corpo, o da classe operária". Além disso,

> As revoluções proletárias – dizia Marx - críticam-se continuamente a si mesmas; interrompem em cada instante o seu curso; voltam aquilo que parecia já coisa acabada para recomeçar de novo; são escarnecidas impiedosamente e sem respeito pelas meia-medidas, debilidades e misérias das suas primeiras tentativas; parece que só derruba o adversário para que este tire da terra novas forças e se levante novamente mais forte em face delas; retraem-se continuamente, espavoridas pela imensidade infinita dos seus próprios fins, até que se crie a situação em que se torna impossível qualquer recuo e as próprias circunstâncias gritem: "hic Rhodus, hic salta" (18 Brumário). (idem)

Para M. Tronti esse é o próprio conceito de revolução e não o processo das revoluções proletárias; "esta é a revolução como

processo". Quantas 'afinidades' com a ideia de "Longa Revolução" de R. Williams!

A aplicação da ideia de revolução burguesa à revolução proletária conduziu a "ruína estratégia do movimento operário". Para Tronti, neste modelo, "Os operários deviam demonstrar, pelos fatos, a sua capacidade de gestão econômica da sociedade – capacidade naturalmente muito maior que a dos capitalistas- e, nesta base, reivindicar a direção do Estado. Dai a gestão operária do capital como via mestra – clássica - para o socialismo". Por vezes, o movimento comunista tentou romper e destruir essa lógica socialdemocrata." (ibid. p.273).

Avançando sua análise, Tronti traça exemplos da diferença entre estes dois filões do movimento operário:

> Se existe uma história interior à classe operária – a reconstruir ao lado da do capital- ela comportará certamente as duas experiências de organização, mas não com o mesmo título nem com o mesmo significado.
> Com efeito, existe uma diferença de qualidade entre momentos diferentes da esma luta operária. O dia 9 de Agosto de 1842,quando 10.000 operários marcham em Manchester com o cartista Richard Pilling à frente, para negociar na Bolsa de Manchester com os fábricantes e também para ver como vai por ali o mercado, não é domingo de 28 de maio de 1871 em Paris, quando Gallifet manda sair das filas dos prisioneiros aqueles que têm os cabelos grisalhos, para os fuzilar rapidamente, porque tinham visto, além de Março de 71, o Junho de 48. (...)
> Seja como for, é certo que surge a articulação operária do desenvolvimento capitalista: mas, da primeira vez –caso de Manchester -, como indicação positiva ao funcionamento do sistema, tal como ele é e só para o melhorar, iniciativa que só é organizada por meio de instituições; da segunda vez –caso de paris- como um não à gestão do mecanismo da sociedade e um não que é reprimido com a violência pura.
> É a diferença de qualidade que existe – até no interior de um mesmo conteúdo operário- entre reivindicação sindical e recusa política. [grifos nossos]. (ibid. p.273-274)

A diferença entre os dois filões: "A socialdemocracia mesmo depois de conquistar o poder político estatal, nunca foi além dos limites reivindicativos de um sindicato face ao patrão." Por sua vez, "O movimento comunista, em singulares experiências provisórias, bloqueou com a arma partidária da não colaboração o

desenvolvimento pacífico da inciativa capitalista". Para Tronti, a escolha entre os dois caminhos é simples; o problema é o preço, a nível teórico, que se paga ao optar pelo caminho comunista. Não há respostas para essa questão fora da luta dos trabalhadores. (ibid. p.274).

Tronti refuta as ideias correntes nos anos 1960 da 'nova classe operária' (Gorz, Mallet, Belville): "Nada deve ser combatido com mais ferocidade do que a imagem hoje corrente de uma 'nova classe operária' que renasce continuamente, renovada e só, dos diversos saltos tecnológicos do capital, como de um laboratório científico de produção". (ibid. p. 274). Para Tronti,

> Não é o passado de revolta da classe operária que se deve renegar, esse passado de 'loucuras desesperadas" que foram sempre as suas insurreições, sob o signo da violência. É preciso não cometer o erro dos frios cientistas da história de liquidar, como "revolta popular", todos os combates de massa em que se levantaram barricadas, e ir procurar as verdadeiras lutas unicamente nas ultimas formas de contratação com o capital coletivo.1848, 1871 e 1917 são luta de classe operária? – Empiricamente- historicamente- pode-se chegar a mostrar que não, que não o são, no limite do desenvolvimento que justifique os objetivos propostos por aqueles acontecimentos. (ibid. p.274-275).

Neste ponto, Tronti clama aos céus: "No entanto, experimentai construir o conceito de classe operária, a sua realidade política, sem os insurretos de Junho, sem os communards, sem os bolcheviques: tereis nas mãos uma forma vazia e, no papel, um modelo sem vida. A classe operária não é, com certeza, povo. Mas vem do povo!" (ibid. p.275).

Tronti volta a falar da "forma de luta da recusa, a forma de organização do não operário". Segundo Tronti,

> na história operária do capital é possível voltar a encontrar em germinação, desde o início, desde que os primeiros proletários se constituem em classe, estas formas de luta e organização. Mas, no seu pleno desenvolvimento, no seu real significado, só surgem muito depois, continuando em vida até hoje, como estratégia do futuro". E que, "È ao nível mais elevado do desenvolvimento, e não nos primórdios da história, que se torna

> evidente o conteúdo mais simples da verdade revolucionária; o capital não pode destruir a classe operária, a classe operária pode destruir o capital. (ibid. p.277)

Após as questões de método, M. Tronti passa a relação –lutas -organização, na Alemanha, "o terreno político clássico da luta operária". Por exemplo: em 1913, 5.672.034 jornadas de trabalho perdidas nas greves operárias". (ibid. p.308).

Conforme o autor, "Era o tempo em que as lutas andavam com sua insólita violência, vizinhas da sublevação, mas igualmente vizinhas e quase idênticas à derrota". (ibid. p.309). Tronti caracteriza os anos sessenta do século XIX como tempos de crescente rebeldia e indisciplina:

> entre 1871 e 72 há um crescendo de lutas, dos metalúrgicos de Chemitz aos mecânicos da Cramer-Klett de Nuremberg e até os 16.000 mineiros do Ruhr, descendo à rua e gritando: oito horas de trabalho e 25% de aumento de salários. Em 1873, uma crise violenta abate-se sobre a economia alemã e os operários defendem-se aguerridamente contra o desemprego, contra o corte dos salários [...]. (ibid. p.309).

Tronti aponta o erro principal na estratégia da socialdemocracia:

> ela tirou, objetivamente, a forma política do partido do conteúdo das lutas, que ela deslocou a relação lutas-organização para o terreno da prática estatal e, portanto, que usou as lutas para crescer como poder alternativo, como potência institucional de sinal contrario, provisoriamente, como ante Estado à espera de se tornar governo.(ibid. p.310).

Tronti passa as lutas operárias, apoiado em obra de J.Kuczynski:

> Abramos o terceiro volume da monumental "História da classe operária alemã - de 1789 aos dias atuais" (...), obra que despida da sua conceitualização e da sua terminologia apelo-marxista, constitui uma mina de noticias sobre a classe. Ano chave: 1889. O ano do nascimento da 2ª Internacional – esta filha legitima da socialdemocracia e do capital na Alemanha- vê, de cada lado da Mancha, a greve dos estivadores ingleses e a greve dos mineiros alemães. Após as lutas dos 25.000 pedreiros e carpinteiros de Berlim, com a plataforma "horário de dez para nove horas,

> salário de 50 para 60 pennings", eis que explode a vanguarda de massa histórica que sempre foram os mineiros: 13.000 no sarre, 10.000 na Saxônia, 18.000 na Silésia, 90.000 na Renânia-Vestfalia, todos parados, com o exercito expedido contra os grevistas, cinco operários mortos, nove feridos. (ibid. p.311)

Prossegue Tronti, escavacando sua mina:

> De novembro de 90 a setembro de 91, há uma trintena de greves com 40.000 operários em luta; na primeira fila os tipógrafos, os "ingleses" do movimento sindical alemão, com sucesso legal nos horários.
> Entre 91 e 94, 320 greves, difusas, pequenas e breves, com 20.000 operários.
> Em 95 e, sobretudo em 96, outra grande onda em Berlim, no Sarre e no Ruhr. A media dos conflitos favoráveis aos operários sobe de 55,5 a 74,7 por cento. Há uma atmosfera de vitória operária. A greve dos estivadores de Hamburgo, em 96, faz voltar a moda das leis antigrevistas (...). Por sua vez, a greve de Crimmitschau, em 1903, tem um êxito diverso. Oito mil tecelões param o trabalho durante cinco meses, em luta pelo salário. [...]
> Os anos que vão de 1903 a 1907 conhecem uma intensidade de lutas semelhante à sua extensão quantitativa: a ponta situa-se em 1905, quando os operários em greve são 370.000 e as jornadas de trabalho perdidas se elevam a 7.362.802 ... mas ainda em 1910 os operários em greve são 370.000 e as jornadas de trabalho perdidas 9 milhões. E assim se passa, a um nível um pouco inferior, até 1913. São estes os dados de Walter Galenson, para os anos de 1890 a 1917. (ibid. p. 311-312).

Aqui, Tronti sai da Europa para falar das lutas operárias na América. Mas, fazendo uma comparação muito heterodoxa entre os dois continentes. Inicialmente, Tronti apresenta uma hipótese: "a luta operária atingiu, em absoluto, o nível mais alto do seu desenvolvimento durante os anos que vão de 1933 a 1947, nos Estados Unidos". (ibid. p.316).

Lembremos que este é o período que no Brasil correspondeu ao regime do "Estado Novo" de Vargas, e, para nosso interesse aqui, do exílio de Mario Pedrosa, de quem vamos falar mais abaixo. Prossegue Tronti:

> Lutas avançadas, lutas vitoriosas, lutas operárias de massa ou lutas de massa diretamente operárias e mesmo simples lutas contratuais: tomemos uma experiência revolucionária qualquer da velha Europa, confrontemo-la com este ciclo particular da América operária e saberemos assim os nossos limites, os nossos contratempos, as nossas derrotas, no melhor dos casos os nossos atrasos subjetivos, no pior a nossa absurda pretensão de ser vanguarda sem movimento, generais sem exército, sacerdotes do verbo subversivo sem sapiência política. (ibid. p.316-317)

Vamos às lutas dos operários americanos. "Existem excelentes premissas de luta. Uma onda tinha surgido mesmo no auge dos anos da guerra, transformando, à sua maneira, a guerra nacional, não em uma guerra civil, mas em luta de classe." (ibid. p.317). E, Tronti inicia sua tese sobre a classe operária americana:

> O modo de comportamento dos operários americanos durante as grandes guerras é um capítulo da história contemporânea ainda por escrever, por falta de coragem cientifica, por receio de saber como são as coisas (...). A luta operária no seio da guerra capitalista é um grande fato político da nossa época. Não é por acaso que o vamos buscar, por ausente na Europa, no coração americano do sistema internacional do capital. (ibid. p.317).

E Tronti parte para os dados:

> Se em 1914 e 15 o número de greves fora de 1.204 e 1.593, já em 1916 o número salta para 3.789 e em 1917 para 4.450, respectivamente com 1.600.000 e 1.230.000 operários em luta.
> À parte o fabuloso ano de 1937, será necessário chegar a 1941 para voltar a encontrar 4.288 greves num ano, com 2.360.000 operários, 8,4% do total da força-de-trabalho empregada, exatamente como em 1916: percentagem nunca alcançada até 1945, à parte outro ano fabuloso, 1919.
> Em 1943,44 e 45 um crescendo impressionante: número de greves, 3.752 e 4.750; operários em luta,1.980.000, 2.120.000 e 3.470.000.
> A intensidade da luta operária durante a guerra só é superada num caso, o imediato pós-guerra, no momento da primeira reconversão das indústrias bélicas em indústrias de paz e de bem-estar civil. Pareceria que os operários deveriam abster-se de criar dificuldades a um propósito tão humano...Vejamos.
> Em 1946: 4.985 greves, 4.600.000 operários fora do trabalho,

> 16,5% de toda a força-de-trabalho empregada. Em 1919: 3.630 foi o numero de greves, 4.160.000 o numero de grevistas, 20,2% do total dos operários então empregados.
>
> Do ponto de vista dos operários, a guerra é uma grande oportunidade para pedir mais. Tronti fala dos direitos conquistados: direito de organização, contratação coletivo por meio de representação sindical, contratos *union shop e open shop* reconhecidos igualitariamente, paridade de pagamento para as mulheres, salário mínimo garantido para todos – foram as conquistas do primeiro período da guerra. Consolidada a organização, explorando as necessidades nacionais do adversário de classe – as Uniões ultrapassaram em 1918 os 4 milhões de filiados - eis que, já nos pós-guerra, o combate se desloca para o salário. (ibid. p.317-318)

Tronti faz a crítica de uma visão centrada nas lutas da Europa e Ásia:

> Quando se fala em 1919, o militante revolucionário pensa noutras coisas: na guerra civil na Rússia bolchevique, na república dos Sovietes na Baviera, na terceira Internacional e em Bela Kun, e o nosso militante pensa em Turim, no Ordine Nuovo, nos Conselhos antes das ocupações das fábricas.
> Mas, Seattle é um nome desconhecido e os seus mecânicos navais, coordenados por James A. Duncan, que arrastaram durante cinco dias de greve geral 60.000 trabalhadores, nunca são citados. No entanto, começava ali um ano-chave das lutas de classe na América, que por destino positivo da revolução mundial era talvez mais importante do que todos os outros acontecimentos 'euroasiáticos' em conjunto. (ibid. p.318).

Tronti considera estas lutas na América como que "coisas de um Maio de 1968, um pouco mais serias, porque aconteceram meio século antes!". (idem). E que,

> Estavam em greve mecânicos e ferroviários, trabalhadores dos têxtis e estivadores, industrias de alimentação e de vestuário. Chegou-se ao combate decisivo, no terreno da matéria então fundamental para qualquer tipo de produção: aço e carvão, 350.000 operários da siderurgia exigiam: contrato coletivo com aumento salarial e jornada de trabalho de 8 horas. (ibid. p.318-319).

A repressão foi a resposta patronal. "A caça as bruxas anti-operária" (idem). Veio então, um longo ciclo de descenso. Seguiu-se um "impressionante silencio das lutas da massa operária, a seguir à derrota dos 400.000 ferroviários, em 1922, que se prolongou até 1929 e mesmo para além". E Tronti põe a grande questão da época: "Porque não houve um 17 em 1927?". (ibid. p.320).

> Os operários não avançam reivindicações e não as impõem pela luta em duas únicas ocasiões: quando obtêm sem exigir e quando sabem que não podem obter. A ausência de grandes lutas de 1922 e 1923 teve, portanto, duas motivações diferentes nos dois períodos diferentes, de 22 a 29 e de 29 a 33. (idem).

Tronti, após essa bela exposição sobre a classe operária americana, tira uma conclusão importante: "temos que nos convencer que os operários americanos têm sido ate hoje face escondida da classe operária internacional". A seguir, o autor acrescenta:

> Para decifrar o vulto desta esfinge de classe que a história contemporânea põe ante nós, é preciso, antes de mais, completar todo o circulo do planeta operário. As faces iluminadas pelo esplendor das nossas revoluções não é tudo o que se há para ver. A noite americana parece escura, porque olhamos o dia de olhos fechados. (ibid. p.321).

Sorte teve, assim, Mario Pedrosa ao se exilar nos EUA e poder estudar as lutas dos trabalhadores americanos! Mario Tronti busca então 'completar o circulo do planeta operário' dos EUA. As lutas e numero de operários em greve sofreram grande peso da organização nas empresas:

> [...] o parágrafo 7º, do *National Industrial Recovey Act*, com o direito de os operários 'se organizarem e tratarem coletivamente dos seus assuntos por meio de representantes' foi aprovado em Junho de 33. Na segunda metade deste ano, o numero de greves foi idêntico ao de todo o ano precedente, os operários em luta foram três vezes e meia os de 1932.
> Em 34, houve 1.856 greves, 1.500.000 operários abrangidos, mais de 7% da população ativa. Não é, portanto, elevado o numero de conflitos, mas nele participaram as grandes industrias e as grandes categorias, os trabalhadores da siderurgia , os operários do automóvel, os estivadores da Costa

> do Pacifico, os lenhadores do Noroeste, e na primeira fila e com voz mais alta, quase 500.000 operários têxteis, com as reinvindicações seguintes: semana de trabalho de trinta horas, salário mínimo de 13 dólares, abolição *do strech-out, do speed-up* da indústria têxtil, e reconhecimento da *United Textile Workers*.(ibid. p.321).

Os trabalhadores dos setores de ponta adentravam assim nos locais de trabalho. Tronti relata esse processo:

> A palavra de ordem: organizar os desorganizados, isto é, entrar com o sindicato nas grandes indústrias com produção de massa, só se tornará possível a partir do momento em que, por parte da consciência coletiva do capital, se abria a fábrica a um poder operário moderno, que contrabalançasse o poder patronal, antiquado e atrasado. [...]
> O ano de 1935 assiste ao nascimento simultaneamente, do Wagner Act e da CIO, vendo-os vencer." Arranca o sindicato da empresa, entrega-o pela primeira vez ao operário comum" a identificação da figura do novo operário-massa nas grandes industrias do aço, do automóvel, da borracha e da radio. Só assim se explica que no fim de 1937 o numero de filiados da CIO supere o da AFL. (ibid. p.322).

Vejamos os dados, em gráfico que construímos: O despertar de 1936 tinha muitos aspectos de um renascimento [...]. Surgiam novas seções locais na base do espirito de corpo que unia os trabalhadores... a CIO contava com uma força de 3.700.000 membros contra os 3.400.000 da AFL:

Setor	Número de trabalhadores
Mineiros	600.000
Operários da indústria de automóveis	400.000
Siderurgia	475.000
Têxteis	300.000
Vestuário	250.000
Agrícolas	100.000
Indústria da alimentação	100.000

(Fonte: Ibid. p.335)

Este quadro dá um novo sentido e forma às lutas:

> apareceu por meados de 1937: 4.740 greves num ano, cifra nunca atingida ate aquele momento, um movimento ampliado, não massificado em grandes pontos, mas ramificado em nós vitais da produção, com formas de luta inéditas, com instrumentos de pressão de uma eficácia jamais experimentada. Começara pela fundação do *Steel Workers'Organizing Committee* e, só com o sucesso desta ação organizativa o *Big Steel*, essa fortaleza inexpugnável da *United State Steel Corporation*, é obrigada a render-se: aumento de salário de 10%, jornada de 8 horas e semana de 40. Foi a vez da *Little Steel*: 75.000 operários viram-se obrigados a uma luta duríssima contra as companhias menores da produção siderúrgica, com o "massacre do memorial Day", em Chicago (...).Mas, o ponto alto do combate teve lugar na indústria de automóveis: por um lado, a mais potente união sindical do país, a *United Automobile Workers*, por outro, as mais fortes corporações do capital, a GM, a Chrysler e a Ford. A *sit-down strike* fez a sua aparição e, durante quarenta e quatro dias, a produção da GM é bloqueada, em Flint, Cleveland, Detroit e por toda a parte. Houve uma ordem para evacuação das fábricas, mas foi ignorada; houve uma tentativa de irrupção da polícia, mas foi repelida. *Solidarty for ever* foi o slogan que uniu operários e população. (ibid. p.323)
> Depois foi a vitória: contrato coletivo com a UAW como reconhecido. Irrompe esta forma americana de ocupação de fábrica. Foi a vez da Chrysler ceder. Só a Ford resistiria ainda quatro anos antes do primeiro contrato coletivo, mas devendo conceder nada mais nada menos do que o maldito *closed shop*. (idem)
> A extensão quantitativa do numero de greves, típica do ano 1937, crescia: os operários da borracha e do vidro, os operários dos têxteis, da ótica e os eletricistas. [...] Chega-se à guerra com uma relação de forças violentamente deslocada com vantagens para o lado operário. O que nunca tinha acontecido, tornou-se desta vez possível: a solução da crise deu poder aos operários, arrancando-o aos capitalistas. (ibid. p.323-324)

Tronti destaca o papel dos 250.000 mineiros americanos, com Lewis a frente das lutas:

> Em 1943 juntaram a sua força organizada maciça aos milhares de greves espontâneas que estalaram em todo o país contra o governo e sem os sindicatos. Dai parte um novo crescendo de lutas que invade os dois últimos anos de guerra e o imediato pós-guerra. 1946 é como 1919. Foi de quase 5.000 o numero de greves, quase 5 milhões de operários em luta, 16,5% de todos os empregados, 120 milhões de jornadas de trabalho perdidas. Práticamente todas as indústrias estiveram em conflito de trabalho. (ibid. p.324).

Tronti destaca os slogans da época: "o salário de paz igual à salário de guerra"! E, o slogan que voltaremos a encontrar um quarto de século depois nas ruas da Europa: 'sem contrato, nenhum trabalho', "52 para 40" e a "forma americana de controle operário: 'uma olha nos livros mestres"! (ibid. p.324).

Enfim, Tronti vai concluindo, a partir de sua metodologia, com a análise política da história operária dos EUA:

> Um episódio historicamente rico pela profunda síntese do passado, uma síntese dos fatos fundamentais, dos elementos decisivos que a luta de classe tinha até então acumulado desordenadamente, encargo de um futuro ainda por arranhar políticamente (...). Um fato da história do capital que é, ao mesmo tempo, uma ação política operária. Tudo isso nos quatorze anos que vão de 33 a 37. Tudo o que tínhamos encontrado separado em diversos períodos e em países diferentes antes dessa época, vamos encontra aqui unificado no nó de uma única rede global de fatos e pensamentos: (ibid. p.325).
>
> A relação lutas-iniciativa política do capital; A relação lutas-ciência; A relação lutas-organização operária; Isto é, a Progressiva Era, a época de Marshall, a época da socialdemocracia, confluem e encontram-se juntas, juntas e reconhecendo como partes destacadas de uma única totalidade, precisamente nestes anos em que conclui, portanto, na América uma fase clássica da luta de classe, que vai do pós-Marx à primeira das nossas possibilidades atuais do movimento. (ibid. p.325-326).

Chegado a esse ponto da sua análise, Tronti parte para questão de método:

> Mas se lançarmos uma olhada para os resultados, vemos que aquilo que o novo sindicalismo industrial (dos EUA) obteve durante o *New Deal* nunca foi obtido por nenhum partido político da classe operária. Os operários americanos vivem ainda à sombra destas conquistas históricas. (...) Nesta altura, pode-se defender que a primeira CIO foi a experiência mais avançada de organização política operária possível em terreno americano. Levar a melhor num lugar em que falharam os *Knights of Labor* e Eugene V. Debs, a *American Railway Union* e os IWW, De Leon e os comunistas, não era uma tarefa fácil. (ibid. p.336).

Tronti destaca três aspectos desse "novo sindicalismo".

> O novo sindicato era um fato de natureza política por três razões:
> 1- porque surgia de um terreno de lutas operárias avançadas;
> 2- porque respondia a uma necessidade de uma nova organização para uma nova classe operária;
> 3- e porque se chocava com uma grande inciativa do capital. (idem)

Tronti parte para crítica a 'abordagem marxista' das lutas operárias:

> Por trás da escolha de uma organização particular, pode esconder-se a resposta contemporânea à pergunta de sempre: o que é, em geral, a classe operária? Postas acima as coisas, é aqui que a abordagem marxista, da ortodoxia marxista do problema operário se revela gravemente inadequada. (ibid. p.337).

E proclama algumas tarefas: "Mais: ler hoje, com Marx nas mãos, as lutas de classe na América, tornar-se tão difícil que se diria impossível. Seria fazer um trabalho interessante, um trabalho novo de história ou de nova teoria: escrever um capítulo sobre a sorte (ou infortúnio) de Marx na América". (ibid. p.338).

Para Tronti, nos EUA, a respeito da relação marxismo e luta de classe, aconteceu algo muito distinto do que ocorreu na Europa, isto é, uma mediação a partir das lutas x uma mediação a partir da teoria.

> Nos Estados Unidos aconteceu o contrario do que a nós. Lá, a iniciativa política do capital, a sua ciência e, por outro lado, a

> organização operária, sempre viram Marx indiretamente, através da mediação da luta de classe.
>
> Na Europa, vimos sempre indiretamente a luta de classe através da mediação do marxismo
> A situação americana foi objetivamente marxiana. Durante pelo menos meio século, até o segundo pós-guerra, Marx podia-se ler nas coisas, isto é, nas lutas e nas respostas que as lutas provocavam. Não interessa, decerto, ir procurar nos livros de Marx a interpretação das lutas operárias americanas, mas, ao contrario, talvez seja possível encontrar nestas lutas a mais correta interpretação dos textos marxianos. Uma leitura "americana" do Capital e dos Grundrisse recomenda-se a quem tenha o gosto ou o gênio da descoberta crítica. (ibid-p.338).

Sem dúvidas, essa "leitura americana" foi tentada pela Tendência Johson-Forester e, pelo brasileiro Mario Pedrosa, então ligado a essa tendência operária-marxista americana. E Tronti parte para crítica da visão da história da ortodoxia marxista.

> Tínhamos dito que existe uma esfinge moderno, um enigma obscuro (...) que é, para o marxismo contemporâneo, a classe operária americana. Pois é aqui que é preciso fixar os olhos, profundamente, para tentar ver.
> Há uma forma de eurocentrismo limitado que está condenada: a de se referir unicamente às experiências revolucionárias europeias sempre que se procuram ou citam modelos de comportamento correto na luta.
> Há que inutilizar a lenda segundo a qual a história da classe operária tem tido como epicentro a Europa e a Rússia. É uma visão oitocentista que se manteve até os nossos dias em virtude e do ultimo jorro esplendoroso operário, que foi entre nós, o primeiro pós-guerra e os primeiros anos vinte.
> Fala-se de dois grandes filões do movimento operário
> 1, o socialdemocrata e 2, o comunista.
> Mas, qualquer dos dois na sua aparente irredutível diversidade, acabam por se unir num único bloco, uma vez comparados ao movimento operário americano. (ibid. p.341).

Deste modo, Tronti abre um *terceiro filão*? Lembremo-nos que Lênin, seguindo os passos de Kautsky, falava das 3 fontes do marxismo: Inglaterra, Alemanha e França, excluindo os EUA. O que

na realidade não ocorreu com Marx: veremos como esteve ligado às lutas operárias da América, sobretudo, para pensar a jornada de 8 horas em um capítulo do Capital.

Para abordar, segue Tronti, a situação da classe operária inglesa ou alemã, da italiana ou da francesa, basta vê-las, precisamente, em completa oposição à situação da classe operária nos Estados Unidos: "são estes os dois verdadeiros grandes filões, as duas vertentes em que está dividida a história das lutas operárias, os dois pontos de vista particulares que são possíveis para o futuro, dentro do ponto de vista operário em geral", conclui Tronti. (ibid. p.341).

O que significa essa proposta? Hierarquizar os países em relação às lutas operárias? Não! Ele põe alguns critérios dentro de sua metodologia:

> Trata-se de ver como funcionam, respectivamente, no nosso contexto da luta de classe, se ajudam à compreensão dos acontecimentos e se avançam, ou sugerem, ou excluem, instrumentos de organização de base na fábrica e meios de intervenção ao nível do poder no vértice do Estado. (ibid. p.341-342).

Sem dúvidas, critérios que fazem parte do que chamamos de *O Principio da Autogestão*: "Deste ponto de vista [...] o que há de diferente nas lutas operárias de além-oceano é, precisamente, o que ainda temos que fazer no velho continente". (ibid. p.342).

M. Tronti insiste na sua ideia de que "Os acontecimentos operários da história europeia estão literalmente submersos nas ideias dos intelectuais marxistas. Mas os acontecimentos da história americana estão ali nus e crus, sem que ninguém os tenha alguma vez pensado". (idem)

Tronti extrai outra lição da classe operária americana, explicitando os caminhos da luta de classe:

> Por um lado, os patrões respondem as vitorias operárias com violência e - ou na base do simples acréscimo de rendimento [...]. Não reside aqui o ponto real em que a vitória operária se transforma em derrota, porque essa grosseira resposta patronal não faz senão provocar a repetição de um ciclo de lutas ao mesmo nível que as precedentes, acrescido de uma grande carga de espontaneísmo e, assim, uma necessidade menor de organização. (ibid. p.344).

E extrai lições de caráter estratégico da luta de classes:

> Por outro lado, existe outro caso em que a resposta patronal pode se definir como avançada. O capital, mesmo depois de uma derrota parcial a seguir a uma simples batalha contratual, é violentamente pressionado a ajustar contas consigo próprio, a repor em jogo precisamente a qualidade do seu desenvolvimento, a propor de novo o problema da relação como adversário de classe, não de forma direta, mas mediatizada por um tipo de iniciativa privada que implica a reorganização do processo produtivo e a reestruturação do mercado, a racionalização da fábrica e a planificação da sociedade, chamando em sua ajuda a tecnologia e a política, novos modos de consumo do trabalho e novas formas de exercício da autoridade. Aqui reside o grande perigo de uma possível derrota operária. Os operários venceram a batalha contratual e, precisamente por isso, podem perder a guerra da luta de classe durante um período histórico porventura longo. A América ensina exatamente isso. (ibid. p.345).

Nesse parágrafo acima, Tronti captou de forma profunda a dialética que vai caracterizar a resposta do capital aos avanços e vitorias dos trabalhadores nos anos 1960 e mesmo 1970: o processo de mutações nos mundos do trabalho da década de 1990.

Anteriormente, Tronti havia analisado a questão da derrota:

> [...] Na luta de classe moderna, pode-se dizer que nunca há vitorias nem derrotas decisivas: quando os operários vencem uma batalha parcial, dão-se conta mais tarde, de a terem ganhado por conta do capital. Quando os capitalistas desafiam a classe operária para o enfrentamento aberto, para vencer o movimento político no terreno, pagam depois esse êxito momentâneo com longos períodos de passividade que o trabalho vivo introduz como resposta no mecanismo econômico. As leis de movimento da sociedade capitalista não permitem que uma classe elimine a outra. Enquanto existir capital, têm de existir no seu seio ambas as classes e estas terão de lutar. O ponto de vista operário parte do principio que, quando houve luta, esta nunca foi inútil [...] Todavia, é preciso não esquecer que a recusa da luta é, pode ser, em certos casos, uma forma de luta. (ibid. p. 232).

Enfim, M. Tronti finaliza esse capítulo com a seguinte observação:

> Apesar de tudo o que dissemos, as lutas operárias americanas deviam, talvez, primeiramente, ser traduzidas em linguagem europeia, para que o ponto de vista operário tomasse verdadeira consciência delas. Esta tomada de consciência é, sobretudo, destrutiva de uma tradição. Para construir, é necessário atirar para trás das costas esse nosso processo de lutas operárias clássicas, entretanto, com a antecipação da pesquisa, na nossa época pós-clássica, ao termo da qual, se a história do capital nos ajudar, não fica excluído o que bossa brotar a centelha de uma 'teoria geral' da parte operária. (ibid. p. 350).

O militante libertário francês, Daniel Guerin, deixou um livro em que analisou "*O Movimento operário nos estados-Unidos de 1866 a nossos dias*". Em sua obra publicada em 1950, por "*Lês temps Modernes*", em 2 volumes, com o título: "*Ou va Lê Peuple américain?*", encontramos um capítulo chamado de "*La Revolte ouvriére*". Esse capítulo foi repúblicado por François Maspero, em 1968 e 1977, com o título que acima citamos sobre o movimento operário norte-americano.

Podemos afirmar que, de certa forma, e nos anos 1950, Daniel Guerin realizou o pedido de Mario Tronti, ou seja, uma "leitura europeia" da classe operária da América, mas, uma visão libertária, com elementos do princípio da autogestão. Superinteressante para nosso objetivo, pois essa visão porta afinidades com a autogestão de Pedrosa e com a autonomia em Tronti. Entretanto, da obra de Guerin vamos estabelecer um foco: a crise da AFL e sua substituição pelo sindicalismo industrial da CIO.

Fundação da CIO

Os dirigentes que refundaram o sindicalismo norte-americano eram pragmáticos; entenderam que a crise econômica e o afluxo em massa de trabalhadores aos sindicatos tornavam possível a organização dos operários da grande indústria, com base em um sindicalismo industrial. Primeiro tentaram por dentro da velha AFL, depois de muitas tentativas fracassadas, tentaram uma nova organização.

Guerin diz que uma arma a favor do sindicalismo industrial foi "o progresso técnico". Operários mais qualificados, então, por

exemplo, a FORD declara que 43% de seus diferentes empregos exigiam apenas um dia de aprendizagem. 85% dos trabalhadores da Ford podiam alcançar sua qualificação máxima em menos de duas semanas. A produtividade cresce de forma galopante: na construção, uma maquina escavadora manobrada por um só operário realizava o trabalho de 44 homens. Portanto, a estrutura do sindicalismo de oficio não se adaptava a estas mutações técnicas. (1977, p.79).

Enfim, em 1936, ocorreu a cisão no movimento sindical. Em 1938, foi fundado o CIO. Mais de um milhão de trabalhadores se filiam. A tarefa principal era a organização dos desorganizados. Essa mudança ocorreu numa conjuntura de lutas operárias. Com o *New Deal* melhorou a conjuntura econômica; diminuindo o desemprego, aumentando o crédito, os trabalhadores eram mais numerosos nas fábricas e podiam reivindicar melhores salários. Mas, esta situação se chocava com o reacionarismo patronal. (ibid. p.81).

A reeleição de Roosevelt, Nov. 1936, cria mais aberturas políticas. Neste momento muda a legislação sindical; em 5 julho de 1935 foi lançado o "*Wagner Act*", lei do senador Robert Wagner (*National Labor Relations Act*): esse *Act* confirmava o direito para os trabalhadores de se organizar livremente, de negociar coletivamente e fazer greve.

Um movimento de 'ocupação de fábricas' começa no ramo da borracha, na "Akron" de Ohio, a capital do pneu. As ocupações de fábricas ocorrem num contexto político análogo ao que, na França, meses depois, foi criado pela vitória da Frente Popular com a eleição de Leon Blum. No final de janeiro, os operários da Firestone entram em greve e ocupam a fábrica. Segundo Guerin, essa tática nova, com objetivo de prevenir a entrada de 'fura greves' na empresa, parece ter sido ensinada por um operário impressor húngaro ou servo. Ela foi batizada de *sit-down strike* (greve no chão). Após apenas dois dias a greve foi vitoriosa. Dias após, nova greve tipo *sit-down* nas fábricas Goodyear e Goodrich. (ibid. p.84).

Guerin assinala o movimento das greves *sit-down*: "Akron tinha lançado o movimento. Flint a segue. Flint (Michigan) era após Detroit, o segundo centro industrial automobilístico americano e o reino da toda poderosa *General Motors*. A greve é vitoriosa. As *sit-down* surgiram no fim de 1936". Nas diversas fábricas da GM, o patronato não negociou. Os trabalhadores se rebelam: para Guerin, "a rebelião foi uma combinação íntima de espontaneísmo e de

cálculo; a força potente da massa associada perfeitamente com a direção esclarecida de uma minoria de técnicos sindicalistas. Foi um movimento ao mesmo tempo democrático e centralizado." (idem).

Foram ciados Comitês de Greve com muito poder. "As decisões eram tomadas em assembleias, controladas diariamente pelos grevistas. Os dirigentes eram operários recém saídos da produção e ainda não tinham tido tempo de se diferenciarem da base".

E D. Guerin coincide em seu juízo, tanto com M. Tronti quanto com M. Pedrosa:

> os dois fatores de toda ação revolucionária – espontaneidade e consciência – estavam conjugados. As "*sit-down*", bem que menos politizadas, foram melhores coordenadas que as ocupações de fábricas na França. O movimento operário americano, que foi qualificado na Europa de "retardatário", oferecia assim um modelo à seguir pelo proletariado do mundo todo. (ibid-p.87)

Essa "epidemia de greves *sit-down*" alcançou seu apogeu em março 1937, época em que participam 200.000 trabalhadores. Como resultado destas greves especiais, a Corte Suprema dos EUA valida o "*Wagner Act*". (ibid. p.89)

1) Antes de entrarmos na visão de Mario Pedrosa sobre as lutas operárias americanas, passemos um breve olhar na chamada *Tendência Johnson*-Forester (codinomes, respectivamente, de CLR James e Raya Dunayevskaia). Essa corrente teve grande influência na visão de Pedrosa e, também, na de Tronti.

Segundo Harry Cleaver ("*Uma Lectura Política de 'El Capital' - 1979*"), A "*Tendência Johnson-Forester*" surgiu pela primeira vez em 1941 dentro do Partido dos Trabalhadores, Trotskista, que se separou do Partido dos trabalhadores socialistas (ligada a IV Internacional) em 1940. Nos anos 40, tanto James quanto Dunayevskaya realizaram estudos intensos sobre a natureza do regime na URSS e sua relação com o capitalismo ocidental, e, iam se distânciando cada vez mais da visão trotskista sobre a revolução russa. Concluíam suas teses classificando o sistema da URSS como "Capitalismo de Estado".

Em "*State Capitalism and World Revolution*" (1950), sua

principal obra política, James analisou o modo de produção existente nos EUA e defendeu que o surgimento do taylorismo e do fordismo anunciavam uma nova fase da luta de classes. James percebeu que as novas tecnologias (automação e informática) constituíam novos métodos de dominação; mas, também que, abri possibilidades imensas para o poder dos trabalhadores. Analisou a luta dos trabalhadores americanos contra a burocracia sindical e a automação. (CLEAVER, 1979, p.136).

Em 1956, quando da revolta dos trabalhadores na Hungria e Polônia, James apoiou os Conselhos Operários. Segundo Cleaver, "Quanto a natureza das novas firmas de organização apropriadas para a nova época, James e sua Tendência observaram os movimentos dos próprios trabalhadores:

> As grandes organizações das massas populares e dos trabalhadores observadas no passado não foram forjadas por nenhuma elite teórica ou de vanguarda. Estas organizações surgiram da expressão de milhões de pessoas e de suas necessidades de superar as pressões intoleráveis que a sociedade lhes tinha imposto durante gerações... As novas organizações surgiram como surgiu o Partido Nivelador de Liburne, como as seções e as sociedades de Paris de 1793, como a Comuna de Paris em 1871 e os Soviets em 1905, sem que ninguém tivera uma ideia concreta a respeito ate que apareceram com todo seu poder e gloria. (ibid. p.140).

Porém, enquanto temos uma perspectiva histórica clara podemos ver bosquejos do futuro na rebelião ocorrida em 1953 na Alemanha oriental, a grande greve de Nantes de 1955, a greve geral contra Reuther da UAW... a incrível luta de dez anos dos *alijadores* britânicos e agora, quando escrevo estas linhas, a dos trabalhadores de Coventry... Todas estas lutas, com sua diversidade da amplitude e significados, têm algo em comum: "Que encarnam formações e atividades que transcendem ou conscientemente tratam de substituir as organizações tradicionais dos trabalhadores por novas formas sociais. Por muito que se elevem, estas lutas se baseiam nas organizações da oficina e na ação desenvolvida no trabalho". (idem).

Eis a linha mestra da visão da "Tendência", e que tanto marcou Pedrosa, Tronti e, também, Castoriadis.

Autogestão e automação

Vimos como Mario Tronti, em "*Operários e Capital*", reunindo ensaios dos anos 70, afirma que "tínhamos dito que existe uma esfinge moderna, um enigma obscuro, (...) que é para o marxismo contemporâneo, a classe operária norte-americana. Pois aqui é preciso fixar os olhos, profundamente, para tentar ver" (ibid-341)." (...) Os fatos operários da história americana estão ali nus e crus, sem que ninguém os tenha alguma vez pensado". E, acrescenta que "Uma leitura 'americana' de O Capital e dos Grundrisse recomenda-se a quem tenha o gosto ou o gênio da descoberta crítica". (ibid. p.338).

Um brasileiro, Pernambucano, exilado nos EUA nos anos 30-40, realizou essa tarefa, pois, Mario Pedrosa não apenas tentou ler os EUA à luz de "*O Capital*" e dos "*Grundrisse*", como analisou profundamente e formação e as lutas operárias daquela época. Com certeza Tronti não conhecia a obra de Mario Pedrosa "*A Opção Imperialista*" (1966). Neste trabalho Pedrosa faz uma análise profunda das lutas operárias nos EUA. Mesmo que o "operarismo italiano" tenha recebido fortes influências da "*Tendência Johnson-Forester*", a qual Pedrosa foi ligado em New York.

A "*Opção*" de Pedrosa tem o sentido e o espírito da obra magna de C. L. R. James, porém, claro, pelas condições da época, é menos sistemática. James, em seu exílio nos EUA, para o qual foi junto com Pedrosa, já que ambos foram delegados na Conferência que fundou a IV Internacional na periferia de Paris, em 1938. Neste mesmo ano Pedrosa e James foram deslocados para os EUA. James aí residiu ate 1953, quando foi expulso. James analisou a "*Civilização Americana*" em obra do mesmo nome. Uma pesquisa demorada, longa e publicada após sua morte (1989), em 1993.

Vejamos, então, a análise de Mario. Ele inicia caracterizando o momento:

> A NOVA REVOLUÇÃO tecnológica levanta problemas de inteira originalidade. A classe operária clássica foi o primeiro agrupamento social a sofrer coletivamente o seu embate. Seu peso específico na produção tende a cair; nas relações de forças sociais em presença, se é ainda o maior bloco em face de outros agrupamentos e sobretudo em face das estruturas mesmas da sociedade, á não cresce, verifica-se até certo declínio estatístico relativo em todos os países de produção em

> massa: os grupos de empregados de escritórios, serviços, comércio, pequenos funcionários, agentes, técnicos, engenheiros e similares cresceram mais do que ela. (PEDROSA,1966, p.496).

Para Mario, "à classe operária repugna a automação. O processo de trabalho é alterado de alto a baixo. Onde a automação entra numa usina, os trabalhadores já não estão em conjunto com as mãos nas alavancas de comando para fazê-la parar, se assim lhes parecer útil" (ibid. p. 500).

E que, "Em varias regiões dos Estados unidos o processo ou redução da mão-de-obra industrial ou sua dispersão, ou redução e descentralização juntas, tem sido de tal violência a ponto de transformar zonas geográficas inteiras marcadas pelo desemprego maciço e duradouro". (ibid. p.492).

Ou ainda que "O núcleo central de desemprego é formado em sua maioria de operários fabris, mas também de contabilistas, estatísticos, secretários, mecanógrafos – substituídos pelas maquinas eletrônicas" (ibid. p. 505).

Pedrosa diz que

> O maior acontecimento da história operária americana foi o advento da CIO (Comissão para a Organização Industrial), liderada pela pitoresca e formidável figura de John Lewis, o chefe dos mineiros. Com ela chegaram os trabalhadores da grande indústria, como um todo, à cena histórica dos estados Unidos. Foi ela quem abriu as portas feudais das grandes corporações aos direitos dos operários lá dentro se organizarem livremente em sindicatos. Com efeito, graças a ela o movimento sindical moderno americano tornou-se força social autônoma, força política, mesmo, decisivo instrumento de progresso econômico, social, tecnológico, político, democrático da sociedade americana ao sair do provincianismo do inicio do século para a gestão mundial. (ibid. p.444).

Mario fala da luta dos operários da Chrysler:

> As vantagens conquistadas foram importantes e os turiferários da Chrysler quase choram porque os benefícios concedidos iriam custar à empresa cerca de cinquenta e sete centavos por hora por empregado (...). E, finalmente, vitória dos 12 minutos

> a mais por dia, acrescidos aos 24 já assegurados, para os operários, cerca de 20.000, que trabalham nas linhas de montagem. Esse aumento de doze minutos em tempo de descanso foi a reivindicação mais difícil de ser arrancada (...). Esses doze minutos eram o ponto nevrálgico da disputa entre os dois lados (...). Para os operários não se tratava de uma questão de salário, mas de fugir ao ritmo e à vontade mecânica da maquina. (ibid. p.445).

A partir dê seus contatos com a Tendência Johnson-Forester e dos estudos da obra de Marx (O Capital e Grundrisse) Mario aprofundou a análise das lutas operárias americanas frente à automação, destacando o aspecto da possível gestão operária da produção: "Os inquéritos nas fábricas e oficinas sobre o comportamento dos operários nas linhas de montagem ou em relação à automação não são só numerosos como penetrantes; todo um ramo psicológico e sociológico se formou indispensável a quem quer que pretenda interessar-se pelo assunto" [3]. (ibid. p. 444)

Mas, diz "Nosso fim aqui não é este. Aqui nos baste fazer pequena indagação para caracterizar a situação dos trabalhadores americanos diante do surto prodigioso de prosperidade e das contradições do trabalho organizado em face da intensificação tecnológica da indústria. Os trabalhadores estão perplexos, inseguros esses mostram combativos, não visam precipuamente ao aumento de salários.". (idem).

E Mario aponta o exemplo da luta acima citada na Chrysler.

A partir da obra de Jack Barbash, Mario periodiza a história das lutas operárias norte-americanas:

> Nos idos de 30, a nota dominante no tônus das relações industriais era o reconhecimento dos sindicatos; no período da Guerra, era salários; no imediato pós-guerra, benefícios secundários, com especial ênfase sobre seguro de vida e pensões. O *leitmotiv* das relações industriais contemporâneas é expresso por uma variação ou outra das mudanças tecnológicas e seu equivalente popular, automação. [...] As mudanças tecnológicas de nossa época. Já obrigaram a uma inversão de posições estratégicas entre o trabalho e o capital. (ibid. p.449).

---

[3] Em outro momento, Mario fará referência à obra de George Friedmann, pioneiro na sociologia do trabalho.

Para entender esse processo entre Capital x Trabalho, Mario busca apoio no Livro Primeiro de *O Capital*:

> Mas até hoje não se viu a produtividade intensa e técnica do capitalismo tenha determinado 'espontaneamente' altas salariais sucessivas para 'manter a participação dos salários mais ou menos constante no total da produção crescente. [...] É impossível estabelecer uma relação fixa ou constante entre a taxa de desenvolvimento da produtividade e a taxa de aumento salarial. Nem mesmo com todos os computadores eletrônicos em função plena (sem mau humor), essa relação ideal, constante, automática, pode ser encontrada. Marx colocou o problema em termos históricos culturais que continuam ao fim de contas a prevalecer em sua essência. (ibid. p.451).

Mario, então, mostra o caráter social da tecnologia:

> [...] Quanto o mais alto capitalismo enfrenta o operáriado menos politizado e mais empírico e realista do mundo, numa questão de doze minutos a mais sobre 24 para o cafezinho, para seus operários – os mais bem pagos do mundo- espairecerem em meio à jornada de trabalho, a relação real, oculta nos cálculos dos computadores eletrônicos, se desnuda sem seus elementos histórico-culturais; suas raízes sociais vem à tona. (idem).

Quais desafios a automação trouxe à classe operária na época? Mario ressalta o 'momento sindical' dos EUA, destacando as mudanças provocadas nas lideranças:

> Um sentimento embrionário de insegurança tende a generalizar-se, produzido pelos desafios tecnológicos (informação, automação) e por motivos de renovação dos quadros da liderança superior dos sindicatos, já envelhecida para os tempos novos com questões inteiramente novas e para a qual aqueles quadros, com exceções, não estão preparados. (ibid. p.456).

Os novos tempos e desafios põem segundo Pedrosa novas questões: "O que está em jogo é o destino daqueles 'operários livres' de que falava Marx, no processo da produção capitalista". (ibid. p.457).

Mario, numa linha de seu amigo trindadiano C. L. R.

James, analisa aspectos da civilização americana. Vamos ver, nessa longa citação, que Tronti ficaria maravilhado com o estudo de Pedrosa. Inicialmente, Pedrosa analisa a formação da classe oprimida:

> O proletariado americano, depois de sua fase das fronteiras abertas, em que o imigrante desembarcava em Nova Iorque e pegava da picareta que o outro, anteriormente chegado, deixava ali mesmo no local onde trabalhava para penetrar também as fronteiras, tornando-se bodegueiro, pequeno lavrador, produtor independente, teve formação histórica já moderna. Começou a formar-se como "operário livre" na base de uma organização "corporativa" – profissional – cujas tradições ideológicas vinham de minoria que se sentia separada do resto da sociedade aberta e caótica de então, extremamente combativa, violenta por vezes, em face de um patronato desabusado, *sem escrúpulos*, ávido de acumular fortunas, em plena fúria da acumulação primitiva, um "barão salteador". Mas a todos dominava o que era peculiar à atmosfera americana: os aspectos abertos de fronteiras que se alargavam de dia para dia, oferecendo oportunidades e aventuras para os que se arriscassem. Os operários, mesmo os mais radicais, frequentemente largavam, um belo dia, o martelo para ir montar negocio por conta própria no condado vizinho (ou distante). Walt Withman cantava: *I celebrate myself*. (ibid. p. 457).

Mario passa a análise da formação da classe dominante americana:

> Uma aristocracia fechada e em regressão, uma burguesia abertíssima, apodrecendo numa ponta, reverdejando na outra, uma agricultura de pioneiros ou cansados, de imigrantes recém-chegados, de boiadeiros de duvidosa probidade, aventureiros de minas e contrabando, tinham diante delas uma formação operária que nas cidades, nos seus slums [bairros pobres], vivia, contudo como nas selvas ou nos confins com o México. (ibid. p. 457-458).

E, analisa a relação de classe:

> A grande indústria moderna pegava de aluvião quem aparecesse não admitia qualquer sinal de organização dessalariados dentro dela. Uma verdadeira polícia interna fora organizada para liquidar totalmente qualquer vislumbre de organização e

> resistência de seus operários. E entre esses os que teimassem, que assumissem qualquer veleidade de líder, a lei era despedi-los sumariamente, às vezes jogando para fora dos portões da fábrica, ou da mina, ou da usina o que insistisse; a surra, o espancamento também eram aplicados. Nos casos extremos de incidência, o sumiço ou o assassínio. Nessas condições organizavam-se apenas os quadros do operáriado qualificado, tipógrafos, alfaiates, padeiros, pedreiros, sapateiros, maquinistas, ferreiros, senhores de um oficio, em suma. [...] A *American Federation of Labor* - AFL acolheu todos esses grupos corporativos, reuniu-os, tornando-se a primeira grande central operária do país. (idem).

Mario propõe *queimar* as etapas históricas:

> Quando veio a Grande Depressão, em meio a milhões e milhões de desempregados, o sindicalismo moderno e "revolucionário" surgia nos Estados Unidos, só o lema que opunha ao principio mesmo da organização da velha AFL – uma indústria, um sindicato e não uma profissão, um sindicato - O novo principio respondia às necessidades da reorganização dos trabalhadores num novo contexto industrial capitalista – a produção em massa. (idem)
>
> Foi possível, então, por exemplo, ao Sindicato dos Trabalhadores de Automóveis, nascido em 1933, falar por todos os assalariados da *Ford Corp.* ou da GM, ou ao Sindicato dos Trabalhadores do Aço falar por todos os operários da *United Steel Corp.*, da *Bethlehem*, etc.
>
> O Comitê pela Organização Industrial nasceu dessa exigência dos tempos. E dos flancos da AFL. Em 1937, tem a sua grande vitória: depois de uma greve de ocupação (modalidade de luta nova no movimento operário) das fábricas da GM, ele arranca da grande corporação a assinatura de um contrato coletivo. Pouco depois, arranca outro à *United States Steel*. (idem)

Contrariando análises da época, Mario se aprofunda nas lutas operárias para mostrar como os sindicatos e os trabalhadores lutam por mais que aumentos de salários. E segue de perto, nos anos 60, o movimento sindical americano.

> Ainda não faz tanto tempo assim que 550.000 operários eletricistas em 40.000 usinas da Westinghouse se levantaram em greve contra a automação, que durou cinco meses. Também, por outro lado, o problema de liderança se vem colocando no seio da própria massa organizada cada vez com maior vigor. Ainda no ano passado, movimentos espontâneos de base se formaram em vários sindicatos para enxotar os velhos bonzos sindicais cheios de compromisso e já baldos [cheios] de energia. Desde 1964, as eleições para renovação da diretoria em grande numero de sindicatos americanos e dos maiores (do aço, dos marítimos, etc.) se vêm caracterizando por verdadeiras revoltas de base [...]. (ibid. p.464).

Mario capta o profundo significado pedagógico auto gestionário deste movimento:

> Ali, no entanto, deveriam estar os lideres em potêncial de um novo movimento trabalhista americano, formados não tanto pelo diploma, mas educados em outra escola menos polida, a do trabalho da vida coletiva e disciplinada da usina. O fenômeno é de transcendente importância [...]. (ibid. p.465).

Pedrosa não se limita ao estudo da produção. Entra em análise da superestrutura Estatal dos EUA, no que diz respeito à legislação laboral.

> Uma clausula de extrema significação para essa tendência de ligar a empresa no seu todo à vida dos trabalhadores foi a famosa *able and willing clause* dos mineiros, inserida no contrato coletivo com as companhias de carvão betuminoso em 1948. Por ela os mineiros tinham o direito de só trabalhar quando se declarassem aptos e desejosos de o fazer. Na verdade, esta clausula punha em evidencia um problema que se colocava também para os mineiros ingleses: a extrema dureza da extração de carvão das minas por processos manuais. Através da clausula acima o sindicato dos mineiros controlava o trabalho e, sobretudo, tinha achado o meio de reduzir a semana de trabalho dos sindicalizados. Armado com a cláusula, o velho Lewis chegou a impor aos gerentes das companhias carboníferas a semana de três dias. (ibid. p.470)

Mario aponta o espírito ergológico, defesa do corpo mesmo, da cláusula: “Houve quem a respeito falasse em conquista de lazer para os mineiros. Não era lazer, era defesa de seus “músculos, nervos e

cérebro", defesa da saúde, de sua intangibilidade humana em face de condições cada vez mais desastrosas àquela intangibilidade". (Aliás, nunca mais a indústria do carvão se recuperou; trata-se de uma indústria decadente). (ibid. p.471).

Uma questão estratégia dos trabalhadores e sindicatos da época foi à *abertura dos livros das empresas*. Mario caracteriza e qualifica essa questão em relação a gestão da produção: Diz Mario: "Abrir os livros das empresas... significa tornar públicas operações financeiras que sempre foram secretas, mais do que privativas da direção. Que sociedade de negocio poderia permitir-se tal violação do que lhe é mais privado?" (ibid. p. 477). E, indo fundo na questão: "De outro lado, a aceitação de tal premissa levaria inevitavelmente à participação dos trabalhadores sindicalizados na direção da empresa. Para os países industriais adiantados é esta hoje a palavra de ordem central de todo o programa socialista consequente". (idem)

Arrematando, diz Pedrosa: "A empresa capitalista ao atingir seu mais alto grau de produtividade, de eficácia administrativa, é disputada pelo movimento operário sindicalizado a fim de faze-la passar a novas relações de produção baseadas na propriedade social dos meios de produção". (ibid. p. idem). Essa questão será por nós aprofundada na parte deste trabalho, Teorias da Autogestão, em que veremos a visão de Pedrosa sobre a Autogestão.

Pedrosa destaca varias lutas dos operários americanos: "O estado de espirito das camadas sindicais mais jovens não anuncia calma e muito menos complacência nas relações sindicais desses próximos anos". (ibid. p.486).

Com um linguajar que lembra Rosa Luxemburgo falando sobre os sindicalistas, Mario segue sua análise, apontando "uma vaga de inconformismo que vem de baixo": "o estado de espírito das camadas mais jovens não anuncia calma e muito menos complacência nas relações sindicais desses próximos anos. Bonzos [burocratas] sindicais e gerentes empresariais estão apreensivos quanto a sua maior combatividade na luta por uma serie de reinvindicações não usuais." (idem).

A alienação do Sísifo Moderno

Para finalizar, vejamos como Pedrosa, tal como M. Tronti assinala elementos que se tornarão realidade clara nos anos 1990:

> Parte de toda essa onda de descontentamento (...) a agitar as bases do sindicalismo norte-americano se deve graças a graves problemas sociais e políticos, políticos e tecnológicos. [...] Tudo isso é, no fundo, cristalizado na visceral desconfiança da classe trabalhadora em geral diante da nova tecnologia e da automação. (ibid. p. 487).

E diz: "Agora, quando a automação aparece e enfraquece a posição tradicional do trabalho, ele aproveita-se do alcance indubitável da automação para quebrar a resistência do trabalho e liquidar o contrato coletivo e a ação sindical".

Para Mario,

> à classe operária repugna a automação. O processo de trabalho é alterado de alto a baixo, onde a automação entra numa usina, os trabalhadores já não estão em conjunto com as mãos nas alavancas de comando para faze-la parar, se assim lhes parece útil. Os trabalhadores marchavam para identificar-se cada vez mais com a empresa, a grande empresa, para controla-la quando preciso, para viver nela e dela, sentindo-se cada vez mais a ela ligados. Um sentimento de segurança os animava: ela não funcionava sem o trabalho deles, sem os seus músculos, nervos, cérebro. (...). Que fica de proletários neles? (ibid. p.500).

Com base nas pesquisas de G. Friedmann, Mario aponta que

> A automação capitalista não quer operários, não quer assalariados produtores, quer consumidores. O que lhe interessa mesmo não é o homem de macacão ou na prancheta, mas o homem de short, o homem de caniço, chuteira, o homem de gravata, de smoking ou mesmo de pijama. O que lhe interessa é o homem-depois-do-trabalho. Friedmann fala, a propósito, do cidadão médio que mesmo assistido pela automação no curso e fora do trabalho, arrisca-se a ser um Sísifo, condenado a rolar, sem parar, na sua procura do bem-estar através das necessidades cada vez mais estendidas, um fardo sempre a recair. (ibid. p.500).

E segue Mario, ao "suprimir o trabalho no sentido tradicional do termo" (G. Friedmann), afirma:

> A civilização tecnicista esvazia o cidadão, dissolvendo lhe os meios do viver cotidiano, onde encontra seu ganha-pão (...). As principais dificuldades parecem vir da contradição seguinte:
> De um lado, a civilização tecnicista oferece ao homem depois do trabalho (e breve ao homem para além do trabalho) as condições teóricas que permitem um desabrochamento da cultura, da arte, da vida espiritual. Do outro lado, ela o entrega (já se viu) ao 'condicionamento' pelo meio técnico e aos piores perigos da degradação. (ibid. p.500).

Pedrosa aponta a questão central: "É preciso recondicionar o homem 'depois' em homem 'para além do trabalho'. Mas quem o vai fazer? A própria civilização tecnicista que é o privativismo econômico capitalista chegado ao desenvolvimento até o absurdo (...)" (ibid. p.501). Aqui, Mario abre espaço para alternativa de Rosa Luxemburgo: "Socialismo ou Barbárie"!

Em seu estilo peculiar, Pedrosa, num sentimento agônico, lamenta-se: "Ai do homem depois do trabalho que não consumir em massa: será um homem fora do circuito da vida social: será um pobre mesmo pelo estalão americano, ou um ancião, em idade física ou em idade social, quando, apesar de moço, faz parte do desemprego estrutural". (ibid. p. 501).

Afirmando que "Com o prosseguimento da revolução tecnológica da automação e da informação, essa ideia generalizada – e seus efeitos quanto ao desemprego estrutural e aos progressos organizacionais – irá surgindo porto da parte do mundo do trabalho, com frequência maior" (ibid. p.542); e que, "A revolução tecnológica da automação e da informação, por sua vez, não respeita fronteiras nem regimes sociais". (ibid. p.532).

Nos idos dos anos 60, Mario conclamava que "O projeto de uma ação internacional contra os perigos da automação equivaleria assim ao renascimento do movimento operário, como força independente, em escala internacional". (ibid. p.532).

Deste modo, definia sua palavra-de-ordem: "Colocar o problema da automação em escala sindical internacional é, sem dúvida, ideia de importância transcendente". (ibid. p. 523)

Onde vai o capital, a luta vai atrás!

Ainda em relação à ideia dos ciclos de lutas, Beverly J. Silver realizou uma pesquisa ampla em Arquivos dos EUA (o "*World Labor Group*", do Centro Fernand Braudel, em Binghamton, Nova York), em que focaliza dois setores fundamentais das lutas operárias. Seu estudo inicia-se exatamente em 1870, data ligada, como vimos, à Comuna de Paris, e vem até o período em curso de globalização do Capital. Vejamos alguns elementos desta Pesquisa.

Uma das teses da autora é a de que "a trajetória da indústria automobilística mundial sugere que: Onde o capital vai, o conflito vai atrás" (Beverly, p.12). Desta dinâmica, nos fala do *solo sempre movediço do capitalismo histórico*:

> [...] o que saltava aos olhos era um processo histórico-mundial de militância trabalhista e de relocação de capital. De fato, um dos principais argumentos de "Forças do Trabalho" é que, ao longo do século XX, o capital de produção em massa correu o mundo atrás de mão de obra barata e disciplinada, e terminou por recriar continuamente movimentos trabalhistas militantes nos novos lugares onde se instalava. (ibid. p. 12)

Berverly levanta uma ideia fundamental para nosso estudo:

> Além disso, este livro defende a ideia de que tal análise da dinâmica do século XX tem implicações importantes para a reflexão sobre a dinâmica do século XXI. Pois, se a dinâmica passada serve de indicio para dinâmicas futuras, então temos boas razões para esperar que surja um movimento trabalhista forte e militante na China – local de industrialização rápida e proletarização mais recentes. (ibid. p.12).

Berverly aborda o que chama de 'ação coletiva' dos trabalhadores, em linha que porta muitas afinidades com as questões que estudamos em João Bernardo, sobre as ações coletivas e ativas.

> este livro não pretende analisar todas as formas de ação coletiva dos trabalhadores. Nosso foco são os períodos de insatisfação operária particularmente intensa (...). Essas grandes ondas de insatisfação trabalhista, ao contrario das formas de protesto mais institucionalizadas, pressionam Estados e capitalistas a promover inovações e são, portanto, as formas de protesto

> operário mais relevantes para se compreender períodos de transformação dramática no sistema capitalista mundial (por exemplo, a fase contemporânea da globalização), dito de outra maneira, ao centrarmos o foco nessas grandes ondas de insatisfação de trabalhadores [grifo nosso]. (ibid. p. 46).

A partir de pesquisas, nossa autora expõe em gráficos seus resultados sobre a militância operária na indústria automobilística, com a seguinte conclusão:

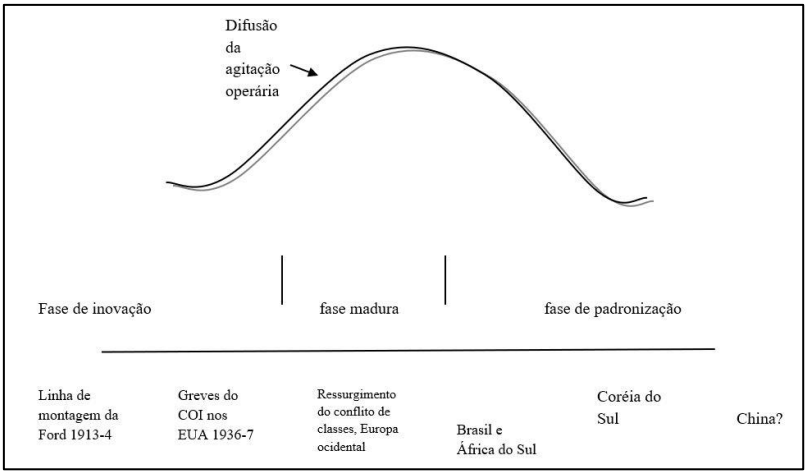
> Nota-se uma serie de mudanças geográficas no epicentro da militância desses operários, ao longo do tempo – da América do Norte nos anos 1930 e 1940 para o noroeste (e depois para o sul) da Europa nos anos 1960 e 1970, e daí para um grupo de países em industrialização acelerada nos anos 1980 e 1990. Mesmo tendo sido objeto da vasta maioria das reportagens sobre agitações operárias nos anos 1930 e 1940 (75% em ambas as décadas), a América do Norte é responsável por uma minoria do total de reportagens (15% e 20%, respectivamente). Diferentemente, a parte do total de manifestações de trabalhadores que cabe ao noroeste da Europa aumenta de 23% nos anos 1930 e 1940 para 39% nos anos 1950 e quase 50% nos anos 1960 e 1970, antes de começar a baixar nos anos 1980 e 1990. O grande aumento da participação da Europa meridional acontece nos anos 1970, indo de 2% nos anos 1950 para 10% nos 1960 e chegando a 32% nos 1970. A última grande mudança é o aumento do total relativo ao Sul, que se desenvolve rapidamente, e cuja participação pula de 3% nos anos 1980 e 40% nos anos 1990. (ibid. p. 55).

Os países estudados são: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, França, Itália, Alemanha, Espanha, Argentina, África do Sul, Brasil e Coréia do Sul.

Beverly traça uma explicação para 'anomalia japonesa': "O Japão não entra na lista dos países selecionados. [...] A rápida expansão da indústria automobilística no Japão não culminou com uma grande onda de agitação operária [...]. No entanto, o Japão sofreu uma grande onda de agitação imediatamente após a guerra [...]". (ibid. p.54).

Beverly descreve o que chama de "picos de ondas": essas ondas – que aconteceram em contextos culturais e políticos e em

períodos históricos mundiais extremamente diferentes- têm semelhanças



Fonte: SILVER (2005, p.84).[4]

Aqui, vemos toda a conexão com os 'ciclos de lutas ativas e autônomas' de João Bernardo. Segue Beverly:

> Em todos os casos, as forças de trabalho eram predominantemente de primeira e segunda gerações, migrantes internacionais e inter-regionais, e o forte apoio da comunidade foi essencial para a sua luta. Finalmente, as lutas dos trabalhadores da indústria automobilística assumiram um significado nacional para além deles próprios e do setor em questão. Assim sendo, essas ondas representaram 'momentos de virada' nas relações trabalho-capital de cada país. (ibid. p.57).

Em sua 'reformulação crítica da teoria dos ciclos de produto", Beverly define que 'o capitalismo histórico caracteriza-se por uma serie de ciclos de produto sobrepostos (soluções de produto),em que os estágios finais de um ciclo de produto coincidem com o inicio de um novo ciclo – os novos ciclos começam quase sempre nos países mais ricos. A formação e os protestos da classe trabalhadora são processos fundamentais por trás tanto dessas mudanças de fase

[4] Leitura do mapa: o ressurgimento do conflito de classes na Europa ocidental ocorre de 1968 a 1973.

'dentro' de um ciclo de produto quanto da mudança de um ciclo de produto para outro. (ibid. p. 83).

Soluções espaciais (o deslocamento geográfico da produção, enfatizado no modelo original de ciclos de produto) e soluções tecnológicas/organizacionais (inovações de processo) articulam-se com a insatisfação dos trabalhadores de maneira historicamente específica" (idem), concluí Beverly.

Analisa-se o 'ciclo do produto do automóvel', em que "a agitação operária é um componente essencial" (ibid. p.84). Vemos, então, os seguintes elementos:

No estágio inicial ('inovador') do ciclo de vida do produto, as pressões competitivas são baixas e, portanto, os custos são relativamente insignificantes; contudo, à medida que os produtos vão alcançando seu estagio de 'maturidade' e finalmente de 'padronização', o numero real ou potêncial de competidores aumenta, assim como a pressão para cortar custos.

Beverly conclui:

> a produção em massa de automóveis é progressivamente dispersa por locais onde os salários são mais baixos. Mas ainda que as teorias de ciclo de produto tendam a focalizar as variáveis 'econômicas' (por exemplo, competição, custo dos fatores) como causas e efeitos do ciclo, uma 'variável social', como a formação e o protesto de uma classe trabalhadora, é algo essencial para a história de ciclos de produto que contamos. Uma grande onda de agitação operária é um dos fatores que 'empurram' na direção de cada novo estagio de dispersão da produção, e cada novo estagio da dispersão da produção desencadeia uma nova instancia de formação de classe trabalhadora, deste modo, o estágio de inovação no ciclo de vida do automóvel atingiu seu limite com as lutas da COI nos Estados Unidos. Os limites do segundo estagio (maduro) foram alcançados com as ondas de agitação operária em fins dos anos 1960 e nos anos 1970,e o terceiro estagio (padronização) começou a atingir seus limites com os vários surtos de militância operária de industrialização recente, nos anos 1980 e 1990.(ibid-ps. 84, 85)

A Crise dos anos 1970

Antes da abordagem das lutas experiências históricas de autogestão, vejamos como Ernst Mandel, em um ensaio intitulado "*A explicação Marxista dos ciclos 1971-1975 e 1976-1982*", pode nos acrescentar mais elementos. (vide: "*Dinamiche Della Crisi Mondiale*", 1988). Para Mandel,

> Se desejamos aplicar a teoria geral da crise a explicação dos ciclos 1971-1975 e 1976-1982, e mais precisamente as origens da recessão generalizada do 1974-1975 e do 1980-1982 e os períodos imediatamente sucessivos, devemos levar em conta elementos particulares que derivam da situação e da contradição específica da economia capitalista internacional nos inícios dos anos 70. Esta recessão, e em conjunto, a retomada que lhe seguiu e que dão ao período 1974-1982 um caráter de clara depressão, devem ser vista como o ponto de convergência de 5 crises de tipo diverso. (MANDEL, p.215).

Destacamos o ponto 4, pois, traz mais elementos em relação à França e, de outros países da Europa, explicitando mais claramente os ciclos de lutas autônomas dos trabalhadores. Assim:

- Uma crise clássica de superprodução;
- A combinação da crise clássica de superprodução com o renascimento da 'onda longa' que, no fim dos anos 60, parou de funcionar em sentido expansivo;
- Uma nova fase da crise do sistema imperialista;
- Uma crise social e política agravada nos países imperialistas, que nasce de um lado da conjuntura entre a depressão econômica e um *ciclo ascendente da luta operária*, da combatividade e da participação dos trabalhadores em toda uma série de países imperialistas e da reação provocada pela tentativa da burguesia imperialista para impor aos trabalhadores o fardo da crise e da redistribuição mundial da 'mais-valia'.
- A combinação destas 4 crises com a crise estrutural da sociedade burguesa que atua em profundidade por mais de um decênio e acentua a 'crise de todas as relações sociais burguesas' e, em particular, 'a crise das relações de produção capitalistas'. (ibid. p.215-217).

O movimento de greves foi uma das características dos ciclos

ascendentes. Por exemplo, João Bernardo, em sua obra "labirintos do Fascismo" (2003), relata o clima político do ciclo que se segui a primeira Guerra.

> De 1915 a 1916 o numero de dias de trabalho perdidos por greve na Alemanha aumentou 500%, e 700% de 1916 a 1917, quando atingiu os dois milhões. As greves de abril de 1917 em Berlim mobilizaram entre 200.000 e 300.000 trabalhadores, e na mesma altura uma vaga de greves agitou o operáriado do Império Austro-húngaro. De 1915 a 1916 o numero de grevistas na França subiu 220% e a quantidade de participantes aumentou mais de 340%, sendo as cifras correspondentes entre 1916 e 1917 de cerca de 120% e de 610%. Entretanto o rendimento do trabalho diminui 15% nas fábricas de material de guerra da região parisiense e 50% nas de Bourges... Na Grã-Bretanha as greves de 1916 e 1917 suscitaram a expansão e a generalização do movimento dos *shop stewards*, membros dos sindicatos eleitos pelos trabalhadores no quadro das unidades de produção, e que defendiam naquela época as posições da base operária, frequentemente em oposição às direções sindicais.(BERNARDO, 2003, p.169).

Em relação ao período pós-segunda Guerra:

Quadro 1. Evolução das ações de greves (média anual)

Ano	RFA	Inglaterra	USA	Japão	França	Itália
1951-1955	2.468		205	658	1.415	2.343
1956-1960	1.710		68	771	1.414	1.685
1961-1965	1.362		186	1.512	2.102	2.971
1966-1970	2.563		111	1.393	3.755	4.044
1971	3.280	1.896	536	1.171	3.235	3.981
1972	1.714	1.544	23	1.722	2.721	4.405
1973	2.251	2.232	185	1.513	2.342	8.081
1974	2.700	8.500	250	1.601		8.464

Fonte: "*Dinamichi della crise mondiale*", p.21.

Quadro 2. Dias de greves (média anual em milhares)

Ano	RFA	Inglaterra	USA	Japão	França	Itália
1951-55	32.220		1.193	2.382	3.894	4.974
1956-60	32.320		707	4.446	1.980	5.581
1961-65	27.300		486	2.562	2.794	13.017
1966-70	45.166		157	5.540	32.138	17.676
1971	47.592	5.777	4.484	13.552	4.392	14.799
1972	23.918	3.871	66	23.909	3.912	19.497
1973	27.949	4.210	563	7.200	3.915	20.400
1974	48.505	9.684	1.051	14.740	3.380	16.747

Fonte: ibid. p.217.

Vamos 'qualificar' estes dados: o que foi esse movimento grevista, que tipo de greves, quais as formas de luta e organização.

Mandel, em obra intitulada "*La Longue marche de La Révolution*" (1976), reuniu ensaios escritos no Pós-Guerra. É uma tentativa de traçar ciclos das lutas operárias. Mandel usa a palavras "Etapas", "Ondas", tendo por característica fundamental a "Dualidade de Poderes".

Neste sentido, podemos notar afinidades de método e conteúdo, com a análise de João Bernardo.

Uma onda revolucionária no pós-guerra europeu

Em ensaio "Problemas da revolução europeia" (datado de 1946), Ernest Mandel analisa o ciclo do pós 2a Guerra. É uma análise com dados importantes para completarmos a visão de M. Tronti e M. Pedrosa, para o mesmo período do pós-guerra, mas em relação aos EUA.

Para E. Mandel, na Europa, a vontade de luta das massas alcançou seu mais baixo nível em 1939-1940. "Os velhos aparelhos estatais dos países ocupados pelo nazi-fascismo ruíram, ficando em condições de não poder conter a arremetida das massas, o que fez surgir uma serie de movimentos revolucionários insurrecionais."

Mandel define como "socialmente revolucionário, os acontecimentos que conhecemos na Europa entre julho de 1943 e julho de 1945.".

Mandel analisa as greves do período: após o fim de 1943, as curvas grevistas (vide tabelas acima) mostram em todos os países da Europa um fluxo, em comparação com o período anterior a Guerra, para atingir em 1945 um nível que supera a ultima onda grevista,

exceto na França (com a Frente Popular), de 1936. (ibid. p.19).

Mesmo com a presença nazista e sua Gestapo, os trabalhadores realizam greves: por exemplo, quatro greves gerais na Itália e na Grécia, dois na Holanda e Dinamarca, movimento contra a releve na França, vitória dos 'partisans' na Iugoslávia, uma serie de greves gerais com formação de conselhos de empresa em Liége na Bélgica, formam um contraste geral com a 'passividade geral' dos trabalhadores em 1939-1940 e trata-se de uma onda revolucionária. O enfraquecimento e falência dos órgãos estatais e a existência dos Conselhos de fábricas definem o caráter do movimento: a dualidade de poderes! Mandel, então, passa a analisar esse movimento, em vários países da Europa (ibid. p 20):

> Foi na Itália que a dualidade de poder alcançou sua forma mais madura. Já na primeira fase da revolução italiana, em julho de 1943, surgiram os conselhos operários, e mesmo um conselho de operários e soldados, em Milão.
> Em seguida, foram constituídas as "Comissões Internas" nas empresas, e inúmeros "comitês de libertação nacional" nas cidades e vilas da Península. Durante o inverno 1944-1945, o armamento dos partisans italianos começou q tomar uma amplitude de massa. Enfim, em abril de 1945, foi uma verdadeira insurreição que levou a tomada de todas as fábricas do Norte da Itália pelos Comitês Operários, ao controle completo da vida social pelos partisans, à organização de uma justiça revolucionária, e ao exercício de todas as funções públicas pelos Comitês de Libertação Nacional. (idem).

Ao analisar o caso da Tchecoslováquia, Mandel define as caraterísticas da Revolução Social em curso:

> No leste europeu, por exemplo, na Tchecoslováquia, as coisas se passaram de modo semelhante durante a Revolução de maio 1945." Os quatro principais elementos do duplo poder estavam presentes:
> -conselhos operários controlando as fábricas;
> -milícia operária;
> -comitês de libertação funcionando como órgãos políticos soberanos e,
> -tribunais populares. (ibid. p. 21)

Ainda sobre a Tchecoslováquia, Mandel recorre a matéria de "The Economist", (09-02-1946):

> Os comitês que realizaram o controle de práticamente cada fábrica durante a Revolução, eram o coroamento da luta comunista clandestina(...) os comitês de fábrica ensaiaram, numa primeira onda plena de entusiasmo revolucionário, de ditar como as fábricas deveriam ser dirigidas [...]. (ibid. p.21).

E.Mandel , caracteriza o movimento dos Conselhos:

> O verdadeiro caráter dos órgãos de poder nascidos da primeira onda revolucionária aparece claramente desde sua origem e de sua posição frente aos órgãos do Estado burguês. Todos eles são devidos à INICIATIVA AUTONOMA das massas operárias e pequeno-burguesas, ou ao menos, de sua vanguarda. Na BASE, o caráter de espontaneidade aparece claramente nas eleições dos chefes, como também dos comitês de fábrica, e nas formações militares de base e nos Comitês de Libertação nas cidades, bairros, etc. Por sua vez, na França, a insurreição de Paris conduz à um amplo armamento das massas, à varias ocupações de fábricas e ao estabelecimento de comitês na maior parte delas. Na Província francesa, aparecem os mesmos elementos: em Lyon, Limoges, Toulouse, Périgueux, com um particular, em vários locais, certos elementos destes órgãos de dualidade de poder, mesmo militares, funcionaram durante longos meses. (ibid. p. 25).

Na Grécia, o movimento dos partisans controlavam antes da "Libertação" muitas partes do território. A dualidade de poder existia em um sentido literal: face ao governo 'oficial' grego no Cairo, à suas formações militares e aos vestígios de seu poder executivo e judiciário na Grécia mesma, funcionando por comitês, milícias e tribunais populares eleitos pelas massas.

Durante a guerra civil aberta (dezembro de 1944), esta coexistência foi mesmo suprimida em muitos bairros de Atenas e noutras zonas controladas pela EAM e todo o poder em certos setores (sobretudo o setor jurídico) ficou nas mãos dos organismos populares e eleitos.

Na Iugoslávia, o movimento dos partisans foi no inicio similar ao dos partisans gregos e formou também órgãos de poder popular em todos os campos.

Na Polônia, com a aproximação do exercito Vermelho da URSS ocorre um movimento revolucionário de camponeses e operários; os operários ocupam fábricas e os camponeses tomam terras. Os operários estabelecem um controle completo na produção. Na Bélgica, a dualidade de poder só existiu no campo militar. Mas, os comitês de fábricas em Liegé eram os órgãos potênciais do poder, às vésperas da "Libertação". (ibid. p.22).

Enfim, na zona russa da Alemanha,

> as mudanças quase revolucionárias tiveram lugar após a queda do III Reich, não foram aniquilados [...] Através da zona russa os comitês de empresa (Betriebsraete) tiveram papel fundamental na indústria [...]Todo o esquema mostra muita semelhança com a 'democracia de fábrica' dos primeiros anos da revolução russa. (ibid. p. 23)

Mandel cita matéria de "The Economist" (23 março 1946):

> Na zona russa da Alemanha como em outros locais, o afundamento do nazismo foi seguido pelas demonstrações de um espirito socialmente revolucionário: os operários ocuparam as fábricas e acertaram suas contas com os diretores nazistas ou nazificados. A mesma coisa aconteceu no RUHR. Sabemos que com a aproximação da Armada vermelha, os trabalhadores agrícolas do Macklenbourg tomaram as terras onde estavam a séculos. No mesmo momento, os operários da Saxe levantaram as bandeiras vermelhas nas fábricas e elegeram verdadeiros sovietes [...]. (idem).

Experiência x Consciência

No próximo ponto, Mandel compara essa onda revolucionária de 1943-1945 com a outra onda ocorrida no 1º pós Guerra de 1918-1919, assinalando diferenças fundamentais.

Em primeiro lugar,

> em 1917-1919, o movimento revolucionário propriamente se limitou à Europa oriental e central. Na Europa ocidental, só conhecemos as lutas econômicas do proletariado (...). Em1917-1919, a onda revolucionária inicia por explosões muito importantes, nos principais centros industriais: vitória da

> Revolução russa, peripécias sucessivas da revolução alemã entre 1918 e 1923[...]. (ibid. p.27).

Mandel descreve:

> Após a 1ª guerra mundial, a curva geral da luta revolucionária é caraterizada por uma breve brusca ascensão ao inicio, depois declina, alcança o ponto culminante na primavera de 1919, depois declina rapidamente e constantemente. Esse declínio é interrompido por uma e muito breve ascensão em 1923. (idem).
> Já na onda da 2ª guerra, a curva geral da luta revolucionária começa por uma *scenso* lento e hesitante, interrompido por numerosos acontecimentos de recuos particulares, mas sua *tendência geral é de ascenso*. (idem)

E E. Mandel analisa a diferença entre os dois movimentos:

> O movimento do pós 1ª guerra mundial se ressentia do peso das derrotas iniciais, sobretudo da derrota Alemã, o movimento do pós 2ª guerra mundial sofre ao contrario pelo fato de que em nenhum momento, todas as forças do proletariado não se lançaram na batalha. O caráter das derrotas é por consequência um caráter passageiro, relativo, não pondo em causa a derrota posterior do movimento, e podem ser neutralizadas pela passagem da luta a uma fase superior. (ibid. ps.27-28).
>
> [...] Esta diferença importante não provém apenas do caráter potêncialmente limitado da 1ª onda (ausência do proletariado russo e alemão da luta). Decorre igualmente e, sobretudo de todo o passado do movimento operário. O proletariado que se lança na luta revolucionária, em 1918, era um proletariado que não tinha conhecido derrotas definitivas. Momentaneamente desmoralizado pela traição reformista de 1914, ele encontrou na evolução da situação objetiva (enfraquecimento do aparelho estatal burguês, agravação das condições de vida) as condições iniciais necessárias para desencadear as lutas de massa. (ibid. p.28).

Mandel destaca uma contradição fundamental entre as duas ondas revolucionárias: o proletariado da 1ª onda,

> Travava essas lutas com uma consciência socialista bem definida, e com uma ausência de experiência

> revolucionária completa. [...] sua luta na Alemanha, Áustria, Hungria, Tchecoslováquia, Bulgária, Polônia, Iugoslávia, nos países bálticos e na Itália a forma das lutas pelo socialismo, nas quais a atração da revolução russa jogava um apelo proeminente. (idem).

As discussões dentro do movimento operário, nesta época, diz Mandel, são sobre "De qual forma vamos construir o socialismo? podemos construí-lo imediatamente?" E, aqui Mandel pontua a contradição:

> Ao contrário a ausência de experiência de lutas revolucionárias determinou da parte das massas e dos dirigentes comunistas, uma assimilação incompleta das "lições de outubro", um tatear continuo dos métodos de ação. Só em raros momentos, e como coroação de dolorosas peripécias, que o movimento das massas tomou as formas mais maduras da dualidade de poder. (ibid. ps.28-29).

E, ao contrário dessa 1ª onda de 1917-1919, no fim da 2ª guerra,

> o proletariado europeu tinha atrás de si uma longa sequência de derrotas duras. As jovens gerações não tiveram uma educação socialista. As gerações antigas estavam gangrenadas pelo ceticismo paralisantes [...]. A palavra 'socialismo' não intervém que raramente na imprensa, nas discussões e mesmo nos discursos. As massas não tinham que raramente, e de uma forma isolada, consciência do caráter objetivamente anticapitalista, revolucionário, de sua luta. (ibid. p.29).

O autor adverte:

> Mas se as massas se achavam em um nível inferior de consciência em relação à 1918,elas alcançaram ao contrario um nível superior de experiência. O fio, cortado pela guerra e pelo fascismo, é retomado pelas massas no ponto em que o tinham perdido. [...] As formas as mais maduras da luta do passado não constituem mais o ápice, mas o ponto de partida, das ações de massa no período atual. Isto se mostra da forma mais evidente na Itália, onde a luta INICIA pela formação de Sovietes

> e de conselhos de soldados, e pelo armamento, formas que ela não pode tomar, ou que ela não tomou que esporadicamente nos quatro anos de combate revolucionário após a 1ª guerra mundial. (idem).

Assim, voltamos ao inicio da reflexão de E. Mandel, sobre as lutas do pós 1943 na Europa. Então, chegado a esse nível, Mandel busca as razões das derrotas: da liquidação dos órgãos de dualidade de poder.

Para o marxista belga, a principal causa dessas derrotas não foram as políticas reformistas e stalinistas dos grupos dirigentes da época, o fator PRINCIPAL Mandel o localiza "após ter analisado as formas das lutas de massa, sua ORIGEM e seu caráter social, na ausência de amplitude e de coordenação". (ibid. p.30).

O ponto de partida das sublevações de massa, coincide com o intervalo entre a partida (ou afundamento) do aparelho militar alemão e a chegada, e estabelecimento firme, do aparelho militar anglo-americano.

> Esse intervalo deixa um "vazio" na administração 'dos homens e das coisas, vazio que as massas têm tendência à preencher automaticamente pela constituição de seus próprios órgãos. Para Mandel, nesse intervalo se formam o sistema de dualidade de poderes bastante sólido. (idem).
> Na França, por exemplo, uma decalage [diferença] de 24 horas permitiu a constituição de um embrião de dualidade de poder em Paris, e não é por acaso que os órgãos autônomos de massa se mantiveram o mais longo tempo nas regiões francesas que a armada aliada tinha deixado de "lado" durante suas operações de agosto e de setembro 1944! (ibid. p.31).

Esses intervalos, chama nossa atenção Mandel, se deram em momentos diferentes em cada país. Um acontecimento que pudesse generalizar as lutas seria, para Mandel, a Revolução Alemã, assim conclui que: "Foi, portanto, a ausência da revolução na Alemanha que constitui a causa fundamental do caráter esporádico da aparição da dualidade de poder e de seu aniquilamento rápido". (ibid. p.32).

O fim da dualidade de poder

Mandel narra e analisa a dialética da derrota destas lutas do pós guerra:

> Uma vez que os lideres oportunistas são incluídos na cúpula do aparelho de governo, que as massas entram em suas casas e, são lançadas as bases para reconstrução de um novo aparelho coercitivo, a burguesia passa à realização de seu objetivo seguinte: a liquidação dos núcleos de dualidade de poder, em primeiro lugar, a liquidação das forças armadas autônomas das massas. O ritmo e o sucesso desta liquidação diferem de país para país e são, em ultima análise, em relação inversa à pressão operária. (ibid. p.50).

Mandel destaca um particular desse processo: "Mas, de uma forma geral, a liquidação dos núcleos de dualidade de poder se opera a frio, sem colisões armadas, onde a vontade das massas tinha sido decisivamente quebrada pelos dirigentes oportunistas". (ibid. p.51).

A sucessão de fatos: "os chefes estalinistas conduziram a liquidação do controle operário, depois a supressão da gestão operária e o controle completo do Estado burguês sobre as empresas". Os dirigentes oportunistas transformaram as expropriações pelos trabalhadores em fraudulentas operações econômico-financeiras com os antigos proprietários capitalistas. (ibid. p.52).

Parte III
As experiências históricas - século XIX

A revolta dos Canuts[5]

O primeiro esboço de uma 'ideologia socialista' apareceu na França em 1831-1834 com a "Revolta dos Canuts" de Lyon, que tinham como lema "Viver trabalhando ou morrer em combate", uma ideia que supera as reivindicações imediatas. Não era mais o "Ludismo", quebrando maquinas, mas uma luta contra os patrões, a polícia e as tropas do rei.

Esta próxima parte é totalmente extraída do Capítulo primeiro da Tese de Mauricio Sarda. Excluímos algumas notas de pé de página, para o texto não ficar muito extenso.

> Nos anos seguintes, de 1830 a 1834, com a mira ajustada para a burguesia, mas também com ações direcionadas para a introdução e o funcionamento das máquinas, os operários continuam a se bater pela melhoria das condições de existência. E o fazem cada vez mais por sua própria conta, desenvolvendo nessas lutas suas próprias instituições: associações, organizações de ajuda mutua, cooperativas e, ao que parece pela primeira vez, uma imprensa autônoma.
> Ícone das lutas deste período é a revolta dos canuts em 1831, como são conhecidos os tecelões de Lyon. A questão não é nova: a luta pelo estabelecimento de uma tarifa mínima. (...) De início, a proposta e organização do movimento reivindicativo têm origem nos chefes de oficina, e somente por eles a luta é inicialmente levada à diante, contando para isso com a Sociedade do Dever Mútuo, associação fundada em 1827. Conseguem o apoio do prefeito para a única reivindicação: o estabelecimento de uma tarifa mínima para os trabalhadores têxteis, cujo trabalho era remunerado à peça, que lhes garantisse ao menos a "saúde suprema", isto é, a condição de continuarem sobrevivendo. O prefeito, temendo uma insurreição armada como a de Julho, e julgando deter boa margem de manobra, pressiona os fábricantes e os leva à participar das negociações. (...) Mas os fábricantes-negociantes recusam-se à aceitar como uma obrigação a fixação da tarifa. (...) Após algumas rodadas sem resultado, os operários desfilam unidos pela cidade, desta vez ainda em silêncio e tendo os

[5] * Este histórico da luta dos Canuts é, digamos assim, de "segunda mão", é da Tese de Mauricio Sarda (vide Bibliografia), que fez grande parte de sua pesquisa em minha biblioteca, que chama de "Spartacus".

> chefes de oficina como maioria. O prefeito convoca então uma reunião para o dia 25 de outubro, para definir a tarifa a ser aplicada a partir do dia primeiro de novembro. Enquanto decorre a negociação entre os delegados dos chefes de oficina e os representantes dos fábricantes, os companheiros (compagnons) organizam-se nos bairros operários e formam uma imensa manifestação, contando-se cerca de seis mil operários. (...) A decisão de postergar suspender a reunião irrompe o silêncio e, aos gritos de "não ao adiamento", marcham à prefeitura e arrancam do prefeito o estabelecimento da tarifa ao final da tarde. A noite é de festa para os canuts, saboreando a vitória que poderia mudar a sua sorte ou, pelo menos, minimizar as duras condições de existência. Dançam, cantam, e o tumulto é tamanho nos bairros operários que, das comunidades vizinhas, achando tratar-se de um ataque, muitos grupos de trabalhadores se colocam a caminho para ajudar seus camaradas. (...).
>
> A decretação da tarifa, no entanto, deu-se sem o consentimento dos fábricantes, que não tardam à reunir forças para revidar o golpe sofrido. Como primeira ação, apelam ao ministro do interior, o banqueiro Cassimir-Perier, e exigem uma intervenção para reverter a questão, culpando o prefeito pela desordem. Os fábricantes não respeitam a tarifa e a agitação cresce entre os operários. Em 4 de novembro, nova manifestação que resulta em algumas prisões. A prefeitura publica um anúncio proibindo as reuniões. O que não impediu que uma multidão de operários acorresse à audiência do dia 17, quando Conselho de Prud'hommes reuniu-se para tratar do referendo. Assustado, o presidente do Conselho tenta demitir-se e suspender a sessão. Mas é impedido pela assistência e obrigado à recomeçar os trabalhos. O Conselho vacila, dizendo-se impossibilitado de julgar a contenda, e decide não decidir. Em Paris, os jornais desaconselham o arbítrio. Já o jornal dos canuts sintetiza a situação da seguinte maneira: "O Conselho dos Prud'hommes está variando. Deus nos preserve da tempestade!".

As correspondências entre Cassimir-Perier e o prefeito tornam-se mais intensas, e mais ásperas. O prefeito defende a posição argumentando que a reivindicação dos trabalhadores era justificada. O Ministro lembra que os operários de Bourdeaux apresentaram a mesma reivindicação, detalha as ações prévias que os neutralizaram e, golpe fatal, acusa o prefeito de, ao receber a reivindicação dos trabalhadores, ter com isso violado a Lei *le Chapelier*, a que impedia as coalizões.

Neste momento, os companheiros haviam já ultrapassado os chefes de oficina e, tomando para si a reivindicação, organizam-se para garantir a tarifa. No dia 16 de novembro, percorrem alguns bairros para recolher as armas da Guarda Nacional. Enquanto isso, as forças da ordem traçam os planos de defesa: seis destacamentos de cinquenta homens, um batalhão da Guarda Nacional e trezentos homens de linha devem dissolver toda a aglomeração. Cinco batalhões da Guarda Nacional de reserva e em alerta. Um posto de infantaria e cavalaria no Hotel de Ville.

Os chefes de oficina recuam, buscam a conciliação. Já era tarde. No dia 21, pela manhã, começa o que todos esperavam. Os trabalhadores reúnem-se e passam de oficina em oficina, cortam os fios daqueles que insistem em trabalhar e os arrastam para a manifestação. Às 11 horas, desfilam pela cidade e os primeiros choques acontecem. Em meio à manifestação, desponta a divisa em uma bandeira negra: "Viver trabalhando ou morrer combatendo". Em resposta ao prefeito, que tenta os desencorajar, replicam: "*Du travail ou la mort! Nous aimons mieux périr d'une balle que de faim*[6]". Durante a noite, delegações das cidades vizinhas juntam-se aos canuts no bairro da Cruz Vermelha. No dia seguinte tomam a cidade e tornam-se mestres da vila, contando-se não menos do que 600 o número de mortos e feridos, tanto civis como militares. Para Moissonier, neste momento, faltava aos trabalhadores uma organização, um programa de governo próprio. Sem isso, copiam os velhos modelos. Instalam um Estado Maior e organizam uma polícia para manter a ordem pública, evitar as badernas e atentados à propriedade. Estranho zelo: pegos em flagrante pilhagem, dois ladrões são imediatamente fuzilados pela polícia operária. Os trabalhadores seguem às ordens do prefeito, mas rejeitam a manutenção do pedágio sobre as pontes e declaram a livre circulação pela cidade. A imprensa francesa percebe o perigo e soma-se à voz ativa pela punição exemplar aos insurretos. Para o jornal *Le Temps*, edição de 26 de novembro, "Quando a propriedade está ameaçada, não há mais opinião pública, nuances, ministerialismo e oposição", e alerta: "Os movimentos dos operários são contagiosos... Lyon é um ponto central." Até mesmo o L'Echo faz coro por uma reconciliação:

---

[6] Tradução: "O trabalho ou a morte! Nós preferimos tombar por uma bala do que de fome".

"União, fraternidade, esquecimento completo do passado." No dia 3 de dezembro, tendo à frente o filho do Rei, Duque d'Orleáns, 30 mil homens com 50 canhões entram na cidade, instauram um novo governo, declaram nulo o decreto sobre a tarifa e dão início às perseguições aos operários. A ordem volta a Lyon.

A derrota dos canuts não impediu que o movimento irradiasse para outras cidades, verificando-se no final de 1831 incidentes em Toulouse, Bayonne, Marseille, Bar-le-Duc, Grenoble, Bédarieux, Rive-de-Gier, Paris, Rouen, Montpellier, Anzin entre outros inúmeros movimentos que ameaçam "imitar os operários de Lyon". E mesmo nesta cidade, à despeito da repressão, da militarização e das deportações, o movimento renasce pouco a pouco. De início, são as levas cada vez maiores de operários que passam a assistir aos julgamentos dos companheiros presos, protestando quando o resultado lhes é desfavorável. Em 1832, o *L'Echo de la Fabrique* ressurge numa linha mais fechada, fruto de uma ação de solidariedade que havia se estendido para além de Lyon. Em Paris, os trabalhadores realizam coletas a favor dos Canuts. Em fevereiro de 1832, os tecelões fundam outra associação, a Compagnons Ferrandiniers du Devoir, exclusiva para os companheiros e aprendizes, e que terá grande importância na insurreição de 1834 ao lado da Mútua dos chefes de oficina. A "febre de coalisão continua", mas agora já se manifesta em todas as profissões. Começa-se a empregar a palavra greve. Não há uma corporação, uma cidade, que não tenha vivenciado situações de greve neste período.

Os intelectuais burgueses logo perceberam que a situação havia mudado, como expressa essa passagem do Journal des Débats, em que o jornalista Saint-Marc Girardin lança uma espécie de alerta sobre a ameaça que ronda a organização da sociedade:

> Não deve-se dissimular [...] A sedição de Lyon revelou um grave segredo, o da luta intestina que tem lugar na sociedade entre a classe que possui e aquela que não possui. Nossa sociedade comercial e industrial tem sua ferida como todas as outras sociedades; essa ferida são os operários. Nada de fábricas sem operários e, com uma população de operários sempre crescente e sempre necessitada, nada de repouso para a sociedade. [...] Cada fábricante vive em sua fábrica como os plantadores das colônias em meio aos seus escravos, um contra cem, e a sedição de Lyon é uma espécie de insurreição de São Domingos [...] Os bárbaros que ameaçam a sociedade não estão precisamente no Cáucaso [...]; eles estão nos bairros das nossas cidades

> manufatureiras... É preciso portanto que a classe média saiba bem qual é o atual estado das coisas. Ela deve conhecer bem a sua posição. Ela tem atrás dela uma multidão de proletários que se agita, sem saber o que quer, sem saber para onde irá; o que lhe importa? Ela está mal, ela quer mudar [...].

E a conclusão do artigo de Girardin é clara:

> A democracia proletária e a República são suas coisas bastante diferentes. Repúblicanos, monarquistas de classe média, qualquer que seja a diversidade de opiniões sobre a melhor forma de governo, não há nenhuma voz tratando, eu imagino, sobre a manutenção da sociedade. Ora, é ir contra a manutenção da sociedade dar os direitos políticos e as armas nacionais a quem não tem nada a defender e tudo a perder.

A revolta dos Canuts, a forma que assumiu e se propagou, o vigor que mostrou a unidade dos trabalhadores por uma reivindicação que era apenas sua, revelou a todos que as lutas sociais atingiram um novo centro. A burguesia, por seu turno, percebeu rapidamente que ceder ou ampliar o direito de voto aos trabalhadores, a liberdade de imprensa e o direito de associação, naquela altura meios para a organização da sua ação de classe, seria correr o risco de fornecer-lhes os instrumentos de "corrosão social". Nos termos de Singer, seria conceder os "implantes socialistas".

Ao longo deste período, o governo vai pondo em prática os mecanismos para tentar por fim às lutas operárias. A repressão direta parecia não mais ter efeito, pois bastava serem sufocados os trabalhadores em um sítio, logo em outro insurgiam-se em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Nesta situação, o governo experimenta, em 1833, colocar a armada à disposição dos fábricantes, para substituir os operários grevistas por soldados. Solução que não poderia deixar de ser pontual, pois nesta altura o trabalho manual preservava ainda dependência do saber profissional do ofício, requerendo um tempo de aprendizagem. Mas a cartada decisiva estava reservada às associações, com uma nova legislação que lhes pretendia por termo de uma vez por todas.

Até então, para fugir do enquadramento no código penal (Artigos 291 e 294 da Lei de 1810) que estabelecia o limite de vinte pessoas para qualquer forma de coalisão, os trabalhadores

subdividiam suas organizações em inúmeras células, respeitando o limite. Pelo projeto de lei de 1834, nem mesmo isso seria mais possível, e em caso de persistirem as coalisões, passariam a ser responsabilizados todos os seus membros e não apenas seus dirigentes, prevendo-se ao mesmo tempo o aumento das penas para este "delito". O projeto foi votado em março de 1834, não sem antes os trabalhadores terem demonstrado seu desacordo. E os canuts são os primeiros a manifestá-lo.

A estrutura mutualista dos canuts, já bastante próxima da forma sindical, sofre uma grande modificação no início de 1834. De pouco mais de 1200 membros em 1831, chega à soma de 2.340 membros, repartidos em onze centrais. Cada central nomeia dois delegados para constituir o conselho executivo de vinte e dois membros que assessora o conselho dos presidentes das centrais. O conselho executivo destitui o conselho de presidentes no início de 1834, acusando-os de serem muito moderados, e empossa novos membros que logo se veem à frente de duas jornadas singulares.

Em fevereiro de 1834, os chefes de oficina batem-se novamente em uma greve geral que dura dez dias, tendo como motivo principal a redução da tarifa de alguns produtos pelos fábricantes. Louis Blanqui fica impressionado com a disposição dos canuts, esses "homens-máquinas": "Nada é mais comovente do que ver cinquenta mil operários suspenderem num só golpe os trabalhos que lhes fazem viver e se resignar às privações mais duras para garantir ao todo a recuperação de 12 centavos para seus irmãos mais infelizes!".

Manifestação da prática que vai dar sentido à palavra solidariedade, a greve geral de fevereiro fora decidida pelos chefes de oficina numa votação apertada (1297 votos à favor e 1044 contra). Os companheiros e aprendizes solidarizam-se e engrossam o movimento. As duas associações de classe, a Mútua dos chefes de Oficina e a Associação dos companheiros revelam uma capacidade organizativa até então inédita. Os fábricantes fogem, e os que ficam recusam-se de início a negociar com os delegados dos operários. No dia 17, porém, os fábricantes abrem um canal de negociação e remetem uma carta ao comitê executivo dos mutualistas pedindo "calma". No dia 19, uma proposta é aceita pelos 162 fábricantes mais diretamente envolvidos na contenda, e os operários votam pelo retorno ao trabalho.

Como resultado da greve geral de fevereiro, treze lideranças são presas: dez chefes de oficina e três companheiros. Esse fato abre

o caminho para a jornada seguinte, à qual vem se juntar a lei contra as coalisões votada em março. Os mutualistas redigem um protesto contra a lei que ataca suas associações, publicada no *L'Echo* em 6 de abril:

> Considerando em tese geral que a associação é o direito natural de todos os homens [...] Considerando em particular que a associação dos trabalhadores é uma necessidade de nossa época, que ela é para esses uma condição de existência, que todas as leis que atentam à esse direito tem por efeito imediato o de livrá-los sem defesa ao egoísmo e à avidez desses que os exploram:
> "Por tudo isso, os mutualistas protestam contra a lei liberticida das associações, e declaram que jamais curvarão sua cabeça a um jugo tão embrutecedor, que suas reuniões não serão suspensas, e, apoiando-se sobre o direito mais inviolável, o de viver trabalhando, eles saberão resistir, com toda a energia que caracteriza os homens livres, à todas as tentativas brutais, e não recuarão diante qualquer sacrifício para a defesa de um direito que nenhum poder humano poderá lhes pilhar.

No dia 5 de abril, começa o julgamento dos treze trabalhadores presos em função da greve geral de fevereiro. Os chefes de oficina e os companheiros fazem-se presentes ao tribunal. Os arredores e a sala ficam repletos, é impossível circular. Um tumulto produzido por provocadores da polícia impede a realização da sessão e o tribunal é esvaziado. À saída, os dois destacamentos de infantaria ligeira enviados à Lyon confraternizam-se com os operários. Na nova data marcada para o julgamento, dia 9 de abril, os trabalhadores decretam outra parada geral do trabalho. Mas neste dia as tropas são mantidas em isolamento dos trabalhadores, e um grande trabalho de calúnia é realizado contra os canuts. Novamente, sob as palavras de ordem "Associação, Resistência, Coragem", os canuts decidem resistir a todo ataque. A batalha começa cedo e, em menos quatro dias, as tropas lançam mão de meios de guerra e os canuts são derrotados, com um saldo de centenas de mortos e feridos nos bairros operários que acabaram incendiados.

Em 1833, os trabalhadores de Lyon criam uma nova associação que reúne várias profissões, a "ordem dos *Frères-Unis*", saudada pelo *L'Echo* como "um grande passo para a emancipação dos trabalhadores". As coalisões aproximam-se neste momento da

forma sindical e vão além dela, pois a associação é projetada como modelo de organização para a sociedade futura, que não é outra coisa senão o socialista *avant la lettre*:

> Do seio das associações deve despontar a organização futura; essas associações, neste momento dispersas sobre o solo, são os germes que logo crescerão; são os materiais dispersos que o presente prepara e junta, que a mão do futuro encontrará, que ela ajustará e alinhará para fundar a administração geral do trabalho [...] [Os operários sentem] a necessidade sempre crescente de uma confederação.

Ainda assim, considera-se frequentemente que os limites das lutas dos canuts reside na base artesanal que prevalece na indústria têxtil naquele momento, na ausência de manufaturas, isto é, no fato de que o capital ainda não ter operado à constituição de uma classe proletária no sentido moderno, reunindo os trabalhadores sob um mesmo teto para laborarem sob o comando de um mesmo capitalista. No entanto, nos parece ser precisamente esta situação que torna as lutas dos canuts ainda mais significativas.

Primeiramente, é possível dizer que, embora fossem os proprietários dos meios de produção, das ferramentas e teares, os chefes de oficina encontravam-se já submetidos na realidade prática aos fábricantes-comerciantes. Estando submetidos aos capitalistas, de quem dependem para a aquisição de matéria-prima e para quem entregam os produtos para a venda, estes artesãos-proletários encontram-se a meio termo entre o artesanato e o assalariamento, sofrendo já uma parte do processo de trabalho os efeitos da especialização. E esta condição de subcontratados, se ainda não é a de um proletário, está a um passo de sê-lo. A decisão do que produzir já não mais lhes pertence, nem mesmo o ritmo da produção, pois o "salário à peça" exige um volume mínimo a ser realizado para compensar os custos da produção e da própria reprodução da força de trabalho. A luta pelo aumento da tarifa não significa outra coisa senão que a subsunção formal dos trabalhadores aos seus mestres fábricantes já era fato consumado, ainda que a subsunção real tenha se tornado efetiva mais tarde, para utilizar aqui os termos de Marx, quando se introduz os princípios da divisão do trabalho e impõe-se a produção industrial.

A base da produção é artesanal, mas o modo de produção é já capitalista. Isso, com efeito, pode ter condicionado aos trabalhadores

o recurso àquelas formas de organização, isto é, à criação de associações mutualistas que visavam, em última análise, a constituição de cooperativas de produção que lhes desembaraçassem das relações de dependência aos fábricantes-negociantes. Este parece ser o horizonte primeiro dos canuts. Essas lutas abrem um período novo na história do movimento operário francês, constituindo o pano de fundo sobre o qual vai se verificar o desenvolvimento do cooperativismo no seu sentido moderno.

Revolta dos tecelões, Silésia, Alemanha, 1844

O historiador da socialdemocracia alemã, Franz Mehring chama a rebelião dos tecelões da Silésia de "Insurreição contra a fome". O novo proletariado em massa não tinha direitos legais para se defender e para lutar. Ao passo que o capital tudo podia. Vimos nas visões de Ernst Bloch e de Flora Tristan, o quão miserável eram os trabalhadores neste período do capitalismo europeu.

Por sua vez, M. Lowy ressaltou o papel fundamental que teve a rebelião na Silésia na obra de Marx.

> A insurreição dos tecelões em junho de 1844 na Silésia, fato que jogou para Marx um papel de 'catalisador', de transformação teórico-prático, de demonstração concreta e violenta do que já se desenvolvia de suas leituras e contatos parisienses: a tendência potêncialmente revolucionária do proletariado.

M. Lowy destaca dois aspectos dessa rebelião:

1) "Foi um conflito entre proletários e capitalistas e não um movimento 'ludista' de artesãos contra as maquinas. Foi contra os burgueses e não contra as maquinas que a sublevação ocorreu".

2) "A repercussão do fato em toda a Silésia, na Boemia, em Praga e mesmo em Berlim, onde as greves e rebeliões operárias ocorreram durante junho, julho e agosto de 1844, indicam que não foi um simples acontecimento local, mas uma manifestação explosiva de um sentimento generalizado".

Em relação à obra de Marx, M. Lowy afirma que "Foi a insurreição que, de uma certa forma, "desencadeou" em Marx o processo de elaboração teórica que levou em 1846 à ruptura

definitiva com todas as implicações do jovem hegelianismo e, mesmo com Feuerbach".

Em sua obra "*Operário e Capital*", Mario Tronti recorre a Marx para assinalar o caráter da luta dos tecelões: "[...], quanto mais a revolta operária avança neste terreno prático-material, mas ele ganha um caráter teórico e consciente". E, com Marx:

> Lembremo-nos da canção dos tecelões, aquela ousada palavra de ordem da luta onde nem casa, nem fábrica, nem bairro são mencionados uma única vez, e onde em contrapartida o proletariado proclama os eu antagonismo em relação à propriedade privada, de maneira clara, cortante, sem preconceitos nem debilidade. A revolta da Silésia começa exatamente onde acabam as revoltas dos trabalhadores franceses e ingleses, isto é, com a consciência daquilo que é a essência do proletariado (Vorwaerts, 1844).

Em torno de1845 e de modo frequente com a intensificação da carestia, os tumultos violentos se intensificaram. Era insurreições pela fome, sem um plano e sem objetivo, originadas pelo selvagem desespero, estes tumultos se ampliaram em toda Alemanha, o que mostrava trabalhadores tomando consciência de seus direitos e da condição humana.

A maior destas rebeliões pela fome ocorreu em junho de 1844 nas vilas silesianas dos tecelões de Peterswaldau e Langenbielau. Vilas em que os senhores exploravam de forma profunda os trabalhadores e exibiam de forma ostensiva suas riquezas.

Os tecelões inventaram canções em que denunciavam a exploração. Os tecelões de Peterswaldau, com seus 5.000 habitantes, cantavam repetidamente estas canções em frente a casa de seus senhores. Em 4 de junho, a polícia prendeu um tecelão que fazia parte de um grupo que cantava suas músicas de denuncias em frente a casa de um fabricante, que pagava salários de miséria e que era o símbolo da repressão da opressão dos ricos.

Foi a gota d'agua: uma massa de tecelões revoltada saqueou as casas dos industriais e destruiu os livros de contabilidade; alguns queriam queimar tudo, recusada pela maioria "porque os industriais receberiam, então, as indenizações, e que queriam arruína-los, para que aprendam o que é a fome".

No dia seguinte, uma massa de 3.000 tecelões marcha para cidade vizinha (Langebielau), onde as cenas se repetem. Mas, a

polícia chega e atira na massa, matando 11 operários e ferindo 24; os trabalhadores desesperados reagem com pedras e tijolos expulsando os soldados da cidade.

Foi uma vitória parcial, pois no dia 6 de junho, chegam três companhias de infantaria e uma bateria de artilharia que destroem a rebelião. Os que sobrevivem buscam refugio nas montanhas e nas florestas vizinhas onde são atacados pela polícia. 38 tecelões são presos e condenados a pesadas penas de trabalhos forçados.

O jornal "*Vorwarts*" publica matéria a respeito no dia 6 de junho:

> Em junho 1844, em Peterswalden e Langebielau na Silésia, um dia se rebelaram 5 mil tecelões, com pedras, facas, tijolos em suas magras mãos; lutaram corajosamente contra batalhões de soldados! saquearam os palácios dos príncipes da fábrica, e destruíram os livros de dividas e as cartas de crédito; mas ,não cometeram nenhum roubo, nenhuma fraude (...). Em uma palavra: pela primeira vez no solo da pátria alemã, nesta Silésia de habito tão tranquila, surgiu um sinal precursor da transformação social, que dirige o mundo irresistivelmente para o desenvolvimento superior da humanidade.

M. Lowy acrescenta o testemunho de um ferroviário, pela escrita de um jornalista "anônimo":

> Temos agora pouco respeito pelas pessoas ricas e distinguidas. O que cada um de nós, ousar pensar em silêncio, podemos dize-lo agora em voz alta: somos nós que sustentamos os ricos, e se o roubarmos é suficiente para que sejam obrigados a nos mendigar um pedaço de pão ou morrer de fome, se não quiserem trabalhar Podem me crer, se os tecelões tivessem resistido mais tempo teria havido agitação entre nós. O acontecimento dos tecelões é no fundo também nosso problema. E como nós somos 20.000 homes à trabalhar nos trens da Silésia, teríamos também nossa palavra para dizer.

Finalizemos com a análise que fez M. Lowy sobre o papel desta rebelião dos tecelões na obra de Marx:

> Com efeito, após alguns meses que Marx tinha previsto (a partir de um raciocínio abstrato e desmentido por todas as aparências –ausência de movimento operário na Alemanha- que o

> proletariado era a única classe revolucionária da Alemanha, uma rebelião aconteceu, que marcou a entrada na cena da história da classe operária alemã.

Marx recebeu cartas que confirmavam suas ideias sobre a rebelião: "As revoltas da Silésia nos surpreenderam. São um testemunho claro da justeza de vossa construção do presente e do futuro alemães na "Introdução à Filosofia do Direito" nos "Annales" [...]. O que era em você uma construção bruta e toda nova tornou-se quase um lugar comum". Segue Lowy:

> Compreendemos, então, o entusiasmo com que Marx saudou o movimento dos tecelões, em que sublinha com insistência o caráter "teórico e consciente"; Que recordemos "A canção dos Tecelões", este forte grito de guerra, onde não se faz menção ao lar, a fábrica, ao distrito, mas onde o proletariado clama imediatamente, de forma brutal, violenta e decisiva, sua oposição à sociedade.
> A revolta silesiana começa precisamente pelo que marca o fim das insurreições operárias inglesas e francesas, a consciência da essência do proletariado. A ação mesmo com esse caráter refletido. Não se destrói somente as máquinas, estas rivais do operário, mas ainda os livros, os títulos de propriedade; e enquanto que todos os movimentos não são dirigidos que contra o patrão industrial, o inimigo visível, esse movimento visa igualmente o banqueiro, o inimigo oculto. Enfim nenhum movimento inglês não foi conduzido com tanta coragem, superioridade e firmeza.

Por fim,

> A partir de sua análise da revolta silesiana, Marx chega à uma conclusão nova[...] é no socialismo que um povo filosofo pode achar sua prática (Práxis) adequada; e é no proletariado que ele pode achar o elemento ativo de sua libertação". Então, o proletariado torna-se o elemento ativo da emancipação.

Manchester, Inglaterra, Rochdale, 1844

A Economia Solidária, a partir de suas diversas matrizes e de um longo processo histórico de práticas com afinidades entre si, incorpora diversas palavras que têm um significado profundo. Vejamos algumas: a palavra "cooperar" vem do latim "*cum operari*", que significa "trabalhar conjuntamente com alguém"; a palavra

"sindicato" vem do grego através das línguas romanas e tem duas raízes: "com" e "justiça", isto é, "os sindicalizados são os que têm por defesa a mesma causa"; a palavra "mutualidade" vem do latim "*mutuum*", isto é, "troca". Troca equável de serviços; a palavra "solidariedade", tem sua etimologia em "o que é solidário", ou "o que se torna sólido como o solo".

Se "solidariedade" significa "sólido como o solo", apesar das palavras de Marx/Engels no "Manifesto Comunista", nem tudo que é sólido se desmancha no ar. A Economia Popular e Solidária é um exemplo desta persistência dos trabalhadores que, em busca de sua auto emancipação, estão reinventando formas novas para a expressão de suas lutas pela autogestão.

No início do século XIX, o movimento cooperativo, no seu sentido amplo, e o movimento socialista eram próximos e, às vezes, chegavam a se confundir. A palavra "cooperação" foi usada a primeira vez por Robert Owen, em 1821, no sentido oposto à "concorrência" e como sinônimo de "socialismo", e, até mesmo de "comunismo".

Assim, por "cooperação", Owen entendia o oposto ao sistema individualista de concorrência, ou seja, a cooperação mútua:

> A primeira sociedade cooperativa, que agrega seus discípulos, são associações em que os membros versam uma cota semanal com o objetivo de acumular um capital destinado à fundação de cidades comunistas. A cooperativa de produção comunista é a preocupação essencial dos primeiros congressos cooperativistas ingleses de 1831-1832 (DOLLÉANS, 1905)

Os socialistas do século XIX eram chamados de "socialistas associonistas ou societários". Para muitos a "associação livre" bastava para solucionar todos os problemas sociais e por esta concepção, se diferenciavam de Saint-Simon e seus seguidores, que, na verdade, defendiam a "estatização" ou o "coletivismo estatal". Portanto, havia uma identidade de origem, na primeira metade do século XIX, entre o movimento cooperativista e o movimento socialista. Charles Gide afirma que:

> O caráter mais saliente do Socialismo atual é ser Socialismo de classe. É preciso notar que este caráter não existia no Socialismo antigo nem no Socialismo francês do último século

> (19) e que este, específicamente operário, afirmou-se, sobretudo no Sindicalismo, esta recentíssima forma do socialismo.

Fourier, Owen e Blanc tinham a ideia de que a solução das questões sociais estava na fundação de pequenos grupos fechados que empregariam toda a força de trabalho de seus membros. A instituição destes pequenos microcosmos autônomos foi a panaceia de todos estes inventores sociais e socialistas. Para Fourier, seria o "Falanstério", uma colônia imaginária de 400 hectares e com 400 famílias. Para Owen, a Colônia de New-Harmony fundada na América, em 1825. Para Fourier, no Falanstério, 5/12 do "lucro" seria para o trabalho, 4/12 para o capital, 3/12 para a obra de direção da empresa. Assim, Fourier não tinha ideia do princípio cooperativo.

Charles Gide e Beatriz Potter-Weber lançaram as bases da nova doutrina: as cooperativas de consumo. Para Gide, Fourier era tido como o criador do cooperativismo de consumo. Em sua obra "*La Rivoluzione Cooperativa o il Socialismo d'Occidente*" (Roma, 1953), Bernard Alvergne afirma:

> Fourier, nem Owen, não tinham ideia do que poderia ser a cooperativa de consumo. Mas com seu trabalho de divulgação, no princípio do século XIX, suscitaram na classe operária da França e da Inglaterra, uma emoção e um entusiasmo essencialmente favorável ao desenvolvimento de associações com tendências socializantes. Através de tentativas, de erros e acertos, foi descoberta a ideia da repartição cooperativa do lucro. Após ter sido pressentida por dois operários fourieristas, que fundaram em Lyion uma sociedade mais ou menos similar à nossa cooperativa distributiva e lhe deram um magnífico nome essencialmente fourierista: "Ao comércio verídico e social", a nova ideia foi reinventada e precisada em 1844 por um discípulo de R. Owen.

A passagem das ideias à prática, ocorreu com Charles Howart, quando em 1843, redigiu os estatutos da futura sociedade dos "Probos Pioneiros de Rochdale. Georges Jacob Holyoake, em livro publicado em 1893, descreveu a epopeia de Rochdale:

> No final de 1843, havia grande prosperidade nas manufaturas de Rochdale, condado de Lancashire, na Inglaterra. Nesta conjuntura, os tecelões reivindicavam aumento salarial. Não

> conseguindo aumento pelos patrões, lembraram das ideias de Owen. Um Comitê formulou e tentou diversos caminhos, todos sem resultados totalmente satisfatórios. Enfim, após conseguir a unidade dos trabalhadores, decidiram pelo cooperativismo: fundar um armazém cooperativo de consumo.

Este Comitê era formado por 28 tecelões, militantes dos movimentos "Cartista" e socialista. Definiram alguns princípios da cooperativa. Baseados em sua educação socialista, os tecelões viam o crédito como um dos males da concorrência. Assim, as vendas seriam à vista. Em 24 de outubro de 1844, a cooperativa foi registrada com o nome de "*Rochdale Society of Equitable Pioneers*". Em pouco tempo, a sociedade tinha aumentado seus sócios de 28 para 40, espalhados por todos os bairros e subúrbios da cidade. A cidade foi dividida em 3 distritos e 3 cobradores visitavam os sócios em suas casas todos os domingos. Toda semana havia um piquenique para o qual os sócios pagavam uma taxa. Em 21 de dezembro, na "*Toad Lane*" ("beco dos sapos") os pioneiros iniciaram suas operações.

Os princípios cooperativos foram sintetizados em 7:

1. - Livre adesão;
2. - Administração democrática;
3. - Sobre capital emprestado a cooperativa pagaria taxa de juros fixa;
4. - Repartição do excedente econômico (sem que constitua formas de lucro capitalista);
5. - Neutralidade política e religiosa;
6. - Educação dos sócios;
7. - Integração cooperativa.

A Educação e a Ética são dois elementos fortes da experiência de Rochdale. Quando se definiam como os "Probos", isto significa uma definição de "economia moral" ou de uma ética baseada na solidariedade.

Por sua parte, o Departamento de Educação foi criado em 1849; um comitê foi fundado para recolher as doações voluntárias de dinheiro e livros. Em 1853, 2,5% do lucro da sociedade foi dedicado à educação. Em 1856, a biblioteca tinha 1.400 volumes e a sala de leitura de livros e jornais ficou aberta gratuitamente a todos nos sócios. Em 1867, a biblioteca tinha 7.000 volumes e 11 salas de leitura em vários bairros da cidade, abertas por 7 horas diárias.

Neste ano, foi editado um catálogo da biblioteca, com uma tiragem de 7.000 exemplares. Dez anos depois, em 1876, o número de volumes era de 12.000. O número de livros consultados pelos leitores de junho de 1876 a junho de 1877 foi de 37.316.

O Comitê de Educação organizava Conferências temáticas. Em 1873, diversas entidades organizavam conferências públicas. Em certas ocasiões, havia 6 conferências em uma mesma noite. Este Comitê tinha 11 membros eleitos, uma metade, na assembleia geral de abril e a outra, na assembleia de outubro; assim, cada membro ficava um ano nas funções.

Quadro 3. Perfil dos Pioneiros

Nome	Profissão	Opção política
James Starding	Tecelão	Owenista, reforma social
John Bent	Alfaiate	Socialista
James Smithies	Gráfico	Reforma social
Charles Howart	Têxtil	Socialista
David Brooks	Impressor	Reforma social
Benjamin Reedman	Tecelão	Reforma social
John Scrowcroft	Vendedor ambulante	Religioso
James Manock	Tecelão	Reforma social
John Collier	Mecânico	Socialista
Samuel Ashwort	Tecelão	Sem dados
William Cooper	Tecelão	Socialista
James Tweedale	Carregador	Socialista
Joseph Smith	Tecelão	Reforma social
Miles Ashworth	Tecelão	Cartista
John Kershaw	Mineiro	Cartista
James Maden	Tecelão	“teetolar”
Robert Taylor	Sem dados	Sem dados
William Taylor	Sem dados	
Samuel Tweedale	Tecelão	
John Garside	Ebanista	
Georges Healey	Artesão de chapéus	
James Wilkson	Sem dados	
James Daly	Sem dados	
John Hill	Sem dados	
John Holt	Sem dados	
William Mallalien	Sem dados	
James Bramford	Sd	
Ana Tweedale (única mulher do grupo)	Sd	

A Comuna de Paris – o poder popular e comunal

"Fazer a história não consiste em restaurar o passado, nem em prever o futuro,
mas em imaginar o presente"
(Yvon Bourdet)

"Hoje é a festa nupcial da ideia e da revolução.
Após a poesia do triunfo, a poesia do trabalho".
[*Le cri du peuple*, 30 março de 1971]

"*Considérant qu'il vous est impossible*
De payer dês salaires décents
Nous allons prendre em nos mains
les usines: Vous em moins, c'est pour nous
bien suffisant".
(B.Brecht, Os dias da Comuna)

A Comuna como forma do *Poder Popular e Comunal*

Por que os trabalhadores de Paris erigiram uma Comuna, ao substituírem de forma revolucionária o Estado capitalista? De onde buscaram esta ideia, da qual disse Marx, "a forma política finalmente encontrada"? Em que fontes históricas, teoria e prática, foram beber?

Vamos tomar como referência a obra de Luiz Francisco F. de Souza (2003) em que traça as origens das comunas: "O termo comunismo nasceu na Idade Média, ligado ao movimento das comunas da propriedade comunitária (da propriedade comum, uso comum dos bens) [grifos nossos]". Nosso autor fala de uma "corrente revolucionária comunal". Cita Jacques Grandjonc, do PCF, que escreveu obras sobre a origem e o desenvolvimento da terminologia comunitária pré-marxista nos socialistas utópicos e entre os neo-babovistas: "Entre os séculos XII e XIV, o adjetivo comunismo emergiu na corrente revolucionária comunal deflagrada a partir do final do século XI e que representa um dos momentos fortes da vida social medieval (...)". Segundo Francisco Souza,

> Essa corrente revolucionária comunal (de resistência dos camponeses em defesa da propriedade comunitária, contra os nobres e contra a burguesia que nascia, especialmente o grande

> comercio) teve ampla participação religiosa. As cidades surgiram, cheias de artesãos, camponeses e de pequenos burgueses que fugiam dos feudos, em guerra contra os nobres. As cidades surgidas na Itália, França, Espanha, Países Baixos, Alemanha são profundamente religiosas e organizam os artesãos e pequenos produtores em guildas, em cooperativas que planejavam a produção para evitar a competição, etc.

Seguindo as ideias de J. Grandjonc "Sob o Antigo regime, o adjetivo "comunista" designa, de uma parte, o sistema de mão morta e, de outra parte, diversos direitos de uso, específicos à organização comunitária das vilas.".

Marx definiu com muita clareza a Comuna:

> A Comuna foi essencialmente um governo da classe trabalhadora (Marx). "*To work out the economic emancipation of labour through the political form at last discovered, so that free and associated labour should assume the form of united co-operative societies in order to regule national production upon a common plan*" (MÉSZÁROS).

É conhecida a história da reunião do Partido Bolchevique, que após a Revolução completar um minuto a mais do que os 3 meses de duração da Comuna de Paris, os participantes foram para rua comemorar este fato! Aliás, Lenine que escreveu em pleno fazer da revolução seu livro, "O Estado e a Revolução", poderia tê-lo intitulado merecidamente de "A Comuna e a Revolução".

Mas, antes mesmo da Revolução russa de 1917, em 1910-11, na região de Morelos, os camponeses mexicanos, com Zapata á frente, erigiram a Comuna de Morelos. E em janeiro de 1994, os indios Mayas da região de Chiapas iniciaram uma rebelião chamada de Zapatista, retomando em pleno momento de hegemonia neoliberal, os ideais da Comuna de Morelos, um neozapatismo, que anos depois, constrói formas de autogestão nos seus territórios liberados, os "Caracois".

Daniel Guerin, estudando o papel dos 'Braços Nus', na Revolução Francesa de 1789, traçou a origem e a história desta forma política de poder do povo. Vamos tentar fazer uma síntese de suas ideias. Todo ao longo da revolução francesa encontra-se posta, de forma constante e antagônica, a questão das *formas do poder popular.* Foi a própria burguesia que se apropriou da noção de 'soberania popular', usando-a em sua luta contra o feudalismo e o

absolutismo. Assim, o filosofo inglês Locke foi a primeiro a lança-la conta a ideia do 'direito divino' da monarquia (o monarca tem seu poder advindo de Deus e que não necessita prestar contas na terra a ninguém).

Locke dizia que, na Antiguidade os homens eram naturalmente livres, iguais e independentes, da mesma forma, o teólogo francês protestante Pierre Jurieu, adversário do absolutismo, opunha à soberania divina a soberania do povo. Todavia, a ideia de soberania popular poderia, um dia, ser volta contra a própria burguesia. Assim, a burguesia tenta limitar esta ideia. Em verdade, na Antiguidade não apenas foi concebida a ideia de soberania popular, mas e principalmente, a do exercício desta soberania pelo próprio povo mesmo.

A democracia direta existiu em algumas cidades, como Atenas. E, jamais foi total: excluía as mulheres e, tinha por base um sistema de opressão: a escravidão. Os repúblicanos ingleses, no século XVII, enxertaram a 'soberania popular' em uma instituição que nada tinha a ver com essa ideia: o Parlamento, que foi fruto de um compromisso entre a aristocracia e a burguesia, os grandes senhores feudais tinham por habito se reunirem para discutirem seus negócios; era o chamado 'Conselho dos barões". Pouco a pouco, este Conselho teve que admitir a presença dos 'deputados' da burguesia nascida nas cidades. Assim, surge o 'republicanismo burguês', um parlamento, assembleia única, único representante do povo'), que na teoria admitia que todo o poder emana do povo, mas que, na prática, negava-lhe o direito do exercício por si próprio; tinha apenas o direito de 'delegar' seu poder à uma assembleia que fazia leis e governava por ele.

A burguesia francesa, do século XVIII, adotou este 'sistema representativo'; Montesquieu a frente: "o povo deve entrar no governo apenas através de seus representantes"; para este pensador, um dos vícios das repúblicas antigas é que o povo podia legislar diretamente. Condorcet, Turgot só admitiam o direito de cidadão aos proprietários. Revolucionários burgueses, como Camille Desmoulins admirava o legislador antigo por "retirar do corpo político essa classe de gente que chamamos de proletários (...). Essa centúria não pode jamais dominar no Estado (...). O doméstico poderá opinar com o mestre?".

Rousseau iniciou a crítica a este sistema de representação:

> O povo inglês pensar ser livre, ele se engana; ele só é livre durante as eleições dos membros do Parlamento; após estes serem eleitos, o povo é escravo, não é nada (...). A ideia dos representantes é moderna; ela nos chega do governo feudal (...). Nas antigas repúblicas (...) o povo não tinha representante; não se conhecia essa palavra(...). Quando escolhe representantes, o povo não é mais livre, ele não é mais.

Contudo, Rousseau afirmava que 'a forma de governo de uma pequena república antiga pudesse ser adotada no mundo moderno. Nem sistema representativo nem democracia direta. Rousseau defende, então, garantias ao povo para o exercício da representação, os deputados seriam não 'representantes' do povo, mas seus 'comissários'. Nada poderiam concluir em definitivo: "Toda lei que o povo em pessoa não ratifica é nula". Rousseau preparou o caminho para Robespierre.

Para D. Guerin: "A constituição robespierriana de 1793, a mais democrática das constituições francesas, foi uma tentativa hábil de compromisso entre a concepção burguesa do parlamento soberano e a aspiração popular à soberania direta". O povo, através de suas 'assembleias primarias' podia apenas seu voto a algumas leis elaboradas pelo parlamento central. Aqui, foi o máximo de concessão feita pela burguesia revolucionária, para obter o apoio dos 'braços nus'. Como os outros revolucionários franceses, Robespierre era hostil a democracia direta.

Contudo, "Para temor da burguesia revolucionária, os 'sans-culottes' opunham, muitas vezes, a soberania da assembleia parlamentar, a verdadeira soberania do povo, a exercendo diretamente onde se faziam assembleias: nas seções, nas comunas, em suas sociedades populares". Desta forma, em 3 novembro 1792, a seção do bairro 'Cité" apresenta à aprovação das outras seções de Paris ,um Apelo : "Os cidadãos de Paris declaram (...) que eles não reconhecem como soberana a maioria das comunas da república (...), não reconhecem os deputados à Convenção que como redatores de um projeto de constituição e administradores provisórios da República". No curso desta insurreição abortada, do 10 março 1793, varias seções, mais o Clube dos 'Cordeliers" adotaram uma moção, redigida pelo 'enragé' Varlet: "O departamento de Paris ,parte integrante do soberano, está convidado a se apoderar do exercício da soberania; o corpo eleitoral de Paris está autorizado à renovar os membros (da Convenção) traidores da causa popular".

Para Guerin, “A Comuna de Paris vem de uma antiga tradição que remonta ao século XI, época em que o terceiro estado das cidades se formou dentro da sociedade feudal e tinha conquistado com muitas lutas as liberdades comunais. esta é, em breve, a origem histórica da Comuna. E, eis como ela ressuscita: os deputados de Paris nos Estados Gerais foram eleitos, em 1789, por uma assembleia de eleitores; essa, após a queda da Bastilha, tomou em mãos a administração da capital e se nomeou com o antigo nome de Comuna. Mas essa Comuna só tinha uma semelhança formal com a da Idade Media. Entre a comuna medieval e a comuna revolucionária, havia a mesma diferença que há entre a corporação de antes 1789 e o sindicato operário moderno: a comuna medieval, a corporação vivia ainda na sociedade feudal, eram abaixo da sociedade burguesa da qual foram os primeiros rudimentos, ao passo que a comuna revolucionária, o sindicato operário moderno estavam além da sociedade burguesa, abrindo as vias para um tipo de nova sociedade”.

É importante marcar que Gustav Landauer, em sua obra de 1907, “A Revolução”, analisando o longo processo revolucionário francês, denomina da seguinte forma a Revolução de 1789:

“Chegou assim, em maio de 1588, o dia das barricadas: o povo de Paris, em armas. Se atrincheirou na ruas, com os dezesseis prefeitos e os padres a frente (...). Em dezembro foi assaltada a Bastilha, que já era então o baluarte e o símbolo do absolutismo...

Quase exatamente duzentos anos depois, no 4 de agosto de 1789, uma vez que se estendeu por todo o país a revolução da comuna de Paris (que culminou também na tomada da Bastilha...)” (LANDEAUR, 1977, p. 109-110).

As 48 seções parisienses que constituíam os espaços do novo poder popular tinham uma origem bem mais recente. Necker, ministro de Luiz XVI, dividiu Paris em 60 distritos para eleição. Houve protestos, pois tinha por objetivo dividir o espírito revolucionário da capital. A burguesia parisiense completava a obra iniciada no Antigo Regime: forçar os instrumentos da democracia de tipo comunal. Em 1792, as seções populares obtiveram da Assembleia o direito de reunião permanente das, então, 48 seções, e com a participação de todos e qualquer cidadão.

Para Guerin,

> Um fenômeno característico de todas as revoluções consiste na coexistência momentânea de duas formas antagônicas de poder político. A dualidade de poderes, embora embrionária, se manifestou na Revolução francesa. Seus primeiros fenômenos apareceram em julho de 1789: de inicio, entre o Rei e a Assembleia Nacional, depois, entre esta Assembleia nacional, representante da vontade da alta burguesia, e a Comuna de Paris, apoiada nas camadas inferiores do terceiro estado da capital.

A dualidade de poderes se manifestou de forma mais aguda por ocasião da insurreição de 10 agosto 1792. Desde a segunda quinzena de julho, as seções tinham nomeado delegados que se reuniram no Hotel da Cidade (Hotel de Ville). No dia 10, a assembleia das ecoes populares substitui à Comuna legal e se constitui em Comuna revolucionária, que se põe frente à Assembleia nacional burguesa como órgão da vontade popular.

Mas a dualidade de poderes é um fato revolucionário e não formal. Ela só pode ser transitória, cedo ou tarde um dos dois poderes deve eliminar o outro. No 31 março 1793, a dualidade de poderes toma uma nova forma aberta. Em inicio de 1794, a luta foi reavivada entre os dois poderes: o das massas representado pelas sociedades populares das seções agrupadas em um comitê central, mais que pela Comuna mesmo.

Os 'sans-culottes" sentiam por instinto a necessidade de opor à democracia parlamentar, indireta e abstrata, as formas mais diretas, mais flexíveis e mais transparentes de representação. Assim, as seções, as comunas, as sociedades populares, traduziam imediatamente, no dia-a-dia, a vontade da vanguarda revolucionária.

Mas, a cabeça da Revolução estava na capital. Havia, a necessidade de expressar a vanguarda popular também em todo a França, e não somente em Paris. Assim, surgiu a ideia de uma federação das Comunas. Bem diferente das Ligas das comunas da Idade Media. Esta federação também foi uma criação da burguesia avançada. Comunas tinham sido constituídas, seguindo o exemplo de Paris, em todo o país.

A Assembleia nacional tentou recuperar a ideia das federações através da festa do dia 14 de julho. Os 'federados' vieram assistir à festa da federação, se uniram espontaneamente aos 'bras nus' das seções parisienses para derrubar a realeza. A comuna insurrecional do dia 10 agosto foi a dupla emanação da assembleia

dos delegados das 48 seções parisienses e do Comitê de ação dos 'federados' presentes em Paris.

A Comuna de Paris se apresenta como coordenação das 44.000 comunas do país. A partir de dezembro de 1793, a burguesia iniciou uma luta ferrenha para reforçar o poder central e quebrar toda tentativa de federação entre as comunas ou as sociedades populares.

Deste modo, espontaneamente, a Comuna descobriu uma forma nova de representação, mais direta e mais flexível que o sistema parlamentar. Para Guerin, este federalismo inspirou depois as obras de Proudhon, Bakounin, Marx e Lenine.

O marxista italiano, Antonio Negri, estudando 'as alternativas da modernidade', também, se debruçou sobre a experiência do 'poder popular' na Revolução francesa. Em obra intitulada "*O Poder Constituinte*", Negri, em seu capítulo V, intitulado "*Revolução e constituição do trabalho*", parte I: "*O enigma de Rousseau e o tempo dos sans-culottes*", Negri aborda questões que vimos na obra de Daniel Guerin.

Inicialmente, Negri afirma que "É difícil interpretar a Revolução Francesa do ponto de vista da luta de classes, mas é certo que ela, ao desenvolver-se, molda os novos sujeitos políticos da luta de classes: burguesia e proletariado. A luta de classes não é a sua origem, mas o seu resultado".

Analisando a ideia do "Poder Constituinte" na obra de Marx, A. Negri faz referência à Comuna de Paris:

> Nos escritos sobre a Comuna de Paris, de 1871, o poder constituinte manifesta-se, enfim, como síntese perfeita entre um sujeito histórico – o proletariado parisiense em armas- e um procedimento absoluto: ele é a propelia Comuna proletária, é 'essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta de classes dos produtores contra a classe apropriadora, a forma política finalmente descoberta através da qual se pode dar a emancipação econômica do trabalho [...]. A classe operária não esperava milagres da Comuna. Ela não tem utopias belas e prontas para introduzir per *décret du peuple* [...]. A classe operária não tem que realizar ideias, e sim liberar os elementos da nova sociedade[...]. A grande medida social da Comuna foi a sua própria existência. As medidas particulares por ela aprovadas podiam somente prenunciar a tendência a um governo do povo por obra do povo.

Para A. Negri,

> É neste ponto que o conceito de poder constituinte alcança a sua significação máxima em Marx: quando o projeto de dissolução do Estado não está subordinado à espontaneidade anárquica, mas concentrado no nexo dinâmico, expansivo, não obstante pontual, entre '*political movement*' e '*political power*'[...]. O que Marx traduz como '*political movement*' é a potência, aquela força constituinte de uma democracia radical em que a crítica do poder conjuga-se com a emancipação do trabalho, "o movimento real".

Por último, mas não menos importante, recorremos a GRAMSCI que nos seus "*Cadernos do Cárcere*" traçou elementos importantes sobre as Comunas ao elaborar o conceito de "revolução passiva".

Poder Constituinte, trabalho vivo e autogestão

Em Marx, a revolução política e a emancipação social são duas matrizes históricas que se entrecruzam no terreno constitucional. A liberação política e a emancipação econômica são uma mesma 'coisa':

> Esta 'coisa' nós a encontramos no centro da teoria marxista do capital, na qual o trabalho vivo aparece como fundamento e motor de toda produção, de todo desenvolvimento, de toda inovação [...] trabalho vivo contra trabalho morto, poder constituinte contra poder constituído: esta polaridade única percorre todo o esquema de análise de Marx e o resolve numa totalidade teórico-prática totalmente original.

A crítica marxista do poder mostra "a teoria burguesa do poder como sobre determinação do trabalho vivo pelo trabalho morto".

> Ao contrário, o trabalho vivo encarna o poder constituinte e oferece-lhe condições gerais de expressão- o poder constituinte instaura-se políticamente dobre aquela cooperação social que é conatural ao trabalho vivo, interpretando lhe a produtividade, ou melhor, a criatividade. É no caráter imediato e na espontaneidade criativa do trabalho vivo que o poder constituinte decifra a própria capacidade de inovação, é no

> caráter imediato e cooperativo do trabalho vivo que o poder constituinte encontra a sua massificação criadora.
>
> É preciso considerar com atenção este núcleo de trabalho vivo, esta tensão criadora que ao mesmo tempo é política e econômica, produtora de estruturas civis, sociais e políticas, constituinte. O trabalho vivo cooperativo produz uma ontologia social que é constitutiva e inovadora, um entrelaçamento de formas que tocam o econômico e o político – o trabalho vivo produz uma indistinção entre o político e o econômico que assume uma forma criadora.

O que resta, para A. Negri, desta tentativa feita por Marx?

> Mais de um século se passou desde que Marx elaborou esta teoria do poder constituinte, identificando no proletariado seu sujeito histórico. Sem dúvida, tal teoria produziu amplos efeitos, ainda que, como outras teorias, já tenha atingido seu limite histórico. O que dela resta não é propriamente a tentativa de identificar o proletariado como ator da revolução permanente [...] mas o formidável esforço metafísico de propor o poder constituinte como dispositivo genealógico geral das determinações sociopolíticas que formam o horizonte da história do homem. Mais do que nunca, esta problemática é atual [...].

Deste modo, "A denuncia da 'questão social' está em sintonia com uma concepção superabundante e expansiva da institucionalidade ontológica da democracia política: em todas as suas formas, da 'polis' grega à cidade renascentista, das assembleias americanas aos conselhos operários revolucionários de 1919 e de 1956".

Voltemos a reflexão de Negri sobre a Revolução Francesa: "a revolta contra o Ancien Regime começa aos poucos a indicar, e depois revela em sua plenitude, a luta proletária contra o trabalho. A temporalidade dos comportamentos de massa e sua progressão introduzem um novo conteúdo de fundação e uma nova alternativa – o trabalho ou a sua crítica, sua organização pela burguesia ou sua liberação pelo proletariado". Estudando a "temporalidade das massas", Negri afirma que

> para os sans-culottes, o soberano nada tinha de metafísico, era de carne e sangue, o próprio povo era quem exercia os seus direitos nas assembleias de suas seções...A ambiguidade de Rousseau é desmistificada, e a soberania popular é inscrita na teoria e na prática do exercício do poder – não apenas como contra poder, mas na universalidade de sua irradiação. Como diriam os burgueses e os políticos, a ruptura não poderia ter sido mais 'feroz'[...]. Contudo, esta ruptura ainda não significa a primazia da temática do trabalho, nem no sentido de que a organização burguesa do trabalho deva ser concebida como chave da sociedade política, nem no sentido oposto, ou seja, de que a sociedade política deva intervir para modificar o antagonismo da organização social do trabalho. Como se opera então esse aprofundamento da crítica? Eis a resposta: no terreno do trabalho, ela é o resultado do desenvolvimento do poder constituinte das massas, na medida em que ele recusa ser transformado em poder constituído.

Para Negri,

> o poder constituinte das massas encontra o tempo da jornada da burguesia como obstáculo, ou seja, a organização do tempo da jornada do trabalho. É nesta articulação que a produtividade do poder, sua organização econômica e sua potência social se manifestam- para uns e outros, burguesia e proletariado. Com esta consciência da temporalidade, no curso da revolução e quanto mais o conflito progride, ambos constroem suas consciências de classe em termos antagônicos. Assim, o tempo é o limite que se contrapõe às massas parisienses. O tempo acabou. O tempo deve ser tão somente o tempo da repetição da jornada de trabalho. É este bloqueio do tempo que ao contrário, aumenta a consciência das massas: levá-las da política à sociedade, da crítica do poder à crítica do trabalho. As massas respondem ao bloqueio do tempo com acelerações formidáveis e imprevistas que, a cada vez, ultrapassam o obstáculo e deslocam o limite para frente. A ruptura do tempo toca e cobre cada vez mais o espaço social – e tenta subvertê-lo. Inscritas nesta temporalidade, as acelerações do movimento revolucionário das massas revelam o desejo de ruptura do tempo social – do tempo do trabalho.
> O caráter social do poder constituinte das massas na Revolução Francesa, a crítica do trabalho que, através deste processo, toma lugar como elemento central da história contemporânea, decorrem da temporalidade vivida, da vivência (Erlebnis) e do gosto pelo exercício direto do poder constituinte. Não é no

> conteúdo da revolução burguesa, nem através de sua radicalização, que o '*self-making*' do proletariado é desencadeado e efetivado, e sim por meio do exercício concreto, prático e continuo do poder constituinte A fome, a dor, o desejo, o movimento e as lutas organizam a descoberta da crítica do trabalho. Através da aceleração do tempo revolucionário, constrói-se a ideia de um tempo concebido como potência, ou melhor, de um "outro" tempo. A ideia de um tempo como potência, isto é, a descoberta de um espaço político definido pela titularidade e pelo exercício do poder soberano (...). O tempo dos 'sans-culottes' subverte a concepção do espaço político porque não o define como espaço de representação, mas como lugar de exercício do poder de massa – não como espaço constituído e delimitado, mas como espaço continuo de poder constituinte.

Em nota de rodapé, A. Negri ressalta muito bem, que "o tempo descoberto pelo movimento revolucionário não é uma forma de modernização, mas de insubordinação e de revolta". A fusão entre o social e o político, é o elemento central da concepção do 'poder constituinte' e "Na mesma medida em que o capital abarca a sociedade inteira em seu comando econômico-político, esta pequena verdade materialista (o poder constituinte é uma atividade indistinta e indistinguível, social e política) assume todo o necessário relevo".

Além disso, o autor analisa que "Os movimentos sociais da classe operária, antes e depois de Marx, têm fornecido demonstrações extraordinárias desta verdade fundamental. O que tem caracterizado a história contemporânea não é a 'invenção do social" por parte do Estado, mas o "*self-making of the working class*[7]".

A Experiência da Comuna de Paris - uma utopia concreta

Como já vimos, a Comuna tem um histórico. Na obra coletiva, "*Lês Socialismes Français, à l'épreuve du pouvoir*" (2006), podemos

---

[7] Em nota, Negri esclarece: "Refiro-me ao *The making of the English Working Class*, de Thompson)". Sem dúvida, a Comuna de Paris é a primeira demonstração extraordinária em que as classes oprimidas fundam 'a forma política' do poder constituinte dos trabalhadores, através da autogestão social.

ler que: "1864-1879. Continuidades e renovações - A experiência da democracia 'direta' na Comuna de Paris. O retorno e a renovação dos movimentos operários e socialistas – após a dura repressão de 1848 – ocorrem no decênio 1860.O ano de 1864 marca uma virada: o 'Manifesto dos 60', lançado por Henri Tolain, reivindica as candidaturas específicamente operárias nas eleições legislativas; o delito de coalizão é suprimido, o que dá imediatamente um élan as greves; uma delegação francesa foi enviada à reunião fundadora da AIT (a Ia Internacional) em Londres. As continuidades ficam com os o neo-jacobinismo (Charles Delescluze...), o blanquismo (Eudes, Granger...), a continuidade de experimentações comunitárias na França e no estrangeiro.

Mas, a lembrança amarga da Segunda república e as realizações das associações cooperativas, a prática crescente da greve alimentou as rupturas e os deslocamentos. A hostilidade frente a centralização governamental bonapartista, a desconfiança em relação da democracia representativa parlamentar e o sucesso de certas ideias proudhonianas (espontaneísmo, mutualismo, federalismo) impregnaram um bom numero de militantes operários, e mesmo os 'internacionalistas'. O principio de Flora Tristan, retomado pela AIT, "A emancipação da classe operária deve ser obra dos próprios trabalhadores", ou a tese segundo a qual "todo movimento econômico da classe operária é o grande objetivo ao qual todo movimento político deve ser subordinado como meio" foram interpretados de forma diversa.

A Comuna de Paris (18 de março-28 maio 1871) pôs a prova todas as sensibilidades, os dirigentes de inspiração e de gerações políticas distintas, de onde muitos vinham do mundo do trabalho, foram eleitos ao Conselho da Comuna e se contraporão em conjunto frente à Versalhes.

Durante cerca de 72 dias de guerra civil, medidas políticas e sociais foram adotadas (por exemplo, a separação da Igreja e do Estado, a supressão do trabalho noturno nas padarias, o recenseamento das fábricas abandonadas para serem postas sob controle das associações cooperativas...) sem todavia tocar o Banco da França nem aceitar o direito de voto das mulheres, apesar da participação destas ultimas nos espaços públicos. Mas os "*communeux*" chegaram a improvisar, em nível da capital, práticas de democracia "direta" (mandato imperativo, controle dos eleitos pelos clubes, câmaras sindicais, revogabilidade permanente, regime de distribuição mais igualitário...). Deram ao projeto socialista

revolucionário uma “forma política específica” em estado de esboço, mas concretamente possível.

Essa primeira conquista do poder pelo ‘proletariado’ suscitará interpretações divergentes sobre sua natureza política e social e as lições a tirar concernem à passagem do capitalismo ao comunismo, sobretudo entre Marx e Bakunin, concluí Alain Millard, autor destas palavras.

Vamos aos detalhes da experiência da Comuna.

No final do século XIX, no ano de 1871, a classe trabalhadora de Paris tentou ‘assaltar o céu’. Este movimento ficou conhecido como a Comuna de Paris. O exemplo do povo parisiense ainda é significativo, sobretudo, quando pensamos “a questão do poder local”, isto é, a transformação revolucionária do aparato estatal em política de construção de uma ‘nova hegemonia’ de caráter socialista “das cidades”.

A Comuna de Paris foi o acontecimento mais importante da luta pela auto emancipação dos trabalhadores no século XIX. Pela primeira vez, no período de dois meses, o proletariado teve nas mãos o poder e criou as condições objetivas para extinção do poder político. De 30 de abril a 5 de maio de 1871, a Comuna eleita em 26 de março por sufrágio universal e majoritariamente formada por trabalhadores da produção, tomou um conjunto de decisões tendentes a destruir o Estado burguês e edificar a democracia direta, uma sociedade socialista autogestionária.

Entre as medidas, contidas na "Proclamação da Comuna ao Povo Trabalhador de Paris", pela sua importância e pela repercussão que viriam a ter no movimento operário internacional, desde então até nossos dias, destacamos as seguintes:

- combate à burocracia - supressão do funcionamento estatal;
- abolição do exército e sua substituição pelas milícias populares;
- interdição do acúmulo de cargos;
- organização de conselhos operários nas fábricas abandonadas pelos patrões;
- redução da jornada de trabalho para 10 horas;
- eleição da direção das fábricas pelos trabalhadores;
- reforma do ensino;
- revolução cultural do cotidiano;

Em nível da organização do trabalho, mola mestra do sistema de exploração, houve uma demolição, pedaço por pedaço, de toda a organização capitalista do trabalho: as fábricas da comuna foram exemplo de democracia proletária. Os operários nomeavam os seus diretores, chefes de equipe, etc. Tinham o direito de revogá-los, eles mesmos decidiam os salários, horários e condições de trabalho; um comitê de fábrica se reunia todos os dias para programar o trabalho. Um verdadeiro autogoverno dos trabalhadores.

Assim, pela primeira vez, veio à luz no mundo real as formas práticas de superação do poder político: a organização do social e do econômico exercida cada vez mais diretamente pelas massas, a eleição pelas massas de todos os intermediários e sua revogabilidade a qualquer momento, a inexistência de privilégios econômicos para estes intermediários.

As instituições da Comuna de Paris, estruturalmente novas, criadas no próprio processo real, constituíram as bases materiais de um poder político de novo tipo, ou seja, a extinção do poder político. Um Estado gerido por Conselhos Operários democraticamente eleitos, um Estado Comuna. A Comuna inaugurou a era da expropriação dos expropriados ao decretar a socialização das fábricas abandonadas pelos patrões e ao instaurar um regime de autogestão operária.

Para Marx, "O verdadeiro segredo da Comuna residiu em ser essencialmente um Governo de classe operária, o produto da luta de classes dos produtores contra a classe dos expropriadores, a forma política por fim descoberta, pela qual se podia realizar a emancipação econômica do trabalho".

Ainda para Marx, "A Comuna foi uma revolução, foi o ressurgimento da autêntica vida social do povo, realizada pelo povo, foi uma revolta contra o poder executivo e as formas parlamentares".

Para Bakounin, "A Comuna foi uma negação audaciosa, bem clara, do Estado e a exaltação da ação espontânea e comum das massas, dos grupos de associações populares, porque as massas têm, eminentemente, o instinto socialista".

Por sua vez, Lenin reconheceu na Comuna a primeira tentativa feita pela revolução proletária para destruir a máquina do Estado burguês: "A Comuna ensinou o proletariado europeu a pôr concretamente os problemas da revolução socialista. A causa da Comuna é a revolução social, a emancipação política e econômica total dos trabalhadores, a do proletariado universal. E, neste sentido, ela é universal".

Assim, exaltada por vários revolucionários, a Comuna foi a primeira grande revolução moderna. Muitos foram os motivos do aniquilamento da Comuna de Paris pela burguesia européia. Contudo, assinalemos apenas duas condições analisadas por Lenin:

> Para que uma revolução social possa triunfar, duas condições ao menos são necessárias: as forças produtivas altamente desenvolvidas e um proletariado bem preparado. Mas, em 1871, estas duas condições faziam falta. O capitalismo francês era ainda pouco desenvolvido, e a França era um país de pequeno-burgueses (artesãos, camponeses, comerciantes, etc). Mas o que fez falta à Comuna foi o tempo e a possibilidade de se orientar e de abordar a realização de seu programa.

André Decouflé

André Decouflé, um dos principais analistas das revoluções dos séculos XIX e XX, com o objetivo de superar o que chamou de "o mito da comuna na memoria coletiva das revoluções do ocidente e do Oriente", realizou uma 'análise histórica da Comuna de Paris", destacando alguns pontos:

1- Uma teoria da comuna política que a Declaração comunalista de 19 de abril estende a todas as comunas da França. Esse texto reivindica a autonomia absoluta para cada localidade constituída em comuna 'assegurando a cada uma a integralidade de seus direitos e a todo francês o pleno exercício de suas faculdades e aptidões como homem, cidadão e trabalhador. Assim como os direitos da comuna livre lhe devem assegurar as condições necessárias à plena e inteira autogestão de seus interesses, isto é, das necessidades de seus habitantes, expressos por meios de autos que o jurista se encarregaria de ligar a práticas de democracia semidireta, assim também esses direitos, em face de prerrogativas similares adquiridas pelas outras cidades, devem constituir um novo tipo de unidade nacional, o federalismo harmonioso das cidades livres.
2- Uma teoria da economia social, baseada na velha ideia de associação e desenvolvendo-se num plano duplo: reconhecem-se à comuna livre determinadas funções sociais (luta contra a miséria, 'ensino profissional e integral', controle das instituições e empresas de interesse geral, tais como as companhias de estradas de ferro), que implicam uma política particular a respeito das liberdades; à associação sob todas as suas formas confia-se a missão de

assegurar a 'organização do trabalho'. (1970. p.103-104).
Esse é, de forma sintetizada, o Programa da Comuna. Com seu pouco tempo de existência, na realidade, como aconteceu?

3- Na prática, contudo, as reformas realizadas só atingiram setores muito isolados. Deixaram assim, de lado, as grandes indústrias parisienses e a força do hábito venceu muitas vezes o desejo de renovar". (ibid).

Decouflé nos mostra um exemplo extraído do cotidiano:

> Como escreveu um velho operário à Comuna: "Cidadãos, a Comuna faz encomendas de pregos aos patrões; não está certo, ela deve dirigir-se aos operários; sou comunista guarda-nacional e há muito tempo inscrito na Câmara do Trabalho; não estou trabalhando porque não quero trabalhar para um patrão sob a Comuna, pois estamos esclarecidos demais... (ibid)

Em síntese, assinalando as contradições e ambiguidades da experiência, Decouflé sintetiza: "Na prática, a Comuna de Paris representou ao mesmo tempo um anarquismo difuso em que cada qual pode entregar-se ao 'pleno exercício de suas faculdades' quando não de suas aptidões, e um misto bastante sútil de democracia de massas e do governo do povo por um punhado de 'gerentes' da revolução, sem que aquelas exercessem um controle efetivo sobre suas atividades" (ibid.p.103).

O Contexto da Comuna de Paris

Antes de apresentarmos o Programa de governo da Comuna, vejamos algumas reflexões que elucidam a dinâmica e a natureza da experiência da classe operária em se tornar uma força estatal, ou, nas palavras de Gramsci, hegemônica, ser governo. Vejamos em duas partes: na primeira, a conjuntura de Paris, na perspectiva da força da classe operária. Na segunda, alguns elementos da dinâmica de poder.

1)A situação econômica e social apresentava uma burguesia forte e ampliada no Segundo Império. Iniciava-se uma classe operária concentrada nas grandes fábricas e em algumas regiões francesas, porém, a pequena indústria e o artesanato eram numericamente predominantes e a França era um país rural.

Grandes impérios industriais dominavam a França. Schneider ocupa 10.000 operários na indústria metalúrgica no

Creusot, de Wendel ocupa cerca de 10.000 em suas fábricas siderúrgicas da Lorena. As Minas d'Anzin ocupam mais de 10.000 mineiros. Havia uma grande classe operária concentrada nas grandes empresas metalúrgicas, siderurgias, têxteis e químicas.

Em 1860, os canteiros navais de Paris tinham mais de 70.000 operários, grande parte vinda da província, num fluxo migratório de proporções enormes, como resultado do processo de concentração da terra e atraídos pela reforma urbana do prefeito Haussman.

No Censo de 1866, temos 4.715.084 pessoas empregadas nas fábricas e na indústria, mas apenas 1.500.000 operários trabalhavam nas empresas com mais de 10 pessoas. Assim, o fenômeno da concentração foi rápido e brutal, mas limitado a alguns ramos industriais e em algumas regiões geográficas [Paris, Norte, Lorena, Sena-inferior e Lyon]. Entre 37 milhões de habitantes no país, mais de 25 milhões aso rurais. Entretanto, as pequenas empresas eram maioria na indústria.

Paris tinha uma população de 2 milhões de habitantes. A nova divisão administrativa, criada em 1859, tem 20 bairros [*arrondissements*] com 1.800.000 habitantes. A Paris dos 20 bairros, conta com 442.000 operários em 1866 e, com 550.000 em 1872. Seu número cresce e também sua concentração, pois o número de patrões diminui de 650.000 em 1847 para 39.000 em 1872; a relação patrão/operário passa de 1 a 5 em 1847 para 1 a 14 em 1872. Em Paris, existe muitas empresas com mais de 5.000 operários e na periferia também.

Cail, na metalurgia, emprega mais de 2.000 operários. Gouin mais de 1.5000 [construção de locomotivas], Gevelot com 1.500 operários em Moulineaux e 400 em Paris. Mas, a maior parte das empresas da metalurgia ocupa 50,20,10 operários.

Jacques Rougerie assinala o seguinte quadro. Nas profissões tradicionais de Paris, têxtil, calçados, artesanato, predomina a estrutura da pequena indústria artesanal. Havia na cidade 3 grandes casas de produção de calçados. Na insurreição, as categorias mais presentes foram a Metalurgia, a Construção, Jornalistas.

População revolucionários deportados:

- Metalurgia 8% 12% 12%
- Construção 10% 17% 18%
- Jornalistas 20% 14% 15%
- Têxtil-roupa 8% 9% 9%

- Calçados
- Livros 10% 10% 9%

Na Guarda nacional temos a seguinte composição para cada 100 guardas:

- Trabalhadores %
- Livro 31,9%
- Madeira 19,2%
- Metalurgia 16,9%
- Construção 7,3%
- Empregados 36,8%
- Pequenos comerciantes 23,3%

A Repressão

No domingo, 28 de maio de 1871, caiu a última barricada da Comuna. A batalha de Paris produziu 20.000 vítimas; 26.000 comunards foram capturados entre 21 e 28 de maio; mais 3.500 nas lutas contra Versalhes, em abril; 5 000 prisões entre junho – julho. Um total, entre presos, fugitivos e mortos, cerca de 100.000 habitantes parisienses.

Entre os 38.578 revolucionários presos e julgados em 1o de janeiro de 1875, temos 36.909 homens, 1.054 mulheres, 615 crianças com menos de 16 anos. 1.090 foram libertados após interrogatórios. Portanto, cerca de 40.000 prisioneiros e mais de 50.000 julgamentos.

Elleinstein analisou a Paris assediada no inverno de 1871. As principais atividades estavam paradas pelo cerco prussiano. "Rapidamente, a liberdade de imprensa e de reunião ressurgiram, multiplicando o número de jornais e clubes políticos. A palavra-de-ordem que unificava as diferentes tendências socialistas e radicais foi a da Comuna. As reuniões públicas eram numerosas e quase diariamente, desde o dia 5 de setembro. Decidiu-se que em cada bairro [arrondissement] seria eleito um comitê de vigilância nas reuniões públicas e que, um comitê central dos 20 bairros seria formado na proporção de 4 delegados por bairro. A federação das escoes parisienses da PRIMEIRA INTERNACIONAL teve um papel determinante na criação desta organização. Foi este Comitê central que adotou na noite de 13 para 14 de setembro de 1870 um texto – que foi o primeiro "*affiche* vermelho" publicado - que é um verdadeiro

programa de governo. Era um verdadeiro comitê de frente única agrupando os internacionalistas das diferentes tendências, blanquistas e radicais – um pouco à imagem da Comuna alguns meses mais tarde".

Sobre a Guarda Nacional, Elleinstein assegura que "Bismarck não pensou em desarmá-la. O motivo foi porque, em Paris, a Guarda Nacional teve um papel essencial, dominante. Já antes do fim do cerco, houve tentativas para realizar uma organização política da Guarda Nacional. Esta nomeava seus oficiais em cada batalhão, mas o comando era nomeado pelo Governo. Foi em 15 de fevereiro 1871 que se reuniu em uma grande sala parisiense, sala de Tivoli-Vauxhall, os delegados dos batalhões de 18 bairros. Neste dia decidiu-se pela criação de um Comitê central da Guarda Nacional. Uma comissão parisiense de 20 membros foi designada e encarregada de elaborar um projeto de estatuto. O comitê central dos 20 bairros manifestou sua existência através de uma declaração de princípio reconhecendo a "Comuna revolucionária da cidade" como único governo. Após várias reuniões, ocorridas em fevereiro e março, os delegados marcharam para a praça da Bastille onde se juntaram a 14 batalhões da Guarda Nacional. Renderam homenagem às vitimas das revoluções de 1830 e 1848 e depositaram bandeiras vermelhas e flores ao pé da coluna de julho.

A Guarda Nacional de 1870, com 300.000 efetivos, conserva o nome antigo, mas é uma criação nova de tempos novos; é um organismo político-militar de massa com maioria operária, com base na vida dos bairros populares e, um poder em potêncial antagônico ao poder estatal burguês.

Em 3 de março, os delegados dos batalhões da Guarda Nacional, em nova reunião a Tivoli-Vauxhal adotam os estatutos da organização. Um Comitê central provisório é eleito. A organização decide fundar estruturas verticais e horizontais. Na base, encontramos as companhias, os batalhões, a legião e, enfim, o Comitê central da Guarda Nacional. Entre os 29 membros eleitos na comissão provisória, encontramos 6 membros do Comitê central repúblicano dos 20 bairros signatários do *affiche* vermelho de setembro 1870. Entre eles, Varlin e Pindy, membros da Internacional. Assim, foram estabelecidas relações estreitas entre as 3 organizações essenciais para Comuna:

1) O comitê central dos 20 bairros;

2) O conselho federal da Associação Internacional dos Trabalhadores;

3) O comitê central da Guarda Nacional.

As eleições ocorreram no domingo, 26 de março. O Comitê central da Guarda Nacional lançou um apelo geral em 25 de março: "Nossa missão terminou. Vamos ceder o lugar no Hotel de Ville a vossos novos eleitos, a nossos mandatários regulares".

No bairro número 11 de Paris, foi formado um comitê central eleitoral repúblicano, democrata e socialista e que apresentou um programa político mais definido.

1) Direito de viver

2) Liberdade individual

3) Liberdade de consciência

4) Liberdade de reunião e associação

5) Liberdade de palavra, de imprensa e de todos os modos de expressão do pensamento

6) Liberdade de sufrágio.

Em seu plano de organização política define que:

> Política - O Estado e o povo se governando por si-próprio, composto de mandatários revogáveis, eleitos pelo sufrágio universal direto, organizado.
> Trabalho – Produção – Distribuição - O trabalho coletivo deverá ser organizado. O objetivo da vida é o desenvolvimento indefinido de nosso ser físico, intelectual e moral; a propriedade não deve ser que o direito de cada um participar, em razão da cooperação individual, no fruto coletivo do trabalho de todos, que é a forma da riqueza social.

Na peça de B. Brecht, “Os Dias da Comuna”, o personagem Beslay, na primeira plenária da Comuna no Hotel de Ville, em 29 março 1871, declara sob aplausos: “[...] a propriedade é o direito que tem cada individuo, segundo seu próprio trabalho, ao tomar parte no produto do trabalho coletivo de todos. Nas fábricas e nas usinas será organizado o trabalho coletivo”.

Outros pontos foram abordados, por exemplo: Funções Públicas, Defesa Nacional, Justiça e Magistratura, Educação e Instrução, Impostos, Unidades, Repartições, Percepção.

A conclusão reza que: "Não haverá mais opressores e oprimidos – fim da distinção de classes entre os cidadãos, fim das barreiras entre os

povos - a família, sendo a primeira forma de associação, todas as famílias se unirão em uma maior, a partia – nesta personalidade coletiva, superior a humanidade".

Entre os membros do Conselho geral, temos 25 operários, entre os quais, 6 metalúrgicos, prova do carretar operário da Comuna. O Conselho geral se reunia regularmente, às vezes à noite, às vezes em sessão secreta. Nestas reuniões participava um grande número de pessoas. A partir de 13 de abril, relatórios destas sessões foram publicados no Jornal oficial. Ao lado do Conselho geral, havia comissões especializadas, em número de 10, funcionando a partir de 29 de março.

Em 24 fevereiro, na Vauxhall, dois mil delegados participam de uma segunda assembleia. O clima é de pleno acesso, e a reunião termina com uma forte manifestação na praça da Bastilha. A federação, orago político-militar de massa, concebida por delegados, segundo um plano muito simples, baseado no principio fundamental da eleição pela base, da responsabilidade e da revogação dos chefes, em todos os níveis, isto é, a companhia elege os seus delegados, estes escolhem delegados de batalhão, que, por sua vez, designam os delegados gerais, ou generais de legião, estes últimos, compõem o Comitê central, que funciona segundo o princípio da gestão coletiva de comando.

O Comitê de delegados dos 20 bairros elaborou uma Declaração de Princípios, em 22/23 de fevereiro de 1871. Esta Declaração retoma vários pontos do Regulamento de 18/19 de outubro de 1870, elaborado pelo Comitê dos 20 bairros. O regulamento apresenta um salto de qualidade a nível político.

Todo membro do comitê de vigilância declara pertencer ao partido socialista revolucionário. Em consequência, busca com todos os meios suprimir os privilégios da burguesia, seu fim como casta dirigente e, o poder dos trabalhadores. Em uma palavra, a igualdade social. Não mais patrões, não mais proletários, não mais classes. Reconhece o trabalho como a única base da sociabilidade onde o produto integral do trabalho deve pertencer aos trabalhadores.

No plano político, se oporá em caso de necessidade com a força, a convocação de qualquer Constituinte ou outro tipo de Assembleia Nacional, antes que a base do atual quadro social não seja mudada por meio de uma liquidação revolucionária política e social. A espera desta revolução definitiva, não reconhece como

governo da cidade que a Comuna revolucionária formada por delegados dos grupos revolucionários desta mesma cidade Reconhece apenas como governo do país, o governo formado por delegados da Comuna revolucionária do país e dos principais centros operários. Empenha-se no combate a esta ideia e a divulgará, formando onde não existe, grupos socialistas revolucionários. Articulará estes grupos entre si e com a Delegação central. Colocará todos os meios que dispõe ao serviço da propaganda pela Associação internacional dos trabalhadores.

Vittorio Mancini destaca os seguintes pontos deste programa:

> A síntese teórica realizada no documento entre luta social e luta política, a visão histórica absolutamente nova do período de transição entre a revolução política e a edificação da sociedade igualitária, a relação corretamente intuída entre centralismo e democracia operária, autonomia municipal e unidade nacional, são aquisições que portam o sinal de uma dialética social desconhecida em 1789 ou em 1793; o patriotismo tradicional e superado, no quadro de uma estratégia revolucionária que não reconhece limites O militante socialista deve por em primeiro lugar a propaganda da associação internacional dos trabalhadores e lutar a todo momento pela República social universal.

Rougerie remarca a democracia direta: “Governo direto, controle permanente dos eleitos pelos eleitores, revogabilidade permanente dos mandatários pelos mandatados: assim se estabeleceu a verdadeira soberania popular". O exercício deste governo popular fez-se através de "uma boa cinquentona de clubes, funcionando em abril e maio de 1871 - a maior parte nas Igrejas laicizadas - e que controlavam alegremente as ações dos eleitos para Comuna".

O Documento supera quaisquer correntes, tais como Blanquismo, Federalismo Proudhoniano, Anarquismo Bakuniano, Marxismo. Na verdade, é um produto da criatividade teórica do proletariado em uma situação de crise revolucionária. O Decreto de 16 de abril conclama:

Considerando que uma quantidade de fábricas foram abandonadas por seus patrões para escapar das obrigações cívicas, e sem levar em conta os interesses dos trabalhadores;

Considerando que devido a este covarde abandono, numerosos trabalhos essenciais à vida comunal estão interrompidos e a existência dos trabalhadores comprometida;

Decreta:
As câmaras sindicais operárias estão convocadas a constituírem uma comissão que tem por objetivo:
Fazer uma estatística das fábricas abandonadas, e um inventário exato do estado em que se encontram e os instrumentos de trabalho existentes;
Apresentar um relatório sobre a rápida ativação destas fábricas, não mais pelos desertores que as abandonaram, mas pela associação cooperativa dos trabalhadores nelas empregados.
Elaborar um projeto de formação destas sociedades cooperativas operárias;
Constituir um júri para fundamentar em estatuto, quando do retorno dos patrões, sobre as condições de cessão definitiva destas fábricas para as sociedades operárias e sobre a cota de indenização que se deve pagar aos patrões.

O personagem Langevin, delegado da Comuna, na peça de B. Brecht afirma: "os novos mercados serão realizados com as empresas geridas pelas associações de trabalhadores". O personagem comunarde Rigault, declara que "a ação direta do povo exige que assumamos imediatamente as empresas e os bancos para geri-los nós mesmos". Outra vez, o personagem Langevin, discutindo com a delegada Geneviéve, o que fazer caso os patrões das padarias boicotem as leis da Comuna, fechando suas empresas: "Se eles fecham suas padarias, nós as confiscaremos e vamos dirigi-las nós mesmos".

Rougerie analisa o decreto do 16 de abril:

> Com a Comuna, a utopia começou a existir na prática. O Decreto tinha por objetivo buscar nas organizações operárias algumas fábricas onde pudessem iniciar o movimento. Desde 24 de abril, o delegado na Comissão do Trabalho e Trocas, Leo Frankel, convocou uma reunião dos representantes sindicais. No dia 25, convocou-se o sindicato que iria ficar à frente do movimento, os metalúrgicos. Os outros sindicatos atenderam à convocação, e em 4 maio estava definitivamente constituída uma Comissão executiva permanente dos sindicatos. Apesar do pouco tempo da experiência, a operação obteve resultados importantes. Uma dezena de fábricas confiscadas, sobretudo as que interessavam à defesa militar, recuperação de armas, fábricação de cartuchos e balas de canhão. Cinco empresas

haviam feito o recenseamento das fábricas antes da confiscação. A Comuna tinha igualmente à sua disposição, os estabelecimentos industriais pertencentes ao Estado, Moeda, Impressora Nacional, Manutenção, Manufaturas de Tabacos, algumas empresas de armas e, tinha confiado sua gestão a seus trabalhadores.

O que freou os sindicatos foi sua desorganização consecutiva à repressão do fim do Império, e com o cerco de Paris. Restaram apenas 3 sindicatos fortes, metalúrgicos, alfaiates e sapateiros.

O sindicato dos metalúrgicos (um dos mais influentes e numerosos, com 5 ou 6.000 filiados) controlava 20 fábricas de recuperação e de fábricação de armas, uma por bairro, em que a mais importante era a das oficinas Louvre. Um de seus membros, Avrial, Diretor do material na Comissão de Guerra e membro da Comuna, era muito ativo no sindicato. As vésperas da derrota, os metalúrgicos tentaram tomar uma das maiores fábricas metalúrgicas da capital, a fábrica Barriquand, que tinha conhecido durante o Império greves violentas. Em torno de um sólido núcleo de fábricas, algumas com mais de 100 trabalhadores, que os metalúrgicos pensavam conquistar o controle da produção.

Os alfaiates obtiveram da Comuna a preferência sobre as empresas privadas. Em maio, tinham o monopólio da "vestimenta" da Guarda Nacional para suas fábricas.

Os sapateiros não tiveram a mesma oportunidade: Godilot detinha o monopólio da fábricação de calçados para Comuna, o que impediu o confisco de sua empresa, mas gerou protestos violentos na categoria.

As outras categorias eram menos ativas e menores, exceto, a siderurgia, os gráficos, serralheiros, etc. A Comuna foi um momento de intensa retomada sindical, com o apoio da Comissão do Trabalho e Trocas. Organizaram-se, sempre com o fim de confiscar e gerir a produção: papeleiros, cozinheiros, etc. Inclusive os garçons de café e os porteiros de edifícios.

A Gestão Operária

Ainda Rougerie: "nas fábricas socializadas reinava a mais estrita gestão operária". Eis o regulamento interno dos operários da fábrica de armas do Louvre (onde houve uma disputa com um diretor autoritário nomeado pela Comuna).

> Art. 1. A fábrica fica sob a direção de um delegado da Comuna. O delegado para direção será eleito pelos operários reunidos, e revogável toda vez que não cumprir seu dever.
> Art. 2. O diretor da empresa e os chefes de setor serão igualmente eleitos pelos operários reunidos; serão responsáveis pelos seus atos e mesmo revogáveis.
> Art. 6. Um Conselho será reunido obrigatoriamente todo dia, às 5 horas, 1/2 de releve, para deliberar sobre as ações do dia seguinte e sobre as relações e propostas feitas, seja pelo delegado na direção, seja pelo diretor da empresa, pelo chefe de setor ou pelos operários delegados.
> Art. 7. O Conselho se compõe do delegado na direção, do chefe de empresa, dos chefes de setor e de um operário por cada setor eleito como delegado.
> Art. 8. Os delegados são renováveis a cada 15 dias. A renovação será feita pela metade, a cada 8 dias, e por função.
> Art. 9. Os delegados deverão prestar contas aos operários; serão seus representantes diante do conselho da direção, e deverão levar suas observações e reivindicações.
> Art. 13. A contratação de operários seguirá o seguinte: por proposta do chefe da empresa, o conselho decidirá se há vagas para empregar os operários e determinará os nomes. Os candidatos às vagas poderão ser apresentados por todos os operários. O Conselho será o único a fazer a avaliação.
> Art. 14. A demissão de um operário só poderá ocorrer por decisão do Conselho, com um relatório do chefe da empresa.
> Art. 15. A duração da jornada é fixada em 10 horas.

Diante do Programa da Comuna, recorremos a visão de Elleinstein de que, "Mais que as medidas concretas tomadas pela Comuna, são as tendências gerais do movimento que importa de olhar". Mais as intenções dos atores do que suas ações, pois tiveram pouco tempo, numa conjuntura de guerra, para concretizar seu Programa.

Os 13 pontos do Programa da Comuna que apresentamos, foram adaptados para discussão em atividades de formação política da CUT e do PT.

Proclamação ao Povo Trabalhador

Em 28 de março, a Comuna de Paris foi proclamada em uma memorável atmosfera de entusiasmo e mobilização popular. A imprensa revolucionária acentua o carretar de festa do evento. O jornal "*Le cri du Peuple*", de 30 de março de 1871, conclama:

> A Comuna foi proclamada. Os batalhões que, espontaneamente, marcharam pelas ruas, cais, bulevares soam no canto a fanfarra da trombeta, fazendo ribombar o eco e bater os corações com o bater do tambor, vieram aclamar e saudar a Comuna dar-lhe a promulgação soberana da grande parada cívica que desafia Versalhes, rindo, armas nas costas, em direção aos faubourgs, impregnando de rumores a grande cidade.

"A Comuna foi proclamada. Hoje é a festa nupcial da ideia e da Revolução"; "Amanhã, cidadão-soldado, para fecundar a Comuna aclamada e abraçada a vigilância, necessitará retomar, sempre fieis, agora libertos, o próprio posto na fábrica"; "Após a poesia do triunfo, a prosa do trabalho"; O povo trabalhador de Paris e seus arredores proclama a fundação da Comuna de Paris.

Os delegados dos conselhos de bairro constituídos em Assembleia da Comuna, único poder soberano, decretam:

> Artigo I: As velhas autoridades de tutela, criadas para oprimir o povo de Paris, são abolidas, tais como, comando da polícia, governo civil, câmaras e conselho municipal. E, as suas múltiplas ramificações: comissariados, esquadras, juízes de paz, tribunais, etc são igualmente dissolvidos.
> Artigo II: A Comuna proclama que dois princípios governarão os assuntos municipais:
> a gestão popular de todos os meios da vida coletiva;
> a gratuidade de tudo o que é necessário e de todos os serviços públicos.
> Artigo III: O poder é exercido, no âmbito dos princípios a seguir indicados em pormenor, pelos conselhos de bairro eleitos. São eleitores e legíveis para estes conselhos de bairro todas as pessoas que nele habitem e que tenham mais de 16 anos de idade.
> Artigo IV: Sobre o problema da habitação tomam-se as seguintes medidas: expropriação geral dos solos e sua comunização, requisição das residências secundárias e dos

apartamentos ocupados parcialmente;
são proibidas as profissões de promotores, agentes de imóveis e outros exploradores da miséria geral;
os serviços populares de habitação trabalharão com a finalidade de restituir verdadeiramente à população parisiense o seu caráter trabalhador e popular.
Artigo V: Sobre os Transportes tomam-se as medidas seguintes:
"metrô", os autocarros, os trens suburbanos e outros meios de transportes públicos são gratuitos e de livre utilização;
uso de viaturas particulares é proibido em toda a zona parisiense, com exceção das viaturas de bombeiros, ambulâncias e de serviço em domicílio; a Comuna põe à disposição dos habitantes de Paris um milhão de bicicletas cuja utilização é livre, mas não poderão sair da zona parisiense e seus arredores.
Artigo VI: Sobre os serviços sociais tomam-se as seguintes medidas:
todos os serviços ficam sob controle das juntas populares de bairro e são geridos em condições paritárias pelos habitantes de bairro e pelos trabalhadores destes serviços; as visitas médicas, consultas, assistência médica e medicamentos são gratuitos.
Artigo VII: A Comuna proclama a anistia geral e a abolição da pena de morte e declara que a sua ação se baseia nos seguintes princípios:
dissolução da polícia municipal, dita polícia parisiense;
dissolução dos tribunais e tribunais superiores; transformação do Palácio da Justiça, situado no centro da cidade, num vasto recinto de atração e de divertimento para crianças de todas as idades;
em cada bairro de Paris é criada uma milícia popular composta por todos os cidadãos, homens e mulheres, de idade superior a 15 anos e inferior a 60 anos, que habitem o bairro;
são abolidos todos os casos de delitos de opinião, de imprensa e as diversas formas de censura: política, moral, religiosa, etc
Paris é proclamada terra de asilo e aberta a todos os revolucionários estrangeiros, expulsos pelas suas ideias e ações.
Artigo VIII: sobre o urbanismo de Paris e arredores, consideravelmente simplificado pelas medidas precedentes, tomam-se as decisões seguintes: proibição de todas as operações de destruição de Paris: vias rápidas, parques subterrâneos, etc;
criação de serviços populares encarregados de embelezar a cidade, fazendo e mantendo canteiros de flores em todos os

locais onde a estupidez do "urbanismo do automóvel" levou a solidão, a desolação e ao inabitável; uso doméstico (não industrial nem comercial) da água, da eletricidade e do telefone é assegurado gratuitamente em cada domicílio; os contadores são suprimidos e os empregados são colocados em atividades mais úteis.

Artigo IX: Sobre a produção, a Comuna proclama que: todas as empresas privadas (fábricas, grandes armazéns, etc.) são expropriados e os seus bens entregues à coletividade; os trabalhadores que exercem tarefas predominantemente intelectuais (direção, gestão, planificação, investigação, etc) periodicamente serão obrigados a desempenhar tarefas manuais; todas as unidades de produção são administradas pelos trabalhadores em geral e diretamente pelos trabalhadores da empresa, em relação à organização do trabalho, distribuição de tarefas;

fica abolida a organização hierárquica da produção; as diferentes categorias de trabalhadores devem desaparecer e desenvolver-se a rotatividade dos cargos de trabalho;

a nova organização da produção tenderá para assegurar a gratuidade máxima de tudo o que é necessário e diminuir o tempo de trabalho. Devem-se combater os gastadores e parasitas "profissionais". Desde já são suprimidas as funções de contramestre, cronometrista, psicotécnico e fiscal.

Artigo X: Os trabalhadores com mais de 55 anos, que desejem reduzir ou suspender a sua atividade profissional, têm direito a receber integralmente os seus meios de existência. Este limite de idade será menor em relação a trabalhos particularmente custosos.

Artigo XI: É abolida a escola "velha". As crianças devem se sentir como em sua casa, aberta para a cidade e para a vida. A sua única função é a de torná-las felizes e criadoras. As crianças decidem a sua arquitetura, o seu horário de trabalho, e o que desejam aprender. O professor antigo deixa de existir: ninguém fica com o monopólio da educação, pois ela já não é concebida como transmissão do saber livresco, mas como transmissão das capacidades profissionais de cada um.

Artigo XII: A submissão das crianças e da MULHER à autoridade do pai, que prepara a submissão de cada um à autoridade do Chefe, morreu.

O casal constitui-se livremente com o único fim de buscar o prazer.

Portanto, a propriedade privada é abolida no campo da família.

A Comuna proclama a liberdade de nascimento, o direito de informações sexual desde a infância, o direito ao aborto, o

direito a anti-concepção.
As crianças deixam de ser propriedade de seus país. Passam a viver em conjunto na sua casa (a Escola) e dirigem a sua própria vida.
Artigo XIII: A Comuna decreta: todos os BENS DE CONSUMO, cuja produção em massa possa ser realizada imediatamente, são distribuídos gratuitamente; são postos à disposição de todos nos mercados da Comuna.

Parte IV
O ciclo das lutas autogestionárias após a Revolução Russa de 1905

A comuna de Morelos - México, 1910

"La revolución fue muchas revoluciones"
(Octavio Paz)

A crise econômica mundial de 1907 foi combinada com muitas lutas sociais: Rússia 1905, Irã 1906-1911, Portugal 1909, China 1909, greves nos EUA, greves no Chile, greve geral de 1910 na Argentina. Pode-se dizer quê estes acontecimentos marcavam uma mudança de época. Esse foi o cenário mundial em que ocorreu a revolução mexicana.

Do ponto de vista interno, mexicano, a revolução zapatista de 1910 foi o ultimo elo de uma onda longa de revoltas dos índios yaquis em 1825, 1885 e 1890 no nordeste, como no sudeste com a insurreição de Yucatan de 1847, passando por muitas outras em todo o México; o levante de Lozada ,com lutas agrárias, em 1859, em Morelos, o de 1878 no estado de Puebla; em 1879 com os trabalhadores indígenas e mestiços de Queretaro e Guanajuato; os do estado de Veracruz em 1883 e 1891;a rebelião de Huasteca em 1879.

Estas rebeliões foram liquidadas com grande repressão pelo poder dominante. Rene Dumont diz que: "A revolução mexicana de 1911-1912 estava amplamente justificada pelo paternalismo, pelos abusos e inclusive pela crueldade dos latifundiários, descendentes dos assassinos dos índios, que possuíam a maior parte das terras".

Enfim, "A revolução Mexicana deve ser vista como um movimento que se inicia em 1910 e que acaba em 1930(...) O que distingui esse período, sobretudo e antes tudo, é a participação popular". (OCTAVIO PAZ).

> A história do México pode ser vista como uma sucessão de explosões seguidas de dispersões e reuniões. A última explosão, a mais poderosa, foi a Revolução mexicana...A revolução resgatou à muitos grupos e minorias que tinham sido excluídos tanto da sociedade novohispana como da repúblicana.me refiro as comunidades campesinas e, em menor grau, às minorias indígenas. Além do que, conseguiu criar uma consciência de identidade nacional que não existia antes. Na esfera das ideias e das crenças, logrou a reconciliação do México moderno e do antigo.

> Quanto à influência das ideologias de fora, nenhuma preponderante, as mais apreciáveis foram: o anarquismo, a herança do liberalismo, o obrerismo –ecos do 1o de Maio de Chicago- e, em fim, um vago porém poderoso sonho de redenção social. O essencial, sem duvidas, foi a corrente igualitária e comunitária duplo legado de Mesoamérica e de Nueva España. Não era tanto uma doutrina claramente definida como um conjunto de aspirações e crenças, uma tradição subterrânea que se acreditava desaparecida e que ressuscitou no grande terremoto revolucionário.

Em termos de autogestão, a revolução tem sua essência na realização da Comuna de Morelos, primeiro governo operário e camponês da América latina. Essa experiência situa-se após a Comuna de Paris, a revolução de 1905 na Rússia e, antes da Revolução de Outubro 1917 na Rússia.

No Estado de Morelos, as fazendas açucareiras dominavam a economia desde o século XVI sendo a região a primeira produtora de açúcar no país. No final do século XIX, as fazendas tinham engolido a maior parte das terras dos povos. Em 1910, as fazendas representavam 81% das terras do México. Havia no país, menos de 13 mil povos livres contra cerca de 57 mil nas fazendas.

No México, a civilização e a organização social anteriores a Conquista se baseavam na antiga comunidade agrária, em suas formas de economia coletiva. Sobre estas comunidades ('calpulli'- "yallus") foram construídos, o Império azteca e sua capital, a cidade do México-Tenochtitlan.

Na República, com sua doutrina individualista e sua oposição a todo tipo de organização autônoma dos trabalhadores, e a toda relação que não fosse mediada pelo dinheiro e não se tornasse mercadoria, necessitava-se eliminar as formas de organização camponesas e de relação autônoma pré-capitalista que eram os povos livres nucleados em torno de suas terras comunais.

O Governo de Porfírio Diaz, iniciado em 1876 e que durou até 1910, as leis da reforma criaram uma concentração latifundiária da propriedade agrária. As terras das comunidades agrarias indígenas foram fracionadas, o que facilitou sua aquisição por grandes latifundiários vizinhos, por preços irrisórios.

Contudo, parte dessas comunidades agrícolas subsistiram e no meio camponês permaneceram os costumes coletivos, relações igualitárias, formas de produção e de trabalho baseados na cooperação e na ajuda mutua. A organização comunal foi o

instrumento que permitiu organizar: tornou-se o principal centro político da guerra camponesa no México de 1910 a 1920. Cumpriu um papel revolucionário na luta dos camponeses contra o Estado, o latifúndio e a burguesia.

Em épocas de revolução, estas tradições cumprem uma tripla função:

- servir como parte da estrutura e de sustentação dos órgãos da luta revolucionária;
- articular a visão individual com a perspectiva coletiva;
- servir de apoio para a transição a uma organização produtiva e social superior; de uma sociedade com base na propriedade privada à uma outra com base na propriedade coletiva.

Esta sobrevivência se deveu a muitas lutas, revoltas e rebeliões. Inclusive, algumas delas sob a bandeira do socialismo. A principal foi a rebelião de Julio Chavez López no Chalco, estado de México. O socialista utópico grego Plotino Rhodakanaty fundou em 1865 uma "*Escuela del rayo y del Socialismo*". Defendia que o México era a terra ideal para promoção das 'comunas agrícolas'. Somou-se a estas ideias, o anarquista Francisco Zalacosta. A rebelião ocorreu em 1868, mais de mil camponeses invadiram fazendas em Texcoco, San Martin Texmelucano, Tlalpan e no estado de Morelos.

Houve uma grande repressão e povos inteiros foram deportados. Julio Chavez Lopez recebia influências do fourierista Rhodakanaty, e as da ação direta do anarquista Zalacosta. Como disse ANGEL RAMA: "Nenhum movimento posterior foi tão fértil e novo como a introdução do pensamento anarquista, já preparado pelo utopismo, cuja primeira iniciação pode ser datada pela "Cartilha Socialista" do recém-desembarcado no México, Plotino Rhodakanaty (1861)".

Os revolucionários mexicanos, no século XIX, receberam influências da experiência da Comuna de Paris. Octavio Jahan, foi um veterano da Comuna e participou da Revolução mexicana. Esta influência veio pela propaganda da I Internacional (1864) e pelos 'comuneros' espalhados pelo mundo devido à repressão em Paris. Em 1872, o jornal "El Socialista", publicou os Estatutos gerais da AIT; em 1884, publicou "O Manifesto Comunista". Em 1874, o jornal "La

Comuna Mexicana" defendia as ideias do Programa da Comuna de Paris. Em 1872, a primeira Central Operária mexicana, o "*Gran Circulo de Obreros*", cujo jornal era "*El Socialista*", defendia em seu programa "o estabelecimento de talleres cooperativos".

Em 1878, o anarquista Zalacosta fundou o jornal "La Internacional", publicando em vários números documentos sobre a Comuna de Paris. O anarquismo também era divulgado pelos irmãos Ricardo e Flores Magón através do jornal "Regeneracion" do Partido Liberal Mexicano, que tinha sua sede nos EUA, onde os dois irmãos tinham contato e apoio de anarquistas do IWW (sindicalismo revolucionário).

Havia uma verdadeira revolução cultural, sobretudo, entre as camadas médias. As novas gerações intelectuais devoravam livros de autores como: Kropotkin, Victor Hugo, Proudhon, Eugene Sue, Max Nordeau. Surgiam por todas as partes círculos literários, clubes científicos, centros de discussão, escolas populares.

Pedro Urena, em um ensaio famoso intitulado *A Revolução e a cultura no México* (1925), assinalava que "Para o povo, a revolução foi uma transformação espiritual". Sobre a tristeza antiga, tradicional, sobre a 'velha lágrima' das pessoas do povo mexicano, começou a brilhar a esperança. Agora jogam e riem como nunca o fizeram antes. Estão de cabeça erguida.

E, poeticamente diz que "Talvez o melhor símbolo do México atual é a vigorosa pintura de Diego Rivera em que, enquanto o revolucionário armado para seu cavalo para descansar, a professora rural aparece cercada de crianças e adultos pobremente vestidos como ela, mas animados com a visão do futuro".

A Revolução mexicana exibiu particularidades em suas varias manifestações em relação ao Norte e ao Sul do país. No primeiro se deu a luta de Pancho Villa e o segundo foi o palco de luta de Zapata. Na história do México, o latifúndio no Norte do país assumiu forma especial: região com pouca população (em 1870, os estados de Sonora, Sinaloa e Baja Califórnia tinham apenas 3% da população total do país), e marginal no desenvolvimento colonial, sem população indígena sedentária e com vastas, áridas e montanhosas extensões de terras onde as tribos nômades de índios resistiram aos colonizadores brancos e mestiços, sobretudo em Sonora e Chihuahua. As terras foram conquistadas em luta contra os apaches e se constituiu junto aos grandes latifúndios, um conjunto de propriedades medias e relativamente pequenas (ranchos e pequenas fazendas), que originaram uma classe media rural.

No norte, foram constituídas grandes propriedades de terra, mas também, jornaleiros livres, e em nenhum tipo de propriedade além de sua força de trabalho. Os primeiros grandes movimentos que antecederam a revolução de 1910 foram iniciados pelo proletariado mexicano. O capitalismo tinha desenvolvido concentrações urbanas e industriais, linhas ferroviárias.

Em Morelos, por exemplo, ao estourar a revolução, existia uma moderna indústria açucareira, com 24 engenhos. De Morelos provinha a terceira parte da produção açucareira do México; o estado era a terceira região no mundo pela importância de sua produção de açúcar, depois de Hawai e Porto Rico. 24 engenhos e 40 fazendas em um território de 4.911 km quadrados, com uma população total de 180 mil habitantes (cifras do censo de 1910), significam uma grande concentração de proletariado açucareiro e dos camponeses.

O sindicalismo revolucionário tinha suas organizações e mantinha relações com seus congêneres nos EUA. Assim, em 1905, em Chicago ocorreu o Congresso de fundação dos "*Industrial Workers of the World*", com propostas revolucionárias: "Estamos aqui para confederar os trabalhadores deste país em um movimento operário que terá como objetivo a emancipação da classe operária frente a escravidão do capital (...)".

No início do século XX, ocorreram grandes greves operárias: 3 importantes greves dos ferroviários, em 1903, 1906 e 1908, em San Luis Potosi e povoados próximos. Os mineiros e os trabalhadores do setor têxtil desenvolveram formas insurrecionais em suas greves: no 1o de junho de 1906, os mineiros de Cananea, mina de cobre do norte de Sonora explorada pelos americanos, entraram em greve

Três mil operários mineiros marcharam pela cidade em busca de apoio e mais 5.300 mineiros do cobre aderiram ao movimento. Houve enfrentamento com a polícia com mortos para ambos os lados. O conflito durou 2 dias. O governo chamou 275 rangers e a greve foi reprimida com prisões de muitos lideres operários.

Sete meses após esta greve, ocorreu a segunda grande greve. Em 1906, os operários têxteis de Rio Blanco, estado de Veracruz, fundaram o Gran Circulo de Obreros Libres. Em outras cidades os trabalhadores criaram também seus Círculos Obreros. Em dezembro desse mesmo ano, ocorreu a greve têxtil nos estados de Puebla e Tlaxcala. Os patrões decretaram um lock-out, fechando suas fábricas e deixando sem trabalho a 30.000 operários. O conflito se estendeu

ate 1907, com grande repressão que ocasionou centenas de mortos e feridos. O presidente e o secretario do Gran Circulo de Obreros Libres foram fuzilados.

Estas greves influênciaram o anarquismo. Em junho de 1908, R. F. Magón e seus companheiros anarquistas organizaram uma rebelião que foi precursora da revolução. A rebelião foi debelada e muitos foram presos.

Um dos principais documentos da revolução foi o "plano zapatista' ou 'Plano Ayala', elaborado a partir das experiências camponesas, tinha dois aspectos que determinavam seu caráter revolucionário: 1) a nacionalização de todos os bens dos inimigos da revolução, ou seja, de todos os latifundiários e capitalistas do México; 2) com um caráter anticapitalista, propõe que os camponeses despojados de suas terras tomarão posse delas imediatamente, exercendo seu próprio poder, 'com armas nas mãos'.

Estes pontos, sobretudo o segundo, mostram que o poder se baseia no principio da Comuna de Paris, "o povo em armas". Neste sentido, a organização militar estava baseada em 'milícias territoriais' ligadas à produção ("milícias operárias"), sem necessidade de quartéis, exercito profissional. Seriam substituídos pelos trabalhadores em armas, organizados sobre a base de seus locais de trabalho.

À medida que se ampliava a luta, os camponeses tomavam as terras das fazendas, faziam acordos coletivos e cultivavam com seu próprio trabalho e as defendiam com seus fuzis. O exercito zapatista assumiu a forma de guerrilhas baseadas em milícias territoriais. As tropas não tinham quartéis, nem recebiam salários, nem abastecimento regular, exceto o que recebiam do povo. Cada soldado era um camponês que trabalhava sua terra, se reuniam para realizar ações e após voltavam a seus trabalhos. A incorporação massiva da população deriva do fato de ter sido uma insurreição em massa da população explorada dos campos de Morelos.

As forças guerrilheiras não mantinham a ocupação de cidades: atacavam, tomavam povoados e cidades, retiravam-se; as vezes, povoados inteiros se somavam a um combate de um destacamento zapatista contra a polícia.

A nova Constituição, surgida a partir da reforma da Constituição de 1857, portava dois artigos fundamentais: 1) a questão agrária e, 2) os direitos do trabalhador.

O artigo 123 estabelecia a jornada de 8 horas diurnas de trabalho, e 7 horas noturnas; a proibição do trabalho noturno,

perigoso ou insalubre para mulheres e menores de 16 anos; a proibição do trabalho de menores de 12 anos e 6 horas de jornada máxima para os maiores de 12 anos e menores de 16 anos; um dia de descanso semanal obrigatório; um mês de descanso após o parto e facilidades durante a lactância; salário vital mínimo (de acordo com as necessidades básicas e as regiões);participação nas utilidades em 'toda empresa agrícola, comercial, fabril ou mineira; a igual trabalho, igual salário, sem diferenças de sexo e nacionalidade, etc.

A Constituição mexicana de 1917 é expressão das conquistas e lutas dos camponeses. Em 1915, a revolução mexicana voltou a dividir-se em dois setores: uma retirada até as regiões de origem. Contra Pancho Villa, no Norte, o exercito travava uma guerra militar, de exercito contra exercito; mas, no Sul, contra Zapata, entrincheirado em sua região, a luta era muito mais uma guerra social encoberta por formas militares.

Enquanto o exercito combatia no norte, os povos do sul tiveram um respiro nas ações militares, sentiram-se donos do seu estado de Morelos e desenvolveram sua democracia camponesa. O retrocesso em nível nacional, permitiu o avanço em nível local.

A experiência da luta armada, a repartição das terras desde 1911, a vitória militar sobre o exercito federal, a derrota do Estado burguês e a ocupação da capital do país, forneceram aos camponeses de Morelos a autoconfiança e a segurança para estabelecer um governo popular.

Aplicaram a realidade de Morelos o Plan de Ayala, conferindo-lhe um conteúdo anticapitalista e socialista: "o que significou na prática a liquidação do latifúndio e seu centro econômico, o engenho de açúcar. Tomaram como referêncial a velha concepção camponesa pré-capitalista e comunitária: expropriação sem pagamento dos engenhos e nacionaliza-los, pondo-os sob administração dos próprios camponeses através de seus chefes militares".

O ponto Máximo a que chegou o projeto socializante zapatista foi a lei (outubro 1915) cuja ideia essencial previa que os bens dos inimigos da revolução, capitalistas e latifundiários, seriam expropriados sem pagamento e que, para pagar as expropriações que tivessem direito à indenizações deveria se usar o dinheiro proveniente dos bens urbanos confiscados aos inimigos da revolução.

Nos artigos 28 e 29 autorizam a formação de cooperativas de produção e de venda entre os proprietários de lotes.

A organização da Comuna: "Abajo haciendas y viva pueblos"

A democracia campesina de Morelos era uma 'comuna', criada na prática, nos fatos. Os zapatistas criaram uma sociedade igualitária com raiz camponesa e coletiva: uma revolução camponesa convertida em poder local dois anos antes da Revolução russa de 1917.

A organização do governo popular foi estabelecida a partir de decretos oriundos da experiência dos camponeses, baseando-se nos costumes locais de cooperação e de debate coletivo dos problemas da comunidade agrária. Assim, os zapatistas fundaram órgãos similares aos criados pela primeira revolução russa, em 1905, os 'conselhos' (soviets).

A lei sobre os direitos e obrigações dos povos e das forças armadas do Exército de Libertação do Sul, de março 1917, foram estabelecidos as formas de participação da população no governo dos povos: a lei fixava um funcionamento regular de assembleias populares que permitiriam a intervenção permanente dos habitantes dos povoados em todos os assuntos políticos, sua discussão e sua decisão.

Os homens deveriam se reunir em assembleia em cada localidade no dia 15 de cada mês. Estas assembleias, após discutir e decidir sobre os problemas em debate, designavam seus delegados. No dia 20 deveriam reunir-se esses delegados de todos os povoados na capital local, onde tomavam as decisões coletivas. Estas assembleias municipais, por sua vez, designavam seus delegados às assembleias distritais que se reuniam no dia 1o do mês na capital dos distritos para decidir, com a intervenção e voto dos delegados designados, sobre os temas gerais de todo o distrito.

Outro decreto estabelecia os direitos dos povos frente aos chefes oficiais e soldados do Exercito de Libertação do Sul e destinava-se a conter abusos contra os povos. Estes não apenas tinham o direito de eleger seus governos locais, mas também o de nomear seus próprios tribunais e polícias. As autoridades populares podiam 'apreender, desarmar e prender no quartel-geral' a qualquer chefe, oficial ou soldado que não apresentasse as credenciais dadas pela comissão que lhes designou. Os militares deviam se abster de intervir na política dos povoados.

Outras disposições asseguravam a eleição popular dos funcionários municipais e dos presidentes de distritos. Também, se estabeleceu a eleição pelos povoados de 2 funcionários

independentes das autoridades municipais, que durariam um ano, sem receber salário, e cuja missão era representar e defender os povoados 'em assuntos de terras, montes e águas'. Estes funcionários deveriam ser vizinhos com mais de 5 anos de residência no povoado, e maiores de 25 anos e nascidos no local. Entre outras funções, tinham a fundamental de conservar os títulos e planos do 'ejido', isto é, os papeis que eram a prova legal da existência do povoado, da comunidade agrária, como entidade com vida e direitos próprios.

Assim, em suas bases econômicas e políticas, o poder estabelecido em Morelos pelos zapatistas teve um caráter de classe. Em Morelos, o aparato do poder burguês foi destruído pelos camponeses em armas, foram suprimidos o exercito e a polícia, os funcionários e o governador.

No campo da produção, os engenhos nacionalizados foram postos sob a gestão dos próprios camponeses: foi a prova de que se podia continuar produzindo sem os patrões!

A organização dos municípios, a partir de assembleias periódicas e delegados revogáveis, significava uma nova forma de poder: o autogoverno popular. Estabeleceu programas sobre as terras, abastecimento, educação, finanças, polícia, exercito; emitiu moeda, realizou obras públicas, construiu escolas. Por tudo isso, a Comuna de Morelos foi o primeiro governo dos camponeses e operários da América Latina.

80 anos depois, outros 'zapatistas', em 1 de janeiro de 1994, se sublevaram contra o regime: o movimento das comunidades indígenas de Chiapas, de origem maya, reclamando a herança de Zapata, os soldados do EZLN são os herdeiros de 5 seculos de resistência indígena e camponesa contra a 'modernização' capitalista.

A Revolução Soviética, 1905- 1917

Na Rússia, em 1905, os "Soviets" (Conselhos) nasceram espontaneamente, como 'comissões de greve e de delegados operários', encarregados de organizar e orientar as greves ocorridas após a tentativa revolucionária de Petrogrado. O primeiro "Conselho" foi eleito em assembleia geral dos operários da cidade de IVANOV, e tinha objetivos puramente econômicos. O Conselho de Petrogrado (capital da Rússia) foi eleito por 200.000 operários, composto com

base territorial (bairro) e industrial (fábrica), abrangia 226 delegados operários eleitos por 96 fábricas e 5 sindicatos, mais 3 delegados eleitos de cada um dos partidos socialistas: Bolchevique, Menchevique e Socialista revolucionário.

O Conselho de Petrogrado tinha sua própria imprensa, o "IZVESTIA" ("Notícias"). Os 200.000 trabalhadores do Conselho de Petrogrado reuniam-se todos os dias para confirmar ou revogar seus delegados eleitos, para decidir sobre as medidas econômicas e a linha política.

Os Comitês de Fábrica

Em 1917, os Conselhos surgiram outra vez. Desta vez, paralelamente, foram organizados os "Comitês de fábrica", organizados segundo os mesmos princípios dos Conselhos. Múltiplas instancias de poder surgiram nas lutas dos trabalhadores, todos com o nome de "Conselho" ("Soviet"): no mundo operário, nas cidades, os mais importantes foram os "Conselhos dos Comitês de Fábrica", emanados dos vários comitês de fábrica, e, os "Conselhos dos Comitês de Bairro, emanação dos 'comitês de bairro'.

Estas instituições surgem como expressão do 'poder popular', paralelamente aos partidos políticos, aos sindicatos e às cooperativas. Em geral, os Conselhos ("Soviets") tinham a seguinte estrutura:

- uma Assembleia geral;
- um Presidium;
- um Comitê executivo;
- Seções (operários, soldados, camponeses);
-Comissões.

Os primeiros trabalhadores que tomaram posse de armas foram os manifestantes que ocuparam o "ARSENAL". O Conselho de Petrogrado lançou um apelo para que todos os operários formassem milícias para defender a revolução. As milícias se organizavam a partir das fábricas. Foi formada uma milícia urbana composta, sobretudo, por estudantes revolucionários. As milícias operárias atuavam nos bairros da periferia e, a milícia municipal, no centro de Petrogrado. Em cada fábrica, elegia-se 100 homens para cada grupo de 1.000 operários. Estes operários recebiam 1 salário médio. A idade de 18 anos foi fixada como base para se entrar nas milícias e, as mulheres participavam.

Os milicianos eram escolhidos por "comitês de fábrica", através de uma lista de inscrição. As várias listas aprovadas eram submetidas ao Comitê Executivo do Conselho dos deputados operários.

Havia convergência entre as aspirações da classe operária e o programa dos Bolcheviques e Mencheviques, sobretudo, por melhores condições de vida (salário, segurança, etc). Contudo, estes Partidos de esquerda não traziam em seus Programas a questão do estatuto dos trabalhadores nas fábricas. Assim, os operários se identificavam com outras instituições: Comitês de fábrica, Comitês de bairro, Guarda vermelha.

Com os Sindicatos pouco organizados e os Partidos pouco representativos, sobravam os Comitês de fábrica como "correia de transmissão" entre o Conselho e a massa operária. Os Comitês de fábrica eram eleitos nas fábricas, no contato cotidiano e direto com os trabalhadores, tomavam suas decisões sob o controle da Assembleia geral dos Trabalhadores.

Ao passo que a Rússia se cobria de Conselhos e, surgiam em todos os locais comitês de fábrica, o Governo provisório estava paralisado. A classe operária punha-se em greve, respondida com "lock-out" pelos patrões; ocorriam sequestros de patrões, ocupações de fábricas. Assim, os trabalhadores começaram a gerir estas empresas; nasce a autogestão, sobretudo nas pequenas e médias empresas, mais fáceis de serem geridas. Os Comitês de fábrica eram apoiados pelos Comitês de bairro.

Os Comitês de fábrica decidiram se federar horizontalmente, em nível da capital, para conduzir uma política comum frente aos patrões. Foi realizada uma Conferência dos Comitês de fábrica, em Petrogrado, por iniciativa das fábricas de armas. Em seguida, em menos de um mês, 367 fábricas organizaram suas Conferências em toda a capital russa.

Por este fenômeno de expansão horizontal, semelhante ao dos Comitês de fábrica, os bairros organizaram também uma Conferência inter-bairros.

A burocratização das organizações dos trabalhadores

Nas primeiras etapas da revolução soviética, a ofensiva contra os Comitês de fábrica, partiu dos Sindicatos que temiam a organização dentro das fábricas pelos comitês. Assim como os Bolcheviques, eles eram maioria nos Sindicatos, após outubro, e desempenharam um papel de arbitragem entre os Sindicatos e os comitês de fábrica.

No decreto sobre "O Controle Operário", em novembro de 1917, o Partido Bolchevique colocou os comitês de fábrica na dependência dos Sindicatos. O 1º Congresso dos Sindicatos, em janeiro de 1918, tentou esvaziar a atividade dos comitês na gestão das fábricas. Com a formação de um "Conselho da Economia Nacional", iniciou-se o fenômeno de "captura burocrática" das organizações operárias, com o objetivo de absorver os comitês de fábricas, e, em seguida, a absorção dos sindicatos pelas estruturas burocráticas dos Ministérios do Estado.

As Milícias operárias também sofreram o mesmo processo desde quando as inscrições passaram a ser feitas pelos Sindicatos e não mais nos Comitês de fábrica.

Os Conselhos ("Soviets") apresentavam 3 características fundamentais: de massa, conjugando o pluralismo e harmonizando os vários interesses presentes na classe operária; de classe (operária), fundamento e justificativa histórica de uma organização social alternativa à sociedade capitalista; de base, toda a sua estrutura se organizava da base para a cúpula e da periferia para o centro.

Os únicos órgãos que se engajaram na prática da autogestão foram os comitês de fábrica, combatidos pelos Partidos de esquerda e, em seguida, submetidos ao controle dos Sindicatos (estes, por sua vez, submetidos ao aparato estatal). A eliminação burocrática destes Comitês de fábrica foi um dos elementos da subordinação generalizada das formas de "democracia direta" às estruturas representativas ("Conselhos-Soviets de deputados"), esvaziadas de todo poder real pelo Estado.

Os Conselhos na Revolução soviética não tiveram, no essencial, um papel de gestão direta. Os Conselhos de deputados operários e soldados, foram dirigidos pelos representantes dos partidos socialistas, aos quais as assembleias delegavam poder. Enquanto "parlamentos operários", eles exerciam as funções de controle sobre os patrões e o Governo provisório e, em seguida, sobre

as instituições centrais do "Estado Operário", que concentravam as decisões econômicas e políticas.

Além dos Conselhos de deputados e dos partidos de esquerda, a "República dos Conselhos" incluía, no seu início, os Conselhos de "comitês de fábrica", "milícia operária e urbana", "comitês de bairro", os sindicatos, as cooperativas, os movimentos de jovens e mulheres. O conjunto destas forças foi reduzido a uma pirâmide estruturada e dominada pelo aparato do Estado.

João Bernardo assinalou que a 'guerra civil russa foi na verdade uma revolução internacionalista:

> Em 1920, quando o Exercito vermelho se viu obrigado a entrar em campanha contra a Polônia e a enfrentar no sul a ultima das tentativas militares brancas, os trabalhadores alemães no porto da Cidade Livre de Danzig entraram em greve para não descarregar munições destinadas ao exercito polaco, ao mesmo tempo que em vários lugares da Alemanha a ação dos operários impedia que chegassem a Polônia trens carregados de munições e na Grã-Bretanha os trabalhadores além de se oporem ao envio de material de guerra para a Polônia, formaram Conselhos de Ação e ameaçaram iniciar um movimento revolucionário se o governo de Londres decidisse intervir diretamente contra as tropas soviéticas na Polônia ,ou mesmo indiretamente, em auxilio da contra-revolução no sul da Rússia.

Por isto, afirma que: "Em suma, o que sucedeu de 1916 até 1921 se fundarmos a cronologia nos acontecimentos da Alemanha, foi um processo único, à escala europeia e com repercussões nos Estados Unidos. A insurreição bolchevique foi um mero episódio, que se distinguiu por um detalhe: ter vencido".

Um dos melhores ensaios sobre este processo encontra-se em uma carta que o bolchevique C. Rakovsky escreveu em 1928. Sua publicação traz o nome de "Os perigos profissionais do poder - sobre as causas da degenerescência do partido e do aparelho de Estado". Façamos uma síntese de suas ideias:

Os perigos profissionais do poder (Christian Rakovsky)

O documento de C. Racovsky é, na verdade, uma carta escrita para Grigori B. Valentinov, jornalista membro da "Oposição de

Esquerda", na época também deportado. A carta foi publicada no "Boletim da Oposição de Esquerda (bolchevique-leninista), com o título de "Os perigos profissionais do poder, sobre as causas da degenerescência do Partido e do aparelho de Estado", foi escrito em agosto de 1928.

Racovsky tenta responder a questão que lhe foi posta: "como o proletariado pode manter seu papel dirigente no Estado? "Esta questão, claro, associada ao conjunto do problema da 'tomada e da conservação do poder'". Para Racovsky, "A Oposição soou o alarme frente ao incrível declínio do militantíssimo das massas trabalhadoras e a indiferença crescente em relação ao destino da ditadura do proletariado e do Estado soviético". O principal perigo é a passividade das massas diante de fatos escandalosos: roubos, prevaricação, violências físicas, extorsão de fundos, abuso de poder ,arbitrariedade ilimitada, alcoolismo, demissões, fala-se de tudo isto como se fossem coisas naturais e todos toleram sem saber por que.

Encontrar uma 'análise cientifica' do fenômeno que penetre em suas raízes. Para Racovsky, agora podemos, baseado em fatos, podemos avaliar " as mudanças do estado de espírito de uma classe operária que se tornou classe dirigente". Para Racovsky, esta questão é inerente "as dificuldades a toda nova classe dirigente", (consequências da tomada de poder e do seu exercício e da forma de como se servir deste poder),e não apenas a fatores históricos tipo cerco capitalista, pressão da pequena-burguesia. Estas dificuldades podem tomar o nome de "perigos profissionais do poder".

A situação de uma classe que luta pela tomada do poder é diferente da de uma classe que já detém o poder após um certo tempo. Quando uma classe se apodera do poder, uma fração dela torna-se agente deste poder. É assim que aparece a burocracia. Em um Estado proletário, em que a acumulação capitalista é proibida aos membros do partido dirigente, esta diferença começa por ser funcional, sem torna-se social. Não falo de classe, mas social. Penso na posição social de um comunista que dispõe de um carro, de um bom apartamento, de férias regulares, e que recebe o salário máximo autorizado pelo partido. Sua posição difere daquela do comunista que trabalha nas minas de carvão e que recebe um salário de 50 a 60 rubros mensais.

Há necessidade de um *processo longo e delicado*.

> Consiste em educar políticamente a classe dominante, lhe fazer adquirir a arte de tomar em mãos o aparelho do seu Estado, de

> seu partido, de seus sindicatos, de os controlar e de os dirigir. Trata-se de uma questão de educação. Nenhuma classe veio ao mundo possuindo a arte de governar. Esta arte se adquire somente pela experiência, cometendo erros e tirando lições das próprias faltas. [...] A inadequação entre as capacidades políticas de uma classe dominada, sua habilidade para governar e as formas jurídico-constitucionais que ela estabelece para seu uso após a tomada do poder, é um fato histórico.

Nesta parte, Racovsky busca exemplos na história da burguesia da Europa, nas revoluções inglesa e, sobretudo, na francesa. Tratando da realidade russa, Racovsky analisa "o partido" e "as massas":

> Nem a classe operária nem o partido são mais nem fisicamente nem moralmente o que eles eram há uma dezena de anos. Não penso que estou exagerando quando falo que o membro do partido de 1917 teria dificuldade para se reconhecer no partido de 1928. Uma mudança profunda ocorreu na anatomia e na fisiologia da classe operária.

Precisamos concentrar nossa atenção no estudo das mudanças ocorridas tanto no tecido que nas suas funções. A análise destas mudanças nos mostrará a forma de sentir a situação criada. Vou me limitar a alguns pontos:

Sobre a classe operária devemos encontrar resposta a à uma serie de questões, por exemplo:

> - qual é a proporção de operários empregados atualmente na nossa indústria que entraram após a revolução, e qual é a proporção dos que trabalhavam antes?
> - qual é a proporção dos que participaram antes no movimento revolucionário, nas greves, foram deportados, presos, fizeram a guerra civil ou lutaram no Exercito vermelho?
> -qual é a proporção de operários empregados na indústria e que trabalham sem interrupção? Quantos entre eles só trabalham provisoriamente?
> -na indústria, qual é a proporção de elementos semi-proletários, semi-camponeses, etc?

Vendo a situação do partido é importante ver a coloração trazida pelos trânsfugas de outras classes. A estrutura social do

partido é mais heterogênea que a da classe operária. A burocracia dos sovietes e do partido formam um fenômeno de uma nova ordem, trata-se de uma nova categoria sociológica a qual devemos dedicar todo um tratado.

Racovsky fala das posições de Trotsky, Boukharine, Preobrajenski. Lamenta que, diferentemente dos estudos sobre a traição da socialdemocracia alemã em 1914, muito pouco foi dito e só em termos gerais, "sobre o papel jogado por nossa burocracia dos sovietes e do partido, na decomposição do partido e do Estado soviético".

Você pergunta o que aconteceu com o 'espirito militante do partido e de nosso proletariado'? Como pessoas com um rico passado revolucionário, de honestidade pessoal acima de quaisquer suspeitas, se transformam em impiedosos burocratas? Deixando de lado os pontos de vista das ideias e da moralidade, como explicar que o mesmo fenômeno se aplique à classe operária?

O fato que mais nos aflige é a ausência de reações por parte do partido e das massas. Durante dois anos, uma luta excepcionalmente dura ocorreu entre a Oposição e a maioria das altas esferas do partido e, nestes últimos oito meses, acontecimentos se desenvolveram que deveriam abrir os olhos aos mais cegos, isto, sem que, durante todo o tempo, a massa do partido não tenha intervindo.

C. Racovsky busca exemplo na perplexidade de Babeuf ,quando de sua saída da prisão de l"Abbaye, e se pergunta o 'que aconteceu com o povo de Paris, os operários dos 'faubourgs' Saint-Antoine e Saint-Marceau que, no 14 de julho de 1789,tinham tomado a Bastilha,no 10 agosto 1792 as Tulherias, assediado a Convenção no 30 maio 1793,sem falar de numerosas ações armadas".

Babeuf resume suas observações em uma frase no qual se sente o amargor do revolucionário: "´É mais difícil reeducar o povo no amor à Liberdade que a conquistar". Vimos porque o povo de Paris se distanciou da Liberdade. A fome, o desemprego, a liquidação dos quadros revolucionários (muito de seus dirigentes foram guilhotinados), a eliminação das massas da direção do país, tudo isto trouxe uma grande lassidão moral e física das massas que o povo de Paris e do resto da França teve necessidade de 37 anos de recuo antes de iniciar uma nova revolução.

Para Racovsky, Zinoziev, Kamenev e outros dirigentes de Leningrado, vieram para OE em 1923, com "a esperança de uma rápida tomada do poder". Tinham necessidade de Trotsky para

apenas para governar. “Faltou por como premissa que o trabalho de educação do partido e da classe operária é uma tarefa difícil e de longo prazo”.

Os operários que chegaram ao partido após a guerra civil, em sua grande maioria após 1923 (promoção Lenine), não tinham nenhuma ideia do que antes foi o regime do partido. A maioria destes operários estava desprovida desta educação revolucionária de classe que foi adquirida durante a luta, na vida, na ação consciente. Na época, esta consciência de classe foi construída na luta contra o capitalismo, hoje, ela deve se formar na participação da construção do socialismo. Mas, como nossa burocracia reduziu esta participação à uma frase vazia, os operários não encontram em nenhum lugar, ações para formar essa consciência.

Tínhamos a esperança que, a direção do partido deveria criar um novo aparelho, verdadeiramente operário e camponês, novos sindicatos, verdadeiramente proletários, uma nova moral da vida cotidiana. Devemos reconhecer francamente, claramente em alta voz: o aparelho do partido não realizou esta tarefa que era sua. Demonstrou a incompetência mais completa nesta dupla tarefa de preservação e educação, ele fracassou e fez bancarrota.

Nossas críticas ao partido não dizem respeito ao aspecto quantitativo de seu trabalho, mas a seu lado qualitativo, isto deve ser esclarecido, pois nos afogam em cifras sobre o sucesso obtido pelo aparelho do partido e dos sovietes. É tempo de por fim a esse charlatanismo estatístico, vejam as contas apresentadas no XV congresso do partido: cifras, cifras e ainda cifras.

Esta burocracia não mudará se apenas houver uma depuração, que pode ser salutar. Sublinho apenas que, não se trata unicamente de mudar de pessoas, mais de mudar de método. Para mim, a primeira condição para tornar a direção de nosso partido capaz de exercer um papel educativo, é de reduzir o tamanho e as funções desta direção. Os três quartos do aparelho devem ser licenciados e as tarefas do quarto restante deveriam ter os limites estritamente determinados. Isto deveria também se aplicar as tarefas, as funções e aos direitos dos organismos centrais. Os membros do partido devem recobrar seus direitos que foram perdidos e receber sólidas garantias contra o arbítrio ao qual os círculos dirigentes nos acostumaram.

Apenas podemos imaginar o que se passa nas camadas

inferiores do aparelho do partido. Foi na luta contra a Oposição que se manifestou a indigência ideológica destes quadros, assim como a influência corruptora que eles exercem sobre a base operária do partido.

Se, na cúpula, ainda existia ainda uma certa linha ideológica (mesmo que errada, feita de sofismo, com uma forte dose de má fé) no escalão inferior, há sobretudo recurso as mais desenfreadas demagogias contra a Oposição. Os agentes do partido não hesitaram em usar o antissemitismo, a xenofobia, a raiva contra os intelectuais, etc.

Sou convencido que toda reforma do partido que se apoia sobre a burocracia não é que uma utopia.".

No final de sua carta, Racovsky faz uma síntese e assina-a, datando de 1928.

> Essa dinâmica regressiva, através da qual uma burocracia sui generis se cristalizou e se organizou no poder, foi determinada em parte pelo atraso material e cultural da Rússia, acelerada pela Guerra civil e pela intervenção imperialista e, sem duvidas, agravada pelas lacunas e os limites do movimento revolucionário da época, engajado pela primeira vez em uma experiência de transição socialista.

O funcionamento e a prática dos Conselhos/Soviets, renovaram a experiência da Comuna de Paris. A substância e a dinâmica dos dois movimentos (Soviets e Comuna) foi a mesma: Autonomia, Autogestão, Auto emancipação dos Trabalhadores.

O sociólogo G. Gurvitch participou da constituição de conselhos operários revolucionários em 1917. No Colóquio realizado em Bruxelas em homenagem a Proudhon, fez um importante depoimento:

> A França, portanto, não é o único país em que os problemas do sindicalismo revolucionário foram postos. Penso em particular em um outro país, de onde sou originário, a Rússia, e onde estes problemas tomaram forma desde 1905 com a criação dos primeiros conselhos operários. Eles surgiram uma segunda vez sob o governo provisório de Kerensky, e uma terceira vez sob o governo soviético e eu posso testemunhar da extraordinária penetração das ideias de Phoudhon, tanto entre os intelectuais russos quanto nos sindicatos operários russos. De minha parte, não foi na França, mas na Rússia, que eu me tornei

proudhoniano, e se eu vim para França, foi para aprofundar meu conhecimento de Proudhon. Eu porto, portanto, um testemunho pessoal direto: os primeiros soviets russos foram organizados pelos proudhonianos, proudhonianos que vinham dos elementos de esquerda do partido socialista revolucionário ou da ala esquerda da socialdemocracia russa. Não foi em Marx que eles tomaram a ideia da revolução pelos soviets de base, pois é uma ideia essencialmente, exclusivamente proudhoniana. Como eu sou um dos organizadores dos soviets russos de 1917, posso falar com conhecimento de causa. Recordo-me dos primeiros soviets organizados na fábrica de Poutilov antes da chegada ao poder dos comunistas e testemunho que os seus organizadores estavam tomados, como aqueles que se organizaram das ideias proudhonianas. A um ponto tal, que Lenine não pode evitar esta influência. Acreditem-me, Sorel não pode servir de intermediário! Foi uma influência proudhoniana direta que vinha dos distintos meios revolucionários russos. Em seus primeiros discursos Lenine tinha proclamado que uma planificação, que uma revolução social não são possíveis se fundadas em uma representação direta dos operários na base. E posso mesmo revelar um segredo: que o programa do partido comunista , o segundo programa absolutamente incontrável – vocês podem procurá-lo em toda a Rússia, procurar em todas as livrarias da França, a menos que tenham comprado em maio de 1917, vocês não vão encontrá-lo – este segundo programa do qual não sei se todos os exemplares foram queimados ou eliminados, o que posso lhes dizer, é que ele reproduzia como pontos principais as próprias palavras de Lenine: nenhuma revolução, nenhuma planificação coletiva não é possível sem uma participação direta dos soviets de base e de seus representantes. Vocês podem ver que a ideia da autogestão operária está toda aí. O que não impediu Trostsky e Stalin, que nesta época eram os amigos, de pressionar Lenine no curso da guerra contra os "guardas brancos" e de conduzir à suprimir "temporariamente" – eu conheço muito bem o texto – os conselhos de base, sob pretexto que eles impediam uma produtividade crescente de armamento. A Rússia, notem bem, ficou neste paradoxo que é seu campesinato, sempre muito reservado frente ao governo comunista, que se beneficiou da democracia econômica (kolkhozes, sovkhoses), ao passo que seu proletariado, que domina oficialmente, não obteve ainda aquilo pelo qual tinha começado a revolução social: a autogestão operária.

A Comuna Spartacus, Berlim, 1919

No final de 1915 e 1916, na Alemanha explodem em muitas cidades motins causados pela fome. Estes movimentos culminam numa onda de greves em 1917. No início de 1918, mais de 1 milhão de trabalhadores participam do movimento grevista, brutalmente reprimido; o Exército ocupa muitas fábricas.

Para João Bernardo,

> A revolução alemã iniciada em novembro de 1918 impôs como tema central a questão da auto-organização. Os conselhos criados pelos marinheiros, pelos soldados e pelos trabalhadores não se limitaram a ser uma instituição política e tiveram como vocação modelar todos os níveis da vida social, nas empresas e nas forças armadas, nos locais de habitação, na produção artística.

Os operários em greve, criam novas formas de organização nas fábricas, pois não tinham apoio dos sindicatos existentes. Assim, surgem os Conselhos Operários. Em janeiro de 1918, forma-se o primeiro dos Conselhos Operários da Grande Berlim, composto por delegados de diversas fábricas e, constituído segundo o Conselho de Petrogrado na Rússia. Em novembro deste ano, ocorre o motim dos marinheiros da cidade de Kiel; apoiado pelos operários dos arsenais, os marinheiros elegem um Conselho de operários e marinheiros, que toma o poder na cidade. Entre 4 e 9 novembro, os conselhos tomam o poder em todas as cidades. Berlim foi a última a resistir. Estes Conselhos operários, surgidos em todas as cidades da Alemanha (cerca de 10 mil) tinham profundas similitudes com os Conselhos criados na revolução Soviética.

Em 9 de novembro, eclode a revolução em Berlim, preparada pela organização ilegal dos "Delegados revolucionários de fábricas", criada após as greves de janeiro. Grandes massas operárias abandonam as fábricas e os bairros indo em direção ao centro de Berlim. A polícia foge, os quartéis são abertos, libertando-se todos os presos. É proclamada a "República Alemã"; é formado um Conselho de Comissário do Povo; o poder político permanece em mãos dos Conselhos de Operários e Soldados.

Em 12 de novembro, há a implantação da "jornada de trabalho" de 8 horas. Em dezembro, ocorrem as primeiras ações da "Liga Spartacus", dirigida por Rosa Luxemburgo; de 16 a 21 de

dezembro realiza-se o 1º Congresso dos Conselhos de Operários e Soldados, composto por 489 delegados.

A "Liga Spartacus" define seus objetivos em panfleto de 1918: "a massa proletária está chamada, não somente a marcar com claros conhecimentos os objetivos e a orientação da revolução. Deve também, por si mesma, pôr sua própria ação, pôr em marcha o socialismo, dar-lhe vida". A essência da sociedade socialista consiste em que a grande massa de trabalhadores deixe de ser uma massa dirigida para transformar-se em uma massa que vive por si mesma a vida em toda sua plenitude política e econômica, com base na autodeterminação. Somente uma recíproca influência permanente viva entre as massas populares e seus órgãos, os Conselhos Operários e Soldados, pode assegurar a evolução da sociedade em um espírito socialista.

Em luta encarniçada contra o capital, corpo a corpo, fábrica por fábrica, na pressão direta das massas, mediante a greve, mediante a construção de seus órgãos permanentes, os operários podem apropriar-se do controle da produção e, finalmente, tornar-se direção efetiva. A socialização da sociedade, não pode ser alcançada por outra via, que não seja a luta infatigável das massas operárias. A libertação da classe operária deve ser obra da classe operária.

Medidas imediatas para proteção da revolução:

- desarme da polícia, dos oficiais e dos soldados não-operários, e de todos os membros da classe dominante;
- os Conselhos de Operários e Soldados devem se apropriar de todos os depósitos de armas e munições, e das fábricas de armamentos;
- distribuição de armamento a toda a população operária masculina e adulta, organizada como milícia operária; formação de um 'guarda vermelha' formada por operários;
- supressão do modo de chefes, oficiais e suboficiais; elegibilidade de todos os superiores pela tropa, que poderá revogá-los a qualquer momento; supressão da justiça militar;
- exclusão de oficiais e indivíduos desertores de todos os Conselhos de Soldados;
- supressão de todos os órgãos políticos e administrativos do antigo regime, que serão substituídos por homens de confiança dos Conselhos de Operários e Soldados;
- criação de um tribunal revolucionário;
- requisição imediata de todos os alimentos para assegurar a

alimentação do povo;
Primeiras medidas políticas e sociais:
- estabelecimento da república Socialista unitária da Alemanha;
- supressão de todos os parlamentos e conselhos municipais, cujas funções serão assumidas pelos Conselhos de Operários e Soldados e por comitês e órgãos que aqueles deleguem;
- eleições de Conselho de Operários em toda a Alemanha por parte da população operária de ambos os sexos, na cidade e no campo, sob a base da fábrica; direito dos operários e soldados de revogar a qualquer momento seus representantes;
- eleição de delegados dos Conselhos de Operários e Soldados de toda a Alemanha para o Conselho Central dos Conselhos, em cujo seio será eleito um conselho executivo, como instancia suprema do poder legislativo e executivo;
- reunião do Conselho central dos Conselhos pelo menos a cada três meses, com o fim de manter um constante controle da atividade do conselho executivo e estabelecer uma relação viva com as massas;
- abolição de todos os privilégios de classe, ordens e títulos; igualdade completa dos sexos perante a lei e a sociedade;
- introdução de leis sociais decisivas; redução da jornada de trabalho, ao máximo a 6 horas;
- transformação imediata das condições de alimentação, higiene e educação;

De 5 a 12 de janeiro de 1919, ocorreu a semana sangrenta de Berlim, os assassinatos de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknetch e o fim da insurreição dos Spartakistas, como também da "República dos Conselhos" na Baviera. Em 3 de março ocorre uma greve geral em Berlim. Os grevistas reclamam o cumprimento de um programa com 6 pontos:
- reconhecimento dos Conselhos de Operários e Soldados;
- imediato cumprimento dos "Acordos de Hamburgo";
- libertação de todos os presos políticos;
- formação de uma Guarda Operária revolucionária;
- dissolução imediata de todos os corpos-francos (grupos contrarrevolucionários);
- imediatas relações com a Rússia revolucionária.

Em resposta, o Governo decretou o "Estado de Sítio" com duração até 5 de dezembro. Os metalúrgicos de Berlim entraram em greve no dia 18 de agosto e só retomaram o trabalho em 11 de novembro.

A República dos Conselhos Operários da Hungria, 1919

Em janeiro de 1918, após a onda de greves que tinha paralisado as duas capitais do Império Austro-húngaro, começou em Berlim uma serie de greves que se alastrou por outras cidades alemães. Também, "em Viena e Budapeste a agitação operária deu lugar a fundação de conselhos, assembleias de base que não alienavam o controle exercido sobre o processo de luta porque podiam em qualquer momento revogar o mandato dos delegados eleitos" (Bernardo).

Sob influência e dentro da grande onda de lutas revolucionárias marcadas pela revolução Soviética, na Hungria em 1918-1919. O Conselho revolucionário e Administrativo da República Soviética da Hungria promulgou o seguinte decreto, em março de 1919:

> A República Soviética julga que a sua tarefa assumir os meios de produção, que passam a ser propriedade dos trabalhadores, organizar e incrementar a produção; todas as empresas industriais e de transportes e todas as minas, em que o numero de trabalhadores seja superior a 20, dependem da administração estatal e ficam sob controle operário; nas empresas mencionadas, os operários elegem o Soviet (Conselho) operário de controle;

Ainda em 1917, revolta-se a Frota estacionada em Cattaro; os marinheiros formam soviets de soldados; a repressão foi violenta.

Em janeiro de 1918, surgem greves nas fábricas de munições em Budapest; em outubro, soviets de trabalhadores e soldados foram criados na capital e, rapidamente se expandiam às outras cidades. O Exército húngaro, em guerra, se encontra em completo processo de dissolução; os soldados desertam em massa e, a cada dia, formam-se novos soviets que exigem a paz e a república.

Em Conferência socialista, em 13 outubro, os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos propõe armar os operários, e Bela Szanto ,futuro membro do PC, incita os soldados à ação direta. No 25 outubro, o Conselho Nacional é formado com representantes dos Independentes de Karoly, os Radicais e os Socialdemocratas e divulga seu programa:

- Tratado de paz e independência da Hungria;
- Resolução do problema das nacionalidades em base aos princípios de Wilson;
- Democratização da administração e do parlamento;
- liberdades públicas: sufrágio universal, liberdades de imprensa e reunião;
- Reformas sociais: repartição das terras, socialização dos monopólios, taxação das acumulações excessivas de capital;
- relançar a produção;
- Aliança de todas as organizações nacionais para realizar estes objetivos.

Entretanto, o país já estava sem governo. No mesmo dia, em torno de Szanto e de jovens oficiais repatriados da Rússia, surge um "Conselho de Soldados", que federa os representantes de todas as unidades e grupos de soldados desmobilizados. Em dois dias, este "Conselho" coordena todas as forças militares da capital e dispõe de 80 unidades de guardas.

Em 25 de outubro, os estudantes formam um conselho de 50 membros.

O Conselho Operário Central de Budapeste

Na manhã de 29, os operários espontaneamente entram em greve. No dia 30, quando do horário de almoço, os trabalhadores da maior parte das fábricas se reúnem em assembleias gerais para eleição dos delegados encarregados de reconstituir o grande Conselho de Budapeste. Mais de 100.000 operários participam destas reuniões e adotam uma Resolução que diz:

> A Assembleia constata que tarefas sem precedentes esperam o proletariado húngaro. Por isto, ele acha necessário fundar uma organização de combate para completar e reunir as organizações que já existem; criar imediatamente o conselho operário. Ela ordena ao mesmo tempo ao corpo de representantes de fábrica, eleger sem demora, os delegados dos trabalhadores de fábrica ao conselho operário (31 Outubro de 1918).

Para D. Ggros, "o Conselho Central polariza a energia da classe operária e suscita a multiplicação de comitês de fábrica.

Surgiu da necessidade para classe operária de centralizar seu combate contra o Estado em uma fase pré-insurrecional e de unir todas as forças deste combate em uma mesma instancia eleita."

O principal da atividade dos comitês de fábrica e dos vários soviets convergiam para o Conselho Central Operário, que tinha função similar ao Conselho de Operários e de Soldados de Petrogrado, na Rússia de 1917.

Na tarde do dia 30 de outubro, os operários em greve se reúnem e cantam "A Internacional" e a "Marselhesa dos Trabalhadores", os soldados, os estudantes invadem as ruas de Budapest. Tendo os soldados a frente, civis se armam, grupos ocupam as casernas, o quartel geral, garagens, Central telefônica, depósitos de alimentos e a maior parte da administração

Várias manifestações de massa ocorrem; o poder fica nas mãos dos Soviets; em novembro, proclama-se a República. Bela Kun, líder revolucionário, regressa ao país. O Partido Operário Comunista húngaro é fundado; os camponeses apossam-se de propriedades e fundam seus soviets. No interior do país, conselhos populares de vilas foram fundados. Estes Conselhos Populares eram formados por soldados, operários e agricultores. Mantinha a ordem local e solucionava os problemas de abastecimento.

A repressão foi violenta; Bela Kun foi preso. Em fevereiro 1918, uma nova insurreição, dirigida pelos comunistas, é reprimida; varias regiões ficam sob controle dos Soviets; em março, o Conselho Operário da fábrica "WIEZ MANFRED", de Csepel (que desde novembro detinha o controle da produção), em nome de 20.000 trabalhadores, decide apoiar o Partido Comunista e marcha para capital. Firma-se um novo governo, com a presença de Bela Kun. Os Soviets controlam a capital.

Todavia, este novo governo apenas teve duração de 130 dias. Foi derrotado pelas forças invasoras (Exércitos da Romênia, da França e milicianos do almirante Horty). A repressão fuzila e enforca 9.000 e, para os campos de concentração são enviadas 30.000.

Em seu curto período de existência, a República dos Conselhos Operários realizou obras revolucionárias:

- pelo decreto numero 9, os Conselhos Operários ordenaram a socialização das fábricas, empregando mais de 20.000 trabalhadores;
- para resolver os problemas de abastecimento, foi socializado o

comércio; todo o abastecimento com mais de 10 operários ficou sob o controle operário;

- o serviço de transporte foi nacionalizado;
- teatros, museus, etc. foram nacionalizados e, a entrada passou a ser gratuita, com apresentação do 'talão sindical';
- o matrimônio passou a ser livre; o divórcio se fazia de forma unilateral e em 24 horas;
- legalizou-se o aborto; criaram-se centros educativos para as crianças; o ensino foi reformado.

Os Conselhos operários de Turim, Itália 1919-1920

João Bernardo, em seu estudo sobre o Fascismo, caracteriza a situação italiana:

> E na Itália a insatisfação generalizou-se em 1917 entre operários e camponeses, culminando em Agosto numa revolta de cinco dias em Turim, reprimida com uma violência tal que se contaram cerca de cinquenta mortos e duzentos feridos, e mais de oito centenas de presos. Foi então que começaram a aparecer no norte do país as comissões internas de fábrica, cujas novas implicações sociais só mais tarde se iriam manifestar plenamente, durante as grandes greves de Agosto e Setembro de 1919.

A experiência dos Conselhos Operários na Itália, ficou limitada a Turim, centro industrial onde existia uma concentração com 50.000 operários, dos quais 35.000 na FIAT. Em 1917, a classe operária de Turim tentou reviver a Comuna; a insurreição foi sufocada a ferro e fogo: 500 mortos e 200 feridos.

No final de 1919, os operários de Turim entram em greve para comemorar o 2º aniversário da revolução Soviética; Em março de 1920, várias fábricas são ocupadas em Milão e Turim; no Sul, camponeses ocupam terras dos grandes proprietários. Durante cerca de 2 anos, o chamado "Biênio vermelho" desenvolveu-se um processo de lutas muito violento; em agosto de 1920, o movimento atinge o auge: as greves se multiplicam, os patrões decretam '*lock-out*' e tentam fechar as fábricas. Os trabalhadores ocupam as fábricas; são cerca de 500.000, organizados os em Conselhos.

Em informe ao Comitê executivo da "Internacional Comunista-Komintern", o líder revolucionário Antônio Gramsci,

escreveu: “A propaganda pelos conselhos de fábrica foi acolhida com entusiasmo pelas massas; em 6 meses foram constituídos conselhos de fábrica em todas as fábricas metalúrgicas o principio dos conselhos de fábrica e, de controle sobre a produção foi aprovado e aceito”.

O elemento característico da ocupação de fábricas em Turim, estava constituído pelo esforço dos operários para organizar, desde os primeiros dias, um sistema de gestão operária da metalurgia. Em várias fábricas foram realizadas assembleias abertas; as ‘guardas vermelhas’, milícias operárias, cuidavam da vigilância. Entretanto, ao contrario dos Soviets russos e dos movimentos de conselhos na Alemanha e na Hungria, os conselhos de fábrica na Itália não chegaram a formular uma plataforma política própria, nem a estabelecer uma organização em nível nacional.

No aspecto militar, o movimento também estava sem preparação a altura do momento histórico: a FIAT, a mais bem preparada neste aspecto, só dispunha de 5 mil balas de metralhadora, o que dava ’10 minutos de fogo’.

A greve geral de agosto 1921 fracassou, inclusive em Turim; foi o inicio do refluxo; a desocupação das fábricas tornou-se um drama: só em Turim existia 30.000 desempregados.

A repressão foi violenta: em Nápoles, as fábricas foram evacuadas após uso de metralhadoras e de canhões. No Piemonte, após 1 mês de greve dos metalúrgicos e 10 dias de greve geral, os patrões triunfam e surgem os primeiros grupos fascistas financiados pelo patronato. Este movimento dos conselhos na Itália marcou o fim da onda de ascensão no pós Guerra.

A autogestão nas coletividades rurais, Espanha 1936-1939

A Espanha realizou sua revolução com cerca de 12 anos de atraso em relação as outras experiências dos Conselhos operários na Europa, e, em pleno período de contrarrevolução mundial (ascensão do nazi-fascismo e consolidação do stalinismo). A experiência autogestionária na Espanha, chama atenção pela sua duração (1936-39) e por sua extensão política e geográfica: ela ultrapassou o nível econômico e manteve-se durante 33 meses de guerra civil no país, alcançando varias regiões.

Em seu estudo sobre a revolução espanhola, Pierre Broué traça um quadro preciso do movimento operário.

> O movimento operário espanhol era jovem, o proletariado estava unido ao mundo rural por muito laços e compartilhava com ele tradições e costumes, o temperamento rural provocava sentimentos de resignação e, ao mesmo tempo, brutais explosões revolucionárias. Só à época da I internacional (1864) se constitui em todo o país, e como ela se dividiu rapidamente entre socialistas e libertários. Sem duvidas, os anarquistas – os 'libertários'- tiveram uma influência muito maior que nos países industrializados da Europa ocidental. Em 1930, a divisão do movimento operário espanhol reproduzia a fragmentação que existia no inicio do século na França, entre um sindicalismo revolucionário combativo, partidário da ação direta, e um movimento socialista reformista e doutrinário.

O desenvolvimento do movimento dos trabalhadores espanhóis, operários e camponeses, se realizou sob a direção quase exclusiva dos anarquistas; a primeira greve geral ocorreu na Catalunha em 1855; a primeira grande insurreição camponesa em Andaluzia, com repartição das terras para mais de 10.000 camponeses em Granada, foi em 1863.

O movimento sindical tinha duas Centrais: a CNT foi fundada em 1919, com 755.000 trabalhadores; a UGT tinha 200.000 filiados. O Cooperativismo, entre 1931 e 1936 teve um desenvolvimento grande, sobretudo, na Catalunha. No Congresso Nacional da Federação Nacional de Cooperativas, em 1935, havia 120.000 membros e 465 cooperativas. Em abril de 1936, apenas na Catalunha, existiam 205 cooperativas e 88.233 membros.

A estrutura econômico-social do país apresentava as seguintes características: em 1932, a produção da indústria do aço era suficiente para satisfazer muitas Espanhas; a indústria têxtil catalã também tinha condições de suprir o mercado interno com a produção de apenas 4 meses. A indústria espanhola dependia do comércio internacional e a crise de 29 agravou a situação: as exportações e a produção caíram consideravelmente: em 1933 a exportação de ferro foi inferior 15% à de 1913, e sua produção foi de 2.000 toneladas em 1934, enquanto em 1929 tinha sido de 6.546 toneladas. As fábricas reduziram as horas de trabalho e, algumas fecharam suas portas; o desemprego assumiu números alarmantes: os números variavam segundo as fontes: 480.000 no campo,

689.000, 700.000; e, na imprensa anarquista: 800.000 e 1.000.000.

Pelo Censo oficial, a Espanha tinha 1.900.000 trabalhadores nas indústrias, sobre uma população de 24.000.000 de habitantes. Em primeiro plano, estava a indústria de vestimenta com um número de mulheres superior aos homens. Em segundo plano, vinha a indústria têxtil, sobretudo, para exportação; cerca de 300.000 operários e operárias. Em terceiro lugar, a indústria da construção, com 270.000 homens. Em quarto lugar, a indústria de alimentação, com 200.000 pessoas. A indústria de caça e pesca, com 150.000 trabalhadores.

No setor da produção de base, a indústria de extrativismo com 100.000 mineiros e a indústria metalúrgica com 120.000 trabalhadores. No setor dos meios de transporte, aparelhos de transmissão e eletricidade, 60.000 trabalhadores; em pequenas fábricas de produtos químicos, 40.000 trabalhadores. Na Catalunha estavam localizadas 70% das indústrias.

Catalunha	
Indústria	22/23 % da população ativa
Agricultura	52% da população ativa
Terciário	25% da população ativa

Estatísticas oficiais de 1929 falam de 1.023.600 proprietários de terra, dos quais 845.000 devem trabalhar como operário agrícola para ganhar a vida; 160.000 viviam miseravelmente do produto da terra; 9.700 viviam luxuosamente em suas fazendas, eram os grandes senhores feudais das terras, proprietários de latifúndios. Assim, os camponeses constituíam a maioria da população.

Neste quadro, entre 1931 e 1936, ocorriam agitações todos os meses. A política de repressão era muito violenta; os órgãos políciais recebiam 60% do orçamento do governo e tinham 64.000 agentes.

Quadro - A estrutura agrícola da Catalunha em 1936

empresas	1-5 hectares	5-100 hectares	mais de 100 hectares
classificação	pequena empresa	media empresa	grande empresa
% de empresas	77,54%	20,42%	2,04%
% Terras coletivizadas	13,16%	19,69%	67,15%

Quadro - Distribuição da população da Catalunha por estratos sociais - 1936

Classes e estratos sociais em 1936	
Empresários	18,18%
Classes médias	18,18%
Camponeses	40,9%
Operários	22,72%

Uma reforma agrária limitada a algumas regiões, foi iniciada em 1932, mas apenas em 1936 foi efetivada, quando os camponeses ocuparam as terras.

Uma longa herança de lutas

Podemos traçar uma cronologia das lutas dos camponeses e operários na Espanha:

- 1879 - execução, no garrote, de um camponês anarquista que havia executado um proprietário de terras. Dissolução das sociedades operárias em arragone (Catalunha) e de uma cooperativa na cidade de olivera (provincia de cadix).Greves camponesas em Valencia, prisões e deporações de 75 grevistas; em Arcosde la Frontera (Cadix), Granada, Ronda, Jaén (Andaluzia) manifestações de desempregados reivindicando trabalho e pão.Incêndio de colheitas ,vinheiras, florestas, moinhos e granjas dos grandes proprietários de Castilha, de Estremadura (região valenciana) e, sobretudo, de Andaluzia.
- 188 0- grupos saqueiam as igrejas e os serviços de recepção, ameaçando os ricos das províncias de Tarragona, Toledo, Ciudad Real; agitação em Andaluzia. Incêndios nas propriedades da região de Xéres (Andaluzia). Na província de Huelva (Andaluzia), os grevistas matam animais e destroem plantações de arvores; diversas sublevações contra os fiscais cobradores de impostos (Valls, Arriate, Orense, na Galícia; Almodóvar (Ciudad real)).
- 1881- Congresso das Federações Comarcais em Barcelona, adota resolução a favor do 'anarquismo coletivista', confrontando-se com os socialistas;
- 1882 - Congresso nacional em Sevilha, com a seguinte representação: 212 delegados representando 10 regiões, 218 federações locais, 633 seções sindicais e 59.711 filiados nas federações.
- 1885-87- Revolta de camponeses na Galícia, a insurreição

dura 2 dias, com muita repressão. Na província de Valencia, o povo toma de assalto a municipalidade de Onteniente, queima os documentos protestando contra os impostos. Em 86, o Estado toma 75 fazendas em Jodar por atraso de impostos; 32.000 na província de Logrono; 4.000 em Baleares. Em 87, na região de Alcaniz (província de Teruel), 3.000 fazendas são vendidas por não pagar os impostos. A imprensa vizinha de Portugal anuncia mais de 400.000 confiscações de terras em Cuenca e Saragossa. Os camponeses emigram em massa.

- 1931 – em outubro, a miséria provocou insurreições camponesas com repartição das terras: em Arganzon (Guadalajara) e, em dezembro do mesmo ano, em Carmona (Sevilha) e em Santa Maria de Magarra (Cáceres).
- 1932 – no mês de janeiro houve um movimento insurrecional na região mineira do Haut Llobregat e em Cardoner (Barcelona). Berga, Cardona, Figols, Sallent, Suria proclamaram o 'comunismo libertário', que durou apenas 5 dias, sendo reprimido pelo governo. No final de 32, no Levant, houve experiências de 'comunismo libertário' (em Betara, Bugarra, Pedralba, Ribarroja). Em Sardanola-Ripollet, também, foi proclamado o 'comunismo libertário'. Estes movimentos ficaram marcados por uma trágica repressão, em Casas Viejas (Cadix): um destacamento de guardas civis tocou fogo em uma casa onde estavam refugiados uns 30 militantes anarquistas que foram queimados vivos, além de outros 14 que foram friamente fuzilados

Estes movimentos são diferenciados: o de 1932 ocorreu em uma região mineira, cujas cidades foram: Berga (7.000 operários), Cardona (6.000), Figols (960), Sallent (4.653), Suria (3.194). O segundo, de 1933, foi inteiramente camponês, exceto Sardanola-Ripollet (3.500). No Levant, eram cidades de 1.500 habitantes (Bugarra) até 4.400 (Ribarroja); ou, pequenas cidades (Casas Viejas) e cidades industriais (Salent).

O movimento de dezembro 1932, teve grande sucesso nas cidades: em Teruel, eram cidades de 800 habitantes (Arenys de Lledo, Fornoles, Torre del Compte), ou 3.000 (Beceite, Valderrobres).Em Lograno, cidades de 2.000 habitantes, exceto Haro (8.000). Nas Astúrias, a insurreição triunfou nas pequenas cidades, os minérios e operários tomaram Oviedo e Gijon.

Em 1934, o movimento nas Astúrias tinha características iguais aos movimentos de 1932 e 1933. A aliança entre comunistas,

socialistas e anarquistas, adotou as medidas seguintes: abolição da moeda; distribuição de mercadorias pelos 'comitês operários' que imprimiam bônus com valor igual a 1 quilo de pão – cada família adquiria uma certa quantia de alimentos de acordo com o numero de pessoas; proibição de venda de bebidas alcoólicas.

Esta tradição de luta foi uma marca forte na consciência do povo espanhol: um certo 'fundo místico' o impulsionava a lutar pelas grandes causas, desenvolvendo um espírito de solidariedade e de igualdade.

A Frente Popular

Duas grandes organizações revolucionárias representavam os trabalhadores: a CNT e a FAI. A CNT, em 1936, tinha 1 milhão de filiados, numa população de 25 milhões de habitantes. Em maio de 1936, foi realizado o Congresso de Saragossa, da CNT (com 550.000 membros) que adota oficialmente o programa do 'comunismo libertário' e um projeto de aliança com a UGT.

No 19 de julho de 1936, um grande acontecimento: a vitória eleitoral da FRENTE POPULAR; milhares de iniciativas foram surgindo: comitês locais nas regiões e províncias, como novos órgãos de poder. Barcelona é o símbolo deste movimento de conselhos e comitês de trabalhadores. Os restaurantes, hotéis de luxo, cabarés, foram requisitados pelas organizações operárias e tornam-se 'comedoros populares'. Cada comitê tinha sua imprensa e sua emissora de rádio. Com exceção da Catedral, varias Igrejas foram queimadas; dezenas de milhares de fuzis foram distribuídos nas cidades. As portas das prisões foram abertas. Em todas as cidades existiam comitês populares, eleitos quase sempre em assembleias gerais, como no caso das fábricas.

Estes comitês tinham um traço comum: apropriação do poder local, com funções executivas e legislativas. Em Barcelona, o conselho das milícias foi criado apos a dissolução da Força Publica e do Exercito. O poder real estava nas mãos dos operários armados e dos comitês populares.

Em setembro quando se formou o Governo Largo Caballero, o aparato estatal se desagregava, deixando espaço para os comitês nas cidades e no campo, e as 'milicas anti-fascistas'. Em geral, os Comitês operários ou camponeses formavam-se no campo e na cidade de uma região, eliminavam ou subordinavam a Junta

municipal, eliminavam o aparato estatal local (burocrático, polícial, militar, fiscal),e assumiam todo o poder local, organizando ou reforçando a Milícia para combater os militares fascistas. Destes comitês faziam parte varias organizações políticas e sindicais.

Os Comitês surgiram em várias regiões, por exemplo: em Aragão, a Coletividade Agrícola aglutina 400.000 camponeses; no Levante, 500.000 camponeses; em Nuova Castilha, 230.000. A. Guillen afirma que 'as coletividades autogestionárias espanholas surgiram mais pela 'praxis' e pela unidade entre pensamento e ação diante de situações concretas, que por opção ideológica" . Numerosos patrões haviam fugido; os operários e camponeses, então, se apoderam das empresas ,seguindo o slogan do movimento: " As fábricas para os operários". Assim, surgiram as Empresas Coletivizadas ou Sindicalizadas.

No Congresso sindical, em Barcelona outubro 1936, convocado para exigir a legalização das socializações espontâneas das fábricas, 600.000 operários estão representados. A autogestão rural abrange um numero importante de camponeses e volantes. As funções locais são confiadas às assembleias gerais de bairro.

A direção das fábricas autogeridas tem a seguinte estrutura:
- uma assembleia geral;
-um comitê de gestão, eleito a cada 2 anos, pela assembleia geral; metade dos eleitos é revogável a cada ano;
-um diretor é designado pelo comitê de gestão.

Em 1936, o Governo da Catalunha reconhecia a autogestão operária, através do "Decreto de Coletivização". Este Decreto estabelecia que o Conselho da fábrica nomeasse o seu Gestor, se a fábrica tivesse menos de 500 operários, ou um capital menor que 1 milhão de pesetas; nas fábricas maiores, o Gestor era nomeado pelo Conselho de fábrica, mas deveria ser aprovado pelo Ministério Catalão da Economia. Os Conselhos de fábrica indicavam os delegados ao Conselho de empresas que geriam a indústria socializada; em acordo com os trabalhadores, o Ministério Catalão da Economia nomeava um "fiscal". Entre outras medidas, os Conselhos de fábrica estabeleceram um salário igual para todos os trabalhadores das fábricas socializadas.

Um terceiro órgão existia em Barcelona: o Conselho Geral da Indústria - CGI, formado por 4 delegados do Conselho das empresas, 8 delegados dos sindicatos operários (CNT,UGT), 4 técnicos do

Ministério da Economia catalã, que nomeava o Presidente do CGI.

Em agosto 1939, o Governo Caballero nacionaliza quase todas as indústrias catalães, convertidas em indústrias de Guerra; nos outros ramos de produção, a autogestão catalã só terminará com a fim da Espanha república. Ao criar, em todos os níveis, organismos do tipo organismos, órgãos de luta e poder, chamados de 'conselhos', 'comitê juntas', etc. os trabalhadores espanhóis, a seu modo, resgataram a tradição das Revoluções operárias: os Soviets, das Revoluções russas de 1905,1917, os Conselhos da revolução Alemã e Húngara.

As Comunas Libertárias

Guillen escreveu paginas memoráveis sobre "a economia das coletividades libertarias":

> Na Espanha, durante a revolução de 1936-39 ,as coletividades libertarias foram donas de sua produção, de seu excedente econômico, em que as assembleias exerceram a democracia direta, nomeando os comitês e designando delegados por setores ou por grupos de trabalho, atuando com plena liberdade, independentemente do Estado.

Como vimos, em maio 1936, o Congresso Nacional da CNT, em Zaragoza, adotou algumas medidas: "terminado o aspecto violento da revolução, declara-se: Abolidos a propriedade privada; o Estado; o principio de autoridade, e, por consequência, as classes que dividem os homens em explorados e exploradores, oprimidos e opressores.

> Socializada a riqueza, as organizações de produtores, já livres, se encarregarão da administração direta da produção e do consumo. [...] Estabelecida em cada localidade a Comuna Libertaria, criaremos o novo mecanismo social. Os produtores de cada ramo ou oficio, reunidos sem seus sindicatos e nos locais de trabalho, determinaram livremente a forma em que este deve ser organizado. [...] Estabelecida a comuna livre, se apoderará dos bens da burguesia, tais como, roupa, alimentação, calçado, matérias-primas, ferramentas de trabalho, etc. Estes instrumentos de trabalho e matérias primas passarão ao poder dos produtores para que estes o administrem diretamente em beneficio da coletividade.

A. Guillen esclarece:

> Sem dúvidas, a revolução espanhola de 1936-39 criou coletividades agrárias e industriais e não comunas, o que não põe em contradição estes organismos revolucionários, mas que se diferenciam por funções diferentes, já que a comuna é um autogoverno local, regional e mesmo nacional, como órgão de autoadministração, enquanto as coletividades são órgãos de produção.

Para Guillen, este modo de organização responde as ideias de Bakunin: "um duplo federalismo socialista: um, auto administrativo, substituindo o velho Estado; outro, coletivos de trabalho integrados federativamente em seus respectivos ramos de indústria e serviços sociais e públicos".

As relações de intercâmbio:

> Os habitantes de uma comuna discutirão entre si seus problemas internos: produção, consumo, educação, higiene e o que for necessário para o desenvolvimento moral e econômico [...]. Para o intercambio de produtos de comuna a comuna, os conselhos comunais se porão em relação com as federações regionais das comunas e com o Conselho Confederal de produção e Distribuição, reclamando o que fizer falta. Quando se trate de problemas que afetem toda uma comarca ou província, serão as federações quem deliberarão [...].

"Por meio da rede de relações estabelecidas entre as comunas e os conselhos de produção e estatística, formados pelas federações nacionais de produção, fica resolvido e simplificado este problema. Assim, se cria um 'Mercado Autogestionário Integrado".

Guillen nos fornece experiências concretas de organização do trabalho associado:

> Em Jativa, a passagem da propriedade privada à propriedade social, gerida diretamente pelos trabalhadores e não por diretores vindos do aparato estatal, quando surgiu a coletividade libertaria, em janeiro de 1937, os camponeses elaboram um estatuto de caráter socialista, em que a Assembleia Soberana eleita tinha um presidente, um secretario e um tesoureiro, mais um vogal para cada uma das seções ou comissões: todos estes cargos eram elegíveis e revogáveis; os

> delegados das comissões não se burocratizavam: tinham a obrigação de trabalhar como cada coletivista, excetuando as horas dedicadas a gestão de sua especialidade setorial.

A coletividade integrou muitos artesãos da localidade nas seções e comissões, implicando uma integração maior do trabalho social em toda a cidade e no município: assim, a autogestão não se dava apenas em nível de uma fábrica, mas em toda a cidade.

A experiência de coletivização de Jativa é apenas ume exemplo de varias outras regiões onde ocorreu processo similar: Aragão, Valencia, Murcia, Castilla e mesmo no país Basco. Nas Astúrias e Catalunha, ou no País basco, por serem zonas industriais, a autogestão operária se expressou através dos Comitês de Fábrica CNT-UGT. Por exemplo, na coletivização em Aragão, na cidade de GRAUS, uma pequena cidade de 2.600 habitantes, em 1936, a socialização foi mais integral que em Jativa, pois todos os meios de produção e de troca foram coletivizados. A coletividade de Graus geria 90% da produção agrícola, artesanal e os serviços sociais e públicos. A Comissão Autogestora era formada por 8 membros: 4 de cada sindicato (agrícola, industrial e serviços); 6 das seções de cultura e saúde (teatro, academias, desportes, médicos e farmácias); trabalho e censo (pessoal, cafés, censo, abastecimento, comercio, carvão, armazéns, insumos; agricultura (cultivos, granjas, gado, irrigação); indústrias (fábricas, talheres, eletricidade, água, construção); transportes e comunicações (caminhões, carros, táxis, correios, garagens). O município de Graus era uma 'comuna', um 'autogoverno popular'.

Em Aragão, o modelo de distribuição não foi único; teve como base o salário familiar, pago em vales ou bônus. Contudo, como a moeda local não era legal em todo o país, as coletividades facilitavam a seus coletivizados moeda nacional quando necessitavam para viagens fora da esfera local; Ninguém podia acumular capital para exploração; todo o excedente econômico da coletividade estava destinado a assegurar ou melhorar o consumo, a formar reservas operativas para algum ano ruim, para formar mais capital para investimento, para mais produtividade do trabalho com emprego de melhores métodos de produção e equipamento técnico.

Em Alcorisa, a coletividade emitiu uma ficha de consumo familiar, como uma carta de credito: se ao consumo de carne tinha 100 pontos e o consumidor não queria carne, em compensação

recebia outro produto de pontuação igual, para se cumprir a lei do valor de intercambio em um mercado autogestionário.

Quando os produtos locais não eram suficientes, a coletividade por meio de seu conselho ou seção apropriada, obtinha por intercambio equitativo, os bens e serviços que faltavam, em outra coletividade, práticando o federalismo econômico através da Federação regional de Coletividades de Aragão.

A inflação de preços, durante 1936-39, foi triplicando em relação aos salários. Nas coletividades agrícolas, o nível de preços, em bônus e registrados nas 'cartilhas do consumidor' se manteve estável. O bônus ou vale é meio de troca, quase dinheiro, que não se transforma em capital acumulado e individualizado. O bônus, o vale e a cartilha ou tarjeta de racionamento familiar só podem abolir o dinheiro em nível local, para garantir o poder aquisitivo dos coletivistas, segundo o principio de que cada bônus ou vale têm a garantia do trabalho produtivo de cada um e de todos os coletivistas, todos devem trabalhar para ter direito a retirar bens ou serviços.

Dados da Inflação

Inflação	**Valor da Peseta**
Ano	%
1929	100
1930	79,5%
1931	65%
1932	54,8%
1933	56,8%
1934	55,3%

Assim, Guillen afirma:

> Na esfera limitada da coletividade local ou de várias coletividades integradas na comarca para ter uma divisão social do trabalho mais correta, o dinheiro pode ser abolido em muitos aspectos da vida cotidiana, se estão socializados os transportes, a educação, a assistência medica, a habitação, o consumo doméstico, o restaurante e outros aspectos da economia comarcal e local [...]. Além da coletividade local ou comarcal, a produção para comercialização externa, deve tomar a forma de moeda ou divisa, sendo comercializada nacional ou internacionalmente [...]. Se o vale ou o bônus tinham um valor

> local estável, se podiam ser emitidos pelos sindicatos e pelas coletividades, era porque havia umas colheitas ou uma produção industrial como garantia. Não se pode emitir nenhum tipo de moeda se não está respaldada por produtos ou serviços... Além do nível local, funciona uma moeda de contas, ajuste e calculo econômico, para quantificar a economia.

A Conselheira de Economia e Abastecimento do Conselho de Aragão abriu uma conta corrente para cada coletividade que concedia credito as coletividades deficitárias sem cobrar juros; este crédito seria restituído quando a produção fosse recuperada, destinando-o a investimentos (equipos, maquinarias, ferramentas, saneamento, etc).

Segundo Guillen, o dinheiro pode ter um papel justo de intercambio de bens e serviços em um mercado autogestionário, com base na economia moral: o dinheiro, a condição de que não compre trabalho alheio na forma de salário, de que não permita que ninguém usurpe mais-valia e de que não se acumule como capital individual ou estatal, de que não intercambie produtos, bens ou serviços, segundo a lei do valor-trabalho em um mercado autogestionário, de que não seja usurário com tipo de juros, de que ninguém obtenha ganhos a custa de outro.de que facilite e quantifique a economia social, para programa-la e conduzi-la a maior progresso tecnológico e econômico;

A autogestão em Indústrias e Serviços - com o golpe de Estado militar de 1936, a Espanha ficou caracterizada pela ausência de poder e pelas necessidades da guerra civil; deste forma, surgiram novos órgãos para dirigir a economia e a administração: a coletivização foi parte fundamental destas novas formas econômicas.

Tal como no campo surgiram as Coletividades, nas cidades surgiram as 'Socializações" das industrias; este fenômeno não foi generalizado no país, ocorreu sobretudo em Barcelona, Valencia e nas Astúrias. Em Madri, a UGT era contra as socializações e foi um grande obstáculo.

Nas indústrias e minas das Astúrias, os proprietários das fábricas e minas tinham fugido ou morrido, mas a burocracia tinha permanecido na direção, assim, a CNT e a UGT das Astúrias se limitaram a criação de "Comitês de Controle Operário", formados por sindicalistas das duas centrais, não eleitos pelos trabalhadores. Nas Astúrias, a 'socialização' ocorreu no setor da Pesca. Na indústria, conserva e distribuição. Em Barcelona, em cada fábrica foi criado um

"Conselho de fábrica", eleito pelos operários. As empresas estrangeiras não foram socializadas, e tinham apenas um "Comitê de controle Operário".

A Catalunha é o palco central deste processo: os anarquistas da Confederação regional da Catalunha determinam a política da CNT. As forças militares foram derrotadas pela CNT-FAI (federação anarquista ibérica) junto com militantes do POUM (partido operário unificado marxista). A classe operária se arma. A CNT Catalunha realiza uma Plenária onde adota as propostas do 'comunismo libertário', tiradas um mês antes, no Congresso de Saragossa, e das lutas anteriores, sobretudo, nas Astúrias.

Foi na militância de base deste movimento que surgiram as práticas autogestionárias. Os sindicatos se apoderam de todos os setores vitais da economia: metalurgia, transportes, fontes de energia, comunicações, comércio e abastecimento.

Em "*Solidaridad Obrera*", da imprensa anarquista, anuncia que "o sindicato único da metalurgia conclama os militantes das 'seções de calderaria e solda' a se apoderarem dos centro de produção". E que, "nas empresas metalúrgicas surgiram duas novas formas de administração. Uma, implica a direção operária sem nenhum tipo de restrição; a outra, representa um tipo de administração burguesa, através do controle dos comitês operário de fábrica". Nos Transportes, por exemplo, foi instaurada a 'igualização salarial' e a redução da jornada para dar emprego aos desempregados.

A autogestão se organiza na base e de forma espontânea. O programa anarquista tem 3 orientações: as estatísticas (para dominar a economia), as novas técnicas (para reestruturar a economia) e a cultura (para ter uma nova visão do mundo).

A cronologia da luta autogestionária teve dois momentos: o primeiro, quando do 'vazio' de poder legal, de junho até agosto 1936. Neste período, 26 fábricas foram ocupadas pelos comitês de base: 9 na metalurgia, 6 nos transportes e 11 nos serviços.

Em cidades como Barcelona, houve autogestão na maior parte das industrias e serviços. Contudo, não foi tão fácil como em Aragão, abolir o dinheiro ou substitui-lo por bônus ou vales, ou cartilhas de abastecimento familiar. Em cidades com poucos milhares de habitantes, no campo, foi possível integrar a indústria, a agricultura e os serviços. Guillen mostra alguns exemplos:

- Na cidade de Villajoyosa (Ailicante), a autogestão foi além do nível das fábricas, atingindo o de autogoverno comarcal: foram coletivizadas a maior parte das terras, uma fábrica de têxtil com mais de 400 operários e a pesca marítima da qual viviam umas 4.000 pessoas;

- Em Calanda (Teruel), além da coletivização da terra, os metalúrgicos, os ceramistas, carpinteiros, ferreiros, costureiras, salitraria, barbeiros e outros artesãos foram coletivizados e se integraram com os agricultores para constituir o autogoverno local;

- A cidade de Alcoy, em 1936, tinha uma população de 45.000 habitantes; a população assalariada era de mais de 20.000, das quais 17.000 pertenciam aos sindicatos da CNT. Em julho 1936 foram constituídos 16 sindicatos da CNT, integrados na Federação local, para onde convergiam os ramos de produção industrial, agrícola e de serviços.

A 'gestão direta' das empresas de Alcoy foi um grande exemplo de autogestão geral: os 5 ramos da produção têxtil elegiam um delegado ao 'comitê de empresa', mais 1 do pessoal de oficinas e outro do pessoal de armazéns. Funcionava uma 'comissão de controle' nomeada pelo 'comitê sindical'. Também, foi criada uma 'comissão técnica' integrada por técnicos das 5 especialidades: fábricação, administração, vendas, compras e seguros. A 'seção de autoadministração' se dividia em 3 partes; fábricação geral, organização técnica e de controle de maquinaria, controle da produção e estatística.

Tudo isto significava o 'autogoverno federativo das empresas', dando trabalho a mais de 20.000 operários, o que correspondia a 103 empresas.

A. Guillen assinala que

> a experiência de Alcoy foi superior a autogestão iugoslava, pois enquanto esta se limitava no inicio as empresas, na cidade espanhola as empresas autogeridas estavam integradas em federações de produção e serviços. Todavia, remarca um limite da experiência: o poder financeiro e político não era um autopoder libertário, o Estado governava por cima dos trabalhadores.

Como conclusão, podemos nos apoiar em Pierre Broué analisando 'as bases dos organismos de poder' conclui que

> O fato mais importante é a aparição, em diversas escalas, de verdadeiros governos. Os órgãos de poder, com sua infinita variedade de formas, que surgiram desde julho têm todos em comum o fato de estarem organizados como governos, com 'ministérios', um aparato, unidades especializadas, seu exercito (as milícias), sua polícia 9milicias de retaguarda, patrulhas de controle, Segurança, etc), seus tribunais, e também seus sistemas escolares, seus 'conselhos de economia' criados formalmente ou não, etc. E, o traço comum fundamental: que estes comitês-governos em escala territorial, mais ou menos extensa, não podem construir seu aparato a não ser apoiando-se nos comitês-governos da base.

Muitos militantes brasileiros participaram da Revolução espanhola, integrando as "Brigadas Internacionalistas". Um deles, foi Apolônio de Carvalho. Em seus depoimentos, relata alguns fatos importantes:

> Nutria apenas imensa simpatia pelo POUM [Partido Operário de Unificação Marxista], não só pelo Andrés Nin, que era um teórico, elaborador, pesquisador, uma grande figura cheia de promessas, mas também porque a mais bela figura de jovem comunista que eu conheci chamava-se Alberto Bomilcar Besouchet, trotskista, militante do PCB e combatente na Espanha. Participou da rebelião (1935) de Recife, foi para Espanha, apresentado a Andrés Nin pelo velho Mario pedrosa, era oficial do exercito repúblicano, foi preso e acabou assassinado na prisão como figura ligada ao trotskismo, portanto ao POUM. Eu tive contatos com os anarquistas, mas não entrei em contato com PC espanhol e suas problemáticas internas. Eu não admitia, de maneira nenhuma, o choque com os anarquistas, com os poumistas, com a dissidência.

O "Partido Operário de Unificação Marxista" surgiu da fusão de outras duas organizações ("o Bloc Obrer i Camperol" com "a Esquerda Comunista"), em 29 setembro 1935, em Barcelona, e

considerava-se uma etapa na via da unificação dos marxistas revolucionários espanhóis. Defendia a realização de um Congresso de Unificação Marxista Revolucionário. Segundo P. Broué,

> contava com uns 8.000 militantes, uma base operária real, especialmente na Catalunha em cidades como Lérida, Gerona, e grupos menos solidamente implantados em Andaluzia e Astúrias. Seus dirigentes eram todos homens conhecidos no movimento operári, não apenas Maurin e Nin, mas também Luis Portela e Juan Andrade, antigos dirigentes das Juventudes Socialistas e do primeiro PC, Luis Garcia Palácios, um dos primeiros responsáveis das juventudes Comunistas, David e Pere Bonet, pioneiros do comunismo e dos Conselhos Socialistas Revolucionários da Catalunha, o antigo funcionário do partido e da Internacional, Julian Gorkin. Na Catalunha, o POUM fundo a Federação Operária de Unidade Sindical (FOUS),da qual Andreu Nin foi o secretário-geral, e que reunia a maioria dos trabalhadores organizados em Tarragona, Lérida e Gerona.

Parte V
O ciclo das lutas autogestionárias no pós 2ª guerra, na Europa

França: autogestão na cidade de Proudhon e Fourier

"É possível: produzir, vender e pagar salários"!
"Os patrões licenciam...licenciemos os patrões!"
(consignas da LIP)

Nos anos 1970, a cidade de Besançon, no leste da França, teria mais alguns elementos para se incorporar a cultura socialista da autogestão. Dos séculos anteriores, a cidade tinha suas referências neste campo: No século 18, nesta cidade nasceu, em 7 de abril 1772, Charles Fourier. No século 19, em 15 janeiro de 1809, Proudhon nascia em um bairro operário da cidade.

No primeiro semestre de 1973, o jornal "Estado de São Paulo", (apesar de não publicar noticias sobre as greves no Brasil, como a da PIRELLI de Santo Amaro, em 1973), noticiou a ocupação de uma fábrica numa cidade do interior da França: os trabalhadores de uma empresa de relógios, em Besançon, ocuparam a empresa e passaram a produzir por conta própria.

Esta luta empolgou a Europa durante seus 9 meses de duração e, ficou como símbolo da autogestão. Neste período, 1973-1974, os militantes da OS brasileira estavam chegando a Europa. Sem duvidas, Besançon, um marco no campo da CFDT, também se tornou uma referência para os companheiros brasileiros.

O ano de 1973, ainda foi um ano no "ciclo longo de lutas pela autonomia e autogestão" na França. A principal luta deste ano ocorreu em Besanço, na empresa LIP (nome de um capitalista: Fred Lip). Os trabalhadores ocupam a empresa e passam a produzir e vender os relógios produzidos. Para maioria das esquerdas, a autogestão pressupunha a 'tomada do aparato estatal'. A 'revolução política "precede a "revolução social".

Assim, o PS, o PC e a CGT chamam esta luta de 'autodefesa'; Edmond Maire, da CFDT, fala de "uma ilegalidade, precursora da legalidade futura"; o PSU fala de 'controle operário"; a LCR fala de 'greve geral'; "Libération" fala de "gestão operária". Michel Rocard disse, em posfácio ao livro de Charles Piaget; "Esse conflito é exemplar de uma situação de autogestão (...). s formas de organização na LIP prefiguram as formas da sociedade em transição para o socialismo (...)".

Anos depois, em 1978, Daniel Mothé, antigo militante do grupo "Socialisme et Barbárie", escrevia uma obra para questionar estas visões: "A autogestão gota-a-gota"(...). Perguntava: "se a autogestão deve ser sempre generalizada, como trabalhar com as experiências concretas do dia-a-dia?".

A "economia moral do tempo" na Lip

A Lip tinha uma longa existência: foi fundada em 1886. Na empresa de Fred Lip, a organização do trabalho funcionava através de cadeia automática, em que os operários não podiam parar nenhum segundo; para os operários, era como uma prisão em que produziam 800 relógios por dia, com gestos monótonos, sem poder fumar um cigarro; quando se fazia amizade com um vizinho na linha, te mudavam de posto. Não se podia trocar palavras. Havia multa pelos atrasos na chegada a fábrica. Os operários saiam do trabalhos esgotados.

No entanto, 5 gerações produziram relógios Lip, que transmitiam a precisão e a perfeição destes produtos de alta qualidade. Os trabalhadores se orgulhavam de seus relógios; afinal, tinham criado o relógio eletrônico a pilha e, sobretudo, o primeiro relógio a quartz do país, um salto tecnológico.

Este processo de trabalho estava refletido em uma pintura ocupando uma imensa parede da fábrica: uma visão de campo e montanha, tendo em frente Fred Lip, o patrão, dando as horas a Einstein e conversando com Galileu. No céu, antigos símbolos do tempo. Uma mulher com rosto da senhora Lip, a filha do patrão. É uma espécie de criação do mundo, através do tempo assinalado por Lip: o tempo constrói a cidade e muda os costumes. Esta pintura representa a idealização delirante do patrão: uma moral de um tempo abstrato, fora da vida; a cadeia automática modelo representa o resultado prático do idealismo: o ódio pelo homem, a negação de suas necessidades.

Ao lado da produção de relógios, a Lip fábricava também armas. Produção iniciada no pós-guerra, que em 1946, aumentou sua produção devido a guerra francesa de ocupação do Vietnam. Chegava-se a montagem de 7.000 peças para mísseis na Lip de Issoudnun.

João Bernardo remarca o caráter de solidariedade dos trabalhadores:

> o exemplo pioneiro da luta na Lip, quando, a 17 de Junho de 1973, um negociante do Kuwait propôs a aquisição a pronto pagamento a vista de trinta mil relógios, montados autonomamente pelos grevistas. Sob o ponto de vista material, essa contribuição resolveria sem duvida muitas dificuldades mas, para os trabalhadores em luta, era o ponto de vista social o determinante ,por isso recusaram a proposta e continuaram a vender os relógios diretamente aos trabalhadores de outras empresas. Aqueles bens não eram, aqui, incorporados de valor, mas de um outro tipo de relações sociais, expressas na solidariedade. (in: A Economia dos Conflitos Sociais).

No ano de 1968, os trabalhadores da Lip já tinham ocupado a empresa; em junho de 1970, tinham bloqueado estradas como protesto; dias depois, reocuparam a empresa por 16 dias, contra uma redução de pagamentos, inclusive, ocupando as salas da direção; em 1971-72, novas lutas contra demissões.

A democracia de base na Lip foi outra expressão da práxis autogestionária, herdada das lutas de 68, por exemplo, um 'comitê de ação', com não sindicalizados, ao lado das 'seções sindicais' da CFDT e da CGT; assembleias gerais, trabalhos em grupo, divulgação de informações. O impulso maior à luta veio da 'seção sindical empresa' –CFDT, em que se destacou a liderança de Charles PIAGET, militante da ACO e do PSUF.

Os dirigentes nacionais da FGM, acompanharam diretamente a luta: R. Briesch ficou um mês em Besançon; Alfred MUTET* e J. CHERÉQUE, coordenaram o trabalho na FGM.

Em síntese, podemos afirmar que o caráter exemplar da greve da Lip está no fato de que os trabalhadores concentraram em suas lutas todas as formas de ação novas que tinham surgido, sobretudo, após 1968: sequestro, ocupação, movimentar a empresa sem os patrões, gestão operária da produção e da luta, popularização, articulação através de marchas a outras regiões, etc.

O Contexto da modernização francesa

Na França, de 1960 a 1968 a media anual de aumento de preços foi entre 3,5-4%; nos anos 1969-73, esta média foi multiplicada por dois (6 a 8%) e, em 1973, dobrou mais uma vez (15%). De 1969-73, o crescimento foi sustentado pelo

desenvolvimento do consumo e das trocas externas além de um forte crescimento dos investimentos. O patrono falava, então, de um crescimento 'a japonesa' centrado na indústria devido a eliminação de empresas medias e pequenas. O Governo começa um processo de 'reestruturação' das empresas. Os investimentos e os aumentos de salário são financiados pela inflação.

Nessa metade dos 60, o país tinha alcançado um nível de prosperidade sem precedentes, parecendo que o país estaria fora do alcance de quaisquer crises sociais. A moeda estava sólida e o crescimento anual era de 5%. As guerras coloniais tinham acabado. Num período de 20 anos, houve uma mudança de época. Toda uma imagem do país sofria mudanças formidáveis. A da "Dulce france", com suas vilas e sinos, mudava radicalmente. Todavia, continuava presente na educação. Coexistiam temporalidades distintas. As classes sociais e a desigualdade permaneciam.

A França conseguia acompanhar a 'segunda revolução' industrial, com a industrialização e a urbanização; ocorre uma melhora global da condição operária, com o desenvolvimento da produção e do consumo e da redistribuição alicerçados pelo "Estado providencia". Acabava o êxodo rural e os centos urbanos se desenvolviam. Assim, os modos de vida e de estruturação das classes mudaram.

Esta modernização traz junto uma crise de ideias e de valores da ação política: a aparente satisfação geral e o conformismo mascaram uma vida vazia, com o consumismo e o 'mal estar' das metrópoles. J. Le Gouff assinala que

> O fenômeno marcante destes anos é a emergência de novas camadas ditas intermediarias (entre a burguesia e a classe operária). As camadas medias tradicionais (camponeses, artesãos e pequeno-comerciantes) desaparecem, enquanto outras emergem. O setor terciário progride e emprega a maioria das mulheres que trabalham. Aos empregados somam-se os quadros superiores e médios, os técnicos, os profissionais liberais em plena expansão.

Em 1962, mais de 7 ativos entre 10 são assalariados e o emprego feminino cresce. Os operários ainda continuam a classe mais numerosa, mesmo que diminua em relação a outras categorias de assalariados que, em 1962 eram de 6,6 milhões e, em 1968, eram de 7,3 milhões. NO após Guerra houve uma recomposição: os

operários pouco ou não qualificados eram maioria, pois, o 'taylorismo' favorecia o desenvolvimento da categoria dos OS ("ouvriers especialisés), não qualificados, vindos do campou de outros países (Portugal, Espanha, Magreb). Os jovens, as mulheres, os imigrantes formavam a maioria. Ao mesmo tempo, aumenta a categoria de operários qualificados e dos contramestres, e os 'operários de colarinho branco" (técnicos, engenheiros de produção, desenhistas industriais, etc).

Este progresso diz respeito a vida cotidiana: a estrutura de consumo muda; maquinas de lavar, refrigeradores, automóveis e televisão são símbolos da mutação, que traz junto uma 'desumanização' das relações pessoais e o anonimato característico da "multidão solitária" de David Riesman. Um 'novo conformismo de massa' se instala no país.

Os sociólogos do trabalho assinalam que as lutas reivindicativas dos sindicatos deveriam evoluir para aspectos mais qualitativos do estatuto dos trabalhadores, o controle do poder e a gestão nas empresas.

O ramo da relejoaria

A partir das lições extraídas da crise de 1921-22, os patrões do setor da relojoaria se reagrupam e criam a Federação da relojoaria. Em 1926, as fábricas que produzem os esboços se federam e formam a "Ebauchés AS". Em 1931, fundam uma sociedade holding a ASUAG (Sociedade geral da relojoaria Suíça). Em 1967, Ebauches SA entra no capital da Lip com 33% das partes. Com o tempo, controlaria a fábrica.

Com a crise do petróleo, o emprego paga os custos da política anti-inflação. No período de crescimento da criação de empregos, o número de desempregados aumentou de 100.000. Com o aprofundamento da crise a partir de 1974, em final de 1977 o numero de desempregados atinge 1,2 milhões. Em 1975, a estagnação atinge o país.

Em relação a 1969-70, o ano de 1971 e os que se seguem são marcados pela combatividade dos trabalhadores. Diversas greves de longa duração ocorrem em diversos setores: "Joint Français" de 13 de março a 9 de maio; "Nouvelles galeries" de Thionville, do 13 abril ao 26 junho 1972; greves nos Bancos na primavera de 1974 (de 4 a 8

semanas), greves nos correios em 1974. Apenas para 1971, ocorrem 260 conflitos, das quais 18% duraram mais de 7 dias.

No pós 1968, o fenômeno novo não é a longa duração das greves, mas o recurso a ações reprovadas pela lei: ocupação dos locais de trabalho, sequestros, etc. Se não são formas novas de luta, todavia, a ocorrência em varias empresas no mesmo período, é um fato novo.

Os trabalhadores reagem a violência patronal: por exemplo, a direção da REUNAULT, em Saint-Etienne, em abril de 1973, forma um comando que entre na fábrica ocupada, agride os operários e sequestra as fichas técnicas para prosseguir a produção em outro local. A 'União das indústrias metalúrgicas e mineiras" cria um 'fundo de greve' para se defender das greves.

Muitos trabalhadores se beneficiaram da expansão econômica do período 1969-73; fenômeno que trouxe uma disparidade de remuneração e uma deterioração das condições de trabalho (aumento das cadencias, etc.). As trabalhadoras de "Joint Français" em Saint-Brieuc (Bretanha) desencadeiam uma greve que durou 57 dias, tendo um enorme solidariedade da população da região. Nas 29 magazines do trust "Nouvelles Galeries", as jovens trabalhadoras realizam uma greve que contou com a solidariedade de vários 'comitês de apoio'.

Muitos destes conflitos têm como atores os trabalhadores imigrantes, por exemplo, em Lyon 1972: algerianos, marroquinos e tunisianos entram em greve no trust "Penarroya", com duração de 32 dias. Mulheres, jovens, camponeses, imigrantes marcam as novas lutas.

As lutas pelo emprego

Neste contexto, a partir de 1974, os conflitos pela manutenção do emprego crescem. Os conflitos sobre o eixo do emprego marcam os anos 1974-77 e se caracterizam pela sua duração. Em julho 1976, houve 5 conflitos que duraram mais de 16 meses, 11 de 12 a 14 meses, 12 de 8 a 10 meses, 11 de 4 a 7 meses. Mas é a partir da greve na Lip que o fenômeno chamou a atenção.

A originalidade dos métodos de luta tem por marca a 'ocupação das fábricas' e manter um nível de produção para assegurar um complemento de renda para prosseguir a luta e, para manifestar simbolicamente que os operários são capazes de produzir

sem patrão e de organizar o trabalho segundo suas ideias. A venda dos seus produtos, ficou conhecida como "vendas selvagens", e, o pagamento dos trabalhadores nestas empresas, chama-se "pagamento operário". As duas centrais, CGT e CFDT, em 1974 articulam uma manifestação sob a Torre Eiffel com milhares de jovens trabalhadores representando 450 empresas em luta.

O mérito dos operários da Lip de Besançon, está no uso de métodos originais em condições difíceis, pois se tratou de lutar contra a liquidação da fábrica, através da ocupação de uma empresa em falência. Charles Piaget afirma que "Na Lip, após o maio 68, fomos mais audazes!". Piaget reconhece que "o gérmen de 73 está em 1970":

> A luta que conduzimos em abril de 1973 foi o pico de uma serie de outras lutas[...]. O conflito tal qual ocorre hoje só foi possível porque houve Maio de 68. Ele seria impossível nos anos 60[...] Ele nasceu dessa potente onda de fundo do movimento operário. Em Maio de 68, alguns redescobriram, outros descobriram, como para mim, as formas de combate que não eram mais utilizadas depois muito tempo: a greve com ocupação de fábrica, a greve ativa, com a participação efetiva de um grande numero de trabalhadores, a elaboração das reivindicações feitas pelos próprios trabalhadores. Descobrimos ou redescobrimos as assembleias gerais cotidianas, soberanas nas tomadas de decisão, o comitê de greve ativa. Maio 68 foi uma boa escola.

A ocupação da fábrica

Em um primeiro momento, a luta foi caracterizada pelo caráter revolucionário de massa. Os operários tomavam consciência do grande contraste entre seu trabalho e a destruição das forças de produção operada pelo capitalismo. Desde as primeiras inquietações frente as demissões repentinas de trabalhadores, a decisão de reduzir os ritmos de produção como forma de protesto contra a venda da Lip, em 1967, ao monopólio "Ebauches S.A."(grupo suíço do trust multinacional ASUAG, que controla 10 grupos financeiros); a rebelião de massa quando não receberam os salários e os administradores provisórios não davam respostas sobre o futuro da fábrica.

A Ebauches tem 26 sociedades e fábricas com produção de peças de relógios. Tinha por objetivo o controle da Lip: os capitalistas suíços tinham um mercado mínimo na França de 500.000 relógios por ano; enquanto na Inglaterra vendiam 6 milhões anuais; assim, queriam conquistar o mercado francês, através da melhor fábrica existente: Lip.

Fred Lip torna-se acionista da Ebauches e monta uma nova fábrica de montagem de relógios: a ELECTRA, com todo o equipamento e estrutura da Lip; é uma operação para destruir a fábrica, e abrir a falência.

A produção vai se modificando: a Lip produz sempre menos peças para montagem de seus relógios: em 1967 fábrica 67% dos relógios; em 1972 apenas 49%. Todavia, a Lip tinha um ciclo integral de produção: da peça simples ao relógio inteiro; assim, decidiu-se pela 'reestruturação' da Lip: esta se limitaria a montar para França peças produzidas em outros locais. A conquista do mercado francês, aumentaria a disputa pela concorrência coma produção dos americanos e japoneses na Europa. A EBAUCHES, portanto, insere-se no novo campo de repartição da mais-valia em nível mundial.

A produção de relógios tinha a característica de constantes crises. O monopólio do setor, para aumentar sua taxa de lucro, recorre a concentrações, destruindo o artesanato e as fábricas pequenas. Só na França, em 10 anos foram destruídas 70 empresas do setor.

Na luta feroz pelo mercado mundial, a EBAUCHES tinha destruído varias fábricas. Na Lip, sua participação passou dos 33% para os 56%. A gestão da empresa se fazia cada vez com mais violência e se preparava a futura 'reestruturação', ameaçando os 1.200 operários da Lip.

Fred Lip, minoritário, pede demissão e deixa o lugar para os patrões da ebauches AS, que, com apenas 4 meses depois, solicitam ao tribunal do Comércio a falência da Lip.

A classe operária da região onde fica Besançon, é muito original. A história da classe operária de Franche-Comte é marcada pela combinação de influências proudhonianas, anarco-sindicalistas, socialistas, comunistas e social-cristã. Os 'lippianos' tinham uma forte tradição de luta: em 1968,os trabalhadores tinham ocupado a Lip; em 1970, bloquearam as estradas como protesto, porque os patrões queriam reduzir a participação assistencial; logo depois, ocuparam outra vez a fábrica por 16 dias, contra uma redução de pagamento; em 1971 e 72,mais uma vez lutaram contra demissões.

Na fábrica Lip de Besançon-Palente, a seção sindical CFDT é uma das mais combativas da Central. Viveu a mudança da CFDT, preparada pelo grupo "Reconstrução", foi estimulada pelo Maio 68 e pela chegada de jovens militantes entusiasmados, ativistas sindicais. Seus militantes estão sob a influência do PSU, onde existem todas as tendências da época: socialdemocracia de esquerda, marxistas críticos, maoístas, trotskistas, etc.

Em 1973, em Asnières houve uma Conferência Operária reagrupando militantes de empresas, filiados ao PSU, Luta Operária e AMR. Nesta Conferência, Charles Piaget, responsável CFDT na Lip e militante do PSU, colocou a questão: diante da proposta de reestruturação da Lip, o que fazer? Que ação desenvolver? Ocupar a fábrica, e depois? Alguns militantes propuseram a 'greve ativa' de 1968 e, a autogestão social generalizada.

Em 17 de abril, o Tribunal do Comercio designa 2 administradores judiciais. No dia 27 de abril, 1.000 trabalhadores da Lip desfilam nas ruas até a Prefeitura. No dia 12 de maio, é criado o "Comitê de Apoio a Lip", com a CGT, a CFDT, o PCF, o PSF, o PSU, Luta Operária, Liga Comunista, a JOC, o MRJC e a JC. O bispo e as 4 lojas maçônicas de Besançon apoiam publicamente os trabalhadores. Por exemplo: no 15 de junho, na manifestação de 15.000 trabalhadores, o arcebispo fala em frente a Igreja São Pedro, junto com os delegados sindicais. O caráter social da Igreja abre também as portas para um luta com apoio da população.

Assim, começou a luta dos trabalhadores

Em 25 e 26 de abril 1973, manifestam frente a prefeitura de Besançon; no 10 de maio, bloqueiam as estradas que levam as 3 entradas da cidade, solidarizando-se com os caminhoneiros; a noite, vão ao consulado suíço; no dia seguinte, um cortejo de automóveis assedia a casa do deputado gaullista da região.

No dia 12 de maio, 200 operários vão a Suíça para uma manifestação frente a sede da Ebauches; voltaram a Suíça 2 semanas depois, para desfile junto com operários suíços, com cartazes defendendo "Contra a Europa dos trustes, solidariedade internacional de todos os trabalhadores". Em seguida, 500 operários vão a Paris manifestar-se frente a Embaixada Suíça. Organizam um comitê de apoio em nível nacional, para preparar uma grande

manifestação em Besançon.

No dia 12 de junho 1973, os operários tomam os escritórios, sequestram os administradores e acham em suas pastas os planos de centenas de demissões: Lip, fábrica de relógios de qualidade seria fechada, só ficando a marca para o uso do monopólio suíço. Neste mesmo dia 12 junho, os operários ocupam a fábrica; queriam justiça e manter os postos de trabalho. Adotaram o 'slogan' "Lip, Lip vencerá!".

Em 15 de junho, houve uma manifestação popular de solidariedade. A polícia atacou e os operários se defenderam. Surgiu a proposta de continuar a produção de relógios na fábrica ocupada, para venda e pagamento de salários. Dos 1.150 relógios produzidos no primeiro dia da ocupação, venderam imediatamente 454 relógios. Neste dia 15, a manifestação tem mais de 100.000 pessoas que desfilaram durante 3 horas em Besançon.

Em assembleia, no 18 de junho, na fábrica ocupada, os trabalhadores decidem por: retomar a fábrica e produzir; criar comissões e, um comitê de ação. As palavras de um padre, conduz a que os não sindicalizados integrem este comitê.

Dias depois, uma delegação visitou a Renault-Bilancourt: distribuíram todos os 'volantes' e, em plena praça, os operários das duas empresas se solidarizavam, se abraçavam, cantavam músicas regionais. Compravam os relógios. Muito significativo é o telegrama enviado pela seção sindical da CFDT-RENAULT:

> A CFDT-Renault protesta vigorosamente contra a agressão da força policial contra a fábrica Lip... Esta miserável ação mostra a incapacidade do regime atual para responder as reivindicações dos trabalhadores, a não ser com a força.Com isto, o estado demonstra, uma vez mais, não passar de um aparato ao serviço da classe dominante e que o seu papel essencial consiste na manutenção da ordem social existente, com todos os meios que detém : administração, justiça, força policial. E m tal contexto, a luta dos operários da Lip, por sua força dinâmica e por sua combatividade, mostra o caminho para toda classe operária. Esta luta põe em questão o próprio domínio patronal. De outra parte, mostra nos fatos a capacidade da classe operária de gerir sua própria vida.
> Os trabalhadores da Renault se sentem parte desta luta, devem também lutar contra a reestruturação capitalista, que se expressa para eles no aumento dos ritmos, na continua degradação das condições de trabalho e no crescimento da

> repressão no interior da fábrica. Seguramente, a futura luta da Renault se inspirará largamente na forma de luta indicada pelos companheiros da Lip.
> Não obstante, o atual fechamento (chiusura estiva) da fábrica Renault, a CFDT-SRTA empenha-se em organizar, para assegurar a Lip a solidariedade concreta dos trabalhadores da Renault.
> Lip-Renault, mesma luta!

Eis as palavras de um metalúrgico da Renault:

> Para mim comprar um relógio é mais que um apoio financeiro, é também um apoio moral. É ajudar uma coisa formidável que está acontecendo, e que é maior que as clássicas reivindicações sindicais. Dos operários que têm posto em funcionamento uma fábrica, e que vendem o seu produto; é muito mais que uma luta por questões materiais.

A Seção Sindical-CFDT e o Comitê de Ação, divulgam um manifesto:

> Dizemos Não ao capitalismo internacional.
> Dizemos Não aos poderes públicos, que desejam desmantelar a Lip e organiza-la segundo os seus interesses.
> Dizemos Não a política da direção, que por 3 anos nos tem enganado, que assegurou que tudo iria se resolver, enquanto preparava em segredo o golpe de mão.
> Dizemos Não á intolerável situação dos trabalhadores, os quais, após 3 meses de luta, ignoram ainda qual será a sua sorte.
> Exigimos a sobrevivência da fábrica, a garantia do posto de trabalho, a possibilidade para os trabalhadores de educar seus próprios filhos com dignidade, sem temer continuamente pelos seus futuros.
> Por tudo isto, estamos prontos a lutar até o fim, crentes que nossa luta serve para defender nossos interesses fundamentais, como os de todos os trabalhadores.
> Esta luta demonstra de fato que "uma outra sociedade é possível, uma sociedade igualitária em que os trabalhadores cuidarão de seus próprios interesses". Se o poder não liquidou nossa experiência, é por que sabe que muitos estão do nosso lado, por que sabe que uma enorme corrente de solidariedade se desenvolverá nas próximas semanas e se expressará em assembleias, comícios, delegações, etc.

> A luta da Lip diz respeito a todos os trabalhadores. O governo e os patrões devem convencer-se que, se tocarem na Lip, a resposta operária será massiva". (Besançon, 6 julho 1973)

Semanas depois, chegavam a Besançon centenas de camponeses para se manifestarem contra o parasitismo e as péssimas condições no campo. No centro da cidade, vendiam aos trabalhadores de Besançon seus queijos a "preço político"; por sua parte, os operários da Lip, vendiam seus relógios.

Em assembleia na fábrica, os operários se organizaram em comissões: a que se ocupava da comunicação de massa: volantes circulavam pela cidade; participaram do "Tour de France", sendo que, as noites faziam assembleias em sindicatos para explicar a luta. Ao passo que a TV falava de desmobilização da luta, a comissão de massa, redigiu um volante para cidade de Besançon: "Os operários da Lip são como vocês, são homens e mulheres como vocês que lutam pelo trabalho". A mídia fala que os "trabalhadores recebem para nada fazer". Em Besançon se lança uma pesquisa para saber a ideias dos trabalhadores sobre a luta. Um volante com 20.000 copias foi, então, distribuído para explicar a luta. Contatos telefônicos são feitos com todo o país para difundir o conteúdo do Boletim "Lip Unité". Surgem novos "comitês pela vitória dos operários da Lip". O "Lip Unité" tinha tiragem de 30.000 cópias, com uma difusão superior a esta cifra. Era sustentado financeiramente pelos próprios trabalhadores

O apoio popular!

Em um segundo momento a luta foi caracterizada pela resposta dos operários a contradição com a população, pelo rompimento da 'paz social'. LIP é uma fábrica de província, uma grande fábrica de 1.300 trabalhadores, que são pessoas simples, dedicadas as famílias. A ocupação e seus derivados, abrem contradições entre os trabalhadores e os técnicos, entre os operários e as operárias, entre os trabalhadores e os familiares fora da fábrica, entre os antigos sindicalistas e os jovens rebeldes, entre os operários e a cidade, que considera "os Lip" como privilegiados, entre os operários e os camponeses.

Todavia, com a evolução da greve, mulheres e crianças participaram das lutas. Na Lip havia mais mulheres que homens

(60% de mulheres).Uma operária afirma: “Os meus filhos estão de férias, vou dedicar-me à propaganda da luta”. Afirma que participou da marcha até a cidade de Angers, onde lhe perguntaram qual o papel da mulher na luta da Lip; explicou toda a luta para uma assembleia de 600 pessoas e que foi muito aplaudida. Outra operária, de 60 anos, expressa o sentimento dominante entre os trabalhadores:

> Não tenho escrúpulo em dizer que o direito á propriedade é a base da nossa sociedade, da nossa civilização que tem o sistema capitalista como motor. Para mim, a propriedade é isto que cada um tem construído com seu trabalho pessoal. Uma fábrica como a nossa, mais que centenária, representa o fruto do trabalho de todos os operários que nela trabalharam e não o bem privado do senhor Lip ou de um grupelho de capitalistas. E, os instrumentos de produção? É a mesma coisa, são de todos. Não me faça crer que foi Fred Lip que comprou toda a maquinaria da fábrica com o suor de seu rosto!

Assim, os sentimentos mais profundos de solidariedade e generosidade vieram das mulheres; ocorreu um grande processo de mudanças nas ‘estruturas de sentimentos’, rompendo uma grossa camada de opressão, fazendo emergir varias lideranças entre as mulheres. As mulheres afirmavam que “fora da Lip houve uma mudança no modo de viver”.

Os jovens eram os primeiros nas viagens para outras cidades e regiões, e nos espetáculos promovidos na cidade como forma de animação cultural em solidariedade a luta.

O desenvolvimento da ‘democracia operária’, com o Comitê de Ação – no início com 300 operários, composto por trabalhadores dos sindicatos CFDT, CGT e de não sindicalizado- a organização de comissões, a abertura da fábrica a todos os amigos da Lip, as viagens de propaganda, atuam sobre estas contradições no sentido de supera-las. “Se produz, se vende, se paga”, torna-se a palavra-de-ordem de unidade popular, junto com outros ‘slogans’: “a fábrica é dos trabalhadores”, “os operários podem dirigir tudo”, ‘a justiça é a dos trabalhadores’”.

Os trabalhadores se organizaram em varias comissões: comissão de produção, comissão de venda, comissão contra repressão, comissão de propaganda de massa, uma subcomissão de

cinema, comissão de esportes, comissão de acolhimento, comissão de solidariedade, comissão de imprensa, comissão animação, comissão alimentação (por exemplo, os camponeses do Lazarc enviaram 45 kg de queijo Roquefot), comissão de administração.

A comissão de vigilância, por exemplo, tinha por tarefa montar um esquema de controle, com turnos de vigilância, telefone para comunicação com a assembleia operária em caso de necessidade de mobilização, e um esquema de automóveis para, em caso de sequestro das maquinas pelos patrões, perseguir os "ladrões".

Piaget explica o esquema montado para caso de ocupação policial da fábrica: "Tomamos duas decisões: a primeira consistia em tirar peças e o material necessário à fábricação dos relógios; a segunda, deixar a fábrica sem condições de funcionar sem nós, para isto tirarmos peças vitais da maquinaria".

A repressão reage a unidade do povo de Besançon

No 14 de agosto, pela noite, 3.000 polícias assaltam a fábrica e o bairro popular de "Palente", desmobilizando a ocupação. Às 8 da manhã, 10.000 trabalhadores expulsam os políciais. Ocorre greves em quase todas as fábricas da região do Doubs na Franché-Comte, os correios e as estações de trem são bloqueadas. Os sindicatos chamam uma manifestação para a tarde deste dia, na qual participam 15.000 pessoas. Durante 5 dias houve confronto entre 4.000 pessoas e polícia.

Como resultado, 34 pessoas são condenadas. Começa a produção clandestina de relógios nos domicílios privados. A polícia busca identificar estes laboratórios privados para sequestrar os relógios, matéria prima e máquinas, mas não tem êxito: os laboratórios mudam continuamente de lugar. A população sustenta o movimento da Lip.

Como vimos, os operários ao saírem da fábrica levaram peças vitais da maquinaria. Assim, a produção de relógios passou para uma fábrica clandestina, onde trabalhavam operários voluntários, produzindo de 80 a 100 relógios por dia; os muros da fábrica estavam cobertos de manifestos satíricos, avisos e diretrizes de organização e paneis com centenas de telegramas de solidariedade. A "Comissão de Espetáculo" articula manifestações com artistas: Nos painéis da fábrica , aparece inscrita uma canção feita pelos próprios

operários , que se tornou símbolo da luta: “Lip, uma luta, uma esperança”, que foi cantada por uma cantora progressista (Claire).A última estrofe explicita claramente a luta dos ‘lippianos’:

> Agora os operários invadiram com uma ira justa,
> Para assegurar-se o pão cotidiano,
> De tudo se apropriaram. Girando a maquina, abrem os portões
> O que lhes dá segurança para os dias que virão.

Quando da ocupação policial, os trabalhadores e a população de Besançon, informados pela radio e pelos alto falantes do carro que atravessava a cidade, vieram manifestar a sua cólera e a sua solidariedade. Operários da RHODIA, trabalhadores dos Correios, chegavam em grupo ou em cortejo trabalhadores da Monnier, da Unimel, da Previdência Social, da Spirax, da Yéma, da Micromega, da Weil, chegam com cartazes com os nomes de suas fábricas. Os manifestantes se encontram na rua principal que conduz a fábrica.

Charles Piaget depõe sobre este momento:

> No 15 agosto houve greves ou interrupções de trabalho em todas as fábricas não fechadas para as férias. Em Besançon pararam 11 fábricas e 7 oficinas, entre muitas fábricas da região. A Agência France Presse fez greve de 2 horas em nível nacional, divulgando somente noticias sobre a Lip. Em outras cidades francesas, 37 fábricas metalúrgicas e 13 na indústria elétrica e do gás fizeram greve; 2 agencias de correio e 2 bancos também pararam, os eletricitários do Norte diminuíram a tensão em 2 Centrais elétricas. Os camponeses do Larzac pararam para divulgar a luta da Lip. Os ferroviários decidiram 1 hora de greve. Numerosas greves ocorreram também na Suíça.

Na China, Radio “Pequim Informa” exalta a luta da Lip.

Os camponeses do Lazarc enviaram 2 telegramas. Um deles dizia: “Aos trabalhadores da Lip, os camponeses do Lazarc, indignados pela invasão policial em vossa fábrica. Suspendemos a colheita para diminuirmos a circulação na rodovia nacional 9, e manifestar solidariedade militante. Nós venceremos. 14 agosto. Camponeses do Lazarc”. O outro telegrama declarava: “Aos trabalhadores da Lip. Conduzimos a mesma luta pela justiça, para que os trabalhadores sejam donos de suas vidas. Combatemos a

violência policial. Desejamos sucesso em vossa luta contra as demissões, o desmantelamento, pela ocupação. 16 agosto. Camponeses do Lazarc".

Os Ferroviários da Linha Paris-Lion organizaram um 'comitê de ação', que envia uma carta para os operários da Lip:

> Obrigado por tudo que têm feito por nós. Em um momento em que a luta da Lip atravessa um momento difícil, viemos lhes dar nossa máxima solidariedade. Solidariedade do nosso comitê de ação dos ferroviários da estação Paris-Lion CGT, CFDT e não sindicalizados. O comitê foi criado segundo o exemplo do Comitê de Ação-Lip, e tem como programa a união dos ferroviários e favorecer a mobilização. Graças aos 'lip', a sua coragem, as suas ideias que nos ajudaram a desenvolver a combatividade operária [...]. Até a vitória! 25 de Outubro.

A seção sindical CFDT da Renault envia um telegrama de protesto: "protestamos vigorosamente contra a agressão da força policial contra a fábrica Lip [...]. A luta dos operários da Lip, pela sua força e sua dinâmica e combatividade, mostra o caminho para toda a classe operária. Lip-Renault mesma luta!".

No bairro operário de Palente, via-se um cartaz indicando de uma parte "Lip-caserna", de outra parte "Nova Lip-Fábrica Jean Zay"; a poucos metros de distância está uma fábrica da outra, uma ocupada pela polícia e a 'nova fábrica' dos trabalhadores, cedida pela comuna de Besançon. Não se produz nesta fábrica, mas, os trabalhadores dizem "A fábrica é onde estão os operários", porque na fábrica são as pessoas que contam e não as maquinas. No muro externo da fábrica havia uma faixa onde estava escrito: "è possível produzir, vender e pagar salários".

Uma delegação da Lip visita fábricas na Itália: a FIAT de Miraflores- Turim, onde se reúnem em assembleia de 1 hora com o Conselho de fábrica; no Sul, visitam a COMEC, de Catania, ocupada pelos operários. Esta visita à Itália, foi retribuída por uma delegação de trabalhadores de Turim que visitaram Besançon. Na visita a Milão, formulou-se uma mensagem:

> Hoje, da experiência de produção, do ódio ao Imperialismo e aos parasitas, os operários apresentam a capacidade de dirigir; após terem gerido a Lip, se pode gerir um Estado. Após termos gerido um Estado, é necessário desenvolver a edificação do partido; e todo o povo, intelectuais, mulheres, jovens, camponeses,

identificarão nesta vontade operária de gerir o Estado a sua verdadeira razão de unidade.

Em uma manhã, no cinema 'Lux" (local das assembleias), reuniram-se mil pessoas, incluindo a delegação de trabalhadores italianos. Charles Piaget falou da luta da empresa "Kelton" (grande fábrica de relógios de Besançon, de capital norte-americano) que foi ocupada pelos operários. Uma operária italiana da "FEDA" (fábrica de vestuário de Cinisello, ocupada pelas 35 operárias durante 3 meses), é apresentada a assembleia como operária da "mini-Lip italiana", foi ovacionada pelos trabalhadores. Um operário anuncia a aquisição de um stock de roupas da "FEDA" para os trabalhadores da Lip, novos aplausos! Apos a assembleia todos marcham 10 kms em direção a montanha para um almoço de solidariedade, após o qual, cantam, bailam e terminam a festa com a "Internacional"!

A montanha de Château-Farine está repleta de gente e de bandeiras vermelhas; a palavra-de-ordem: "Todos pela Lip, a Lip por todos"!

A Solidariedade Internacional!

Em um terceiro momento, a caracterização da luta está na autonomia crescente, em que os operários críticam o acordo feito pelas centrais sindicais: a CGT aceitava 160 demissões, e, a CFDT também propôs um plano de reabertura da fábrica não aceito pelos operários.

Em outras regiões da França, como no Lazarc, os camponeses protestam contra o serviço militar imposto pelo governo; ocorre uma marcha de outros 100.000 operários e trabalhadores vindos de todas as regiões do país.

Assim, os operários da LIP lutam não apenas contra o desemprego, mas pelos operários de outras fábricas em luta e, pelos camponeses; testemunham com o exemplo de uma parte de seus salários que doam em favor de outras fábricas em luta.

Uma delegação visitou fábricas da Itália: o 'conselho operário' da FIAT, em Turim; a fábrica "Comec",ocupada pelos trabalhadores da Catania; nas fábricas em Milão. Os trabalhadores de Turim são os primeiros a visitar a Lip. Lip recebia centenas de telegramas e de letras de comitês de fábrica de vários países. 2.000 mulheres e

crianças fizeram uma passeata atravessando o centro de Besançon.

Toda a cidade está fechada, as fábricas e as escolas não funcionam, a população está na praça central para solidarizar-se com a luta; na cidade ressoa a palavra-de-ordem: "Na Lip não se toca"! Nos cartazes que as crianças carregavam podia-se ler: "Não as demissões de papai e mamãe";" Pelo futuro dos nossos filhos, dos vossos filhos, todos conosco na luta"; Pão Lip para nossos filhos". Os trabalhadores de Besançon propõem uma *Conferência Nacional sobre a Ocupação*:

> Nós, trabalhadores da Lip, fazemos apelo, em conjunto com a CFDT, para termos uma Conferência nacional pelo Trabalho, em Besançon, nos dias 7,8 e 9 dezembro de 1973, visando o desenvolvimento da luta pelo trabalho e pela solidariedade efetiva com nossa luta. Os trabalhadores da Lip, a CFDT. (Besançon, 1973).

A fase final da luta: os acordos

No início de 1974, houve uma manifestação frente a fábrica ocupada pela polícia. Os administradores da falência da Lip tinham feito um acordo com a liquidação do setor de armamento da empresa SPEMELEC, que previa um contrato de venda do setor a empresa Arbel. A prefeitura de Besançon cedeu um espaço para Arbel, na "rue Violet", para instalar a maquinaria Lip para fábricação de armas.

Todavia, os trabalhadores do setor de armas recusaram o desmantelamento da Lip em solidariedade aos operários do setor de relógios. Assim, o boicote a Arbel tornou-se fundamental para os operários em luta. Significava estancar a política de desmembramento da fábrica e a divisão das frentes de luta. Os operários diziam: "Ocuparemos duas fábricas: a Palente e na rue Violet"!

Na assembleia geral da Lip, os operários queriam marchar ate a fábrica de armas e derrubar o edifício para impedir o inicio da produção bélica. No dia seguinte, ocorre a manifestação ate a rue Violet: vingam-se no teto, na porta, nas janelas; a polícia não se aproximou dos manifestantes.

Em 1973, os trabalhadores já tinham votado uma proposta de Acordo, o 'Plano Girard" (assessor do Ministro da Economia), que previa a retomada do trabalho mas com de 160 demissões. Em outubro do mesmo ano, no dia 11: os trabalhadores se reuniram e se

dividiram em uma dezena de grupos de trabalho, com 50 operários em cada grupo, para debater o "plano Girard."
No dia 12, a assembleia geral teve uma participação enorme: após seis meses de luta, 90% dos trabalhadores participaram. Votam duas propostas: "retomar o trabalho" ou "seguir a luta". Resultado: 17 abstenções; 174 pela volta ao trabalho; 626 para continuar a luta.

Nova fase da luta!

Para o acordo de 1974, a assembleia teve o seguinte resultado: 4 contra a volta ao trabalho; 14 abstenções e, 632 pela volta ao trabalho. Votaram um novo Acordo, diferente do "Plano Girard". Este Acordo com um grupo financeiro franco-suíço prevê a reabertura de todos os setores da fábrica, sem nenhuma demissão. Assim, pela primeira vez, uma fábrica destinada ao fechamento, declarada falida pelos órgãos governamentais, é reaberta graças a força dos trabalhadores e a solidariedade popular. Na Assembleia Geral, no 30 janeiro 1974, C. PIAGET declara que:

> Com o acordo os operários garantiram a base para continuar a luta: a pós um breve período de 'salário-desemprego', no primeiro de março serão readmitidos 300 trabalhadores, enquanto outros serão inscritos em um curso de formação nos ramos de necessidade da nova fábrica, com um salário práticamente igual a antiga base de pagamento. Destes, em julho, 200 serão readmitidos. Para os outros, há promessa de readmissão mas sem data definida.

Na Assembleia, os trabalhadores acham que nesta fase não há como avançar mais. Decide-se como se organizar para os próximos meses: novas comissões foram criadas: comissão de ocupação, comissão de propaganda de massa, comissão de animação. Portanto, os trabalhadores decidem manter a estrutura militante de luta, em condições de ligar os trabalhadores readmitidos com os que ficam em espera de admissão. Permanece o "Espírito da LIP"!

A sociedade europeia de relojoaria SEHEM sucede à LIP. Como vimos na fala de Piaget, é previsto uma capacitação acelerada para todos os trabalhadores. A evolução das readmissões ocorreu da

seguinte forma:

Até 11 de março 1974	114 trabalhadores são readmitidos
Até 8 de abril	297 trabalhadores readmitido
Até 17 de junho	447
Até 24 setembro	570 (restam de fora apenas 260)
Ate 8 novembro	699
Ate 15 dezembro	809
Ate março 1975	todos os trabalhadores foram readmitidos, isto é, 830

Todavia, a luta dos trabalhadores da Lip não estava acabada. Em fevereiro de 1976, o novo diretor parte de Besançon. Em 13 de Maio, a SEHEM é posta em liquidação e todos os trabalhadores são, outra vez, demitidos.

Em 1976 -1977: os operários de Palente recusam as ordens judiciais de liquidação dos síndicos; ocupam de novo a fábrica, retomam a produção e as vendas 'selvagens' de relógios. Varias Comissões são criadas para manter os instrumentos de trabalho e o pessoal. Assim, a LIP, finalmente, busca a solução da Cooperativa.

Anos 1980: a "Comunidade Lip"

Nos dias 23 a 30 de março 1980 os lipianos deixaram a fábrica de Palente, após 20 anos de trabalho neste bairro de Besançon. Em setembro de 1979, O Governo tirou toda possibilidade de ajuda financeira a Lip, a não ser que deixassem a fábrica de Palente. Em Outubro do mesmo ano, os trabalhadores decidiram sair do local. Alugaram uma outra fábrica, cedida pela Câmara do Comercio e a Prefeitura.

Contudo, não era o fim do combate dos trabalhadores da Lip. Criaram, então, outras empresas, tipo SCOP (Sociedade de Cooperativas de Produção), localizadas em um mesmo bairro, constituindo a "Comunidade Lip".

A primeira Cooperativa, "As Indústrias de palente", aparece em novembro 1979, reagrupando as atividades de relojoaria e de mecânica.Com 175 trabalhadores.

- A SCOP-LIP(Industrias de Palente); foi comprada por outras empresas em 1988.
- A SCOP- C.A.P. (Comissões Artesanais de Palente), com 26 trabalhadores;

- O Restaurante ("No Caminho de Palente"), com 7 operários; funcionou até agosto de 1985.
- O CLEF (Coletivo de relações, estudos e formação), para promover atividades formativas, e "turismo social";
-A SCEIP (Serviço Consultoria Estudos Industriais-Promoção), no centro de Besançon - funcionou ate 1986;
-A Gráfica ("La Liliputienne");funcionou até 1993;
- A AAL ("Associação dos Amigos de LIP");
-LIP – UNITÉ (Jornal dos Trabalhadores e da Seção Sindical CFDT da LIP").

Foi criado um 'fundo de solidariedade' para estas cooperativas. Vários trabalhadores preferiram não permanecer nas cooperativas

Uma SCOP, é uma sociedade comercial, cuja originalidade reside em que os trabalhadores são sócios majoritários da empresa detendo ao menos 51% do capital. Não obrigatório que todos os assalariados sejam associados. Como sócios, os trabalhadores decidem o conjunto das grandes orientações da empresa e escolhem seus líderes. Assim a originalidade de uma SCOP é que a propriedade é dos assalariados e não do capital.

Em 1987, a Cooperativa de Palente, deposita um balanço apresentando um déficit de mais de 10 milhões de francos. Dois anos antes, a Lip tinha abandonado a fábricação de relógios, que foi retomada pela empresa Kiplé do Doubs.

Em 1988, os ativos da SCOP "As Indústrias de Palente", foram cedidos pelo tribunal do Comércio de Besançon à uma Sociedade Anônima (Lip Précisions S.A.) . Este fato ocorre após 6 meses em que o balanço da Cooperativa chegou a um passivo de 25 milhões de francos. Neste momento, a Cooperativa "Indústrias de Palente" empregavam 95 operários em uma fábrica cedida em 1980 pela cidade de Besançon e pela Câmara de Comercio e Industria do Doubs.

Ainda em 1988, o novo espaço industrial do bairro Palente foi inaugurado. O espaço de Palente foi comprado pela prefeitura de Besançon e pela Câmara do Comercio e Industria do Doubs. Este espaço acolhe uma "Encubadora" ("pépiniére ") de empresas (cerca de 38 empresas).

‘Comunidade Lip’ e Solidarnosc, na Polônia

Em outubro de 1980, logo após o surgimento de Solidarnosc em agosto, Roland VITOT foi a Polônia, representando os trabalhadores da Lip. Em fevereiro de 1981, durante 11 dias, Jean Michel (de Lyon) e Cristhian Pigeard visitaram a Polônia. O número 25-25 do Boletim “Lip Unité” relata esta viagem.

Por que esta viagem? Após a viagem de Vitot, os ‘lipianos’ lançaram uma campanha de solidariedade com os operários da Polônia. Nesta segunda viagem, um objetivo era o de levar o material coletado e discutir o uso do dinheiro arrecadado. Participaram da viagem: Jean e Cristhian Pigeard, da Lip; Michel, de Lyon e um sindicalista da CFDT. Todavia, os trabalhadores da Lip conheciam as afinidades existentes com as lutas dos companheiros poloneses:

> Como trabalhadores da Lip e como homens nós nos sentimos profundamente interpelados por este grande movimento nascido em agosto de 80 em Gdansk... Como sindicalistas, nós nos sentimos igualmente interpelados... Como trabalhadores da Lip, certas convergências com o movimento polonês aprecem para nós, mesmo que de modo confuso... Olhar a experiência da Polônia através de nossa própria experiência. Descobri-la com nossos olhos de trabalhadores[...]

Os trabalhadores de Besançon doaram 1 megafone a “Solidarnosc” de Varsóvia; mais outro megafone a Solidarnosc de Cracovia; 2 maquinas de escrever a editora “NOVA”, próxima ao KOR*; 1 Gesteitner a Solidarnosc de Nowa-Huta. Os relatores da viagem falam do problema do ‘corporativismo’ nos sindicatos e como os poloneses atacam na prática este problema:

> Conhecemos a estrutura do sindicalismo francês: união local, departamental, regional, inter-profissional, etc., de um lado; sindicato profissional, etc., de um lado; sindicato da metalurgia, do têxtil, dos químicos, etc., de outro. De um lado, as ‘unidades plurais’ de articulação, do outro as ‘unidades específicas’ chamadas de ‘sindicatos de categorias’ e federações. No conjunto, encabeçados pela Confederação.
> Esta estruturação tem sua origem na história do sindicalismo francês, a do movimento operário e da situação específica de nosso país. Os poloneses não têm nem esta história nem essa situação. Para nos lembrar, exceto os ‘sindicatos oficiais’, ao

últimas tradições sindicais na Polônia remontam à 1939, data do surgimento do último "sindicato livre"! Portanto, os poloneses tiveram que reinventar.

Os trabalhadores poloneses privilegiam a seção sindical de base e de região. De um lado, a articulação específica no local de trabalho ou a unidade profissional, do outro, a articulação 'plural' no território regional. Entre os dois, não há espaço para um sindicalismo de categoria profissional. Reconhecem a necessidade de ações comuns e reflexões no interior de uma mesma categoria profissional (comitê), mas estas não justificam o corporativismo. O verdadeiro centro do sindicalismo polonês, sua alavanca e raízes, é a expressão na Região.

Estas questões nos conduzem à uma reflexão que nos permitirá esboçar uma COMPARAÇÃO com LIP. Com que comparar nossa fábrica antes de abril 73, data que marca o início do primeiro conflito? A "um universo fechado" como são todas as outras fábricas. Um mundo onde só são admitidas as pessoas que nela exercem sua atividade profissional. Um universo fechado, exta replica da divisão do trabalho, dos corporativismos culturais, sociais, intelectuais. Mundo das moradias isoladas sem rosto e da vida mecanizada. Triste realidade que compartilhamos com o Leste...

Ou, que fizemos em 73? Abrimos as portas da fábrica.

O que ocorreu neste momento? Saímos da fábrica, frequentemente.

Milhares de pessoas de todas as idades, de todas atividades profissionais e confessionais entraram na fábrica.

Nós saímos da fábrica: de inicio, em Besançon e na região para encontrar não apenas os trabalhadores da relojoaria, mas também os de outros ramos profissionais, das profissões liberais, etc.; depois, pouco a pouco, em toda a França (EM Todas as cidades de mais de 100.000 habitantes fôramos popularizar a luta).

Milhares de visitantes entraram na fábrica: relojoeiros, mecânicos, etc... igualmente trabalhadores químicos, textis, madeireiros, impressores, etc.; camponeses, estudantes, jornalistas, juristas, economistas, médicos, padres, aposentados, desempregados, etc. Pessoas de todas nacionalidades e culturas.

Por exemplo, no período do conflito 76-81, Lip acolheu representantes de mais de 100 nacionalidades). Mas, a saída dos LIP, como a entrada dos visitantes não devem ser analisadas do único

ponto de vista 'físico'. É infinitamente maior que isso. De fato, saindo como entrando, fazemos mais que aumentar o numero de ocupantes de um espaço. Modificamos cada um de nos em profundidade (em todo caso, cria-se esta possibilidade) e nas nossas concepções culturais, políticas, sindicais, éticas, etc.

A abertura das portas, favorecendo a troca, a comunicação, a relação, põe em presença sensibilidades, energias e ideias múltiplas que, em intercambiando uns com outros, num espírito de abertura, são fonte de novas possibilidades de ideias e de formas de ações novas. Isto é que é importante: é a existência, a dinâmica e o desenvolvimento de todos os movimentos socioculturais, éticos e religiosos, os movimentos comunitários que estão em jogo. O fechamento das portas significa o fim dos movimentos em uma fragmentação de seus membros ou de uma institucionalização esclerosada, se, as portas se abrem é a marcha para frente, o avanço coletivo e pessoal, o nascimento de uma sociedade mais fraterna, mais humana e mais justa.

Já dissemos que se deve desconfiar das comparações. A Polônia não é a LIP. De um lado, 36 milhões de poloneses, no Leste, em um sistema marxista, saído de uma cultura e de uma tradição específica, de outro 1.000 trabalhadores (em 73), no Oeste, em um sistema capitalista (ainda em expansão na época!) saído de uma tradição francesa e FranCHE-Comtoise.

Apesar destas diferenças, nos ousamos tentar uma comparação: a Polônia e LIP têm em comum a vontade 'de abrir as portas". As portas físicas que favorecem a troca e a comunicação dos seres, e mais ainda as portas 'metafisicas' que, permitindo o choque das ideias e das sensibilidades entre os espaços socioculturais e profissionais os mais diversos, estimulam a imaginação e a criação e por aí, favorecem o avanço pessoal e coletivo.

Temos igualmente em comum com os poloneses uma mesma interrogação sobre o futuro. È talvez a única relação em que temos uma pequena vantagem: como estruturar um movimento sem cair da armadilha de uma instituição esclerosada? Como conservar e estimular o sopro do início, aquele do élan (revolucionário e autos!) e construir a comunidade e a Sociedade? Como construir sua casa no tempo e evitar que ela se torne inabitável com o tempo? Como conciliar 'profetismo e gestão'? Os dois, são inconciliáveis?

Em outros termos, como 'estruturar' Solidariedade e evitar que se torne uma instituição burocratizada, ou mesmo 'recuperada'? Como "estruturar" LIP e evitar de construir uma empresa igual as

outras?

Dissemos que neste ponto levamos pequena vantagem. Sim, no sentido que nosso processo de estruturação começou depois de longo tempo (fim de 77, criação das empresas) e que, então, podemos tirar o máximo de ensinamentos. Não, no sentido em que os Poloneses parecem até o momento ter melhor respondido que nós a esta questão. Cada passo adiante de Solidarnosc testemunha uma preocupação constante de abertura, de comunicação entre os diversos parceiros sociais e outros (e mesmo parceiros políticos!) e de uma vontade de fazer o máximo para evitar a armadilha da 'institucionalização' (daí, o questionamento sobre os permanentes sindicais, por exemplo).

Na LIP, não soubemos sempre evitar estas armadilhas. As portas da fábrica têm a tendência à se refecharem e os demônios da 'normalização' pululam entre nós... Alguém nos dirá: "Vocês estão em um sistema que não permite!". Sem duvidas! Mas os poloneses estão em um outro sistema que também não lhes é favorável!

Alguns dirão: "É inútil querer mudar a Sociedade se não atacamos, de inicio, à natureza e a existência do Poder político". Respondemos (e nisto somos diferentes dos poloneses que não tem esperança de mudança médio prazo): "Sem duvidas!" Mas, acrescentamos: "É necessário, indispensável mesmo, mas insuficiente". A vitória eleitoral não nos trará o conhecimento e a realização instantâneos da autogestão...

Com os poloneses, dizemos: temos que fazer, desde agora, tudo o que for possível. Realizar 'o possível, todo o possível". O que nos construímos hoje constitui os fundamentos, as bases da sociedade de amanhã. E sabemos que não existe construção durável sem fundamentos sólidos...

Apoiado por todo o povo, Solidarnosc está realizando este programa. Dizemos –talvez - pois não podemos fazer abstração do contexto geopolítico Polonês, nem das recuperações possíveis do Poder e do esvaziamento e da erosão que acompanham fatalmente a evolução de todos os grandes movimentos históricos, mesmo os mais generosos. Ao menos, e este é o sinal mais positivo, Solidarnosc, 10 meses após sua criação, não parece se esvaziar. Continua sendo, como desde sua origem, um movimento de mulheres e de homens "de cabeças erguidas, em pé".

O que nos faltou, na LIP, foi mais uma popularização e um

apoio massivo que a falta de "outras Lip". Não no sentido de Lip seria um modelo para outras fábricas, mas no sentido de que faltou outros movimentos profundos e duráveis, nas esferas mais diversificadas da vida cultural, ética, social, política, etc., e isto entre as camadas mais diversificadas da população. Só a profusão destes movimentos, seu encontro em profundidade teria permitido a cada um de se confortar duravelmente e de lançar as bases de uma verdadeira mudança social, de uma outra forma de organização da vida.

As experiências, os movimentos muito isolados como o nosso são fatalmente levados à defensiva e correm o risco grave de fracasso, que termina pelo desvio ou pela normalização.

Todas as questões essenciais que discutimos na Lip, são exatamente as que encontramos na Polônia, no movimento Solidarnosc. Apenas se põem em escalas diferentes: uma pequena comunidade com 8 anos de luta na Lip; um território de 36 milhões de pessoas em luta após apenas 1 ano na Polônia. Dito isto, qualitativamente, a convergência das preocupações, a similitude do caminho profundo permite traduzir LIP em polonês e vice-versa.

A autogestão é relacionada geralmente à uma técnica de bom funcionamento, que assegura a participação de todos, em vista de resolução dos interesses de cada um. Esta visão restrita é muito perigosa, pois permite a aceitação de qualquer coisa, deixando de lado a questão da finalidade, não importa qual tipo de egoísmo individual ou de grupo. E LIP e a Polônia nos questionam neste aspecto: nelas se organiza o Sentido, a Visão da existência social e a Esperança na unificação humana.

Tanto em LIP quanto na Polônia, redescobrimos a significação original e profunda da palavra economia: a construção da casa, a edificação da moradia. A casa é, seguramente, o local da tranquilidade indispensável e prazerosa, frente à incerteza angustiante do mundo, do meio ambiente. Mas também, e sobretudo, a casa, é o espaço da presença humana, do acolho possível, da hospitalidade do estrangeiro".

O que na LIP chamamos 'Comunidade', é o mesmo que os poloneses chamam a Solidariedade, que corresponde a emergência de espaços sociais múltiplos onde o homem é verdadeiramente presente diante do próprio homem. É esta proximidade humana que nos esforçamos de assumir a 8 anos, que os poloneses vivem fora de um regime estatal. A Polônia, LIP: dois espaços ardentes na periferia dos grandes blocos; de um lado, nas margens do Império soviético, do outro lado, nas margens dos grandes centros industriais e

administrativos.

Dito isto, a verdade consiste em reconhecer que após 8 anos, nos estamos acossados consideravelmente na Lip, nos temos grandes dificuldades para viver nesta comunidade humana isolada. O risco que ameaça, é que nossa coletividade se esvazie, perca suas forças vivas, ao assimilar progressivamente o ambiente individualista e a-social. Para resistir a isto, deveria desde agora, 2 espaços,3espaços,10,100 espaços se desenvolvendo no território francês e europeu, que estes espaços e locais teçam relações entre eles, se federem depois. Partindo da periferia, LIP não pode sobreviver de forma marginal. O LARZAC tem sido para nós um espaço de solidariedade de grande importância. Pensamos que, como nós, a comunidade camponesa deve se sentir terrivelmente isolada.

Mas, então, esta floração de espaço e locais múltiplos, não é um sonho vão e utópico? Nós não podemos responder. Simplesmente, uma evidencia deve ser repetida: É a utopia concreta que, na LIP, foi realista; é esta utopia concreta, portadora de Esperança, que permitiu que o impossível se torne possível, e que vivem hoje, e apesar de tudo, 7 cooperativas e associações. Victor Hugo chamou a utopia de 'a verdade de amanhã'. Como um eco, LIP pode afirmar em 1977: "LIP, já é amanhã" ...

Concluindo,

> Para nós, esta viagem a Polônia foi a ocasião de nos 'reencontrarmos' no contato da loucura criadora, de mergulharmos nas fontes da impulsão solidária, do élan comunitário. E, reencontramos o gosto já conhecido m um passado próximo [...] É assim que se torna possível renascermos juntos. E, incorrigíveis, nós pensamos: que a Europa se levante "do Atlântico ao Oural", e que a Solidariedade tome conta do espírito dos povos!

No contexto da viagem a Polônia, a Associação dos Amigos da LIP, organizou um Seminário de reflexão de 3 dias, com 40 participantes:

- uma dezena de poloneses convidados, intelectuais e operários, todos engajados no movimento Solidarnosc:
- um grupo de trabalhadores da LIP e amigos próximos;
- vários intelectuais franceses que foram 'sensibilizados" por LIP e pela Polônia.

O encontro será na própria LIP e tem como reflexão os temas:
- os fundamentos culturais do social;
- como pensar uma economia ética.

A luta dos 'lippianos' colocou a possibilidade da existência de um movimento com base em 'Conselhos Operários', pela primeira vez na França do pós-guerra.

Bélgica: ocupação de empresas e autogestão

Na Bélgica as lutas autogestionárias ocorreram na década de 70. Em um primeiro período, até 1974, a autogestão foi sobretudo ponto de cristalização da radicalização operária. Nos anos 1973-75, a ideia aparece em algumas lutas, sobretudo, contra o fechamento de empresas. Com a crise econômica de longa duração, após 1981, a ideia desapareceu do universo operário.

Todavia, nos anos 60, a FGTB se pronunciou pelo "controle operário" A CSC, por sua vez, identifica a empresa e o trabalho com os dois principais locais de alienação.

Nos anos 70, a questão da 'reforma da empresa' tomou novo rumo, sobretudo, após a revolta estudantil de 1968.Os trabalhadores passaram, então, a questionar a integração dos sindicatos ao sistema. Uma onda de protestos teve 3 consequências importantes:

1- pôs a empresa no coração do debate sindical;

2- o espírito de contestação trouxe uma radicalização do sindicalismo, centrada no espírito da autogestão;

3- novas formas de ação foram realizadas, principalmente, a ocupação de fábricas e algumas experiências de autogestão.

Em 1971, ambas centrais, A CSC e a FGTB se pronunciam pro 'controle operário' e pela autogestão. A principal fonte de inspiração foi a experiência da Iugoslávia. Em 1969, uma delegação sindical visitou esse país, e também as experiências da Itália. Tinham contato permanente com a CFDT.

Nesta perspectiva, a Fundação "André Renard", organizou em Liegé um Seminário intitulado "Controle Operário e Autogestão".

A partir de 1970 a onda de greves introduziu novos tipos de ação, a ocupação de empresas e a produção em autogestão. Por exemplo:
- Michelin em St. Pietersleeuw em 1970;
- ACEC em Gand e Charleroi em 1973;

- RPB em Anvers em 1978;
- Fabelta Tubize, em 1980.

Estas ocupações ocorreram na Walonia a partir de 1970 e 1973. Experiências europeias como a "LIP" na França, e outras nos países baixos serviram de exemplo. Foram sobretudo lutas para preservar emprego.

Algumas levaram à autogestão na produção. Na fábrica de cristal Val Saint-Lambert, os operários em greve desde dezembro 1974, retomaram a produção em janeiro de 1975 e a venda de seus produtos por conta própria. Ficou chamada de 'pequena Lip'.

Na greve das empresas Glaverbel, com 1.150 trabalhadores, após o anuncio de fechamento de três fornos, os trabalhadores, em fevereiro de 1975, passaram a vender seus produtos. O exemplo maior de ocupação-autogestão é o da empresa de utensílios de cozinha Prestige, em Tessenderlo, no período de final 1975 e inicio de 1976. Após o anuncio do fechamento da empresa e a demissão de operários, estes ocuparam a empresa e começaram a produção em autogestão. Fundaram um tipo de Cooperativa para vender seus produtos no mercado.com o que tiveram o apoio da maioria da população local.

O exemplo da "LIP" francesa foi muito forte entre os jovens católicos da CSC do Brabant walone. Em 1979, fundaram uma associação para ajuda técnica, jurídica e econômica às empresas ocupadas e que aderiam à autogestão.

Itália: autogestão e lutas operárias no "outono caldo"

As lutas de 1969 na Itália resultaram de um longo processo de acumulação de forças pelos trabalhadores. Podemos reconstruir uma breve cronologia.

O ano de 1960 terminou com uma greve de 150.000 metalúrgicos do setor privado, no dia 27 dezembro. Em 1961, a greve mais difícil foi a dos 50.000 operários dos canteiros navais. Em 1962, os movimentos sociais adquirem uma amplitude nova. Um total de 181.732.000 horas de greve, o dobro de 1961. Os operários dos canteiros navais iniciam as greves nos primeiros meses; os metalúrgicos fazem greves por fábricas, contra as disposições dos sindicatos que defendiam greve por setor. Neste ano, os trabalhadores tomam as iniciativas, mas ainda não alcançam uma

ruptura, o que só ocorrerá em 1968-69.

Em 1963, em março as 3 centrais sindicais decretam uma greve geral: todas as fábricas param; manifestações ocorrem nos principais centros urbanos. Em dezembro, os operários do setor têxtil iniciam uma greve de grandes dimensões: 400.000 grevistas. Neste ano, vários tipos de novas formas de luta são experimentados: operações tartaruga, marchas para Roma, bloqueios. Em setembro, há uma greve unitária em Milão: 1.000.000 de grevistas, em torno de uma questão: habitação.

Em 1964, apesar da recessão econômica, a agitação social permanece forte: 104.709.000 horas de greve.

1965 é o ponto máximo da recessão: dispensas e desemprego tomam caráter catastrófico: têxtil, 60.000 demissões; metalurgia, 100.000; construção, 150.000; na metalurgia, 500.000 operários com redução da jornada e salários reduzidos. O número de horas-greve é o menor dos anos 60: 55.943.000.

1966 é aberto com ação na Metalurgia: um acordo envolvendo 150.000 metalúrgicos. Em fevereiro, 500.000 trabalhadores da alimentação fazem greve. Este ano, marcou a retomada das lutas operárias: 115.788 horas de greve.

Em 1967, o setor da agricultura, desde janeiro, conhece grandes agitações: o ponto alto foi uma greve de 17 dias, "os Pouilles", em Bari, com grandes manifestações de apoio popular. No mesmo ano, o numero de horas-greve caiu para 68.548. É considerado como um 'ano de transição'. Mas, em 1968 e 1969, o numero dispara: 73.918 e 302.597; volta a cair em 1970: 146.212 horas de greve.

Em 1968, o encontro do movimento estudantil com o dos trabalhadores levará as lutas sociais mis fortes e amplas da Itália. Em novembro, começam as ocupações de fábrica: Trento, Milão, Turim, Genes, Cagliari. Em março, após 14 anos, os 100.000 operários da FIAT entram em greve. A presença constante dos estudantes nos locais de conflito estimula os operários.

Inicia-se, então, o "outono quente" (outono caldo), no qual se generalizam novas formas de luta e novos conteúdos das reivindicações dos trabalhadores (redução de ritmos, redução das horas de trabalho, 'ambiente' de trabalho: saúde na fábrica), assinalando o fenômeno mais original da década: a autonomia operária.

Nesta perspectiva, de 1968 a 1973, o movimento operário italiano apresentou características inegáveis de iniciativas

espontâneas, de autogestão das lutas e de participação de massa e de democracia direta; enfim, de autonomia operária, e capacidade dos trabalhadores para elaborar suas próprias reivindicações, de uma parte, e capacidade de invenção, gestão e organização de seus próprios modos de intervir, de outra parte.

A origem histórica e estrutural da crise política e social italiana, nos anos 1968-69, está na origem dos fatos que contribuíram para agravar o sentimento de insatisfação das massas trabalhadoras contra um modelo de desenvolvimento antipopular. A insatisfação das reformas sociais (habitação, escola, saúde, etc.) reivindicadas pelos trabalhadores, e a intensificação dos ritmos de trabalho nas fábricas, contribuíram para agravar o clima de tensão no país.

No plano do trabalho nas fábricas, surge o estimulo à luta contra o autoritarismo, contra a repressão, e todas as formas de hierarquia. A criação de comitês operários de base, surge para a maioria dos trabalhadores como a mais eficaz forma de superar as divisões nos aparelhos sindicais.

Em Milão, nas empresas PIRELLI, BORTELTI, SIT SIEMENS e outras menos importantes, os núcleos de oposição já tinham iniciado, na primavera de 1968, encontros para discussão, fora das fábricas, a questão das estruturas sindicais, salientando a exigência de luta contra certos aspectos básicos da organização capitalista do trabalho.

Em Roma, as exigências de democracia direta, e a recusa de delegar em forma permanente a representação às organizações sindicais mais burocratizadas, encontraram um terreno fácil no setor mais combativo da classe operária: os trabalhadores da construção. Assim, em certas obras do maior canteiro, “SPINACETO”, essa recusa massiva de renovar a delegação ao sindicato, coincide com a criação de um comitê de base, formado pelos operários mais combativos e mais populares.

O “Maio Francês” favoreceu a emergência de uma forma de consciência operária: 10 milhões de grevistas, fábricas ocupadas, contestação contra a hierarquia nas fábricas, aparecem como um símbolo de poder operário e popular.

Os Comitês Unitários de Base

Os primeiros resultados dessa onda de contestação, que se expandiu nas principais empresas italianas, no inicio do verão de 1968, se traduziram nas lutas na PIRELLI de Milão e na MONTEDSON de Veneza.

Na PIRELLI-Bicocca, onde um COMITÊ UNITÁRIO de BASE (CUB), foi criado, em julho ocorre uma luta em torno do problema do trabalho por peças e das cadencias. Estes CUBs operários se expandem rapidamente, no período entre o fim de 1968 e o inicio das grandes lutas pela renovação dos contratos de 1969. O fenômeno concerne, essencialmente, os principais centros industriais do Norte, onde a sindicalização é mais alta e onde existe o setor mais avançado da classe operária, os metalúrgicos e os químicos.

Na Região central, a experiência é mais limitada, com a única exceção da "FATME" (fábrica de telefones, na periferia de Roma). No Sul, o fenômeno se produz como eco das atividades dos principais CUBs do Norte industrializado.

Próximos dos principais CUBs, são os organismos constituídos pelos trabalhadores agrícolas para defesa de seus próprios interesses. As "Ligas de Trabalhadores Agrícolas" (Leghe Bracciantili) e os diferentes tipos de comitês similares, representando do ponto de vista de classe, uma correspondência ideal no mundo rural da onda de contestação, que sacudia as velhas estruturas da indústria.

Os conselhos de delegados

As lutas do período 1968-69 colocaram o desafio para os trabalhadores, na Itália e em outros países da Europa, a exigência de criar estruturas permanentes de organização de massa, não exclusivamente sindicais, mas capazes de associar a luta econômica com a luta política.

A Itália possuía uma forte tradição de Conselhos, que influiu notavelmente nos grandes conflitos baseados na espontaneidade operária. O "outono quente" não fugiu a essa tradição e, rapidamente nas fábricas, sob ocupação ou não, surgiram os comitês ou conselhos de trabalhadores.

A experiência mais significativa de autogestão das lutas e da livre expressão de uma verdadeira democracia operária, foi a da FIAT – Turim, a partir de maio 1969. As mobilizações de maio-junho deste

ano, criam uma nova atmosfera de mobilização da massa trabalhadora. Os organismos abertos, criados pelo Movimento estudantil de Turim, com o objetivo de unificar a luta operária nas fábricas com as lutas nos bairros e a luta nas Universidades, se adaptam melhor a esta nova atmosfera.

Um dos aspectos mais revolucionários destas lutas operárias de 1968-69, e sobretudo do 'outono quente', foi o surgimento espontâneo e a extensão, nos setores mais combativos, do "Movimento de Delegados Operários", de uma parte, e, de outra parte, a prática das "Assembleias de Trabalhadores".

Assim, uma nova estrutura de massa foi criada: a assembleia Operária estudantil, que se reunia quase todos os dias durante maio e julho, no inicio ou após a saída do trabalho, em frente aos portões, ou num bar vizinho, ou na Universidade.

O reconhecimento da existência de delegados, como novos órgãos institucionais de representação operária, tem a seguinte ordem:

- "MARZOTTO", 28 março 1969
- "DIELLA", 13 junho
- "FIAT", 30 junho
- "ITALSIDER", 1º de agosto
-

No 'outono quente' de 1969, ocorre uma serie de experiências em que os delegados de fábrica, de seção, de grupo ou de linha de montagem, são considerados como uma alternativa à seção sindical, à " comissão interna".

Em 1970, há um renascimento da experiência dos conselhos: em poucos meses, são criados os Conselhos de Fábrica. Em um período relativamente curto, cerca de 7000 Conselhos de Fábrica foram fundados, contra apenas 60 seções sindicais organizadas no longo período de 10 anos.

As antigas 'comissões internas' e as seções sindicais, testemunham sua incapacidade de gerir um confronto social de uma amplitude inédita, sendo absorvidas e mesmo varridas do cenário pelos novos organismos de representação direta. Assim, os Conselhos de fábrica operam uma mudança qualitativa das formas tradicionais de representação sindical. Surgia o "sindicalismo dos conselhos".

Até 1968, os organismos fundamentais nas fábricas eram as 'comissões internas' e, fora das fábricas, as "Câmaras de Trabalho". As 'comissões internas', não influíam realmente sobre o conjunto da organização capitalista do trabalho. Não eram um instrumento de massa, nem um instrumento de luta permanente. Assim, não podiam concretizar a unidade ofensiva da classe operária italiana.

O sindicalismo unitário dos Conselhos

O período 1970-73 é caracterizado pela extensão e institucionalização, no interior dos sindicatos, depois nas empresas, dos organismos autônomos surgidos nas lutas operárias. Em dezembro 1970, a CGIL (Confederação Geral Italiana do Trabalho), próxima ao PCI, reconhece que os delegados e os Conselhos constituem "a estrutura de base do novo sindicato unitário". Em 1971, seria a vez da CISL (Confederação Italiana dos Sindicatos de Trabalhadores), próxima aos socialistas, de reconhecer seus delegados.

A marcha para unidade sindical foi consequência direta das lutas operárias de base do 'outono quente'. O ano de 1969 termina com a realização de 3 Congressos unitários. Em outubro, foi realizada a 1ª Assembleia Unitária dos Conselhos Gerais das 3 Confederações (CGIL, CISL e UIL), em Florença e conhecido como "Florença 1".

Após esta Assembleia, o processo unitário deu um grande salto adiante, notadamente nas bases, onde os conselhos se multiplicavam. Os mais decididos são os metalúrgicos que em março realizam uma nova Assembleia Unitária, em que um "Projeto de Estatuto" foi construído e submetido aos trabalhadores. Este projeto é revolucionário em matéria de organização: "a estrutura de base é a assembleia de fábrica, da qual o conselho é o órgão de direção eleito por todos os trabalhadores, sindicalizados ou não. Os membros dos conselhos, isto é, os delegados, são revogáveis a qualquer momento".

Surge, também, a "Zona Homogênea", organização das fábricas que aglutinam os trabalhadores na base da homogeneidade dos problemas sociais. O órgão de direção da "zona homogênea" é o "Conselho de Zona", formado por delegados dos diferentes conselhos de fábrica, em um determinado nível geográfico. Em um novel superior a 'zona homogênea', no Provincial, surge o "Sindicato Territorial". Os diferentes órgãos dirigentes são eleitos em 70% pelo Congresso e 30% pelos conselhos de fábrica.

Esta experiência é uma das fontes do "Sindicalismo Cidadão". O Acordo de 4 julho de 1972, expressa o surgimento da "Federação Unitária CGIL-CISL-UIL", que não encontra forma de unidade orgânica nos níveis intermediários e superior da organização sindical, entretanto, assegura a unidade orgânica nos locais de trabalho, através dos Conselhos de fábrica. O sindicalismo unitário italiano nasce com o 'outono quente'. No fim de 1970, a CISL, a CGIL e a UIL adotam a dissolução das seções sindicais tradicionais, substituindo-as pelos Conselhos de fábrica.

Desde 1970, o desenvolvimento dos Conselhos de fábrica superava de longe a implantação sindical. Uma pesquisa da Federação dos Trabalhadores metalúrgicos (FLM), em 1972, mostra que sobre 3 milhões de metalúrgicos, 42.886 delegados estão presentes nos 4.291 Conselhos de fábrica.

O fenômeno foi generalizado em todo o país, mas, o Norte estava melhor representado que o Sul; os ramos industriais mais combativos em 1969 (metalurgia, têxtil, químico, alimentação), melhor que os outros ramos. As grandes empresas, melhor representadas que as pequenas. No geral, 68% das empresas têm delegados operários eleitos ou nomeados após 1969.

O resultado é que as duas grandes centrais italianas, a CGIL e a CISL, organizam um numero de operários quase em numero duplicado em relação, por exemplo, as duas centrais da França, a CGT e a CFDT.

Portugal: as comissões de trabalhadores na "Revolução dos Cravos", 1974

Em 1973, as lutas dos trabalhadores portugueses alcançaram atingiram um patamar extremamente elevado, apesar de os médios de comunicação manterem silêncio total. Desde outubro, os trabalhadores buscavam uma forma autônoma de organização. O 25 de abril serviu como uma descompressão A abertura controlada no governo Caetano, expressando conflitos no interior da burguesia, serviu para os trabalhadores desenvolverem lutas nos locais de trabalho, de caráter anticapitalista.

55% da classe operária industrial estava agrupado na zona do Porto-Braga-Aveiro. Das 33.000 empresas industriais, menos de um milhar empregavam mais de 100 operários e somente 156 tinham

mais de 500 operários, outra zona de forte presença operária era nos canteiros navais de Lisboa e de Setúbal.

Nos anos 70, a classe operária portuguesa apresenta 3 níveis em seu interior:

1. formado por trabalhadores de pequenas empresas, às vezes de caráter familiar, e no campo: empresas têxtis e de alimentação, com baixos salários, longas jornadas, paternalismo e repressão constituem a realidade de uma classe operária com forte contingente feminino; a ideologia da burguesia rural e clerical, devido a relação com a terra desta parte dos trabalhadores, marca um forte condicionamento ideológico;

2. trabalhadores das empresas mais antigas (metalurgia, mecânica, setores estatais) qualificados e experimentados; com forte tradição e capacidade de reivindicação participaram da constituição de sindicatos durante o fascismo; é uma base forte do PCP;

3. novas camadas operárias, fruto da industrialização mais recente (química, eletrônica, canteiros navais, têxteis sintéticos), com alto nível de qualificação. O grau de concentração permitiu a penetração de novas ideias e formas de luta avançadas; campo de disputa entre o PCP, o PSP e os vários grupos de extrema-esquerda.

Deste modo, entre outubro de 73 e o 25 de abril 74, ocorreram conflitos em 33 empresas na grande Lisboa, envolvendo cerca de 17.000 trabalhadores. Duas questões se destacaram: as reinvindicações salariais e o recurso à greve. As greves tinham origem em movimentos espontâneos, com suspensão parcial ou completa do trabalho ou através das organizações sindicais. Outras formas de expressão surgiram nas lutas: como a redução dos ritmos de produção, manifestações de rua, concentrações junto as fábricas e reuniões, apresentação de cadernos reivindicativos, abaixo-assinados, recusa de horas extras.

Neste mesmo período ocorreram as greves dos trabalhadores rurais do Ribatejo e dos pescadores de Matosinhos. Calcula-se que, de outubro a março, mais de 100.000 trabalhadores de cerca 200 empresas fizeram reivindicações e cerca de 60.000 recorreram a greve. O maior número de greves foi nos subgrupos metalúrgicos e metalomecânico, material elétrico e transportes e comercio.

Um relatório de junho 1973, do líder do PCP, Álvaro Cunhal fornece uma ideia das lutas ocorridas antes da queda do fascismo:

Os trabalhadores partem de greve nas empresas MAGUE

e CIMA, em Alhandra, GIALLO, no Porto, com manifestação de rua), ABELHEIRA em Tojal (com ocupação da fábrica), SIPE em Carcavelos (os trabalhadores, cruzam os braços frente as maquinas), MOVITEJO em Alverca (recusam horas extras). Entram em greve também os pescadores na Costa Norte e na Figueira da Foz (22 junho), os pescadores de sardinha de Matosinhos (72 horas) e Portimao, os operários das conservas de Setúbal e os camponeses de Alparça. Os trabalhadores pararam nas empresas SEPSA no Porto, CIMA, OLIVA, MESSA, FIRESTONE (Alcochete), GIL (dos Vinhos), PROMETALIS (Porto), CELCAT, CABOS (Ayila), SOPREM (Pampilhosa), GRUNDIG (Trola), RABOR, CUF, TRANSUL (lado sul do Tejo), DIARIO POPULAR e em muitas outras.

Neste relatório do PCP, já se fala em 'comissões de trabalhadores' desde 1969. Em 1972, Cunhal fala das lutas por "multiplicação das comissões nas empresas"; em 1973, do sucesso obtido nas eleições sindicais. Desde 1968-69, os trabalhadores ganharam a direção de muitos sindicatos: nos bancos de Lisboa e do porto, sindicato dos metalúrgicos de Lisboa, no têxtil. Em outubro de 1970, os sindicatos se articulam numa 'Inter Sindical', contando com 42 sindicatos. As principais reivindicações eram: salário mínimo, direito de greve e liberdade sindical.

Portanto, nestes conflitos, os trabalhadores criaram as Comissões de Trabalhadores. Em outubro 1974, existiam em todo o país umas 200 comissões de trabalhadores. Estas comissões eram eleitas por um ano e sempre revogáveis.

O movimento popular e operário pode ser periodizado em 3 etapas:

1ª. 25 abril - 28 setembro 1974 - nascimento do 'poder popular'; fase do governo Spinola;

2ª. 28 setembro – 11 março 1975 - fase socializante;

3ª. 11 março - agosto 1975 - fase socialista.

Em Portugal, o fascismo caiu em abril de 1974. Os salários mais baixos duplicam em julho de 1974 pela lei que eleva a 4.000 escudos por mês o salário mínimo (os operários agrícolas, do têxtil, pescadores ganham 2.000). Todos os salários de trabalhadores aumentam neste momento, mas, em menor valor a medida que são

mais altos. Ao mesmo tempo, o aumento de preços diminui, passando de uma taxa anual de 30% durante os seis últimos meses do regime fascista, a 15% durante o primeiro ano seguinte (maio 1974 a maio 1975, índice dos preços de consumo de Lisboa), devido ao controle de preços que chega a diminuir os alugueis. Assim, a parte da renda nacional passa de 50% a 100% para os salários e de 50% para 0% para os lucros.

O movimento das ocupações de empresas tomou velocidade no verão de 1975.

- a lavanderia "Portugália", com sede na Ajuda (Lisboa) e com 198 trabalhadores, sobretudo mulheres, em final de 74 após um '*lock-out*', os trabalhadores demitiram o patrão e entraram em autogestão;
- Na Marinha Grande, 700 trabalhadores ocuparam uma fábrica de vidros, sanearam a administração e passaram a gerir a empresa;
- Na fábrica de Iogurtes "Bom Dia", 19 trabalhadores ocuparam as instalações e instituíram um sistema de autogestão;
- Na têxtil "Penteadora", os 1.100 operários decidiram criar uma comissão de trabalhadores e assumir a administração;
- perto de Avo, uma fábrica entrou em autogestão;
- no Porto, uma empresa de sintéticos, com 60 operários, entrou em autogestão;
- a fábrica de bolachas Cuetara do pombal, com 35 operários, entrou no sistema de autogestão;
- a Clona Mining Cia, em loulé, com 100 trabalhadores entrou em autogestão;
- em Setúbal, os operários da fábrica Sapec, raptaram dois administradores para mostrar ao Governo como a situação estava ruim.

Assim, em agosto de 1975, cerca de 380 fábricas estavam em autogestão.

O período de maio-junho de 1974 foi fortemente dinamizado pelas 'Comissões de Trabalhadores'. Através destas Comissões, após o 25 de abril, os trabalhadores iniciaram a prática da autogestão, chegando a formação de inter-comissões de trabalhadores, ligando varias fábricas. Em 75, por iniciativa dos operários da empresa Eface-Inel, decidiu-se pela fundação de uma 'Federação de Comissões de Trabalhadores', com o nome de "Inter-Empresas". Esta federação reunia 24 empresas entre as maiores do país, "para auxiliar e apoiar as lutas dos trabalhadores".

No período posterior ao 25 de abril, os trabalhadores se lançaram a tomada dos sindicatos, até então sob controle da

legislação fascista do salazarismo. Os sindicatos estavam organizados por profissão: por exemplo na Lisnave, existiam 13 sindicatos, na TAP 15. Assim, os trabalhadores realizavam assembleias gerais e plenárias.

Ao mesmo tempo, em nível de fábrica, as Comissões de trabalhadores elaboravam cadernos de reivindicações: salários, diminuir a jornada de trabalho, melhores condições de trabalho, etc. Conquistada a liberdade sindical nas empresas, os delegados sindicais em ação coordenada com as Comissões de trabalhadores, realizavam Convenções Coletivas. Os operários rurais se uniram e tomaram em suas mãos a tarefa de realizar a "Reforma Agrária": expropriação de terras, ocupação de terrenos vazios, unidades coletivas de produção, sindicatos agrícolas. Assim, se fez a aliança operário e camponesa.

O "Poder Popular": as Comissões de Moradores

O movimento autogestionário liberado pela queda do fascismo não ficou restrito à organização na produção. Foi um amplo movimento que chegou a atingir as forças armadas, através da formação de 'conselhos de soldados'. O Movimento dos SUV (Soldados Unidos Vencerão) foi uma tentativa de coordenação dos 'conselhos de soldados'. Este bairro tinha o apelido de "Tarrafal" (campo de concentração fascista na ilha de Cabo Verde) e, um dos imóveis se chamava "bloco dos condenados". No 30 de abril, os moradores constituem uma comissão de bairro. No 1º de maio, apresentam um caderno de reivindicações na prefeitura. Vários outros bairros seguem o mesmo exemplo. Em junho, os vários bairros se articulam. Em agosto, foi criada uma assembleia de todos os moradores, órgão supremo para tomada de decisões e, uma 'comissão central', formada por um membro de cada 'comissão de bairro', órgão executivo.

Em muitos outros centros urbanos, nasceram as 'Comissões de Moradores', organizadas nos bairros. Organizaram-se as intercomissões de Moradores. Ocuparam-se casas devolutas e abandonadas que, em assembleias de moradores, eram distribuídas aos mais necessitados. Construíram-se cooperativas de habitação. E construíram parques e centros sociais

Na cidade de Porto, a questão da habitação tinha

características especiais:
- herança de alojamentos que remontavam à revolução industrial do século XIX: as "ilhas" insalubres;
- a superpopulação e a super exploração nos velhos bairros do centro da Cidade (às vezes 7 a 8 pessoas por peça, sem equipamento sanitário).
- os guetos periféricos, construídos pelo fascismo depois da Guerra e, sobretudo, após 1956. (60.000 pessoas vivendo em um total de 10.000 apartamentos distribuídos em 26 bairros);

Na cidade do Porto, o primeiro bairro a se organizar foi o de "São João de Deus", no norte da cidade. Depois, com o avanço da direita em novembro 75, as comissões de moradores do Porto iniciaram um debate que levou a um sistema de 'troca direta' com os camponeses do Norte: vendas de produtos agrícolas diretamente aos moradores. A Comissão de Moradores de Igreja Velha, no Porto, buscou a possibilidade de venda aos camponeses dos produtos de fábricas de autogestão ou sob controle das comissões de trabalhadores. Estes laços solidários foram comuns; a cooperativa de Cortiços, perto de Mirandela constituída no final de 75 pela ocupação de terras; em abril de 76, várias fábricas de Lisboa se cotizaram para enviar um trator a Cortiços.300 operários vieram a Lisboa para levar o trator para cooperativa. Desta forma, negociando entre si, os trabalhadores criavam um 'mercado auto gestionário'. A "Cooperativa 25 de Abril", construiu casas para substituir os barracos de lata, chegando a ter uma demanda por 600 casas.

Os trabalhadores dos estaleiros Lisnave fizeram encomendas de maquinas a empresas de autogestão. A federação das comissões de Moradores de Setúbal adquiriu os seus produtos nas cooperativas agrícolas da região de Azambuja, enquanto as comissões de moradores de Lisboa apoiavam as cooperativas de Alcacer e Evora.

Estes grupos de base se articularam para coordenação de suas lutas. Assim, 23 comissões, unidades coletivas e cooperativas criaram a assembleia popular. Em Marvila, a Assembleia Popular era formada pelas Comissões de Moradores e pelas comissões de Trabalhadores. Muitas assembleias populares surgiram na área de Lisboa, mas também em Faro, Porto, Coimbra e Braga.

Estas 'vendas diretas' entre comissões de moradores de cooperativa ou fábricas autogeridas, foi organizada em larga escala no Sul e no Centro do país e tornou-se muito popular devido ao aumento do custo de vida.

Em 13 setembro 74, umas 50 Comissões de trabalhadores do

cinturão industrial de Lisboa reuniram-se em Conferência na fábrica Copam. Outra tentativa de reagrupamento mais amplo foi a "Federação da Covilhã", uma cidade do Centro onde existiam muitas fábricas têxteis e com tradição de lutas. Mais de 90 Comissões de Trabalhadores se reuniram em setembro de 75, um verdadeiro Congresso das Comissões de Fábrica. A pauta deste congresso:
- O controle dos trabalhadores (formas de controle exercido pelas comissões de trabalhadores sobre a produção e o consumo, autogestão, etc.);
- horas de trabalho; o armamento da classe operária; saneamentos; desemprego; aliança operário-camponesa; nacionalizações, etc.

O movimento dos trabalhadores partiu de lutas reivindicatórias para questão do poder, através das formas de organização e mobilização das 'comissões de trabalhadores' e pela capacidade de produção coletiva autônoma das 'assembleias de trabalhadores' frente aos sindicatos, partidos, Governo e patronato.

Outra forma de organização autônoma foram os "Conselhos revolucionários dos Trabalhadores". Em abril 1975, num grande comício em Lisboa, ocorreu o debate pela organização de um 'novo tipo de organização'. Participaram partidos de esquerda, comissões de trabalhadores e militantes da Inter-Empresas. Participaram as comissões de soldados e marinheiros. Deste encontro saíram os "conselhos revolucionários de trabalhadores, soldados e marinheiros".

Em agosto 1975, ocorreu o 2º Congresso dos Conselhos.

As Cooperativas

Uma das mais significativas expressões deste movimento foram as "Cooperativas". Surgiram em diversos setores: cultural, artístico, produtivo. As 'cooperativas agrícolas' contribuíram para a aliança operário-camponesa. Muitas vezes, grupos de trabalhadores urbanos foram ao campo para ajudar os camponeses nas colheitas, ocupando desta maneira suas férias. Em agosto 75, existiam 300 cooperativas e mais 200 se formaram em setembro. No conjunto, foram cerca de 3.000 cooperativas.

Após o 25 abril, o cooperativismo foi reinventado em Portugal por milhares de trabalhadores, a partir de uma conjuntura específica, reconduzindo-o às suas origens populares e

revolucionárias.

O cooperativismo foi divulgado em Portugal por Antonio Sergio, inspirando-se nas ideias da "Escola de Nimes", de Charles Gide.

O abandono das empresas por parte dos patrões e o boicote de outras, os trabalhadores foram obrigados a realizar a gestão das fábricas, para manterem seus postos de trabalho. Os operários e organizavam em cooperativas ou em autogestão. Muitas pequenas e medias empresas se transformaram em cooperativas ou formas de autogestão (uma comissão de trabalhadores era credenciada para gerir a empresa).

Em cerca de 2 anos, os trabalhadores viram em suas mãos cerca de 500 empresas em crise, com a obrigação de as gerirem para manter seus postos de trabalho. Muitas destas empresas foram abandonadas pelos seus patrões. Em muitos casos, os Ministérios do Trabalho e de Tutela concediam uma credencial através da qual eram conferidos poderes de gestão aos trabalhadores destas empresas abandonadas. A este fenômeno, chamava-se "regularização patrimonial". Os trabalhadores que assumiam a empresa, agora como cooperativa, tinham que pagar o Ativo da empresa abandonada. O valor deste Ativo não era suficiente para fazer frente ao passivo da empresa.

O patronato usa 3 vias para retomar as empresas: pela violência, via assalto, geralmente a mão armada, as instalações que os trabalhadores ocupavam; em 1976, houve 10 assaltos de ex-patrões a cooperativas de trabalhadores; pela via judicial, mediante ações de reivindicação de posse; pela via política, dependendo da relação de forças, em que possam ter leis favoráveis.

Alguns mecanismos legais existiam: o decreto-lei numero 4/76, que permitia ao Governo pedir aos tribunais a declaração de falência destas empresas e dispor, como lhe prouver, da respectiva massa falida – inclusive, arrenda-la ou vende-la a cooperativa que explore esses meios de produção. A Constituição prevê no art. 87o, a figura do abandono dos meios de produção, sem haver indenização nos casos de abandono injustificado.

Em junho 1975, houve a 2a reunião Inter-Comissões de Trabalhadores, no Porto, em que se decidiu optar pela forma cooperativa e repudiar toda a forma de tipo autogestionário e congestionaria. Além dos sindicatos, participaram desta reunião comissões de trabalhadores representando 11 empresas da região.

A Constituição de Portugal define o setor cooperativo, ao lado

do setor privado e do público, como "constituído pelos bens e unidades de produção, possuídos e geridos pelos cooperadores, em obediência aos princípios cooperativos" (art.89o.3).E, engloba o setor cooperativo no que chama de 'Propriedade Social", dando a esta uma dinâmica 'que tenderá a ser dominante".

No art. 84o.1, a constituição define que "O Estado deve fomentar a criação e a atividade de cooperativas". Portanto, a Constituição define que: apoio e fomento cooperativo, englobando o setor cooperativo no que denomina de 'propriedade social' e atribui a este a tendência de predominância: "constituem a base do desenvolvimento da propriedade social, tenderá ser predominante, os bens e unidades de produção com posse útil e gestão dos coletivos de trabalhadores, os bens comunitários com posse útil e gestão das comunidades locais e o setor cooperativo" (art. 90o .1).

A Constituição da revolução define a vontade popular de Portugal ser uma república independente, em 'transição para o socialismo, mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras" (art.2o).

Assim, temos 3 setores caracterizados pela forma de propriedade e gestão dos meios de produção: publico, privado e cooperativo.

O Programa de Governo definia "no que se refere ao Fomento do cooperativismo, o Governo assegurará todo o estimulo possível às iniciativas cooperativistas, sob a única condição de que respeitem o ideal cooperativo e os princípios que o informam, definidos pela Aliança Cooperativa Internacional, entre nós difundidos por Antonio Sergio e finalmente integrados no texto constitucional".

Estes princípios cooperativos, que estão na Constituição, são:

- a solidariedade ou o compromisso recíproco;
- a igualdade;
- a gestão social;
- a moral da equidade ou proporcionalidade;
- a educação.

A Assembleia da república aprovou o Decreto-lei que criou o INSCOOP (Instituto nacional Setor Cooperativo) que tomou o nome de Antonio Sergio, e que cuida de formação, apoio pontual, econômico e financeiro. Como parte deste processo, em 1978, a BASE-FUT, movimento social originado deste período, organizou a Primeira Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário, em

Lisboa. De suas declarações, podemos extrair esta definição:

> A autogestão é a construção permanente de um modelo de Socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontrem nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no principio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivencia da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos. [cf. 1a Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário. Lisboa, Maio de 1978].

As ocupações no Campo

No Alentejo, o modelo de empresa dominante era a grande exploração agrícola. Os proprietários cultivavam trigo nas melhores terras dando as piores de parceria; colhia azeitona, arrancava o cortiço e noutras partes cultivava gado suíno. O proletariado rural era atingido pelo desemprego, disputava os pequenos pedaços de terra para parceria e, tinha uma fratura entre assalariados permanentes e os temporários, estes afetados pelo desemprego. As condições de vida estavam marcadas pela fome em largos períodos do ano e, os salários eram muito baixos.

A emigração para o estrangeiro e a ida para cidades afetavam este modelo de empresa. As lutas dos rurais em 1962 (por mais salário e jornada de 8 horas) assinalam o declínio do latifúndio. Estas grandes propriedades contaram, então, com o apoio da política de credito do regime fascista e puderam se mecanizar, se capitalizarem. As outras explorações em que não houve esta capitalização, ficaram abandonadas a uma agricultura extensiva de azeitona e cortiça e alguma criação de gado. Desta forma, quando de 1974, uma burguesia capitalista agrária tinha a hegemonia no Sul.

Nas duas províncias do Alto e do Baixo Alentejo (o Algarve tinha traços comuns com o Norte do país), domina a grande propriedade do latifúndio: empregavam um total de 300.000 trabalhadores rurais, um verdadeiro proletariado rural.

A reforma Agrária dos trabalhadores aponta para uma via que modifica as relações de produção dominantes nos campos do Sul, o que significa tomar não apenas as terras piores, como queriam os

latifundiários, mas também as melhores terras dos grandes proprietários. O Partido Comunista de Portugal privilegiava as UCPs, pois não tinha hegemonia no aparato estatal, para apoiar as organizações do próprio Estado.

No Norte do país, a situação era diametralmente oposta ao Sul. Dominava o minifúndio, a pequena propriedade; diminua a presença dos assalariados sem terra, que emigravam, ficando apenas os mais velhos. Em alguns municípios, o próprio operário industrial cultiva um pedaço de terra para subsistência (Coimbra, Aveiro, Porto e Braga).

Há, portanto, uma ligação à terra muito forte. Nesta parte do país, foi muito acentuada a convergência do fascismo com a Igreja oficial, tendo como ideologia dominante o anticomunismo. Um universo ideológico profundamente enraizado na população, manifestando-se em "um horror de mudar"; esta ideologia agiu como 'força histórica' que os adversários do socialismo fizeram atuar como 'força material' contras as transformações.

População Agrícola de Portugal – 1968

Assalariados	445.000	51%
Proprietários	330.000	38%
Familiares	100.000	11%
Total	875.000	100%

No Alentejo, os assalariados representam 83% e, no Norte representam 37%. O total de 875.00 se dividem assim:

Assalariados de Portugal em 1974 – por região

Algarve	37.000
Alentejo	150.000
Ribatejo	150.000
Norte	538.000

Com 34% da população ativa, a agricultura apenas representa 13,6% do PIB. A Unidade Coletiva de Produção (UCP) é o segundo momento após o primeiro, a tomada da terra: luta pelo emprego, assegurar a produção, criar formas de organização, etc. Além da UCP, há outras formas: 'pré-cooperativa' e cooperativa, significando o mesmo tipo de organização.

Abril de 1974 encontrou intocado o Ministério da Agricultura: voltado para os interesses dos grandes proprietários de terra. No Sul, no Baixo-Alentejo, os trabalhadores agrícolas tinham uma longa trajetória de lutas pela reforma agrária," que liquidará os latifundiários e dará a terá a quem nela trabalha". Nesta área, os sindicatos estavam bem implantados. Em BEJA o sindicato existia em quase todos os municípios, porém, em Setubal e Santarém (no Ribatejo e no Alto-Alentejo) a implantação sindical era fraca.

A questão do desemprego foi um dos motivos para ocupação de terras. Os distritos onde mais se fazia forte o desemprego eram Évora, Porto Alegre e Beja. Em Setúbal e noutros locais do Sul, o desemprego era menos. Muitos eram os motivos deste desemprego: o regresso ao campo de operários vindos da zona de Lisboa-Setubal, onde trabalhavam na construção civil; a seca de 1974; desmobilização no ritmo de incorporação ao serviço militar; a quebra do surto da emigração; o aumento de salários trouxe muitas mulheres ao mercado de trabalho.

As lutas frequentes levaram os grandes proprietários à modernização tecnológica, e, assim, criando as condições para o desemprego e o subemprego permanente. O recurso ao trabalho temporário (os assalariados agrícolas são 80% temporários em Setúbal); o operário agrícola tem 3 a 4 meses de desemprego por na; por exemplo, a cultura de tomada exigia apenas 4 meses de trabalho por ano. Uma das consequências desta situação, é o êxodo rural (a população de Béja diminuiu de 25% entre 1960 e 1970).

Um passado de exploração e opressão estão na base das ocupações. Os trabalhadores rurais do Sul tinham uma história de lutas: uma greve geral em 1917 pela jornada de 8 horas; durante o fascismo salazarista: 'marchas de fome" nos anos 40 e uma serie de lutas que atingiu seu auge em 1946, 1948-49,1953,1956,1948 e nas greves gerais no Alentejo e no Ribatejo em 1962. A influência do PCP era muito antiga e forte.

Logo em seguida ao 25 Abril, os trabalhadores rurais tiveram um aumento importante de salários, conquistado nas primeiras Convenções Coletivas de Trabalho. As segundas Convenções já incluíram regras para combater o desemprego.

As terras que seriam ocupadas pelos trabalhadores, ou estavam abandonadas ou sem cultivo. Em maio, 200 hectares no Alentejo foram ocupados por cerca de 100 trabalhadores. A ocupação foi apoiada pelo Instituto reforma Agrária (IRA) e pelos militares do Movimento Forças Armadas (MFA). Em junho, a Quinta da Torre,

perto de Cabanas, foi transformada em cooperativa. As terras tinham sido abandonadas pelo proprietário. A ocupação foi realizada com apoio da Comissão de Moradores local. Uma fábrica próxima cedeu as maquinas para a limpeza de 30 hectares.

Os 300 hectares da "Quinta das Alagoas", perto de Lagoa (Algarve), foram transformados numa UCP, com o nome de "Estrela Vermelha". Os 2.000 hectares da Quinta de Sousa da Sé, perto de Évora, foram ocupados; na aldeia de Cuba (Alentejo), a Quinta de São Pedro, também foi transformada em cooperativa, após sua ocupação.

Em Castelo Branco (Beira baixa), no final de 1975, havia uma área ocupada pelos trabalhadores de 3.100 hectares. Em Malpica, também em Castelo Branco, trabalhadores desempregados da Celtejo (fábrica de celulose) ocuparam uma propriedade com cerca de 1.100 hectares. Estas UCPs foram trabalhadas e geridas pelos próprios trabalhadores.

Em Faro (no Algarve) ocorreram 4 casos de ocupação de terras. Em um caso, houve regresso do patrão.

Em agosto 74, 206.645 hectares de 330 latifúndios tinham sido ocupados por 6.000 trabalhadores. As principais regiões onde ocorreram as ocupações de terra foram: o Alentejo e, o Ribatejo e a zona em volta de Castelo Branco (na Beira baixa).Os trabalhadores rurais se organizavam em cooperativas e UCPs. O modelo adotado foi da partilha: a terra era trabalhada e possuída pelo conjunto dos habitantes da aldeia.

Apenas em Évora, ocoreram cerca de 100 ocupações; em agosto de 1975, ocupações ocorriam diariamente. Vejamos, mês a mês de 1975, a evolução na área do Alentejo:

	Distritos		
Mês	Beja	Évora	Portalegre
Junho	5	22	31
Julho	23	-	50
Agosto	58	122	-
Setembro	75	-	-
Outubro	246	-	-
Novembro	288	-	145
Dezembro	295	390	-

A reforma Agrária avançou onde os trabalhadores se impuseram através das ocupações de terras, com apoio do IRA e dos militares.

Espanha: as comissões operárias (CCOO)

O contexto da luta dos trabalhadores espanhóis sob o franquismo transparece em documento, datado de janeiro de 1966, uma Declaração de Princípios intitulada "*Ante el futuro del Sindicalismo*", em que aponta, também, a longa crise de hegemonia da classe dirigente e o nascimento das Comissões Operárias (CCOO):

> Durante estes últimos 27 anos, o abandono da classe trabalhadora tem sido total. Nossas organizações destruídas, nossos militantes perseguidos, nossos periódicos e locais confiscados. Em substituição a elas, nos montaram estruturas (ou sindicato vertical) imobilistas, que não sendo independentes, estão controlados pelos patrões... Sem duvidas, apesar das terríveis dificuldades de todo o tipo, nós os trabalhadores, não deixamos de lutar nem um só dia por nossos interesses de classe. Seria interminável, enumerar as milhares de ações operárias, desde as simples visitas de uma comissão ao patronato até a greve, que se tem produzido na Espanha desde 1939 até nossos dias.
>
> Esta acumulação de esforços e sacrifícios dos trabalhadores espanhóis foi o elemento essencial, que possibilitou o nascimento das CCOO. Nas greves de 1956-57, a pressão das massas acelerou a crise, que atingia a burguesia espanhola, que foi obrigada a mudar de política. Estas mudanças tiveram consequência na legislação trabalhista. Em 1958, a lei espanhola deu aos patrões a possibilidade de negociar com os delegados dos sindicatos oficiais. Porém, em vários casos, os operários não votaram nos candidatos oficiais e, escolheram trabalhadores nos quais tinham confiança.

Assim, de 1958 a 1962, foram constituídas em nível de fábrica, comissões de delegados, que podem ser consideradas como os embriões das CCOO. Essas comissões só se formavam quando havia um conflito ou negociações, se dissolvendo em seguida.

Em 1962, eclodiu nas ASTURIAS, no país Basco e Catalunha, um forte movimento de greves. Em todas as partes se formaram comissões de delegados operários, democraticamente eleitos, e os

patrões se viram obrigados a reconhecer sua representatividade. Desta forma, as CCOO nasciam, de forma espontânea.

Em Madri, essas comissões nasciam e morriam em seguida às lutas. Os militantes mais ativos, que se formaram nestas lutas, entenderam a necessidade de uma organização permanente que tomasse forma de movimento de oposição sindical às estruturas oficiais do sindicalismo fascista.

A partir de 1964, as CCOO assumiam um caráter de organização permanente, assegurando um mínimo de coordenação em nível local, regional e nacional. À medida que crescia a consciência e a combatividade dos trabalhadores, aumentava a repressão. Nas fábricas surgiram as "listas negras" com nomes dos operários "ativos". As CCOO se aproveitam das eleições de 1966 para organizar assembleias de trabalhadores. Apesar da prisão dos principais dirigentes, as CCOO realizam suas principais ações neste ano. Em janeiro, maio e, sobretudo, outubro, centenas de milhares de trabalhadores se manifestaram nas principais cidades, contra o aumento de preços, o bloqueio dos salários, as demissões, a repressão política.

A "semana de luta", organizada pelas CCOO, em outubro, teve um eco considerável no estrangeiro e demonstrou a combatividade do movimento operário espanhol. Assim, pela primeira vez, depois da Guerra Civil de 1936-39, se podia realizar com êxito a coordenação de um movimento em nível nacional.

Nos anos seguintes, se organizaram "CCOO de Jovens" e "CCOO de Bairro". Em 1968, foram formadas as "CCOO Camponesas", que lutam por "terra para quem a trabalha", "salário mínimo" direito de greve, liberdade de organização". Delegações camponesas de várias regiões (Castilla, Catalunha, Aragão, Andaluzia) participaram ,em agosto 1969,da primeira reunião de coordenação de "CCOO Camponesas".

Na "Declaração das CCOO de Madrid", podemos encontrar uma concepção das CCOO:

> Que são CCOO?
>
> As CCOO são uma forma de oposição unitária de todos os trabalhadores, sem distinção de crenças ou compromissos

> religiosos ou políticos, às estruturas sindicais. Nascem como uma necessidade da defesa de nossas reivindicações imediatas e de preparar um amanhã de liberdade e unidade sindical;
> As CCOO são um movimento independente, da classe operária, para a defesa dos interesses da classe operária. Recusamos por isto, qualquer tipo de 'verticalismo' ou de submissão às palavras de ordem do Estado ou de qualquer grupo político;
> O principio democrático é a regra de atuação das CCOO.;
> respeitando o principio democrático, segundo o qual seremos nós os próprios trabalhadores, que decidiremos sobre a forma do futuro sindicato espanhol, as CCOO, advogamos e lutamos pela Unidade Sindical...Consideramos que a divisão será um suicídio de Classe.

As CCOO de Madri, no documento "Ante el futuro del Sindicalismo", elaborado em 1966, definem a linha em relação a um sindicalismo democrático e unitário:

> Aceitando a necessidade de unidade do movimento operário e de sua independência, consideramos que o instrumento eficaz será a Central Sindical Única, cujas bases de construção deverão ser livres e democraticamente eleitas pelas Assembleias de trabalhadores, realizadas com a colaboração das organizações sindicais operárias representadas nas fábricas.

As CCOO exerceram uma grande influência no movimento operário e sindical. Na Polônia, nos anos 70, houve um debate sobre o papel das 'comissões clandestinas nas empresas". No artigo de "ROBOTNIK" ("O Operário"), jornal dos ativistas do futuro sindicato SOLIDARNOSC, intitulado "As Comissões Operárias na Espanha", podemos ler:

> Uma das lições mais importantes do que se passa na Espanha, é o papel que tem desempenhado o movimento sindical independente e, em particular, o movimento operário que se desenvolve em centenas de fábricas espanholas. Trata-se das 'CCOO' [...].
> As CCOO se formam em segredo, da seguinte maneira: aqueles que têm confiança entre si, formam pequenos grupos que atuam nas seções; a partir deste nível, criam-se comissões em nível de fábrica, que , pouco a pouco, com grande precaução, fazem contatos com as comissões de outras fábricas ("Robotnik", n.8 , janeiro 1978).

Parte VI
O ciclo das lutas autogestionárias no pós-guerra, no leste europeu

O ciclo de lutas autogestionárias no Leste europeu[8]

Os vários ciclos de lutas operárias no Leste europeu exigem uma certa caracterização deste processo de 'longa duração', pois inicia-se nos anos 50 e vai até a década de 80. O *socialismo estatal burocrático*, implantado no leste europeu no pós Guerra, foi diversas vezes contestado de forma radical pelos trabalhadores. Desde 1953, ano da morte de Stalin, até a revolução do Solidarnosc polonês, em 1981 e a queda do Muro de Berlim, em 1989.

As lutas operárias se expressaram através de greves gerais, revoltas e revoluções. Podemos assinalar um onda de longa duração marcada por estas lutas:

1953 - greves na Alemanha oriental e na Tchecoslováquia.

1956 - revoluções na Hungria e na Polônia.

1968 - revolução dos conselhos na Tchecoslováquia.

1970 - revoltas na Polônia.

1977 – revoltas na Polônia, sindicatos livres na URSS e Romênia, oposição na Tchecoslováquia.

1980 – revolução na Polônia.

1989 – rebeliões populares no conjunto do leste da Europa.

Como caracterizar estes processos? Quais os elementos de unidade e de diversidade? Partindo de análises de militantes e teóricos do próprio leste, tentemos trabalhar alguns conceitos.

Inicialmente, a Reforma: é entendida como mudanças políticas, econômicas e estruturais no contexto do leste; reforma não significa retorno ao capitalismo; ela pode evoluir em dois sentidos, que se confundem durante um certo período:

- Liberalização - processo que se origina e que é dirigido exclusivamente 'do alto'; a direção do PC decide o momento em que o povo ou o país está maduro para certas reformas; a iniciativa encontra-se nas mãos do grupo dirigente;
- Democratização - processo envolve o grupo dirigente, mas que começa pela pressão da base, que tem a iniciativa; os trabalhadores defendem as mudanças propostas pela direção do PC, mas formulando suas próprias reivindicações e pressionando por sua realização.

---

[8] Esta parte é resumo de um trabalho intitulado "Leste europeu: a dialética da 'revolução passiva'.

Inicialmente, reivindica-se reformas limitadas, em seguida, transformações institucionais que garantam o controle popular sobre o Estado. Neste caso, as mudanças atingem a natureza do modelo estatal de socialismo: o monopólio político do PC, a estatização dos meios de produção, a censura, o sistema de 'correia de transmissão', a dependência frente à URSS. Este processo pode ser chamado de 'Revolução Política".

Em resumo, REFORMA é um termo marcado pela iniciativa do poder e procede 'do alto', com tendência a manter o 'status quo', e, para tal, busca o apoio passivo dos trabalhadores e cidadãos.

Já a REVOLUÇÃO, procede 'de baixo' e, no seu início, é desprovida de objetivos gerais claramente definidos; supera esta fase inicial ao criar novas formas de organização ou socialização antagônicas à 'velha ordem'.

Além destas 2 vias, podemos falar de outra 'revolução' que visa substituir o sistema 'socialista' pelo capitalismo; na verdade, uma 'Contrarrevolução'. Quando, trata de assegurar o 'status quo', estamos diante de uma 'Normalização", como ocorreu na Hungria e na Polônia, em 1956 e na Tchecoslováquia, em 1968.

Em relação às formas de luta, as experiências do leste europeu podem ser classificadas em 5 blocos:

- REVOLTAS, tendo por causa a carência de bens de consumo, aumento nas normas de trabalho, reformas fiscais, aumento dos preços básicos. Por exemplo: Berlim-Alemanha oriental, em 1953; Pilsen, Tchecoslováquia, em 1953; Poznan, Polônia, em 1956; Novatcherkasek, URSS, em 1962; Vale do Zhill, Romênia, em 1977.

Foram manifestações espontâneas e amadurecidas no interior destes países pelo desespero das suas populações; não-ideológicas e limitadas no tempo e no espaço. Podemos caracteriza-las como "ensaios de tempestades futuras". Terminaram sob intensa repressão.

- TIPO REVOLUÇÃO Húngara, em 1956. Movimento total e radical, questionando e derrubando o regime vigente; obra das massas trabalhadoras, com opções ideológicas variadas. Seu ponto principal foi a 'auto-organização' dos trabalhadores em conselhos.
- TIPO SOLIDARNOSC, Polônia, em 1980-81; resultado de dezenas de anos de lutas. Sua marca característica foi também a 'auto-organização' dos trabalhadores em conselhos

e com base autogestão social.

- TIPO PERESTROIKA e "revoluções democráticas" em 1989. Na URSS, por iniciativa do grupo dirigente do PCUS. No leste, as revoluções democráticas tiveram ampla participação popular, enquanto luta por cidadania e não como classe; talvez, as exceções sejam Tchecoslováquia e Polônia, onde houve uma participação maior dos trabalhadores enquanto classe. Exceto na Romênia, as demais foram 'revoluções de veludo', pacíficas.

No seu conjunto, assinalaram o esgotamento histórico do 'socialismo estatal'. Segundo Ernst MANDEL, combinaram agitações típicas da "Primavera de Praga" com as do Maio europeu de 1968.

As experiências do 'socialismo estatal' surgiram de 'revoluções passivas" (Gramsci), ou seja, "revolução sem revolução". Neste sentido, os regimes do leste podem ser chamados de 'ditadura sem hegemonia'.

O corolário destas 'revoluções passivas', foi definido pela práxis dos trabalhadores, em diversos momentos: alguns destes momentos foram verdadeiras "revoluções ativas de massa", ou "revoluções anti-passivas".

Quais são as características principais destas formas de revolução? A revolução ativa democrática e de massa:

1. os trabalhadores se revoltam contra o que é visto como "seu Estado"; reinventam formas radicais de democracia em todas as frentes de luta (política, econômica e cultural);
2. a classe operária torna-se o ator central e decisivo do processo de democratização socialista;
3. os trabalhadores defendem amplas liberdades, críticam e abolem os privilégios da 'nomenclatura', criam novas formas de democracia de base (conselhos, comissões), autonomizam a sociedade civil em relação ao Estado, criam elementos de autodefesa, destroem o velho sistema sindical estatal, iniciam a revolução cultural e ética do cotidiano.

No sentido de Castoriadis, "As coisas são ainda mais claras quando vemos, não a 'revolta', enquanto explosão e destruição da velha ordem, mas a 'revolução', enquanto atividade auto organizada visando a instituição de uma ordem nova".

A sistematização das experiências históricas no leste, nos mostra que estes elementos estiveram presentes, total ou

parcialmente, em varias das lutas dos trabalhadores. Destacamos 3 desses momentos 'críticos da história', como 'revoluções ativas de massa':

- A revolução na Hungria, em 1956
- A revolução dos conselhos na Tchecoslováquia, em 1968
- A revolução do Solidarnosc na Polônia, em 1980-81

Podemos assinalar que o processo polonês de 1980-81,foi uma 'revolução ativa de massa'; posteriormente, derrotada pela 'normalização' com a decretação do 'Estado de Guerra" (dezembro 1981).Por sua vez, o processo polonês iniciado em 1989,com a 'mesa redonda' de negociações (entre a Igreja, O POUP e as Forças Armadas) e as eleições de julho desse ano, significou uma 'reforma pelo alto'.

Em 1965, os poloneses Jacek KURON e Karel MODEZELEVSKY, após saírem da prisão, divulgaram um documento intitulado Carta aberta ao Partido Comunista da Polônia (POUP). Tratava-se de uma Plataforma para as lutas anti-burocraticas no leste europeu que só encontraria paralelo na obra do thecolosvasco Rudolf Bahro, "A Alternativa. Para uma crítica do socialismo real", publicada em 1977 e que custou uma condenação o de 8 anos de prisão para seu autor. Em 1969, Kuron foi condenado a 3 anos de prisão e Modezlevski a 3 anos e meio.

Em resumo, a carta propõe:

- Supressão da propriedade burocrática dos meios de produção. Que a classe operária organize seu controle do trabalho;
- Controle das condições e objetivos do trabalho nas fábricas pelos Conselhos Operários;
- Os Conselhos operários enviaram Delegados operários em nível nacional: estes delegados (eleitos, revogáveis) deverão ser a armadura do Estado proletário;
- Pluralidade dos partidos. Supressão da censura. Não ao regime parlamentarista atomizando a opinião;
- Sindicatos independentes do Estado. Direito efetivo de greve econômica e política;
- Instrução geral operária articulada à produção;
- Não a armada regular permanente, nem polícia política. Milícia operária subordinada aos Conselhos;
- As empresas agrícolas do Estado devem proceder à uma industrialização rural progressiva.

Pierre Naville aponta 3 pontos da revolução política do Estado: supressão da propriedade burocrática dos meios de produção. Naville dá outra tradução:

> reapropriação dos meios de produção pelos conselhos operários, isto é, supressão da propriedade estatal do aparelho produtivo. Esta reapropriação pode ser de vários modos (inclusive o sistema de autogestão iugoslavo) de todos modos, ela pressupõe uma política permanente de controle operário e uma nova forma de planificação.
> A organização da estrutura do Estado proletário por uma pirâmide de Conselhos de trabalhadores, a eliminação do parlamento fictício, e a abolição da ditadura do partido único;
> O terceiro ponto, chave de tudo: é inútil pensar que um país ou uma sociedade possa viver sem poder burguês capitalista na ausência de partidos políticos e de associações organizadas. O jogo das estruturas transitórias do Estado só ocorrerá na medida em que os partidos socialistas são livres de agir, nos Conselhos ou noutros espaços. Isto supõe que os partidos, jamais o partido único, não tenham um monopólio na direção do estado, constitucionalmente ou não... Isto significa que os partidos são apenas um elemento na prática das opções feitas sob diferentes formas pela população.

Iugoslávia: a autogestão como sistema histórico

Os primeiros passos e os pressupostos da autogestão na Iugoslávia, foram criados durante a insurreição popular da guerra de libertação (1941-1945), que criou novos órgãos revolucionários do poder: 'os comitês populares de libertação". Estes 'comitês populares', com uma dinâmica de 'democracia direta ' e de 'autogoverno". Eram responsáveis pela gestão dos bens e da economia publica dos territórios liberados. Já na época da guerra de libertação, a gestão das fábricas era feita pelos trabalhadores; por exemplo, a fábrica de antimônio de KRUPANJ, uma cidade do território liberado da Servia ocidental, em setembro de 1941, por decisão do comitê popular, foi eleito um 'conselho operário de fábrica', que geriu com sucesso a fábrica, até a retomada do território pelos alemães. Foi um exemplo único de autogestão operária na Europa ocupada.

Em seguida, outras fábricas em territórios liberados, a Uzice, a Cacak, passaram por experiências de autogestão.

O sistema iugoslavo de autogestão foi se constituindo aos poucos, por etapas. Os autores iugoslavos assinalam 5 fases principais:

- 1949-1953
- 1953-1963
- 1963-1974
- 1974-1978
- 1978-1983

Vejamos as características principais de cada uma destas etapas.

Primeira Etapa (1949-1953)

Esta primeira etapa abrange os inícios, modestos, da autogestão: a formação dos 'conselhos operários' nas fábricas estatais e, as primeiras mudanças no sistema econômico, de administração centralizada, com o objetivo de criar os espaços para o desenvolvimento das relações de autogestão.

Os primeiros 'conselhos operários' foram formados a partir da Instrução do Tribunal econômico federal e dos Sindicatos, dezembro 1949, que, apesar de manter as posições do 'diretor de empresa' e do sindicato, já assinalava o 'conselho operário' como o principal órgão de gestão:

"Os coletivos de trabalho realizam a gestão por meio dos conselhos operários e dos comitês de direção de empresa". Os conselhos eram eleitos por todos os trabalhadores (operários e técnicos) com base no voto secreto. A partir de uma lista de candidatos apresentada pelo sindicato ou por um grupo de operários; inclusive, existia a possibilidade de revogação de mandatos.

O conselho operário podia contar, nas grandes empresas, de 15 a 120 membros; nas pequenas empresas, com menos de 30 trabalhadores, o conselho era formado pelos 30 trabalhadores. Por sua vez, o 'comitê diretivo da empresa' (3 a 11 membros), era eleito e podia ser revogado pelo 'conselho operário'.

As primeiras eleições para os conselhos operários foram realizadas entre agosto e outubro de 1950. As atividades dos conselhos de autogestão se davam ainda no quadro do sistema de direção estatal da economia.

Nesta primeira fase, a posição autogestionária dos trabalhadores nas empresas foi articulada com mudanças no sistema econômico e na vida política. Assim, no V Congresso do PCY, em 1952,foi decidido sua transformação em "Liga dos Comunistas". Esta mudança de nome tinha por conteúdo a vontade política de impedir o processo de burocratização dos aparatos do Partido e do Estado. Gradualmente, foi abandonada a estrutura hierárquica de direção estatal da economia. Vários ministérios foram abolidos e transformados em conselhos (órgãos estatais).

Em 1952, a nova lei sobre os 'comitês populares', organismos de base do poder, ampliou a área do autogoverno local e abriu espaços para descentralização em níveis econômico e político.

Em 1953, foi a vez da nova Constituição que fornecia as bases constitucionais a autogestão e as novas transformações sociais. A nova Constituição ampliou os espaços de autogestão dos trabalhadores: introduziu o "Conselho de produtores" (eleito pelos trabalhadores organizados em forma autogestionária por ramo de produção) que funcionava como uma 'segunda Câmara' do máximo corpo representativo (assembleia) em níveis de distrito e comunas. Desta forma, reforçava-se o influxo político direto do trabalho associado, organizado em forma autogestionária, no conjunto da sociedade.

Segunda Etapa (1953-1963)

Esta etapa se caracterizou por mudanças sociais profundas e rápidas, tanto na esfera política quanto na econômica. Abarcaram 4 direções.

A primeira direção diz respeito à extensão da autogestão à novos setores do trabalho e da vida social, que estavam fora do campo da autogestão na primeira etapa. Em 1944, a autogestão operária foi ampliada ao setor das ferrovias, aos correios, telégrafos e telefones, e, também, aos serviços públicos, tais como transporte urbanos, limpeza urbana, água. Em nível municipal, os órgãos do poder local (comitês populares) podiam intervir nas atividades da Empresa do setor (por exemplo, aprovação de preços nos transportes urbanos). Um controle social também operava em outras empresas. Assim, surgiram os 'Comitês dos consumidores", relativos as empresas do comércio em varejo e, os "Conselhos editoriais" nas

empresas jornalísticas e editoras.

Portanto, a autogestão se estendia a vários setores da 'atividade social extra econômica'. Este processo tinha como base jurídica a Constituição de 1953. Seu artigo 4, garantia a 'autogestão do povo trabalhador nos setores da educação, da cultura e dos serviços sociais". As escolas, os hospitais, as instituições culturais e cientificas, transformavam-se em organização do trabalho autogerido, em que todos os trabalhadores decidiam sobre a organização do trabalho, os salários, a política de desenvolvimento e elegiam os seus próprios órgãos de autogestão.

Os órgãos de autogestão nesta área dos serviços sociais (comitê, conselho) eram compostos por membros de dois tipos: os que eram eleitos pelos trabalhadores do serviço em questão, e os que eram delegados das instituições ou dos cidadãos interessados.

Todavia, estes organismos dependiam diretamente de financiamentos estatais, o que limitava a base material do desenvolvimento da autogestão. Para superar estes limites, foram criados 'fundos financeiros' autônomos. Estes 'fundos' eram dirigidos por comitês compostos por representantes dos trabalhadores dos serviços em questão, de cidadãos interessados e de representantes de toda a comunidade.

A segunda direção do desenvolvimento da autogestão foi constituída pelo aprofundamento das relações autogestionárias, pela descentralização e democratização do processo de tomada de decisões no interior das empresas e da organização do trabalho. O artigo 126, da "Lei sobre as relações de trabalho", janeiro 1958, estabelecia que "os coletivos de trabalhadores decidem autonomamente as contratações e as demissões e outras questões relativas ao estatuto do trabalhador".

A terceira direção reforçou a independência da empresa e da extensão dos direitos dos coletivos de decidirem sobre a renda produzida. Este processo foi lento. Contudo, o monopólio estatal permaneceu intacto em relação ao direito de dispor da reprodução ampliada (investimentos). Em 1957 e 58, novas leis ampliaram os direitos dos coletivos de trabalho.

Em 1957, foi realizado o primeiro Congresso dos 'conselhos operários' da Iugoslávia, que trouxe um forte impulso à autonomia da empresa e a poder dos trabalhadores. Lei de 1961, significou outro grande passo: a repartição da renda entre a fábrica e a comunidade social, afastando os órgãos do Estado deste campo. Os fundos da empresa ficam subdivididos em: fundo de gestão, fundo de

reserva e fundo de consumo coletivo.

O Estado ainda controlava e regulava os preços de 70% dos produtos e, todo o comercio exterior.

A quarta direção investia no setor da organização política, buscando democratizar o sistema político: ampliação do 'autogoverno local' e transformação em todo o sistema de decisões políticas. Em 1955-56, ocorreram mudanças no campo das 'comunas', comunidades sócio-políticas (território), buscando articular os interesses pessoais dos trabalhadores com os interesses coletivos de toda a comunidade. No nível da comuna, poderia haver uma participação real dos trabalhadores-autogeridos nas decisões políticas relativas aos interesses coletivos e sociais.

Nesta perspectiva, a descentralização tirava 'negócios' do Estado e transferia para as comunas; associações de comunas substituíam o centralismo da hierarquia estatal; os 'distritos' transformaram-se em 'consórcios de comunas'. Assim, a maior parte da ação estatal frente as empresas e das instituições de autogestão, passou para competência da comuna e, sobretudo, para competência comunal e do seu conselho de produtores.

Terceira Etapa (1963-1974)

Esta etapa apresenta uma grande mudança em todo o sistema socioeconômico e político. A base principal foi o esforço, para por em mãos dos trabalhadores, o controle direto do trabalho associado com base na autogestão, de todo o 'capital social'. Na verdade, o sistema socioeconômico iugoslavo apresentava, ainda nesta época, um dualismo: de um lado se desenvolvia a autogesão nas fábricas e nos serviços sociais e, de outro lado, a gestão dos meios destinados a reprodução ampliada permanecia nas mãos dos órgãos do Estado, sobretudo, em nível Federal.

Em 1961, surgiram tendências econômicas negativas: queda da taxa de desenvolvimento (antes tinha sido a maior do mundo), queda da produtividade, baixo grau de utilização do potêncial produtivo. O monopólio estatal sobre a gestão dos meios de reprodução ampliada foi apontado como causa destes fenômenos: O 5º Congresso da União dos sindicatos do país (1964) e o 8º Congresso da LCY, dedicaram todo o tempo a discutir as mudanças do sistema econômico e o papel do trabalho associado no campo da

reprodução ampliada.

Assim, em 1964, houve avanços no sentido da "desestatização" da gestão do 'capital social': abolição dos fundos de investimento da comunidade sócio-política (Estado) e a transferência de seus recursos para os BANCOS, que foram transformados em órgãos econômicos autônomos e autogeridos. Em 1965, foi a vez da 'reforma econômica', que trouxe mudanças importantes. Por exemplo, em 1961, as organizações econômicas dispunham diretamente do 29,5% dos meios destinados aos investimentos fundamentais, os 7,9% era gerido por instituições e 0,9% pelos bancos. A maior parte dos meios de investimento era administrada pelo Estado: os fundos de investimento da comunidade sócio-política (federação, república, regiões e comunas) compreendiam 61,7% de todos os meios financeiros destinados aos investimentos.

Dez anos depois (1971), este quadro mudou radicalmente: as organizações geriam 26,8% dos meios de investimento, as instituições 7,1%, os bancos 50,9%, enquanto a incidência da comunidade sócio-política caiu para 15,2%. Assim, os bancos passavam a ter a gestão da maior parte dos meios de investimento.

Em relação a autonomia nas empresas, houve mudanças relativas a posição dos quadros dirigentes (diretor) e o direito obtido pelos coletivos de trabalho para regular de forma autônoma os problemas da organização e da gestão e da direção das empresas. Assim, a lei (1964) sobre as eleições dos órgãos de autogestão na organização do trabalho introduziu a reeleição obrigatória do diretor a cada 4 ou 5 anos.

Em 1968, ocorreram emendas a Constituição que introduziram mudanças radicais na autogestão. Os coletivos de trabalho passaram a estabelecer autonomamente a estrutura, a modalidade de eleição, a duração do mandato, as funções e as competências dos órgãos de autogestão. Toda organização do trabalho associado era obrigada a eleger seu conselho operário. Nesse contexto, a partir de 1965, surgiram a partir das experiências dos operários, novas formas de associações autogestionárias entre as diversas esferas do trabalho social: a "Comunidade de Interesse Autogerido", substituindo os órgãos estatais.

Vários aspectos da reforma econômica não favoreceram os trabalhadores. Por exemplo, a empresa autogerida, obrigada a créditos bancários para os investimentos, se encontrou dependente dos bancos. Os bancos, formalmente autogeridos, na prática estavam submetidos aos fatores políticos (funcionários estatais e diretores de

grandes empresas). Formou-se centros independentes e com grande poder econômico, um tipo de 'capital financeiro', sem controle social e autogerido. Assim, o poder arbitrário dos grandes bancos, junto com outros fatores, minava as relações de autogestão. O desequilíbrio no grau de subdesenvolvimento econômico de algumas regiões do país, a posição do banco central, propiciavam o surgimento de descontentamento e conflitos de interesses regionais e nacionais.

No próprio campo do trabalho, reforçou-se a posição e influência da 'tecnoestrutura', dos grupos empresariais profissionais, usurpando os direitos autogestionários.

Nos primeiros anos da reforma econômica (1965-1971), a usurpação tecnocrática dos direitos de autogestão encontrou expressão na organização social e no plano social. Estes problemas levaram a um processo que terminou com uma nova Constituição em 1974.

Neste sentido, no 2º Congresso dos Autogestores do país (maio 1971), a classe operária organizada na autogestão, demonstrou o apego à linha do desenvolvimento social fundado na ideia da autogestão, como sistema global de organização da sociedade socialista.

Quarta Etapa (1974 -1978)

Esta etapa tem por características principais os esforços para viabilizar estrategicamente o sistema de autogestão, expressos na nova Constituição (1974) e na "Lei do Trabalho associado" (1976). Na fase anterior, estes esforços esbarraram e foram quase anulados pelo poder reforçado da tecnocracia nas empresas e em outros níveis da sociedade.

A luta de classes pressionava no sentido de uma resolução deste dualismo. Desta disputa, surge o conceito de 'Organização de Base do Trabalho Associado" (OBTA), que suprimia algumas ambiguidades no campo jurídico do conceito de 'fábrica' (que subentendia uma estrutura hierárquica, separação da função de gestão da função de produção, etc).

Os organismos dirigentes das OBTA eram constituídos com base no 'principio de delegação'. Dados do "Anuário estatístico da Iugoslávia" de 1978, indicam que , em 1977, existiam no país,

16.402 “organizações de base do trabalho associado” que faziam parte de mais de 2 .000 organizações de trabalho com duas ou mais organizações de base; existiam outras 14.785 organizações de trabalho, que por seu tamanho ou por circunstancias, não eram compostas de OBTA.

O elemento fundamental de todo o sistema político-social é que este novo sistema não se funda mais no cidadão, entendido como individuo isolado ou como eleitor que transfere a outros o direito de decisão, mas se funda sobre o trabalhador-autogestor. Este trabalhador-autogestor pode exercitar seu poder diretamente no âmbito do seu mais próximo ambiente de vida e de trabalho associado, em qualidade de habitante de bairro, na comunidade de habitação autogerida, e, na qualidade de individuo com uma base social organizada, satisfaz sua própria necessidade e também dos familiares nos setores da cultura, da educação, da saúde, etc. e, na comunidade de interesse autogerido.

A introdução do sistema de delegação criou uma vasta rede de delegados eleitos, em diversos níveis e organizações. O monopólio detido pelo Partido e pelo estado cede cada vez mais espaço ao pluralismo dos interesses autogestionários organizados, os quais se incluem diretamente no processo decisório em todos os níveis sociais.

Este ‘sistema de delegação’ abre a perspectiva de uma completa socialização do sistema político, de uma substituição sempre maior da estrutura estatal. O ‘esqueleto institucional” do ‘sistema delegação’ é o seguinte:

a) As delegações são constituídas por trabalhadores eleitos com o objetivo de realização de forma direta dos próprios direitos, deveres e responsabilidades, na esfera da ‘assembleia da comunidade sócio-política’, formada por:

- organização de base do trabalho associado e na coletividade de trabalho;
- cooperativas camponesas e artesãs;
- coletividade de trabalho dos órgãos estatais;
- na comunidade de moradia;
- na organização sócio-política.

b) Os delegados são eleitos por suas organizações e comunidades;

c) A assembleia da ‘comunidade sócio-política’ é composta por órgãos do autogoverno e constituem o máximo órgão do poder

no âmbito dos direitos e dos deveres da correspondente comunidade sócio-política

Conforme os aspectos principais (produtivo-trabalho, territorial, político) da organização autogestionária dos trabalhadores, cada assembleia das comunas, da república e das regiões autônomas, é composta por:

- do conselho de trabalho associado, que é o conselho dos trabalhadores da organização de base do trabalho associado e de outras organizações ou comunidades autogeridas;

- do conselho sócio-político, que é o conselho dos trabalhadores e dos cidadãos reunidos na organização sócio-política;

- o conselho da comunidade de moradia (na assembleia das comunas), que é o conselho dos delegados dos trabalhadores da comunidade de moradia.

Enfim, desta mesma 'base delegatória', nascem a 'assembleia das comunas', a 'assembleia das regiões autônomas', a 'assembleia da república' e, a 'Assembleia da República Socialista da Federação Iugoslava'. Todas são constituídas com base no mesmo principio e formadas por 3 conselhos. Só a Assembleia da RSFY, é formada por dois conselhos: o conselho federal e o conselho das repúblicas e regiões autônomas.

Este 'sistema de delegação' deveria representar uma forma de constituição e de ação dos órgãos de decisão política, diferentemente do sistema da democracia parlamentar político-representativa, e mais próximos da expressão direta e autentica dos interesses históricos da classe operária e do trabalho associado.

Autogestão nas empresas

Em todas as empresas há 2 estruturas fundamentais: os órgãos de autogestão e os órgãos de execução. Os de autogestão, representam a estrutura de decisão e poder; seu órgão principal é o Conselho Operário, eleito pelo conjunto de trabalhadores. É o Conselho Operário que elege o Comitê de gestão; também, elege o Diretor entre os candidatos que se apresentam, após um concurso publico. Este Diretor é submetido à reeleição a cada 4 anos.

Nas pequenas empresas é o coletivo dos trabalhadores que assume o papel do Conselho Operário.

Autogestão social

A Constituição iugoslava garante desde 1953, o direito à autogestão fora das empresas: é o que se chama 'autogestão social'; nas empresas é chamada de 'autogestão operária'. No plano social, a autogestão compreende:

- as instituições de gestão social (ensino, saúde, cultura, etc.);
- os serviços sociais (segurança) e os serviços de Estado (bancos, seguros, administração).

A 'autogestão operária' evidentemente, é diferente da 'autogestão social'. Nas empresas, são os operários que criam renda pelo seu trabalho, enquanto que, nas instituições sociais, os trabalhadores não criam renda. Só podem gerir o orçamento que lhes é atribuído. Há outra diferença: os poderes públicos (município, república e federação) guardam um controle sobre as instituições sociais.

Buscou-se a independência das instituições sociais em relação aos poderes públicos: em 1966, foram criadas as 'Co-unidades de Ensino', para tirar o ensino da burocracia do Estado. Estas comunidades eram financiadas de dois modos: por um imposto de renda, cuja importância era fixada pelo Estado e, pelas Empresas, organizações sociais, etc.; utilizavam os serviços de educação ou de formação permanente.

Neste sentido, foi proposto um projeto em 1971, de "Comunidades de Interesse". Essas comunidades reuniam os trabalhadores de uma instituição social e os que se serviam dos serviços. Nos Bancos, nos seguros sociais e na administração, a autogestão é menos desenvolvida que no ensino e na saúde. Os conselhos e os comitês limitavam-se, de fato, aos problemas de gestão dos empregados e à organização do trabalho.

Autogestão e vida política

A autogestão no campo do poder político traduzia-se de duas maneiras: numa ampla descentralização da vida política e numa tentativa de redefinição das relações entre eleitos e eleitores, representados e representantes.

A Iugoslávia era um Estado federativo, composto por 6 Repúblicas e 2 províncias autônomas, todas usufruindo de uma grande autonomia. As Repúblicas e as províncias, representadas

igualmente na Federação, tinham o direito de veto sobre as decisões importantes da Federação. O papel desta limitava-se a política estrangeira e defesa nacional.

A 'comuna' representava o elemento de base da autogestão no campo político. É o lugar de coordenação da atividade dos órgãos de autogestão. Para facilitar uma coerência econômica e reduzir a administração abusiva, o numero de 'comunas' foi bastante reduzido: 500 'comunas'.

Em um país descentralizado e atomizado, a LC, garantia, pela centralização e por sua ideologia, significa um elemento de manutenção da segurança social: estava presente em toda parte, através de seus membros nas fábricas, nas comunas, nas instituições sociais, etc. Desta forma, o papel dirigente da LC foi impulsionado junto com o desenvolvimento da autogestão.

A nova Constituição previa um sistema de 'delegação', para abolir o sistema clássico de 'representação': os deputados eleitos mantinham seus postos de trabalho e eram controlados pelos próprios eleitores.

Para KOLM a nova Constituição Iugoslava se expressará em sua "realização no campo da economia com caráter revolucionário. A empresa desaparece. A entidade fundamental se transforma em "Unidade de Trabalho Associado de Base" (UTAB). Seus trabalhadores devem encontrar-se fisicamente próximos, e serem pouco numerosos, para que as decisões possam ser tomadas por democracia direta...Várias UTABs se associam em uma Unidade de Trabalho Associado (UTA), que pode ser, por exemplo, uma antiga empresa. Porém, uma UTAB pode pertencer a varias UTA cujas unidades de base utilizem seus produtos ou serviços, ou lhes forneçam os seus. Daí, surge o modelo de Plano. As UTAB estabelecem entre elas, livremente, contratos a médio prazo de subministrar seus produtos, indicando também os preços. O conjunto destes contratos constitui o Plano".

No conjunto, a autogestão Iugoslava era uma pirâmide de elos e relações desde as unidades de base até o Parlamento. O sistema autogestionário buscava assegurar a influência mais forte dos trabalhadores em relação aos órgãos representativos. A Assembleia federal compreendia 5 'câmaras' ou "Conselhos"; três dos quais eram formados de representantes das organizações autogeridas dos trabalhadores dos principais setores da atividade social (economia,

educação e cultura); o quarto 'Conselho", eleito diretamente pelos cidadãos, era o das 'comunidades locais'. Enfim, o "Conselho das Nacionalidades", composto por deputados eleitos e delegados, pela Assembleia das Repúblicas e das Províncias socialistas.

Uma política de desestatização estava em processo no país. As decisões eram muito descentralizadas em nível de República e comunas. Assim, o Estado em nível federal não controlava as instituições como ensino e saúde. As empresas eram totalmente autônomas; as comunas eram pequenos estados. Todavia, as instituições 'sócio-políticas' (a Liga dos Comunistas, os Sindicatos e a Aliança Socialista) eram fortemente centralizadas.

A estrutura e a concepção de partido (a LC) eram próximas do modelo 'leninista' clássico. Esta situação, de um partido centralizado e único, numa sociedade descentralizada, reforçava seu papel de centralizador político. De qualquer forma, diferentemente dos outros países do leste da Europa, onde os PCs se apoiavam numa ampla burocracia, na Iugoslávia, a LC era mais um centro de ortodoxia ideológica do que um aparato burocrático.

Alguns dados oficias indicam que, no início dos anos 1970, havia 11.000 conselhos operários, com um total de mais de 220.000 membros (170.000 operários e 50.000 funcionários). Cerca de 50% eram mulheres e jovens. Contava-se mais de 1 milhão de pessoas que tinham passado pelos órgãos de autogestão operária.

Para 1964, no setor socializado havia 3.668.000 empregos, em que 1.362.000 na indústria de manufatura, 376.000 na construção e 346.000 na agricultura. Em 1961, no setor privado, a agricultura tinha 4.551.000, cifra que diminuía progressivamente. O ganho mensal dos operários na indústria em 1963 era de 28.000 dinares, as calorias por habitante eram de 3.116. De 1953 a 1963, 1.600.000 trabalhadores foram integrados na produção.

Pierre Naville realizou trabalhos importantes sobre a autogestão na Iugoslávia. Sobretudo, no que diz respeito ao poder dos trabalhadores, suas greves e a questão salarial. Partindo do estudo do iugoslavo N. Popov "As greves na sociedade iugoslava contemporânea" (Belgrado, 1969), apresentado nos debates na "Conferência Internacional sobre Autogestão e Participação" (Dubrovnik, 1972), Naville nos fornece um 'quadro' das greves no país. A primeira greve 'reconhecida' e admitida ocorreu de 13 a 15 janeiro 1958, quando cerca de 4.000 mineiros de Trborlje e de Hrastovik, na Eslovênia, operários, técnicos, engenheiros e empregados, entraram em greve para protestar contra o baixo nível

das rendas; nas minas de Pagorje de carvão de Savi,1.200 operário fizeram greve de um dia em solidariedade. Eis os dados:

Ano	Nº de greves	%	nº de grevistas
1958	28	1,6	-
1959	35	2	-
1960	61	3,5	-
1961	130	7,4	-
1962	225	12,8	-
1963	213	12,2	-
1964	271	15,5	11.000
1965	231	13,2	9.000
1966	152	8,7	-
1967	118	6,7	16.762
1968	148	8,5	19.206
1969 (8 meses	138	7,9	21.629
Total	1.750	100	77.597

70% dos conflitos surgiram na Servia, na Croácia e na Eslovênia, as repúblicas mais industrializadas da Federação Iugoslava. E, entre 27 ramos de produção, a metalurgia, o têxtil e florestal, agrupam mais da metade das greves (240 sobre 512),são os ramos em que os salários ficam abaixo da escala de rendas.

Dados de greves por ramo na Federação Iugoslava

Ramo de Produção	Nº de Greves	%	Nº de Grevistas
Metalurgia	123	24,50%	14.623
Têxtil	55	10,8%	13.823
Florestal	62	12,2%	6.781

80% das greves ocorrem com a participação de membros dos conselhos operários, dos comitês de gestão e de outros órgãos da autogestão. A principal causa imediata das greves é relativa à renda.

Dados sobre causas das greves

Causas	Nº de greves	%	Nº de grevistas
Renda baixa	134	26,6	19.049
Organização do trabalho - Subdesenvolvimento da autogestão	67	14,9	10.423
Diferenças abusivas de renda	164	36,4	20.472
Más condições da atividade e posição ruim no mercado	202	90,6	32.120

Naville estuda as relações de trabalho no sistema de autogestão da Iugoslávia, para chegar a algumas conclusões sobre a questão fundamental: "a força de trabalho deixa de ser um valor de troca?". Esta questão é subjacente ao grande debate iniciado em 1943, na URSS, pelo economista Leontiev, sobre o "Mercado Socialista". O autor elogia a coragem dos iugoslavos relativos aos dados sobre "conflitos de classes", fornecidos pelos sindicatos: pela primeira vez há dados sobre greves no leste europeu. Geralmente, estes movimentos são camuflados sob nomes como "interrupções de trabalho", "conflitos", "sabotagens".

Partindo de um estudo de Neca Jovanov sobre a *relação entre a greve como conflito social e a autogestão como sistema social*, apresentado na Conferência Internacional sobre Autogestão e Participação, 1972), Naville tira algumas conclusões. Os motivos que produziram as explosões de Gdansk e Szezcin na Polônia (em 1970), são também os motivos que levaram a onda de greves iugoslavas.

> As greves surgiram e se desenvolveram com o aumento numérico relativo e absoluto da classe operária, com sua concentração crescente, e com o desenvolvimento das relações de autogestão. Em 1972, os operários (setor econômico) eram 4 milhões de pessoas, crescendo cerca de 200% em relação a 1950.O setor 'não-econômico' aumentou ainda mais, de 22%, mesmo que sua grandeza absoluta seja inferior. A parte da população agrícola na população total recuou de 60,7% para 36% de 1953 à 1971, com fortes diferenças segundo as regiões: de 18% na Eslovênia à 50,1% na província de Kosovo. Devemos ajuntar um forte contingente de desempregados (320.000 em 1970), e de trabalhadores que saíram do país (mais de 800.000 em 1970).

As greves não são contra a autogestão, mas devido as suas condições sociais e materiais. O sistema de autogestão e de gestão social-estatal comporta uma dupla oposição: entre categorias de operários (e assalariados em geral), e entre o conjunto dos operários e o aparelho burocrático do Estado. O que se revela abertamente na Iugoslávia é justamente o que se oculta na URSS", concluí Naville.

Naville analisa a estrutura de poder:

> A autogestão é constituída por coletivos de trabalho na base, através de mecanismos de representação e órgãos de decisão autônomos. Entretanto, à estes centros de decisão primários (base) se superpõem outros, de natureza regional (República) ou federal, que têm o controle do poder do Estado sob a forma de mecanismos econômicos centrais, sobretudo, bancários e de planificação; instituições políticas (assembleias parlamentares) e os órgãos de segurança, sem contar o poder do partido (liga dos comunistas).

Assim, "Longe de trabalhar indistintamente para sociedade, o assalariado continua a trabalhar, ao mesmo tempo, para ele mesmo, para outros, mesmo que sejam outros assalariados. A exploração subsiste, mas sob uma nova forma que chamamos de Exploração Mútua". Esta é a tese de Pierre Naville sobre a questão do valor de troca nos socialismos de Estado.

Enfim: "Um modo particular de exploração, a 'exploração mútua', existe ainda nos regimes de socialismo de Estado, mesmo que, como é o caso da Iugoslávia, haja sido iniciado um corajoso processo de autogestão". Analisando o quadro de greves:

> Quem são principalmente os grevistas? Os operários da produção. Quem são seus adversários? Segundo os casos, diretamente ou não, os quadros dirigentes ou outras categorias de trabalhadores. Porque fazem greve? Antes de tudo, para defender e melhorar seus salários, que na Iugoslávia se chama de "renda pessoal".

O filosofo do grupo "Práxis", Mihailo Markovic assinalou as três contradições que atravessavam as experiências da maioria dos países do Leste europeu:

1ª) subsiste um conflito permanente, frequentemente latente,

entre a burocracia reinante e o povo dos trabalhadores sem poder;

2ª) há uma guerra constante entre as diferentes camadas e frações da burocracia;

3ª) enfim, manifestam-se sempre, apesar dos esforços do poder central para exercer seu controle absoluto sobre os grupos de direção nas repúblicas nacionais no plano local e regional, as tentativas destas repúblicas para ampliar a autonomia e o poder em seu próprio solo, o que desenvolve de uma parte, as tendências de secessão, de orientação particularista, e de outra parte, contramedidas centralizadoras: campanhas contra as minorias nacionais, depurações, intervenções militares, que assumem no cenário internacional um caráter claramente imperialista".

Na mesma perspectiva, Markovic, analisando 'as contradições internas dos Estados de constituição socialista', em 1975, já assinalava os perigos destes 'conflitos nacionais':

> Uma outra evolução desfavorável porque retrograda, seria a modificação do caráter da oposição: se ela substitui o conflito social não resolvido por seu sucedâneo o conflito nacional (...). Façamos um breve parêntesis: em agosto de 1989, Jacek Kuron, militante da oposição polonesa, em sua residência na rua Comuna de Paris, em varsóvia, nos falava sobre o que ocorria naquele momento no Leste e na própria Rússia. Exatamente, nos dizia que as contradições nacionais já tinham superado as contra-dições sociais, e que a situação era incontrolável. Com estilo irreverente, concluía: vai ser uma merda! Infelizmente, e mais uma vez em sua vida, Kuron acertou!

Continua Markovic:

> As raízes destes conflitos são múltiplas: tradições históricas, injustiças cometidas, disparidade hereditária em nível do desenvolvimento, desempenham um certo papel. Mas, o fator predominante para nós, é o papel da burocracia no surgimento das tendências nacionais dentro das federações multinacionais.
> As burocracias da federação, assim como a das unidades nacionais, são responsáveis do crescimento das forças nacionalistas: a burocracia central, baseada no centralismo único, do tratamento uniforme e não diferenciado de todas as unidades nacionais e no direito do poder central de intervenção (...). A burocracia nacional condena o nacionalismo mas tende ao mesmo tempo a favorece-lo.

Em sua análise dos 'cinco comunismos', G. Martinet assinala as contradições existentes dentro do PC e do sistema político: "Tudo provem da crescente autonomia de que dispõe cada partido nacional (sérvio, croata, esloveno, montenegrino, bosniano e macedônio), sendo esta autonomia a consequência da política de descentralização econômica. Não existem no seio do Governo e do Parlamento iugoslavos tendências de direita e tendências de esquerda, mas sim uma fração croata, uma fração servia, uma fração macedônia, etc. que defendem posições diferentes, segundo os interesses das repúblicas que representam... o pluralismo introduziu-se no partido, mas pela via étnica".

Após a morte do marechal Tito (1980), todos os problemas se agravariam de forma incontrolável. Yvon Bourdet e J. Pluet, em artigo na revista "Autogestions" (n.4 – 1980), traçaram os cenários possíveis:

> Reconhecimento de que a estruturação atual dos poderes em todos os níveis tornará impossível o retorno à um poder fortemente autoritário e a Iugoslávia se engajará no caminho de uma profunda liberalização utilizando todo o potêncial do sistema autogestionário, com todos os riscos que este caminho provocara em forças que resistirão por se sentirem ameaçados.
> Ou, apoio das em eventuais ameaças entre algumas repúblicas – os partidários do modo autoritário, com apoio das forças armadas e de uma polícia ainda indecisas, decidirão virar a roda da história em sentido contrario e defenderão a volta aos métodos que tornarão a autogestão um triste espólio e liquidarão 25 anos de história.

Infelizmente, entre diversos problemas, o tradicional antagonismo entre Servia e Croácia, levou ao prevalecimento do segundo destes cenários: a barbárie se instalou com uma guerra fraticida, marcada pelo fundamentalismo e a xenofobia, com elementos de genocídio.

Bourdet e Pluet atestam a importância da experiência ocorrida na Iugoslávia:

> A Iugoslávia submeteu – em suas condições específicas - autogestão aprova da experiência dos fatos. E, desta forma, podemos falar de um verdadeiro laboratório com dimensões de um país inteiro. Se há apenas um mérito a conceder a esta

> experiência é o de existir; e, por este fato, de estimular a reflexão sobre a autogestão, a análise de suas contradições, o exame de suas virtualidades.

Vamos dar destaque a leitura que Toni Andreoni fez da experiência iugoslava, pelo fato de ser do inicio dos anos 2000, após uma própria avaliação feita pela própria história, e mis de 10 anos após a derroca geral do 'socialismo real' com a queda do Muro de Berlim e a crise na URSS em 1992.

T. Andreoni em sua obra "*Le Socialisme Est (A)venir.L' Inventaire*" ,Tomo 1 (2001), na parte em que analisa o "Legado Histórico" das 'experiências 'socialistas", destaca a importância da experiência iugoslava:

> Vou me dedicar mais longamente a experiência iugoslava, porque ela foi o único exemplo histórico de longa duração de socialismo auto gestionário, porque ela interpelou os socialistas do mundo inteiro mês que fossem hóstia a ela (lembremos da excomunhão do 'titismo') e porque ela inspirou muitas pesquisas teóricas atuais.

T. Andreoni extrai "Algumas Lições da experiência iugoslava". Para Andreoni, "A Iugoslávia foi antes da Hungria e durante mais de 30 anos, um verdadeiro laboratório do socialismo de mercado". Mas,

> Essa experimentação histórica infelizmente só suscitou hostilidade na URSS e nos outros países que se reclamavam do socialismo real (fora de alguns círculos restrito de partidários de uma reforma de fundo) e apenas interessou à esquerda revolucionária no Ocidente que por suas inovações autogestionárias. Mas, ela inspirou obras interessantes, que deveríamos reler hoje, ao invés de esquecer uma história apaixonante, sob o pretexto de que acabou no caos.

E. T. Andreoni explica a razão dessa atração:

> Se a Iugoslávia foi um terreno de experimentação, dos mais apaixonantes, é porque ela tentou, em uma longa duração e através de varias mudanças de eixo, de conciliar os aspectos mais positivos do sistema cooperativo (autogestão, inserção no mercado) com os da propriedade publica, mais social que estatal. Podemos tirar desse fato ensinos particularmente esclarecedores.

Em primeiro lugar, Andreoni conclui que

> A economia iugoslava sofria tanto de uma ausência de mercado quanto de uma falha de Plano. A fraqueza do Plano está na origem das desigualdades regionais (a separação entre regiões ricas e pobres duplicou). A concorrência entre as empresas levou-as a procurar no estrangeiro os melhores meios de produção, o que aumentou o *déficit* externo (multiplicou por 4). (...). Na ausência de um mercado os direitos de propriedade e de controle exercido pelos a acionários, como no sistema capitalista, as empresas sociais, que não são submetidas as pressões orçamentárias das cooperativas, tomaram riscos excessivos em matéria de investimentos, de efetivos e de remuneração. A autogestão 'socialista' se opõe ao rigor das 'leis do mercado'. Mas, ao mesmo tempo ela sofre as consequências, pois, quando o enquadramento e o plano tornam-se pesados, ela não supõe de outro regulador suficientemente eficaz. Os empresários e apoderam do poder, porque têm a missão de serem competitivos e de obterem lucro e jogam todo o peso no sistema de credito.

Qual saída nessa situação, pergunta Andreoni?

> Faltou, para o sistema ser eficaz, de uma parte que o mercado de emprego fosse fortemente regulado, de modo a assegurar a mobilidade da mão de obra sem a penalizar e a conter a hierarquia das remunerações e, de outra parte, que o sistema bancário jogasse plenamente seu papel, ou seja, distribuir os créditos segundo os critérios puramente de mercado, mas ao mesmo tempo, segundo as orientações do plano as empresas.

Todavia, diz Andreoni, a via escolhida após 1971 não foi esta:

> tentou-se impulsionar os fogos da autogestão sem para tal restaurar o poder do Plano, sem juntar os dois eixos da cadeia. Esse foi um período de criação institucional fascinante, em que o laboratório iugoslavo pariu o maior numero de inovações, mas em que os resultados foram tão decepcionantes ou ruins que contribuíram a desacreditar o sistema autogestionário.

Quais resultados?

> As empresas foram desmanteladas em organizações de base do trabalho associado para quebrar o poder dos tecnocratas. Estes órgãos eram como miniempresas, dispondo cada um de seu conselho operário, livres de decidir sobre a produção, a renda e mesmo o emprego. Para lutar contra a profissionalização dos delegados ao conselho operário deveriam manter seu trabalho, sendo revogáveis, e seus mandatos limitados a 2 anos (o que lembra certas medidas da Comuna de Paris).
> Estas organizações de base faziam contratos entre elas para formar as organizações do trabalho associado (as empresas) para onde enviavam os delegados. Durante o mesmo tempo foi adotada a Constituição mais democrática do mundo, e uma grande campanha foi conduzida contra a burocracia em nível central. A luta contra o carreirismo, o enriquecimento ilícito, a corrupção, foi tal que milhares de empresas se encontraram sem diretores e que se tornou difícil recrutá-los tal o emprego se tornou precário.

Porque este processo fracasssou?

> Se essa verdadeira revolução só deu fracos resultados, foi de inicio, penso, porque não se teve consciência dos vícios do sistema de delegação piramidal, isto é, as eleições a vários níveis e os limites da democracia direta, defeitos que levaram à uma perda de eficácia na gestão, e sem erguida, essa autogestão radical, ao introduzir os mecanismos de tipo mercantil no interior das empresas, multiplicou problemas do sistema precedente: anemia de investimentos, sobre-emprego, disparidades e deriva das remunerações.
> No que diz respeito ao financiamento, a orientação foi cada vez mais para um sistema de credito cooperativo. Os recursos foram sempre alocados pelos bancos no quadro de um plano adotado por assembleia geral das empresas membros, mas, desta vez, todas as empresas tinham direito de voto igual (cada cabeça um voto), fossem grandes ou pequenas.
> Elas distribuíram, assim, generosamente as dividas, mesmo as mais duvidosas, desde que elas não tinham obrigação de fazer benefícios. Vemos, portanto, os inconvenientes de uma separação entre o organismo que aloca os créditos e as empresas que demandam (ANDREONI).

"Quanto a Planificação, ela se limitou aos setores prioritários (onde era imperativa)". Para T. Andreoni, há outros elementos que explicam o fracasso do sistema iugoslavo. Por exemplo, a

confederalização do Estado, que reavivou os antagonismos e irredentismos das Repúblicas, originados na história atormentada dos Balkans, as dificuldades de inserção no mercado mundial, o peso crescente da divida externa e as pressões impostas pelo FMI, uma política monetária muito frouxa, um aparelhamento excessivo da Liga dos Comunistas sobre os cargos políticos e mesmo os postos econômicos, que esvaziou de substancia toda a política de luta contra a burocracia e a tecnocracia e a vontade de desengajamento do Estado.

Foi somente no fim dos anos 80 que a crise econômica, com o peso de todos esses fatores, tornou-se severa (desemprego, déficit externo, inflação crescente, falência de regiões inteiras)". Enfim, para Andreoni,

> Ao menos fica que o sistema iugoslavo, durante perto de 40 anos, funcionou bem melhor que o sistema soviético e que o balanço, o que concerne à autogestão em si está longe de ser negativo, contrariamente ao que afirmam as teorias neo-institucionalistas e como reconhecem os especialistas mesmo que sejam hostis ao sistema iugoslavo.

.

A revolução na Hungria, 1956

Os países do Leste europeu que erigiram os regimes ditos "Democracias Populares" no pós-Guerra, atravessavam condições originais:

Transformações econômico-sociais que, no contexto político de "revoluções passivas", marcaram profundamente a consciência de milhões de pessoas. Podemos, portanto, falar de grandes transformações em 1945-48, tais como: reforma agraria, expropriações da burguesia, escolarização ampla, difusão da instrução e da cultura, mesmo no quadro de domínio da URSS, obtiveram um amplo consentimento passivo das massas. Este elemento facilitou a liquidação política dos conselhos de fábrica, das milícias operárias, partidos operários em gestação na clandestinidade e, favoreceu a robustez do aparato partido-Estado.

O ano de 1956 representa um corte de vários setores sociais com o socialismo estatal-burocrático; as ideias-força do socialismo retornam, após uma década de stalinismo, como se fosse uma "Vingança da História Violada", nas palavras de Pierre Broúe,

empunhada pelos setores revolucionários, sobretudo, os intelectuais, os estudantes e as massas operárias.

Sobre a revolução húngara, houve uma "conspiração do silencio", tanto no Leste quanto no Ocidente, a direita e a esquerda. A razão estava no conteúdo do movimento enquanto revolução dos conselhos operários, pregando a gestão coletiva da sociedade. Nesse sentido, como bem o expressou Claude Lefort, foi a primeira revolução anticapitalista e anti-burocrática; não exigia o retorno a propriedade privada, mas a gestão coletiva das empresas pelos trabalhadores, o que é inconcebível no capitalismo e, também, no socialismo estatal-burocrático.

Após 10 anos de socialismo estatal, as massas rejeitaram na práxis concreta o regime sob o qual tinham vivido e, que lhes era apresentado como o "socialismo": elas, na verdade, aspiravam a um socialismo que chamavam de "democrático".

Os trabalhadores húngaros e poloneses, em 1956,construiram junto com outros setores, um programa revolucionário, usando o instrumental que dispunham: as tradições nacionais do movimento operário, a herança do movimento clandestino, das lutas sindicais, exemplos de outros países como a autogestão na iugoslava, assim, os conselhos foram a forma mais simples e prática de tomarem em próprias mãos seus destinos. Talvez, fossem o resultado de uma meditação sobre a história revolucionária: dos conselhos operários húngaros de 1919, dos poloneses de 1918,ou dos soviets de 1917 na URSS.

Lefort destaca alguns elementos dessa revolução ativa de massa:

1. Seu caráter de "revelador histórico" da natureza dos regimes do socialismo estatal-burocrático;
2. A prova de uma radicalidade inédita e,
3. Sua inventividade.

Neste sentido, militantes comunistas tomaram consciência dos "vícios" do regime; a formação dos conselhos operários autônomos a nível de produção e território, provocou uma cisão entre o aparato estatal e a sociedade; a participação da classe operária trouxe os reformistas do PCH para o lado da revolução; fundaram-se associações e comitês em todos os setores da sociedade húngara.

O Conteúdo e a Lógica da Revolução Ativa na Hungria

Castoriadis foi pioneiro, com o grupo "Socialismo e Barbárie", das análises sobre a revolução ativa massa húngara. Seu texto, “A fonte húngara", publicado na revista "Telos", em 1976, explicita os elementos do que chamamos de revolução ativa de massa, no que chamou de "caráter radical da revolução: o conteúdo, o sentido e suas implicações".

Castoriadis diferencia 1956 na Polônia e na Hungria: em 1956, o povo polonês não pegou em armas. Apesar de seu devotamento e efervescência, os conselhos operários não questionaram de modo explicito a estrutura de poder existente. O PC foi vitorioso... controlando nas mãos a situação durante todo o período crítico, e esmagou o movimento de massa".

Sobre a Hungria nos diz:

> o movimento de massas foi tão potente e radical que em alguns dias literalmente pulverizou o PC e o parelho estatal. Nem mesmo "dualidade de poder", tudo o que subsistia como poder estava nas mãos da juventude armada e dos conselhos operários. O "Programa" dos conselhos operários era absolutamente incompatível com a conservação da estrutura burocrática da sociedade. Exigia a autogestão das empresas, a abolição das normas de trabalho; a redução drástica das desigualdades de rendas, o monopólio sobre os aspectos gerais da planificação, o controle da composição do governo, e uma nova orientação da política externa, e tudo isso, claramente formulado no espaço de alguns dias.

Em relação a auto-organização da sociedade civil, diz Castoriadis: "Qual o significado histórico e sociológico dessa extraordinária proliferação de partidos, organizações, etc., no espaço de alguns dias? Muito precisamente, este: uma autentica revolução ocorria. Tal proliferação, ao mesmo tempo que se experimenta em toda sua variedade as ideias que lhe correspondem, é na verdade, a marca distintiva da revolução".

Castoriadis distingue reforma de revolta: "As coisas são ainda mais claras quando visamos, não a revolta, enquanto explosão e destruição da velha ordem, mas a revolução, enquanto atividade auto organizada visando a instauração de uma ordem nova".

Em relação a dialética "passividade x atividade": "É um lugar comum dizer que uma verdadeira revolução é sempre nacional: todos os setores, todas as camadas da nação abandonam sua passividade e sua submissão conformista a ordem antiga; todos se esforçam por tomar parte ativa em sua destruição e na formulação de uma nova ordem". Define, então, a revolução:

> É esse estado de fervilhar e de fusão da sociedade que acompanha a mobilização geral de todas as categorias e de todas as camadas e a demolição de todas as barreiras. É o traço que torna compreensível a libertação e a multiplicação extraordinárias do potêncial criador da sociedade nos períodos revolucionários, a ruptura dos ciclos repetitivos da vida social - e a abertura repentina da história.

Para o filósofo grego, a fonte de criação sócio histórica é a atividade do povo húngaro. No curso de sua atividade autônoma, e a favor dessa, o povo cria novas verdades positivas[...] pois encarnam novas formas de organização da vida coletiva com base em princípios novos. Estes princípios portam uma ruptura radical com as estruturas sociais vigentes (a Leste como a Oeste)".

Na revolução húngara, encontra-se uma nova fonte, um novo ponto de partida para pensar a política. Para Castoriadis o caráter espontâneo da revolução é fundamental:

> a auto-organização é, aqui, auto organizar e, a consciência, o devanir consciente; nos dois casos, temos um processo, não um estado[...] nesse sentido, a revolução é a auto instituição em seu nascimento como no seu desenvolvimento. Pois a revolução auto instituição explícita da sociedade; a "espontaneidade" apenas designa a atividade criadora social-histórica em sua expressão mais elevada [...].

Qual, então, o conteúdo desta revolução ativa massa?

> O conteúdo positivo foi a formação dos conselhos operários, a reivindicação da autogestão e da abolição das normas de trabalho [...] que tem suas raízes em uma relação profunda e orgânica com as criações anteriores do movimento operário e com o conteúdo de outras fases da atividade revolucionária [...]. Isto mostra o fato que a revolução húngara se inscreve na serie de lutas que visam, após cerca de 200 anos, uma reconstrução radical da sociedade.

Qual o papel destes conselhos operários? Castoriadis avalia: "O que contêm em potêncial os conselhos operários húngaros, em sua formação e seus objetivos, é a destruição das significações sociais tradicionais, herdadas e instituídas, do poder político, de uma parte, e de outra, da produção e do trabalho; dai, o germe de uma nova instituição da sociedade".

> Ou, "A importância dos conselhos está em:
> a) estabelecimento da democracia direta, isto é, da verdadeira igualdade política (quanto ao poder);
> b) enraizamento nas coletividades concretas (não apenas nas fábricas);
> c)reivindicações relativas a autogestão e a abolição das normas de trabalho".

Como vimos, a definição por Castoriadis da revolução húngara é similar ao que, por exemplo, Glucksmann chama de revolução anti-passiva, a partir de Gramsci. Vejamos, uma análise a partir de "dentro": de dois membros da chamada Escola de Budapeste (discípulos de Lukacs), Agnes Heller e Ferenc Feher.

Para os dois pensadores húngaros, a revolução dos conselhos na Hungria foi um exemplo clássico de revolução política pura; contrariamente, as revoluções de 1848,da Comuna de Paris, da Soviética, da Alemanha em 1919 e da própria Hungria em 1918,que ocorreram concomitantemente com guerras. Seu eixo foi o questionamento radical da estrutura social.

O Governo Rakosi, então em vigência, caracterizava o país como de um povo humilhado, esmagado e menos livre. A economia centrava-se em projetos faraônicos, privilegiando a indústria de bens de capital; como consequência, o consumo de calorias, em 1950, era o mesmo de 1940. No campo dos fatores históricos, ocorreu uma sincronização de elementos que favoreceu o desencadear da revolução, a saber:

- crise moral do grupo dirigente
- uma figura do porte de Imre Nagy
- existência de oposição
- uma linguagem comum.

O contexto da "desestalinização" propiciou as iniciativas de mudança na URSS e na própria Hungria, onde o governo Nagy

propunha o fim da coletivização no campo, redução da repressão, condenou a política econômica, enfim, estabeleceu uma "legalidade socialista". A disputa Nagy x Rakosi, foi o primeiro enfrentamento público após as lutas dos anos 1920 e da liquidação do trotskismo; trouxe os reformadores para o cenário principal.

Houve um consenso entre as massas revolucionárias em torno de eleições livres, pluralismo e independência nacional. No processo revolucionário, os trabalhadores assumiram o controle dos centros de comunicação, das estações de radio e impressoras, destruíram os símbolos estalinistas, desorganizaram o aparato repressor, distribuíram armas ao povo, criaram novos jornais e, sobretudo, fundaram novos órgãos de poder político.

Neste sentido, houve um retorno as tradições democráticas do socialismo, a fundação dos conselhos operários foi criação espontânea da classe operária, democraticamente eleitos nas fábricas, escolas, institutos científicos, serviços, em todos os locais de trabalho, materializando uma práxis socialista: defendiam a propriedade social e a democracia direta.

Para Heller e Feher, poderia ter sido a primeira experiência histórica de democracia mista: democracia direta nas fábricas e cidades (frente operário-popular) mais sistema de democracia representativa.

Neste aspecto, é fundamental o testemunho e a análise de Edgar Morin.:É movimento espontâneo, o movimento natural da revolução húngara é duplo:

1.Ele tende a integrar em si as estruturas de garantia e controle que tomara emprestado a democracia burguesa: a pluralidade de partidos, sufrágio universal livre, vida parlamentar efetiva, separação de poderes, liberdade de expressão, abolição da polícia política;

2.Mas, ao mesmo tempo, tende a criar um quadro realmente socialista sobre a base da propriedade nacional: o sistema dos conselhos.

Os conselhos de empresa tendem a se federar horizontalmente, e dessa federação tende a se originar um segundo Parlamento, um Parlamento econômico. Tendem a se federar verticalmente segundo cada ramo industrial ou profissional de modo a constituir, por delegação, os órgãos de direção corporativos e planificadores.

Morin fala sobre o sentido da revolução húngara: "gestação de estruturas sociais para além do capitalismo e do sistema de aparato, pela elaboração de um regime pluralista".

Após a invasão pela URSS, a principal forma de resistência das massas foi a greve geral política. Essa greve de massa durou 7 semanas, exceto no setor publico. Seus objetivos foram claramente políticos: retirada das tropas soviéticas, retorno do governo Nagy, libertação dos dirigentes operários presos. O centro da resistência política foi o Conselho Operário de Budapest, unificando as forças.

Como surgiram estes conselhos? Quais necessidades respondiam? Qual sua dinâmica e que propunham?

Vejamos, inicialmente, o que E. Morin chamou de "sociologia da grande empresa nacionalizada", como a Zeran ou a W.F.M. em Varsovia, a Csepel em Budapeste. Pois, a partir deste micro entenderemos melhor as condições de nascimento dos conselhos de fábrica.

> No interior da grande fábrica "socialista" reinava o trabalho semi-concentracionário ou disciplinar; as primeiras resistências a esse trabalho disciplinar podem encontrar eco e organização imediata onde os trabalhadores estão concentrados as centenas ou milhares; a organização revolucionária torna-se aí tanto mais facilitada quanto menor é o numero de excrescências burocráticas ou parasitarias dentro da empresa; os responsáveis do partido, pouco numerosos, estão ligados a vida cotidiana e aos problemas dos operários; os que tinham um temperamento de aparatista já subiram na hierarquia e deixaram a empresa. Os técnicos são especialistas produtivos, e mais contrários ao parasitismo exterior do ministério e a abstração do plano imposto, que aos operários. A oposição comum a planificação abstrata do Estado cria a possibilidade de uma união sagrada "dentro da empresa. Disto resultam o nascimento e o desenvolvimento da formula dos conselhos, que consagram e exprimem a união dos operários em todos os níveis com os técnicos. Disso resulta o papel diretor e organizador das usinas avançadas, que se tornam núcleos de ação política e de resistência armada.

Morin aborda, específicamente, a situação polonesa: os acontecimentos de outubro são bem conhecidos. Menos conhecida e a revolução operária que rompe os quadros semi-concentracionarios

do trabalho industrial. A pressão policial sobre a fábrica já se tinha aliviado bastante depois da morte de Stalin e da liquidação de Beria. Já em fins de 1955 ou inicio de 1956, a demissão de operários tinha deixado de ser arbitraria e estava submetida a comissões de arbitragem mistas (sindicatos e direção).A partir da primavera de 1956 a pressão operária se faz nos seguintes pontos:1.revogar as condições disciplinares do trabalho; 2.garantir o salário; 3.participar da gestão e dos lucros da empresa.

Na crista da onda de outubro que o leva ao poder, Gomulka reconhece solenemente o direito de greve. Pouco depois, é revogada a detestada lei sobre "a disciplina socialista do trabalho", isto é, a lei semi-concentracionaria padrão, que pune com multas e cadeia toda infração ao trabalho forçado.

Ao mesmo tempo, a vanguarda operária faz garantir, estabilizar e até mesmo aumentar os salários...Uma parte dos lucros (17%) será destinada ao pessoal das empresas".

Em relação a Hungria, Morin sintetiza o que seria o “Programa Socialista”, suas palavras-de-ordem:

1.liberdade total de cultura;
2.liberdade para os partidos que aceitam as bases socialistas;
3.eleições livres;
4.vida e realidade parlamentar;
5.gestão e controle democrático das empresas;
6.federação nacional dos conselhos e constituição desta federação como órgão direto de poder;
7.abolição da coletivização forcada no campo;
8.em certos setores artesanais e comerciais, eventualmente NEP (nova política econômica);
9. economia orientada para as necessidades de consumo;
10. transformação estrutural do Partido e dos partidos comunistas;
11. direito irrecusável a independência nacional.

Miklos Molnar, em seu livro-romance "*Victoire d"une défaite-Budapest 1956*", relata a experiência conselhista húngara:

> A luta estava em pleno auge quando os primeiros conselhos, os novos órgãos revolucionários, se formaram tanto em Budapeste quanto no interior. Na capital, os operários da grande fábrica de lampadas, "Fábrica Conjuntas de Lâmpadas", elegeram seu conselho operário desde o 24 de outubro. No dia 25, foi a vez

> dos grandes centros industriais do interior, Misolc e Sztalinvaros, depois Debrecen, Gior. Por sua vez, o PC encorajava o movimento espontâneo. Desde o dia 26, o novo comitê central do PC declara-se a favor das "eleições dos conselhos operários nas fábricas com a assistência dos órgãos sindicais". O conselho Central dos sindicatos, tentando recuperar o prestigio comprometido nos anos anteriores, organiza as eleições. No espaço de 48 horas, todas as grandes empresas no país tinham seus conselhos eleitos e, no momento de cessar-fogo, 29 e 30 outubro, vários conselhos centrais representam os operários de toda uma cidade ou de uma região, sobretudo, formados em Miskolc, Gyor e Magyarovar, como também em alguns bairros de Budapeste.

Os conselhos eram mais que órgãos de consulta ou direção colegiada, eram órgãos políticos. "Breve, em lugar de imitar o modelo iugoslavo, pouco conhecido, seguiam o exemplo dos soviets de 1905 e 1917". A primeira preocupação dos conselhos não era apenas a produção, mas a greve, política e logo greve geral, para apoiar a insurreição armada. As forças revolucionárias eram compostas de vários conselhos: conselhos operários, comitês revolucionários como os conselhos dos intelectuais e dos estudantes, comitês nacionais das grandes cidades e de províncias. Até 29 e 30 de outubro, os conselhos operários, como todos os outros conselhos e comitês, apresentavam uma grande reivindicação: independência nacional.

"No interior, de fato, era a revolução: uma revolução dos conselhos, levando em todas as cidades importantes do país a tomada do poder efetivo por estas organizações". Tratava-se, sobretudo, dos centros industriais como Gyor no Noroeste, Sztalinvaros ao Sul de Budapeste, Miskolc no Nordeste, verdadeiros núcleos revolucionários incorporando ao movimento suas respectivas regiões. No interior, os conselhos se impuseram desde o início, ao passo que na capital, a revolução dos conselhos só tomou amplitude após a vitória da insurreição armada.

> Conselhos operários, comitês de bairro, conselhos revolucionários dos intelectuais e outros, realizaram sua primeira revolução. Sua influência foi decisiva sobre o poder e sobre o próprio Nagy... entre 29 e 30 de outubro, o movimento dos conselhos afirma-se como a principal suporte da democracia operária e socialista.

De fato, os programas dos conselhos até 4 de novembro era uma mistura de reivindicações democráticas e socialistas anti-burocraticas, sem que fosse adotada unanimemente a palavra-de-ordem "todo o poder aos soviets", como em 1905 e 1917.

Para Molnar, "Os conselhos portavam uma tendência proletária. Em que consistia? Duas palavras: autonomia e socialismo".

Vejamos um testemunho operário sobre a experiência destes conselhos operários húngaros. Trata-se do testemunho de Ferenc Toke, vice-presidente do Conselho Central da Grande Budapeste, operário da fábrica TSF-ORION, de aparelhos eletrônicos.

> No clima existente nas fábricas, antes do 23.10.56, todo o mundo estava políticamente ativo, pois os operários tinham a esperança de achar uma saída para a situação insustentável em que se achava o país, nos últimos anos. Os operários reagiam a decisão do Conselho nacional dos Sindicatos, sobre os conselhos operários que queriam nomear seus candidatos. Os trabalhadores elegeram seus candidatos, e declararam que os conselhos operários foram fundados por eles... O conselho operário eleito compreendia 25 membros. Cada seção de fábrica elegeu 2 ou 3. No total, 19 membros do conselho eram trabalhadores manuais. Nós o consideramos como conselho provisório, pois dos 3.000 trabalhadores só 800 estavam presentes. O Conselho foi encarregado de estabelecer um caderno de reivindicações que deveria ser aprovado pelos trabalhadores, e depois levado ao Governo... Devo precisar que 50% dos membros do conselho era de jovens, de 23 a 28 anos, que tinham participado nas diversas ações revolucionárias, nas manifestações, na derrubada da estatua de Stalin, nos combates de rua, etc...
>
> Ao mesmo tempo, em todas as fábricas de Budapeste, os conselhos foram fundados. Os operários da capital húngara sabiam que na Iugoslávia os conselhos operários dirigiam as fábricas... E, a criação dos conselhos se estendia progressivamente de Budapest à todo o território do país. No primeiro de novembro, os conselhos estavam em todos os lugares e começaram a funcionar. Demitiam os velhos dirigentes e os operários demandavam a descentralização industrial, o que, no plano prático, significava que a fábrica deveria tornar-se propriedade efetiva dos que trabalham, e que uma parte dos lucros iria para o Estado.
>
> Na nossa empresa, começamos este processo desde o 30 ou 31 de outubro, numa terça. Com uma delegação, fui

ao Parlamento para entrevista com Zoltan Tildy, com o objetivo de submeter um memorando a Nagy... Decidimos retornar à fábrica e de pedir aos trabalhadores a retomada do trabalho...No sábado, 3 de novembro, os trabalhadores da fábrica tomaram a decisão de retomar o trabalho, na segunda seguinte...

O Conselho Operário foi constituído de tal forma que, exceto seu presidente e o secretario, não havia nenhum membro permanente. Cada um de seus membros devia participar da produção... Os membros do conselho deviam prestar contas, todo dia, dos acontecimentos políticos, dos negócios da fábrica e de seu próprio trabalho. No 4 de novembro, pela manha, nos fomos despertados pelos canhões soviéticos. A segunda intervenção soviética iria subverter nossos planos. De imediato, os trabalhadores da fábrica entraram em estado de greve...nem os trabalhadores, em particular, nem a população em geral, tinham reservas suficientes para suportar uma greve que poderia durar vários meses. O dinheiro fazia uma falta cruel... nenhuma tendência reacionária se manifestou durante toda a duração da greve.

Uma reunião começou. Os delegados, cerca de 40/50, foram agrupados numa pequena sala ao lado... Em geral, o acordo foi bom entre as organizações revolucionárias... escolhemos os delegados para falar com este grande publico operário...todos queriam se expressar, uma comissão de 20 membros foi criada para negociar e formular uma decisão comum para ser apresentada ao publico... A resolução final adotada retomava a proposta dos operários da metalúrgica de "BELOIANIS' quanto a reintegração de Yrme Nagy ao Governo. Ela conclamava todas as fábricas da capital a se fazerem representar no Conselho Central da Grande Budapeste, para se poder criar um Conselho nacional... Foi dito que os operários só retomariam o trabalho uma vez que as reivindicações políticas fossem satisfeitas...

Uma delegação de 6 membros foi designada para levar a resolução a Kadar... Os trabalhos do Conselho Operário da Grande Budapeste começaram na sede da "Companhia dos Transportes da Municipalidade de Budapeste" (BESZKART), rua AKACFA. Os 22 bairros da capital enviaram cada um, 1 delegado. Elegeu-se 1 presidente e 1 secretário. Após a entrevista com Kadar, na tarde de 14 novembro, um dos membros do Conselho Central, Arpád Balázs, creio, declarou pelo radio que um conselho central foi formado e que deveria se retomar o trabalho, etc. Ocorreu uma grande indignação, dando

a impressão que o Conselho Central era cúmplice de Kadar... Para nós, a retomada do trabalho não implicava reconhecer o Governo. Tomamos, imediatamente, a decisão de afastar Bálazs que era presidente, e de ligar toda declaração política à uma decisão precedente e enviar imediatamente os delegados às fábricas para levar adiante nossa resolução. Esta tinha sido lida diante dos conselhos operários de cada fábrica pelo presidente, que explicava a necessidade da retomada do trabalho. Os operários se renderam a estas razões...

A formação do Conselho Central Operário da Grande Budapeste não nos satisfazia completamente. Devia ser seguida da criação de um Conselho Nacional... Foi numa segunda-feira que informaram Kadar da nossa decisão de formar um Conselho nacional Operário e, na terça, uma delegação foi conversar com os soviéticos. O general Grebennik, o comandante, recebeu em pessoa a delegação que lhe informou da nossa intenção de organizar uma reunião do Conselho nacional Operário, no Palácio dos esportes, a qual convidaríamos um representante do comando soviético... Eu fui responsável pelo serviço de ordem, que estava formado por operários da fábrica CSEPEL... A reunião foi fixada para o 21 de novembro. Desde às 6 da manhã os organizadores estavam no local... às 8 horas precisas, começou um formidável desfile militar soviético... o Palácio dos Esportes foi cercado em um instante e todas as ruas adjacentes bloqueadas, os membros do Conselho central Operário da Grande Budapeste ,nos dirigimos para a sede do Sindicato dos Trabalhadores da Construção, que ficava perto. Um certo número de camaradas ficou perto do palácio dos esportes para esperar os delegados das minas, fábricas siderúrgicas e empresas do interior, vindos dos 4 cantos da Hungria...Eleições democráticas tinham ocorrido em todos os lugares. Cada delegado tinha uma credencial oficial...Eles vinham com a intenção de impulsionar a greve, que ainda paralisava os grandes centros no interior...Acertamos de não insistir na criação de um Conselho Nacional, para não envenenar os acontecimentos... Contudo, o Conselho Central da Grande Budapeste continuaria suas atividades...Embora, nossa organização tivesse o nome de Conselho Central Operário da Grande-Budapeste, um Conselho Nacional foi criado na prática, e de forma ilegal... Quando os trabalhadores viram os deslocamentos das tropas, pensaram que os membros do Conselho Central tinham sido presos. De imediato, lançaram a ordem de greve de 24 horas... metade de Budapeste parou...

O trabalho do Conselho Central continuou. Criou comissões para diversas questões... Kadar consentiu que houvesse

negociação entre o Conselho central e o Conselho Nacional dos Sindicatos, para elaborar uma legislação sobre a atividade dos conselhos operários. O projeto se inspirava na lei iugoslava. 8 horas após recebe-lo, o Governo publica um decreto. Todavia, o decreto suprimia as disposições que asseguravam a independência dos Conselhos Operários frente ao Partido oficial. O Partido Comunista se opunha à criação dos conselhos operários na Administração; correios, telefones, transportes, ministérios, etc.

Uma das reivindicações do Conselho Central Operário foi de dispor de um jornal para informar os trabalhadores. O Governo recusou categoricamente... nós estávamos para publicar um jornal chamado "MUNKASUJSAG" (Gazeta Operária), que foi apreendido na gráfica...nos limitamos a publicar (sem aprovação do Governo) uma folha mimeografada... cada bairro recebia um exemplar que multiplicava de acordo com o numero de fábricas; cada fábrica multiplicava de acordo com o número de trabalhadores... o comando soviético apreendeu todos os mimeógrafos... em 23 de novembro, um mês após o inicio da revolução, o Conselho Central Operário abre sua assembleia. Estava presente um oficial político soviético de alta patente.

Antes de sairmos do prédio do Sindicato da Construção para o Ministério da Agricultura, decidimos organizar uma reunião secreta para discutir a criação do Conselho Nacional Operário. A situação estava cada vez mais tensa, o interior pressionava, pois vários membros dos conselhos operários desapareceram; era uma forma de chantagem do Governo. Em PECS, vários mineiros faziam greve de fome dentro das minas em protesto contra a prisão de seus camaradas...

Eu fui o responsável de organizar a reunião secreta... o delegado do 9º Bairro, que era da polícia, informou seus superiores... vários delegados do interior estavam presentes. Indignados com a ação terrorista do Governo para intimidar os trabalhadores. Os mineiros da "Salgo Targan" eram os mais decididos a recorrer à greve geral... Todos estão de acordo e, a única questão que foi discutida, era em torno da duração da greve: 24 ou 48 horas?

Um telefonema da "Salgo Targan" informou que os soldados tinham atirado numa multidão que exigia, no Conselho Operário local, a libertação de seus dirigentes. Cerca de 30 vítimas, feridos e mortos. Esta notícia foi como gasolina no fogo. Uma tempestade de indignação tomou conta da sala e decidiu-se que a única resposta era a greve...

> Decidimos lançar um apelo aos sindicatos livres do mundo inteiro para que os trabalhadores do Ocidente organizassem manifestações de solidariedade... decidimos pela greve de 48 horas...
> Em 8 de dezembro, Domingo, dia em que as reações operárias são menores, o Governo divulgou pela radio um comunicado sobre a dissolução do Conselho Central Operário da Grande-Budapeste. Desde a madrugada deste dia, os membros do Conselho estavam sendo caçados pela polícia... eu fui preso por volta do meio-dia...os operários da minha fábrica iniciaram uma greve. Um comitê se formou para obter minha liberação... apesar das prisões e das manobras do Governo, a greve de 48 horas foi um sucesso".

A partir dos elementos do depoimento do operário F. Toke, podemos assinalar que, por suas formas de luta e organização ativas e coletivas, a importância internacional da revolução húngara situa-se no plano da organização autônoma, e do poder dos trabalhadores na perspectiva da democracia operária. A revolução ativa de massa, na Hungria, constitui o ponto mais avançado já atingido pela ação revolucionária das massas após 1917.

Desde os primeiros dias, a revolução húngara se caracterizou pela fundação em todo o país dos Conselhos Operários; estes se estruturaram enquanto órgãos de poder político, articulando-se verticalmente, do plano local e regional ao nacional, se atribuindo funções políticas e combinando o legislativo com o executivo.

Os conselhos locais, os conselhos regionais e o Conselho Central Operário da Grande-Budapeste (na verdade, um Conselho Nacional), constituíam órgãos de um 'novo poder' político, de novas relações sociais e de produção. Neste sentido, declarava a Radio-Budapeste, em 26 de Outubro de 1956: "Os conselhos operários terão por tarefa tomar decisões que dizem respeito a produção, a administração e a direção das fábricas. Os conselhos operários terão igualmente por missão, elaborar o plano de produção da fábrica e de preparar a tabela do sistema de salários".

Sob o pretexto da greve geral de 48 horas, ocorrida em todo o país, por ordem do Conselho Central, em 9 de Dezembro, o Governo Kadar aproveitou-se para se livrar de vez dos conselhos operários, enquanto órgãos políticos. O argumento do decreto governamental é significativo; vejamos os termos do decreto, ordenando a dissolução do "Conselho Central Operário da Grande-Budapeste e dos Conselhos Operários regionais":

Documentos dos Conselhos Operários;

I) "Os princípios de base dos direitos e da ação dos Conselhos Operários". "(Resolução do Parlamento dos conselhos Operários consagrados à autonomia dos conselhos de fábrica. Este Parlamento se reúne no 31 Outubro 1956, em presença dos delegados de 24 grandes fábricas, entre outras as seguintes: Fábrica de vagões GANZ, Canteiro Naval GANZ, Fábrica elétrica GANZ, Fábrica de maquinas LANG, Fábrica de Maquinas e de Locomotivas MAVAG, as fábricas de Aparelhos Elétricos Beloiannis e Egyesult Izzo, etc.). "Os delegados das fábricas representadas na reunião, no interesse da realização da democracia socialista, decidem e reivindicam os seguintes pontos:

1- A fábrica pertence aos operários. Estes pagam ao Estado o imposto calculado sobre a base da produção e o dividendo fixado segundo os benefícios;
2- O órgão supremo dirigente da empresa é o Conselho Operário democraticamente eleito pelos trabalhadores;
3- O Conselho Operário elege sem eu seio um comitê de direção de três a nove membros que é o órgão executivo do Conselho Operário e que assumirá igualmente as tarefas a fixar posteriormente;
4- O diretor é empregado da fábrica. É o Conselho Operário que elege o diretor e os empregados superiores. Esta eleição é precedida de um concurso publico anunciado pelo comitê de direção;
5- O diretor, gerente dos negócios da empresa, é responsável diante o Conselho Operário;
6- O Conselho Operário reserva para si os direitos seguintes:
    a) Aprovação de todos os planos da empresa;
    b) Decisão da fixação e do emprego de fundos de salários;
    c) Decisão de todo contrato com o estrangeiro;
    d) Decisão da operação de todo negocio de credito.
7- Do mesmo, o conselho Operário resolve, em caso de conflito, o emprego e a demissão de trabalhadores;
8- Ele aprova os balanços financeiros e decide do uso dos benefícios;
9- O conselho Operário toma em mãos os negócios sociais da empresa.

Os conselhos Revolucionários das fábricas, empresas, instituições e universidades de Budapeste, 90% de seus

Comitês revolucionários, assim como a Aliança Camponesa em formação representando cinco regiões, já aceitaram a proposição acima e tomaram as medidas necessárias à sua realização".

II) Resolução dos delegados dos Conselhos Operários do 11º bairro de Budapeste:

Os operários delegados dos trabalhadores das fábricas do 11º bairro têm unanimemente decidido, no interesse da construção do socialismo na Hungria e do futuro do povo, retomar o trabalho nas condições seguintes:

1) Queremos sublinhar que a classe operária revolucionária considera as fábricas e a terra como propriedade do povo trabalhador.

2) O Parlamento Operário reconhece, como parceiro de negociação, a competência do governo Kádár à condição, todavia que, no interesse de assegurar sua própria legalidade, ele se transforme conforme à vontade do povo.

3) O povo, com confiança, criou os conselhos operários para que sua vontade prevaleça. Por isto reivindicamos a ampliação total da esfera de atividades dos conselhos operários no domínio econômico, cultural e social, e o reforço desta ampliação pelo governo.

4) No interesse da ordem interna e do restabelecimento da calma geral, reivindicamos a fixação de eleições livres onde não possa participar que os partidos que têm reconhecido nossas conquistas socialistas baseadas na propriedade social dos meios de produção.

5) reivindicamos a libertação imediata dos membros do governo Imre Nagy eleitos pela revolução, a libertação de seus colegas, assim como dos combatentes da liberdade.

6) reivindicamos o cessar-fogo imediato e a retirada imediata das tropas soviéticas de Budapeste, -dado que, as forças operárias, as unidades húngaras de manutenção da ordem podem assegurar a ordem interna. Reivindicamos também que o governo húngaro, após a retomada do trabalho pelos operários, comece imediatamente as negociações, informando regularmente a opinião pública, sobre a retirada progressiva e ordenada das tropas soviéticas do território do país.

7) É necessário organizar as forças de manutenção da ordem interna do país dos trabalhadores das fábricas e das unidades da armada fiéis ao povo.

8) Pedimos ao governo que faça conhecer pela radio e pela imprensa nossas decisões aqui enumeradas.

Nota= Retomamos imediatamente os trabalhos em relação com a reparação das destruições, com o abastecimento e os transportes, mas nos não retomamos outros trabalhos que a condição que nossas reivindicações sejam reconhecidas e que nos deem satisfações.

Budapeste, 12 novembro 1956

Os Conselhos Operários das fábricas do 11º bairro.

III) Resolução sobre o Conselho Central Operário:

"Hoje, no 14 novembro 1956, os delegados dos conselhos operários de bairro formaram o Conselho Central Operário da Grande Budapeste. O conselho central operário recebeu o poder de negociar em nome dos operários de todas as empresas situadas no território de Budapeste, e de decidir sobre a parada ou a retomada do trabalho. Nos proclamamos nosso rigoroso respeito dos princípios do socialismo. Nos consideramos os meios de produção como propriedade coletiva que nos estamos sempre dispostos a defender.

1) nós, os operários, estimamos que o restabelecimento da calma e da ordem exige a atribuição da direção à uma personalidade gozando da confiança do povo, nos propomos, assim, que o camarada Imre Nagy assuma a direção do governo.

2) Nós protestamos contra o fato que no interior dos novos órgãos de segurança, nomearam-se membros dos antigos serviços de segurança do Estado (A.V.H.). Nós queremos que os homens constituindo estes novos órgãos de segurança sejam recrutados entre os jovens revolucionários, os membros da polícia e da armada fiéis ao povo e os operários de fábrica. O novo organismo de segurança não pode em nenhum caso assegurar a defesa de interesses de partido ou de particulares.

3) Exigimos que uma liberdade absoluta seja garantida à todos os que lutam pela liberdade, entre outros à Pal Maléter e seus camaradas. Solicitamos a libertação de todos os detidos atuais.

4) Pedimos a retirada rápida das tropas soviéticas para que a amizade entre nosso país e a URSS seja reforçada A possibilidade de uma reconstrução de nosso país deve nos ser garantida.

5) Reivindicamos que a radio e a imprensa não divulguem mais notícias que não correspondem aos fatos.

6) Enquanto nossas exigências não forem satisfeitas, só permitiremos o funcionamento das empresas indispensáveis para assegurar a vida cotidiana da população. Os trabalhos de manutenção e de reconstrução só serão retomados na medida

em que respondam as necessidades imediatas da economia nacional.

7) Exigimos a abolição do sistema do partido único e a o reconhecimento apenas dos partidos que se baseiam no socialismo.

8) O trabalho será retomado desde que recebamos as respostas satisfatórias".

O Conselho Central Operário da Grande-Budapeste.

IV) Poder Efetivo aos Conselhos Operários:

(...) O que fazer para que os conselhos operários tenham um poder efetivo? Para nós, eis os pontos mais importantes:

1) Estabelecimento de uma milícia operária aramada. O governo Kádár prometeu, mas não o realizou. Ora, esta força armada poderia impedir toda tentativa contrarrevolucionária e assegurar a verdadeira democracia e o socialismo, se ela toma em mãos a manutenção da ordem, paralelamente a retirada das tropas soviéticas de ocupação.

2) No lugar dos sindicatos desacreditados, os conselhos de fábrica dos ramos industriais deveriam eleger um 'conselho operário de ramo industrial'. Este seria a nova direção do sindicato correspondente.

3) Os conselhos operários dos ramos industriais elegerão o Conselho Nacional Operário que será o órgão dirigente democraticamente eleito de toda a classe operária, tomando em mãos as tarefas do Conselho dos Sindicatos, em aliança com os estudantes, intelectuais, forças armadas revolucionárias e com o órgão central dos conselhos camponeses, ele poderá realmente garantir que o governo, posto no poder e apoiado por ele, seja verdadeiramente um governo 'revolucionário operário-camponês e intelectual'.

Tchecoslováquia: a revolução dos "conselhos operários"

A "revolução dos conselhos operários" na Tchecoslováquia apresenta características bem particulares, tanto pelo contexto das lutas autonomas-autogestionárias em que ocorreu (1968-69), quanto pelas particularidades da formação histórico-social do país, neste aspecto, retomemos um pouco o fio da história.

Apos a primeira Guerra, a Tchecoslováquia integrava o Império austro-húngaro. Este fato marcou profundamente o movimento operários. Desde 1840, os sindicatos tchecos lutavam pela autonomia de seu país. Em inicio de 1870, uma Conferência de varias pequenas organizações sindicais ocorreu em Praga, decidindo

a fundação de um movimento sindical unificado, abrigando todos os operários tchecos na Áustria. Por sua vez, o movimento eslovaco s_ aparecerá mais tarde. A industrialização da Hungria se desenvolveu lentamente. Na Hungria, em 1847, havia 136.000 operários e, em 1872, havia 435.000. Já na Tchecoslováquia, em 1869, havia 3.267.068 operários.

De todas as nações do Império, a Bohemia, devido a sua riqueza de matérias-primas, era a mais industrializada. Neste sentido, a Tchecoslováquia apresentava, em 1963, uma percentagem de 70% de operários em relação a população global. Na mesma época, a percentagem para Polônia era de 37,5%; para Hungria de 33%;para Iugoslávia de 30% e, para Alemanha Oriental, de 35%.

Portanto, a dependência política e o desenvolvimento industrial são dois elementos importantes para análise do movimento operário tchecoslovaco. Com a "liberação" do pós Guerra, estes elementos diferenciavam a Tchecoslováquia dos outros países do leste europeu e, indicavam duas conclusões favoráveis para a construção do socialismo, pós 1945.

Ademais, no país, diferentemente dos outros do leste europeu, o PC (PCT) tinha uma sustentação na classe trabalhadora, não tendo seu poder político fundado, como nos outros países, na presença do Exercito da URSS. Assim, por exemplo, nas eleições de 1946, o PCT obteve cerca de 40% dos votos.

A época da "liberação", os sindicatos tchecos estavam agrupados, durante a resistência, no Conselho central dos sindicatos clandestinos (URO) e, decidiram fundar a central intitulada de "Movimento Sindical Revolucionário" (ROH), cujas bases assentavam nos conselhos operários formados espontaneamente na maioria das fábricas durante a insurreição de Praga, de 5 a 9 de maio 1945. Nesta ocasião, o URO lançou um apelo pela formação de conselhos operários com amplos poderes de gestão. A originalidade destes conselhos residia no fato de, sendo a estrutura de base sindical, serem eleitos por todos os trabalhadores, exceto a direção da empresa e, representar unitariamente o conjunto da classe operária. Esta concepção de sindicalismo foi combatida pelo PCT, que defendia uma política sindical apenas para os sindicalizados. O PCT conseguiu "neutralizar" o sindicalismo do URO, numa estratégia aplicada em duas etapas:

1. controlando o aparelho central dos sindicatos e, elegendo o presidente do MSR; todos os postos foram ocupados por funcionários do PCT;
2. subordinando os conselhos operários ao aparato sindical, lançando nas empresas uma estrutura sindical paralela: os "grupos sindicais".

Desta forma, foi fundado um sindicalismo centralizado, a moda do "sindicalismo tipo soviético". Na Frente Nacional, o PCT desenvolveu a sua política com base nas organizações de massa, tipo sindicatos.

No período entre 1945 e 1948, ocorreram mudanças importantes no país. A presença de uma classe operária numericamente forte e políticamente homogênea, além de um PC muito forte, aceleraram o ritmo das nacionalizações. Por exemplo, em marco de 1947, no setor publico existiam 3.000 unidades de produção, sendo 16,4% na indústria e 61,2% de operários industriais. Os principais setores econômicos eram: minas, siderurgia, metalurgia, química, vidro, açúcar, energia. Estas mudanças ocorreram no quadro de um sistema político de coalizão: a Frente Nacional, composta de 6 partidos, com um bloco socialista (PCT, socialdemocracia e partido socialista), formando a ala mais avançada.

Este período inicial do pós Guerra foi uma fase de trégua e foram os anos mais dinâmicos do país. O período de reconstrução econômica se encerrou em 1948. O PCT formulou um plano quinquenal -1949 a 1953, visando mudar a gestão da economia para um sistema de planificação inspirado no modelo da URSS. Como resultado, no inicio dos anos 60, verificou-se a queda de crescimento do PIB e da renda nacional, conforme mostra o quadro abaixo:

Ano	PIB	RN
1961	7	6,8
1962	3	1,4
1963	-0,1	-2,2
1964	3,1	0,6

A crise econômica de 1963 teve um papel importante para o ano de 1968. A centralização das decisões econômicas, o monopólio do mercado externo, acarretaram mudanças na experiência theca. No campo socialista, a divisão do trabalho pós a Tchecoslováquia

como fornecedora de equipamentos produtivos para os outros países. Isto trouxe uma mudança radical na estrutura de produção do país. Ao mesmo tempo, ocorreu a formação de um sistema hierárquico com base na autoridade do centro planificador e dos diretores de empresa; a concentração das decisões e dos meios financeiros com o fim de orienta-los para indústria pesada, o aumento do peso da indústria em detrimento da agricultura, o inicio da campanha de coletivização da terra e com o objetivo de liberar forca de trabalho para indústria, suprindo a carência de mão-de-obra. A tabela abaixo mostra a mudança operada pelo plano quinquenal na estrutura de produção:

Renda nacional na Tchecoslováquia (Praga - 1969)

Ano	Indústria	Construção	Agricultura e Floresta	Comunicações	Comércio
1948	58,60%	7,00%	22,10%	3,70%	8,60%
1949	62,80%	8,40%	18,00%	3,50%	7,30%
1950	61,40%	8,70%	17,40%	3,30%	9,20%
1951	66,10%	9,30%	14,30%	3,20%	7,10%
1952	68,60%	9,60%	11,50%	3,30%	7,00%

Fonte: Nachtigal, Narodni duchod Ceskoslovenska

As raízes da crise tcheca residem nesta transformação do sistema de gestão da economia nacional e na mudança radical no comercio exterior. Este quadro foi acompanhado por uma onda política repressiva. De outro lado, a esclerose do PCT e a corrupção dos diretores de empresa, correspondiam cada vez mais, manifestações de resistência passiva dos trabalhadores, ocorreu um aumento constante dos custos sociais de reprodução, agravado pelo débil desenvolvimento tecnológico devido a rigidez do sistema e sua lentidão em introduzir inovações tecnológicas. Verifica-se um crescente deterioramento da produtividade do trabalho. Neste sentido, o movimento social conhecido como "A Primavera de Praga", desenvolveu-se em condições históricas particulares:

- crise do regime de Novotny;
- lentidão no crescimento econômico, após a crise de 1963;
- crescente descontentamento da população;
- relação de conflitos entre tchecos e eslovacos.

Vladimir Fisera caracteriza da seguinte forma a Tchecoslováquia de 1968-69: um potêncial econômico muito desenvolvido; a

democracia tem uma grande tradição; alto nível de educação e qualificação dos operários.

O Movimento dos Conselhos Operários

> Combinar uma democracia representativa de tipo parlamentar com uma democracia direta exercida pelos Conselhos operários, graças a autogestão dos cidadãos em todos os níveis (PELIKAN).

O movimento dos conselhos operários se desenvolveu entre dezembro de 1968 e junho de 1969. Numa primeira etapa, antes de janeiro 1968, a ideia dos conselhos foi defendida por economistas. Fizera expõe a situação econômica do país neste período.

O país se desenvolveu entre 1950 e 1964 segundo o modelo extensivo de tipo soviético, a taxa de crescimento foi de cerca de 6% em média, para afundar entre 1961 e 1964 (-1% em 1962 e 0% em 1964). Esta taxa relativamente elevada nos anos 50, se explica pela reorientação economia: industrias ligeiras e voltadas para exportação, substituídas, então, pela indústria pesada no quadro da política autárquica stalinista) e pela industrialização da parte oriental do país, a Eslováquia.

Nos anos 60, o sistema de planificação centralizada tinha se esgotado. Em um país de 14 milhões de habitantes, tinham se esgotado as reservas de mão-de-obra (menos de 1 milhão na agricultura, queda demográfica nas cidades),como também as possibilidades de aumento da produtividade do trabalho.

O crescimento acelerado do capital necessário aos investimentos nas novas empresas e nos novos canteiros, para manter o nível anterior de produção, privou o resto da indústria dos meios necessários para modernizar o aparelho produtivo existente e favorecer as industrias de ponta. Este processo desenvolveu um desperdício de mão-de-obra não qualificada e manteve uma penúria relativa dos bens de consumo. O Estado evitou a explosão, consagrando uma parte do excedente em subvenções, alocadas nas empresas em dificuldades, fixando de forma centralizada e artificialmente os salários e os preços. Uma parte importante deste excedente serviu para o consumo da burocracia central.

Desde 1963, uma reforma econômica foi tentada, visando indicadores objetivos e qualificados na economia: desconcentração da economia, autonomia maior para os chefes de empresa, dinamização da economia pelo mercado de bens de consumo e a

abertura ao mercado mundial. Contudo, rapidamente, a reforma foi bloqueada pelas resistências no interior da elite dirigente e pela impossibilidade de controle das diretrizes 'as estruturas descentralizadas.

Entre 1966 e 1968, a reforma começou a ser realmente aplicada e a taxa de crescimento subiu (6 a 8%). Entretanto, a economia sofria de doenças velhas e novas. Velhas: superconsumo dos investimentos e das matérias-primas, atraso e obseletização tecnológicos. Novos: dependência das importações, déficit comercial devido aos preços elevados, explosão das reivindicações salariais por longo tempo reprimidas, estoque de mercadorias, consumidores preferiam poupar, inflação".

Desde 1966, apos o XII Congresso do PCT, uma "comissão para a gestão e organização" foi criada. Previa um sistema de cogestão nas fábricas, em torno de um Conselho composto de 1/3 de operários eleitos, e 1/3 de técnicos mais 1/3 representação do Estado. Este projeto veio a publico em abril de 1968, alimentando a reflexão dos trabalhadores quando da fundação dos primeiros conselhos de trabalhadores, em junho 1968.

De junho a abril de 1968, a democratização se desenvolveu lentamente. Nesse ultimo mês, foi adotado o "Programa de ação" do PCT, prevendo a autogestão da propriedade social. Durante este período (junho-agosto), ocorre o fim da censura, a condenação dos stalinistas, uma avalanche de reivindicações setoriais, sobretudo, nos meios intelectuais. O aparato sindical se democratiza lentamente; muitos sindicalistas ligados ao governo Novotny, se demitem. Ota Sik torna-se primeiro ministro para a reforma econômica e, apela a iniciativa dos operários contra a burocracia.

A partir de 15 maio, varias comissões se reúnem para preparar a "lei sobre a Empresa Socialista". Surgem greves contra a incompetência dos diretores de empresa. Criam-se federações sindicais por categoria, novos sindicatos e uniões intersindicais; implode, então, o sindicalismo oficial.

A partir de junho, os conselhos operários foram fundados nas fábricas EKD - Praga e SKODA - Plzen, as maiores do país, após agosto, os sindicatos realizam uma Conferência dos órgãos de base e adotam uma posição radical em matéria de conselhos operários; reintroduzem, também, o direito de greve. No PCT, as decisões do congresso extraordinário de agosto 1968, são renegadas, sobretudo a

proposta de um modelo auto gestionário de base (empresas) e na cúpula (Câmara por setor de atividade). Ocorre, então, uma aproximação entre a esquerda dos dubcekianos e as organizações de massa.

Este Congresso extra do PCT, pertence aos grandes momentos da história das revoluções. Diante da invasão soviética de 20-21 agosto 1968, ocorreu a convocação imediata do XIV Congresso extraordinário do PCT; realizado na fábrica CKD de Vysocany, na periferia operária de Praga. Estava regularmente convocado para 9 setembro 1968; tinha por objetivo, a elaboração dos Estatutos, implicando eleições via boletins secretos. Fixou-se o avanço da democracia socialista através dos órgãos de autogestão. Para Fisera, este Congresso figura como uma espécie de "Constituinte" da revolução dos de lei, sobre a "empresa socialista" foi publicado no final de janeiro 1969, 15 dias apos a reunião nacional dos conselhos operários, de caráter preparatório e representando 190 empresas, num total de 890.000 trabalhadores (mais de 1/6 dos operários do país); a reunião ocorreu em Plzen.

Em fevereiro, este projeto de lei foi emendado, voltando ao modelo de cogestão. Entretanto, no movimento sindical crescia outra perspectiva: a autogestão. No Congresso Sindical, março 1969, já existiam cerca de 500 conselhos operários. Em abril, o reformista Dubcek foi substituído por Husak, no posto de secretario do PCT. O projeto de lei foi engavetado. A primeira medida do conselho nacional Theco, em abril, seria a suspensão do projeto de lei.

As reuniões de coordenação dos conselhos operários foram proibidas e a direção sindical decapitada. Em julho, o ministro da indústria iria interditar os conselhos operários, acusando-os de "anarco-sindicalismo", e de "liquidar a planificação central, o PCT, o Estado Socialista e os Sindicatos".

O movimento dos conselhos operários foi um fenômeno de massa: atingiu mais de 1.000.000 de trabalhadores, cerca de 80% dos ramos da economia.

Polônia: as lutas operárias na década de 1970 e a construção da rede pela autogestão (1980-81)

Em agosto de 1980, pouco mais de um século após a Comuna de Paris, a classe operária de Gdansk desencadeou um movimento grevista que teve a duração de 15 meses, criando em seu bojo, formas de auto-organização de caráter auto gestionário.

A Polônia foi palco de numerosas lutas dos trabalhadores: 1956, 1970, 1976 e 1980. Assim, uma onda de longa duração de revoltas, rebeliões e revoluções, determinando esse país como o 'elo fraco' no bloco do 'socialismo estatal'. A maturidade da classe operária polonesa foi fruto de um longo e lento amadurecimento.

Em agosto de 1980, os trabalhadores tinham como principal objetivo a formação de uma força autônoma real. A contestação operária se pós fora das estruturas oficiais do poder (POUP-partido Comunista polonês, Sindicatos, etc) e buscou construir um poder autônomo.

As greves de 1980 tiveram inicio no mês de julho, no porto de Varsóvia e em Tczew, região de Gdansk. Em agosto, ocorreu a greve de 17.000 trabalhadores dos estaleiros navais "Lenine" de Gdansk, em protesto pela demissão da líder operária Anna Walentynowicz. Nas empresas da região de Gdansk foi criada uma 'comissão de greve inter-fábricas (MKS) , que tem como sede os estaleiros "Lenine" e elabora uma plataforma de 21 pontos.

O dia 22 de setembro marca o fim das greves. É fundado o SOLIDARNOSC, constituído por 38 'comitês Inter fábricas". Conta, então, com 10 milhões de filiados e representa 3.500 fábricas, agrupando 39 organizações regionais (MKZ),que se subdividem em sindicatos profissionais e seções de fábrica. Um sindicalismo de base e de massa.

Por sua vez, o movimento dos 'Conselhos Operários' teve inicio em abril de 1981. Nessa ocasião, as seções de Solidarnosc e dos canteiros navais de Gdansk e Szczecin deram inicio aos debates sobre a "Autogestão operária". A situação era de enormes dificuldades econômicas, com as fábricas semiparalisadas e o PC (POUP) completamente paralisado, sem ação.

Em 14 e 15 de abril, foi realizada a Conferência de fundação do que ficou conhecido como a "Rede Autogestionária" das grandes empresas de Solidarnosc. Essa "Rede" reunia delegações de 17

regiões do país; 'sub-redes' foram formadas e varias reuniões nacionais e regionais foram realizadas. Entre varias delegações, a "Rede" agrupava os canteiros navais de Gdansk e Szczecin, das siderúrgicas de Cracovia, varias fábricas de Wroclaw, a mina de carvão 'Wujek".

O primeiro encontro publico da "Rede", realizado em 8 de julho, em Gdansk, contou com a participação de 1.500 delegados das 150 principais empresas do país. Nessa época, a "rede" existia sob a forma de conselhos de gestão operária, em cerca de 3.000 empresas. No movimento auto gestionário polonês encontramos, claramente, os sinais da atividade autônoma das massas: a fundação de órgãos democráticos de gestão das fábricas, nos conselhos de trabalhadores. A multiplicação desses conselhos, sua coordenação em nível regional e, as primeiras reuniões nacionais dos delegados operários, eis a expressão clara do movimento auto gestionário.

Além da "Rede" autogestionária, dois outros grupos se destacaram neste movimento pela autogestão: os grupos de Lodz e Lublin, formando um bloco das correntes mais radicais da autogestão operária. Combinavam o desenvolvimento do 'controle operário' com a estratégia da 'greve ativa'.

A "greve ativa", marcada para o dia 21 dezembro de 1981, na região de Lodz, deveria assegurar a gestão operária da produção, o controle da distribuição de alimentos e a formação de 'milícias operárias'. Em sua estratégia estavam previstos:

- favorecer a emergência da autogestão territorial, liberando a energia de milhões de trabalhadores;
- estimular a luta pelo poder político e pelas eleições livres;
- criar uma situação de 'prolongamento da dualidade de poder', baseada na formação de uma 'Câmara autogestionária" no parlamento, eleita democraticamente por todos os produtores assalariados, camponeses e artesãos individuais, concentrando todo o poder econômico do Estado.

Assim, portanto, 'greve ativa' e autogestão operária se generalizando no conjunto da vida social, destruindo as instituições burocráticas e reestruturando por baixo a sociedade. Essas eram grandes linhas alternativas do movimento pela autogestão na Polônia.

A República Autogestionária

O Congresso Nacional de Solidarnosc, em outubro 1981, foi perpassado pela ideia de que a auto-organização e controle social em todos os níveis da sociedade são o caminho correto para à República autogestionária. Vejamos as suas principais Teses:

19ª. O pluralismo das ideias, sociais, políticas e culturais deve constituir a base da democracia na república autogerida.

A vida publica na Polônia necessita de profundas reformas que deverão conduzir à instauração definitiva da autogestão, da democracia e do pluralismo. Por isso, lutaremos também pela mudança das estruturas do Estado e pela criação e desenvolvimento das instituições independentes e autogeridas em todos os domínios da vida social (...)

20ª. A autogestão autentica é a garantia de uma república autogerida.

O sistema que liga o poder político ao poder econômico, baseado na ingerência permanente do partido no funcionamento das empresas, constitui a razão principal da crise atual da nossa economia (...).

A única solução para mudar esta situação é a criação de comissões autogestionárias de trabalhadores que darão o verdadeiro poder de decisão ao pessoal das empresas. O nosso sindicato reivindica a restauração do principio da autogestão nas cooperativas(...)

21ª. As estruturas autogestionárias regionais, jurídica e financeiramente autônomas, devem representar realmente os interesses da população local.

A autenticidade da autogestão de uma estrutura regional é fundada sobre o principio das eleições livres. As listas eleitorais deverão ser abertas a todos. Todos os candidatos são iguais. Uma grande campanha eleitoral deve ser organizada para permitir aos diferentes candidatos apresentar os seus pontos de vista. As próximas eleições deverão realizar-se nestas condições(...)

22ª. Os organismos e as estruturas da autogestão devem estar representados na mais alta instancia do poder de Estado.

Consideramos útil examinar a necessidade de criar um organismo de autogestão no mais alto nível de poder do Estado. Ele terá por tarefa o controle da realização do programa de reformas econômicas e das atividades dos organismos autogestionários regionais(...)".

Em dezembro de 1983, dois anos após o Golpe militar, a Comissão de Coordenação de Solidarnosc (TKK), tomou iniciativa de realizar um encontro de 5 grandes empresas: a siderúrgica "Lenine", a siderúrgica "Katowice", a mina "Wujek", a fábrica de aviões "Swidnik" e a fábrica de tratores "Ursus". O encontro teve como objetivo a reativação da "Rede Autogestionária" das grandes empresas de Solidarnosc. Decidiu-se, em plena clandestinidade, a continuação das atividades da "Rede", sob as bases estabelecidas antes da decretação do "Estado de Guerra".

T. Petkoff , em outubro de 1981, pouco antes da decretação do estado de Guerra na Polônia, assinalou:

> Polônia marca hoje o terceiro grande momento da história das revoluções socialistas. O primeiro, obviamente, é 1917, na velha Rússia; revolução bolchevique. O segundo, 1948, cisma soviético-iugoslavo, que inaugura o caminho dos modelos nacionais de socialismo e que mediante a introdução da autogestão na Iugoslávia questiona a validade do modelo estatal e burocrático. O terceiro, é a Polônia. Não desconheço a importância da Hungria em 1956 e da Tchecoslováquia em 1968, porém trata-se de processos frustrados e que não alcançaram a cristalização em realizações concretas alternativas ao socialismo burocrático e polícial.

Petkoff diz que a Polônia viveu um "genuíno movimento revolucionário de massas" e que, seu eixo central, a autogestão no conjunto da sociedade e a quebra do partido único, são uma superação da experiência iugoslava.

Parte VII
Os ciclos das lutas autogestionárias no pós-guerra, na Ásia

A 'comuna de Shangai', China

A experiência da Comuna de Shangai surge num quadro em que a forma 'comuna' era conhecida dos chineses.

A Comuna popular foi uma forma de organização nascida cerca de 10 anos após i inicio da Revolução Chinesa. Portanto, foi resultado de um longo processo de experimentação de organizações econômico-sociais de caráter coletivo no campo. Para a concepção ideológica do país, tratava-se da passagem de um domo de produção (capitalista), ou de uma formação social caracterizada pela combinação de vários modos de produção à uma sociedade onde domina o modo de produção comunista.

A mudança das relações de produção no campo passou por 3 etapas: a reforma agrária, a cooperação agrícola, o estabelecimento das comunas. As cooperativas de produção agrícolas passaram por diversos problemas. Estas cooperativas tinham dois grandes limites: a debilidade quantitativa da força de trabalho; a especialização na produção agrícola. Para resolver vários problemas, os camponeses se reagrupavam em cooperativas de grandes dimensões (de varias centenas a um milhar de famílias), mudando os regulamentos e a organização das cooperativas: surgiam as comunas populares, em 1958, ano do 'grande salto para frente'.

Após o verão de 1958, 740.000 cooperativas de produção agrícola foram reorganizadas em 26.000 comunas populares. Em 3 províncias (Honan, Liaoning e Hopei), em várias reuniões ficou claro que os modos de gestão e os sistemas de remuneração das cooperativas agrícolas estavam superados e que era necessário experimentar outro modo de organização. Assim, em Honan 5.370 cooperativas tornam-se 208 comunas, cada uma com 8.000 famílias. As principais vantagens da comuna popular eram:

- Maior facilidade na distribuição de alimentos devido as cantinas;
- Um novo modo de remuneração;
- O reforço da direção do PCC.

Em Hsinyang, as comunas tinham entre 5.000 a 10.000 famílias. A administração local passou para comuna, onde existiam brigadas de trabalho. As cooperativas de credito passaram para administração comunal.

A comuna popular não era apenas uma organização econômica socialista (com laços de ajuda mútua e solidariedade entre os membros) mas também a unidade de base do poder político no campo. A fundação das comunas resultou de iniciativas locais, o que explica a diversidade das situações regionais.

A forma comuna popular para organização da produção no campo e para o exercício do poder político resultou da combinação de alguns fatores:

- a fusão da administração local e as cooperativas;
- a coordenação das atividades múltiplas (agricultura, silvicultura, piscicultura, criação de animais, atividades subsidiarias);
- integração das atividades industriais, agrícolas, culturais e militares.

Uma Conferência regional (Norte e Nordeste da China) foi realizada em Sian, em outubro 1958. Duas orientações fundamentais foram adotadas: movimento de educação da população rural na linha do socialismo e do comunismo; fornecimento de um conjunto de serviços sociais. A 'revolução cultural' chinesa, foi iniciada em julho de 1966, com o movimento revolucionário estudantil dos 'guardas vermelhos'. Este movimento, composto por estudantes de origem operária e camponesa, tinha por objetivo destruir o monopólio cultural da burocracia estatal. O movimento ampliou-se à classe operária, mais uma vez ressurge das cinzas a organização autônoma dos trabalhadores: os conselhos operários.

A partir de dezembro de 1966, as greves sucedem-se por toda parte. Elas são dirigidas por organizações de fábrica. As manifestações operárias eclodem em ritmo crescente. Em janeiro de 67, mais de um milhão de trabalhadores participam de uma Conferência em Pequim, para protestar contra a repressão e a exploração exercidas pela burocracia do Estado e do PCC.

Shangai, principal centro industrial da China, encontra-se na linha de frente das lutas. Desde agosto 1966, processaram-se contatos dos 'guardas vermelhos' com os operários. As organizações operárias de Shangai enviam delegados a outras cidades.

A organização da 'comuna de Shangai" apoia-se nos 'conselhos operários' que dirigem as fábricas. Esses conselhos funcionam ligados por ramos de atividade, originando seções próprias de coordenação entre os diversos ramos econômicos. Mais uma vez, ressurgia a organização autônoma dos trabalhadores e, os princípios

da comuna de Shangai foram inspirados na experiência da 'comuna de Paris' (1870). Portanto, a organização dos conselhos operários tem a seguinte forma:
- eleição de delegados pelos trabalhadores;
- revogabilidade permanente dos eleitos;
- fusão do econômico e político, como condição para abolição e separação dos poderes e da burocracia;
- salários dos delegados iguais aos dos operários especializados;
- a comuna de Shangai tem por objetivos revolucionários: atingir a sociedade sem classes (comunismo); criar novas formas de produção; extinguir a separação de classes (técnicos, políticos profissionais, etc.); originar, com a expansão do movimento comunal a outras cidades, a 'comuna da China".

Neste sentido, surgiram comunas em Pequim, Cantão e Tayan.

Todavia, a 'revolução cultural' não atingiu o Exército, coluna dorsal do aparelho de Estado. A burocracia fez de tudo para impedir o contato dos soldados com a organização operária. A partir de janeiro de 1967, foi decidida a intervenção militar. O Exercito interviu onde existia organizações revolucionárias, para destruí-las. Em fevereiro, o Exercito eliminou a 'comuna de Pequim' e a capital do país fica sob controle de um organismo militar. A 'comuna de Shangai" também foi destruída em fevereiro de 1967; Shangai fica sob controle militar. O PCC, após a destruição das comunas, converteu-as em outro tipo de organismo : "os comitês revolucionários", forma de reestruturação do aparato estatal, um certo tipo de 'normalização".

A repressão a classe operária foi rigorosa. Surge a proibição imediata de contatos entre organizações operárias de fábricas, impedindo a organização Inter fábricas; proíbem o deslocamento dos operários de uma região para outra; são proibidas formas de organização que abranjam mais de uma empresa ou de uma profissão.

1967; Shangai fica sob controle militar. O PCC, após a destruição das comunas, converteu-as em outro tipo de organismo: "os comitês revolucionários", forma de reestruturação do aparato estatal, um certo tipo de 'normalização".

A repressão a classe operária foi rigorosa. Surge a proibição imediata de contatos entre organizações operárias de fábricas,

impedindo a organização Inter fábricas; proíbem o deslocamento dos operários de uma região para outra; são proibidas formas de organização que abranjam mais de uma empresa ou de uma profissão.

A autogestão à japonesa (jishu-kanri).

Um dos números da revista "autogestions" (n. 1 – 1980), a partir de um 'dossier" elaborado por Akihiro Ishikawa, relata uma serie de experiências, a partir de fábricas que fecharam ou faliram.

A revista adverte-nos que o termo "jishu-kanri" está mais próximo de "uma espécie de gestão autônoma da empresa" que da autogestão, o que "pode criar confusão entre realidades heterogêneas".

Após a crise do petróleo (1973) e a crise economia mundial, diversas empresas japonesas faliram ou fecharam por outras razões. A maioria destas empresas era do campo das PME. O numero de desempregados cresceu muito e pós na pauta a questão do desemprego.

Uma das saídas dos trabalhadores foi a ocupação de fábricas, mesmo que nada pudessem produzir, guardavam os estoques, a maquinaria, etc. Foi o caso da empresa "Hamada-seiki" que fábricava maquinas de impressão. Os trabalhadores após uma cordo com o sindico, iniciaram a produção para assegurar a continuidade da marca.

No campo das PME, a taxa de sindicalização era muito baixa. Por exemplo, nas empresas com 100 a 499 operários, esta taxa é de cerca de 30%. Nas empresas de 10 a 99 empregados, a taxa era de 10%, e de 3& no caso das empresas com menos de 30 operários.

Mesmo sendo sindicalizados, os operários participam das lutas de associações ou de bairro. As lutas operárias estão relacionadas a longos processos, visando obter pagamento dos salários e pensões. Após conseguirem seus objetivos, os trabalhadores se dispersam.

Entretanto, na segunda metade dos anos 1970, os trabalhadores das fábricas em falência tentaram retomar á produção e reconstituir por eles-mesmos a indústria em falência. Este movimento, chamado de "administração das empresas pelos trabalhadores", pode ser chamado de 'autogestão operária', nas condições do Japão, ou de 'movimento de reconstrução de empresas",

O interesse maior pela autogestão no país ocorre no final dos anos 60, quando surgem os problemas socioeconômicos ligados ao crescimento rápido da economia. O imobilismo dos movimentos operários e socialistas foi um dos pontos de partida deste interesse pela autogestão.

No pós Guerra surgiram experiências de fábricas geridas e controladas pelos próprios operários, mas que desapareceram no final dos anos 40. Já na década de 50, a classe dominante assegurou a 'paz social' através da modernização e do crescimento da produtividade das empresas.

Na segunda metade dos anos 60, surge um novo quadro: a indiferença dos trabalhadores frente aos sindicatos e um sentimento de alienação frente as novas tecnologias. Cresce a renda dos trabalhadores mas há uma decepção com o trabalho, com sua alienação. Nesta época, surge um novo tipo de sindicalismo, não mais centrado apenas nas questões econômica: o movimento pela autogestão.

Há uma influência da sociologia do trabalho francesa, dos teóricos da 'nova classe operária' (Gorz, Touraine, P.Belleville, Malet) e pelo PSUF, com a ideia do 'controle operário'. Esta tendência se associa a crítica ao 'socialismo real' do Leste europeu, a partir da experiência da Iugoslávia e de obras de Gramsci.

O 'milagre econômico' trouxe um processo de burocratização nas grandes empresas. Em varias empresas surgiram 'grupos de autogestão': em escala de ateliers, para melhor integrar os trabalhadores. Um outro movimento foi o das 'comunidades utopicas', movimento entre os jovens de oposição a tecnocracia e ao individualismo da 'sociedade de massas'.

O autor do 'dossiê' nos fala de 4 tipos de autogestão:

1) autogestão realizada por sindicatos no caso de falência de empresas;
2) propriedade e gestão operárias no campo das PME;
3) atividades de um atelier autogerido por um pequeno grupo de trabalhadores em uma grande empresa;
4) as 'comunidades utópicas'.

Vejamos as experiências do tipo 1: nos anos 70 ocorre um grande numero de falências de empresas. Nas PME:

Ano	Nº de falências
1976	15.641
1977	18.741
1978	15.875

Na maioria dos casos, os operários não são sindicalizados e, assim, não recebem indenizações e, às vezes, nem mesmo o salário do tempo trabalhado. Quando há o sindicato, ocorre um processo contra os dirigentes da empresa em falência; mas, após o processo acabar, os operários se dispersam. Mas, há outros exemplos, os operários reivindicam os salários não pagos e alocações, mas se organizam para recuperar a empresa. Um destes casos, é o da 'autogestão operária' da PETRI, uma manufatura de câmeras que faliu em 1977. Outras empresas passaram pelo mesmo processo: Paramount, uma fábrica de calçados; Chôbunsha, editora; Van, têxtil. Fujiya Seika, fábrica de chocolate que faliu em 1977 e que foi recuperada com sucesso, após ocupação pelo sindicato. Todas eram de Tókio.

Há casos de autogestão que datam dos anos 20, por exemplo, a cooperativa de pescadores de Amani Oshima, uma ilha. Após a falência, 22 pescadores assumiram a empresa.

As experiências do Tipo 2 desenvolvem-se em condições boas para os trabalhadores. Alguns proprietários repartem o capital com os trabalhadores, alugando os direitos sobre a gestão da empresa. Komiya, fábrica de doces; um restaurante, o Hikobanban, são dois exemplos.

As experiências do tipo 3 ocorreram após grandes investimentos, nos anos 60 algumas grandes empresas instauraram 'novos modos de administração do pessoal', para integrar e motivar os operários nos ateliers, frente as novas tecnologias e a nova organização do trabalho. Começaram com os CQ (comitês de qualidade), em 1962.

Deste processo surgiu o "movimento A. D." ("nenhum defeito"), que cresceu rapidamente em um numero grande de ateliers (oficinas) de medias e grandes empresas. Os sindicatos apoiaram o movimento: a federação japonesa do ferro e do Aço (FJFA) adotou, em 1969, um comitê "Jishu-Kanri" (JK) para promoção das "ações JK". Em 1977, uma pesquisa mostrava que 60% das grandes empresas possuíam estes comitês. O autor do dossiê assinala que:

> Podemos pensar quês estes pequenos grupos de ação ao nível de oficinas/ateliers não significam autogestão operária sem sentido estrito e que podem ser tidos como meios de manipulação. Mas, ao mesmo tempo, mesmo que o inicio seja por impulso da direção da empresa e que suas atividades não dizem respeito a produção, os grupos agem de forma autônoma e os operários têm satisfação de seu trabalho.

As experiências do tipo 4 eram comunidades baseadas na agricultura e com forte espírito religioso, com repartição dos bens de consumo e dos meios de produção.

O caso de Ittoen, a comunidade foi instalada em uma propriedade de cerca 30 hectares e instalações cobrindo 10.000 metros quadrados, seja florestas, laboratório de agronomia, um atelier de confecção e de tricô, uma escola e um jardim de infância, uma empresa de construção, uma casa de edição e impressão e um teatro. Viviam na comunidade 300 pessoas.

Nosso autor, então, classifica os 4 tipos.

O primeiro tipo chama de 'autogestão imposta', pela falência. Neste tipo, os trabalhadores se sentem solidários, fazem prova de uma moral elevada e de iniciativa e estabelecimento de relações socioeconômicas de igualdade e de uma organização frouxa sem hierarquias. Estas qualidades se manifestam no curso da primeira fase do movimento da autogestão, nascido de motivos econômicos.

Em seguida, mesmo que a consciência operária seja modificada pelo movimento, os sentimentos calorosos do inicio enfraquecem, novas divergências de interesse aparecem entre a nova equipe dirigente e a mão-de-obra e a estrutura perde sua frouxidão e igualitarismo. O sindicato exerce nestas experiências a gestão das empresas.

O segundo tipo de 'autogestão outorgada', por um proprietário-gerente. O terceiro de 'autogestão instalada', pela direção e pela equipe de gestão. Por fim, o quarto tipo de 'autogestão de origem ideológica'.

Vejamos os casos concretos de algumas empresas recuperadas para autogestão.

Empresa "VAN"

Sociedade de vestimentas de alta moda, faliu em abril 1978. O crescimento rápido da economia japonesa favoreceu a indústria de vestimentas, contudo a crise de 1973 (crise do dólar e do petróleo) atingiu de cheio este setor econômico. Com a crise as condições dos trabalhadores se deterioraram e, os trabalhadores criaram o sindicato em 1974. Quando da declaração da falência a divida chegava a 50 milhões de bens. O sindicato se filou ao central nacional das PME, que fazia parte da ala esquerda da Sohyo.

As condições em que se iniciou a experiência de autogestão foram as seguintes:

- O síndico acordou com o sindicato uma política de retomada da empresa; postura muito excepcional, pois em geral o sindico não dialoga com os sindicatos;
- Havia um estoque muito grande e com a venda deste, o sindicato pode pagar os operários; O sindicato ajudou os trabalhadores a encontrar pequenos trabalhos para suplementar a renda. Assim, ficou garantida 80% dos salários; os trabalhadores formaram um 'fundo' de ajuda para os que tinham mais necessidades;
- No momento da falência havia 1.450 trabalhadores; este numero caiu para 80; os outros se tornaram independentes ou acharam trabalhos em outros locais. O sindicato organizou equipes que dormem nos locais de trabalho para tomar conta dos equipamentos. Estes grupos organizam debates. Desta forma, mobiliza os trabalhadores para participação em outros sindicatos Estes grupos exercem um processo de rotatividade nas funções, quebrando a parcelarização do processo de trabalho.

Os diferentes setores da empresa são: projetos (desenhadores), gestão da fábrica (compras em grosso), gestão das mercadorias(estoque) e serviço de vendasse os setores da administração.

Todas as questões relativas à empresa são decididas em assembleia geral semanal com presença do sindicato. Os problemas de gestão são decididas pela 'administração dos operários'. Os 80 trabalhadores têm idade media entre 29 e 30 anos.

Um elemento muito particular: para o sindicato o período de a autogestão na VAN é uma 'solução provisória' enquanto aguardam

as condições para recuperação da empresa. A empresa tem duas grandes concorrentes no ramo, contra as quais o sindicato luta e mantem a unidade dos trabalhadores.

Empresa "Paramount"

Paramount foi criada em 1953 (fábrica de sapatos femininos), e comprada em 1956 por Standard uma das quatro grandes do ramo. Avançou para sapatos masculinos e a Paramount apenas cuidava da produção enquanto Standard se ocupava da comercialização.

Esta empresa declarou falência em 1977. O sindicato dos trabalhadores tinha sido fundado em 1956. Com a falência os operários se agruparam no sindicato para exigir seus salários não pagos, a garantia de emprego e a recuperação da empresa. O sindicato passou a produzir outros produtos com a matéria-prima existente (por exemplo, capas para garrafas). Um acordo com o sindicato nacional de calçados e com a Paramount-Standar permitiu a volta à produção de sapatos.

Antes da falência existiam 70 operários, apenas 41 permaneceram na empresa: 'pessoas idosas' são 11; 'meio-tempo' são 6; 'empregados' são 21, e 5 mulheres. O salário é pago sob a rubrica "dinheiro para atividades sindicais" e representa 80% do salário anterior a falência.

No inicio, os trabalhadores tinham empréstimo do sindicato nacional; depois, passaram a se autofinanciar. A partir de janeiro 1979, passaram a produzir novos produtos. Todavia, o maior problema é a comercialização, pois era um ramo com muita concorrência. Através da solidariedade com algumas associações, tipo 'cooperação na vida cotidiana', havia uma espécie de 'mercado solidário'.

Uma dificuldade era que o consumidor não via bem uma empresa em falência e dirigida por um sindicato. Assim, tinham que agir muito no campo da publicidade para quebrar esta imagem. A prática da autogestão era a preocupação principal do sindicato, que formou um 'comitê executivo' com 9 pessoas para cuidar de toda empresa, da produção aos estoques. Este 'comitê' é formado por 2 grupos: um da produção e outro da administração (gestão).

Entretanto, o que parece ser uma caraterística da experiência

japonesa, os dirigentes sindicais viam a autogestão como uma 'solução provisória' até a retomada total da empresa. Esta transição seria apenas para mostrar que os operários podiam gerir uma empresa, com ajuda de administradores.

Empresa Pétri

Fábrica de maquinas para fotografia. A falência foi declarada em outubro de 1977. A empresa dependia do mercado externo em mais de 90%. Com a crise econômica e o fim da guerra no Vietnam que reduziu a demanda do mercado militar, e uma gestão péssima da família dona da empresa, não havia outra saída. Os responsáveis da gestão e os patrões desapareceram.

Além da sede em Tókio, existia outra empresa, bem menor, em Saitama, com 90 trabalhadores. Do total de 660 empregados, apenas restaram 330. Uma segunda onda de partidas, em 1978, baixou o numero para 170. Os que ficaram, junto com o sindicato, decidiram recuperar a empresa por meio da 'autoprodução'.

O sindicato estava ligado à Zenkoku-kinzoku, ala esquerda da Sohyo, e formado por PME do setor da metalurgia. Utilizando os equipamentos da empresa, cedidos por lei, o sindicato iniciou a autogestão.

No inicio, os produtos eram vendidos para outros sindicatos; depois, voltaram a exportar 1.000 aparelhos por mês. Foi criado um 'fundo de solidariedade' para completar os 'salários', que caíram em 40%.

As construções da empresa que ficaram vazias após a partida de muitos operários, foram transformadas em quartos gratuitos para jovens casais e para uma creche.

O comitê de gestão se reúne uma vez por semana. A autogestão é vista como algo 'imposto' pela situação de falência. Mas, a gestão coletiva desenvolve uma nova consciência nos trabalhadores e, se chega um novo patrão após a recuperação da empresa, este coletivo será capaz de exercer o controle.

Parte VIII
Os ciclos das lutas autogestionárias no pós-guerra, na África

O "sistema autogestionário" na Argélia

Na Argélia, desde a libertação do país do jugo imperialista francês, em 1962, ate a queda do Governo de Ahmed Bem Bella, em 1965, ocorreu uma experiência de institucionalização da autogestão. Sua característica principal foi a introdução da autogestão nas empresas agrícolas e nas empresas abandonadas pelos patrões europeus.

O colonialismo na Argélia foi exercido quase exclusivamente de forma militar. A Argélia nunca foi considerado como colônia, mas como um país conquistado, tido como um departamento do Ministério da Guerra francês e como fonte de riquezas. Assim, o aparelho de Estado colonial teve como elemento dominante o militar. O primeiro ato das forças armadas francesas no país, foi o desmantelamento de toda forma de Estado, acompanhado do não reconhecimento da Argélia como nação e da existência de uma cultura original.

Neste sentido, a ação colonialista na Argélia tornou fisicamente impossível a organização política. Por exemplo, num total de 29 lideres do Comitê Revolucionário de Unidade e de Ação, que iniciou a luta de libertação em 1954, 13 foram mortos em combate ou assassinados, e 5 membros sequestrados. A Armada francesa, recebeu em 1956, a ordem de aniquilar 'por todos os meios' o quadros político-militares da Argélia.

Tocqueville é taxativo sobre o papel do colonialismo: "tornamos a sociedade argeliana mais miserável, mais desordenada, mais ignorante e mais bárbara". Alguns autores afirmam que "excluindo as sociedades da América Latina, colonizadas por espanhóis e portugueses, em que as antigas civilizações (Mayas, Incas, Astecas, etc.) foram dizimadas, nenhuma outra sociedade sofreu uma desintegração cultural semelhante à que sofreu a Argélia".

Jacques Arnault em seu estudo sobre o colonialismo, traça um amplo quadro da Argélia deste período: "nenhum país se encontrou na situação do povo da Argélia no dia de sua independência. Após 7 anos de guerra, registrava-se um milhão de mortos (10% da população), 300.000 refugiados nas fronteiras, 3 milhões de pessoas deslocadas e reagrupadas, 700.000 pessoas emigradas do campo para a cidade, 400.000 vítimas ou internadas, 2

aldeias destruídas, milhas de hectares de bosques incendiados, terras inférteis, o plantel ovino (grande recurso da população camponesa) reduzido de 7 a 3 milhões de cabeças, o plantel bovino aniquilado.

O êxodo dos europeus foi o da quase totalidade do potêncial técnico da Argélia: 33.000 chefes de explorações, indiscutível capacidade de organização e iniciativa; 15.000 quadros superiores; 100.000 quadros médios; 35.000 operários qualificados, ou seja, cerca de 200.000 pessoas de um nível técnico superior ao médio.

As correntes econômicas se encontravam distorcidas. A população europeia comprava 40 % da produção local, e uns 60% dos produtos importados. Assim mesmo, pagava uns 43% dos impostos. Seu êxodo foi acompanhado de uma retirada de capitais da ordem de 110.000 milhões de francos.

O setor agrícola tradicional ocupava 70% da renda nacional (esta massa de população agrícola, consome o que produz); o setor industrial empregava menos de 100.000 trabalhadores argelinos, dos quais o 50% eram trabalhadores manuais, nas cidades, a taxa de desemprego era de 45%.

A agricultura produzia menos de 25% das matérias primas necessárias para a indústria; e a indústria não lhe vendia quase nada: o campesinato ao não ter excedente para vender não tinha também os médios para comprar.

A indústria não utilizava as matérias primas argelinas; mineral de ferro, chumbo, zinco, cobre. As fábricas eram sucursais de grandes sociedades francesas integradas no circuito dos grandes negócios capitalistas metropolitanos.

O desequilíbrio interno era enorme: para um ingresso nacional médio estimado em 100, o ingresso da região de Batna era de 30, o de Tlemcen de 70, o de Argel de 275, ou seja, um desequilíbrio de 1 a 9.

A França absorvia 80% das exportações argelinas e provia a Argélia da quase totalidade de seu equipamento.

A Argélia, no período da luta pela libertação, apresentava uma estrutura social com as seguintes características de 'país subdesenvolvido da periferia':

Em janeiro 1964, a população era avaliada em 10,5 milhões de habitantes. A camada dominante era formada pelos Europeus: uma população europeia de 300.000 pessoas, dos quais 33.000 chefes de explorações agrícolas e de empresas industriais; 15.000 técnicos superiores ou de profissões liberais; 100.000 técnicos

médios e empregados; 35.000 operários qualificados, isto é, cerca de 200.000 pessoas constituíam o essencial dos técnicos da sociedade. Já no lado argeliano da população, após 130 anos de colonização, havia um pequeno numero de industriais e alguns técnicos superiores ou intelectuais, mais numerosos eram os grandes comerciantes e, sobretudo, os grandes proprietários de terra, mas, no conjunto, esta grande burguesia argeliana compreendia no máximo 50.000 (menos de 2,5% da população ativa).

A pequena burguesia constituía uma fração mais importante: pequenos e médios proprietários na agricultura, comerciantes em varejo, artesãos, empregados subalternos. No total, 12% da população ativa.

A classe operária era numericamente frágil: 200.000 trabalhadores industriais para uma população do país de 11 milhões.

Quadro - Mão de Obra Agrícola no Setor Autogerido – 1965

Setor autogerido	Nº de trabalhadores
Mão de obra permanente	134.430
Mão de obra temporária	52.145
Total	186.575

Fonte: LUCAS

Quadro Evolução do Emprego Industrial – 1967-1973

Ano	1967	1969	1971	1973 (previsões)
Setor autogerido	21.264	18.492	12.202	-
Setor Privado	49.002	48.446	64.823	-
Setor Público	38.032	76.920	96.163	-
Total	108.298	143.878	173.188	210.000

Fonte: Lucas

Nos anos 1950 (1954), a Argélia contava com 900.000 assalariados (570.000 agrícolas e 330.000 não agrícolas). O numero de assalariados da indústria não era, sem duvidas, senão 96.405, dos quais 60.450 eram argelinos e 33.955 europeus.

Mais de 100.000 argelinos ocupavam empregos industriais na França. Mais da metade dos trabalhadores argelinos, tanto na Argélia como na França, estavam classificados como 'braceiros' (54%

na Argélia e 61% na França); cerca de 25% como 'braceiros especializados' (24% e 30%);o resto como 'operários profissionais' (16% e 9%).contava-se na Argélia 4% de técnicos e encarregados argelinos. A quase totalidade da população técnica em todas as hierarquias era população europeia; 33.000 chefes de explorações, 15.000 executivos e profissionais liberais, 100.00 na hierarquia média e empregados, 35.000 operários qualificados (entre os trabalhadores europeus menos de 5% de 'braceiros').

> Após 130 anos de colonialismo, a Argélia possuía apenas alguns industriais de certa importância, e alguns funcionários superiores e intelectuais, os núcleos burgueses estavam formados pelos comerciantes em atacado e sobretudo pelos proprietários de terra médios e ricos. No total, o estrato burguês propriamente dito não excedia os 50.000, isto é, menos da quadragésima parte da população ativa (ARNAULT).

No campo, tínhamos as seguintes camadas:
- 200.000 trabalhadores do setor autogerido (dos quais 70.000 integrados ao setor autogerido desde março 1963);
- os trabalhadores agrícolas, temporários, em torno de 450.000;
-1 milhão de desempregados agrícolas sem terra e sem trabalho;
- os pequenos proprietários (possuindo entre 1 e 10 hectares), em torno de 450.000;
-os proprietários médios (possuindo entre 10 e 50 hectares), um total de 170.000;
-os grandes proprietários (possuindo acima de 50 hectares), cerca de 25.000, mas que, no total, detinham a posse de 2.800.000 hectares.

Jacques Arnault nos fornece a seguinte situação:
"Na Argélia foi a colonização que, em grande parte, impôs a propriedade privada com objetivo de apoderar-se das terras dos argelinos". Enumeravam-se em 1951:
- 400.000 explorações argelinas de menos de 10 hectares;
- 150.000 de 10 a 50 hectares;
- 25.000 de mais de 50 hectares, concentrando 30% das terras argelinas pertencentes a argelinos.

Frente a isto, 22.000 explorações europeias totalizavam 2.700.000 hectares das melhores terras; entre elas, 6.386 concentravam o 85% desta superfície. Contavam-se, 60.000 parceiros argelinos; 100.000 trabalhadores agrícolas permanentes e 400.000 temporários (entre os quais numerosos camponeses

argelinos com pouca terra e obrigados a por seus serviços nas grandes fazendas nas épocas de menos trabalho), as mesmas estatísticas agrárias apontavam 1.500.000 pessoas consideradas como "ajuda familiar".
- um terço da população era urbana, pois, a urbanização foi acelerada após a partida dos franceses em 1962;
- um proletariado urbano em torno de 110.000 operários; na França, havia 500.000 trabalhadores argelianos, em 1963;
- o sub-proletariado urbano, vindo do êxodo rural (a capital Argel, em janeiro 1964 tinha 900.000 habitantes, 80.000 a mais que em 1961);
- a pequena-burguesia, composta na maioria de pequenos comerciantes e artesãos, era avaliada em 170.000 pessoas;
60.000 estabelecimentos artesanais e 60.000 empresas comerciais formavam a base econômica da pequena-burguesia;
- a burguesia contava com 50.000 pessoas, composta de comerciantes, proprietários de imóveis, e pequeno-industriais do setor artesanal: 7 a 8.000 do país empregavam uma mão-de-obra assalariada (os profissionais liberais representavam 10.000 pessoas). A maioria das 2.500 empresas industriais permaneciam nas mãos do capital estrangeiro.

A Argélia possuía uma infraestrutura técnica e industrial importantes: 10 portos ,com 3 de importância internacional (Argel, Oran e Annaba); 10.000 km de boas estradas; 20 aeródromos civis; 4.300 km de vias ferroviárias; uma rede elétrica de 600.000 km (com 16.000 km de linhas de alta tensão).Esta infraestrutura ainda abrangia, dezenas de barragens, produzindo mais de 1 milhão de kilowatts-hora, uma base de infraestrutura sanitária e escolar. O país produzia 3 milhões de toneladas de ferro (Ouenza) e 600.000 toneladas de fosfato (Tebessa), cerca de 1 milhão de toneladas de carvão (Kenadza).

Sobretudo, a Argélia produzia riquezas de importância capital: o gás e o petróleo (20.000 toneladas em 1962). Na indústria dispunha de recursos do subsolo do Sahara, forças hidroelétricas, óleo, minerais de ferro, zinco e cobre. As matérias primas também eram abundantes.

Em sua obra "Sociologia da Argélia" (1958), Pierre Bourdie nos fornece dados sobre o Sistema Colonial:

"Segundo os dados estatísticos agrícolas, 22 037 explorações europeias (em que 13 017 com menos de 50 hectares, seja 59%,

2635 de 50 a 100, 2588 de 100 a 200, e 3 797 com mais de 200. Seja 17%) ocupam 2 726 000 ha. Ao passo que 630 732 autóctones (em que 438 483 de 50 a 100 ha, 8 499 com mais de 100, seja 1,3%) cobrem 7 349 160 ha (a superfície media de uma exploração é respectivamente de 120 e de 11 ha." (Bourdie, p.121).

Roger Garaudy remarca os problemas essenciais quando da libertação:

- resolver com urgência a desorganização da gestão econômica devido a partida massiva dos Europeus, que constituíam a maioria dos técnicos;
- impedir, devido a estrutura social do país, que a grande burguesia argeliana, que dispunha de reserva de capitais, não comprasse os domínios abandonados pelos colonos e não substituísse a exploração colonial pela exploração autóctone;
- impedir que a pequena e media burguesia do país não confiscasse em seu proveito a revolução, ao assumir os comandos da gestão econômica e do Estado, constituindo uma casta burocrática com as camadas já integradas a administração colonial.

Para responder a estes desafios, as medidas adotas se orientavam na perspectiva de uma forma original de gestão socialista das explorações agrícolas e das empresas industriais: a autogestão.
Qual foi a dinâmica do movimento pela autogestão?
-No campo:

> O êxodo em massa dos europeus criou uma situação nova. Assim, no campo, os trabalhadores agrícolas para assegurar o armazenamento das colheitas de verão, dedicar-se a atenção devida a hortas e vinhedos, seguir a fábricação de vinho e salvaguardar os instrumentos de seu trabalho cotidiano, acedem por um movimento natural – ou articulado- a substituir os proprietários europeus fugidos, e logo a organizar-se 'coletivamente' para desenvolver a tarefa que requer a conservação das explorações.

-Na indústria:

> No setor industrial, os operários tomaram a iniciativa da mesma natureza para a reabertura de fábricas e empresas comerciais abandonadas, para impedir o êxodo do material industrial ou dos capitais, e realizar as melhores formas de organização para seguir a atividade econômica. De tal modo que a herança dos europeus (um milhão de hectares de terra, 400 empresas industriais e artesanais, e 200.000 imóveis) abre na economia

> argelina – por um procedimento inesperado - um importante setor socializado (ARNAULT).

O 'procedimento inesperado', é a Autogestão! Jacques Arnault assim define esse processo:

> Pode-se ver um certo paralelismo entre a reforma agraria cubana, abrindo um grande setor de propriedade coletiva, e o fato consumado na Argélia, da toma de posse coletiva, por parte dos trabalhadores, de terras e empresas abandonadas por seus proprietários europeus.
> Este setor de propriedade coletiva obrigou a cada um a definir-se em relação ao mesmo, e nas piores condições políticas para seus adversários. Bem Bella declarou no Primeiro Congresso de Trabalhadores da Autogestão no Campo: "A decisão do poder revolucionário em favor da autogestão (...) respondia também a uma necessidade objetiva, carente de técnicos e de quadros competentes vinculados ao povo, o emprego de formulas de controle direto por parte do Estado era impraticável (...). Mas ainda, o único que podia assegurar a produtividade do trabalho era que os camponeses tiveram consciência de ser os donos da exploração e que estavam rompendo com seu destino secular, não vendendo mais sua força de trabalho.

Prossegue Arnault:

> A autogestão não foi, em suas origens, o resultado de uma escolha, mas foi imposta por um conjunto de possibilidades e de impossibilidades. Os argelinos esclarecidos não querem que a autogestão seja o melhor sistema de gestão possível, de 'aplicação universal'; mas, tão somente que é o melhor sistema de gestão nas condições atuais da Argélia.

A opção do socialismo na Argélia correspondeu a traços específicos do país. O editorial do órgão da UGTA[9], "Revolução e Trabalho", de fevereiro 1965, declarava que: "O Partido, que é

---

[9] O jornal da ANAP acentuava mais fortemente essa opção: "O que nos separa do comunismo, é que nos desejamos construir o socialismo com Deus: o progresso social e material de uma parte, o desenvolvimento dos valores espirituais de outra".

sensível as aspirações das massas trabalhadoras, definiu de forma irreversível nossa opção socialista, tendo em conta nossas origens islâmicas".

O Presidente Ben Bella proclama: "Não importamos nosso socialismo do estrangeiro, nós o formamos do mais profundo da realidade argeliana. O socialismo saiu dos altos valores árabes". Em setembro de 1963, quando da ratificação da Constituição da Argélia, pode-se ler na sua proclamação: "A República argelina democrática e popular orienta suas atividades na via da reconstrução do país, conforme os princípios do socialismo e do exercício efetivo do poder pelo povo, do que os fellahs, massas trabalhadoras e intelectuais revolucionários constituem a vanguarda".

Na Argélia, os militantes extraiam uma 'moral socialista' da tradição islâmica: "O Islam apresenta uma grande elasticidade de interpretação e de adaptação às situações revolucionárias. No Corão, se você se fixa bem, se pode encontrar o socialismo".

Roger Garaudy, que esteve preso durante 33 meses na Argélia no período da 2ª guerra mundial, relata em sua autobiografia, a conversa que teve com Ben Bella quando voltou a Argélia nos anos 60:

"O presidente Ben Bella me agradeceu por ter contribuído em sua busca do socialismo argelino, me felicitou por ter mostrado o papel que podiam jogar o socialismo utópico dos Carmathas, o racionalismo de Averróes, a sociologia de Ibn Khaldoun ,precursor do materialismo histórico, para ir em direção ao socialismo cientifco de Marx, como esse papel foi desenvolvido na Europa por Ricardo, Hegel ou Saint-Simon. (...). Ele me explicou também sua preocupação, em um pais em que 90% da população é ligada ao Islam, de enraizar o socialismo nessa tradição popular profunda".

Roger Garaudy explica esse 'socialismo islâmico':

> prolonga uma tradição específica argeliana de apropriação coletiva da terra e das tropas de animais: até o inicio do XIX século, apesar da coexistência de múltiplas formas de propriedade (propriedade de tipo feudal característica dos ocupantes turcos, possuidores de 'azel', e apropriação privada dos meios de produção (proprietários 'melk'), e o domínio 'arch' (propriedade coletiva) que cobria a maior parte do solo argeliano.

O regime da Argélia, sob dominação turca, não era ainda

capitalista, nem escravagista nem tipicamente feudal. Desta particularidade da história decorre a ideia caraterística da concepção argeliana do socialismo.

Esta tradição vinha de uma fonte religiosa, do Corão, a concepção expressa na "Sunna", segundo a qual 'o trabalho funda a propriedade': "Deus diz que só pode ser proprietário da terra aquele que a trabalha, que a cultiva pessoalmente".

Autogestão no Canal de Suez

Outras fontes da autogestão argelina são importantes: a experiência da Iugoslávia e do 'Nasserismo":

A experiência nacionalista no Egito, sob o governo de Gamal Abdel NASSER, 10 anos antes, em 1952, decretava a reforma agrária, abolindo os latifúndios Esta reforma teve como centro de sua elaboração uma Comissão, na qual participavam: o professor Rachid Barawi, tradutor árabe das obras de Marx, Ahmed Fouad, de orientação marxista. Mais de 100 cooperativas foram criadas para dar uma base coletiva a reforma agrária.

Em 1956, após o final da Guerra no Canal de Suez, foi lançado o Primeiro Plano Decenal (1960-70), concretizando a Carta de 1962 que instituía o Setor Publico da Economia. A este Setor, passavam o controle e a exploração estatal das ferrovias, rodovias, portos, aeroportos e outros serviços, a indústria pesada e media, o capital financeiro e as sociedades de credito, o comercio importador, parte do comercio externo e parte do comercio pequeno e médio. Em 1963, foram votadas as 'leis socialistas": mais de 200 grandes empresas de capital misto (estatal e privado) foram estatizadas; o Governo expropriou vários hospitais e casas de saúde privadas.

Em relação a participação dos trabalhadores na direção das empresas, o Governo adotou medidas: primeiro, fixou em dois o número de operários em um total de 7 diretores nas empresas; depois, elevou este numero de diretores das grandes empresas para 9, incluindo 4 operários, eleitos livremente. Os outros 4 são designados pela direção e devem representar os diversos setores da empresa, cujo presidente é designado pelo Governo. Ao mesmo tempo, foi instituído o sindicato único por categoria consolidando a Central operária. Foi fixada um Máximo de 42 horas de trabalho semanal e proibidas as horas-extras, fixando 25% dos lucros das

empresas para os trabalhadores. O processo de imigração do campo para cidade foi crescente, o que elevou o numero de trabalhadores industriais de 4.600.000 em 1952 para 7.290.000 em 1967.

Em 1965, o antigo PC E se dissolvia, passando a integrar a "União Socialista Árabe",

Em discurso pronunciado em 1964, na Assembleia Nacional, Nasser definia sua concepção de socialismo:

> A democracia socialista significa a associação das massas às questões políticas, e se baseia essencialmente na descentralização e na autogestão;
> b) A democracia socialista é uma afirmação da soberania do povo trabalhador e consiste em por o poder em suas mãos;
> democracia é o poder do povo inteiro e de sua soberania. A democracia socialista significa que autoridade dos Conselhos Populares deve ser reafirmada continuamente e deve ser superior à dos aparatos executivos do Estado. A democracia socialista significa que a autoridade do Estado diminuí em proveito da autoridade do povo, que é o mais qualificado para conhecer seus próprios problemas.

Em relação a experiência da autogestão na Iugoslávia, Gregório Lazarev, em seu livro "*remarques sur l'autogestion agricole em Algérie*" (1965), responde a questão: "Por que a Argélia escolheu precisamente o modelo iugoslavo?

> É difícil, mas não impossível, encontrar o processo lógico que levou a adoção da autogestão. Devemos assinalar, sem duvidas, as temporadas que passaram na Iugoslávia numerosos quadros argelinos durante o período de luta. Os contatos parecem ter sido particularmente íntimos em nível das organizações sindicais. Deve-se igualmente notar que a formação quase espontânea de comitês de gestão predispunha a solução iugoslava. O que de todos modos é certo é que os textos iugoslavos foram estudados de perto pelos redatores dos textos da autogestão.

O principal documento da experiência da Argélia, a "Carta de Argel", precisa bem que:

> Por o problema do capitalismo em termos puramente econômico e não ver a contradição entre dirigentes e executantes, é condenar a fazer do socialismo uma receita da acumulação

> primitiva e a perder, assim, seu significado humano. O socialismo não é somente uma certa organização da produção, é a recuperação da sociedade pelos indivíduos que a compõem e seu livre desenvolvimento.
> O socialismo não se define unicamente pela nacionalização dos meios de produção. Ele se define também e sobretudo pela autogestão, solução verdadeira à dupla contradição da propriedade privada e a separação direção-execução.

No campo cultural, ocorreram inúmeros debates sobre diversos temas. A ideia de "Revolução Cultural" apresentava o seguinte Programa:

> - Abrir as portas do saber e do saber-fazer as massas populares;
> - favorecer o desenvolvimento cultural e a democratização da cultura;
> - formar um homem novo em uma sociedade nova;
> -manter um esforço permanente de animação e explicação.

P. Lucas apresenta alguns elementos da "personalidade algeriana" (segundo definição de A.Taleb):
- autenticidade;
-sentido da luta (intransigência, espírito de sacrifício, coragem);
-humildade (sentido de justiça e de igualdade);
-realismo (lucidez, segurança de instinto, clareza de pensamento);
-sociabilidade (sentido de comunidade e da democracia).

Com a formação do Governo da República, presidido por Ben Bella, foram adotadas medidas para acelerar o processo autogestionário. Uma delas, foi a criação de um "Comitê Nacional de Proteção a Gestão dos Bens Vacantes" (BNASS), que teve a tarefa de impulsionar o processo de formação dos 'comitês de gestão' e de institucionalizar a autogestão no país.

Em 1964, a Argélia tinha quebrado o essencial das estruturas agrárias herdadas do colonialismo. A fuga de cerca de 95% dos colonos criou uma situação caracterizada pela possibilidade de fazer a reforma agrária e pela impossibilidade para fração mais conciliadora do movimento nacional argeliano, de colaborar com a burguesia liberal europeia instalada no país. Os "Acordos de Evian" e a relação com a França limitaram a soberania do país.

O país estava marcado por grande desigualdade de desenvolvimento entre varias regiões, o que conferia uma situação

especial aos fenômenos regionais, sobretudo em Kabylie e as sobrevivências feudais, marcadas pela visão de 'clans'.

Com a formação do Governo da República, presidido por Ben Bella, foram adotadas medidas para acelerar o processo. Uma delas, foi a criação de um "Comitê Nacional de Proteção a Gestão dos Bens Vacantes" (BNASS), que teve a tarefa de impulsionar o processo de formação dos 'comitês de gestão' e de institucionalizar a autogestão no país.

No final de 1962, surgiu o "Projeto de Estatutos", regendo as modalidades de autogestão:

> Por autogestão, entendemos uma forma de organização precisa dos trabalhadores de cada empresa, e uma função de gestão precisa. As formas de organização da autogestão é: Assembleia dos Trabalhadores, o Conselho dos Operários, o Comitê de Gestão e, o Diretor Administrativo. [...] A Assembleia compreende todos os membros da empresa agrícola ou industrial, considerada como pessoa moral tendo os poderes legais sobre os meios de produção. É a Assembleia que adota os regulamentos gerais da empresa. [...] O Conselho do s Trabalhadores é eleito pela Assembleia e abrange um numero mais restrito de trabalhadores da empresa. O Comitê de gestão é o órgão executivo do Conselho dos Trabalhadores e conta entre 5 e 9 ou 11 membros. O Diretor executa as decisões do Comitê de gestão, organiza e dirige o processo de trabalho na empresa.

Os decretos de Março de 1963

Em março de 63, a situação política foi clarificada em favor da 'ala esquerda' do poder dirigida por Bem Bella. Foram, então, adotados 3 decretos sobre a autogestão. Estes decretos tinham um objetivo comum: definir e legalizar a estrutura de funcionamento do setor econômico socializado e gerido democraticamente pelos coletivos de trabalhadores. No dia 29 março, Bem Bella falara pela TV para todo o país:

> Trabalhadores, trabalhadoras da Argélia, depende de vocês e somente de vocês provar ao mundo que a revolução argelina quer e pode ser a vanguarda das experiências socialistas de nosso tempo...Organizai-vos para que em todo território argelino, as assembleias gerais dos trabalhadores possam se

> reunir e que em todo o território, os comitês de gestão democraticamente eleitos, possam realizar a edificação socialista de nosso país.

O decreto de 18 março regulamentava as 'empresas abandonadas' (os 'bens vacantes') em 4 pontos:
- toda empresa abandonada será considerada como nacionalizada;
- toda empresa que cessar sua atividade, ou a reduza, poderá ser declarada abandonada;
- toda pessoa que disponha de empresas abandonadas sem autorização será severamente punida;
- as empresas abandonadas passaram a tutela administrativa da presidência do Conselho.

O decreto de 22 março legaliza e institui a autogestão das empresas pelos trabalhadores, com os seguintes órgãos:
- assembleia geral dos trabalhadores;
-Conselho dos trabalhadores;
- Comitê de gestão, com um presidente;
- o diretor.

O decreto de 28 março regulamenta as modalidades de repartição das rendas das empresas autogeridas:
- uma remuneração de base garantida em quaisquer circunstancias (7 F por dia);
- uma remuneração indireta sem serviços sociais: moradia, assistência social;
- no fim de cada ano, um premio sobre lucros da empresa.

Estes 3 decretos foram celebrados com uma manifestação monstruosa, organizada pela Central Sindical – UGTA, à 3 de abril na "Casa do Povo", em Argel. Os decretos suscitaram um grande entusiasmo entre os militantes socialistas e as massas trabalhadoras. Os meses de março, abril e maio, viram a mobilização mais ampla dos trabalhadores após a Independência. Em maio, o 'Comitê Nacional" inaugurou uma emissão radiofônica cotidiana com o objetivo de tornar conhecidos os decretos e ajudar os trabalhadores na sua aplicação.

A distribuição de renda nas empresas autogeridas tinha diferentes deduções. Do valor global da produção bruta da empresa, deduziam-se:

- os custos materiais da produção;
- a parte de investimentos;
- o valor de compra dos produtos da empresa, outros custos gerais;
- o imposto territorial;
- mais, o imposto demandado pelo Estado, composto de 2 partes: o que vai para o Fundo nacional de Investimento; o que vai para o Fundo nacional de equilíbrio do emprego (para as regiões menos desenvolvidas).

A renda líquida da empresa é o que sobra após a dedução do imposto global. A repartição desta sobra é decidida pela assembleia dos trabalhadores e, não deveria ser inferior a 50% da renda bruta da empresa. A renda líquida é repartida na proporção próxima a 35% para as rendas do pessoal e de 15% para os fundos da empresa

Em abril de 1963, 70.000 trabalhadores gestavam gerindo explorações agrícolas abrangendo 1.200.000 hectares das terras mais produtivas do país. Após estes decretos, o entusiasmo foi real durante alguns meses, exceto nas regiões das montanhas, Kabylie e Aurés, em que houve grande participação durante a guerra de libertação, mas onde a independência não trouxe grandes mudanças.

Na sua pesquisa, J. ARNAULT põe uma serie de problemas da autogestão no campo:

> O setor agrícola de autogestão cobre atualmente 2.600.000 hectares; ou seja, mais de 40% das terras produtivas; estas são as melhores terras. Mas, devido a seu alto grau de mecanização só emprega 150.000 trabalhadores permanentes (ao redor de um trabalhador para cada 20 hectares), ou seja, apenas uns 10% da mão de obra agrícola total, estimada em 1.600.000 pessoas.
>
> Os trabalhadores da autogestão salvaguardaram o patrimônio agrícola; agora, para superar a produtividade dos colonos, é necessário inovar. A inovação supõe um aporte técnico 'exterior' aos comitês de gestão.
>
> A fragilidade do setor de autogestão deriva também de seus mercados: a produção vinícola (300.000 hectares) estava voltada quase toda para o mercado francês... O setor de autogestão não dispõe nem dos meios de pressão políticos nem da experiência –condições, rotas de distribuição, intermediários, conhecimento de mercado - que tinham os colonos há muito tempo, para vender sua produção no mercado metropolitano ou europeu.
>
> O setor agrícola da autogestão tem, neste sentido, os mesmos problemas que o setor industrial de autogestão: obter em boas

> condições –de preços e de prazos de pagamento- as matérias primas e o equipamento que lhes são necessários, e colocar em boas condições de preços e prazos, sua produção. Porém, estes elementos estão ainda sob o domínio da empresa capitalista – argelina ou europeia - cuja tendência não é facilitar sua tarefa.
> Seria necessário que o aparato do Estado lhe concedera uma atenção privilegiada. Mas, não há segurança de que o aparato do Estado lhe seja favorável. Dai, a necessidade de criar organismos especiais para a comercialização, o aprovisionamento e os créditos. Estes organismos, por outra parte, sofrem a influência do aparato do Estado.

Em relação à Reforma Agrária, J. Arnault destaca que: "Embora o setor de autogestão tenha resolvido o problema agrícola, não podia, sem duvidas, resolver o problema agrário; problema posto pela existência de mais de 1 milhão de pequenos camponeses sem terra, ou possuidores de poucas terras".

Em 1964, Bem Bella lhe afirmou, em entrevista:

> A reforma agrária que programamos deve ser uma verdadeira revolução agrária, uma revolução a respeito das relações do campesinato com a natureza, e das relações sociais no campo. Existem na África 23.000 explorações argelinas de mais de 50 hectares, enquanto que 600.000 pequenas explorações não dispõem de mais que 7 milhões de hectares. Ha mais de 1 milhão de fellahs desempregados ou subempregados. A reforma agrária deve limitar a propriedade privada a um nível razoável e liberar a terra para os pequenos camponeses.
> O que nos atrasa não é tanto a resistência dos proprietários argelinos, mas que os pequenos camponeses com seus pobres meios materiais não podem desenvolver a produção. Seus métodos são rudimentares.
> Seria necessário agrupa-los em cooperativas, para para isto teríamos que por imediatamente material a sua disposição: tratores, pessoal para manejá-los, armazéns, que a cooperativa se forme a partir destas vantagens palpáveis. Precisaríamos 20.000 tratores e arados.

A autogestão industrial foi limitada. Nas cidades todo o setor comercial passado para autogestão: cafés, restaurantes, hotéis, etc.; provocando pânico entre os comerciantes, artesãos e pequenos proprietários. As empresas industriais do setor autogerido, totalizam

o numero de 450 (5%); as unidades semi-artesanais significavam 45%; na construção, 30%;as pequenas industrias de transformação, 35%. No conjunto, representavam um total de 10.000 trabalhadores, isto é, 8% do total de trabalhadores.

Vejamos algumas tabelas sobre o campo das empresas autogeridas:

Mão de obra agrícola: 1965-1965

Setor Autogerido	
Mão-de-obra permanente	134.430
Mão de obra temporaria	52.145
Total	186.575

Fonte: Lucas

Repartição de Terras: 1964-1965

Setor Autogerido	
Terras utilizadas para agricultura	2.302.280
Explorações de florestas	107.280
Total	2.409.560

Fonte: Lucas

Mão de obra na indústria autogerida - 1969

Ramos industriais autogeridos	Mão de obra
Energia , água	-
Minas e estradas	429
Indústrias siderúrgicas, metálicas, mecânicas, elétricas	1.396
Materiais de construção	3.464
Química, borracha e plástico	292
Industrias alimentares	-
Couro e pele	159
Madeira e papel, diversos	861
Industrias de alimentação	893
Industrias têxteis	586
Total	8.080

Fonte: Lucas

Estrutura da Indústria Têxtil - 1969

Forma de propriedade	Nº de empresas	Nº de trabalhadores	Cifra de negócios (em mil dinares)
Empresas autogeridas	6	586	16.065
Empresas públicas	3	40	1.358
Empresas privadas	559	15.325	577.328
Total	570	24.927	767.788

Fonte: Lucas

Estrutura da Indústria Alimentar - 1969

Forma de propriedade	Nº de empresas	Nº de trabalhadores	Cifras de negócios (em mil dinares)
Empresas autogeridas	24	893	58.474
Empresas Privadas	382	8.172	625.912
Sociedades Nacionais	8	13.857	1.392.743
Empresas Públicas	6	412	34.768
Total	420	23.334	2.111.897

Fonte: Lucas

Evolução do emprego industrial
(exceto construção e trabalhos públicos)

Ano	1967	1969	1971	1973 (previsões)
Setor				
Autogerido	21.264	18.492	12.202	-
Privado	49.002	48.446	64.823	-
Público	38.032	76.920	96.163	-
Total	108.298	143.878	173.188	210.000

Fonte: Lucas

Outras experiências

A partir da pesquisa de Jacques Arnault, podemos relatar algumas experiências de autogestão.

A Fazenda Malvalle (700 hectares de terra) faz parte de um conjunto de 27 granjas (2.700 hectares) cultivadas sob

responsabilidade de um Comitê de Gestão, 185 operários permanentes e 300 operários temporários. O Comitê de Gestão eleito pelos operários permanentes consta de 7 membros. Seu presidente sempre trabalhou na fazenda, como muitos outros operários [...]. Um encarregado da gestão designado pelo Estado tem a responsabilidade da administração, das contabilidades, e da compatibilização do funcionamento da exploração com as leis em vigor, e com os planos de produção nacionais. O próprio plano da fazenda, a repartição da mão de obra, a contratação de operários temporários, são regimentadas de forma conjunta. Em cada equipe de trabalho, um controle toma nota das presenças e das tarefas realizadas .As sanções são a despedida, ou uma multa que vai para um fundo social. No final do ano, o ingresso da empresa deve ser dividido em três partes: uma parte para a remuneração do pessoal, superando o salário garantido (750 francos por dia); uma parte reservada para a amortização do material e as inversões futuras, e uma parte reservada ao Estado para o desenvolvimento do país.

Não houve queda de produção nem de produtividade agrícola. "Os operários têm uma grande experiência prática na fazenda". no momento, a única inovação é a aquisição –com ajuda do Estado- de 25 vacas trazidas de Saboya, que se pensa aclimatar sem dificuldade, segundo me disse um jovem engenheiro agrônomo que assessora o Comitê de Gestão. "O dia em que chegaram as vacas, toda a população se apertava para olha-las". O Comitê de Gestão construiu, pelo sistema de trabalho voluntário, uma mesquita. Uma oficina de manutenção das maquinarias assegura a reparação do material agrícola para os comitês de gestão de Damieta e Medea.

Na Kabilia, por sua vez, o Comitê de Gestão agrupa 5 explorações que somam 160 hectares, das quais 34 são de vinho. Consta só de 8 operários permanentes, que dispõem de 2 tratores manuais e 3 de rodas. Emprega 25 a 30 operários temporários, e mais na época da colheita. Dos 8 permanentes, 3 são antigos operários (um deles trabalha na fazenda desde mais de 30 anos). A idade varia entre 30 e 45 anos. Quando ocorreu a renovação do Comitê de Gestão (por terços todos os anos) o presidente em exercício não foi reeleito –por incompetência, me disseram-, e o encarregado de gestão acabava de sair de uma etapa de formação. Quando lhe perguntei se ele daria uma mão no trabalho, posto que seu 'pessoal' só contava com 8 operários permanentes, me respondeu que não, e pareceu assombrar-se com minha pergunta. Aqui um operário permanente ganha de 20.000 a 24.000 francos por mês, e um

operário temporário 754 francos por dia. No inicio, não foram previstas normas, o que se traduzia em ume xodó de operários qualificados para o setor privado, os salários estavam diversificados: 1.200 francos para um podador de vinhas, 2.300 francos para um operário mecânico, 3.500 francos para um mecânico chefe, temos aqui, como em Cuba, o mesmo movimento de operários agrícolas em favor de um salário fixo e não da repartição de benefícios no fim do ano. Yesera do campo dos Robles:

> Tem por cliente aos "Cimentos Lafargue", sociedade francesa que continua detendo em Argélia o monopólio do cimento. O Comitê de Gestão manteve o monopólio da empresa, apesar do material velho; e com os mesmos operários. Existe um projeto de remodelação dos acessos à canteira para aumentar a produtividade melhorando os transportes, perguntei a um velho operário –que sempre trabalhou aqui- como ele vê a repartição dos ingressos no fim de ano. Me disse que nos eu entender teria que destinar o mais possível do ingresso á remodelação e a modernização, embora se ganhe menos este ano. Ante minha insistência, parece que todo o mundo está de acordo. E se o truste Lafargue decide não comprar mais a produção? Ou baixar o preço?

J. Arnault entrevista um secretario nacional da UGTA, que nos apresenta uma serie de depoimentos sobre os problemas da autogestão:

> Nem todos os comitês de gestão funcionam tão bem como os que você visitou. Pensamos que o excedente dos comitês de gestão poderia aplicar-se à inversão nacional. Mas é difícil transgredir a lei do interesse material dos trabalhadores, que joga um papel importante na elevação da produtividade e da produção. Devemos consagrar á remuneração mais do que o previsto.
> [...] temos aceitado, para salvar o setor agrícola da autogestão, fixar uma remuneração uniforme de 750 francos. Por outra parte, era difícil ter critérios válidos. Logo na partida dos colonos, nos faltavam estatísticas e avaliações corretas. E quadros para estabelece-las. Agora vemos as coisas mais claras, e podemos fixar remunerações mais justas. Já era tempo, porque se corria o risco de por em perigo a produção.[...]
> Ao mesmo tempo, existe uma tendência entre os operários

> permanentes, de contratar o menor numero possível de operários não permanentes – embora descontamos, a partir dos comitês de gestão, poder reabsorver a desocupação rural; por outra parte, em outros comitês de gestão se tem contratado sob pressão dos operários temporários, para absorver a desocupação, o que resulta em efetivos demasiado elevados, em relação à superfície a cultivar, e em uma gestão deficitária. [...]
> As unidades de produção são, às vezes, demasiado grandes. Há uma dispersão da responsabilidade. Nos faltam quadros administrativos, que são, todavia, fracos. Sua contabilidade, em dinheiro, matéria prima ou material, nem sempre lhes permite ver quais são as explorações que realizam uma mais-valia e quais são deficitárias. Avançamos por ensaios. [...]
> Nos lugares em que existe uma Seção Sindical, se esforça por estabelecer um certo equilíbrio: os trabalhadores podem cair em certos excessos, e transformar-se em patrões. A seção sindical joga um papel moderador. Os trabalhadores sindicalizados são por principio conscientes, os comitês de gestão têm mais poder que os trabalhadores, mas atualmente não estão em condições de exerce-lo desde o ponto de vista dos conhecimentos. [...] Não há superposição de funções. O comitê de gestão se encontra a cargo dos interesses imediatos, particulares e administrativos dos trabalhadores; os militantes do partido defendem os interesses do Estado, e o sindicato os da classe operária. A educação política só pode estar a cargo dos militantes "que creem nisto", e em principio daqueles militantes do partido e do sindicato.
> O papel do sindicato é agir de modo que um trabalhador não qualificado alcance o nível de um operário qualificado. Isto não é papel do comitê de gestão. Atualmente estamos fazendo a renovação parcial dos comitês de gestão, nos esforçamos para lutar contra os componentes familiares ou tribais. Estes jogam um papel importante quando há muita desocupação. É muito importante a eleição dos homens. Aplicando uma democracia honesta se pode obter tudo dos trabalhadores.
> Também devemos ter em conta a falta de quadros. O setor privado os atrai. Se lê damos um milhão a um engenheiro e ele faz trabalhar a quinhentos ou seiscentos trabalhadores, então vale a pena. O setor privado quer despojar ao setor de autogestão de seus quadros.

Apesar da campanha pela reorganização democrática da autogestão, houve o desenvolvimento de tendências burocratizantes e deformadoras da autogestão. O perigo da burocratização residia na impotência prática da assembleia de trabalhadores para controlar

realmente os órgãos como conselhos de operários e os comitês de gestão.

O fim do verão de 63, foi marcado por uma virada capital no desenvolvimento posterior da autogestão. Ocorre a interdição do programa "Voz da Argélia Socialista" e o desmantelamento do "Comitê Nacional" (BNASS), em que uma parte passa para o Ministério da Agricultura e, outra parte, para o Ministério da Industria.

Em 1963-65, o aparelho de Estado argelino era composto por:

- funcionários franceses em cargos de cooperação: 13.729;
- técnicos argelinos promovidos nas escolas de administração colonial: 22.182;
- quadros da FLN: 34.097.

Portanto, os técnicos detinham mais de 50% dos postos de gestão. A maioria dos quadros da FLN ocupavam cargos secundários.

O velho aparato estatal ficou quase intacto. As despesas administrativas chegavam a 33% do PIB. A ajuda externa ao país foi importante. A URSS emprestou 500 milhões de francos, e a China 250 milhões de francos. No total, a Argélia recebeu 145 bilhões dos quais 2/3 foram para o setor de administração.

Varias correntes políticas se disputavam no aparato estatal; inicialmente, duas correntes minoritárias:

- uma corrente orientada para o capitalismo privado, fraca devido a fraqueza da burguesia argeliana; mais enfraquecida devido a tomada das 'empresas abandonadas' pelos trabalhadores;
- uma corrente socialista, reagrupando um grupo de intelectuais revolucionários, quadros sindicais, etc.; fracos na ausência de uma organização capaz de estruturar os trabalhadores do setor autogerido e de se implantar entre os camponeses pobres e os setores pobres urbanos.

Este segundo setor, socialista, foi responsável pelos Decretos de março 1963 e, pela Carta de Argel de 64. Por sua parte, a corrente majoritária no aparato estatal, vinha da pequena burguesia e defendia um forte setor estatal para criar um 'capitalismo de Estado'. Esta corrente foi favorável a criação de empresas públicas, geridas por administradores, sem controle dos trabalhadores (hostil ao principio da autogestão) e com objetivo de construir uma burguesia

administrativa. Todavia, esta corrente não podia mobilizar as massas para resolver o problema do desemprego e do subemprego nem para elevar o nível de vida das massas.

Como vimos, a ANAP (Armada Nacional popular), detinha a metade dos postos chaves do Estado. Por exemplo, o Ministério da Defesa tinha uma importante parte do orçamento do país, era como um Estado a parte. Assim, a ANAP geria os domínios agrícolas, numa perspectiva fora da autogestão, mas na linha das cooperativas.

Os trabalhadores reagem ao processo de burocratização através de vários encontros: o "Congresso dos Fellahs" (camponeses),reunindo os trabalhadores das explorações agrícolas em autogestão, e realizado em outubro 63; o "Congresso dos trabalhadores das industrias em autogestão", reunido de 28 a 30 de março 1964, e o "Congresso da FLN",foram momentos fundamentais da reação dos trabalhadores.

O "Congresso dos Fellahs", o primeiro setor agrícola autogerido, reuniu 2.500 delegados e demonstrou a que ponto as opções da autogestão e do socialismo tinham penetrado profundamente nas massas trabalhadoras.

Por sua vez, o "Congresso do setor autogerido das Industrias", adotou resoluções que refletiam uma solução de compromisso com as 'tendências favoráveis à estatização. Era a luta interna que ocorria dentro da Central Sindical, na FLN e na Administração, entre duas correntes opostas, duas concepções diferentes da autogestão e da construção socialista no país.

A "Carta de Argel"

Já no "Congresso da FLN", a autogestão foi erigida como um sistema econômico e social característico do socialismo argelino. A "Carta de Argel", elaborada pelo Congresso, tornou-se o principal documento produzido pela revolução argelina. Esta Carta define o regime do país como característico de uma "Sociedade de transição para o Socialismo".

Este "Congresso da FLN", foi o ponto culminante na elaboração da concepção de autogestão, após os 3 decretos de 1963. Todavia, a corrente revolucionária que elaborou a Carta de Argel era muito frágil em nível dos aparelhos do Estado. Assim, a ANAP resistiu a criação das 'milícias populares' e ao controle do exercito pela FLN. Através de pressões, a ANAP conseguiu a demissão do conselheiro de BeN Bella, Mohamed Harbi, então diretor do jornal

'Revolução argeliana".

Entretanto, Ben Bella sofria as pressões das forças antagonistas que lutavam no interior do regime, levando a paralisação e ao desencorajamento. A aliança tática entre Bem Bella, chefe do governo e Boumedien, líder das forças armadas, construída em 1962, foi marcada todo o tempo por disputas entre os dois setores.

A luta de classes no país durante o Governo Bem BELLA, foi feita entre, de um lado, uma fração ultraminoritária de intelectuais revolucionários apoiados na fração sindical da classe operária e dos trabalhadores da autogestão, que no seu conjunto podiam agrupar entre 110.000 e 150.000 trabalhadores; por outro lado, a grande maioria do aparato estatal, do partido e da Armada.

Inicia-se um controle crescente da autogestão pelo aparato do Estado que conduz, de inicio, à uma estatização da agricultura moderna e à transformação dos trabalhadores da autogestão em assalariados do estado, podendo levar a uma única solução: o capitalismo de Estado.

Assim, a reivindicação dos trabalhadores sobre a gestão da comercialização dos seus produtos, não foi realizada. No campo industrial, de modo geral, o setor industrial autogerido passou para tutela da direção administrativa do Ministério da economia. Os órgãos democráticos da autogestão, eleitos democraticamente pelos trabalhadores, tornaram-se apenas consultivos.

A segunda metade de 1964 foi marcada por um despertar da classe operária urbana. Vários Congressos sindicais foram realizados neste período, em que todas as resoluções giram em torno da defesa e da consolidação do setor socialista autogestionário da economia, numa exigência de aplicação estrita dos decretos de março 1963.

Em junho de 1965, o regime presidido por Ben Bella foi derrubado por um golpe militar, impopular, mas que não despertou resistências na população.

Assim, a gestão estatal da economia nacionalizada se ampliou, as forças tecnocratas e autoritárias se desenvolveram mais rapidamente. Inicou-se o crepúsculo da ação livre dos sindicatos e das organizações de autogestão e, o desmantelamento da agricultura autogerida em favor dos proprietários argelinos.

O novo regime, comandado pelo coronel Boumediene, tinha uma composição política no CNR (Conselho Nacional da Revolução) em que havia 25 membros, mas sem nenhum sindicalista nem

intelectual revolucionário; os postos chaves pertenciam aos quadros da ANAP, sendo que o coronel Boumediene era o chefe das forças armadas e do governo. Além disso, o novo regime definiu um plano quadrienal de industrialização (1969-1973), que substituía o papel que a autogestão tinha no regime anterior. Neste processo, reforçou-se o papel do Estado e da burguesia administrativa consolidada pela política das nacionalizações.

Diversas greves ocorreram em 1968: os portuários, motoristas de táxis, petroleiros. Em 1969, o poder passa a controlar todos os sindicatos.

A disputa em nível do poder de Estado, abrangendo também a sociedade civil, foi analisada por Ahmed Mahsas, que foi membro do Governo no Governo Ben Bella (com quem esteve e preso e fugira juntos da prisão de Blida em 1950), como Ministro da Agricultura. O livro de A. Mahsas chama-se "*L'autogetion em algérie*", publicado por éditions anthropos, 1975.

Em um dos subcapítulos, intitulado "Clivagem das forças políticas", A. Mahsas traça a conjuntura de disputa:

"A FLN, em sua tendência dominante (da época de Khyder) representava o militantismo tradicional, ligado aos 'valores árabes muçulmanos', mas sem perspectivas serias, a não ser o poder e um socialismo vaho".

Por sua vez, a força armada, "Quanto o a armada, de composição popular e camponesa em sua grande maioria, a única força realmente organizada, formava um potêncial socialista, se bem que uma parte de seus quadros superiores mostrava uma tendência contraria e muito mais 'militarista'. Seus dirigentes oficiais se declaravam socialistas e antes de tudo algerianos. Se levamos em conta as experiências de cooperativas que ela organizou isoladamente e de seu modo de gestão, tratava-se de um socialismo autoritário em contradição com o socialismo democrático da autogestão".

No campo sindical, "A UGTA representava evidentemente os trabalhadores e reivindicava o socialismo sem, portanto, constituir uma força homogênea devido a formação e orientação de seus quadros".

No campo político, "O PCA que, de fato, não se fundiu nunca na FLN-ALN conservou seu particularismo e tentou tirar proveito da participação de alguns de seus elementos na revolução".

O PCA apoutou Bem Bella, e manteve uma estratégia ligada ao PCF, na orbita do PC soviético. Segundo Ahmed "Sua influência

não superou um circulo pequeno de aderentes e de simpatizantes; mas, dispunha de militantes sinceros e convictos e bem organizados".

E, o Governo: "Enfim a corrente animada por B. Bella detentora do poder parecia a mais preponderante. Era mais a popularidade da responsável frente as massas que lhe assegurava o sucesso e a coesão. Essa corrente estava composta por um 'mosaico' de tendências e de personalidades reunidas em alianças (...) essa gama se estendia a todas as correntes políticas, dos conservadores moderados até um crepúsculo de extrema esquerda marxista (p.73-75).

Ahmed analisa o papel dos setores envolvidos na autogestão: "A agitação feita em torno dos decretos de março e da autogestão não foi acompanhada de uma ação de envergadura para organizar essa força popular, nem de explicações, nem de esclarecimentos ideológicos do mesmo nível. Essa carência não podia ser compensada pela promoção do BNBV (Bureau nacional de proteção e gestão dos bens vacantes) em BNASS (Bureau nacional de Animação do setor Socialista) se bem que seus partidários viram nisto uma garantia do sucesso da autogestão e do socialismo. Também não foi a criação da ONRA (Organização nacional reforma agrária) – encarregada da gestão das fazendas abandonadas por seus proprietários e para realizar o programa da reforma agraria do governo – que iria cumprir essa tarefa" (p.128).

Para Ahmed, o BNBV-BNASS fazia uma animação via rádio e escritos de caráter estreitamente 'obrerista' e 'anti-estatal', segundo à visão do seu grupo dirigente de orientação 'pablista-trotskista".

Ahmed relembra que "a força principal organizada, a ANP sobre a qual se apoiava o poder não via na autogestão a formula do socialismo algeriano, o Ministro da Agricultura da época O. Ouzegane parecia pender mais para as 'fazendas do Estado", tanto que o partido FLN (direção da mesma época oficial em disputa acirrada) se reclamava do socialismo e não defendia suficientemente a autogestão. Não era destes meios que a autogestão receberia seu impulso decisivo" (p. 129).

Esse campo de contradições profundas entre setores do Estado, do Governo, do partido e da Armada, Ahmed também o identifica no campo das Comunas, na constituição dos chamados Conselhos Comunais de Animação do Setor Socialista: nem "Sua

concepção respondia ao espirito da autogestão, a edificação democrática partindo da base. Entretanto, nem o partido, nem os Sindicatos, nem as outras instituições nacionais não funcionaram segundo esse principio (mesmo que a vontade do regime era de transformá-los nesse sentido). O exemplo dos Conselhos Comunais ilustra a contradição de fato entre o sistema autogerido e o conjunto das instituições baseadas no principio da 'centralização" (p. 143).

O conflito entre o Partido e o estado residia na concepção sobre o papel do partido e o do Estado. Seguindo o raciocínio de Ahmed, a outra divergência estava na concepção do socialismo. Khyder julgava a autogestão impossível e manifestava abertamente sua hostilidade. Optava, após uma viagem ao Cairo em 1962, por um regime inspirado pelo do Egito de Nasser, ou seja, pelo socialismo estatal.

Outro campo de contradição se desenvolveu entre o Governo Bem Bella e a Assembleia Nacional, na pessoa de F. Abbas, que foi o primeiro presidente do GPRA. Para Bem Bella a Assembleia não dispunha do poder para controlar a ação do Governo. Khyder e F.Abbas se demitiram. A crise se concentrou entre o Governo Bem Bela e a Armada de Boumédienne, Ministro da Defesa Nacional.

A concentração de poder nas mãos de Ben Bella acirrou ainda mais as disputas. Ben Bella era secretario geral do partido-FLN; Presidente da república; Chefe do Governo; Ministro do Interior, das Finanças e da Informação.

Ahmed Mahsas assim de fine o novo regime: ""O novo poder privado da sustentação popular, se erigiu em casta preocupado exclusivamente pela conservação do poder, sem outra perspectiva seria que a condenação do antigo presidente (...). Em vez de criar estruturas para mobilizar as forças revolucionarias, se limita ao contrário a destrui-las pela repressão seja pela intimidação seja pela corrupção" (p. 255).

Parte IX
Os ciclos das lutas autogestionárias no pós-guerra, na América Latina

Introdução

Em relação à América Latina, vamos abordar lutas operárias com caráter de autonomia e experiências de Governos democráticos, que adotaram as áreas de propriedade social.

Todavia, o ciclo em curso, indicado em janeiro de 1994 com a práxis do ELN em Chiapas-México e ainda em curso com as experiências de poder popular comunal na Venezuela serão abordados abaixo.

Para esse ciclo, com exceção do processo da Venezuela, não utilizamos nossa 'matriz metodológica', pois, o caráter em curso deste ciclo, nos permite extrair elementos teóricos em relação a autogestão comunal. Desse modo, articulamos histórico e teórico ao mesmo tempo.

Bolívia: a central obreira boliviana e a Revolução de 1952

No final de 1943, a Bolívia passava por mais um golpe de Estado: o major Villaroel assumia o poder. O movimento operário, durante o Governo Villaroel, obteve conquistas importantes no campo das leis sociais.

Em 1945, foi fundada a Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), em um Congresso que designou Juan Lechin seu primeiro secretário-geral. A FSTMB se tornaria a vanguarda dos trabalhadores do país.

Em julho de 1946, um golpe derruba o Governo nacionalista de Villaroel. A classe operária, organizada na FSTMB assume a vanguarda das lutas de resistência. A poucos meses de instalação do novo Governo, de caráter reacionário, a FSTMB convoca um Congresso para Pulacayo, em que adota as teses do mesmo nome.

As famosas "Teses de Pulacayo" constituem um 'programa socialista revolucionário', inspirado no 'Programa de Transição' da IV Internacional trotskista. Seu principal ponto foi a reivindicação do "Contole Operário", que entraria em vigor com a revolução de 1952.

As Teses de Pulacayo

Nas teses se diz, por exemplo: "O proletariado dos países atrasados está obrigado a combinar a luta pelas tarefas democrático-burguesas com a luta pelas reivindicações socialistas".

> A FSTMB apoia toda medida que tome os sindicatos no sentido da realização do controle efetivo pelos operários de todos os aspectos de funcionamento das minas. Devemos romper os segredos patronais da exploração, da contabilidade técnica, da transformação dos minerais, etc., para estabelecermos a intervenção direta dos trabalhadores sobre os 'tais' segredos. Nosso objetivo é a ocupação das minas, por isto devemos nos interessar pelos segredos patronais.
> Os operários devem controlar a direção técnica da exploração, os livros de contas, intervir na designação dos empregados, e sobretudo, devem se interessar em publicar os lucros que recebem os grandes mineiros e as fraudes que eles efetuam quando se trata de pagar os impostos do Estado e de contribuir para a Caixa da Previdência e Poupança dos operários. Aos reformistas que falam do direito sagrado dos patrões, opomos a palavra de ordem do "CONTROLE OPERÁRIO DAS MINAS".

A Revolução de 1952

A COB surgirá da mais importante explosão do proletariado boliviano; surge sob o impulso da vitória dos trabalhadores em 1952. A revolução de abril, consecutiva a uma insurreição operária e popular, alterou os esquemas políticos vigentes. Neste contexto, a COB tornou-se um órgão estatal, no sentido de um Soviet ('Conselho"), de origem sindical. A COB detinha o poder através das 'milícias operárias' que substituíram o Exercito oficial.

Em 1954, a COB realizaria seu primeiro Congresso, que se autoproclama "PARLAMENTO OPERÁRIO'. Em 1956, Siles ZUAZO foi eleito presidente do país, representando os setores de direita do MNR. A direção da COB concilia, enquanto as bases operárias realizam manifestações de protesto pelas ruas, com a palavra de ordem, 'TODO O PODER A COB' e 'A COB É o poder'.

Nestas circunstâncias, realiza-se o segundo Congresso em 1957. Aprova-se uma resolução de programa, retomando a linha fundamental das "Teses de Pulacayo": defesa e aplicação do 'controle operário coletivo pelkas bases'; fortalecimento das 'milícias armadas'

e armamento em massa dos mineiros.

O processo ocorrido no grupo dirigente da COB, sofreu resistências na base operária: nas minas de "São José" e "Siglo Veinte", realizaram-se assembleias exigindo a aplicação das resoluções do segundo Congresso da COB. Em "Catavi" e "Pulacayo", os operários destituíram os dirigentes que haviam capitulado e elegeram novos dirigentes.

Os mineiros mantiveram o funcionamento das milícias, a principal conquista da revolução de abril; puseram em ação as "rádios mineiras" e estabeleceram uma 'zona liberada'. Em 1958, foi realizado o IX Congresso nacional da FSTMB, adotando, entre outras, as seguintes resoluções:

> tendo presente que só as Milícias armadas garantem os direitos operários, a livre expressão dos trabalhadores em congressos e reuniões... se organiza o Estado maior das Milícias mineiras com os seguintes objetivos: o Estado Maior se constituirá no centro de agrupamento das milícias operárias e camponesas de todo o país, para formar o Estado maior Central das milícias operárias e camponesas.

O enfrentamento com o Governo se aprofunda. A situação de 'dualidade de poderes', que se mantinha desde 1952, exige uma solução. O Exército e a COB polarizam a situação. O golpe militar do general Barrientos, em 1964, será o ponto final deste processo. Como a maioria dos países da América Latina, a Bolívia passava a ser dirigida por uma ditadura militar.

A Assembleia Popular em 1971

Em outubro de 1970, uma junta militar efetua mais um golpe na Bolívia. O general TORRES resiste ao golpe e convoca os trabalhadores. A junta militar durou apenas algumas horas. A vitória do gal. Nacionalista Torres abriu um período de democratização no país. A corrente nacionalista dos militares se aliou aos trabalhadores para derrotar a direita do Exercito.

Em seguida, os partido políticos organizam o Comado Político da classe operária, que foi uma antessala da Assembleia Popular, que existiu com caráter de 'Soviet' (Conselho), superando, em nível ideológico, a experiência de 1952. Entretanto, desta vez, a

assembleia não tinha um braço armado de caráter popular.

O Governo de Torres buscou o equilíbrio entre as classes através de um Programa nacionalista, com concessões paralelas à classe operária e ao imperialismo. Quando fracassou a paz entre as classes, os fascistas deram o golpe dirigido pelo gal. Hugo BANZER, liquidando de uma só vez, a Assembleia Popular e o Gov. de Torres.

A Assembleia Popular foi obra da própria classe operária, e, resultado de suas experiências passadas. A reprodução prevista, da Assembleia Popular, em órgão de nível municipal, iria constituir uma experiência de 'auto-governo' para os trabalhadores em todo o país.

A FSTMB e a Co-gestão

Durante o período da AP, a FSTMB concentrou suas forças no programa de cogestão na COMIBOL (Corporação Mineira da Bolívia), estatal de exploração mineira, criada a partir das nacionalizações da revolução de 1952.

A cogestão era o caso mais nítido de ocupação "pelo alto", de acordo com o Governo, em oposição às ocupações de fábricas e minas, "por baixo", pela ação direta dos trabalhadores. Entretanto, a cogestão respondia de uma maneira autentica a um impulso espontâneo vindo da massa operária.

A aprovação unânime do projeto da FSTMB, pôs em prova a profunda capacidade criativa dos mineiros bolivianos. Mesmo após a queda do Governo Torres, no regime militar de Banzer, a tese da 'cogestão operária' manteve-se presente nas lutas dos operários.

Com a volta da democracia ao país, com o Governo civil de Zuazo, em 1983, mais uma vez os mineiros ensaiaram de concretizar a "Tese de Siglo veinte" sobre a cogestão operária.

Em março de 83, após um amplo debate nas bases, a FSTMB adotou um documento sobre a cogestão, aceito também pela COB, nos termos da proposta de 1971. no mês de abril, a FSTMB interviu na COMIBOL, como primeiro passo na definição concreta de uma estratégia de poder popular.

Em janeiro de 1985, a COB iniciou uma greve geral que teve duração de 15 dias: 10.000 mineiros ocuparam as ruas de La Paz, com assembleias e manifestações. A COB reivindica a escala móvel de salários e o congelamento dos preços dos artigos de primeira necessidade e dos transportes, além da renuncia do presidente Siles Zuazo.

A COB, então, assumiu o controle dos serviços de

emergência, desde transportes, imprensa e medicamentos. Os automóveis só podiam circular no país com um 'salvo-conduto' da COB, apoiada pela Central dos camponeses.

A inflação no país atingia a cifra de 2.177% e a media salarial era de US 50. Após 11 dias de greve geral, a COB avançou em suas reivindicações ao exigir um 'governo operário e camponês, em setembro, houve greves e manifestações no país. Desta vez, o Governo respondeu a mobilização de massa dos trabalhadores, com repressão violenta, prendendo, matando e exilando sindicalistas.

A revolução cubana e o "poder popular" (1959)

Michael Lowy em seu estudo sobre "o pensamento de Che Guevara", afirma que "O pensamento político do 'Che', como o de Marx e de Lenine, é construído em torno do eixo fundamental de toda teoria autenticamente revolucionária: 'a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores". Como bem o sabemos, este é o lema da autogestão, surgido ainda na Primeira Internacional.

Lowy, analisando a questão da democracia em Cuba e Nicarágua, nos diz que "deve-se resgatar o valor positivo de experiências como o poder popular de Cuba, mas levando em conta também suas limitações". (...)

O próprio processo da revolução cubana, a larga participação popular, fez com que, desde o inicio, a revolução combata a ameaça burocrática. Algumas medidas neste sentido foram importantes:

> Em 1962, o Partido foi reorganizado para permitir que os trabalhadores pudessem escolher, entre eles mesmos, os que consideravam dignos de fazer parte da vanguarda. Foram criadas as Assembleias nos locais de trabalho, para organizar a distribuição de certos bens de consumo;
> Entre 1963-1966, foi feita uma discussão publica e aberta sobre as divergências em torno dos métodos de gestão econômica (papel da lei do valor no planejamento socialista, incentivos materiais ou morais, etc.) e sobre os métodos de ensino do marxismo (a partir dos manuais soviéticos ou das próprias obras de Marx, Engels e Lênin);
> Foi realizada uma ampla consulta popular sobre as principais

> reformas legais do país: a reforma judicial em 1973, o código da família em 1974, e a nova Constituição em 1976.
> Contudo, a questão chave da participação democrática das massas no Estado não fora resolvida. A partir de 1975, seria criada uma solução nova e original, sem precedentes em nenhum outro estado de transição para o socialismo: o poder popular (LOWY).
>
> O principio essencial do poder popular é que toda unidade de produção ou de serviço que fornece bens ou serviços à comunidade deve ser gerida e controlada por essa comunidade, isso significa que as escolas, centros médicos, lojas, bares, fábricas, cinemas, centros de diversão, etc., são administrados pelo poder popular de cada localidade.

Este princípio é o mesmo que vimos na gestão popular da Comuna de Paris, isto é, um dos fundamentos da autogestão social. As revoluções na América Latina desenvolveram esta forma original de organização das populações por bairros.

> Só as unidades e setores de atividade que trabalham para o país inteiros eram controladas a nível nacional: a frota mercante, a indústria pesada, os bancos, a pesca, o sistema ferroviário, a gestão das outras atividades será feita a nível municipal ou provincial. Numa comunidade dada, a população elege seus delegados à assembleia municipal; as assembleias municipais elegem as assembleias provinciais, e estas, a Assembleia nacional, numa estrutura piramidal de delegação de poderes.
> [...]
> A cada dois anos e meio, a população elege seus representantes (um total de 10.735 delegados) às assembleias municipais do poder popular. O delegado tem que "prestar contas" periodicamente à população (assembleias de prestação de contas), e esta tem a possibilidade de destitui-lo, se ele tiver um comportamento burocrático ou corrupto. [...] Graças ao poder popular, as decisões foram descentralizadas; as soluções coletivas substituíram as soluções administrativas e foi estimulada a criatividade espontânea das massas. O poder popular permitiu que o povo cubano tomasse em suas próprias mãos os problemas locais, imediatos, através das assembleias municipais. Com isto conseguiu frear as tendências burocráticas a nível local, quer dizer, no âmbito da vida cotidiana em que as massas manifestam, com razão, uma

> grande sensibilidade. Participando ativamente da gestão comunitária das atividades e serviços, o povo manifestou concretamente sua adesão à revolução. Deste ponto de vista, o poder popular de Cuba representa um avanço democrático real na transição para o socialismo e um exemplo que merece ser estudado com atenção (LOWY).

Todavia, Lowy assinala os limites deste sistema cubano:

> Na ausência de um pluralismo político, da discussão de pontos de vista diferentes e de partidos diversos concorrentes na eleição dos delegados, as massas não têm o poder de decisão entre varias orientações econômicas ou políticas, quer dizer, entre varias alternativas. O resultado é que a base popular tem muito pouco controle real sobre os níveis provinciais e, sobretudo, nacionais do poder (Assembleia Nacional, Conselho de Estado e Conselhos de Ministros) ... O sistema de partido único e a estrutura interna monolítica do partido são as principais limitações da democracia socialista no poder cubano.

Lowy assinala alguns princípios do 'poder popular': "Como neutralizar a tendência 'espontânea' à burocratização? A única via é a participação ativa do povo em todos os níveis da atividade do Estado". No âmbito econômico, esta participação viabiliza-se pela autogestão local, através de conselhos de fábricas e assembleias de trabalhadores. Em 1961, Che Guevara colocava o seguinte:

> A assembleia de produção engloba todos os operários de uma fábrica que, democraticamente reunidos, expõem seus pontos de vista sobre o andamento da indústria e do planejamento. A assembleia de produção representa uma espécie de câmara legislativa que julga sua tarefa própria e a de todos os funcionários e operários. As armas de educação socialista que ali devem imperar são a crítica e a autocrítica. Esta modalidade permite educar os administradores na escola da análise crítica de sua própria tarefa em relação ao conjunto da massa operária, e esta para o controle efetivo das tarefas de administração [...].
>
> Pode-se acrescentar a necessidade de discutir, nessas assembleias, as propostas gerais do planejamento econômico central, durante o período de sua preparação, para que os planejadores possam conhecer a opinião dos trabalhadores

> sobre as questões chaves do planejamento: prioridades da produção, formas de distribuição de bens escassos, etc.

E que, "naturalmente, a autogestão das empresas, escolas, hospitais, etc., tem que ser coordenada com o poder popular municipal, encarregado da administração do conjunto de empresas locais, e com o plano econômico geral" (LOWY).

Lowy acresce outra sugestão, que esteve presente nas lutas autogestionárias: "Uma hipótese que pode ser considerada é a eleição de uma Segunda Assembleia, para a qual seriam eleitos delegados de todas as organizações de massas do país. Esta "Assembleia dos Trabalhadores" teria a tarefa de controlar ou completar as atividades da Assembleia Nacional, isto permitiria que as organizações de massas, que representam a parte mais ativa do povo trabalhador, influísse diretamente nas orientações políticas e econômicas do país".

Cuba chegou a estas definições e práxis de poder popular devido a que, neste país, houve uma autentica e original revolução popular. A Revolução Cubana não foi um ato insurrecional, produto do 'vanguardismo' de um grupo de guerrilheiros, como apareceu nas teses do 'foquismo'. Foi, como toda revolução, um processo histórico complexo e longo que culminou uma luta de 100 anos, através do qual o povo cubano foi forjando consciência e experiência organizativa.

O movimento operário cubano é um dos mais fortes e mais antigos da América Latina: as tradições de organização datam de 1866 (primeira greve dos trabalhadores do Tabaco). Em 1892 foi realizado um congresso operário, com 1.000 delegados, reivindicando a Independência política do país e a jornada de 8 horas.

Em meados do século XIX, coexistiam a economia escravista com a produção capitalista. Em 1840, o ramo da tabacaria se caracterizava pelo maior numero de trabalhadores assalariados e pelo tamanho das fábricas. Em 1859, estas fábricas agrupavam mais de 15.000 operários. A fábrica "Hija de Cabañas y Carbajal" tinha cerca de 300 trabalhadores, marcando uma concentração operária significativa para época.

O desenvolvimento do movimento operário e seu papel na formação das organizações revolucionárias datam de uma longa experiência. Em nenhum país do Continente, o proletariado participou tanto na formação de uma consciência anti-imperialista e

na orientação das lutas políticas. Sem a contribuição da classe operária cubana, a vitória teria sido impossível.

Três grandes movimentos grevistas se destacam no processo revolucionário cubano:

- a greve geral do setor açucareiro em 1955;
- a greve geral revolucionária iniciada em Santiago, em 1957;
- a greve geral que que permite a "tomada do poder" pelo "Exercito Rebelde", em 1959.

A greve de 1955 ocorre no período da crise do açúcar cubano, com um nível de desemprego muito alto. Em dezembro de 1955, explodiu a greve geral, tendo como origem uma reivindicação salarial; desde os primeiros dias, a greve assumiu um caráter violento; abrangeu os setores operários mais importantes do país, cerca de 500.000 de trabalhadores, tanto os agrícolas temporários quanto os do setor industrial dos engenhos. As direções sindicais "mujalistas" (pelegas) foram superadas pelas massas, desmascarando sua atuação de frear a greve.

Após vários anos de imobilismo, devido ao golpe de Estado de 1952, o movimento operário retornava a cena política. A greve açucareira foi a resposta da vertente de oposição operária a ditadura de Batista. A greve assumiu um caráter político bem claro: as massas gritavam pelo 'fim da tirania'! 'abaixo o governo criminoso'! Três anos e dois meses após o golpe militar de Batista, o corre uma mudança qualitativa no movimento operário. A classe operária cubana se incorporava ao processo revolucionário dos anos 50. O movimento Estudantil também tinha entrado em conflito com a ditadura. Duas semanas antes da greve açucareira, as escolas entraram em greve e houve manifestações de rua. Assim, ocorria um encadeamento cronológico entre os movimentos operário e estudantil. Foi nessa época, que os dirigentes da "Federação Estudantil Universitária-FEU, fundaram o "Diretório Revolucionário", com o objetivo de promover a insurreição.

Destaca-se na greve, o trabalho clandestino na organização dos "Comitês de Defesa "das reivindicações operárias e pela democratização da Confederação dos Trabalhadores Cubanos, então sob controle do peleguismo 'mujalista'". A greve terminou com a vitória dos trabalhadores. Deste modo, a greve foi uma prova de forças das massas trabalhadoras. O regime de Batista se encontrava

em uma situação difícil diante da rebelião nacional do setor açucareiro, o mais importante e numeroso do país.

Após o assalto ao quartel de MONCADA, em 1956 (que colocou a luta armada na ordem-do-dia, ocupando o vazio deixado pela oposição liberal), e após a greve açucareira, (que colocou a luta ao nível das massas e incorporou à classe operária à oposição) a ditadura militar cubana começou a ruir.

Nesta época, Fidel Castro se encontrava exilado no México, preparando a expedição do iate "Granma". Em dezembro de 1956, o "Granma" desembarca nas costas do litoral cubano, conduzindo 80 combatentes; foram surpreendidos e quase dizimados pelo exercito ditatorial; os sobreviventes iniciam a fase de combate de guerrilhas na Sierra Maestra, na Província de Oriente.

O desembarque do "Granma" deveria se articular com uma insurreição armada em Santiago de Cuba, capital da Província de Oriente e segunda cidade do país, situada perto das monatanhas. A sublevação popular em Santiago ocorreu dois dias antes do desembarque do "Granma". Seu caráter prematuro, indicava que as condições ainda não estavam maduras para que a massa participasse da rebelião. A repressão se alastrou sobre a cidade, então batizada como 'a capital da rebeldia'. Contudo, a rebelião visualizava para população de Santiago que a luta contra a ditadura continuava: as milícias urbanas dirigidas por Frank Pais na planície e, a guerrilha de Castro e "Che" Guevara nas montanhas. Santiago se converteu no ponto de apoio urbano fundamental para a guerrilha. Em seis meses se constrói o polo revolucionário contra a ditadura: o eixo Sierra Maestra-Santiago de Cuba.

A greve geral revolucionária de agosto 1957

> O assassinato do companheiro Frank Pais, marcou uma virada em toda a estrutura do movimento revolucionário (CHE GUEVARA)

Após a sublevação de Santiago, em novembro de 1955, a repressão assassinou centenas de militantes revolucionários. Em 30 de julho, Frank Pais, líder do "Movimento Revolucionário 26 de Julho", na Província de Oriente, foi morto pela polícia. De 1º a 5 de agosto, ocorreu a greve geral. Pais, vestido com o uniforme de verde-oliva de comandante guerrilheiro, foi sepultado. Um cortejo que ocupou 14 quadras acompanhou o enterro. Começava a greve geral

que se estendeu por toda a ilha, sobretudo, nas Províncias de Oriente, Camaguey e Lãs Villas.

Che Guevara analisava o movimento:

> O povo de Santiago lançou-se espontaneamente às ruas, produzindo o primeiro sinal da greve geral política que, embora sem direção, paralisou totalmente o Oriente. A ditadura liquidou este movimento surgido sem preparação e sem direções revolucionárias. Este fenômeno popular serviu para que nos déssemos conta que era necessário incorporarmos à luta pela libertação de Cuba, o fator social dos trabalhadores e, imediatamente, começaram os trabalhos clandestinos nos centros operários para prepararmos uma greve geral a fim de ajudar o Exército Rebelde a conquistar o poder.

Por sua parte, a guerrilha havia tomado a Sierra, mas, se não se estendesse pela ilha, a ditadura não seria derrubada. O instrumento para este objetivo, havia ocorrido espontaneamente nas ruas de Santiago: era a greve geral revolucionária. A guerrilha tirou as lições e adotou a tarefa de combinar a luta na Sierra com a preparação da greve geral na Planície, ajustando sua estratégia para tomada do poder.

O caráter espontâneo das ações de agosto em Santiago demonstrou até que ponto a insurreição tinha se apoderado das massas. A greve açucareira de 1955 havia significado um salto qualitativo na atitude das massas frente ao golpe de Batista. A criação de condições subjetivas para revolução cubana. Foi seu aspecto positivo. Quanto a seu lado negativo, os trabalhadores sem direção foram obrigados a recuar após vários dias de resistência, sem alcançar o objetivo proposto: a queda da ditadura. Assim, a greve de agosto marca um salto qualitativo em relação a greve de 1955. Esta se limitou ao setor açucareiro, ao passo que em 1957 a greve foi geral, englobando 2/3 do país.

Através de uma carta de Frank Pais a Fidel Castro, podemos ter uma ideia do nível de organização do movimento revolucionário:

> [...] sempre se tem falado de greve geral [...], era necessário dar-lhe o impulso que necessitava, e se começou por Oriente. Agora, a situação mudou, a greve geral é possível [...] existe nesse

> momento uma Direção provincial Operária com suas Direções Municipais funcionando a todo pulmão e com bastante independente econômica e de propaganda. Era necessário que o mesmo trabalho se realizasse em toda a ilha e, se constituiu uma Direção Nacional Operária que dará a pauta e marcará o dia da greve geral [...]. O objetivo dos delegados de nossas organizações será o de acoplar todas as figuras, setores e organizações cívicas, políticas, religiosas, comerciais e operárias em um Comitê de greve [...]. Toda Cuba se lançará à greve geral com uma onda de sabotagem operária, técnica e revolucionária nunca vista até então [...]. (PAIS, 1957).

A greve geral revolucionária de janeiro 1959

> Foi a greve geral que destruiu a última manobra dos inimigos do povo; foi a greve geral que nos entregou as fortalezas da capital da República; e foi a greve geral que deu todo o poder a revolução (FIDEL CASTRO).

Na Sierra Maestra, a guerrilha esgotara sua fase "nômade"; soldara-se cada vez mais com o meio rural, estando em vista de transformar-se em Exercito Rebelde; os combatentes de uniforme não passavam de 300; porém, milhares não uniformizados participaram da luta: contribuíam com o abastecimento, o refúgio, a comunicação com as cidades, etc. Eram rurais, expulsos de suas terras, semi-proletarizados. Terra e Trabalho eram suas reivindicações básicas. A revolução era a promessa de terra e, antes da vitória total, foi realizada uma primeira reforma agrária na Sierra.

Fenômeno típico de uma economia de plantação latifundiária, a semi-proletarização existia nas montanhas cubanas. Quando a revolução entrou em sua fase final, encontrou-se com este fenômeno no alto da Sierra Maestra. Então, a classe operária se fez presente na guerrilha, através dos camponeses semi-proletarios. A adesão orgânica do camponês se refletiu nas Comissões Camponesas Revolucionárias, presentes na Sierra. Na Planície, a classe operária foi protagonista da revolução. O apoio e a participação do campesinato e do operáriado foram essenciais para avançar o processo revolucionário.

"A revolução deve ser obra de todo o povo cubano" (CHE GUEVARA). Em fins de 1958, a guerrilha tinha se tornado "Exercito Rebelde": duas Colunas Invasoras, comandadas por Che Guevara e Camilo Cienfuegos, se encaminham para Planície. É

importante o trabalho desenvolvido pela coluna de Cienfuegos, sobretudo, em relação a atividade da classe operária. Cienfuegos se destacou de forma especial na tarefa de incorporar à revolução o proletariado agrícola da Zona Norte da Província de Lãs Villas.

Cienfuegos declara: "tenho necessidade de criar uma Comissão Operária ligada ao comando da Coluna invasora, que se encarregue da vertebrarão e organização do movimento operário em todas as 'zonas libertadas'". Acrescenta:

> O esquema geral foi muito simples: liquidar as direções 'mujalistas'; que os trabalhadores, por intermédio de assembleias gerais e democráticas, elejam seus dirigentes; estabeleçam a pauta de reivindicações específicas para cada povoação de colonos, apresentada pelos trabalhadores; ao mesmo tempo, o Exército Rebelde obriga os patrões da zona a cumprirem imediatamente esta pauta, realizando reuniões prévias para discussão, primeiro com os trabalhadores e depois com os patrões.

Em Guaíba, foi realizada uma Assembleia com cerca de 800 trabalhadores da zona açucareira; a participação dos trabalhadores se expressou também, através da organização das "Milícias Operárias e Camponesas". Em dezembro, foi realizado o Congresso dos trabalhadores açucareiros; uma de suas finalidades foi a organização de uma greve geral em todas ou na maioria das centrais açucareiras do país.

Na província de oriente, foi convocado um Congresso operário de todos os setores da 2ª frente, no território comandado por Raul Castro; no dia da abertura, houve uma concentração de 3.000 trabalhadores. Por sua parte, a resistência armada se expressou em iniciativas revolucionárias, tanto na Sierra como na Planície, nas quais a ação do Movimento "26 de julho" foi decisiva. Este Movimento tinha uma base social em toda a ilha e tinha uma forma de organização flexível e funcional: Direção nacional; direções provinciais e municipais; e seções. A seção operária mobilizava as massas através de uma Frente Operária Nacional, cujas ramificações se estendiam até as unidades de produção, as fábricas.

As várias organizações revolucionárias formaram uma Frente Anti-Ditatorial: Movimento "26 de julho", Partido Socialista Popular, Diretório Revolucionário. Seu "Documento Político" precisa a

estratégia de luta: "Mobilização popular de todas as forças operárias, cívicas, profissionais, econômicas, para culminar o esforço cívico de uma grande greve e, no plano bélico, em uma ação armada conjuntamente em todo o país".

A greve geral havia fracassado em 9 de abril de 1958. Segundo Che Guevara,

> a greve fracassou por erros de organização, entre eles, principalmente, a falta de contatos entre as massas operárias e a direção, e sua atitude equivocada. Mas, a experiência foi aproveitada e ensinou a seus dirigentes uma verdade preciosa: a revolução não pertencia a tal ou qual grupo, mas deve ser a obra de todo o povo cubano.

Quando as Colunas invasoras "Ciro Redondo", comandada pelo "Che" e "Antonio Maceo", comandada por Cienfuegos, começaram a deslocar-se para a Planície, a guerra revolucionária estava caracterizada pela combinação de varias formas de luta, em que a guerrilha rural deixa de ser a forma principal. A invasão da Planície só foi possível com o apoio massivo do povo e com a generalização da luta e da resistência a todo o país, em formas de luta que iam da guerrilha até a sabotagem da produção.

As Colunas do "Che" e de Cienfuegos invadiram a região central de Cuba (Lãs Villas); o ditador Batista fugiu em 1º de janeiro de 1959, quando Santiago de Cuba e Santa Clara caíram em mãos do Exército Rebelde. Em Havana, políticos burgueses organizaram um "Governo Constitucional", como última manobra da classe dominante. Da Província de Oriente, Fidel Castro, junto com a Frente Operária Nacional Unida, lançam o apelo à greve geral que paralisa todo o país durante 4 dias e proclamam o Governo Provisório, em Santiago de Cuba, verdadeira capital da revolução. As Colunas dos comandantes Guevara e Cienfuegos marcham para conquistar Havana.

A revolução nicaraguense (1979)

> "não se pode ser revolucionário sem lagrimas nos olhos, sem ternura nas mãos". (Tomas Borge)

A vitória da Frente Sandinista de Libertação nacional (FSLN), em julho de 1979, foi o resultado de um longo processo do qual participaram vários fatores. Nos interessa destacar um deles: a formação de amplos movimentos de massa, organizados por local de moradia e de trabalho, expressões do poder popular. Porém, antes da formação da FSLN, é importante conhecer a história de seus fundadores ("Os Filhos de Sandino"), especialmente Carlos Fonseca Amador, para entendermos como se processou a "nacionalização do marxismo" na Nicarágua.

Herdeira da tradição revolucionária e anti-Imperialista de Sandino contra a intervenção dos EUA, a FSLN foi criada nos anos 1960, fruto da união de vários grupos que faziam a luta armada. A luta contra a família Somoza começou desde a morte do ditador, pelas mãos do heroico poeta Rigoberto Lopes Pérez. Nesta época, foi desencadeada uma violenta repressão contra o povo, 150 estudantes foram presos, entre eles, Carlos Fonseca e Tomás Borge.

Carlos Fonseca nasceu em Matagalpa, filho de uma cozinheira. Entrou no Partido Socialista Nicaraguense e logo se tornou um líder entre seus companheiros.

Em 1957, viajou para Moscou, representando os estudantes no Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes. Em 1959, foi expulso da Nicarágua e partiu para Guatemala. Em junho, participa na guerrilha de Honduras, é ferido e vai para Cuba. Em 1960, regressa clandestinamente a Nicarágua, é preso e outra vez expulso do país para Guatemala, onde foi mais uma vez, preso. Foge da prisão e volta para Cuba, onde estuda a experiência da revolução cubana.

Mais uma vez, volta clandestinamente a Nicarágua e começa a reunir os sobreviventes do Partido Socialista da Nicarágua para formar o Movimento Nova Nicarágua, junto com a Frente Unitária Nacional e, os veteranos combatentes sandinistas. Desta forma, surge a FSLN, em 25 de julho de 1961. Seus fundadores foram 12 revolucionários, entre eles, Carlos Fonseca Amador e Tomas Borge. Adotam a mesma bandeira vermelha-negra de Sandino, e o lema de

"Pátria Libre o Morir".

Carlos Fonseca, após muita discussão, convenceu seus camaradas a incorporar o nome "Sandinista" à Frente de Libertação Nacional, deste modo, 'nacionalizando' o marxismo, no espírito que expressava o poeta nicaraguense RICARDO M. AVILÉS: "temos que estudar a nossa história e nossa realidade como marxistas e estudar o marxismo como nicaraguenses".

> "Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América nem imitação nem cópia". (MARIÁTEGUI).

Não encontramos o marxismo de Carlos Fonseca em textos sistemáticos. Todavia, podemos sintetizar um 'ideário' de seu pensamento:

- assimilação de forma rica e criativa da herança de Sandino;
- resgate da imagem de Sandino;
- assimilação das raízes culturais do povo nicaraguense, principalmente, o elemento religioso;
- criar as condições políticas para FSLN crescer no seio do povo;
- o anti-dogmatismo.

Giulio Girardi assim sintetiza o 'marxismo sandinista":

- teoria da práxis libertadora;
- nicaraguense;
- nacionalista;
- antidogmático;
- aberto à contribuição da subjetividade, isto é, da ética, da utopia, das imaginações e da cultura;
- capaz de reconhecer e valorizar a carga revolucionária da fé cristã;
- elaborado coletivamente.

Victor Tirado analisou este processo de 'nicaraguanizar o marxismo":

> um grupo de jovens resgatou as bandeiras de Sandino. Estudou sua doutrina, a analisou e a reelaborou, porém, quem realizou esta tarefa minuciosa, escrupulosamente, foi Carlos Fonseca. Ele proclamou, antes de tudo, ao movimento revolucionário, que as ideias de Sandino eram atuais. Tão atuais como os clássicos da literatura ou do pensamento revolucionário. Sandino não foi uma efemeridade, é um caminho, um guia para

> ação, dizia Carlos. [...] ir às raízes da pátria, reivindicar e usar o pensamento nacional como fonte para construir a teoria revolucionária própria, não é ser nacionalista, no sentido de fechar-se em si mesmo. Carlos Fonseca não só via desde dentro, mas também desde fora. Para elaborar a teoria revolucionária da FSLn, ele tomou elementos da rica e valiosa experiência do movimento revolucionário mundial.

Carlos Fonseca afirmava:

> O importante não é declamar frases dos grandes revolucionários universais, mas aplicar na realidade, com criatividade seus ensinos. Em todo caso, estes revolucionários não nos legaram meras frases, mas toda uma ação criadora [...], declamar o nome do socialismo e o título das mais conhecidas teorias revolucionárias, não garante a profundidade das transformações que nos propomos. Em uma palavra, a fraseologia revolucionária não garante a profundidade da mudança.

Victor Tirado conclui:

> É necessário relembrar que Carlos Fonseca nunca acreditou que as doutrinas revolucionárias internacionais poderiam dar, por si mesmas, a chave para fazer uma revolução, ou o segredo para tomar o poder. Ele compreendeu clara e lucidamente, que estas doutrinas são inúteis se não se combinam com o pensamento e a prática revolucionária nacionais (...) sim, somos sandinistas, e por isso mesmo, também somos internacionalistas. A fonte original da nossa produção teórica revolucionária é nacional, porém, nunca deixamos de ter em conta as experiências de Cuba, URSS, Vietnam, e de outros povos que se lançaram contra a opressão e a exploração. Partimos do pensamento de Sandino, porém, nunca deixamos de ter em conta o pensamento de Marx, Lenine, do 'Che' Guevara, Zapata e tantos outros revolucionários.

No campo da abertura à subjetividade, à utopia, à imaginação, encontramos uma expressão forte nas palavras do sandinista Tomás Borge, sobre a arte e a cultura:

> [...] Os artistas têm que ser criadores de novos mitos, os poetas

> devem empunhar seus poemas como se fossem fuzis e os fuzis como se fossem poemas; quero dizer que os artistas devem ser defensores da pátria na linha de fogo e milicianos da arte, ou o que é igual, estão obrigados a lutar para restaurar a imaginação.
>
> O homem que não é capaz de sonhar é um pobre diabo, um eunuco; o homem que é capaz de sonhar e transformar seus sonhos em realidade é um revolucionário; o homem que não é capaz de amar é um animal; [...] o homem que é capaz de amar e de fazer do amor um instrumento de mudança é também um revolucionário, é também um sonhador, um amante; é um poeta, porque não se pode ser revolucionário sem lágrimas nos olhos, sem ternura nas mãos.

Após a fundação da FSLN, Carlos Fonseca realizou tarefas clandestinas de organização no campo, cidade e bairros de Manágua. Em 20 julho 1964, foi preso e condenado a 6 meses de prisão. No inicio de 1965, foi deportado para Guatemala e depois para o México, na metade de 1966, volta novamente a Nicarágua e parte para as montanhas, para lutar junto ao movimento guerrilheiro de "PANCASAN".

Muitos dos fundadores da FSLN são mortos pelo regime somozista. Carlos Fonseca foi preso outra vez, em 1969. Em Outubro de 1970, um comando da FSLN sequestra um avião e exige a liberdade de Carlos Fonseca, em troca dos reféns. Após sua libertação, Carlos volta para Cuba. Todavia, em setembro de 1975, regressa a Nicarágua, permanece nas cidades e depois vai para guerrilha nas montanhas de Matagalpa.

Em 1976, Tomas Borge foi preso. E, neste mesmo ano, em 8 novembro, Carlos Fonseca Amador morre em um combate na região montanhosa de Zinica.

A FSLN

O nascimento da FSLN nos anos 60, logo após a revolução cubana, marca na Nicarágua o inicio da revolução e rompe de vez o monopólio burguês liberal da oposição a ditadura de Somoza. Três momentos e três tendências caracterizam a luta anti-somozista da FSLN:

1ª) corresponde a etapa do 'foco 'guerrilheiro nas montanhas. A nível da Nicarágua, reflete o contexto da época guevarista das

guerrilhas na América Latina, na década de 60. Este momento dura até os anos 1974-75, época da ofensiva somozista com o apoio dos Exércitos centro-americanos e dos comandos norte-americanos.

2ª) caracterizada pela busca de refugio político nas cidades e nos setores operários. O desenvolvimento industrial produzia uma proletarização que servia de motivação estratégica para que a guerrilha sandinista declare seu caráter proletário;

3ª) Os fracassos militares do 1º momento e a importância da luta político-ideológica contra a estrutura de exploração, cindiu a FSLN em 2 tendências:

- uma tendência que amadurece o conceito de 'Guerra Popular prolongada' ("fração GPP");

- outra tendência, que concentra seus esforços na preparação político-organizativa de seus quadros nos setores operários da cidade e do campo, dentro de uma estratégia proletária ("tendência proletária").

Após os primeiros momentos, em que a Guarda nacional somozista massacra a guerrilha nas montanhas e, após a cisão da FSLN, o exílio se enche de militantes sandinistas. A repressão parecia ter aniquilado a guerrilha sandinista. Para os militantes no exílio (Costa Rica e México) as experiências de São Domingos em 1965 e do Chile de Allende, contribuíram para amadurecer uma terceira concepção, chamada de "Insurreicional", conhecida como "Tendência terceiriza". Defendia uma aliança tática com setores da burguesia e colocava o elemento militar como forma de preparar a insurreição; esta fração tinha uma presença fraca entre as massas.

A separação no interior da estrutura organizativa da FSLN não significou uma divisão na luta contra a ditadura; mas, uma divisão prática do trabalho revolucionário, em que as 3 tendências aparecem como unidade de um mesmo conjunto, a FSLN.

Assim, com a retomada da ofensiva pelas massas populares, no interior da FSLN, desenvolveu-se uma aliança chamada de 'unidade na ação'; era a reunificação da FSLN e a formação de uma Direção Única.

A luta anti-somozista

Podemos dividir a luta contra a ditadura de Somoza em 3 períodos:

1. dezembro de 1974 a setembro de 1977, momento que coincide com o estabelecimento do Estado de Sitio, a lei marcial, a censura, etc.;
2. setembro de 1977 a setembro 1978, momento que coincide com o fim do Estado de Sitio; começa a ofensiva da oposição anti-somozista;
3. setembro 1978 a julho 1979, tomada do poder; começa com uma greve geral, o ataque sandinista ao Palácio Nacional e a insurreição popular generalizada.

Vejamos o desenvolvimento deste processo através da participação popular e operária.

A Frente de Massas

No final de 1978, o Movimento Popular Unitário (MPU) adquire maior legitimidade, com o apoio que recebe da FSLN, através da unificação de suas 3 tendências. Durante os 3 primeiros meses de 1979, o MPU fixou como tarefa fundamental a defesa combativa nos bairros, através dos Conselhos de Defesa Civil (CDC).

O MPU desenvolve uma ação de solidariedade e de unidade, para ampliar as forças que lutam contra a ditadura, partindo para fundação da Frente Patriótica nacional (FPN), em 1 de fevereiro de 1979.

Nos locais de trabalho e nos bairros, a mobilização do povo multiplica suas forças. A propaganda e a agitação nos bairros toma cada vez mais formas populares de participação.

A luta sandinista, que começou nas montanhas, continua nos bairros das cidades, através dos CDC e adquire, então, uma pujança de classe cristalizada na fundação dos Comitês de Defesa dos Trabalhadores (CDT). Fundados pela FPN, estes Comitês atingiam os locais de trabalho mais importantes de Manágua. Com eles, o poder popular das Milícias armadas e dos bairros adquire o selo de classe, enriquecendo o conteúdo da revolução sandinista.

Os Comitês de Trabalhadores nasceram no momento mais agudo da crise econômica e, tornam-se presentes na luta através de reivindicações econômicas e sindicais (emprego, salários, direito à sindicalização).

A fundação destes CT tem um caráter significativo: são órgãos de luta que agrupam os trabalhadores das fábricas, independentemente de filiação sindical ou partidária; são verdadeiros

Conselhos Operários.

Ao lado da FSLN, as massas contam com uma base organizativa nos órgãos de massa do MPU, e no prestigio político da FPN, devido ao crescimento de sua comissão sindical em torno dos Comitês dos Trabalhadores. No interior do MPU, os CDC e os Comitês Populares, formam uma base orgânica que garante a capacidade de mobilização das massas. Contudo, este nível de organização não tem ainda envergadura nacional: suas principais bases estão nas estratégicas cidades de Manágua, Masaya e Leon.

Assim, a FPN não era apenas uma aliança política; paralelamente ao poder popular, foi forjado o poder operário. A Comissão Sindical da FPN deu um salto qualitativo na luta contra a ditadura, ao estimular a formação dos órgãos do poder dos trabalhadores, os Comitês de Defesa dos Trabalhadores.

O desenvolvimento acelerado dos CDC nos bairros, a proliferação dos CT, uma integração maior dos trabalhadores no campo na Associação dos Trabalhadores do Campo (ATC), representaram um avanço em termos de organização, mobilização e unidade dos trabalhadores. Estes órgãos de luta, e particularmente, os Comitês dos Trabalhadores (por sua composição ampla e democrática) garantiram uma participação massiva e autônoma dos trabalhadores, sobretudo, nas jornadas grevistas.

A luta comum por reakustes salariais, contra o desemprego, a fome e a repressão, tornou-se um poderoso elo de agitação e mobilização unitária da classe operária contra a ditadura.

Nos bairros urbanos, multiplicaram-se as tarefas dos CDC, órgãos de grande prestigio e apoio popular, verdadeiros embriões do poder popular. Os CDC organizaram a população dos bairros para lutas concretas, como o controle de preços nos bairros. Suas deliberações nasciam nas assembleias populares.

Todas estas diversas formas de organização foram se adaptando às tarefas da insurreição popular. O Exercito Sandinista, os Comitês de Defesa dos Trabalhadores e os Comitês de Defesa Cívica, constituíam ao nível de massa, os principais embriões do 'novo poder'.

Como órgãos de luta dos trabalhadores durante a greve geral, os CDT desempenharam um papel estratégico, garantindo a presença da classe operária durante a insurreição. As tarefas de controle e reorganização da produção foram realizadas pelos CDT

durante a greve geral, dando-lhe um caráter de classe e autonomia.

Os CDC surgiram com instrumentos de luta das massas com a finalidade de organizar o poder popular nos bairros e preparar a população para o controle e a defesa das zonas urbanas.

O Exército Sandinista com suas Colunas guerrilheiras e Unidades especiais, as varias brigadas, milícias e esquadras armadas, foi o órgão dirigente da insurreição e, se tornou uma das bases organizativas do 'novo poder'.

O Processo Revolucionário

Em 27 dezembro 1974, o Comando "Juan José Quezada" tomou a residência de um somozista, onde se realizava uma festa em honra ao embaixador dos EUA.A operação foi vitoriosa e obrigou a ditadura a ceder 1 milhão de dólares, por em liberdade os presos políticos e publicitar, via rádio, televisão e jornais, um comunicado da FSLN. Entre os presos libertados estava Daniel Ortega.

A ditadura desencadeia uma violenta repressão em nível nacional. De janeiro 1974 até 1977, a ditadura assassina, tortura, emprega o terror para paralisar as manifestações do movimento popular. `A repressão se junta a degradação das condições de vida do povo, devido a inflação, ao congelamento de salários e ao desemprego. Este período representa uma fase de refluxo do movimento revolucionário. Durantes estes anos, são decretados o Estado de Sitio, a lei marcial e a censura.

Em setembro de 1977, a ditadura restabelece as garantias constitucionais. A oposição burguesa liberal funda a "União Democrática de Libertação", presidida por Pedro Joaquim Chamorro, diretor do jornal "La Prensa". O programa da UDL é coerente com a política de "Direitos Humanos" do presidente norte-americano J.Carter.

Somoza tenta negociar com a UDL. Chamorro torna-se o eventual substituto de Somoza, de acordo com a política dos EUA. A família Somoza decide, então, eliminá-lo fisicamente. O crime constitui um detonador da consciência popular em todas as classes sociais. A reação popular não se faz esperar; múltiplas manifestações percorrem as ruas de Manágua e outras cidades. A mobilização é, em parte espontânea, e dirigida, em parte pela UDL. Os empresários anti-somozistas decretam uma greve, que se transforma em greve de repudio popular ao somozismo.

No 1° de janeiro 1978, data do assassinato de Chamorro,

marca o inicio de uma fase aguda de luta inter-burguesa e também o Ascenso das lutas de massas. Nesta etapa, a FSLN conquista a hegemonia dos movimentos populares urbanos. A UDL proclama a greve no 24 janeiro; o povo incendeia algumas empresas de Somoza. Realizam-se violentas manifestações de repudio; a repressão se faz presente.

Na verdade, o crime provoca um salto de qualidade na consciência popular, dentro de um clima de repudio à tirania, em pleno Ascenso, a FSLN ataca as cidades de Rivas e Granada. Já em outubro de 1977, pode-se constatar o reinicio da ofensiva sandinista: um comando armado tomou o quartel da Guarda nacional em São Carlos, perto da Costa Rica. O povoado de Monzonte, no Departamento de Nueva Segovia, foi assaltado e ocupado pelos sandinistas. O quartel principal de Masaya, situada a 20 kms da capital, foi atacado por 3 esquadras de uma Coluna da FSLN, que ocupam o povoado de San Fernando, rendendo o quartel. Estas ações de outubro de 1977, significam a reconquista da inciativa por parte dos sandinistas. As ações da guerrilha dão um grande impulso ao movimento de massas.

Importante papel histórico no processo revolucionário tiveram as insurreições populares, principalmente a de Monimbó. Foi a primeira insurreição popular; foi organizada pelos índios do bairro de Masaya, chamado Monimbó. Da insurreição participaram alguns dirigentes sandinistas; nela, morreu o dirigente sandinista Camilo Ortega. Os indígenas resistiram a repressão durante uma semana. Também, foram importantes os movimentos ocorridos em Manágua, Dirimba e, principalmente, o levante dos indígenas do bairro de Subtiava, na cidade de Leon.

Em julho de 1978, foi fundada a Frente Ampla de Oposição (FAO). Um de seus objetivos era a saída de Somoza do poder. O "Grupo dos Doze", formado em outubro 1977, apoiava a participação da FSLN. Assinaram seu "Manifesto" nomes como Miguel D'Escoto, Fernando Cardenal, Sergio Ramirez Mercado. Este novo grupo integra, com as organizações da UDL, da nova frente anti-somozista com hegemonia da fração liberal da burguesia. Pela primeira vez, militantes da FSLN participam de uma frente com a burguesia. Ernesto cardinal era o representante dos sandinistas, pela 'tendência terceirista'.

A Operação "Morte ao Somozismo, Carlos Fonseca Amador".

Em agosto de 1978, o Comando sandinista "Rigoberto Lopez Perez" ocupa o Palácio nacional em Manágua. A operação permite a captura de somozistas membros do Congresso. A ação foi realizada sob a direção do 'comandante zero", Éden Pastora. A direção nacional da FSLN (a 'tendência terceirista') reivindica a ação. Como resultado, foram libertados mais de 80 presos políticos. Entre eles, Tomas Borge.

A FSLN divulga mensagem à Nação: "São os pobres de nosso país, os que têm suportado todo o peso da exploração econômica e a repressão política e militar da tirania somozista. E só este povo, apoiado firmemente em seus operários e camponeses, podará ser o verdadeiro forjador da sociedade de homens livres pela qual lutou Sandino".

Em setembro, os sandinistas lançam uma nova ofensiva. Leon e Estali são atacadas por unidades da FSLN-DN ('tendência terceirista'). Estes ataques combinados com o levante popular, conduzem a queda das duas cidades. O contra-ataque da tirania é feroz. As massas são objetos de massacres. Os sandinistas são obrigados a se retirarem destas cidades.

É neste contexto, que a burguesia integrante da FAO e o Governo Carter, conjugam esforços para derrubar Somoza e substitui-lo por um governo sem participação dos sandinistas. Trata-se da operação "Somozismo sem Somoza". Os EUA tentam intervir através de uma comissão de mediação via Organização dos Estados Americanos (OEA). A FSLN rompe com a FAO e o "Grupo dos Doze", e recusa a intervenção mediadora dos EUA, renunciando a participar na FAO.

Neste momento, outubro 1978, o MPU se converte em uma Frente de Massas de caráter revolucionário, ocupando o espaço da FAO.

O MPU é formado por partidos de esquerda, comitês de bairro, comitês de greve, associações de mulheres, sindicatos, grêmios, comitês operários, etc.

A ação de massas, através da combinação das mais variadas formas de luta, complementa as ações político-militares da FSLN.

As condições de unificação, para iniciar o processo de unidade das 3 Tendências da FSLN, são forjadas a ferro e fogo. Em 30 dezembro 1978, proclama-se a unidade. Surge o Documento "Ao

povo nicaraguense e a todos os povos do mundo".

Janeiro, fevereiro e março, marcam uma fase do processo unitário de importância especial, dentro deste processo unitário se inserem a organização e o trabalho do MPU, e a formação da Frente patriótica Nacional (FPN). Em dezembro 1979, aparece a "Ata Constitucional" da FPN, que adota uma plataforma entre cujos objetivos encontra-se o fim da Guarda nacional e a expropriação de todos os bens da família Somoza. Em março 1979, surge o documento "Aspectos básicos dos acordos de unidade". Traz as assinaturas de Daniel Ortega, Victor Tirado, Humberto Ortega pela 'tendência terceirista' ou "insurrecional"; Henry Ruiz, Tomas Borge, Bayardo Arce pela 'tendência GPP"; e, Jaime Wheelock, Luis Carrion, Carlos Nuñez pela 'tendência proletária'.

De acordo com o "Documento da unidade", lê-se: "Construir de imediato, uma democracia revolucionária e popular que assente as bases para aprofundar o processo revolucionário nicaraguense", e, para o qual se converta em tarefa imediata "a derrubada revolucionária da ditadura somozista e a organização do Poder Sandinista".

Segundo os acordos, o objetivo da unidade nacional contra o somozismo se expressa, no momento, na Frente Patriótica Nacional, cujo eixo fundamental é o MPU. O "Documento" assinala:

> O processo insurrecional nicaraguense se caracteriza pela combinação das sublevações populares e as ações violentas das massas e dos núcleos sandinistas nas cidades, com a guerra de guerrilhas nas zonas rurais e nas montanhas. A conjugação destas 2 modalidades de luta (dentro de uma estratégia única) dará como resultado a vitória [...].

No mesmo 7 de março 1979, é assinada a "Proclamação da unidade", pela qual se denomina a "Direção Nacional Conjunta" da FSLN. No contexto internacional, se aprofundam as contradições entre o Governo Carter e a tirania somozista. O Departamento de Estado norte-americano corta sua ajuda economia e militar no inicio de fevereiro. Entretanto, o FMI concede um credito de mais de 65 milhões de dólares. As ditaduras militares do Cone Sul apoiam moralmente e com armas a ditadura somozista.

A ofensiva armada da FSLN em 8 de abril, conduz a ocupação de Estaeli. A reação do somozismo diante da ocupação e do apoio do povo aos sandinistas, não encontra precedentes. A cidade é bombardeada. Ao recuperar a cidade, a Guarda nacional comete represálias contra a população.

A crise econômica se aprofunda. pela primeira vez, após 1930, a moeda nacional é desvalorizada, os preços dos artigos básicos aumentam em mais de 50%. O descontentamento das classes médias e das classes exploradas e marginais aumenta ao mesmo tempo que o desemprego e a queda do nível de vida. A luta interna no exterior e o isolamento da ditadura, é acrescido do isolamento no exterior.

A Ofensiva Final

A ofensiva final se inicia em março 1979, com a tomada de Jicaro e a ocupação de Esteli. Depois vem a luta em Nueva Guinea. Em maio, a tomada de Jinotega e os combates de El Naranjo na Frente Sul. Em 4 de julho, a FSLN apela a greve geral. O país fica paralisado. As insurreições populares, sob a direção sandinista, começam a pipocar: Leon, Chinandega, Matagalpa, Esteli, Masaya, Granada e outras cidades menores. Em 10 de junho, se iniciam os combates na capital, Manágua. Explode a insurreição popular. A cidade, em seus bairros populares, é bombardeada constantemente. O levante se aprofunda, a insurreição se amplia. Em 16 de junho, é formado o "Governo provisório". Em 19 de julho, entram em Managua as Colunas guerrilheiras da FSLN.

Peru: socialismo nos Andes

Em outubro de 1968, inicia-se o Governo do general nacionalista Alvarado.

A intervenção militar de outubro foi resultado de um longo processo de amadurecimento nas Forças Armadas. O abandono do apoliticismo como posição institucional foi resultado direto do enfrentamento com os problemas estruturais da sociedade. A maioria da oficialidade das FA vinha de setores populares e intermediários e se caracterizava por sua origem provinciana, os oficias, como regra, faziam rotatividade em todos os estabelecimentos militares do país, conhecendo, assim, todos os problemas dramáticos do Peru. A experiência da luta contra a guerrilha em 1965, teve um papel de

destaque na tomada de consciência pois a guerrilha mostrou a profundidade dos problemas sociais, sobretudo, no campo.

Algumas cifras nos revelam a situação da economia peruana no momento da tomada de poder pelos militares. No campo, 831 das 840.000 unidades de exploração agrícola tinham menos de 5 hectares (280.000 com menos de meio hectare),representando 6% da superfície agrícola do país; no outro extremo, 0,4% das explorações, menos de 3.4000, tinham mais de 500 hectares e ocupavam 75% da superfície agrícola; em 3 milhões e meio de indígenas, um milhão dependia diretamente de 1.290 fazendas; entre 1950 e 1960, Lima recebeu uma imigração de 1 milhão de 'serranos'.

Estas cifras indicam tanto a necessidade de uma reforma agrária, mas também justificam o medo da burguesia urbana frente á possibilidade de uma insurreição do povo indígena. Em 1970, a população ativa do país era de 4,27 milhões, decompondo-se assim:
- 47,2% no setor primário, 95% na agricultura;
- 8,7% no setor secundário, um total de 22% do PIB;
- 30,9% no setor terciário (contra 16,9% em 1940);
- 3,2% em outros setores.

Umas 50 famílias controlavam o conjunto da atividade econômica em ligação com grandes firmas estrangeiras. Em 1968, identificava-se 6 grandes grupos de interesses controlando 70% das vendas do setor industrial. Por exemplo, 80 % do setor mineiro era controlado por 3 empresas (Cerro Pasco, Southern Peru e Marcona).

Participação Popular

Carlos Delgado, um dos principais teóricos da experiência peruana, e da direção do SINAMOS (Sistema Nacional de apoio a Mobilização Social), explicava a opção pela participação popular vinda da experiência da Iugoslávia: "De todas as revoluções europeias feitas em nome do marxismo só a Iugoslava constitui exceção neste campo, porque enfrentou e em grande parte resolveu o problema de garantir a efetiva participação dos trabalhadores e do povo nos distintos níveis de decisão na sociedade".

O Governo define um tipo de 'socialismo peruano', que tinha como eixo a 'área de propriedade social dos meios de produção' e a "Comunidade de Trabalho". Estes dois instrumentos serviram para assegurar a transferência dos meios de produção para os

trabalhadores.

A Comunidade de Trabalho: toda empresa do país que empregue mais de seis pessoas deve reservar 10% dos lucros para distribuição aos trabalhadores, e 15% serão convertidos em ações para serem entregues à Comunidade de Trabalho. Com isto, evita-se a propriedade individual, de caráter neo-capitalista. O mecanismo de distribuição das ações é acumulativo, até alcançar 50% da propriedade da empresa .Neste momento, os trabalhadores terão o mesmo numero de diretores que os antigos proprietários e o Presidente será eleito por consenso ou ,em caso de empate, por sorteio. A partir de então, os operários de cada fábrica têm um ou mais diretores, segundo o ritmo de crescimento da sua participação acionista. Enfim, um tipo de co-gestão.

Por sua vez, a EPS é uma versão peruana da empresa socialista. Um grupo de trabalhadores reúne-se e decide instalar uma fábrica, partindo do principio que dominam os conhecimentos essenciais para o empreendimento. A Corporação Financeira de Desenvolvimento do Peru (COFIDE), o organismo estatal que financia os projetos de desenvolvimento, uma vez comprovado que a ideia daqueles operários se enquadra nos seus planos, facilita-lhes um apoio que inclui a preparação técnica imediata dos futuros administradores, o projeto de operacionalidade e, por ultimo, a própria instalação da fábrica.

A nova empresa não será propriedade, mas comunidade de todos os trabalhadores das fábricas de Propriedade Social. As despesas do COFIDE serão recuperadas em prazos muito longos e 10% dos lucros devem ser transferidos para o Fundo de propriedade Social para a criação de novas empresas de trabalhadores.

Previa-se um período não muito longo para que a propriedade Social representasse 40% da economia peruana, justamente com 35% para a economia estatal, os restantes 25% seriam da propriedade privada modificada, isto é, a Comunidade de Trabalho e do pequeno setor da propriedade individual.

Carlos Delgado define este caminho:

> Nesta perspectiva, a Comunidade de Trabalho – comunidad laboral - é uma expressão revolucionária da reforma da empresa capitalista própria de um sistema econômico cujo futuro desenvolvimento, para ser consequente com a orientação fundamental da Revolução, terá de responder a uma concepção autogestionária, cooperativista, comunitária, de controle direto

dos trabalhadores peruanos sobre a riqueza que cria seu trabalho.

Várias medidas foram adotadas:
- A lei sobre as EPS, de 1974.
- nova lei das indústrias, que criou a primeira "Comunidade do Trabalho" (comunidade industrial permitindo acesso até 50% da propriedade e da gestão aos trabalhadores);
- as cooperativas agroindustriais;
- as empresas autogestionárias de propriedade social, que serviam como suporte socioeconômico à participação social;
- medidas anti-imperialistas, como, a reforma Agrária e a expulsão da "International Petroleum Company", filial da "Standard Oil", dos EUA.

O projeto Decreto-lei sobre a transferência dos meios de produção para os trabalhadores, afirma:

> Artigo 1. - Denominam-se Empresas de Propriedade Social as entidades jurídicas de direito social exclusivamente integradas por trabalhadores, constituídas dentro do principio da solidariedade, com o fim de exercerem atividades econômicas e cuja características são: plena participação, propriedade social da empresa, acumulação social e aperfeiçoamento permanente.
> Artigo 2.- A plena participação consiste no direito de todos os trabalhadores participarem na gestão e nos lucros da empresa, que se exercem tomando em conta o interesse social através da gestão democrática e da distribuição do excedente em função do trabalho prestado e das necessidades dos mesmos trabalhadores.
> Artigo 3.- A propriedade é social porque corresponde ao conjunto de trabalhadores que, trabalham nas Empresas de propriedade Social, sem que a qualquer deles correspondam direitos de propriedade individual, pelo, que, ao dar origem a novas unidades econômicas da mesma natureza, a sociedade beneficia.

A empresas ficaram agrupadas em 5 setores:

- o setor da pequena propriedade artesanal e comercial, de longe o mais importante no plano dos efetivos (63% dos operários da indústria são do artesanato);

- o setor da propriedade privada 'reformada' pela lei sobre a 'comunidade industrial' (1970), agrupando todas as empresas com mais de 5 trabalhadores e com uma cifra de negócios anuais de mais de 1 milhão de soles; a lei se aplica ao setor manufatureiro que produz cerca de 15% da renda nacional e ocupa 5% da força de trabalho:
- o setor de 'propriedade social' (APS), com a lei de maio 1974, o capital neste setor é propriedade do setor inteiro, tipo propriedade social como no modelo autogestionário iugoslavo; esperava-se que as cooperativas de produção e as 'sociedades agrícolas de interesse social' iriam passar para este setor socializado;
- as empresas de Estado, surgidas com a nacionalização nos setores da indústria de base e estratégicas;
- as empresas mistas, criadas a partir das 'joint ventures' entre os grandes grupos estrangeiros e o Estado; neste setor, os trabalhadores recebiam participação nos lucros, mas não participavam na gestão.

É importante falar de um setor, á margem desses 5, as Empresas Administradas pelos Trabalhadores (EAT), originadas de lutas sociais após o processo falimentar.

Em 2 de maio 1974, o decreto-lei n. 20598 instituiu as 'empresas de propriedade social'. Foi a última grande reforma do Presidente Alvarado Velasco, 5 anos após a reforma agrária (1969), 4 anos após a 'Comunidade Industrial"(1970) e, cerca de 1 ano antes da 'direitização' do regime, com a chegada ao poder do gal. Bermudez (1975).

O projeto da APS, foi submetido ao debate na sociedade, em agosto de 1973; as principais organizações políticas, sindicais, profissionais, religiosas e intelectuais participaram deste debate. Os fundamentos ideológicos do setor APS estavam inspirados no modelo iugoslavo.

As estruturas de base deste setor repousavam em 5 princípios:

- participação total: direito de todos trabalhadores de participar na direção, na gestão e lucros da empresa.
- propriedade social, pois pertence ao conjunto dos trabalhadores;
- acumulação social,
- o setor é reforçado pela incorporação ao patrimônio do

excedente das atividades produtivas (os lucros);

- formação permanente, para desenvolver a participação dos trabalhadores em todos os níveis.

Sobre a organização das empresas do setor, o decreto prevê os seguintes 'órgãos da autogestão':

- assembleia geral dos trabalhadores;
- comitê de direção (composto de 3 a 6 membros eleitos pela Assembleia);
- vários comitês (formação, eleitoral, ética e 'especialistas').

O gerente ou os gerentes são nomeados por uma duração indefinida pelo Comitê de Direção, após ratificação da AG. O financiamento inicial destas empresas de propriedade social é assegurado pelo Fundo nacional de Propriedade Social (FONAPS), cujos recursos provém de uma linha de credito aberta à Corporação Financeira de Desenvolvimento (COFIDE).

As relações com o Estado ficam sob responsabilidade da Comissão nacional de propriedade Social (CONAPS). Esta Comissão tem papel fundamental: a criação das empresas de propriedade social, sua constituição oficial, as mudanças de outras empresas em empresas de propriedade social, o numero de ações-bens que cada empresa pode emitir, a planificação do setor, o nível de remuneração, dependem ou são controladas pela CONAPS.

Em agosto de 1975, havia uma só empresa constituída e 28 empresas em formação, no fim de 1977, havia 6 empresas constituídas e 34 em formação, com um total de 5.578 assalariados. Em 1978, os trabalhadores do setor de propriedade social, fundaram a Federação nacional dos Trabalhadores de propriedade Social (FENATEPS), que lutava para incluir o setor das APS na nova Constituição que estava sendo redigida em 1978-1979. Esta campanha não foi coroada de sucesso, e, assim estas empresas foram abandonadas a sua própria sorte.

No entanto, em 1975, existiam cerca de 3.500 Comunidades laborais agrupando mais de 200.000 trabalhadores.

No setor das empresas socializadas encontramos todo tipo de atividade econômica: agrícola, mineiro, industrial, construção e serviços. Em 1979, havia 44 empresas de propriedade social empregando 7.156 trabalhadores; destas 44 empresas, 20 são implantadas na metrópole de Lima; as outras ficam no norte do país

e nas regiões de fronteira (Puno, Puccalpa...); os ¾ destas empresas empregam menos de 100 assalariados; 15% são trabalhadores temporários. No conjunto, este setor representa apenas 1% do PIB.

Carlos Delgado assinala a estratégia destas medidas: "reforma agrária, reforma da empresa e a criação do setor de propriedade Social, têm por finalidade socializar o acesso à propriedade e a riqueza e, por consequência, democratizar e desprivatizar a riqueza e o poder".

Os PIAR (Projetos Integrais de Assentamento Rural) e os PID (planos integrados de desenvolvimento), representavam a proposta estratégia de desenvolvimento do país. Um PIAR significava a integração de todos os recursos das empresas camponesas de uma zona. Em 1975, existiam 704 e agrupavam 800 empresas camponesas. Diversos PIAR dentro de uma zona ou vale formavam uma Central.

Os PID, buscava a convergência de todos os setores de atividade em um espaço considerado como âmbito de planejamento regional. Os PID e os PIAR estavam inseridos na "Planificação de Base" desenvolvida pelo SINAMOS. Este órgão governamental tinha 4 setores prioritários de ação: as populações rurais; o setor laboral das cidades; os povos jovens; o setor juvenil.

A "planificação de base", tipo de planejamento estratégico, tem por base que a "planificação do desenvolvimento econômico deve incorporar de modo efetivo a contribuição que vem da realidade e das experiências das instituições de base". Em níveis local e regional, o SINAMOS tinha as Oficinas Zonais de Apoio à Mobilização Social (OZAMS). Cada OZAMS estava subdividida em subzonas, nas quais se estruturavam as "Unidades de Planificação de Base" (UPB).

As Empresas em Falência e a Autogestão

"Autogestão", Boletim do Comitê de Empresas Administradas por seus Trabalhadores, ano 1, n. 3, relata uma experiência de ocupação e controle de empresas:

> Em março 1973, os trabalhadores ocuparam a "Empresa Dominador S.A.", localizada em Barranco. A ocupação durou 4 meses. Com o governo de Velásquez e a lei sobre a Comunidade Industrial, o patrão desta empresa do setor de papel higiênico e talheres, com 30 a 40 trabalhadores, pediu falência. Após 2 meses sem pagamento dos salários, 50% dos operários decidem

> pela ocupação da fábrica. Estas experiências de ocupação de empresas, permitiram uma tomada de consciência mais ampla dos operários, o desenvolvimento da solidariedade, fraternidade e camaradagem., entre os trabalhadores que participam da ocupação; garantir a segurança e a manutenção da fábrica, a organização interna e externa da administração da empresa, como também a distribuição dos recursos econômicos (frutos das contribuições de solidariedade). A confluência e utilização coletiva dos meios a disposição dos operários, o fato de dormir no local durante toda a ocupação, representa uma força importante para formação dos trabalhadores.

As empresas administradas pelos trabalhadores (EAT), chegavam a um total de 60, empregando entre 7.000 a 9.000 assalariados. Estas empresas estão no setor industrial ou de serviços: construção de moveis de escritórios, gráficas, confecção, laboratório farmacêutico, etc., estão localizadas em Lina ou na sua área metropolitana.

Suas origens estão na Lei da 'Comunidade Industrial'. O decreto-lei 20 023, permite a Comunidade Industrial, após pronunciada a falência de uma empresa, solicitar ao juiz a suspensão da declaração de falência durante 90 dias. Durante este período a direção da empresa é assegurada pela Comunidade Industrial, que prepara um projeto de 'recuperação'. Em caso de acordo, a Comunidade recebe todo o patrimônio da empresa e inclusive seu passivo.

Esta política levou muitas comunidades industriais a pedir sua incorporação ao setor da propriedade social. Todavia, um segundo decreto (21 584) obrigou a Comunidade Industrial, que recebeu a propriedade da empresa em falência, a transforma-la em cooperativa de produção e de trabalho. Assim, as empresas de EAT surgiram de falências recuperadas pela Comunidade Industrial e pelo Sindicato.

As EAT têm sua origem nas lutas dos trabalhadores para defesa de seus empregos em empresas falimentares. Portanto, diferem de outros setores em que a iniciativa do Governo era determinante. Estas empresas estavam submetidas a enormes dificuldades econômicas: em primeiro lugar, a recuperação de uma empresa industrial em falência, descapitalizada; ausência de quadros competentes que em geral abandonaram as empresas; créditos

bancários e tesouraria fechada por ausência de finanças.

Este processo de lutas levou a uma consciência mais desenvolvidas dos trabalhadores deste setor. Esta consciência levou a um nível superior de organização. Em 1973, foi criado um Comitê de ajuda Mutua e, em 1978, o Comitê das Empresas Administradas pelos trabalhadores (CEAT). Este Comitê desenvolveu 3 projetos:

- a criação de um Fundo (fonds tournant) composto de contribuições das próprias empresas, de Fundações e do Governo Holandês;
- um 'programa de desenvolvimento do setor autogestionário' a partir de um Convenio com o 'Centro de Informação e de Desenvolvimento Internacional da Autogestão" (CIDIAG); este Centro assegurava a formação administrativa a 7 empresas;
- instalação de uma "Câmara de Comercio" das empresas de autogestão que permitia uma coordenação Inter empresas.

Apesar do papel de apoio jogado pelo presidente Velasco para o sucesso da propriedade social, sua queda em 1975 não impediu o prolongamento deste apoio pelas altas instancias do Estado até metade de 1976. No final de 1975, o banco Central de Reserva do Peru abriu ao CONAPS um credito de 60 milhões de dólares, a 2%% de juros; nesta mesma época, foi criado o Sistema nacional para o Desenvolvimento da propriedade Social (SINADEPS),que permitiu a criação de Oficinas regionais da propriedade Social dependentes do CONAPS.

Em maio de 1976, foram tomadas outras medidas importantes: em resposta a Assembleia Nacional dos Trabalhadores da propriedade Social e, em seguida, a uma intensa campanha de mídia, dirigida pelos partidários do SPS, incluindo os militares 'radicais', o FONAPS tornou-se uma instituição financeira independente e, um Centro de estudos Superiores da propriedade Social (CESUPS) foi criado com a função de preencher o vazio existente em matéria de formação e pesquisa para o setor da propriedade Social.

Contudo, estas mudanças ocorreram juntas de uma que tirava a autonomia do setor: a modificação na composição do CONAPS, que passou ao controle efetivo do Ministério das Finanças e, o baixo orçamento inicial do CESUPS restringindo em muito suas atividades.

Em julho de 1976, ocorreram as demissões das direções do SINADEPS e da CONAPS, com objetivos de estabilização da política

econômica. Vários ministros militares, do grupo 'radical', próximo a Velásquez foram demitidos. No final de 1976, o presidente Bermudez, em entrevista a mídia, fala do papel da SPS na 'segunda fase do processo revolucionário', defende o 'pluralismo econômico', limitando o 'papel hegemônico' que este setor tinha na 'primeira fase da revolução'.

A busca de um 'socialismo peruano', como alternativa ao capitalismo e ao 'socialismo estatal' burocrático, caracterizou a revolução peruana. Em lugar de substituir a propriedade privada capitalista dos meios de produção pela propriedade estatal, o processo revolucionário propunha-se a substitui-la pela 'propriedade social', fincando suas inspirações nas raízes profundas e adormecidas na memória do povo do "Tahuantinsuyo", que tornou celebre o Império dos INCAS.

Sem duvidas, o projeto socialista peruano também tinha inspiração nas ideias do marxista MARIATEGUI, que propunha 3 eixos estratégicos em sua proposta do 'socialismo indo americano":

- O Socialismo Autogestionário Indo-americano

Em Mariátegui não se acha, de forma explicita, uma visão do que é o socialismo, a sociedade socialista. Há uma ausência do tema socialismo na análise da obra do marxista peruano. Entretanto, após a derrocada do "socialismo estatal", e no período de comemoração do seu centenário [1994], novos estudos mostram que a ideia do Amauta sobre o socialismo faz jus as ideias do 'socialismo autogestionário'.

Em suas varias polemicas, seja com o ideólogo do nacionalismo, Victor Haya dela Torre, seja com os dirigentes da Comintern, e no livro "Em Defensa del Marxismo", polemizando com Henry de Man, Mariategui rechaçou 3 vias para sociedade peruana:

- a democracia liberal
- o capitalismo de Estado
- o socialismo de Estado

Qual é, portanto, a alternativa socialista traçada por Mariátegui? A relação "socialismo e democracia" na obra do Amauta, porta conclusões fundamentais para compreensão da ideia socialista em Mariategui, inclusive, de grande atualidade para a conjuntura que vivemos, após a derrocada das experiências do socialismo estatal no Leste europeu e Rússia, da crise das experiências do Welfare State e da crise profunda do sistema neoliberal em curso.

No "projeto socialista" mariateguiano, três instancias se destacam:

- A socialização dos meios de produção, implicando a abolição da propriedade privada dos recursos produtivos e sua substituição pela propriedade social; ou seja, a Autogestão Social;
- A socialização do poder político, a participação dos cidadãos livres e iguais na formação coletiva de uma vontade política e no exercício direto da autoridade, ou seja, a democracia direta;
- enfim, a transformação do mundo das relações intersubjetivas, no sentido da afirmação da solidariedade; ou seja, a revolução cultural do cotidiano.

Através da análise dos camponeses indígenas na comunidade e dos operários no sindicato, Mariategui pensou outro tipo de organização política, em que as funções estatais não se autonomizariam em relação a sociedade. As organizações da democracia direta constituiriam a via pela qual o poder iria sendo socializado, deixando de ser uma função especializada e separada da sociedade. As organizações autônomas dos trabalhadores seriam os órgãos da democracia direta. A ideia da "conquista do estado" significava para Mariátegui, o longo processo pelo qual a experiência associativa dos trabalhadores os levaria a uma "forma de autogoverno e do exercício direto do poder".

A revolução socialista implica para o Amauta, um 'reencantamento do mundo'; o reestabelecimento de uma relação harmoniosa dos homens entre si e dos homens com a natureza, superando as dicotomias do mundo atomizado característico da sociedade moderna. Mariátegui foi buscar esta "estrutura de sentimentos" na cultura dos Incas peruanos; um estilo particular de vida em que as relações entre os membros da comunidade se regem pela solidariedade, nas diversas esferas sociais: trabalho, festas; enfim, o "espirito comunista" do indígena. Segundo o autor, "Para tornar possível o exercício da democracia direta, a condição indispensável deveria ser a erradicação do poder administrativo e do dinheiro; Para Mariátegui, a sociedade socialista se orientaria para a realização de um máximo de comunicação e um mínimo de institucionalização". (cf. "*MARIÁTEGUI: Il Socialismo Indoamericano*", 1996]

O projeto socialista de Mariategui porta “uma radical subversão das relações intersubjetivas". Mariategui prestou atenção particularmente a toda uma área da vida social descuidada pela corrente do marxismo oficial da III Internacional. Esta área correspondia ao que ele descreve, nos "*7 Ensayos*", como "Os costumes, os sentimentos, os mitos - os elementos espirituais e formais destes fenômenos que se designam com os termos de sociedade e de cultura".

Argentina: a crise de hegemonia, as lutas operárias e o 'Cordobazo"

Segundo Monica Peralta, "o ano de 1955 é uma data chave" para história Argentina, pois: "assinala o momento em que as contradições que já existiam tanto a nível econômico como político desde inícios da década de 50, explodem a plena luz do dia". Esse processo marca "a passagem à uma nova época que se caracterizará pela estruturação de uma nova aliança de classes no poder e uma mudança no modelo de acumulação".

Peralta caracteriza o período entre 1955 e 1966 como de "desenvolvimento e aprofundamento de uma crise de hegemonia no seio das classes dominantes": produz-se, então, um "equilíbrio instável de forças que progressivamente debilita ao conjunto frente ao potêncial avanço do inimigo principal: a classe operária".

O golpe de 1966 representou a irrupção da 'crise orgânica', que resolveu os problemas entre a classe dominante, consolidando o poder de uma de suas frações, mas que aprofundou as contradições com as classes subordinadas.

Para muitos historiadores argentinos, "o processo histórico compreendido entre 1966 e 1976 deve ser visto como parte de um processo mais amplo que abarca a luta popular contra a Revolução Libertadora no período entre 1955 e 1973; como uma só luta da resistência Popular, que culmina com o retorno de Perón e do peronismo ao poder".

Alberto J. Lapolla subdivide essa 'onda de longa duração' da seguinte forma:

> Insistimos na compreensão do período histórico entre 1966 e 1974 como um só que abarca o período de 1945 a 1976, com dois subperíodos especiais: um que vem de 16 de junho de 1955 e culmina no 25 de maio de 1973 ,e, outro que se inicia no 20 de junho de 1973 e que se entende até mediados de 1977, quando o movimento popular originado em 1945 é definitivamente derrotado pelas forças oligárquicas.

A rebelião popular de 19 e 20 dezembro 2001, significa um novo momento deste processo. A classe operária na Argentina destacava-se por ser combativa nos sindicatos ,por um notável nível cultural e politizada pela memória dos governos peronistas de 1946-1955.

Durante o governo antipopular do general Aramburu (1955-1958), os trabalhadores desenvolveram o movimento conhecido como "Resistência peronista". Nessa resistência, os sindicatos da cidade de Córdoba tiveram papel fundamental. A resistência cordobesa a partir de Congressos na região, elaborou dois documentos fundamentais: uma para coordenar a resistência, "La Falda" em 1957 e outro, para manter viva sua tradição, "Huerta Grande" em 1962. Tornaram-se os programas mais radicais do movimento sindical da época.

Pode-se traçar todo um ciclo longo de lutas expresso no arco temporal 1955 – 1969. O Governo peronista iniciado em 1946, trouxe ganhos para os trabalhadores: delegados de fábrica, convênios coletivos, legislação previdenciária, pleno emprego, etc. Em 1955, um golpe de Estado tira Perón do poder. Inicia-se a chamada "revolución Libertadora"; intervenção na CGT, prisão de centenas de sindicalistas, destituição de milhares de delegados de fábrica, dissolução das 'comissões internas' de fábrica, dissolução do Partido peronista.

A "Resistência peronista" se articula e em 1956 retoma seu vigor. Por exemplo, uma greve metalúrgica dirigida por delegados clandestinos se mantém por mais de um mês. No 1 de Maio de 1957, as manifestações ocorrem dirigidas pela Intersindical com hegemonia dos sindicalistas peronistas, a partir da retomada das comissões internas de fábrica.

Em Rosário, ainda em setembro de 1955, houve uma insurreição popular: uma polarização na luta de classes, de um lado, o campo popular, sobretudo os operários e, de outro as forças armadas do Estado. A sociedade se dividiu em duas partes que se enfrentaram nas ruas da cidade por mais de uma semana. Gigantescas colunas avançaram a partir de cinco locais da periferia para o centro da cidade. As forças políciais desalojaram os manifestantes do centro da cidade; esses foram para os bairros periféricos. A cidade ficou sitiada, sob toque de recolher e sem abastecimento.

Em 1959, houve uma sublevação popular de todo o bairro de Mataderos da cidade de Buenos Ayres, causada pela tentativa de privatização frigorífico Lisandro de La Torre. Ocorre uma grande concentração em frente ao Congresso nacional para protestar contra a medida do Governo. Em janeiro de 1959, nove mil operários ocuparam a fábrica. As "62 Organizações", tipo de coordenação

sindical, chama uma greve geral por tempo indeterminado. No dia 19 janeiro, toda a indústria está paralisada. O conflito se generaliza: uma mobilização popular em todo o bairro e, em seguida, o enfrentamento com as forças armadas.

O Governo realiza a ocupação militar. Todavia, o frigorífico continua em mãos dos operários. A feroz repressão produz feridos e mortos. A população de Mataderos se subleva: o povo sai para as ruas, o comercio fecha suas portas, levantam barricadas, por 48 horas o bairro se tornou uma zona de resistência popular. A repressão cresce e os operários são desalojados do frigorífico, além de muitas prisões de trabalhadores.

As condições sociais impostas aos trabalhadores a partir de 1960, em relação as condições de vida e de trabalho, levaram a uma serie de mobilizações, greves, greves gerais e planos de luta que conduziram a ocupação massiva de fábricas durante 1964, em todo o país. O Governo de Illia a decretar uma nova lei sindical, que tirava o poder das organizações sindicais de caráter nacional. No 28 de junho de 1966 ocorre o golpe militar encabeçado pelo general Ongania.

Em dezembro de 1966, os trabalhadores realizam a primeira greve de caráter nacional. Em Tucuman, as lutas vão tomando um caráter de "puebladas": os operários dos engenhos de açúcar e os povos que os rodeiam se mobilizam contra a política econômica.

"Cordobazo" e "Rosariazo" (1969)

Em maio de 69, Córdoba ocorreu o movimento conhecido como "Cordobazo", em setembro do mesmo ano de 69, ocorreu o movimento conhecido como 'rozariazo', na cidade de Rosário. No 29 de maio há uma greve geral ativa liderada pela CGT.

O Sindicato "Luz y Fuerza", dirigido pelo líder sindical Agustín Tosco, era o maior e mais forte depois do SMATA (Sindicato dos Mecânicos e Afins de Trabalhadores da Indústria Automotriz) e da UOM (União Operária Metalúrgica) e dos sindicatos da FIAT. Através de suas ações, podia controlar os cortes e apagões de energia e de paralisar a cidade e desencadear uma crise na região ou mesmo no país. Era um sindicato estratégico em uma indústria estratégica da Córdoba industrial.

Em maio de 1969, a indústria automotriz de Córdoba eliminou o 'sábado inglês' (por meio dia de trabalho no sábado, se pagava o sábado inteiro). O SMATA chamou uma assembleia geral. A

polícia reprimiu os operários. O Sindicato chamou uma marcha até o centro da cidade, que foi ocupado por três horas.

Em varias cidades ocorreram paralisações de operários e estudantes. O regime militar decretou Conselhos de Guerra em todo o país. A CGT dos Argentinos decretou greve geral para o 30 de maio.

Na troca do turno da noite pelo da manhã na fábrica Renault, em Santa Isabel, os trabalhadores pararam cada talher e seção durante cerca de duas horas para formar uma 'coluna' com mais de 4.000 trabalhadores, armados com diversos tipos de instrumentos de metal, barras, borracha, etc. Por sua vez, na sede do EPC foi formada outra coluna encabeçada pelo sindicato "Luz y Fuerza", que devia caminhar pelo bairro Clinicas. Também, foram agredidos pela polícia com gás lacrimogênio. Na Plaza Vélez Sarfield, á polícia assustada com o numero de manifestantes, disparou suas armas de fogo, matando um operário e ferindo muitos outros.

A multidão, furiosa, atacou a polícia que fugiu do local. A partir desse momento, o protesto se transformou em uma explosão espontânea das massas cordobesas contra a ditadura. Após a morte do operário Maximo Mena, os vizinhos do local se somaram aos manifestantes operários, dando colchés e móveis para fazer fogueiras e barricadas, dando-lhes comida e bebida. Ao todo, eram cerca de 50.000 manifestantes ocupando o centro da cidade. Toda a cidade, ao passo que sabia do assassinato do operário, se somava aos manifestantes, que ocuparam o bairro Clinicas e diversas outras localidades. Ônibus e carros foram queimados, vidros de lojas quebrados; barricadas foram levantadas com postes de luz, materiais de construção, arames, etc. O prédio da xerox foi incendiado; os carros da Citroen-Tecnicor foram levados para fora da loja e usados para barricadas. Contudo, não houve nenhum saque: a palavra-de-ordem era; "*romper pero no robar*".

Ao anoitecer o protesto tinha um caráter mais popular e estudantil que sindical: os bairros universitários Clinicas e Alberdy concentravam o principal da resistência, ali estavam vizinhos, donas de casa, empregados, sacerdotes, o povo todo; na barricada de Clinicas havia mais de 50.000 pessoas.

Às 23 horas, um comando do sindicato Luz y Fuerza cortou a energia da cidade, paralizando a repressão militar. O Cordobazo deixou um saldo de mais de 1.000 pessoas detidas, centenas de feridos,90 graves, e uma cifra oficial de 12 mortos que as fontes

populares elevavam para mais de 60.

O Cordobazo teve um componente espontâneo de luta de massas e forçou as forças aramadas a buscar uma saída política via eleições, além de questionar a velha liderança sindical pelega, e, vincular as classes medias a luta dos trabalhadores. O Cordobazo abriu um novo período na história do país: do 29 de maio de 1969 até o 20 de junho de 1973, data da matança de ezeiza quando do retorno de Perón. Após o Cordobazo nada seria como antes, após tantas derrotas populares, maio de 1969 marcou um tempo de vitórias.

Em julho, ocorre um conflito muito específico em Rosário; contudo, muito importante para entendimento do Rosariazo em setembro 1969. Primeiro, uma disputa interna na Igreja Argentina, que leva a demissão de 30 sacerdotes católicos da cidade de Canadá de Gómez e de outras localidades do sul da província de Santa Fé. Estes sacerdotes críticam a falta de sensibilidade social do bispo de Rosário. Em 22 de julho, ocorre uma greve dos trabalhadores, com adesão do comercio local, em apoio aos 30 sacerdotes.

Rosário é uma zona com grande peso dos ferroviários. Em 8 de setembro iniciou-se uma greve de braços cruzados, dos ferroviários em solidariedade a um delegado demitido. 5.000 ferroviários das oficinas de Rosário, de Perez e Villa Diogo, organizados na União Ferroviária, ligada a CGT dos 'argentinos'. A greve se estendeu a outras províncias, até chegar a Capital, Córdoba e a Grande Buenos Ayres.

Na cidade de Cipolleti, província de Rio Negro, desenvolve-se uma luta entre a população da cidade e a polícia; a luta dura vários dias exigindo a intervenção do próprio Exercito. As mulheres dos ferroviários participam da greve. No dia 16 setembro, ocorre a greve ativa da CGT de Rosário. 30.000 pessoas, na maioria operários participam. Os operários partiam das fábricas agrupando-se em colunas. Mulheres e crianças se incorporam a luta.

A fábrica CID onde houve um conflito em maio, foi incendiada pela massa e outras fábricas são queimadas em todo o cordão industrial. A greve dos ferroviários durou 27 dias.

Estes combates de massa conduziram à ocupação militar da cidade e a implantação do "Conselho de Guerra" das Forças Armadas.

Darcy Ribeiro em seu estudo sobre "El dilema de América latina (estructuras del poder y fuerzas insurgentes), analisa as rebeliões desse tipo:

> Uma terceira modalidade, mais complexa e mais madura de rebelião popular parece ter surgido com as recentes rebeliões de Córdoba (1969-1971), que configuram movimentos abertamente políticos e mais caracteristicamente revolucionário que todos os anteriores. Aqui, estão combinados e reformulados vários dos elementos básicos das grandes insurreições históricas. A rebeldia contra a ordem instituída, que é acusada de responsável ou conivente com a opressão política, a pobreza e a humilhação de enormes porções da população. Um projeto de reordenar radicalmente as bases da vida social.
> Uma estratégia de organização da luta contra o sistema, dirigida por lideranças próprias. A coragem de investir contra os agentes da repressão enfrentando com violência de massas, a violência do sistema. E, finalmente, o caráter pluriclassista desta explosão, a cuja cabeça se colocaram lideres operários e estudantis.
> No caso das modalidades mais complexas de rebelião popular e, sobretudo, das que são exemplo os dois 'cordobazos', não cabe duvidas de que se trata de irrupções com características visivelmente revolucionárias. Encontramos nelas, pela primeira vez, movimentos majoritariamente operários, mas que envolvem também as classes intermediarias e setores marginalizados. Porém, encontramos sobretudo, a presença de uma ideologia política, uma organização sindical-partidária e uma estratégia de luta claramente identificáveis. Seu objetivo é instaurar um poder nacional-popular coparticipado pela maioria da população. Sua motivação ideológica se expressa simbolicamente pela imagem do Che Guevara presente nas manifestações e, mais concretamente, pelo projeto de conquistar o poder para reordenar a vida social sobre bases socialistas.

Em fevereiro de 1970 ocorreu a primeira greve contra a burocracia sindical: na represa de Chocon, em Neuquén, como protesto contra a demissão dos delegados da empresa por participarem de uma reunião nacional de Sindicatos, convocada pelo líder Tosco. A greve foi deflagrada por um Comitê eleito democraticamente pelos operários da megaempresa, e durou varias semanas. Essa greve inaugurou um tipo de lutas que se ampliou por todo o país, após o Cordobazo e até 1973; a luta dos trabalhadores por uma nova direção sindical democrática, plural, combativa e elite pelas bases.

Sindicalismo de classe: SITRAC-SITRAM

A oposição composta por jovens sindicalistas rebeldes ganhou a eleição na FIAT-CONCORD. O sindicalismo classista dava seus primeiros passos sob a direção democrática de uma nova geração de trabalhadores. Seu secretário-geral, Carlos Massera, tinha apenas 37 anos. As condições de trabalho na FIAT eram mais duras em relação ao resto da indústria de autos, fato que os operários descobriram após contatos com seus colegas da FIAT de Turim, na Itália. Por exemplo, na Argentina a FIAT usava maquinas que eram proibidas na sua irmã italiana.

Desde os anos 20, quando o PCA tinha criado o "Comitê Sindical de Unidade Classista", não tinha surgido nenhum movimento com este qualificativo. O novo sindicalismo, nascido nas plantas da FIAT, em Ferreyra, expressava uma reação espontânea dos operários da FIAT por construir sindicatos autônomos, democráticos, representativos e vinculados às bases.

Greve na FIAT

Em janeiro de 1971, a FIAT demitiu sete operários membros da executiva do SITRAC. Os trabalhadores ocuparam a empresa e tomaram executivos como reféns. O governo militar ameaçou declarar Córdoba área de emergência militar. Os operários mecânicos da cidade ocuparam todas as plantas da indústria automotora da província. Após o final da greve, com a readmissão dos demitidos, o SITRAC apresentou um plano de convenio coletivo ao governo. Em março, todos os sindicatos realizaram greves.

O governo interviu em Córdoba na pessoa do fascista José Uriburu. Os sindicalistas criaram um Comitê de greve da província, logo após uma greve geral convocada pela CGT. Segundo planos do Comitê de greve, os operários ocuparam diversas empresas. Os trabalhadores da FIAT convocaram um ato reunindo operários de varias fábricas. Os trabalhadores decidiram marchar até Barrio Avellaneda para libertar um padre que tinha sido preso. Cerca de 4.000 pessoas compunham essa marcha; no local, a polícia atirou e matou um operário de 18 anos.

Operários e policiais combateram durante varias horas em Ferreyra: estas lutas tomaram o nome de "Ferreyrazo". Mais de 10.000 cordobeses caminharam em silêncio em repudio à repressão.

Assim, nasceu o segundo 'Cordobazo', chamado de "Viborazo", nome dado pelo interventor Uriburu ao movimento dos operários.

Os trabalhadores se concentraram em duas zonas: Villa Libertador e Villa Rebol, onde se encontra a planta elétrica, que foi ocupada pelo Sindicato "Fuerza y Luz". Os trabalhadores caminharam para o centro da cidade, que, nas primeiras horas da tarde estava totalmente ocupada pelo povo.

Bairro Clinicas e Villa Rebol, ocupados por "Luz y Fuerza' foram os locais melhor organizados e que resistiram mais tempo; tinham a experiência acumulada do primeiro cordobazo em 1969 e uma forte organização democrática do sindicato elétrico cordobes. O nível de destruição material foi maior que o do primeiro cordobazo, pois se produziram grande quantidade de incêndios e houve poucas baixas, não havendo saques.

Desta vez, os trabalhadores construíram as barricadas na periferia. No Bairro Clinicas havia 200 barricadas. O interventor foi retirado e Córdoba declarada área de emergência. A polícia prendeu muitos sindicalistas.

Em outubro de 1971, o exercito ocupou a FIAT em Córdoba e a ditadura pôs na ilegalidade SITRAC-SITRAM, congelou seus fundos e a polícia e o exercito ocuparam suas sedes - o poder dual - Lapolla relata a conjuntura de 1973, com o fim do regime militar, a eleição de Campora e, por fim, volta de Juan Perón à Argentina:

> A provocação estava em curso. Ezeiza seria o cenário para mudar a correlação de forças a favor da oligarquia. A esquerda peronista caiu na armadilha. Junho de 1973 foi trágico. Era o primeiro mês do governo de Campora – e o único completo-, foi quando começou a colapsar esse duplo poder, que se ia construindo na Argentina depois do Cordobazo e que se inclinaria para o lado contrario ao campo popular.
> De um lado, o poder formal do Estado e das estruturas burocráticas tradicionais do poder; por outro, o poder popular que vinha se acumulando na ação direta das massas na rua, nas ocupações de povoados, greves, paradas ativas, insurreições sublevações e as ações armadas dos grupos guerrilheiros.
> Este duplo poder era a tensão entre os setores populares e reacionário no governo de Campora e se expressava também na ocupação massiva por parte do povo, de todo tipo de instituições: hospitais, escolas, rádios, fábricas, dependências

> municipais, nacionais, de empresas do Estado, de serviços públicos, e instituições de todo tipo que queriam expulsar as pessoas da ditadura. Este duplo poder colidiria antes de que as forças populares estivessem em condições de ter um comando único, já que pelo logar que ocupava na balança Perón, a partir de Ezeiza, o comando popular se colocou ao lado do poder formal do Estado. Estava em vigência um poder plebeu, direto, revolucionário que fazia que os hospitais e escolas passassem a ser governados por seus integrantes, que os operários tomaram algumas fábricas e fizeram plano e cotas de produção próprias, que as assembleias das bases designaram aos delegados interventores dos entes estatais, que em algumas bairros pessoas se misturavam as autoridades para controlar os preços, que a polícia tivera ordem de não machucar o povo (...). Havia corpos de delegados, comissões internas, assembleias populares por bairro, que tomavam decisões que se levavam à prática: o povo estava exercendo sua liberdade em forma direta, o que era terrivelmente perigoso para a ótica da oligarquia e o imperialismo (...). Se exercia uma nunca vista democracia de massas nas bases, com a qual o duplo poder era realmente palpável (...). O país era uma festa, talvez em um sentido, nunca antes vivida; todavia, esse poder popular seria desafiado e vencido pelo poder da classe dominante em um processo feroz e sangrento, com a ajuda do próprio Perón, que não queria, o que nunca quis: a ação direta das massas (...).

Um breve parêntese:

Em 1975 havia 6.000.000 de trabalhadores industriais, em 2003 só restam mais de 1.000.000 e dos 30.000 desaparecidos, mais de 54% foram delegados de base do movimento sindical antiburocrático.

De modo parecido à Rússia entre fevereiro e outubro d 1917, a México durante a revolução de Villa e Zapata, ou na Itália dos Conselhos Operários de Turim em 1918-1919, esse duplo poder não podia ser eterno ou se inclinava para o lado das massas populares ou se inclinaria para oligarquia e o imperialismo.”.

As ocupações de fábrica pós 1973

Em março 1974, durante dez dias os operários de Villa Constituicion se rebelaram para eleger livremente seus dirigentes. Esta luta e a vitória dos trabalhadores trouxe novo alento ao movimento sindical combativo do país, em particular o de Córdoba,

golpeado pela repressão.

A chapa de oposição sindical (Lista Marrón) ganhou as eleições na UOM. Assim, a principal seção da UOM, onde estavam as principais indústrias siderúrgicas e metalúrgicas do país, estava nas mãos do sindicalismo classista e combativo. Nas principais plantas industriais do interior da Argentina, onde se achava a nova classe operária industrial, concentrada e qualificada, com peso organizativo, econômico e estratégico.

O fim da ditadura militar, no mês de maio surgiram diversos conflitos nas empresas. A existência de um governo eleito pelo sufrágio nacional, criou um novo espaço para uma ofensiva operária, com caráter anti-burocrático. Como no período anterior, os conflitos giravam em torno as questões das condições de trabalho nas fábricas, juntos as reivindicações de substituição das direções sindicais pelegas por delegados eleitos pelas bases. O questionamento dos ritmos de produção, a insalubridade, enfim do conjunto das condições de trabalho, eram reivindicações de um controle por parte dos trabalhadores.

Com a volta de Juan Perón do exílio, os trabalhadores iniciam uma serie de lutas, a partir de maio 1973:

- ASTRARSA: o maior estaleiro do norte. Um grave acidente de trabalho causa a morte de um operário. Os trabalhadores espontaneamente convocam uma assembleia e exigem a demissão da equipe técnica responsável pela segurança. Os operários criam novas bases organizativas, e o movimento articulado entre os delegados sindicais e ativistas de base, ocupam a empresa, tomam os funcionários como reféns. A reivindicação assume um caráter mais político ao exigir o 'Controle Operário" da segurança e da insalubridade do estaleiro.
- Complexo VITAL-ZÁRATE: junho-julho, os 2.000 operários da construção, trabalhando em obras da ponte, reúnem-se em assembleia e destituem a comissão interna, elegendo novos delegados e liquidando o aparato sindical corrupto.
- Malinas, Rio de la Plata, junho-agosto, a fábrica de produtos alimentícios do grupo "BUNG y BORN" é ocupada e os trabalhadores independentemente dos delegados e do sindicato, elaboram uma lista de reivindicações: medidas de

segurança; reconhecimento da salubridade de certas tarefas; instalação de um restaurante; e abertura de um consultório médico. Os operários obrigam os delegados a apresentarem suas renuncias perante assembleia geral realizada na fábrica sob ocupação.

- PHILIPIS. Novembro. Na fábrica de eletrodoméstico de capital holandês, há uma greve de 50 minutos em uma das seções. Uma lista de reivindicações é apresentada: redução da jornada de trabalho para 8 horas e 45 minutos; elevação da gratificação de produção de 40% para 50%; solução dos problemas de insalubridade; que não haja repressão contra os grevistas. A comissão interna do sindicato não participa da luta; há 7 anos que seus membros estão nos cargos, sempre em cumplicidade com a gerência da empresa; os operários, uma semana após, exigem: formar comissões em todas as seções, eleitas democraticamente; que a comissão interna proclame as eleições de imediato.

Estas experiências de 1973, são exemplos de mobilização dos trabalhadores a partir de suas reivindicações específicas, contra a burocracia sindical e com o objetivo de negociar diretamente com os patrões. Buscam por fim as formas de representação e de poder materializadas em corpos especializados e profissionalizados.

Chile: a área de propriedade social e os "cordões industriais"

Mario Pedrosa, em seu exílio chileno, afirmava que a "experiência do socialismo chileno era profundamente original". A "Unidade Popular" foi uma aliança de partidos de esquerda, formada em vistas das eleições de 1970. repousava, essencialmente, na aliança entre o OS e o PC. Com a vitória da UP, em novembro de 1970, um novo período histórico se abriu para os trabalhadores chilenos.

Analisando as 'transições socialistas", KOLM mostra como no Chile os primeiros passos do Governo Allende foram de grande impulso aos desejos dos trabalhadores.

> O governo da UP se instala em outubro de 1970. Os salários de operários e camponeses duplicam no 1 de janeiro de 1971. Todos os salários aumentam ao mesmo tempo, porém, em menos valor à medida que são mais altos. Por sua vez, a subida de preços diminui, passando do 35% em 1970 para 22% em 1971, devido ao controle de preços que foi imposto, inclusive quedas para produtos de consumo popular (como aluguel). Em consequência, a parte dosa lucros na renda nacional cai sensivelmente de 1970 a 1971, a dos salários passa de 55% para 62%; mas, os lucros se mantem, pois a taxa de crescimento da renda nacional passa de 3,8% para 8,3% nestes dois anos, ao passo que a taxa de desemprego diminui igualando estas cifras na ordem inversa. No total, os salários reais –isto é, em poder de compra- crescem mais de 31% de outubro de 1970 até final de 1971. Em 1972, a UP obtém seu maior êxito eleitoral com mais de 50% dos votos.

No final dos anos 1960, James Petras lançou um livro, fruto de pesquisa no Chile, em que já apontava a polarização em curso nas classes sociais, na questão dos projetos de sociedade e na disputa de hegemonia, nos quais, as possibilidades da experiência de autogestão estavam presentes:

> Na política de mobilização aparecem duas formas diferentes de abordar a reorganização da sociedade; o enfoque CORPORATIVO, em virtude do qual o governo controla e dirige às organizações populares e as vincula com as elites

> econômicas atuais, em um intento de fomentar a colaboração em favor do desenvolvimento nacional, e o enfoque COLETIVISTA , em virtude do qual os protagonistas políticos com consciência de classe difundem uma cultura política radical entre os membros da classe baixa, com o fim de mobilizar seu apoio e socavar a posição das elites atuais, como primeira etapa até a criação de uma sociedade coletivista.

O Programa básico da UP, em seu capítulo referente a nova economia, estabelecia que: "As forças populares unidas, buscam como objetivo central de sua política substituir a atual estrutura econômica, terminando com o poder do capital monopolista nacional e estrangeiro e do latifúndio, para iniciar a construção do socialismo".

O primeiro ano do governo da UP foi de euforia econômica: aumento da produção e do consumo, queda do desemprego e da inflação. Foi também o ano da reforma Agrária, das grandes nacionalizações e da formação das "Áreas de Propriedade Social" (APS).

A Reforma Agrária

No primeiro ano, surgiram no campo, através de lutas violentas, novos órgãos do poder das massas, sobretudo, no Sul do país (Cautin e Colchagua). São os "CONSELHOS COMUNAIS CAMPONESES", formados pela base, superando os projetos iniciais do Governo e acelerando a reforma agrária. O Conselho Comunal de cautin, foi formado em eleição livre, com base em um Congresso com 220 delegados.

A Propriedade Social

No 7 de novembro, Allende subscreveu um "Acordo" com a CUT, instituindo a participação dos trabalhadores na transformação da estrutura econômica e social do país. Assim, surgiram as 'Normas básicas de participação' dos trabalhadores nas empresas da Área Social e Mista da economia.

Este Acordo CUT-Governo, definia os organismos por empresa:

- assembleia de trabalhadores;
- assembleia de unidades produtivas;

- comitê coordenador de trabalhadores;
- conselho de administração.

Assembleia de trabalhadores tinha por funções:

- discutir os planos e políticas de produção da empresa, de acordo com as linhas gerais estabelecidas para o ramo respectivo pelos organismos de planificação nacional e setorial;
- eleger os representantes dos trabalhadores perante o conselho de administração;
- solucionar os conflitos que surjam no comitê coordenador de trabalhadores da empresa sobre a aplicação da política fixada pela Assembleia de trabalhadores.

Comitê de Trabalhadores:

- formar a consciência da importância da propriedade social dos meios de produção;
- assessorar o chefe da unidade produtiva, com sugestões convenientes para o melhor funcionamento da unidade produtiva, com debate prévio e votação no Comitê de produção.

A mensagem de Salvador Allende, em 21 de maio 1971, afirmava:

> No plano econômico, instaurar o socialismo significa substitui o modo de produção capitalista mediante uma mudança qualitativa das relações de propriedade e uma redefinição das relações de produção. Neste contexto, a construção da Área de propriedade Social, tem um significado humano, político e econômico... No campo político, a classe trabalhadora sabe que sua luta é por socializar nossos principais meios de produção. Não há socialismo sem Área de propriedade Social... O estabelecimento da APS não significa criar um novo capitalismo de Estado, mas o verdadeiro início de uma estrutura socialista. A APS será dirigida conjuntamente pelos trabalhadores e pelos representantes do Estado.

Na APS, os Comitês de Produção foram os únicos organismos

que funcionaram em quase todas as empresas. A participação só atingiu 20% da classe trabalhadora. A extensão das APS irá refletir a pressão exercida por numerosos setores da classe operária. Surgirão inúmeros conflitos sociais: os trabalhadores de empresas ameaçadas de falência buscarão assegurar a estabilidade do emprego e de renda, através das greves com ocupação, seguidas de reivindicações de intervenção do Estado, preparando a passagem para a APS.

O numero de grevistas na indústria privada foi multiplicado por 10, entre maio de 1971 e maio de 1972. Mais de 250 empresas foram colocadas sob regime de intervenção estatal em 1972; em 1971, a cifra foi de 91 empresas. 80 empresas, com cerca de 10.000 trabalhadores, recusadas de integração à APS, foram convertidas em Cooperativas Operárias e, reagrupadas em uma Federação das Empresas e das Brigadas de Trabalhadores. As APS e as Cooperativas Operárias foram as duas formas heterogêneas de participação com tendência à formação de coletivos operários quase proletários dos meios de produção.

As ocupações de fábrica eram impulsionadas pelo MIR e pelo OS. A linha do Ministro Yuskovic, do OS, defendia o Controle Operário nas empresas, se bem, com o objetivo político de quebrar o poder político da Democracia Cristã. O despertar da classe trabalhadora teve sua origem no descontentamento que se expressou nos trabalhadores e nos bairros populares, frente a nova política econômica, resultante de um acordo com a pequena e media burguesias, e contra as altas de preços decididas para consolidar o acordo de conciliação com a burguesia média.

O Poder Popular: os "Cordões Industriais"

Na história das lutas latino-americanas, a classe operária jamais havia demonstrado uma capacidade tão grande de recursos políticos, pela primeira vez, na história do Chile, os trabalhadores tiveram a totalidade das fábricas sob seu poder. Durante 26 dias, eles assumiram o controle da produção e da distribuição.

As lutas de outubro 1972, mostraram a necessidade de coordenação das tarefas nas áreas industriais e de defende-las através de estruturas de caráter popular. Assim, surgiram os "CORDÕES INDUSTRIAIS', a expressão mais dinâmica e vigorosa do poder popular. Nos principais centros fabris de Santiago foram criados 7 "Cordões", exclusivamente baseados no proletariado

industrial.

O primeiro "Cordão Industrial" data de junho. Uma serie de greves explodem, em junho, na zona industrial "Cerrilos Maipu",em uma serie de medias empresas. Os operários ocupam as fábricas reivindicando a passagem à APS. O Governo envia os carabineiros (polícia);18 fábricas entram em greve e um 'Comando Comunal" é formado. Os trabalhadores se declaram em assembleia permanente.

Em julho e agosto, o Governo assinou decretos de restituição de fábricas ocupadas. Um dos objetivos dos "Cordões" foi a constituição de organismos mais amplos, formados não apenas por trabalhadores, mas também por outros setores: população de bairros, estudantes, camponeses e organizações de vizinhos (Clubes de Mães, Juntas de distribuição e consumo, etc.). Esta articulação das forças populares de um setor geográfico foi chamada de 'COMANDO COMUNAL', e tinha por objetivo a criação de um poder popular, alternativo ao poder burguês.

Em 1970, foi criada a "Comuna de Cisterna", no bairro popular "Clara Estrella", mais de 7.000 habitantes, lutando por asfalto, habitação e transportes. Mais de 80% dos habitantes, são operários das industrias de Santiago.

O outubro Chileno

O mês de outubro marcou o surgimento de um projeto de socialização das relações de produção, vivido concretamente nas lutas dos trabalhadores. Neste mês, a luta de classes atingiu um nível muito alto e violento. A batalha pela sustentação da produção, boicotada pela burguesia, e a batalha pelo poder de classe, tornaram-se uma só luta, uma mesma linha política de massas.

As hostilidades da burguesia começaram no dia 11, com a greve ilimitada dos proprietários de caminhões; em seguida, os setores da pequena e media burguesia aderiram e, enfim, os patrões tentaram parar a produção através de um 'lock-out técnico'.

A partir do 15 de outubro, os coletivos operários asseguraram a produção e organizaram a segurança contra os atentados terroristas que se multiplicavam contra as fábricas. Em Santiago, e em torno da cidade, surgiram então, novos órgãos de poder operário: os "Cordões Industriais". Assembleias gerais agrupavam os operários delegados em todas as empresas de uma zona industrial, criando as

coordenações operárias locais. Os "Cordões" se institucionalizam; reagrupam, também, os representantes dos órgãos populares dos bairros vizinhos.

O conjunto das atividades necessárias à manutenção da produção, da distribuição e consumo e serviços de saúde, é coordenado em nível superior pelos "Comandos Comunais", representando as comunas suburbanas, os conselhos de camponeses e, os centros de reforma agrária. Os circuitos comerciais estavam em greve, assim, estes órgãos populares assumiram as tarefas para pô-los em funcionamento.

Autogestão Operária nas Fábricas

O movimento de outubro 1972, modificou a situação nas empresas: mesmo as pequenas, menos estratégicas, haviam se transformado em núcleo de poder popular e de controle operário. Após o fim da crise, o retorno dos patrões a direção das empresas parecia sem sentido para os trabalhadores que tinham ocupando-as e posto em funcionamento durante o 'lock-out'. assim, os trabalhadores mantiveram as ocupações e reivindicaram a passagem ao setor das APS.

Por exemplo: na fábrica "DEVA", serralharia, os trabalhadores mantiveram a ocupação e reivindicaram à passagem a APS. Trata-se de uma empresa média, com 200 operários. Os trabalhadores foram ameaçados por uma ordem judicial de expulsão, contudo, foram protegidos pela solidariedade de toda zona industrial de Conchali, que se organizou em um 'comitê de coordenação'. A venda da produção passou a ser realizada diretamente às empresas, sem passar pelas grandes empresas do ramo.

Em janeiro de 1973, um projeto de lei, chamado "MALLI", sobre a definição do setor social, foi enviado ao Congresso chileno. Este projeto previa a expropriação de 42 empresas, a maior parte já ocupada pelos trabalhadores, postas sob 'intervenção' do Estado ou autogeridas pelos 'comitês de trabalhadores', eleitos durante o mês de outubro 72.

Este projeto previa a criação de um 'comitê dos casos especiais', gerido pelo Ministério do Trabalho e não excluía a devolução aos proprietários privados. Era uma formula de cogestão estado-Trabalhadores-patrões, chamada de 'administração integral', também estava prevista.

Em 25 e 26 de janeiro, os trabalhadores da zona industrial de Maipu, organizados desde a crise de outubro 72, ocupam o bairro e armam barricadas. O projeto foi recolhido após varias discussões no interior do Governo. Uma plataforma de luta dos "Cordões industriais de Santiago" foi construída, e definia que:

> Nós, trabalhadores dos cordões industriais, avançamos como programa imediato de ação de classe:
> - a luta pela passagem às mãos dos trabalhadores do setor socializado de todas as empresas que produzem os bens de primeira necessidade, do setor alimentação e das fábricas de material de construção;
> - a expropriação das explorações de mais de 40 hectares (irrigados); confiscação da terra e nacionalização da exploração;
> - constituir um controle operário da produção e um controle popular da distribuição. Os trabalhadores decidirão o que produzir para o povo, o uso dos lucros, e os locais para armazenar os alimentos. Para isto, nós chamamos a constituição imediata de comitês de vigilância operária em todas as empresas do setor privado;
> - a luta para implantar uma direção operária em todas as empresas do setor socializado;
> - não devolução de nenhuma empresa que esteja em mãos dos trabalhadores; retirada imediata do "Projeto Milla";
> - poder de sanção das Juntas de Distribuição e Consumo (JAP) e dos comandos das comunas. Controle do que é fornecido aos comerciantes e castigo para aqueles que não vendem, que especulam, fechamento de seus comércios e vendas diretas à população. Os operários dos cordões industriais se mobilizarão para tornar este poder efetivo;
> - chamamos todos os trabalhadores à constituir os comandos industriais opor cordões e os comandos comunais, único meio para classe operária de dispor de um organismo de ação, eficaz, capaz de mobilizar e de propor novas tarefas;
> Nós cremos que, controlar os meios de produção e distribuição, é consolidar o processo, é criar uma nova economia em mãos da classe operária, é avançar. É por isso que nos opomos a qualquer concessão a burguesia... exigimos que nos abram as portas para participar diretamente na busca de soluções dos problemas.
> (Cordões industriais de Santiago, Comandos comunais
> Coordenação nacional da Construção - Fevereiro de 1973)

As Juntas de Abastecimento (JAPs)

As JAPs eram coletivos populares de bairro, aglutinando os consumidores e os pequenos comerciantes com o objetivo de gerir a distribuição, controlar os preços, lutar contra os atravessadores e o mercado paralelo. Foram lançadas em julho de 1972, representando uma força organizada que se desenvolvia baseada no controle que o Estado tinha sobre a distribuição, devido a nacionalização de vários monopólios de comercio em grosso.

Primeira Assembleia provincial das JAPs da grande Santiago foi realizado em 5 de março. Para formar uma JAP, era suficiente uma assembleia de bairro onde se articulavam as juntas de vizinho, os clubes de mães e as associações de jovens e pequeno-comerciantes. A assembleia elegia uma comissão e a registrava no birô da "DIRICO" (direção industrial e comercial do Ministério da economia) e no posto de carabineiros (polícia) mais próximo.

Em março 1973, foi realizado um Congresso Popular sobre a distribuição e consumo, em que participaram:

- 62 delegados das 'casas do povo' da comissão provincial;
- 4 delegados dos cordões industriais;
- 5 delegados dos conselhos comunais camponeses das comunas suburbanas;
- 80 delegados dos comandos de distribuição da província.

O Congresso aprovou as seguintes proposições:

> - Expropriação de todas as grandes indústrias privadas da alimentação e sua passagem ao setor de propriedade social, sob a direção operária dos trabalhadores. O controle operário na pequena indústria;
> - Expropriação de todos os domínios agrícolas superiores a 40 hectares de terra irrigadas ou equivalentes e 'a portas fechadas' sem direito à reserva para o patrão. Controle operário da produção em todos os domínios inferiores a 40 hectares. Tudo isto sob a direção dos conselhos comunais e camponeses;
> - Criação de uma Central Única de Distribuição, centralizando toda a produção nacional e as importações sob controle popular;
> - A Distribuição sob controle dos Comandos Comunais de trabalhadores. A criação de casas do povo controladas e dirigidas pelos habitantes em todos os bairros, onde não haja comercio privado já estabelecido. Onde exista o comércio, controle da distribuição pelos habitantes, utilizando o cartão de

> distribuição do consumo;
> - Eleição e formação de um comando provincial único do consumo e de um comando nacional único.
> - Hoje, em cada comuna e mesmo nos bairros, existe uma grande diversidade de organização (associação de vizinhos, comitês de casas do povo, JAPs, sindicatos, etc.), devemos unir esforços de todos os camaradas numa só organização, os comandos dos trabalhadores [...]".

O "Tancazo": um ensaio geral golpista

Após o mês de maio 73, o golpe de Estado militar tornou-se a única saída lógica para direita. Em junho, no curso de uma manifestação de massas, convocada pela CUT, reunindo 700.000 participantes, o presidente Salvador Allende, pela primeira vez, defende o reforço do poder popular através dos "Cordões". Em julho, ocorreu a tentativa de putsch conhecida como "Tancazo" (golpe dos tanques), a partir do 2º regimento Blindado, que cercou o Palácio do Governo ("La Moneda"). A tentativa fracassou, mas serviu de 'balão de ensaio' para as forças fascistas.

Os comandos comunais e os "Cordões" industriais mostraram uma grande capacidade de mobilização e de resistência militar. Um novo aspecto do poder popular surgiu: o militar, com as 'milícias operárias'. O comando comunal representava, neste processo, o polo revolucionário; o secretário-geral da CUT, MANUEL DINAMARCA, declarava, então:

> O comando comunal é uma organização nova que pretende realizar a transferência do poder institucionalizado burguês para a institucionalidade proletária, isto deve desembocar num exercício concreto de poder... Por exemplo, no Norte de Santiago, os comandos aplicaram as decisões em matéria de saúde e transportes em comum (prolongamento ou modificação de itinerários). Vai chegar um momento em que o Comando vai dar ordens sobre a colocação dos créditos de uma sucursal bancaria local, decidir sobre a implantação de uma indústria na zona e, finalmente, vai dar as ordens aos outros tipos de organismos, como as prefeituras. Os comandos vão surgir com ou sem consentimento do Congresso e se fortalecerão como órgão de poder popular pela resolução dos problemas concretos e pela capacidade de mobilização da população na busca de

> soluções. Os Cordões como a CUT, são organizações de trabalhadores independentes do Governo, dos partidos, das instituições do país.

A classe operária, mobilizada nos "Cordões", apresenta um espírito ofensivo formidável. A "Instrução no. 1" do "Cordão VICUNA-MACKENNA", testemunha as medidas concretas adotadas pelo "Cordão" e pela CUT:

- ocupar todas as fábricas;
- organizar as brigadas de 11 camaradas e um chefe. Os chefes destas brigadas e os membros da direção sindical dirigirão a empresa;
- centralizar, no interior das fábricas, os veículos e todo material, podendo servir à defesa da fábrica, da classe operária e do governo;
- de hora em hora, as fábricas tocarão suas sirenes para assinalar que a situação está normal. Se a situação é anormal, a sirene deve soar de forma continua para pedir ajuda;
- permanecer constantemente na escuta da "radio Corporação", mesmo se a 'cadeia nacional' funcionar;
- manter contato permanente com as fábricas vizinhas; usar mensageiros;
- organizar assembleias e divulgar a presente "Instrução" aos camaradas de todas as empresas.

Entretanto, a mobilização de massas a época do "Tancazo", não foi utilizada no sentido de uma ofensiva contra as forças militares, então divididas.

Os grupos de autodefesa operária não foram considerados pelo Governo como um ponto de apoio fundamental. A Democracia Cristã, através de Eduardo Frei, denúncia em 8 de julho, a formação das milícias operárias. A partir desta data, a Armada aplica sistematicamente a "Lei de controle de armas": centenas de perseguições violentas são dirigidas contra as fábricas e as sedes dos partidos de esquerda, em busca de armas, três dias antes do golpe fascista de Pinochet, 800.000 desfilaram para apoiar Allende e para reclamar armas.

A partir do "Tancazo", cerca de 100 fábricas tinham sido ocupadas pelos trabalhadores, exigindo à passagem das mesmas as APS. Em 10 de julho, a CUT se pronuncia em favor do retorno a normalidade nas fábricas ocupadas.

O socialista brasileiro Mario Pedrosa, nesta época, estava exilado no Chile.

Mario ressalta o papel dos trabalhadores no processo chileno, sem duvidas, a partir de sua visão política de forte conotação luxemburgiana:

> O que caracteriza a situação política atual é o processo de crescente conscientização da classe trabalhadora. Isso começou a acentuar-se nas fábricas e usinas tomadas da área social. A cousa é de tal ordem que ameaça os próprios burocratas dos partidos. E tudo culminou com o ato publico de 4 de setembro. A classe sente que o que está em jogo é o seu governo, que esta é a sua hora .A pressão é tal alta que os dirigentes sindicais do PC se sentem cada vez mais da classe, e menos do partido. Este, por sua vez, teve que fazer uma reviravolta a esquerda, e para com o sectarismo anti-esquerda. Toda a UP sabe hoje que afinal não se trata de ganhar eleição, mas o poder.

Prossegue analisando a dinâmica autônoma e autogestionária dos trabalhadores:

> Tomar usinas, fábricas, bancos, terras, com jeito, interpretações e perito se faz e se tem feito, com mais ou menos acidentes e choques. O aparato legislativo grita, o aparato da justiça zurra, reclama, sabota. Mas a cousa feita, feita fica, e não se volta atrás, em geral, pois os trabalhadores se põem de permeio.

Para Mario, a política econômica do governo da UP chocava-se com a "legalidade" do mercado.

> Impor, porém, que as mercadorias circulem pelos seus canais de distribuição "normais" e cheguem aos estuários a tempo, em quantidade e a preços cristãos, ah, isso é outra coisa. 30% delas é desperdiçado de saída, contrabandeado e mais ainda é açambarcado, aqui as interpretações da legalidade não tem cabida, a barragem dos operários não tem onde operar.

Neste contexto,

> O que importa então é chamar a iniciativa da base para ir as fuças dos açambarcadores, controlar preços, o diabo. São as juntas populares que se organizam por toda a parte. Enquanto isso se faz, o governo trata de organizar seu aparelho de distribuição próprio, com suas frotas de caminhões e

> transportes para pegar os gêneros nos centros apropriados, portos, etc., e leva-los aos centros populares de consumo, onde se instalam os armazéns destinados a entrega-los ao povo.
> Para as classes médias há as cooperativas de distribuição e consumo. Quanto aos ricos, que se arrumem. Ao lado disso, a montagem de um outro sistema de distribuição de rendas...A burguesia vai chiar, as classes medias gritam, mas se vão dividindo, como já o estão, inclusive ideologicamente; a pata, porém, do poder proletário se vai fazendo sentir de mais a mais. Este é o poder novo que está surgindo de dentro do velho, o aparelho de Estado range por todos os cantos.

Mario sentia o desfecho do processo chileno. Nessa mesma carta comenta:

> Dei-me aqui a tarefa de criar e instalar o Museu da Solidariedade, e não largo a cousa para fugir para não sei onde. A hora das dificuldades não passou. Mas são os ossos do oficio para os que no Chile botaram na cabeça que tem de fazer a famosa transição ao socialismo. Creio que a coisa vai se tornando cada vez mais irreversível. Esses próximos seis meses são decisivos. Não há porque tragificar as coisas.

Aqui Mario revela seu apego e paixão a esse processo:

> não há porque traficar as cousas, isso é bom para meia dúzia de brasileiros super-revolucionários que se afastaram do Brasil, mas não chegaram ao Chile, e vivem soberanamente alienados, a espera do momento de refugiar-se numa embaixada[...]. São revolucionários que só admitem a revolução no Brasil, e segundo o figurino que confeccionaram [...] existe um processo no chile, mas continua sendo ao modo chileno. E este é complicado, e difícil de se entender. Mas está andando, e mais incompreensível ainda, com democracia.

Em outra carta, de 13-11-72, Mario assinala que

> mando junto com esta, recortes de cartas minhas para vários amigos em que saliento alguns traços sobre a formidável crise por que acabamos de passar. Sob muitos aspectos, deu-se um passo a frente, de certa forma, o famoso salto qualitativo. Revi agora a carta que vos mandei, e verifico que ela foi confirmada pelo desenvolvimento ulterior. Antes assim.

Vejamos, numa espécie de dossiê chileno, o que Mario escreveu a vários amigos. Na carta de 12-11-72, destinada a L. M., Pedrosa analisa a dinâmica da luta de classes no Chile, enfatizando, como sempre, o papel dos trabalhadores:

> A propósito do Chile (...). Temos vivido uma experiência riquíssima (...). A tensão política porem era alta, e sentia-se um clima pré ou para-revolucionário. Neste país de povo moderado e, em geral, sem imaginação, mas de comportamento surrealista, tivemos a originalidade única na história de uma greve geral burguesa, em nome da solidariedade gremial, contra o governo, mas a favor da restauração da ordem capitalista já em pandarecos talvez irreversível.

E todos os dias entrava mais um contingente social em paro. Camioneros, comerciantes, médicos, dentistas, donas-de-casa, putas, engenheiros, arquitetos, por um dia ou dois ônibus e taxis, bancários, serviços, construtores, estudantes, garotos armados de estilingue, iam parando e o governo, nos primeiros dias, olhando tudo, sem saber muito o que fazer, e dizendo besteira até que a cadeia de paros estacou na porta das fábricas, usinas, empresas industriais:

Os operários recusaram a ordem de parar, mesmo com a jornada paga. E não só foram para as fábricas, como as puseram a trabalhar. E nos dias em que os ônibus da cidade e os taxis não funcionaram, andaram quilômetros a pé, e não faltou um só, nem mesmo nas segundas feiras em que matam muito o trabalho. Os patrões ficaram bestas, o Governo saiu do bombeamento em que caiu, os partidos de esquerda enfim desencantaram, os comunistas a frente.

Restabeleceu-se um serviço de distribuição, sobretudo para os bairros pobres, que nunca estiveram tão bem sortidos, com carne de vaca, etc. E os bairros chic na pendura... Atrás dos trabalhadores saíram os estudantes, professores universitários, ao trabalho voluntário, descarregando e carregando milhares e milhares de sacos de arroz, farinha, açúcar, o diabo (...).

Na carta para Hervé Fischer, pedrosa concluí seu relato do mesmo processo: "A outra surpresa foi a atitude de lealdade ao governo por parte das forcas armadas. A sublevação burguesa despertou a consciência operária e popular: isso foi magnifico".

Para George Boudaille, escreveu na mesma época: "...o governo Allende é muito sólido. Mesmo se perdeu as eleições gerais em marco. (...) Não direi que não haverão novas crises, mas será difícil uma outra tão grave quanto essa que vivemos...A grande burguesia e os imperialistas receberam um golpe muito duro com esta derrota que sofreram".

Contudo, na carta para crítica de arte norte-americana, Dore Ashton, finaliza nos seguintes termos:" mas, isto não significa que não possa ocorrer uma nova crise. Ela ocorrerá. Contudo, um novo passo foi dado".

Em carta de 1973 (sem data), Mario escrevia mais uma vez para seus parentes, também exilados.

> Isto aqui está atravessando uma fase chata, sobretudo depois do paro, quando havia tensão nos espíritos e certa excitação, sinal dos tempos. Agora há pasmaceira, e algumas colas chatas para se prover de cousas [...] O caminho da revolução chilena é complicado. Vale a pena segui-lo de perto. A experiência é cada vez mais rica.

Maria fala da tarefa no Museu: "Aqui, tudo ainda devagar, sobretudo em matéria de arte ou cultura. E o Museu com excelentes perspectivas nao faz exceção, e o trabalho de preparar sua sede, instala-la, etc., é demorado".

Em agosto de 1973, Pedrosa encontrava-se na Europa, promovendo o seu Museu. Nos dias 6 e 9, escreve de Madri, mais uma vez analisando o quadro chileno:

> "Quanto a situação política, 3 coisas achei importantes agora:
> - a poderosa contraofensiva da DC que parece ter quebrado o monopólio prático do Allende das manobras com o Exército. Ela agora já tenta manobrar com ele contra o governo... Mas o que quer agora a DC é fazer do Exercito o arbitro bonapartista acima das classes.
> - a ocupação maciça das empresas pelos trabalhadores e destas fazer os bastiões do poder proletário...
> - indícios mais claros de divisão dentro da UP. Que há divisões no PS é certo, mas no PC?
>
> Tudo indica que vamos chegando próximo a ponto de desenlace. Mas, tendo em conta o surrealismo político que aí domina - esperamos o desenvolvimento.

Na carta seguinte, Mario volta a falar do Chile:

> Pelo que vejo - todo o palavreado político se reduz aos que detém poder de fato: exercito e povo. Este - numa posição tipicamente chilena - no seu reduto final: a fábrica, a empresa. A grande vantagem estratégica do governo UP é terem como principal aliado os operários ocupando as empresas e armados dentro delas.

Comenta a participação dos chefes militares no novo gabinete:

> [...] após longas conversações, resolveram refazer mais uma vez o gabinete, desta vez, com os altos chefes militares no governo e mais o chefe dos carabineiros (os que fazem a repressão geral). Isso, para quê? Para evitar que o Exercito se divida ou se divida "antes" do tempo e o Allende continue a ser chefe de governo [...] obedecido? Na realidade, este governo é tão débil que só agora (treze dias da greve estalada) há decreto de prisão contra o Villarin [...] Repete-se outubro, com mais radicalismo. Agora, o Exercito não pode mais bancar o neutro em toda essa embrulhada. E o governo Allende só se sustenta se puder baixar o pau nos Villarins & Cia e sustentar incólume as empresas com seus trabalhadores e armas. (A lei do registro de armas foi aprovada por inépcia, ineficiência ou negligência dos deputados da UP).

Mario ressalva que "isto foi um exercício de análise que fiz, com as poucas noticias que tenho, para tentar-me esclarecer a situação. Coincide com a de vocês aí?". Em 26 de agosto, outra carta:

> Sua carta ultima, hoje recebida, é otimista, mas eu não, espero que vocês já tenham recebido minha ultima carta em que fiz uma análise da situação, polarizada entre a greve subversiva dos caminheiros e a ocupação das fábricas pelos obreiros. Ou Allende punha termo a greve e dava uma cana seria nos Villarins, ou estava frito. Daqui o que ressalta é que não teve forca para jogar os seus milicos contra os Villarins, acabar com a greve, o que levou a demissão de Pratts (pressionado pelas mulheres dos generais de sua casta), o reforçamento da direita e a demonstração de impotência da UP.

Mario Pedrosa, então, tirava conclusões próximas do que iria ocorrer no Chile, em 11 setembro de 1973.

> Nessas condições, podem não derrubar o Allende mas este será forcado a um acordo com a DC e milicos para evitar a guerra civil, etc. isso significa que eles todos vão transar. Ficam de fora os "extremistas" sobretudo de direita que poderão tentar um golpe de mão contra o próprio Allende (assassinando-o, etc.). O preço da acomodação ou da capitulação é que vai depender de muita negociação, que se fará sob a hegemonia das classes medias.

Mario Pedrosa voltou ao Chile em 9 de setembro, dois dias antes do golpe militar. Ficou 17 dias escondido em casa de amigos e, depois, mais 17 dias na embaixada do México. Em seguida iria para França. Mais um exilio. De Paris, escreveria, em 12.03.74: "Mas que o mundo está tenebrosamente interessante está".

Venezuela - a economia popular e solidária na revolução bolivariana

Darcy Ribeiro, em sua tipologia dos regimes latino-americanos, analisa os que chama de “Regimes Nacionalistas Modernizadores”, por exemplo: a revolução mexicana de 1910, a boliviana de 1952, a experiência peruana de 1968, a experiência, outra vez, da Bolívia do general Torres nos anos 70, a experiência nasserista no Egito, a revolução argelina de Ben Bella.

São regimes que, ‘oriundos de movimentos revolucionários e de golpes militares, se estruturam como regimes nacionalistas modernizadores”.

Sem duvidas, guardando suas especificidades, a experiência venezuelana de Chavez é uma das muitas variantes deste campo. Também, encontramos outra similaridade: a tentativa de mudanças no campo da produção, através de algo parecido as ‘áreas de propriedade social’. Aqui, entra a economia popular e solidária, inserida no caso venezuelano, numa estratégia de ‘desenvolvimento territorial endógeno’.

Vejamos as características, construídas por DARCI RIBEIRO (em 1970-71), para esta tipologia: “O modelo nacionalista

modernizador, exemplificado na AL pelas variantes das revoluções sociais ocorridas no México (1910) e na Bolívia (1952) e pela recente experiência peruana, corresponde a um regime sociopolítico de natureza distinta dos estudados até agora" (Darci refere-se aos regimes populistas e reformistas).

Suas características básicas são:

- a mobilização de sociedades arcaicas, imersas no subdesenvolvimento, através de movimentos revolucionários que se institucionalizam em governo autocráticos;
- a proscrição das elites dirigentes tradicionais e sua substituição por uma anti-elite, muitas vezes de origem militar;
- esta anti-elite se propõe mobilizar as energias nacionais para promover o desenvolvimento autônomo, integrar as massas marginalizadas no sistema produtivo, e criar uma nova estrutura institucional.
-

Seu programa renovador se baseia, fundamentalmente, na execução de uma reforma agrária radical conduzida pelo próprio campesinato que, dessa forma se vincula ao novo regime, e ao enfrentamento da exploração imperialista.

Tullo Vigevani, em ensaio sobre 'os novos paradoxos latino-americanos', remarca que:

> A chegada de personagens novas no cenário político latino americano, parece ser um fato inquestionável. Os últimos anos do século XX e a primeira década do século XXI trazem sinais claros, simbolizam a emergência de novas populações que anteriormente não tiveram acesso ao Estado, ou o tiveram de forma bastante limitada. Como acontece em outros continentes, essa emergência apresenta-se sobretudo como grito de resgate da dignidade. Quaisquer que sejam os desdobramentos, possui essa força simbólica.

Em relação a 'tipologia' relativa aos regimes analisados por Darci Ribeiro, Tullio traça novos elementos:

> A emergência apresenta-se com características específicas, distintas, das apresentadas por movimentos populares e mesmo revolucionários de décadas passadas. No tocante ao programa político e econômico, estão sendo consideradas propostas

> parecidas a algumas muito anteriores, que foram centrais em movimentos ocorridos desde o inicio do século XX, como seria a nacionalização das riquezas naturais. Mas a emergência de grupos historicamente marginalizados nunca havia se dado com o impacto que estamos assistindo hoje em alguns países, como no Equador e na Bolívia.

Tullo relembra como

> Experiências de governos militares de esquerda, como o de Velasco Alvarado no Peru, no final dos anos de 60, também se encerraram com a reabsorção do movimento pelas forças políticas tradicionais. (...). Na Bolívia, os acontecimentos dos anos de 1940 e a revolução liderada pelo Movimento nacionalista Revolucionário (MNR) de 1952 demonstraram a força e a capacidade de grupos sociais não-dominantes. Mas aquela emergência esgotou-se em pouco tempo.

Tullio assinala diferenças fundamentais:

> Boa parte das características dos movimentos sociais hoje mobilizados são diferentes daquelas anteriormente existentes. Em 1952, a força social que deu bases à revolução na Bolívia era o movimento operário e os sidnicatos. Agora, a componente étnica e cultural, seus crivos, são de grande significado os índios pobres e camponeses são os atores centrais (...).

Nos movimentos atuais no Peru, Bolívia, Venezuela, Equador e Brasil, não de modo generalizado mas de acordo com a formação socioeconômica e cultural de cada país, as ideias de refundação da Nação e do resgate da dignidade são características importantes.

> Há ideias igualitárias, valores místicos, a busca da reconstrução de formas políticas das civilizações incas, astecas ou maias, a reconjungação com o passado, a crença no socialismo entendido como modo de alcançar a justiça social (...). O poder local retomou formas de organização política do período Inca (...). A convocação de uma Assembleia Constituinte, que em diferentes países foi inúmeras vezes a bandeira liberal e socialista, surge como o caminho para a refundação nacional.

Nos países andinos,

> Agora, de modo inédito, constituindo-se um fenômeno novo –

> ainda que com algumas semelhanças a experiências do século XX- emergem com força grupos, setores, etnias, classes externas ao Estado. A simbologia, o significado do império inca, o Tawantinsuyu exerce papel importante nos países andinos, no Peru, na Bolívia, no Equador. Essas sociedades, esses povos buscam conectar-se com as estruturas sociopolíticas do passado (TULLO).

Façamos um longo mergulho na história da Venezuela para melhor entendermos os desafios em curso da Revolução Bolivariana. Nesse mergulho, focaremos sobretudo o movimento operário-camponês.

A formação econômico e social do país apresenta grande grau de complexidade. É um país que Darcy Ribeiro, em sua obra "As Américas e a Civilização", inclui entre "os povos novos" que surgiram da conjunção, da aculturação e fusão de matrizes africanas, europeias e tribos aborígenes, na maioria dos casos sob compulsões do escravismo e da monocultura".

No caso venezuelano, coexistem cinco distintas formações:

- um sistema econômico de ordem comunal primitivo;
- um sistema de pequena produção mercantil;
- um sistema que domina na produção agropecuária, pré-capitalista no fundamental, em que se destacam elementos de ordem feudal e, de modo limitado, mesmo reminiscências escravistas;
- um sistema capitalista nacional, com desenvolvimento heterogêneo;
- enfim, um sistema capitalista dominado pelos monopólios dos países imperialistas ou metropolitanos.

O latifúndio prosperou na cultura do cacau. Foi a partir das fazendas cacaueiras que surgiu uma classe de latifundiários, concentrada na região central do país. A crise mundial do cacau, no final do século XVIII, debilitou essa classe.

Entre 1936 e 1948 uma burguesia industrial incipiente apareceu no cenário político e mudou qualitativamente as alianças entre as classes sociais. Na metade dos 30, houve um processo de reformas, promovido pela débil burguesia nacional e um setor reformista da classe média. Houve, portanto, como em tantos países do continente nesta fase, uma modernização democrática do Estado

no sentido liberal.

A partir da metade do século XIX, o eixo da economia agroexportadora passou a ser o café. Forma-se um bloco sócio-político de latifundiários e camponeses ricos da região andina. A exploração de ouro na Guyana a partir de 1875, forma uma burguesia mineira. Desta forma, a transição de uma economia agrícola-pastoril, com base em relações pré-capitalistas de produção, para um regime capitalista minero-exportador, recai nos grandes latifúndios do café subordinados ao capitalismo europeu, sobretudo, o britânico. Durante o período da república, junto ao crescimento das cidades, sobretudo, Maracaibo e Caracas, cresce a burocracia estatal, originando uma pequena-burguesia.

Em 1881, sobre mais de 2.000.000 de habitantes 80% vive no campo. A Venezuela, nesta fase, podia ser tida como um 'país de hegemonia latifundiária, com uma fraca classe média rural e urbana, e uma maioria absoluta de camponeses pobres'.

Em 1846, mais da metade da população era rural que vivia sob condições de um regime de terror nas fazendas. O analfabetismo e varias doenças – malária, paludismo, tuberculose – eram o grande flagelo que dizimava a população no campo. Esta situação criava uma grande insatisfação entre os camponeses enfeudados e os negros escravos.

A Guerra Civil 1840-1850

A situação de insatisfação profunda no campo foi capitalizada por Ezequiel Zamora, de origem rural e que passou a organizar os camponeses para 'uma guerra de morte' e 'uma revolução social'. No 1 de setembro 1846, espontaneamente começou a primeira insurreição camponesa do país, diante da repressão nos vales centrais quando das eleições. Começou com a rebelião de Francisco Jose Rangel a frente de 300 camponeses e escravos das fazendas de Pacarigua e Manuare.

Ocuparam a cidade de Guigue aos gritos de "via Antonio Leocadio Guzman' (político da oposição), viva Venezuela livre, terras e homens livres, oligarcas tremei!". A eles, se incorporam os peões e escravos da fazenda Panecito, da Amapola, El Milagro e La Florida e a Yuma. Nesta última, propriedade de um político oligarca, libertam os escravos, queimam os títulos de propriedade, e fuzilam os capatazes.

Ocupam a cidade de Villa Cura onde se defrontam com forças

militares e são derrotados; fogem para as fazendas de Magdaleno, onde enfrentam a polícia e fogem para as montanhas vizinhas, onde ficam sabendo da revolta dirigida por Zamora. A insurreição dos camponeses se estende pelos vales e planícies centrais, vales centrais, pelo Norte até a costa e pelo Sul ate as serras interiores da cordilheira Caribe.

Em 10 setembro, a insurreição toma todo o país, sob as bandeiras do programa "principio alternativo, eleição popular, horror à oligarquia, terra e homens livres". No dia 9, Zamora e Rangel tinham se reunido na montanha de lãs Mulas. Nos vales ocidentais, os grupos guerrilheiros entram nas fazendas da jurisdição de San Felipe, Yaritagua e Barquisimeto, cobrindo todo o território nacional.

No período 1846-47, se organiza então o exercito do povo soberano, uma força política organizada com objetivos revolucionários. Em 29 março de 1859, Zamora dominou a cidade de San Felipe; antes de sair desta cidade, instituíram uma nova entidade federal, o Estado de Yaracuy. Diversas cidades são ocupadas. Os guerrilheiros se dirigiam para Caracas. Zamora e Rangel são derrotados na batalha de Laguna. Rangel foi assassinado a machadadas.

Zamora foi condenado a morte e depois anistiado. Morreria em 1859 na batalha de San Carlos. Com sua morte, a rebelião entrava numa fase de conciliações e acordos com a oligarquia. O resultado disto: ressurgia outra vez a grande propriedade agrária. Durante um longo período, as lutas camponesas cessaram.

A guerrilha venezuelana dos anos 60, homenageou Zamora dando seu nome ao principal destacamento liderado por Douglas Bravo.

Muda o eixo de acumulação: do café ao petróleo. Na metade do século XIX o eixo da economia passa do cacau para o café. As grandes casas comerciais estrangeiras, alemães e inglesas, financiavam os grandes latifúndios cafeeiros, formando um laço estrutural entre o latifúndio e o capital estrangeiro. Esta aliança impediu uma revolução burguesa clássica e o surgimento de uma burguesia industrial.

O café foi o principal produto econômico antes de 1918, tendo sido desenvolvido no século XIX, no período republicano, nas regiões centrais, andinas e orientais do país. Durante as primeiras décadas do século XIX, a Venezuela passou por grandes transformações em

sua estrutura econômica. As crises mundiais de 1873 e 1889-90, fizeram cair os preços agrícolas, afetaram em 1896-97 de forma profunda a economia do café e do cacau.

Duas décadas depois desta crise, o café foi substituído pelo petroleiro como seu produto econômico mais importante. E, o maior mercado para este novo produto era os EUA e não mais a Europa. Mas, apenas em tachira o petróleo era explorado e para uso doméstico e para energia.

Havia um enorme processo de concentração de terra. Gómez, que presidiu o país de 1908 a 1935, é considerado o primeiro latifundiário da Venezuela. Sua família detinha 1/3 das terras cultiváveis. Para 1920, 80% das terras estava em mãos de 8% da população.

A crise de 1929-30 acelerou a crise da agricultura. A concentração de terra se ampliou e as grandes empresas de petróleo adquiriam muitas terras. Muitos camponeses eram atraídos pelas áreas de mineração, onde recebiam um salário e tinham melhores condições de trabalho. A esse processo se agregou o da destruição das economias comunais e das comunidades indígenas. Os índios eram expulsos de suas terras e eram obrigados a trabalhar nos campos mineiros.

Este processo mantinha um baixo nível de industrialização do país. Em 1920, a indústria mais importante era a têxtil, que processava algodão. Existiam sete talheres de grandes proporções. Outras fábricas da época: três fábricas de tabaco; três cervejarias; duas fábricas de papel; uma fábrica de fósforo; uma de manufatura de vidros e louças; uma fábrica de chocolate; fábricas menores dedicadas a produção de salame e velas; e, industrias artesanais.

Gómez representava o médio rural pré-capitalista, chefe militar e caudilho ,foi o executor da implantação do capitalismo como modo de produção dominante no país, superando o antigo sistema colonial de economia rural, deixa de ser um país agrícola e passa a um país que produz petróleo. Seu longo governo contou com apoio dos EUA e dos países da Europa. Representou a burguesia financeira local e apoiou os interesses do setor petroleiro. Entre 1920 e 1935 o eixo de acumulação modificou-se de forma radical.

Configurou o que se chama de 'gomecismo': As características de seu regime foram:

- destruiu os caciques regionais;
- teve apoio sempre dos EUA e Europa;

- manteve domínio absoluto sobre o Exercito;
- eliminou as formas de organização e restringiu fortemente as liberdades;
- contou com recursos fiscais da área petroleira.

O auge da indústria petroleira, a partir de 1921, foi a principal causa da industrialização. Esta estrutura economia teve entre suas consequências o surgimento de uma classe operária forte. Entre 1918 e 1937, os operários do petróleo se rebelaram varias vezes.

Nas primeiras décadas do século XX os petroleiros emigraram de varias partes da Venezuela e do mundo. A maior parte veio das comunidades indígenas e rurais e urbanas. Os camponeses fugiam do latifúndio em busca de futuro na área petroleira. As industrias do petróleo traziam operários de varias partes do mundo, inclusive dos EUA, da Europa e do Caribe.

O impacto da indústria do petróleo abalou a Venezuela rural. De varias regiões, os camponeses abandonaram as fazendas. Entre 1916-1921, entre os que emigraram das cidades para os campos petroleiros havia sapateiros, carpinteiros, padeiros, linotipistas, etc.

Em 1914, o poço Zumaque numero 1, de Mene Grande, começou a produzir petróleo em grandes quantidades. Abriam-se imensas possibilidades para a economia do país. A vida destes trabalhadores era muito dura. Depoimento de um sindicalista da época expressa bem:

> Faz mais de quarenta anos o Central Venezuela, 'El Batey", instalado em Bobures de la Costa Del Lago, era mais fiel expressão da exploração feudal da mão de obra, composta geralmente por indígenas recrutados pela caça por índios enriquecidos, na sabanas de la Guajira e vendidos como escravos ou animais, para morrer prematuramente.

Esse processo desenvolveu uma 'consciência regionalista', pois os que buscavam os campos de petróleo, continuavam ligados por costumes, posturas, etc., às suas terras de origem, dificultando, assim, a tomada de consciência de classe.

Origem regional dos petroleiros - 1921

Estados	% nativos
Zulia	35
Nueva Esparta	25
Falcon	18
Trujillo	8
Merida e Tachira	6
Lara	8

Nos anos 1918-28, estes campos de petróleo eram construções primitivas, com cercas de arame, pequenas cabanas; os trabalhadores estrangeiros viviam separados dos nacionais. Os campos eram isolados uns dos outros e ficavam longe das cidades. Existiam nestes campos dois modos de vida. Um depoimento:

> os campos petroleiros de Cabimas, Lagunillas, bachaquero, Mené Grande e San Lorenzo eram verdadeiros infernos dantescos. Pareciam campos de concentração hitlerianos, com suas cercas por toda as partes [...]. Não haviam casas para os trabalhadores, nem médico, nem medicamentos, nem água, nem luz.

Por sua vez, para os trabalhadores estrangeiros e norte-americanos era totalmente diferente, pois viviam com privilégios.

Salários de trabalhadores no petróleo-1932-1935

	Salário Diário	
Profissão	**Venezuelano**	**Estrangeiro**
Tool Pusher	$27,50	$45,50
Perfurador	$24,25	$42,25
Soldador	$21,75	$35,75
Desenhista	$17,50	$32,50

As primeiras greves e organização

Os primeiros operários rurais do país vêm do período colonial, na exploração do cacau. Existiam operários livres na construção, em obras religiosas e municipais e, assalariados na indústria de fiação do algodão, fundada em Maracaibo em 1788.

A jornada de 8 horas, para mineiros, construção de rodovias e fortes, veio com a primeira lei trabalhista, em 1694, ainda no sistema agrário-pastoril pré-capitalista. A escravidão foi abolida em 1854.

A contrarrevolução de 1848 na Europa trouxe intelectuais socialistas para o exílio na Venezuela: por exemplo, de 1852 a 1858 houve um francês, Pierre Cerreau, socialista utópico, fourierista, que editou um jornal chamado "Credo Igualitário", ideia formada a partir do "Manifesto dos Iguais", de Graco Babeuf.

Em 1847, Guillermo Iribarren publicou um livro, "*Pensamientos sobre Caminos*", com base em Saint-Simon, pregando uma "nova organização do trabalho", fez traduzir o livro de Wolowski, "Organização do trabalho", em que se propunha um sistema utópico de trabalho associativo.

Em 1852, foram publicadas obras sobre Saint-Simon, Fourier, Owen, Leroux e Proudhon. No final da década de 80 do século XIX, surgem os primeiros movimentos de protesto social por parte dos trabalhadores urbanos e rurais e artesãos. A partir de 1880, ocorrem greves de camponeses em Tachira. Mas, os maiores movimentos são em Caracas.

Em 1896, realiza-se um Congresso Operário, um dos objetivos era "fundar um Partido Popular". A fase mutualista será superada com a formação do operáriado do petróleo.

Em 1920, existiam 69.000 operários nas industrias manufatureira, minas, petróleo, construção, transportes, comércio e serviços públicos. Eram empresas manufatureira e artesanais, em media com 4 operários por empresa.

Número de trabalhadores

	1920	**%**	**1936**	**%**
Camponeses	457.000	81,1	625.000	70,2
Domésticas	35.000	6,2	108.000	12,1
Artesãos	43.000	7,8	123.000	13,8
Pequenos proprietários no comércio/serviços	27.000	4,9	34.000	3,8

A grande maioria da população estava alocada nos 'setores pré-capitalistas', à margem do circulo capitalista de produção. Através de um processo contraditório, subterrâneo, se desenvolveu a consciência de classe nos operários de Zulia, que desembocará na primeira greve em 1925.

Em 1919 foi criada a "*Confederación Geral Obrera*", que editou "*EL Obrero*". Surgem os sindicatos dos sapateiros, dos

ferroviários; começa a notar-se a influência da Revolução na Rússia; publica-se resumos de "O Capital" de Marx, e alguns textos de Lênin.

A Revolução mexicana foi o primeiro fato político a ter influência na construção de uma alternativa política democrático-nacional. Em 1926, se formou o Partido Revolucionário Venezuelano, com um Programa de caráter anti-imperialista.

Nos anos de 1921, 1922, 1923 e 1924 tinham ocorrido algumas greves. Em 1925, ocorreu a primeira grande greve petroleira, em Mene Grande (Zulia). Houve uma conquista de aumento salarial que impacto a categoria, e houve greves em outros locais, chegando a paralisar toda a zona costeira do distrito de Bolívar no estado de Zulia, e durou 12 dias. Esta greve revelou uma 'consciência operária subterrânea'; mostra a formação de núcleos dirigentes formados na clandestinidade. A existência de boletins impressos, mostra a presença de trabalhadores com acesso a impressoras. A solidariedade da polícia. O Governo intervêm, mas não reprime.

A greve influiu em outros campos e, em agosto 1926 em Cabimas, 100 operários fizeram uma manifestação.

Pela primeira vez ocorria uma greve de longa duração e amplitude, além da conquista salarial.

Os sindicatos petroleiros foram fundados em 1936, após a morte de Gómez em 1935, que abriu um período de liberdades no país. Em 1936, surgem concepções nacionalistas e anti-imperialistas. Os trabalhadores necessitaram um longo período para desenvolver sua consciência classista: de 1918 a 1936.

A Grande Greve de 1936

A greve petroleira de dezembro 1936 a janeiro 1937, teve uma característica importante na sua organização: refletiu um alto grau de organização e de consciência política. Um comitê de greve formado pelos delegados dos sindicatos e um comitê de greve de cada centro de trabalho; os comitês funcionavam como comandos de greve, tendo seus delegados em cada campo, que informavam diariamente sobre a situação da greve, em assembleias permanentes

Foram organizados comitês de desempregados para evitar que as companhias petroleiras usassem a mão-de-obra desempregada. Estes desempregados foram alimentados pelos sindicatos. As mulheres tiveram grande participação, ajudando os comitês. Os comitês asseguravam leite e comida para as casas.

Os marinheiros também participaram da greve. Os trabalhadores informaram de modo amplo a população. A população, bem informada dos objetivos da greve, deu apoio total.

O jornal "EL Panorama" descreve parte da fala de um orador no discurso em San Lorenzo:

"Era como se a alma bolivariana tivesse despertado em cada coração venezuelano a chama do patriotismo".

Esta greve levou a organização do primeiro Congresso sindical, para fundar a CTV. O Congresso ocorreu em Caracas, no teatro Bolívar e foi um avanço extraordinário para os trabalhadores. Neste evento foi adotada a consigna dos petroleiros: "El Imperialismo no passará".

A greve foi fundamental em três níveis. As companhias de petróleo perderam milhões de dólares, pois a produção se reduziu em 90%; do ponto de vista político, a greve resgatou o movimento popular e desenvolveu um conteúdo democrático,classista e nacionalista, revolucionário e anti-imperialista; a greve educou políticamente a sociedade venezuelana, sobre a verdadeira natureza do Estado.

Até 1936, as classes sociais que desempenhavam papel preponderante no país eram os militares, a classe media e a classe dominante (latifundiários, banqueiros e comerciantes). A greve forçou a participação ativa dos trabalhadores no destino do país. A greve contribuiu no resgate da nacionalidade.

A Greve de 1950

Em novembro de 1948, um golpe militar instaurou uma ditadura na Venezuela e que se prolongou até janeiro de 1953. A ditadura perseguiu os dirigentes sindicais, fechando suas organizações. Em 1949, dos 1.053 sindicatos somente restavam 327. Procurou estimular um 'sindicalismo oficial' e 'pelego'. Desta forma, em 1956 o numero de sindicatos 'legalizados' subiu para 692.

Os setores de oposição à ditadura, tentaram um golpe com apoio dos trabalhadores do petróleo. Assim, surgiu a grande greve de 1950. No 1º de Maio, mais de 60 sindicatos se reuniram em Caracas :o objetivo era transformar a data numa manifestação contra o regime.

Um Comitê de greve e defesa dos trabalhadores petroleiros assumiu o comando do movimento. No dia 3 de maio, os petroleiros entraram em greve em vários campos do país. A resposta do governo foi a repressão: declara o movimento ilegal e estabelece o controle militar.

Mas, a greve se ampliou: 70% dos trabalhadores estavam parados. Os sindicatos recorreram a uma tática de 'greve passiva', informando através de comunicados por uma radio clandestina e distribuindo volantes, que a greve é de 'braços cruzados'. No dia 6 de maio, a produção de petróleo caiu em 75%.

Contudo, a greve não conseguiu produzir o levante militar, ficou isolada e os trabalhadores não tinham um 'fundo de greve' importante. O comando militar cortou o gás doméstico dos bairros operários, depois a água e a luz, e no 10 dia de greve, fecharam as portas das empresas. Enfim, invadiram as casas dos operários retirando alimentos das dispensas e jogando na rua. No dia 8, 46 sindicatos foram fechados. Os partidos de esquerda foram postos na ilegalidade e as prisões, os centros de tortura ficaram cheios de trabalhadores. O Comitê de Greve, então, analisou o movimento: "Em torno de 35.000 operários, empregados e marinheiros petroleiros –no movimento grevista de maior envergadura que registra a história de nosso movimento sindical- cumpriram uma fecunda e positiva jornada de luta, em defesa de suas específicas reivindicações econômicas e sociais".

De 1918 a 1936 as companhias estrangeiras de petróleo decidiam os destinos do país. Eram 'um estado dentro do estado'. A burguesia nacional estava aliada dos trustes petroleiros, não tinham uma política voltada para os interesses da nação. Os trabalhadores do petróleo lutaram durante varias décadas por um 'nacionalismo proletário e democrático'. Suas greves marcaram a identidade do país.

A Autogestão em debate na Venezuela

Em maio de 1976, na Universidade Central da Venezuela, o departamento da Antropologia realizou um seminário de troca de experiências entre comunidades indígenas do Estado Bolívar. O objetivo foi elaborar uma visão mais ampla do problema da autogestão indígena no país.

Foi publicada uma obra que cobria os debates ocorridos no seminário: "Indigenismo y Autogestion" (Monte avila Editores, 1980). Indigenismo e autogestão são apresentadas como 'duas propostas antagônicas'. As abordagens colocam o 'indigenismo' como "uma corrente ideológica que postula a integração do indígena à sociedade colonizadora". A esta corrente se opôs outra chamada de 'indigenismo de vanguarda ou de libertação'. Nessa, encontramos a autogestão ou auto-determinação indígena: "Esta tendência (...) buscou reverter os postulados originais do indigenismo (...), reafirmando a importância do papel da autodeterminação indígena e denunciando o nefasto papel integracionista das políticas missioneiras e/ou oficiais. No marco destas concepções se produziu uma revalorização da tradicional capacidade autogestionaria das etnias indígenas ..." (1980. p.15).

Tal "Indigenismo", "sob a aparência do respeito pelas formas tradicionais de trabalho coletivo, e da repartição equitativa dos benefícios, introduziu uma produção agrícola orientada pelas necessidades do mercado" (idem. p.18).

Dos debates no seminário fica claro que "uma integração não etnosuicidiaria só pode surgir dos próprios indígenas, através de outra alternativa considerada no encontro: a autogestão, e de um adequado trabalho de conscientização realizado em um marco autogestionário". (idem-p.19)

Mas, que vem a ser a "autogestão indígena"?

> A autogestão é um primeiro passo até a autodeterminação étnica. A introdução do termo no campo cultural indígena não faz mais que reformular, na linguagem do colonizador, uma tradição coletivista muito mais rica que a simples 'gestão democrática de uma empresa por seus trabalhadores' e que, historicamente, desenvolveu uma serie de dimensões que excedam o estritamente econômico. (idem)

Enfim, "a autogestão nãos e limita a elaborar a saída econômica da situação em que vivem, mas lhes permite integrar uma estratégia mais ampla em que se fundem a reivindicação cultural com a capacidade de decisão política..." (idem). Nesse sentido, autogestão se identifica para os indígenas com autodeterminação.

Nos anos 60, já existia na Venezuela um certo acumulo teórico sobre as questões da autogestão. Por exemplo, durante anos a editora "El CID" publicou uma coleção com o tema da Autogestão.

Emergência de novos atores e 'neo-populismo'

Os anos recentes de instabilidade política na América Latina portam duas características: a emergência de novos atores e movimentos sociais e a emergência de regimes que caracterizam um novo surto de populismo (um 'neopopulismo').

O 'neopopulismo' apresentaria, segundo alguns analistas, 5 elementos estratégicos, a saber:

- um padrão de liderança personalizado não necessariamente carismático;
- uma coalisão de apoio multiclassista;
- uma forte mobilização social vertical ("de cima para baixo");
- uma ideologia eclética e anti-establishment;
- um uso sistemático de métodos redistributivos.

Todavia, em relação específicamente a experiência venezuelana de Hugo Chaves, alguns analistas questionam esta tipologia.

> Um aspecto central que o conceito de neopopulismo pouco considera e não consegue refletir de maneira eficaz refere-se ao aspecto da legitimidade, sem negar que existem traços marcadamente populistas em alguns governantes rotulados de neopopulistas na América do Sul, o fato é que uma parte deles emergiu da vontade política de maiorias significativas de suas populações...os casos de Hugo Chaves e Evo Morales põem a nu, de maneira objetiva, essa deficiência do conceito de neopopulismo.

No caso de Chavez,

> Algumas interpretações do fenômeno chavista o rotulam como

> neopopulista. No entanto, diferentemente do populismo clássico, o chavismo não se articula com uma classe operária forte e organizada em grandes sindicatos, posto que estes estavam em mãos dos partidos tradicionais.

Para alguns analistas, a solidez política do chavismo está ancorada na sua legitimidade oriunda das urnas, inclusive do referendum presidencial de agosto 2004. Além da política redistributivista com base no petróleo, a partir de 2003 Chavez implementou programas sociais, as "missiones", com forte impacto em amplos setores populares e parcelas da classe média. O financiamento desta política depende fundamentalmente do petróleo, tendo sido criado na PDVSA, o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social.

A Economia Solidária e Popular está inserida neste contexto venezuelano. A Ecosol surgiu dentro da perspectiva de construção de um projeto de desenvolvimento alternativo. Este projeto está inserido no processo de luta política no país. O fracasso do golpe militar da oposição oligárquica, em abril 2002, significou uma profunda derrota da direita. E, no campo popular, um grande crescimento da organização do povo: novas organizações foram fundadas, como, Comitês de Tierras Urbanas, Círculos Bolivarianos, assembleias de cidadãos, e diversas organizações dos setores médios.

A derrota da tentativa de greve nacional no final de 2002 por parte da oligarquia, também serviu para desenvolver a consciência e a organização do povo. Foi mais uma derrota da direita. Em 2003, o governo lançou programas sociais para as camadas mais pobres: as 'Missiones".

Contudo, será a vitória de Chavez no referendum revogatório, em agosto de 2004, que assinala o inicio da ofensiva do governo. Para o processo eleitoral, foram criados 'núcleos de militantes', 'patrulhas eleitorais', (10 militantes que trabalhavam cada um com mais 10 pessoas, um total de 100 por núcleo), que consolidaram a organização de base. Esse processo permitiu um salto de qualidade na participação popular.

A rebelião popular de 1989 e as rebeliões militares de 1992 anunciaram o fim de uma época na Venezuela. A eleição de Hugo Chavez para presidência em 1998 abriu perspectivas de um novo

tipo de regime, com características inovadoras: um governo popular; uma economia solidária, recuperação da soberania; refundação da nação com a república Bolivariana. Em 1999, a nova Constituição incorporaria estes valores.

- Campo político - Democracia participativa - Fim da repressão da organização popular alternativa, empoderamento dos excluídos, redimensionamento da democracia ao serviço das maiorias, organização popular para participação direta na gestão publica, promoção das instancias de participação social e política, radicalização do controle social, interpelação direta entre governo e povo sem mediações da burguesia, energia política soberana e de autodeterminação dos povos, fim do apartheid do estamento militar e sua incorporação ao desenvolvimento nacional;
- Campo econômico – Economia solidária - Fim das políticas econômicas neoliberais e da ingerência estrangeira nas políticas econômicas e de desenvolvimento, medidas eficientes de redistribuição da riqueza, defesa dos recursos naturais para o desenvolvimento social, nacionalização eficiente do petróleo, proteção dos setores tradicionais da economia popular, promoção das formas de economia solidária, fiscalização da atividade econômica privada, luta contra o monopólio e o latifúndio.

Reconhece-se as limitações do aparelho estatal em processo de decomposição, produto do esgotamento do modelo, a corrupção estrutural. Visando aprofundar a democracia participativa e deste diagnostico de ineficiência estatal surge a necessidade de um novo modelo de políticas participativas que articulem a agilização dos processos estatais com a participação direta das comunidades.

As "Misiones Sociales Bolivarianas"

Em 2003 foram criadas diversas "Misiones", políticas revolucionárias com o objetivo de erradicar as causas da pobreza e da exclusão, com a participação popular. As Missões são novos instrumentos na relação Sociedade – Estado.

- Mision Robinson I - Lançada em junho 2003, tem como objetivo a erradicação do analfabetismo; em 2004, tinha incorporado 1.411.000 pessoas e alfabetizado 1.370.000.
- Mision Robinson II - È a segunda fase do processo educativo dos setores excluídos e tem por proposito garantir os estudos básicos da população alfabetizada. Incorporado 1.261.000 e tinha 87.000 educadores facilitadores, e um total de 81.300 locais de aula e

fornecido 100.872 bolsas;

- Mision Ribas - Lançada em novembro 2003, ocupa-se da incorporação à educação secundaria os que não puderam conclui-la. Incorporado 726.681 em 29.900 salas com 31.000 educadores, 3.700 coordenadores e, 200.000 bolsas (US 100 mensais);
- Mision Sucre - Completa o ciclo e orienta o acesso à educação superior dos setores populares que não puderam completa-la. Desenvolve formação à distância em comunidades populares e aldeias universitárias. Articula os programas da Universidade Bolivariana. 334.452 bacharéis concluíram o Programa de Iniciação Universitária. Matricularam-se em carreiras universitárias 76.894 em 2004, ingressaram 400.000 estudantes na educação superior, 50% provem da Mision Sucre. Estas Misiones educativas tinham, em 2004, incorporado 3.844.000 pessoas, do total de 25 milhões de habitantes. Contava com 250.000 educadores voluntários.
- Mision Barrio Adentro - Surgiu em 2003, com origem em um programa de saúde popular do Município Libertador de Caracas, ampliando-se a todo o país. È desenvolvida em convênio com o governo cubano, que tem longa experiência dos 'médicos de família'. Acumulou em 3 anos, 86.500.000 consultas até 2004. Com a construção dos 'consultórios populares' foi erguido o novo Sistema nacional de Saúde;
- Mision Barrio Adentro II - Segundo escalão do Novo Sistema de Saúde, com construção de Centros de Diagnósticos e reabilitação integral nas comunidades. Ate 2005, 600 centros diag...;
- Mision Milagro - Milhares de cidadãos se beneficiam de acordo com Cuba para recuperação da vista;
- Mision "Negra Hipolita" - Cuida dos problemas de meninos e meninas de rua;
- Mision Hábitat - Em 2002, foram criados os Comitês de Tierras Urbanas para promoção a organização popular com vistas à regularização da posse de terra nos bairros populares. As "Mesas Técnicas de Água" respondem pela viabilidade e qualidade dos serviços públicos nos barros populares. Em 2004, foi criado o Ministério da habitação. A Mision Hábitat, por meio de repasse de recursos, ferramenta e capacitação para que as comunidades possam desenvolver de forma autogestionária o desenvolvimento de habitat social e ambiental, fortalecendo o poder local e o cooperativismo, através de políticas públicas;
- Mision Mercal - È parte do Programa de Seguridad Alimentaria (PESA); combate a fome por meio de comercialização e venda direta de alimentos básicos a preços solidários em mercados populares ("comedores populares");

- Mision Zamora - Busca fortalecer a "Ley de Tierras y Desarrollo Agrário", aprovada em 2001 pela Assembleia Nacional, através da democratização da terra e seguridade alimentar, redistribuindo terras, sementes, maquinarias, assessoria, capacitação, recursos financeiros e a associação solidária dos camponeses;
- Mision identidad - Consolidar a plena inclusão à vida democrática, facilitando a regularização de status jurídico (como título de eleitor) e cédulas de identidade;
- Mision Pilar - Garantir o desenvolvimento da pequena mineração com equilíbrio ambiental; freia a dependência do petróleo e a apropriação por empresas transnacionais das áreas de mineração e diversifica as fontes energéticas do país;
- Mision Miranda - Aliança cívico-militar centrada na organização, capacitação e treinamento da Força Armada. Capacita jovens reservistas desempregados para o campo do associativismo e da cooperação em microempresas;
- Misión "Vuelvan Caras". "Ou Inventamos ou morremos".

O processo de luta política no país apresenta algumas etapas. Na sua mensagem à Nação, em janeiro de 2005, o presidente Hugo Chavez fez uma periodização deste processo intenso de luta política, apresentando-o como 'Um projeto para 200 anos":

> O ano 1999 podemos chama-lo o ano da Assembleia Nacional Constituinte e do nascimento da Constituição Bolivariana, este é o signo que marcou 1999;
> O ano 2000, foi o ano da reletigimação de todos os poderes e com isto, o do nascimento da Quinta República.
> O ano 2001, foi o das Leis habilitadoras; mas, foi também o do nascimento da contrarrevolução.
> O ano 2002, marca a agressão imperialista conta a Venezuela. Mas, ao mesmo tempo, foi o ano da resposta revolucionária, popular, cívico-militar, democrática.
> O ano 2003, ano da contraofensiva nacional, do nascimento das "Misiones" sociais, para a inclusão e a justiça.
> O ano 2004, foi em primeiro lugar, o primeiro ano da vitória, da nova democracia, da grande vitória política da Nação, da República, da Constituição.
> Também, foi, em segundo lugar, o ano do nascimento de partida de um novo ciclo econômico de expansão e crescimento, rompendo os ciclos expansivos- recessivos.
> Em terceiro lugar, foi o ano de consolidação e expansão das "Misiones" sociais.
> Em quarto lugar, o ano 2004 foi o do arranque do modelo de

desenvolvimento endógeno territorial.
Em quinto lugar, foi o ano da contraofensiva internacional, com o lançamento da ALBA. (Alternativa Bolivariana para AL).
Por ultimo, foi o ano do 'big bang' político, iniciando uma nova etapa: lançamento dos 10 grandes objetivos estratégicos, para chegar ao final de 2006 e continuar a marcha até 2013.

1º Uma nova estrutura social;
2º Uma nova estratégia comunicacional;
3º Construção do novo modelo democrático;
4º Nova institucionalidade do Estado;
5º Nova estratégia integral e eficaz conta a corrupção;
6º nova estratégia eleitoral;
7º novo modelo produtivo para um novo sistema econômico (Mision Vuelvan caras/MIEP);
8º nova estrutura territorial (núcleos de. Endógeno);
9º nova estratégia militar nacional;
10º novo sistema multipolar e internacional.

Após o 'referendum' de agosto 2004, o processo venezuelano entrou numa fase de aprofundamento. Em setembro, foi criado o Ministério para a Economia Popular Solidária, cujo objetivo principal é consolidar a Missão "Vuelvan Caras", buscando a transformação do modelo econômico capitalista dependente por um modelo de economia social, sustentável e de cogestão.

O MINEP (Ministério da Economia Popular) tem como objetivos:
- Dignificar o trabalho e a qualidade de vida das famílias venezuelanas;
- Fortalecer a política macrofinanceira, orientando a entrega de microcréditos de forma coordenada e focalizando o esforço em torno aos Núcleos de Desenvolvimento Endógeno (NUDE);
- Por em prática o conceito de economia Popular integrado na Constituição Bolivariana;
promover mecanismos de democratização da riqueza, combatendo as visões neoliberais e privatizadoras que geram o subdesenvolvimento".

O MINEP está composto por:
1)Vice Ministério para Formação e Desenvolvimento Popular;
2)Vice Ministério para o Financiamento e Assistência para a Comercialização Popular.

O acúmulo nas experiências das diversas "Missiones"

permitiu lançar, no inicio de 2004, a formulação da "Mision Vuelvan Caras", 'la mision de lãs misiones', visando "a promoção da transição para um novo modelo de desenvolvimento endógeno, sustentável e solidário, a partir da transformação cultural das relações sociais e de produção e por meio da capacitação para o trabalho e a promoção da associação em cooperativas dos setores pobres e excluídos, e sua plena inclusão nos processos sócio produtivos locais".

Esta Missão unifica e culmina os processos educativos e sociais do conjunto de missões participativas, incorporando os atores sociais aos processos sócio-produtivos desde uma perspectiva de associação econômica solidária.

Desenvolve a capacitação profissional e ideológica e promove a associação em cooperativas locais de caráter mutualista, de acordo com as particularidades de cada comunidade e em função de suas vocações e possibilidades, com assessoria de gestão organizacional e do apoio de instituições micro financeiras.

A formação sócio profissional se insere nas políticas territoriais socioeconômicas, identificando os objetivos locais de desenvolvimento, realizando diagnósticos participativos entre o Estado e as comunidades. Uma vez realizada essa etapa de capacitação e inserção das cooperativas, os objetivos se transformam em núcleos de desenvolvimento endógeno, articulados com redes sócio produtivas articuladas ao desenvolvimento nacional.

O programa está assentado em dois eixos estratégicos: Educação e Trabalho. A 'Mision Vuelva Caras' articula 'capacitação' com incorporação ao trabalho produtivo. Sob o lema de 'Aprender fazendo', os participantes da 'mision' são incorporados aos núcleos de 'desenvolvimento endógeno'. A 'Mission' privilegia o setor agrícola (50% das pessoas), para cumprir as políticas de 'segurança alimentar'. O setor industrial agrupa 30% do pessoal e o setor turismo, 10%, cabendo ao setor infraestrutura 5%.

A "Mision Vuelve Caras" tem também por objetivo recuperar parques industriais abandonados. Neste sentido, em 2005, o Governo anuncia uma lista de mais de mil empresas fechadas que seriam nacionalizadas e entregues aos trabalhadores, para que as dirijam em sistema de cogestão.

Estas indústrias que não foram reativadas após a greve patronal de 2004, serão compradas pelo Estado e postas em funcionamento sob o modelo de Empresas de Produção Social (EPS): a propriedade será mista entre o Estado e Cooperativas de trabalhadores.

Deste modo, a experiência da Venezuela retoma a tradição das "Empresas de propriedade Social", que existiram em alguns regimes das décadas de 60 e 70 no continente (Peru, Chile, etc.).

Em janeiro de 2004, após a greve patronal, o estado expropriou a fábrica processadora de papel "VENEPAL". Seus patrões iam declarar falência, mas os operários não abandonaram a empresa e, com apoio do Governo, recuperaram a empresa. A empresa tem um capital de 6 milhões de euros (2005) e é propriedade do Estado e dos Trabalhadores.

A Companhia Nacional de Válvulas, que produz equipamentos para a indústria do petróleo, seguiu o mesmo processo.

A "Mision Vuelve Caras", em sua primeira fase (2004) contava com 64 Núcleos de desenvolvimento Endógeno, atuando em 5 frentes:

1. Frente Agrícola, com núcleos de agricultura em pequena e grande escala;
2. Frente Industrial; reativação de parques industriais;
3. Frente de Turismo: com núcleos de desenvolvimento turístico em vários estados do país;
4. Frente de Infraestrutura; trabalhando em conjunto com as comunidades beneficiadas;
5. Frente de Serviços: sistemas de asfalto e serviços básicos; saneamento, parques nacionais e áreas de patrimônio histórico.

O processo educativo de "Vuelve Caras" divide-se em duas áreas: 1. educação para o trabalho; 2. educação sócio-política

Na primeira etapa, a Mision incorporou 100 mil pessoas no campo educativo e no produtivo. A meta global é incorporar a mais de 1 milhão de pessoas.

Cada pessoa recebe uma 'bolsa' de 185 mil bolívares como incentivo ao estudo e ao trabalho.

Dados de 2005 mostravam a eficácia do programa:

Quadro - Resultados do Programa

Núcleos de Desenvolvimento Endógeno ativos	107
Núcleos em formação	853
Pessoas incorporadas aos núcleos	61.965
Pessoas incorporadas aos núcleos em formação	257.672
Instrutores ativos	16.786
Cooperativas da Missão Vuelvan Caras	2.122
Número planejado de cooperativas	10.100

Para cumprir estas e outras metas e planos, o Governo fundou o Ministério de Desenvolvimento da Economia Social. A esse Ministério estão vinculados o banco de Desenvolvimento da Economia Social da Venezuela (BANDES), o Banco do Povo Soberano (BPS), o Banco da Mulher (banmujer),o Fundo de Desenvolvimento Micro financeiro (Fondemi), o Instituto Autônomo Fundo Único Social (IAFUS) e a Fundação povo Soberano (FPS).

Documento sobre "desenvolvimento endógeno: da economia da exploração à economia popular solidaria" exibe seus objetivos:

> nas lutas populares para alcançar a democracia econômica, uma das tarefas fundamentais que se traça o governo revolucionário é o desmantelamento do sistema capitalista e sua substituição por um modelo econômico alternativo, solidário, sustentável e coletivista, orientado ao desenvolvimento social e humano integral e um reordenamento socioprodutivo e territorial, centrado nas vocações naturais das próprias comunidades, os valores dos nossos povos e a exploração racional das nossas riquezas.
>
> Para isso, complementa as políticas revolucionárias de radicalização da democracia e resgate da soberania política, cultural e econômica da democracia e resgate da soberania política, cultural econômica do povo venezuelano com um conjunto de políticas públicas territoriais de proteção da segurança e da soberania alimentar, desconcentração populacional e identificação e promoção de eixos e polos de desenvolvimento local e regional em todo o território nacioanl, para sua progressiva articulação em conglomerados socioeconômicos de mútuo interesse.
>
> Assim, sob o chamamento robinsoniano ("ou inventamos ou erramos") o governo bolivariano examina com a participação direta do povo a construção de um modelo de desenvolvimento próprio, centrado na construção na inclusão de todos e à vida socioprodutiva da nação e da cidadania plena; a interação em

> redes dos atores socioeconômicos e culturais locais e regionais, e a auditoria corresponsável das políticas públicas entre povo e governo.

Como toda transformação, a 'revolução bolivariana' tem sua originalidade e, sendo assim, desperta as mais diversas apreciações no campo das esquerdas. O ensaísta Miguel Urbano Rodrigues assinala a "originalidade da revolução bolivariana":

> A excepcionalidade da revolução bolivariana é precisamente a sua originalidade. Não há precedente para um processo de mudança social como o venezuelano que desafia a lógica da história. Lenine afirmava que não há revolução sem partido revolucionário preparado para a var adiante. Ora, na Venezuela desenvolve-se há meia dúzia de anos um processo que, tendo principiado com a eleição para a Presidência de um militar cristão e o esmagamento dos partidos da burguesia, se encaminhou para uma confrontação explosiva com o imperialismo. Com a peculiaridade de que não existia partido de massas revolucionário nem foi ate hoje possível estrutura-lo apesar dos esforços empreendidos nesse sentido. A pessoa do líder tem funcionado como o fator decisivo para a concretização das medidas revolucionárias e a sua defesa.
> Essa é a fragilidade maior da revolução bolivariana: a dependência de um dirigente carismático. Como mobilizador das massas oprimidas pelo sistema capitalista, ele cumpre a função do partido revolucionário inexistente...O mobilizador coletivo é Hugo Chavez.

Paulo Arantes é muito mais crítico em sua análise: "cenário da América Latina variou muito nos últimos anos, mas não mudou nada". Sobre Chavez:

> Com base na renda do petróleo, redirecionada para programas de mobilização popular. Faz um programa social, com o qual contorna um aparelho de Estado inexistente e, ao mesmo tempo, mobiliza a população que ele assiste. Sem o poder convocatório dele – que é carismático e legitimo, mas um poder convocatório - a população não vai nem votar, como aconteceu nas eleições legislativas. É preciso que ele diga o seguinte: estou sendo acossado, cercado e sabotado e preciso de vocês. Ai a população apoia em massa (...).

> O que eu vejo nessa famosa AL que teria dado uma guinada para a esquerda é a consolidação de uma nova classe dirigente com apoio popular para extrair riqueza, renda e recursos da sociedade em outras bases. De um ponto de vista socialista e de esquerda, isso não tem nada a ver.

Um estudioso do populismo na AL, Ernesto Laclau, compara a experiência atual com a história dos populismos no Continente, especificando o caso Chavez:

> O caso de Chavez é o que mais se aproxima do populismo clássico pelo fato mesmo de que se tinha lá um sistema político podre, com uma base clientelista, com uma escassíssima participação de massa. Havia a típica situação pré-populista; havia demandas que ninguém podia canalizar dentro do sistema político. (...) O que se dá não é um populismo de tipo autoritário, porque essa não é uma mobilização de cima, pelo contrario, há um aspecto de auto-organização das massas, nos locais de trabalho.

A experiência venezuelana tem atraído e aproximado diversos setores da sociedade brasileira. Por exemplo no campo da Economia Solidária ocorreram Seminários em Caracas e em São Paulo na busca de articular cadeias produtivas.

Brasil: a greve de Osasco-SP em 1968 e as oposições sindicais

Nesta parte, vamos nos utilizar de alguns documentos produzidos pelos atores diretos da greve. Assim, um ensaio intitulado "Greve illegale; organisation clandestine", assinado por José Ibrahim, Manoel Dias do Nascimento e Roque Aparecido da Silva. Escrito no exílio, em outubro 1972. Um segundo documento, "Osasco: as lições de uma Greve", escrito por Jose Ibrahim e José Barreto. É um balanço da greve, escrito no ano mesmo do movimento, 1968. Este documento vai no nosso Anexo. O livro de Ibrahim, "O que são Comissões de Fábrica" (1986).

Por fim, utilizaremos elementos de outros dois ensaios: o de F. Weffort, dos Cadernos CEBRAP, publicado em 1972 e, uma entrevista de Regis Castro Andrade, de 1998, da Revista "Tempo Social".

F. Weffort caracteriza as cidades de Osasco-SP e Contagem-MG:

> Apesar de suas características de alta concentração industrial, Contagem e Osasco não se ajustam às condições típicas das "comunidades industriais isoladas", Comunidades deste tipo encontram-se geralmente à volta das minas (por exemplo, Nova Lima) ou de grandes siderúrgicas (por exemplo, Volta redonda, Usiminas, etc.),combinando uma alta concentração espacial das industrias a um grande isolamento dos operários em face das demais classes. Esta combinação de concentração e isolamento pode levar à formação de um sentimento comunitário que, por favorecer o despertar da solidariedade de classe (ou ainda por sobrepor-se a ela e reforça-la) constitui em geral, um fator excepcionalmente favorável à eclosão do movimento operário em greves, protestos, etc.
>
> Contagem e Osasco apresentam condições de alta concentração industrial, mas faltam-lhes as características de isolamento ecológico e social. De fato, são dois casos típicos de áreas industriais metropolitanas e, até há pouco tempo, foram bairros periféricos de belo Horizonte e São Paulo. Osasco só conquistou sua autonomia municipal em 1962 e Contagem, embora mais antigo como município, só assumiu sua conformação atual depois de 1963 com a incorporação da "Cidade Industrial", até então um bairro de belo Horizonte.

Vejamos alguns dados de Weffort:

Contagem tinha, em 1960, uma população de 28.065 habitantes, dos quais a grande maioria (21.645) concentrada na "Cidade industrial" e os demais repartidos entre a sede do município (3.708) e a zona rural (2.850). Em 1968, a população era de 33.000. A partir de 1955, se estabelecem na região uma Usina Hidroelétrica e varias empresas como a Mannesman, belgo-Mineira, Mafersa, RCA Victor, etc. O número de operários da "Cidade Industrial" passa de 2.850 em 1952 para 5.731 em 1960 e, atinge 16.610 em 1966. Estima-se que em 1968 houvesse mais de 18.000 operários trabalhando na "Cidade Industrial", dos quais 63% reside na própria "Cidade Industrial".

Osasco é também um município predominantemente urbano e industrial. Contudo, enquanto contagem e um dos poucos pontos de forte concentração industrial da região metropolitana de belo Horizonte, Osasco é apenas um exemplo das varias áreas industriais da região metropolitana de SP, isto faz de Osasco um município que cumpre as funções de 'cidade industrial' ao lado das funções de 'cidade dormitório' para uma grande massa de operários que trabalha em SP ou em outros municípios vizinhos.

Pesquisa de 1966, aponta para Osasco uma população empregada de 62.000 pessoas, das quais 49.000 vinculadas às atividades industriais, mas com apenas 15.500 trabalhando nas industrias locais. A população industrial de Osasco, como a de Contagem, está altamente concentrada. No centro da cidade e as duas zonas industriais ao Norte e a sudeste, concentram quase 80% do total dos que trabalham nas industrias. Esta área de alta concentração industrial é também um importante setor de residência operária. Dos que aí residem (11.450), 58% trabalham na região, 18% trabalham em outros bairros de Osasco e 24% em SP.

As fábricas Cobrasma, Braseixos Rockwell e Brow-Boveri estão entre as 5 primeiras maiores de Osasco.

Portanto, Osasco é uma cidade industrial da periferia de SP. Contava em 1968 com cerca de 350 mil habitantes. As principais fábricas eram COBRASMA, Brow Boveri, Braseixo, Ford, Chaleroi, Lona-Flex, Osram e Cimaf. O Sindicato dos Metalúrgicos, até o golpe de 64, tinha hegemonia do PCB, que se estendia ao movimento operário local em seu conjunto.

O trabalho de base nas fábricas vinha de antes de 68. Assim, militantes críticos da linha sindical do PCB na Braseixos tinham

uma organização clandestina na empresa, onde ensaiavam novos métodos de luta.

A Cobrasma foi o palco central das lutas de 68, onde 3 organizações se articulavam nas lutas: a Comissão de fábrica, o Sindicato e o Comitê Clandestino.

A CF, inicalmente semi-legal, com 10 militantes, tinha sido fundada em 1962 pela FNT, organização de orientação cristã. Alguns operários fundam o CC, com base na experiência da Braseixos. Este Comitê Clandestino era independente do PCB, do Sindicato e mesmo da CF, com a qual mantinha contatos.

Em meados de 64, a morte de um operário em acidente de trabalho permitiu que a CF e o CC paralisassem a Cobrasma por 5 minutos. A partir deste momento, a CF é reconhecida. As primeiras eleições para a representação dos trabalhadores na empresa foram em agosto de 65. A fábrica foi dividida em 19 setores e cada setor indicava um representante efetivo e um suplente. Para o CC, que não iria se dissolver na CF legalizada, era importante a eleição do líder José Ibrahim como seu porta-voz na CF. Ibrahim foi eleito por maioria esmagadora para o cargo de 2º secretário. O presidente era da FNT. Várias subcomissões foram se formando nos diversos setores.

Diversas mobilizações internas e uma 'operação tartaruga" na empresa serviu para educar os trabalhadores para lutas mais duras. Em agosto 66, nas novas eleições, a CF se renovou. O CC sai reforçado em relação a FNT. Ibrahim assume a presidência e Roque Aparecido a 1ª secretaria.

Antes das primeiras eleições para CF, os interventores no Sindicato chamaram eleições. Contudo, não foi apresentada chapa de oposição. A FNT entrou na composição da chapa única oficial, mas sem força para influir na diretoria. A OS não só crítica o peleguismo, mas, sobretudo, se opunha a estrutura sindical vertical e corporativa. A OS dos metalúrgicos de Osasco estava composta pelos militantes do CC, da FNT e alguns operários que começavam a romper com o PCB.

A força da OS cresce a medida que aglutina operários de outras fábricas. A partir do final de 65, em todos os eventos sindicais a nível nacional, a OS se faz presente através de operários eleitos em assembleias.

A luta contra a direção sindical pelega se dava através das

lutas concretas dentro das fábricas. Por exemplo, a mobilização que ocorreu no setor 'Montagem de vagões" da Cobrasma, com uma greve. Os patrões demitiram todos os envolvidos; houve uma assembleia geral com participação de todos os trabalhadores da Cobrasma e também de outras fábricas. Os diretores do Sindicato receberam fortes críticas, abandonaram a assembleia que passou as mãos da CF. Os patrões recuaram das demissões e concederam o aumento reivindicado.

Dois fatos novos viriam ajudar na luta. Os trabalhadores decidiram apoia um candidato operário e um estudante nas eleições para prefeito e vereador pelo MDB. Eleito o prefeito criou o cargo de assessor sindical e assessor estudantil no seu gabinete, indicados pelo Sindicato e pelo CEO (entidade estudantil municipal). Esses assessores desenvolveram um trabalho político na cidade baseado na criação de "Associação de moradores" em todos os bairros.

6 meses antes das eleições sindicais, começou o trabalho de agitação e organização. As discussões do CC com a FNT e o PCB para composição da chapa de oposição, encontrou entraves na relação com o PCB, que considerava o programa da oposição como 'aventurista'. A composição da chapa ficou restrita a FNT, aos Independentes e ao grupo de esquerda do CC. O Programa da OS foi discutido em todas as fábricas, o que já significava a formação de futuros Comitês de Empresa:

- luta contra o arrocho salarial;
- luta contra a Lei anti-greve;
- luta contra o FGTS;
- organização pela base em Comitês de empresa;
- pelas liberdades sindicais;
- contrato coletivo de trabalho;
- campanha permanente de sindicalização.

Como parte da campanha foram organizados Comitês de Apoio a "chapa verde" (em oposição a 'chapa azul' dos pelegos) em todas as fábricas; cada trabalhador voluntariamente dedicava um dia de trabalho para o trabalho da campanha nas portas de fábrica e na sindicalização. Os estudantes secundaristas de Osasco tiveram grande participação na campanha. O Presidente do CEO era José Campos Barreto, que era também operário como muitos estudantes. Barreto era do grupo de esquerda na Cobrasma.

No final da campanha, foi organizado um 'dia de estudo' para aprofundar o programa da OS. Participaram delegados das oposições

dos bancários, metalúrgicos, Construção Civil e Químicos.

A 'chapa verde' obteve 80% dos votos. Além da Cobrasma, a maioria dos votos da OS vieram das grandes empresas, portanto, pela primeira vez uma chapa de OS vencia uma eleição. Em julho de 1967, a nova direção tomou posse. O Presidente José Ibrahim, era membro do grupo de esquerda, que tem o CC na Cobrasma e núcleos clandestinos em outras fábricas como Brow-Boveri, Lona-Flex, Braseixos, etc.

Nova etapa das lutas nas fábricas

Assembleias de fábrica foram realizadas para ampliar a organização dos comitês. Nas assembleias eram analisadas as condições de cada fábrica e as formas de luta necessárias. Na Lona-Flex se desenvolveu uma grande mobilização por aumento salarial e pagamento da insalubridade. Nesta fábrica o Comitê era dirigido por Manoel Dias do nascimento ("Paiva"). Uma CF foi reconhecida, na qual participavam alguns do CC.

Em 17 novembro de cada ano se dava a data do dissídio salarial dos metalúrgicos de Osasco, SP e Guarlhos. Os metalúrgicos de Osasco, em assembléia, decidiram não requerer o dissídio como protesto pela política de arrocho salarial. Pela primeira vez, após 64, um Sindicato adotava esta postura. Decide-se por uma greve no dia do Dissídio.

Desde inicio de 1966, a CNTI organizava uma campanha de coleta de assinaturas nas fábricas para propor modificações na lei salarial. Deveria culminar em um ato publico, com a presença do Ministro do Trabalho, que receberia, então, a lista de assinaturas. Quando do ato publico, no Rio, o Ministro não compareceu.

A maioria dos sindicatos paulistas, em uma reunião para discutir novas formas de luta contra a política salarial, fundou o MIA. Decidiu-se a organização de atos intersindicais que culminaria com um ato em praça publica.

O MIA programou 5 concentrações nos Sindicatos Metalúrgicos, até o 1º de Maio 1967:

1ª) começo de novembro, no sindicato dos metalúrgicos de SP;
2ª) fins de novembro, sindicato dos metalúrgicos de Santo André;
3ª) meados dezembro, em Osasco;
4ª) em janeiro, em Campinas

5ª) em fevereiro, em Guarulhos.

O MIA decidiu que nestas concentrações só poderiam falar os dirigentes sindicais, não podendo falar nem operários de base nem estudantes, o que manteria a hegemonia dos pelegos. Contudo, já no primeiro ato, além da fala de Ibrahim, um operário de base também falou durante 10 minutos, e os estudantes tomaram o microfone e falaram.

No ato em Osasco, além de Ibrahim, falaram representantes de todas as OS, um representante dos Sindicatos Rurais e um estudante. Os pelegos se negaram a falar. O deputado do MDB, David Lerer quis falar mas a mesa não permitiu. Assembleia decidiu que o deputado falaria, o que ocorreu. Ibrahim propôs que o 1º de Maio fosse realizado na Praça da Sé, na capital paulista.

O Ministro do trabalho denunciou que a Assembleia de Osasco teve caráter "marcadamente subversivo" e que o principal responsável era o Presidente do Sindicato, José Ibrahim. O MT chamou a diretoria e apresentou as seguintes opções:

- destituição do presidente pela diretoria;
- instituição do presidente pelo Ministério;
- intervenção geral no sindicato.

A classe foi mobilizada; os dirigentes do MIA, por motivo de auto-preservação, apoiaram os metalúrgicos de Osasco. O MT se limitou a uma advertência \o presidente dos metalúrgicos. A próxima manifestação, em Campinas, girou em torno do "caso Osasco"; de Osasco foram 6 ônibus lotados por operários. Após a concentração de Guarulhos, a ultima prevista e que não chegou ao final devido as divergências, o MIA se dissolveu. Ficou um comitê para preparar o 1º de Maio.

Greve em Contagem – MG

Em Belo Horizonte, o sindicato dos metalúrgicos desenvolvia trabalho semelhante a Osasco. Nas eleições de 67, elegeram uma direção de esquerda. Mas, 8 dos 23 da direção foram impedidos de assumir: a polícia tinha suas fichas. Contudo, alguns militantes de esquerda não fichados puderam continuar na direção. Foi realizada uma ação de organização de comitês clandestinos.

Em abril de 68, ocorre a 1ª grande greve após 64, com novos métodos de luta: paralização pela ação do Comitê de empresa

clandestino e ocupação da fábrica. A greve começou com a ocupação da belgo-Mineira pelos operários que a ocuparam por 3 dias. A greve se estendeu a toda cidade industrial de Contagem. Com a desocupação do belgo, os trabalhadores se concentraram no Sindicato. O Ministro do trabalho, coronel Jarbas passarinho foi ao Sindicato para negociações. Após uma semana de greve, os metalúrgicos conquistaram 10% de aumento salarial após o 1º de Maio, para todos os operários do país.

Em SP e sobretudo Osasco, a repercussão desta greve foi enorme: mostrou que era possível lutar contra o arrocho, tendo organização de base. Esta greve em MG, vinha coincidir com a preparação do 1º de maio.

O 1º de Maio em SP

O MIA tirou uma comissão para conversar com o Governador paulista Abreu Sodré. Este decidiu participar do ato na praça da Sé. Os trabalhadores de Osasco defenderam a participação no ato e, derrotaram outras propostas de ato paralelo. A proposta era de expulsar os pelegos, tomar o palanque e realizar um ato verdadeiramente dos operários.

No nível do movimento operário a preparação revelou um alto grau de autodefesa: foram organizados em grupos e armados com barra de ferro uns 250 operários. Na Praça da Sé, os grupos ficaram divididos em 11 ruas que davam acesso a praça. Noutras ruas, ficaram operários armados de molotovs para impedir a chegada da repressão. Perto do palanque, outros grupos para realizar a sua tomada. Entre a massa, vários grupos para agitação.

Varias organizações de esquerda estiveram no ato: como VPR, ALN e estudantes. Dorival Ferreira, dirigente da OS da Construção Civil, foi responsável pelas barras de ferro. No ABC, os trabalhadores forçaram os pelegos a por vários ônibus para leva-los à Sé. Assim, além dos grupos organizados, mais 7.000 trabalhadores foram ao ato.

No ato os operários bradavam as palavras-de-ordem: “Minas é nosso exemplo”; “fora pelegos, patrões e ditadura”; “greve contra o arrocho”; “só o povo armado derruba a ditadura”; “operário sim, pelego não”.

Após impedirem a fala do governador e lhe jogarem ovos e

tomates, e mesmo uma pedrada na testa, (Abreu Sodré e os pelegos se refugiaram na Catedral) vos trabalhadores tomaram o palanque, usaram da palavra, atearam fogo no palanque e, saíram em passeata na direção da Praça da República.

Na Praça da república falaram vários trabalhadores e, José Campos Barreto fechou a manifestação: falou da experiência do Vietnam e que o caminho era o da luta armada. Pela primeira vez se colocava, abertamente, para os trabalhadores esta perspectiva.

As greves em Osasco

A vitória em MG e no 1º de Maio paulista cria um clima de muita agitação nas fábricas de Osasco. Assembleias são realizadas nas fábricas, levantando as reivindicações; organizando comitês e comissões. Neste clima, em junho 68 ocorre a greve na Barreto Keller. Os operários abandonaram a fábrica e foram ao Sindicato. Após 6 dias de greve, os patrões propuseram aumento de 15%, aceito pelos trabalhadores.

Esta greve localizada teve grande repercussão nas outras fábricas, mais que a greve de MG, pois se passava próxima dos trabalhadores. As OS decidiram que uma greve em Osasco deveria ser na época do dissídio, em novembro, em que toda a categoria estaria mobilizada em SP e Guarulhos. Todavia, as bases pressionavam pela greve; o grupo de esquerda assumiu a preparação da greve. Em junho, as discussões com o Sindicato e os comitês decidiram a greve para julho.

Nos dias antes da greve, a massa pressionava através de agitações nas fábricas: havia comitês na Cobrasma, LonaFlex, Barreto Keller, Brow Boveri, Braseixos e um núcleo de comitê na Granada. Foi formado, a partir das bases, um "Comando Geral de Greve" (CGG),que decidiu pela ocupação da Cobrasma no primeiro dia da greve.

A Cobrasma tinha uma organização interna de um comitê de greve e da fábrica, e comitês por seção. A ocupação da fábrica apresentava os seguintes problemas:

- ocupação dos portões e domínio da guarda;
- controle da comunicação (PB-X, telefones) e da central de eletricidade;
- controle dos patrões e dos chefes em geral que permaneciam como reféns;

- sistema de segurança para controlar todas as entradas e saídas para evitar a entrada de provocadores da polícia, etc;
- grupos encarregados de discutir com a massa questões como o sentido e o objetivo da greve, o caráter das ocupações, o papel da classe na revolução, etc., através de assembleias e grupos de discussões;
- sistema de comunicações entre as fábricas ocupadas, o sindicato e o CGG.

No dia 17 julho, houve um toque extra de sirene da fábrica: era a senha para greve! Em 20 minutos se realiza a primeira Assembleia geral, que decidiu pela ocupação por tempo indefinido. Grupos pararam outras fábricas e, em passeata, se dirigiram ao centro da cidade, num percurso de 3km ate o Sindicato dos metalúrgicos.

Quando O ministério do trabalho chegou ao Sindicato para negociar, foi avisado que teria que ir a Cobrasma para negociar diante de todos trabalhadores com o CGG.

À noite começou a repressão pela Força Publica, Cavalaria e carros de combate (brucutu e tatu), sob comando do exército. A LonaFlex foi desocupada pela polícia. A Cobrasma foi ocupada e 60 trabalhadores foram presos. Todos foram soltos depois, exceto o dirigente Barreto que ficou 98 dias na prisão, onde foi barbaramente torturado.

No segundo dia, apesar de Osasco se encontrar sitiada pelos militares, outras empresas entraram em greve: a Brow-Boveri e a Braseixos. Na tarde do dia 18, um interventor chegou no Sindicato para 'tomar posse'. Sendo impedido pelos operários, na manha do dia seguinte voltaria com a cavalaria e os carros de combate, o Sindicato foi invadido. Nesta situação, um padre tinha posto a Igreja Matriz de Osasco á disposição dos operários para a realização da assembléia. Mas, a Polícia invadiu a Igreja e prendeu vários operários.

No sábado, dia 21, o CGG se reuniu e decidiu pela volta ao serviço, com a orientação de se reorganizar nas fábricas.

Argentina - o movimento das 'empresas recuperadas'

Na segunda metade da década de 70, as políticas neoliberais ocasionaram uma profunda crise social, política e econômica na Argentina. Durante vários anos, houve o desmantelamento do aparato de produção. No final de 2001, ocorreu o colapso do mercado financeiro. Na segunda metade da década de 90, o movimento social se refez e lançou diversas formas de protesto; neste contexto, emergiu uma diversidade de novos atores: piqueiteiros, assembleias de bairro, clubes de troca, etc.

No final da década de 90 e inicio de 2000, surgiram muitas empresas que estavam em processo falimentar e que foram recuperadas pelos trabalhadores. Um total de 170 unidades produtivas. São uma resposta à crise e ao mesmo tempo alternativas de gestão, combinando a participação democrática na gestão e a propriedade coletiva dos meios de produção.

No livro "Fábricas y empresas recuperadas. Protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad" (Centro Cultural de la Cooperación. Buenos Aires. Novembro 2003), encontramos uma periodização:

> A ocupação de fábricas tem sido uma prática utilizada pela classe trabalhadora na Argentina em diferentes momentos de sua história. Cabe recordar o Ciclo de lutas abertos no final dos anos 60 até inicio dos anos 70, encabeçados pelos operários das grandes corporações econômicas, como a FIAT em Córdoba. (...) A estrutura de oportunidades políticas, as condições e recursos do movimento operário, o papel jogado pelas direções sindicais e as estratégias ofensivas que desenvolveram os trabalhadores naquele cenário tem muito pouco a ver com o novo Ciclo de protestos dos últimos anos. Após o retrocesso das políticas neoliberais para os trabalhadores, do fim de muitas conquistas históricas, da redução constante de trabalhadores empregados, de um sindicalismo muito burocratizado e longe de suas bases, a estratégia de ocupação e recuperação de fábricas representa uma estratégia defensiva – quase derrotada- que se enquadra fundamentalmente na sobrevivência da empresa e na conservação do posto de trabalho.

Os autores citam a frase de um operário: "O que acontece é que nos anos 70 se tomava as fábricas por ideologia, agora a tomada é por necessidade e a ideologia vem depois".

> A história do movimento operário argentino porta experiências que, em diferentes momentos, tentaram implementar formas autogestionárias e de controle da produção (Passa, Lozadur, etc.). Embora, o fenômeno nunca tenha alcançado a magnitude e o conglomerado de fábricas e empresas de serviços que fazem parte do movimento social de recuperação de empresas no período atual.

Na segunda metade dos anos 1990, a conjuntura em que ocorre a tomada de fábricas tem as seguintes características: ascenso no ciclo de protestos de trabalhadores assalariados e desocupados. Se bem que, várias empresas da Capital e da Grande Buenos Aires, como no interior do país, se encontravam em situação de crise e conflito interno nos primeiros anos da década de 90, o 'ciclo de protestos' começou a crescer paralelamente ao conjunto dos protestos sociais emergentes na segunda metade da década de 90.

O surgimento de algumas empresas que se encontram em situação de crise (convocatórias, falências, etc., são tomadas por trabalhadores para sua recuperação: os casos mais conhecidos são os das metalúrgicas IMPA e o frigorífico Yaguané, e também a metalúrgica Polimec. Algumas destas fábricas tinham trabalhadores com experiência na militância sindical, o que lhes permitiu estabelecer relações com seus sindicatos. Após o golpe de 1976, o movimento sindical passou a desenvolver diversas formas de oposição à ditadura militar.

Voltemos na história a esse período de luta contra a ditadura militar.

A Oposição Operária após 1976

O historiador Pablo Pozzi escreveu um ensaio sobre a resistência dos trabalhadores argentinos à ditadura militar instalada em 24 de março de 1976. A luta teve como arena principal o espaço dentro das fábricas, os trabalhadores lançaram mão das experiências de resistência de anos anteriores: 1955-1958, 1966-1973. Em julho, agosto e setembro de 1976, ocorreram greves no setor automotriz que foram brutalmente reprimidas com desaparições, prisões, assassinatos e a ocupação de fábricas pelas Forças Armadas. Outros setores, como metalúrgicos, (março 1796), portuários (novembro

1976), os trabalhadores da Fuerza y Luz, estiveram na frente destas lutas e também sofrendo grande repressão.

Novos métodos de luta foram criados. No Sindicato automotriz, o primeiro desafio veio dos operários da fábrica IKA-renault de Córdoba no 24 de março, dia do golpe:

> Nesse dia, os trabalhadores começaram o trabalho baixando a produção de 40 para 20 unidades e, no segundo dia, baixando para 14. Pichavam as paredes com palavras-de-ordem: 'Fuera los milicos asesinos', 'Tenemos hambre', 'Sabotage a la superexplotacion'. O exercito tentou invadir a fábrica, sendo rechaçado pelos operários que o obrigaram a retirar-se. Nas semanas seguintes as forças repressivas se dedicaram a sequestrar e assassinar a vários delegados e operários combativos da fábrica.

No inicio de abril, na fábrica General Motors de Barracas (Capital federal), a seção de pintura entrou em greve, tendo sido ocupada pela repressão que prendeu três operários grevistas. Sem seguida, toda a fábrica entrou em greve, obrigando o regime a libertar os três grevistas.

Em meados de maio, começaram as primeiras paradas rotativas de 15 minutos na fábrica Mercedes-Benz. Na Chrysler Monte Chingolo y Avallaneda, se adotam medidas similares com cortes de luz a cada dez minutos. Durante todo o mês de setembro, no setor automotriz ocorreram greves, sabotagem, etc.

A experiência do Sindicato "Luz y Fuerza", entre outubro de 1976 e março de 1977, expressa a mudança dos métodos de luta frente ao fracasso de uma tática de enfrentamento direto à ditadura militar. Em abril de 1976, esse Sindicato sofreu intervenção, com demissões e outras medidas. A partir do 5 de outubro, os trabalhadores desse Sindicato, que abrange todas as empresas de eletricidade, privadas e estatais, iniciaram uma greve de braços parados em protesto pela demissão de 208 operários. Esta luta durou foi o mês de novembro. A ditadura respondeu com repressão: sequestros, torturas, prisões.

Um dos delegados sindicais falou sobre a luta: "No dia 5, à noite, fizemos uma reunião de delegados e no dia 6 começou a luta. Nas reuniões que tivemos com outros delegados e ativistas formamos Comissões de propaganda, que se responsabilizaram de fazer volantes explicando os motivos de nossa luta. Também, se criou uma Comissão de organização e outra de contatos.

Depois, fizemos assembleias com os trabalhadores edifício por edifício e lhes dissemos que aluta iniciada não ia ser fácil. Muitos nos lembramos das coisas que fizemos aos militares em 1965 e voltamos a repeti-las. Cortes de luz, sabotagem.

> "Trabalho a desgano" significa que não podemos trabalhar porque estamos "tristes" Tristes porque demitem nossos companheiros; tristes porque ganhamos pouco; tristes porque cerceiam nossos convênios. Enfim, há mil motivos para que os trabalhadores fiquem "tristes". Por isso não levantamos um dedo para fazer o que nos mandam.

As greves continuaram através de dezembro, janeiro e fevereiro de 1977. Em Rosário, Córdoba e Corrientes se formaram Comissões coordenadoras que estendeu a luta à outras províncias. Estas Comissões tinham um caráter semiclandestino.

No final de 1976, o Exercito tentou invadir a fábrica Peugeot que estava em greve. Teve que enfrentar a resistência de 5.000 operários que gritavam "Argentina", Argentina" e depois cantaram o hino nacional. No final, os operários obtiveram a libertação de seus companheiros e a fábrica não foi invadida.

Para Pablo Pozzi,

> O mais valioso das lutas do movimento operário durante esses meses foram as lições deixadas. A unidade, solidariedade e firmeza dos trabalhadores era a chave da resistência. Isto só podia ser garantido pela organização clandestina pela base, tal como ocorreu com Luz y Fuerza. Evitar os métodos e formas organizativas que denunciassem os dirigentes. Assim, recorreram a experiência da "Resistência Peronista" (1955-1975), acrescida de inovações (trabalho com tristeza, trabalho a regulamento, e sobretudo sabotagem).

Os resultados foram muitos, por exemplo: no final de 1976, a Renault anunciou queda de sua produção em 85%; na general Motors, 25% dos carros produzidos estavam danificados; na Ford, foram destruídos os motores de 30 patrulheiros Falcon pedidos pela Polícia Federal; no Frigorífico Swift toneladas de carne para exportação foram inutilizadas; na Mercedes-Benz, em um dia desapareceram todos os instrumentos de medição.

O resultado destes conflitos de 1976 (ano do golpe militar) é que em 1977, com raras exceções, foi um ano cheio de 'tristezas', sabotagens, sem grandes movimentos de massa. Um período em que os trabalhadores avançaram métodos de luta, formas de organização que pudessem proteger os ativistas e os delegados sindicais dos golpes da repressão.

De 13 a 17 de junho na zona industrial de Rosário y San Lorenzo (Província de Santa Fé), mais de 6.000 trabalhadores agrícolas se uniram a vários conflitos de operários da indústria, conseguindo apenas 20% de aumento e muitas demissões e prisões.

Contudo, essas lutas levaram a um primeiro salto de qualidade da resistência operária:

> Em outubro, na cidade de Córdoba, os operários da IKA-renault reclamaram aumento de 50%. A empresa ofereceu 15%. Os trabalhadores não aceitaram e iniciaram uma greve de 'braços cruzados'. No dia seguinte, o exercito entrou na fábrica, exigindo o reinicio do trabalho. Em uma seção, um oficial discursava para os operários contra a greve; a reação foi imediata: atiraram todo tipo de material no oficial. Uma batalha tomou conta da fábrica, com um saldo de quatro operários mortos. No dia seguinte, ocorreu um abandono massivo das tarefas. Seis mil operários, sob uma repressão violente, se mobilizaram de forma ampla e unitariamente, sem nenhuma organização legal.

130 trabalhadores foram detidos e depois demitidos. Essa greve na IKA-Renault durou quatro dias e teve como resultado romper a muralha do silêncio. A Mídia começou a falar de "ameaça de Cordobazo". Imediatamente, outros setores operários se somaram a luta: em novembro, vinte e um sindicatos representando milhares de trabalhadores tinham realizado greves por melhoria salarial.

Esta greve da Renault desencadeou uma onda de greves bem organizadas pela base. A onda de greves mostrou que havia um nível de organização subterrânea que abarracava vários sindicatos. A greve dos ferroviários em outubro, foi um exemplo claro de um movimento de forças organizadas semiclandestinamente, que realizou assembleias nos locais de trabalho, escapando da repressão; essa greve quase se tornou geral e consegui êxito em termos de reivindicações salariais.

Em 1978, cresceu o numero de conflitos: 1.300 na primeira metade do ano, 4.000 em todo o ano. As principais greves foram as dos

Portuários (julho), a do Frigorífico Swift de Rosário (outubro) e da Fiat (outubro).

As Ocupações ("Tomadas") De Fábricas

O processo converge para um segundo salto de qualidade durante todo o ano de 1979. Não há um momento especial, mas vários momentos que marcam o avanço do acumulo de forças. Ocorre a primeira ocupação de fábrica desde 1976: em 8 de março de 1979, entram em greve os operários de Aceros Ohler. Em abril, os 3.800 operários de Alpargatas decretam, em assembleia na porta da fábrica, uma greve por tempo indeterminado. Três meses depois, ocorrem três ocupações de fábrica; as metalúrgicas Cura Hnos, IME e a Cantafábrica.

Em setembro ocorreu a greve na Peugeot, a partir das comissões de fábrica. Em novembro, seria a vez com tomada do frigorífico Swift, com apoio da comunidade local. Em dezembro de 1979, a greve de transportes em Rosário. Assim, com dados da própria imprensa, 1979 apresentou um saldo de mais de 500.000 dias/homens de greve durante os primeiros meses, cinco vezes mais que em 1978.

O número de conflitos duplicou em relação a 1977, e quadruplicou o numero de trabalhadores envolvidos. O movimento operário, neste 1979, retomou formas de luta (ocupações de fábrica, greves por tempo indeterminado, varias mobilizações) que não tiveram êxito em 1976 e que não foram tentadas em 1977 e 1978, o que significou um grande acumulo de forças. Neste sentido, foi possível a grande Jornada nacional de protesto de abril 1979. A Comissão dos 25 organizou um Comitê de Greve clandestino para dirigir a Jornada, da qual participaram 75% dos trabalhadores do país.

Pablo Pozzi remarca a ênfase na reivindicação sobre o 'controle operário da produção' passando por cima da propriedade privada. Deste modo, "Podemos inferir um projeto socioeconômico autônomo da classe operária", que contém elementos mais radicalizados que os das lutas nacionalistas de 1946-50. "Particularmente na ênfase clara em aspectos coletivistas e de controle operário sobre a produção contêm pontos de contato com um projeto socialista".

A partir de 1979, como vimos, há um claro acumulo de forças do movimento operário. No final de 1980, ocorrem tomadas de varias fábricas (Deutz, La Cantabrica, Sevel, Merex); greves articulando a comunidade com os trabalhadores (Tafi Viejo, Ingenio Nunorco); coordenadoras clandestinas em nível nacional (trabalhadores do Estado, transportes); mobilizações (Deutz, La Cantabrica). A isto se agrega a "greve surpresa": duração curta, surpresa total e níveis de organização muito alto, com grande participação das bases, que permanecem sem seus locais de trabalho.

Greves em 1980

Mês	Número de greves	Número de operários parados
janeiro	13	3.299
fevereiro	07	2.000
março	12	6.940
abril	20	25.625
maio	22	32.337
junho	21	45.422
julho	79	87.811

Os conflitos produzidos na Capital federal e na grande Buenos Ayres representam 70% do parque industrial do país. Na indústria os conflitos mobilizaram 34.815 trabalhadores e nas empresas de serviços 52.996, isto é, 60% do total.

De 56 casos estudados, dentre os 79 ocorridos, 44 foram conduzidos por organização de empresa; 10 por comissões internas; 1 por comissão de demitidos; 1 por coordenação de agrupações. Alguns por coordenações nacionais: 3 de bancários, 1 de pesca, 1 de transporte, 1 de mecânicos. Outros 5 pelas seções sindicais.

Os 44 conflitos dirigidos por órgãos de empresa, significam um papel maior destes órgãos em relação as direções sindicais. Um fenômeno novo foi o surgimento de conflitos de mais de uma empresa: pesca na Bahia Blanca, transportes de Córdoba, marítimos e bancos de Quilmes e Popular Argentina. O que exigia a presença de coordenações nacionais.

Se bem que a maioria dos conflitos se localizou na zona da Grande Buenos Ayres, em Córdoba e Rosário, houve também um movimento muito forte no interior do país.

Os setores que estiveram a frente destas lutas foram os

ferroviários, os metalúrgicos e automotrizes. Os filiados de SMATA e da UOM os que estiveram a frente de todas as ocupações ('tomadas') de fábricas.

Em 1981, em junho-julho ocorreram greves na Mercedes-Benz e na Perkins Argentina; os metalúrgicos entraram em estado de alerta; em agosto, os metalúrgicos ocuparam a fábrica Bellusi, antes haviam ocupado as Industrias Metalúrgicas de Rosário.Luz y Fuerza mobilizou por salários.

Todavia, o principal foram as duas greves nacionais de SMATA e a greve geral da CGT em julho. A situação dos trabalhadores piorava, a ponto que, o Episcopado de Quilmes organizou uma "Marcha de Fome", exigindo 'pão e trabalho' e que os manifestantes levassem roupas para os 'necessitados'.

Em novembro ocorreu a marcha "Paz, Pan y Trabajo" em San Cayetano, convocada pela CGT e alguns Partidos políticos, chegando a mobilizar 50.000 pessoas. Assim, outros setores sociais entravam na oposição. Em outras cidades ocorreram marchas similares.

O avanço deste processo se fez claro em março de 1982: mais de 2.000 pessoas se mobilizaram em frente a casa de Governo para reclamar pelos 'desaparecidos' políticos. No 19 março, a CGT realizou no dia 30 de maio uma manifestação na Plaza de Mayi, com o lema: "decir basta a este Proceso que há logrado hambrear al pueblo sumiendo a miles de trabajadores em la indigência y la desesperacion". Em vários outros locais ocorreram manifestações.

Dias depois se iniciaria a Guerra das Malvinas acelerando o fim do regime militar.

Controle Operário e Autogestão, de 2000 a dezembro de 2001

Os traços característicos do período: "rápida intensificação dos protestos e crescimento significativo na quantidade de empresas ocupadas pelos trabalhadores com objetivo de recupera-las. Somando estes 2 anos, concentra-se o maior numero de fábricas recuperadas do ciclo, superando os 40% de casos registrados". Empresas com trabalhadores de diversas trajetórias, alguns poucos com contato sindicais e muitos sem experiência sindical.

Talvez, um dos primeiros casos deste ciclo se converteu em uma referência obrigatória, porque conjuga os ingredientes que se repetiriam no futuro em muitas fábricas. A metalúrgica "Cooperativa

Unión y Fuerza" (ex-Gip Metal) de Sarandi, onde os patrões conduziam um processo de falência fraudulenta, mas, os operários com os advogados puderam desmontar o processo. Após a ocupação da fábrica durante vários meses e conseguirem a expropriação temporária do imóvel, os 54 trabalhadores – não ficou ninguém da administração nem da hierarquia - colocaram a fábrica em funcionamento. Hoje, é uma referência obrigatória de fábrica autogerida, com um nível quase total de capacidade produtiva em funcionamento, superando entre 3 e 4 vezes o nível de remuneração de todos os sócios, e incorporando à fábrica 20 novos trabalhadores.

Outro caso paradigmático é a cerâmica ZANON, na província de Neuquén. Ocupada pelos trabalhadores em outubro de 2001, reivindicando a ESTATIZAÇÃO da empresa sob Controle Operário. Esta empresa se destaca pelo grau de participação, deliberação e convicções que manifestam seus trabalhadores com o projeto coletivo; pelo grau de adesão e defesa ativa que a sociedade neuquina tem com os trabalhadores, mobilizando-se ativamente frente as tentativas de desalojar e, pelos laços realizados com outros movimentos (trabalhadores desocupados, Madres de la Plaza de Mayo, mapuches, Sindicatos, etc.). Esta é a empresa mais desenvolvida em tecnologia de todas as recuperadas neste ciclo, contando com robótica e tecnologia de ultima geração.

Iniciam-se a partilha de ideias com relação a formas de resistência e estratégias legais para sobrevivência da fábrica... Neste período não há um movimento estruturado e homogêneo que integre e proteja as fábricas que se encontram com problemas, os vínculos iniciais foram informais e se estabeleceram algumas com empresas próximas territorialmente.

> A partir de dezembro 2001 configuram-se modificações de importância no movimento de recuperação de empresas:
> - adquirem maior visibilidade publica e apoio social as fábricas que estão em processos de recuperação, relacionado também com a maior difusão que encontram nos meios massivos de comunicação e nas redes alternativas de divulgação;
> - aparição de novos atores sociais organizados, como as assembleias de bairro, que participam ativamente nas ocupações e acampamentos de algumas fábricas e, em alguns casos, chegam a propor as ocupações.
>
> Durante este período, a quantidade de empresas em processo de recuperação alcança o ponto (ano 2001) mais elevado e se mantém um alto grau de intensidade nos conflitos, maior

> articulação das empresas que estão recuperadas ou em processo de recuperação, que se articulam em diferentes blocos como formas de representação: MNER (Movimento Nacional de Empresas recuperadas); FENCOOTER; as empresas agrupadas em torno ao CONTROL OBRERO, etc. Neste período, registram-se pelo menos 10 encontros destas varias organizações.

2003: neste ano, houve uma evolução complexa dos conflitos: desocupação pela repressão violenta em varias fábricas (Brukman, Sassetru); por outro lado, o crescimento de ocupações de fábricas e a decretação de novas expropriações. O ciclo de conflitos segue em aberto... Finalizemos com um quadro sobre a distribuição geográfica de 87 das fábricas recuperadas:

Localização das fábricas recuperadas da Argentina (2001-2003)

Província	%
Buenos Aires	54,0
Cidade de Buenos Aires	19,5
Córdoba	4,6
Entre Rios	1,1
Mendoza	1,1
Neuquén	2,3
Santa Fé	16,1
Tierra del Fuego	1,1

Economia Solidária no Brasil

Usina "Harmonia" Catende

Após o fim do programa "Pró Álcool" (Governo Collor Melo) e a diminuição dos incentivos fiscais, os usineiros rolaram suas dividas e a situação se tornou dramática: das 41 usinas e destilarias, 18 fecharam suas portas, desempregando mais de 150.000 trabalhadores, expulsando os camponeses do campo e destruindo cerca de 35.000 sítios. As usinas fechadas, em dados atuais, deixaram dividas públicas superiores aos RS 12 bilhões.

A Zona da Mata é palco de lutas históricas dos trabalhadores, desde a época dos Quilombos. Nos anos 60, foi palco de lutas memoráveis dos camponeses através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. No Governo de Miguel Arraes, antes do Golpe Militar, o campo foi favorecido por políticas importantes no setor de salários. Além de Arraes, figuras como Francisco Julião e Gregório Bezerra fazem parte do imaginário social dos trabalhadores.

Nas atividades de formação, os relatos dos trabalhadores mais idosos sobre o processo de trabalho introduzido pelo "Tenente", o usineiro Antonio Ferreira da Costa Azevedo, que adquiriu a Usina na década de 20 do Século passado, aponta para relações de caráter 'feudal': não se troca uma só lâmpada queimada, a Usina "tudo sabe e tudo vê"! Os camponeses não podiam plantar nenhum tipo de cultura para alimentação da família, nem ter animais de criação; se o faziam, o feitor os confiscava; se plantavam mandioca, milho, feijão, etc., o feitor tudo destruía. As compras deveriam ser feitas no 'Barracão' do usineiro, no qual os trabalhadores se endividavam sem possibilidade de um dia pagar suas dividas, tornavam-se escravos. A nomenclatura da hierarquia tinha origem na linguagem militar: coronel, capitão, sargento, feitor, etc. Assim, os trabalhadores viviam em profunda miséria física e espiritual. Eis uma 'visualização' da hierarquia 'desenhada' durante uma das atividades de formação:

1. Usineiro
2. Gerente
3. Capitão
4. Administrador
5. Fiscal
6. Cabos
7. Trabalhadores

Nos anos 1960, época do Governo Miguel Arraes, houve grandes transformações na Região. Com o famoso "Acordo do Campo" os camponeses passaram a ter direitos fundamentais. Houve mudança de vida para estes trabalhadores. Muito camponeses, os mais idosos, trazem lembranças ricas desta época.

O romance "nunca houve guerrilha em Palmares", do escritor Luiz Berto, nos traz momentos importantes desta época. O autor nos mostra o papel da Feira no Domingo. Feira popular, tal qual a da cidade próxima, Caruaru, cantada em belos versos pelo sanfoneiro Luiz Gonzaga. Nos mostra o papel destas feiras como Mercado Solidário em contraste com o Barracão do usineiro, que transforma o camponês em escravo.

Vimos nas paginas de E. P. Thompson as lutas pelo controle dos preços no Mercado inglês. Talvez, uma das primeiras formas de controle social popular, antes das lutas nas fábricas em torno do salário. Assim no romance Luiz Berto:

> A hora encantada do ajuntamento de gente que ia vender, comprar, trocar, discutir, ouvir, passear, viver, se divertir. Espaço de tempo sagrado, completo de paz e de beleza, bem espichado no seu durar de um dia. Um remanso semanal de tranquilidade naquela guerra sombria da luta pela vida na palha da cana. Consecutivamente, desde a iniciatória do mundo, não tinha o homem vivente criado coisa mais efetivamente boa do que a história de fazer uma feira toda semana.

A Usina Catende remonta ao final do Século XIX. Foi a maior usina de açúcar na América Latina, chegando a ocupar uma área de 70.000 há. entre o estado de Pernambuco e o de Alagoas. Era proprietária de uma rede ferroviária com mais de 150 km de extensão.

Hoje, Catende, tem 25.000 habitantes, distribuídos nos municípios de Palmares, Jaqueira, Xexéu e Água Preta, envolvendo 2.500 trabalhadores e uma população de 17.000 pessoas residentes no campo e 2.500 na cidade de Catende.

Em seu período de ouro, (1940 e 1950), Catende foi a primeira usina nacional em toneladas de sucro-alcooleira em Pernambuco e no Brasil; foi também a primeira usina nacional em toneladas de açúcar exportado.

Falência e Autogestão

O projeto de autogestão da Usina surgiu de um pedido de falência articulado por 2.300 trabalhadores rurais demitidos em 1993. A falência, ocorrida pela primeira vez na região, foi decretada em 1995. No ano anterior, Arraes, vencia as eleições e seria mais uma vez Governador do estado de Pernambuco. Abria-se uma conjuntura favorável aos trabalhadores neste estado, enquanto que no conjunto do país, o novo Presidente eleito em 1994, FHC, aprofundava a política neoliberal, jogando o movimento operário-sindical numa fase de refluxo.

Em 1993, 2.300 trabalhadores da área rural foram demitidos de uma só vez. Houve ameaça de retomada das casas e de destruição dos sítios. Este fato propiciou a luta pelos direitos trabalhistas e permanência na terra.

Os sindicatos da região se articularam. Um processo de mobilização foi deflagrado. Várias tentativas de negociação foram feitas com a empresa para que ela arcasse com a indenização dos trabalhadores. Ocorreram, também, acampamentos e greves para pressionar o cumprimento do pagamento dos direitos.

Em resposta às pressões dos trabalhadores, os usineiros desencadearam uma ofensiva visando desarticular e frear a luta dos trabalhadores. Anunciaram que a usina iria falir, gerando medo e insegurança naqueles que ainda permaneciam empregados, fragilizando a mobilização do conjunto dos envolvidos na Usina Catende.

No final de 1994 a usina deixou de pagar o salário e o 13º. Isso mobilizou e deu força aos demitidos de 1993, com mais 1.500 que ainda detinham o emprego.

Os donos fizeram uma procuração para um administrador gerenciar a usina por um período de três meses, com plenos poderes. O Estado fez um aporte de recursos no valor de R$450 mil. Ao final da safra 94/95, os recursos foram devolvidos na sua totalidade, dando credibilidade a uma nova etapa na vida dos trabalhadores. Em 1995, quando terminou a procuração, os trabalhadores tomaram a iniciativa de pedir a falência da empresa.

O Banco do Brasil, como maior credor, assinou a indicação da massa falida. Nesse momento, os sindicatos dos trabalhadores rurais resolveram indicar novo procurador para a usina.

Esta luta significava uma ofensiva dos trabalhadores e o

início de um projeto estruturador, como alternativa ao regime secular de latifúndio e de monocultura da cana. Eles tomaram a iniciativa inédita de requerer a falência da empresa. Em suma, foram buscar a apropriação legal dos meios de produção, a que têm direito por lei, para implantar um projeto transformador.

O patrimônio da usina hoje está avaliado em 62 milhões de reais.

Foi criada, em 1998, a Companhia Agrícola Harmonia.

No início se discutiu a possibilidade de criar uma cooperativa. Também foram discutidas outras alternativas até descobrir a melhor forma para absorver o patrimônio. Por enquanto, a Companhia Agrícola Harmonia tem 2.500 associados - trabalhadores demitidos e da ativa, do campo e da indústria.

O projeto dos trabalhadores da Usina Catende envolve 48 engenhos/fazendas. Censo feito pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região, em 1998, levantou que 11.804 pessoas moram nessas propriedades. A população economicamente ativa (trabalhadores e trabalhadoras acima de 16 anos) é de 6.225 pessoas. Há nessas propriedades 1.670 crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos.

O patrimônio envolve um parque industrial, uma hidroelétrica que gera energia própria, uma olaria, uma marcenaria, 48 engenhos, um hospital, 7 açudes e canais de irrigação, 26 mil hectares de terras, frota de veículos e implementos, entre tratores, caminhões e enchedeiras, rede ferroviária à margem da empresa, uma bacia hidrográfica com vários rios perenes.

O projeto pretende superar o ciclo historicamente encerrado da monocultura da cana, da exclusividade industrial e da concentração da propriedade.

O projeto é um desafio para os trabalhadores envolvidos, pois estão introduzindo condições e postos de trabalho, alternativas para a região, bancadas pelos próprios trabalhadores.

O momento falimentar traz grandes questões à pauta:

1) recuperar a estrutura produtiva para manter e gerar novos empregos;
2) erradicar o analfabetismo;
3) erradicar a fome nos períodos de entressafra da cana de açúcar;
4) implantar soluções inovadoras de produção e de gestão.

A taxa de analfabetismo caiu de 82% da população adulta em 1995 para 16,7% em 2002.

Há dois mil hectares de lavoura de subsistência, plantados com milho, mandioca e batata doce; 14 barreiros de peixes, resultado de uma parceria entre CENTRU, CEAS e o sindicato, para reforço da agricultura familiar; 14 açudes nos terrenos da usina, também parceria com aquelas entidades, além do Colégio Agrícola de Palmares; 500 hectares de mandioca plantada. Nas dependências da usina Catende foi implantada uma fábrica de ração, com patente cubana, pioneira no estado e no país.

Foram implantados, ainda, quatro núcleos de vacas leiteiras que estão espalhados pelos diversos municípios e em vários engenhos de Catende. A sua utilização ainda é para o consumo dos trabalhadores. Essa é uma forma de incentivar o trabalhador a buscar outras alternativas, além do trabalho na cana-de-açúcar.

Uma das casas-grandes está destinada à formação dos trabalhadores. Na época da administração dos usineiros, os trabalhadores só chegavam até o portão, hoje estão dentro, discutindo seu próprio futuro. O processo de formação é apoiado por uma entidade ligada à Igreja Católica da Holanda. A capacitação se dá tanto nos engenhos como em seminários, com os trabalhadores do campo e da indústria, juntos. Para os trabalhadores e seus órgãos de classe, a experiência tem sido rica. Não se conhecia uma iniciativa de autogestão de uma empresa.

A maior de todas as dificuldades é a consolidação de uma empresa economicamente autossustentável e lucrativa, que responda aos desafios de manter 1.500 empregos e de gerar ocupação e renda para um número três vezes superior de trabalhadores, em uma região economicamente falida (a zona da mata) e partindo de um processo judicial de falência em relação ao qual não há fontes de financiamento disponíveis, fato que exige todo um esforço de geração de recursos próprios em uma empresa em fase de recuperação, mas ainda estruturalmente deficitária.

Em suma, o grave problema socioeconômico provocado pela quebra da empresa, por parte dos usineiros, vem sendo enfrentado por um projeto consistente e estruturador que já gerou positivos efeitos imediatos e prevê o desenvolvimento de uma proposta de autogestão.

Nunca é demais dizer que Catende sofreu grandes desgastes com uma enchente e um incêndio ambos em 2002. Além, de uma greve provocada por usineiros e sindicatos pelegos da região no final

de 2003.

Durante os 10 anos após a falência, os trabalhadores mantiveram a empresa em funcionamento, preservando 1,400 empregos diretos e gerando nas safras, em media, mais de 1.300 empregos temporários. Assim, milhares de ex-assalariados rurais, demitidos e credores da falência, foram 'convertidos' em agricultores familiares. Estes agricultores diversificam a cultura: criam gado bovino, caprino, ovino e peixe; plantam lavoura de subsistência, café e cana, em cerca de 2.200 há.

Trabalho associado/cooperativo

O processo de trabalho segue dois regimes:

1. Exploração coletiva; a relação entre trabalhadores rurais e a gerência da Usina, na forma de administração judicial, semelhante à tradição prevalecente na zona canavieira, todavia, sem reproduzir o modelo de apropriação dos resultados do trabalho coletivo por um reduzido grupo de proprietários. A cana colhida sob esse regime é chamada de "cana própria", pois pertence a Usina, e os gastos integram os custos de produção.

2. Agricultura familiar; a unidade familiar desenvolve as tarefas, a partir da ocupação dos engenhos, com autonomia, assumindo os custos da produção, e o produto principal é vendido à Usina. O uso das áreas é negociado e autorizado pelo coletivo e pela justiça. As atividades de plantio, corte e transporte são planejadas; não é cobrado qualquer arrendamento pelo uso da terra, considerando que todos são credores e moradores.

A cana colhida se chama "cana de morador"; neste setor, os trabalhadores exercitam a participação coletiva na tomada de decisões que envolvem a comunidade. No momento, mais de 2.200 trabalhadores credores integram o programa, através de créditos com o Pronaf, tendo nos últimos 3 anos inadimplência zero. Plantam cerca de 3 mil há, tendo colhido na safra de 2003, 130 mil toneladas.

Vários cenários são projetados para a fase pós o fim do processo falimentar da antiga Usina. Alguns elementos são importantes no plano da autogestão:

- preservação da unidade do patrimônio fundiário;
- propriedade coletiva da terra;
- uso coletivo combinado com o uso individual da terra;

- produção em regime coletivo (trabalho cooperativado e/ou assalariado), conciliado com a produção em regime de agricultura familiar;
- diversificação da produção agrícola e industrial, com exploração coletiva e familiar da cana-de-açúcar, de outras, de outras lavouras e da pecuária;
- sustentabilidade social, econômica e ambiental;
- gestão participativa, solidária e autônoma dos trabalhadores.

As organizações que participam do processo autogestionário são:

- uma Sociedade anônima denominada Cia. Agrícola Harmonia, fundada em 1998 por mais de 2.000 trabalhadores credores no campo e na indústria;
- uma Cooperativa de produção denominada Cooperativa Harmonia de Agricultores e Agricultoras Familiares, fundada em dezembro 2004 por mais de 2.200 trabalhadoras rurais credores que desenvolvem a agricultura familiar e que residem nas terras da Massa Falida da usina Catende;
- 48 Associações de Moradores dos Engenhos da Massa falida, criadas progressivamente a partir da decretação da falência em 1995, nas quais se organizam as comunidades de camponeses que moram nas propriedades rurais.

No quadro administrativo de gestão agrícola, cada engenho tem um administrador. O processo de coordenação administrativa da produção agrícola está vinculado a um território subdividido em grupos de engenhos, que formam as 6 Zonas de Produção Agrícolas (ZPAS) e é exercido por supervisores, pelo gerente agrícola e pelo síndico.

A agricultura familiar sobretudo o programa "Cana do Morador", tem uma unidade específica de gestão e acompanhamento, com uma Coordenação que tem estrutura própria, mas interagindo com todos os setores administrativos do campo. Esta estrutura administrativa tem um 'Radio comunicador interno', transmitindo informações e avisos de interesse geral todos os dias.

Na Fábrica, processo semelhante ocorre com os operários. Há um gerente geral que é assessorado por chefias de unidades, sempre com a supervisão do síndico. Os operários se organizam em uma Comissão de Representantes que participa e acompanha todo o debate e deliberações do coletivo de gestão. Esta estrutura funcional é acompanhada horizontalmente pelos Sindicatos, Associações, Assessorias e, sobretudo, pelos próprios trabalhadores credores.

Fundamentos da Autogestão

Em relação ao cenário pós falimentar, este projeto de gestão, resultado das lutas dos trabalhadores da Catende, será consolidado em alguns Fundamentos Centrais da Autogestão, que serão aprofundados ao longo da dinâmica da nova etapa institucional e de acordo com as particularidades da experiência:

- a criação de organizações pela ampla maioria dos trabalhadoras já firmam o roteiro gerencial e institucional, isto é, o patrimônio será coletivo e incorporado à Cia. Agrícola Harmonia ou à Cooperativa Harmonia de Agricultores Familiares;
- a gestão no empreendimento deverá aprofundar o caráter solidário, autogestionário e transparente, priorizando as ações educacionais e formativas;
- o processo decisório continuará democrático, horizontal e amplo, mas com lastro em gerenciamento profissional e executivo, preservando a eficiência, a qualidade técnica e administrativa e a autonomia dos gestores para poder implementar as decisões e metas colegiadas;
- o exercício do controle e das prestações periódicas de contas serão rotinas permanentes e prioritárias, cabendo aos Sindicatos e às Associações funções essenciais no desenvolvimento do papel fiscalizador em nome dos representados;
- a investidura nas funções principais de comando deverá sempre decorrer de eleição em assembleias gerais dos trabalhadores acionistas e/ou cooperados, observando-se o principio de "a cada trabalhador um voto", evitando a institucionalização das desigualdades, embora sempre estimulando e respeitando a diversidade.

Enfim, a autogestão deverá ser aprimorada para responder aos desafios seguintes:

- conciliar a agricultura familiar individual e coletiva;
- fazer interagir o uso coletivo com o uso individual da terra;
- desenvolver a cana-de-açúcar, mas também priorizando a diversificação agrícola e industrial;
- garantir a distribuição coletiva e proporcional dos resultados do trabalho;

- atender a estas metas sem comprometer a sustentabilidade social e ambiental.

Autogestão é um "ato pedagógico" (P. Singer)

Em 2004, a CONAB comprou antecipadamente a safra de cana-de-açúcar. Este processo levou a uma grande mobilização dos trabalhadores dos 48 Engenhos, pois, a compra foi feita a cada um dos trabalhadores, isto implicou uma grande discussão com cada um dos cerca de 3.000 trabalhadores, desenvolvido pelos jovens educadores que são responsáveis pela educação das Comissões de Moradores dos 48 Engenhos.

Este debate nas bases foi fundamental para o processo de fundação da Cooperativa Harmonia, em final de 2004, pois, os trabalhadores mostraram um grau muito avançado de consciência política ao tomarem esta decisão, ao invés de cada um receber individualmente os recursos provenientes da desapropriação de alguns Engenhos: destinaram parte destes recursos para um fundo cooperativo; outra parte para comprar alguns caminhões para renovação da frota; parte para os 5 Sindicatos; outra parte para pagar 15 advogados; uma parte também para as 48 associações de Moradores dos Engenhos; enfim, uma parte para cada trabalhador. Desta forma, o ato educativo é um elemento fundamental na construção do projeto Catende.

Por fim, os dados levantados no Censo da População que integra o projeto Catende Harmonia, realizado pela equipe dos Sindicatos, em 1998 e atualizado em 2002, apresentam o seguinte perfil populacional:

- residem nos Engenhos cerca de 17.500 pessoas que integram as 3.500 famílias de trabalhadores rurais do Projeto;
- residem na cidade de Catende cerca de 2.240 pessoas que integram as 560 famílias dos operários e funcionários da fábrica;
- as famílias residentes nos engenhos, de um modo geral numerosas, são integradas em média por 5 ou mais membros.

A população está distribuída, por faixa etária, nos seguintes percentuais:

%	Faixa Etária
37,1%	0 a 12 anos
13,22%	13 a 17 anos
14,61%	18 a 24 anos
31,67%	25 a 60 anos
5,75%	Acima de 60 anos

O maior contingente populacional, por faixa etária, é de crianças de zero a 12 anos de idade, seguido pela população economicamente ativa que é formada por adultos de 25 a 60 anos de idade. Apesar dos esforços bem sucedidos de alfabetização de adultos, o índice de analfabetismo ainda é de 16,66%. A totalidade das crianças em idade escolar está frequentando a escola. Com relação ao gênero, a população é constituída por 50,6% de pessoas do sexo feminino e 49,4% do sexo masculino. O trabalho educativo na Catende abrange, portanto, 3 gerações de trabalhadores:

- um pequeno grupo com idade próxima de 60 anos;
- um grupo intermediário com idade entre 18 e 24 anos;
- um grupo maior com idade entre 25 e 30 anos.

O primeiro grupo é fundamental na reconstrução das lutas e do processo de organização do trabalho nos tempos antigos da Usina, são os portadores da memória coletiva; o segundo, são filhos dos camponeses, geralmente, têm o papel de educadores e frequentam curso na Faculdade de Palmares; o terceiro, são os trabalhadores que vivenciam o processo desde seu inicio, em 1993, desempenham papeis fundamentais na gestão atual.

Referências

ÁFRICA

ABDEL-MALEK, Anouar. **The army regime, the left, end social change under Nasser**. New York: Vintage Books Edition, 1968.

BERQUE, J. **L'Égypte, imperialisme et revolution.** Paris: Gallimard, 1967.

HIAD, Hassan. L'Égypte Nassérienne. Paris: Éditions de Minuit, 1964.

HUSSEIN, Mahmoud. **L'Egypte, lutte de classe et liberation nationale, 1945-1973.**. Paris: François Maspero, 1975. [02 Tomes]

MARZOUK, G. A. **Development and Economic Politic in the UAR (Egypt).** Amsterdam: North Holland, 1965.

MOREIRA, Neiva. **El nasserismo y la Revolucion del Tercer Mundo**. Buenos Aires: Ediciones de la Banda Oriental, 1970.

NASSER, Gamal Abdel. **A Revolução no Mundo Árabe.** A filosofia da Revolução. O povo no poder. São Paulo: Edarli, 1963.

_____. **Nasserismo y Marxismo**. Buenos Aires: Jorge Alvarez Editor, 1965.

RODINSON, Maxime. **Marxisme et Monde Musulman**. Paris: Le Seuil, 1973.

SAREL, Benno Stenberg. Révolution par le haut dans les campagnes égyptiennes. Paris **Les Temps Modernes,** , oct./1968.

VALABREGA, Guido. **La Revolucion Arabe**. Madrid: Editorial Bruguera, 1971 [Grandes Revoluciones del Siglo XX].

Segal,Ronald. "El faraón socialista:Gamal Abdel Nasser".in,"Perfiles Africanos" eudeba.Buenos Aires.1964

ARGÉLIA

ABDEL-MALEK, Anouar (Org.). **Sociologie de l'Imperialisme –** VII Congrés Mondial de Sociologie, Varna, 1970. Paris: Éditions Anthropos, 1971.

Lê dossier de l'autogestion em Argélie.**Autogestion**.cahier n. 3. 1967

Carta da organização socialista das empresas na Argélia. Lisboa: Edições BASE-FUT, 1977.

Bourdieu, Pierre= "Sociologie de l"Algérie".puf,Paris.mai 2010.1er edition 1958.

Bourdieu, Pierre. "Esquisses algériennes".Seuil,Paris.2008.

BARRAT, Robert. **Les Maquis de la Liberté.** Paris; Argel: Editions Témoignage Chrétien; Entreprise Algérienne de Presse, 1987.

BELLA, Ben; FANON, Frantz; JEANSON, Francis. **Argelia Socialista**. Buenos Aires: J.Alvarez Editor, 1964.

BOUDJEDRA, Rachid. **Naissance du cinéma algérien**. Paris: François Maspero, 1971.

CASTRO, Paulo de. **Argélia, a terra e o homem**. São Paulo: Forum, 1971.

CHACON, Vamireh. **A Revolução no Trópico –** Marxismo, nacionalismo e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Instituto Estudos Afro-Asiáticos, 1962.

CHALIAND, Gérard; MINCES, Juliette. **L'Argelie indépendante**. FM. Paris, 1972.

_____. **L'Argerie est-elle socialiste ? .FM.Paris,** 1964.

GARAUDY, Roger. « Peut-on être communiste aujourd1hui ? « . Éditions Grasset.Paris.1968.

DUMONT, R.; MAZOYER, M. **Desarrollo y Socialismos**. Caracas: Editorial Tiempo Nuevo, 1971.

DUPRAT, G. **Révolution et Autogestion rurale en Algerie**. Paris: A.Colin, 1973.

FANON, Franz. **Sociologia de una Revolucion.** Buenos Aires: Edicones del 70, 1973.

HARBI, Mohamed. Aux origines du FLN. **Le populisme**

révolutionnaire en Argerie. C.Bourgois, 1975.

JACKSON, Henry F. **The FLN in Algeria.** Party Development in a Revolutionary Society. London: GP, 1977.

JURQUET, Jacques. **La Revolution Nationale Algerienne et le PCF**. Paris: Editions du Centenaire, 1974.

KOULYTCHIZKY, S. **L'Autogestion, L'Homme et L'Etat**. L'experience algerienne. Paris: Mouton, 1974.

LACHERAF, Mostefa. **Algérie: nation et société**. Paris: François Maspero, 1965.

LAKS, Monique. **Autogestion ouvriére et pouvoir politique en Algérie (1962-1965).** Paris: EDI, 1970.

LUCAS, Philippe. **Problémes de la transition au socialisme**. Le *transformisme* algérien. Paris: Editions Anthropos, 1978.

MAHSAS, Ahmed. **L'autogestion en Algérie**. Paris: Éditions Anthropos, 1975.

MIC. **Textes Fondamentaux du Front de libération Nationale (1954-1962)**. Argel: MIC, 1979.

NOREÑA, Eduardo B. **Agricultura Socializada**. São Paulo: Editorial Tecnos, 1974.

L'Algérie en marche vers le socialisme. **Économie et Politique,** Paris, n. 130, Maio/1965.

RAPTIS, Michel. **Sur l'autogestion algerienne et le tiers monde, entretians avec ben bella.** Autogestions, Paris, n. 7, 1981.

YAZBEK, Mustafa. **A Revolução Argelina**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SEGAL, Ronald. "De la reforma a la revolucion em Argelia",in, Perfiles Africanos".editorial Eudeba.Buenos Aires.1964

ASIA

China

LOWY, M. Les Révolutions Chinoises, 1911 et 1949. In: LOWY, M. (Org.) **Révolutions**. Paris: Editions Hazan, 2000.

MARTINET, G. **Les Cinq Communismes**. Seuil.Paris. 1971

MIRDAL, Jan. **Una Aldeia de la China Popular. Madrid.** Seix Barral, 1969

POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa!** São Paulo: Editora UNESP, 2003.

STRONG, Ana Louise. **Surgimento de las comunas populares Chinas**. Pekin: Editorial Nuevo Mundo, 1961.

TISSIER, Patrick. **Les Communes Populaires Chinoises.** UEE 10/18.Paris.1976.

_____. **La Chine transformations rurales et développement socialiste**. Paris: François Maspero, 1976.

Japão

DES LIP Nippons. **Autogestions**, Paris, n.1, 1980.

-Hémery, Daniel. 'Nouveauté des syndicalismes d »Extreme-Orient jusqu'à au milieu du XX siècle'. In : »Histoire du Syndicalisme dans le monde ».Jean Sagnes (direction).Éditions Privat.paris.1994

_____. »Expansions et crises du syndicalisme en Extreme-Orien ».idem.

Índia

BETTELHEIM, Charles. **L'Inde Independente**. Paris: Librarie A.Colin, 1962.

CATALUCCIO, Francesco. **La Revolución Índia**. Madrid. Editorial Bruguera, 1970. [Las Grandes Revoluciones del Siglo XX]

EUROPA

Itália

BURNIER, Michael. **Fiat:** Conseils Ouvriers et Syndicat (Turin 1918-1980). Paris: Les éditions Ouvriéres.1980.

COUFFIGNAL, Georges. **Les syndicats italiens et la politique**. Grenoble : Presses Universitaires de Grenoble, 1978.

FONDAZIONE Pietro Seveso. **Sindicato e Autogestione**. Roma: Edizioni Lavoro, 1978.

GRISIONI, D.; PORTELLI, H. **Luttes ouvriéres em Italie de 1960 à 1976**. Paris: Aubier Montaigne, 1976.

MOUVEMENTS ouvriers de gestion et d'action directe en italie. **Autogestion et Socialisme**, Paris, n. 26/27, 1974.

_____.**Oggi l'autogestione:** forme ed esperienze di cooperazione industriale in Italia. Roma: Edizioni Lavoro, 1980.

ALTAMIRA, César. **Os marxismos do novo século**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

Lotti, Luigi. "La Settimana Rossa".le monnier.Firenze. 1972

Portugal

BASTOS, João Carlos P. **Cooperativas depois de abril, uma força dos trabalhadores.** Lisboa: Centelha, 1977.

FERREIRA, José Maria Carvalho. **Portugal no contexto da transição para o socialismo** (História de um equívoco). Editora da FURB, 1997.

HAMMOND, John L. **Building Popular Power.** Worker's and Neighborhood Movements in the Portuguese Revolution. New York: Monthly Review Press, 1988.

MAILER, Phil. **Portugal, a Revolução Impossível**. Porto: Afrontamento, 1978.

Mouvements de gestion directe au Portugal. **Autogestion et Socialisme**, Paris, n. 33/34, 1976.

NEVES, Orlando (coord.). **Mil Dias.** Diário de uma Revolução. Lisboa: Mil Dias Editora, 1978.

SERGE, Christophe Kolm. **La transición socialista**. Barcelona: Oikos; Tau Ediciones, 1981.

_____. **O 25 de abril e as lutas sociais nas empresas**. Porto: Afrontamento, 1977. [03 volumes]

_____. **O povo em ação**. Lisboa.Edições Base, s/d.

_____. **L'experience portugaise.** Un bilan aprés le 25 november 1975. Paris: François Maspero; CEDETIM, 1977.

BURCHETT, Wilfred. **Portugal, depois da revolução dos capitães**.Lisboa. Seara Nova, 1975.

SECCO, Lincoln. **A Revolução dos Cravos**. São Paulo: Alameda, 2004.

França – Lip

Partisans, ouvriers, étudiants, un seul combat, n. 42, mai/juin/1968.

Mise à Jour. **Revue de Débat des Communistes pour L'Autogestion,** n. 1, 1982.

BELLEVILLE, Pierre. Une nouvelle classe ouvriére. **Temps Modernes**, Paris, jul./1963.

BEURIER, Joelle. La memoire Lip ou la fin du mythe autogestionnaire? In: GEORGI, Frank (dir.). **Autogestion, La derniere utopie?** Paris: Éd. Publications de la Sorbonne, 2003.

BONDU, Dominique. LIP, dix ans après. **Autogestions**, Paris, n. 14, 1983.

BOURDET, Yvon. Le Conflit LIP: on fabrique, on vend, on se paye. **Critique Socialiste,** Paris, n.17, mars/1974.

BOUVIER, Jeanne. **Mes mémoires.** Une syndicaliste féministe, 1876-1935. Paris: F. Maspero, 1983.

CFDT. **Autogestão e Sindicalismo**. Lisboa: Edições Base, 1978.

_____. **Positions et orientations de la CFDT**. Paris: Montholon Services, 1978.

COURS-SALIES, Pierre. **La CFDT**. Un passé porteur d'avenir. Paris: La Breché, 1988.

GEORGI, Frank. **Souflons Nous-Memes Notre Forge**. Une histoire de la Féderation de la metallurgie CFTC-CFDT, 1920-1974. Paris: Les Éditions Ouvriéres, 1991.

GORZ, André. **Réforme et Révolution**. Paris: Seuil, 1969.

_____. **Stratégie Ouvriére et neocapitalisme**. Paris: Seuil, 1964.

GUERIN, Daniel. **Autobiographie de Jeunesse**. Paris: Pierre Belfond, 1972.

HAMILTON, Richard F. **Affluence and French Worker in the Fourth Republic**. Princeton: Princeton University Press, 1967.

LIP Unité. **Bulletin des Travailleurs et la section CFDT-LIP**, Paris, 1981. [11 números]

LIP, os trabalhadores tomam conta da empresa. Porto: Afrontamento, 1974. [Coleção Zero]

LIP. Des militants du comité d'action parlent. In: **Revolution**, Paris, n.1, s/d.

MAIRE, Edmond; KRUMNOW, Alfred; DÉTRAZ, Albert. **La CFDT et l'autogestion.** Paris : Éditions du Cerf, 1973.

MALLET, Serge. **La nouvelle classe ouvriére**. Paris: Seuil, 1969.

_____. **Le Pouvoir Ouvrier**. Paris: Editions Anthropos, 1971.

MARQUIS, Gilbert. Il a vintg ans... Lip! Utopie Critique. **Revue Internationale pour L'Autogestion,** Paris, n. 1, automne/1993.

MELDOLESI, Claudio. **Rapport con la LIP.** 82 operai raccontano. Milano: Lavoro Liberato, 1974.

MOTHE, Daniel. **Militant chez Renault**. Paris: Seuil, 1965.

PIAGET, Charles. **Lip.** Paris: Lutter/Stock, 1973.

_____; MAIRE, E. **LIP 73.** Paris: Seuil, 1973.

VIRIEU, François-Henri de. **100.000 relógios sem patrão.** Processo LIP. São Paulo: Assírio&Alvim. 1974.

_____. **LIP:**100.000 montres sans patron. Paris: Calman Levy, 1973.

LES LIPS - L' Imagination au Pouvoir. Direção: Christian Rouaud. [S.l.]: Les Films de Ici; Región Ile-de-France, 2006. DVD (118min), son., color.

França – Canuts

CHEVASSUS-AU-LOUIS, Nicolas. **Les briseurs de machines**. De Neud Ludd à José Bové. Paris: Seuil, 2006

AVIS, Natalie Zemon. **Sociedade y Cultura en la Francia Moderna.** Barcelona: Crítica, 1993.

FARIA, Maurício Sarda de. **Autogestão, cooperativismo, economia solidária: avatares do trabalho e do capital. 2005**. 411fl. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, UFSC, 2005.

RUDE, Fernand. **Les Revoltes des Canuts –** 1831-1834. Paris: Maspero, 1982.

Espanha

BROUÉ, Pierre. **La Revolución Espanhola** (1931-1939). Madrid: Ediciones Peninsula, 1977.

BRENAN, Gerald."El Laberinto espanhol.Antecedentes sociales y políticos de la guerra civil.Rudeo Iberico.1977

_____; FRASER, R.; VILLAR, P. Metodologia histórica de la guerra y la revolucion españolas. Madrid: Editorial Fontamara, 1982.

LONDON, Artur. "Se levantaran antes del alba...".ediciones península.Barcelona.1978

CARVALHO, Apolonio de. **Vale a pena sonhar**. São Paulo: Rocco, 1997.

CUNHA, José Gay da. **Um Brasileiro na Guerra Civil Espanhola**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1986.

FRASE, Ronald. **Blod of Spain –** an oral history of the Spanish Civil War. London: Pimlico, 1986.

GUERRA y Revolucion en España 1936-1939. Moscou: Editorial Progreso, 1967. [02 Tomos]

GUILLEN, Abraham. **Economia Libertária**. Madrid: Ediciones Madre Tierra, 1990.

LEVAL, Gaston. **Espagne Libertaire, 36-39**. Paris: Editions du Cercle, 1971. [Archives Revolutionaires]

LOWY, M. **La Guerre d'Espagne, 1936.** In: LOWY, M. (org). **Révolutions**. Paris: Éditions Hazan, 2000.

LUTTES Ouvriéres en Espagne, 1972-1973. Lausanne: Nouvelles Editions Populaires, 1974.

OCTUBRE del 34. Reflexiones sobre una Revolución. Madrid: Edicion de Marte Bizcarrondo; Editorial Ayuso, 1977. [Biblioteca de Textos Socialistas]

PANIAGUA, Xavier. **La sociedad libertaria.** Agrarismo y industrialiacion em el anarquismo español 1930-1939. Madrid: Grupo editorial Grijalbo; Crítica, 1982.

SANTILAN, Diego A. **Organismo econômico da revolução.** A autogestão na revolução espanhola. São Paulo: Brasiliense, 1980.

THOMAS, Hugh. **La Guerre d'Espagne,** juillet 1936-mars 1939. Paris: Robert Laffont, 1985.

MINTZ, Frank. L'Autogestion dans l'Espagne Révolutionaire. Paris: François Maspero, 1976b.

AUB, Max- "últimos cuentos de la guerra de España".Monte Avila editores.Caracas.1979

Rama, Carlos M- "La Crisis espanola del Siglo XX".FCE.mexico-Buenos Aires.1960